Mariana Eliane Teixeira

# ECOS DO NACIONALISMO ITALIANO -

## Os sentidos da italianidade em Juiz de Fora (1878 – 1922)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
2016

981.51
T266e
2016

Teixeira, Mariana Eliane.

Ecos do nacionalismo italiano [manuscrito] : os sentidos da italianidade em Juiz de Fora (1878-1922) / Mariana Eliane Teixeira. - 2016.

330 f.: il.

Orientador: Tarcísio Rodrigues Botelho.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. Migração - Teses. 3. Itália –Migração - Teses. 4. Juiz de Fora (MG) - História – Teses. I. Botelho, Tarcísio Rodrigues. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Mariana Eliane Teixeira

# ECOS DO NACIONALISMO ITALIANO -

## Os sentidos da italianidade em Juiz de Fora (1878 – 1922)

**Tese** apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História.

**Linha de Pesquisa:** História Social da Cultura
**Área de Concentração:** História da Imigração
**Orientador:** Prof. Dr. Tarcísio Botelho

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**"Ecos do nacionalismo italiano: os sentidos da italianidade em Juiz de Fora (1878 - 1922)"**

**Mariana Eliane Teixeira**

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho - Orientador
UFMG

Profa. Dra. Adriane Aparecida Vidal Costa
UFMG

Prof. Dr. James William Goodwin Junior
CEFET-MG

Prof. Dra. Maria Catarina Chitolina Zanini
UFSM
(por quem assina o Presidente da Comissão, Prof. Dr. **Tarcísio Rodrigues Botelho**)

Prof. Dr. Danilo José Zioni Ferretti
UFSJ

Belo Horizonte, 17 de junho de 2016.

AV. ANTÔNIO CARLOS, 6.627 - PAMPULHA
31270.901 - BELO HORIZONTE - MG
e-mail: ppghis@fafich.ufmg.br
FONE: (31)3409-5068 FAX: (31) 3409-5044

*Historiador*

*Veio para ressuscitar o tempo*
*e escalpelar os mortos,*
*as condecorações, as liturgias, as espadas,*
*o espectro das fazendas submergidas,*
*o muro de pedra entre membros da família,*
*o ardido queixume das solteironas,*
*os negócios de trapaça, as ilusões jamais confirmadas*
*nem desfeitas.*

*Veio para contar*
*o que não faz jus a ser glorificado*
*e se deposita, grânulo,*
*no poço vazio da memória.*
*É importuno,*
*sabe-se importuno e insiste,*
*rancoroso, fiel.*

(Carlos Drumond de Andrade)

## AGRADECIMENTOS

Um trabalho acadêmico que se estendeu por mais de quatro anos não se realiza sem o apoio de algumas instituições e pessoas. Portanto, meus agradecimentos se estendem à Universidade Federal de Minas Gerais, por receber-me enquanto aluna no seu Programa de Pós-Graduação em História e também ao Instituto Federal do Sul de Minas - câmpus Passos, por ter concedido a mim afastamento integral de minha prática docente durante os dois últimos anos da realização dessa pesquisa. Ainda no campo das instituições, agradeço aos funcionários do Arquivo Histórico de Juiz de Fora e do setor de memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes, pelo atendimento e disponibilização de documentos e bases que facilitaram a execução deste trabalho.

No que se referem às pessoas marcantes nesta trajetória, estendo o meu agradecimento aos meus familiares por sempre apoiarem minhas decisões com carinho e respeito. Ao meu orientador Tarcísio Botelho, agradeço a liberdade assegurada a mim na realização da minha pesquisa e pela leitura e comentários que lapidaram minhas ideias e com certeza aprimoraram o resultado aqui apresentado. Estendo este agradecimento também às professoras que participaram da minha qualificação, Adriane Vidal e Elaine Vilela. À Antoniette Camargo, pedagoga e historiadora que eu tive o prazer de conhecer no câmpus Passos, eu agradeço a disponibilidade em dialogar sobre a escrita da tese. À querida amiga que fiz em Juiz de Fora, Heliane Casarin, agradeço as dicas, o carinho e principalmente os diálogos que alegraram minha estadia na cidade. Falando em estadia, não posso deixar de agradecer aos amigos Denis, Fernanda, Lauren e Thaís que me ofereceram pouso em suas residências. Ao Oraldo Gonçalves agradeço pelas caronas de Pará de Minas a Belo Horizonte, sempre regadas a muitas histórias e discussões políticas. Estendo meu agradecimento também aos colegas Alessandro, Renata e Jonathan, que me auxiliaram na leitura e catalogação dos periódicos de Juiz de Fora, dividindo comigo o fardo da pesquisa. Ao ex aluno Alysson, agradeço a formatação de alguns mapas. À Lodi Windsor, agradeço as aulas de italiano, as correções de minhas traduções e as conversas animadas e descontraídas. À Nicole Polatto, agradeço as terapias que me mantiveram minimamente sã durante esses dois últimos anos de forçada clausura.

Enfim, agradeço a todos aqueles que de maneira direta ou indireta contribuíram para a realização desta pesquisa e não tiveram seus nomes mencionados neste espaço.

## RESUMO

Esta tese de doutorado é um estudo sobre as manifestações de italianidade entre os imigrantes que vieram da Itália e estabeleceram-se em Juiz de Fora, Minas Gerais, entre 1872 e 1922. Partindo do princípio de que o conceito de italianidade diz respeito a todos os vínculos ou sentimentos de pertença existentes entre os italianos e sua pátria de origem, a presente pesquisa procura entender como ocorreu o estreitamento dos laços de identificação dos italianos que se fixaram em Juiz de Fora com a Nação italiana. Para este intento foi analisada a importância do vice-consulado, das sociedades mutuais e recreativas, das escolas italianas e da imprensa local para os imigrantes. Observou-se também como eram acionados os símbolos do nacionalismo italiano nas festividades típicas da comunidade, como a festa do *Vinte de Setembro*, as celebrações fúnebres, a *Festa do Estatuto* e a *Festa de São Roque*, por exemplo. Por último, a italianidade foi analisada sob a perspectiva do contato interétnico. Acredita-se que as relações sociais estabelecidas com outros grupos étnicos que viviam em Juiz de Fora igualmente contribuíram para a identificação e reforço da italianidade entre os imigrantes provenientes da Itália. As fontes documentais consultadas para a realização deste trabalho são variadas e incluem as correspondências consulares, os documentos sobre as escolas italianas e as colunas publicadas pela imprensa local voltadas para a comunidade italiana, bem como os processos criminais e registros de impostos envolvendo italianos residentes em Juiz de Fora.



**Palavras Chave:** Italianidade; Nacionalismo italiano; Relações interétnicas.

## ABSTRACT

This PhD thesis is a study about the manifestations of the Italian identity among the Italian immigrants who settled in Juiz de Fora, Minas Gerais, between 1872 and 1922. Assuming that the concept of Italianity relates to all bonds or feelings of belonging existing between the Italians and their country of origin, the current research seeks to understand how this specific group of Italians consolidated identificational bonds with the Italian Nation. For this purpose the analyses focused on the importance for the immigrants of the vice consulate, the mutuals and recreational societies, the Italian schools and the local press. It was also observed how the symbols of Italian nationalism were triggered in the typical festivities of the community, for example, the Twentieth of September Feast, funeral celebrations, the Statute's Feast and the St. Roque's Feast. Finally, the Italian identity was analyzed around the perspective of interethnic contact. It is believed that the social relations established with other ethnic groups living in Juiz de Fora also contributed to the identification and enhancement of the Italian identity among the immigrants from Italy. The document sources consulted for this work are varied and made up of consular correspondence, documents about Italian schools and columns published by local media focused on the Italian community, including criminal prosecutions and tax records involving Italian residents in Juiz de Fora.



**Key words:** Italianity; Italian nationalism; Interethnic relations.

**RIASSUNTO**

Questa tesi di dottorato è uno studio delle manifestazioni dell'identità italiana tra gli immigranti che sono venuti di Italia e si stabilirono a Juiz de Fora, Minas Gerais, tra il 1872 e 1922. Supponendo che il concetto di identità italiana si riferisce ai sentimenti di appartenenza che esiste tra gli italiani e il loro paese di origine, questa ricerca intenta capire come è stato il restringimento dei vincoli d'identificazione dei italiani che si stabilirono a Juiz de Fora con la nazione italiana. A tal fine abbiamo analizzato l'importanza per gli immigranti del vice consolato, delle società mutue e ricreative, le scuole italiane e la stampa locale. E 'stato anche osservato come i simboli del nazionalismo italiano sono stati utilizzati nelle feste tipiche della comunità, ad esempio: la Festa del Venti di Settembre, le celebrazione delle esequie, la festa dello Statuto e la Festa di San Rocco. Da ultimo, l'italinità è stata analizzata dal punto di vista del contatto interetnico. Si ritiene che i rapporti sociali con gli altri gruppi etnici che abitavano a Juiz de Fora, hanno contribuito anche alla identificazione e alla valorizzazione dell'Italianità tra gli immigranti provenienti da Italia. Le fonte documentarie consultate per questo lavoro sono multipli e vanno dalla corrispondenza consolare, i documenti su scuole italiane e le colonne pubblicate per la stampa locale concentrate sulla comunità Italiana, comprese le azioni penali e le registrazioni fiscali che coinvolgono Italiani residenti in Juiz de Fora.

**Parole chiave**: Italianità; Nazionalismo Italiano; Relazioni Interetniche.

## SUMARIO

Esta tesis doctoral es un estudio de las manifestaciones de la Italianidad entre los inmigrantes que vinieron de Italia y se establecieron en Juiz de Fora, Minas Gerais, entre 1872 y 1922. Partiendo del principio de que el concepto de Italianidad puede definirse como todos los vínculos o sentimientos de pertenencia existentes entre los Italianos y su país de origen, esta investigación busca entender cómo ocurrió el estrechamiento de los lazos de identificación de los Italianos que se asentaron en Juiz de Fora con la nación Italiana. Para ello se analizó la importancia para los imigrantes del vice consulado, de las sociedades mutuas y recreativas, de las escuelas Italianas y de la prensa local. También se observó como se desencadenaron los símbolos del nacionalismo Italiano en las festividades típicas de la comunidad, como por ejemplo: la Fiesta del Veinte de Septiembre, las celebraciones fúnebres, la Fiesta del Estatuto y la Fiesta de San Roque. Por último, la identidad Italiana se analizó desde la perspectiva del contacto interétnico. Se cree que las relaciones sociales establecidas con otros grupos étnicos que vivían en Juiz de Fora, también contribuyeron a la identificación y al refuerzo de la Italianidad entre los inmigrantes procedentes de Italia. Las fuentes documentales consultadas para este trabajo son muy variadas y van desde las correspondencias consulares, documentos sobre las escuelas Italianas y columnas publicadas por los medios de comunicación locales centradas en la comunidad Italiana, incluyendo los procesos penales y registros de impuestos relacionados con los residentes Italianos en Juiz de Fora.



**Palabras clave**: Italianidad; Nacionalismo Italiano; Relaciones Interétnicas.

## LISTA DE IMAGENS


| | | |
|---|---|---|
| **Imagem 1** | Cena da festa de San Rocco reproduzida no filme *O poderoso chefão II*. | 18 |
| **Imagem 2** | Reinos que compunham a península itálica antes do *Risorgimento.* | 42 |
| **Imagem 3** | Localização geográfica de Juiz de Fora em Minas Gerais. | 65 |
| **Imagem 4** | Mapa do Município de Juiz de Fora, ano de 1916. | 66 |
| **Imagem 5** | Traçado Urbano de Juiz de Fora, ano 1933. | 68 |
| **Imagem 6** | Sobrados da Rua Halfeld, Juiz de Fora, 1913. | 69 |
| **Imagem 7** | Propagandas do comércio italiano. | 81 |
| **Imagem 8** | Localização dos imóveis de propriedade italiana em 1903. | 88 |
| **Imagem 9** | Localização dos imóveis de propriedade italiana em 1913. | 89 |
| **Imagem 10** | Anúncio da Escola Italiana de A. Gerevin. | 112 |
| **Imagem 11** | Anúncio da Escola Italiana de Giuditta Seganti. | 112 |
| **Imagem 12** | Anúncio da *Scuola Umberto I.* | 114 |
| **Imagem 13** | Lista de materiais escolares enviada pela *Escola Regina Margherita* – 1894. | 117 |
| **Imagem 14** | Alunos da *Escola Umberto Primo* com a professora Teresa Breviglieri. | 118 |
| **Imagem 15** | Procedência italiana dos alunos que frequentavam a *Escola Regina Margherita* em 1894. | 120 |
| **Imagem 16** | Relatório do vice-cônsul italiano sobre a *Escola Umberto Primo* – 1915. | 125 |
| **Imagem 17** | Reconstrução de uma sala de aula italiana, início do século XX. | 132 |
| **Imagem 18** | Capa e contracapa dos cadernos enviados pelo governo italiano. | 135 |
| **Imagem 19** | Livros enviados pelo governo italiano para a premiação dos alunos das escolas. | 139 |
| **Imagem 20** | Concurso para Professora Elementar da *Escola Italiana Danti Alighieri* em Ouro Fino, 1913. | 145 |
| **Imagem 21** | Anúncio da festa para angariar recursos para a construção da sede da Sociedade Umberto Primo | 166 |
| **Imagem 22** | Sede da Sociedade Italiana Umberto Primo, 1895 (à esquerda) e 1915 (à direita). | 167 |
| **Imagem 23** | Opinião do vice-cônsul Giuseppe Marini sobre a SIMSBUP, 1913. | 172 |
| **Imagem 24** | Circo Lusitano e Circo Peruano. | 175 |
| **Imagem 25** | Diploma de Sócio do *Club Italiano Ricreativo XX Settembre.* | 179 |
| **Imagem 26** | Simbolos Nacionais presentes no diploma de sócio do *Club Italiano Ricreativo XX Settembre.* | 180 |

| | | |
|---|---|---|
| **Imagem 27** | Capela dedicada a São Roque. | 183 |
| **Imagem 28** | Irmandade de São Roque e a vinculação à Igreja Católica Apostólica Brasileira | 184 |
| **Imagem 29** | Comemoração do Centenário de Nascimento de Camillo Benso di Cavour. | 186 |
| **Imagem 30** | Jornal *L'Araldo d'Italia* – 1892. | 193 |
| **Imagem 31** | Jornal *Fieramosca* – 1904. | 193 |
| **Imagem 32** | Jornal *La Patria Italiana* – 1904. | 194 |
| **Imagem 33** | Convites enviados ao vice-cônsul para participação na festa do dia Vinte de Setembro. | 203 |
| **Imagem 34** | Programação dos festejos do dia Vinte de Setembro pela imprensa. | 207 |
| **Imagem 35** | Folhetos divulgando a festa do dia Vinte de Setembro. | 209 |
| **Imagem 36** | Disposição dos lugares no banquete em comemoração ao dia Vinte de Setembro de 1898. | 211 |
| **Imagem 37** | Anúncio da festividade do aniversário natalício de Umberto Primo em 1900. | 221 |
| **Imagem 38** | Reprodução do Catafalco de Umberto I – 1900. | 222 |
| **Imagem 39** | Theatro Juiz de Fora, fachada e plateia. | 225 |
| **Imagem 40** | Anúncio da Companhia Lyrica Italiana. | 227 |
| **Imagem 41** | Ermete Novelli. | 228 |
| **Imagem 42** | O espetáculo de Andrea Maggi – 1891. | 230 |
| **Imagem 43** | Cine Polytheama – 1915. | 232 |
| **Imagem 44** | Propaganda do filme de guerra *A Victoria dos Alliados* – 1919. | 236 |
| **Imagem 45** | A entrada da Itália na Guerra. | 239 |
| **Imagem 46** | Fábricas de massas italianas. | 271 |
| **Imagem 47** | Produtos agrícolas de origem italiana. | 272 |
| **Imagem 48** | Restaurantes e cardápios italiano. | 272 |

## LISTA DE QUADROS


| | | |
|---|---|---|
| **Quadro 1** | Representantes consulares italianos em Juiz de Fora 1884 – 1922. | 97 |
| **Quadro 2** | Materiais didáticos enviados pelo governo italiano às escolas de Juiz de Fora, 1899-1919. | 130 |
| **Quadro 3** | Premiação enviada pelo governo italiano aos alunos das escolas italianas Regina Margherita e Umberto Primo (1904 – 1905). | 138 |
| **Quadro 4** | Membros diretores da Sociedade Italiana Umberto Primo, 1887-1919. | 160 |
| **Quadro 5** | Jornais Italianos publicados em Minas Gerais. | 191 |
| **Quadro 6** | Jornais italianos publicados em Juiz de Fora. | 192 |
| **Quadro 7** | Calendário Festivo Italiano (1913). | 200 |

## LISTA DE TABELAS


| | | |
|---|---|---|
| **Tabela 1** | População do município de Juiz de Fora, 1865-1921. | 65 |
| **Tabela 2** | População de Juiz de Fora segundo a condição social, 1833-1872. | 74 |
| **Tabela 3** | População dos distritos de Juiz de Fora, 1872-1920. | 75 |
| **Tabela 4** | Entrada de imigrantes pela hospedaria Horta Barbosa de 1894 – 1901. | 84 |
| **Tabela 5** | Alunos da *Escola Italiana Regina Margherita,* 1894. | 119 |
| **Tabela 6** | Alunos matriculados nas escolas *Umberto Primo* e *Regina Margherita*, 1894-1916. | 121 |
| **Tabela 7** | Subsídios enviados às escolas italianas, 1907-1916. | 129 |
| **Tabela 8** | Associações Italianas em Juiz de Fora, 1878-1922. | 151 |
| **Tabela 9** | Atividades profissionais dos diretores da SIMSBUP, 1987 – 1919. | 164 |
| **Tabela 10** | Apresentações italianas no *cinematógrapho.* | 233 |

## ABREVIAÇÕES

| | |
|---|---|
| **AHCI** | Arquivo Histórico Casa de Itália |
| **AHCJF** | Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora |
| **AHJF** | Arquivo Histórico de Juiz de Fora |
| **APM** | Arquivo Público Mineiro |
| **MAE** | Ministero Degli Affari Esteri |
| **SIMSBUP** | Sociedade Italiana de Mútuo Socorro e Beneficência Umberto Primo |
| **SMBMMM** | Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes |

**SUMÁRIO**


**Introdução** **19**

**Capítulo 1 - Da Itália ao Brasil: *Risorgimento*, Emigração em Massa e a Inserção dos Imigrantes Italianos em Juiz de Fora** **35**

**1.1** Formação do Estado Nacional italiano **35**

**1.2** Emigrar é preciso? **54**

**1.3** A presença italiana em Juiz de Fora **63**

**1.3.1** Cidade do *progresso* e *civilidade* **63**

**1.3.2** Uma cidade de (i) migrantes **74**

**1.3.3** Italianos em Juiz de Fora **79**

**Capítulo 2 - A italianidade como Projeto Nacional: A atuação do Vice-Consulado e as Escolas Italianas em Juiz de Fora** **92**

**2.1** A atuação diplomática junto aos emigrantes italianos **93**

**2.2** As escolas italianas como espaço de (re)significação da italianidade **109**

**2.2.1** As escolas italianas em Juiz de Fora **111**

**2.2.2** As escolas *Umberto Primo* e *Regina Margherita* **113**

**2.2.3** Características escolares e procedência dos alunos **119**

**2.2.4** Uma explosão de nacionalismo: subsídios e materiais didáticos recebidos pelas escolas italianas **127**

**2.2.5** Os exames finais e as cerimônias de premiação aos alunos **135**

**2.2.6** A escolha dos professores para as escolas italianas **142**

**2.2.7** Sobre as escolas italianas de Juiz de Fora **147**

**Capítulo 3 - A Dinâmica Associativa e a Imprensa Italiana em Juiz de Fora** **150**

**3.1** Sociedades Italianas, entre o mutualismo e a recreação **151**

**3.1.1** A *Sociedade Operária Italiana de Mútuo Socorro e Mútua Instrução* (1878 a 1883) **154**

**3.1.2** A *Sociedade Italiana de Mútuto Socorro e Beneficência Umberto Primo* (1887 – 1942) **156**

**3.1.3** As associações italianas recreativas e musicais **173**

Circulo Recreativo Musical Italiano **173**

Sociedade Italiana Príncipe de Nápoles **174**

Corporação Musical Garibaldina **176**

Fanfarra Italiana **177**

Club Italiano Recreativo XX de Setembro **178**

*Reduci dalle Patrie Battaglia* **181**

Velo-Club Italo Brasileiro **181**

**3.1.4** A Irmandade de *San Rocco* – uma associação italiana de caráter religioso **182**

**3.1.5** Unione Italiana de Mutuo Soccorso Benso di Cavour – uma loja maçônica **184**

**3.1.6** Comitato Pro-Patria e o Comitato Femminile pro Croce Rossa **186**

**3.1.7** Sobre as associações italianas de Juiz de Fora **186**

**3.2** A Imprensa Italiana em Juiz de Fora **189**
**3.2.1** Chichiere Italiane e Divagazioni Italiani **195**

**Capítulo 04 - Festas, Cerimônias e Espetáculos como manifestações da italianidade 199**
**4.1** Festas Cívicas Italianas **200**
**4.1.1** Primeiro Domingo de Julho – Festa do Estatuto Italiano **200**
**4.1.2** O Vinte de Setembro – festa da anexação de Roma à Itália **202**
**4.2** As Representações em torno do Panteão de Herois Italianos **215**
**4.2.1** Giuseppe Garibaldi **215**
**4.2.2** Umberto Primo **218**
**4.3** Companhias de arte e a exibição de filmes italianos em Juiz de Fora **225**
**4.4** Subscrições em favor da Itália e as repercussões da Primeira Guerra Mundial **238**

**Capítulo 5 A italianidade sob a perspectiva da identidade étnica 243**
**5.1** Identidade e Grupos Étnicos **246**
**5.1.1** A ressignificação do conceito de *grupo étnico* e *identidade* **248**
**5.2** Espaços e situações que promoviam o contato interétnico **252**
**5.3** O reforço das diferenças e a eminência do contato **264**

**Considerações Finais 277**
**Arquivos e Fontes Documentais 284**
**Bibliografia 295**
**Anexos 307**
**3.1** Estatuto da Sociedade Italiana de Beneficência Umberto I, em Juiz de Fora – 1891 (traduzido do italiano para o português) **307**
**3.2** Cargos e informações sobre os membros das diretorias da SIMSBUP – 1887 – 1922. **314**
**3.3** Conselheiros da SIMSBUP, 1887 – 1922. **317**
**3.4** Subscrições para a construção da sede da Sociedade Italiana Umberto Primo **319**
**3.5** Membros fundadores da Sociedade Benso de Cavour. **322**
**3.6** Livros escolares conseguidos pelo vice-cônsul para as escolas italianas de Juiz de Fora – 1894. **324**
**3.7** Exposição de Milão - 1906, diploma de mérito à *Escola Regina Margherita.* **326**
**3.8** Pôster *Sistema Metrico Decimale,* Milão – 1888. **327**
**4.1** Coluna Divagazione Italiane **328**
**4.2** Lista com o nome dos italianos que deveriam comparecer ao consulado italiano para alistamento militar. **329**

# INTRODUÇÃO

No segundo filme da premiada trilogia, *O poderoso Chefão*, dirigido pelo cineasta Francis Ford Coppola, chama-nos a atenção a cena da festa dedicada a *San Rocco*, realizada num bairro marcado pela presença de imigrantes italianos ao sul de Manhattan. No filme, a cena da festa foi apresentada para ambientar a inserção da família Corleone no mundo da máfia. Para além das discussões sobre este grande clássico dos cinemas, o que vem ao caso é a reprodução da festividade dedicada ao santo. Resguardadas as devidas proporções entre a comunidade italiana das *Litlle Italys* e aquela que se estabeleceu em Juiz de Fora-MG, delimitação espacial desta pesquisa, a cena do filme se assemelha muito com as descrições encontradas nos periódicos dessa cidade mineira, que detalhavam as comemorações cívicas e religiosas organizadas pela comunidade italiana ali residente.

**Imagem 1 – Cena da festa de San Rocco reproduzida no filme *O poderoso chefão, II.*[1]**




Tal como na cena reproduzida por Coppola para o cinema, em Juiz de Fora as ruas também se iluminavam, as casas italianas se embandeiravam e os imigrantes, em passeata pelas ruas, segurando os estandartes de suas sociedades recreativas ou mutuais, dirigiam-se para as sedes sociais onde organizavam cerimônias formais e festivas para celebrarem a *patria lontana.*[2]

[1] Imagem disponível em: http://pt.opoderosochefao.wikia.com/wiki/Little_Italy,_Manhattan?file=Vlcsnap-2010-02-25-19h51m14s69.png (acesso em 03/09/2015).

[2] *Patria lontana* é uma expressão italiana encontrada constantemente na documentação que significa *pátria distante.*

Na busca por compreender o vínculo mantido entre os imigrantes italianos e a Itália, a presente pesquisa de doutorado traz um estudo sobre os imigrantes provenientes desse país, que se estabeleceram em Juiz de Fora, Minas Gerais, entre 1878 e 1922. Basicamente nosso principal foco de análise é a italianidade. Buscamos compreender quais foram os mecanismos políticos e culturais que possibilitaram o estreitamento dos laços dos imigrantes italianos com o seu país de origem, uma vez que o período histórico em que se deu a emigração em massa de italianos pelo mundo condiz com a época de consolidação do Estado Nacional italiano.

O título da tese, *Ecos do nacionalismo italiano: os sentidos da italianidade em Juiz de Fora-MG, (1878 a 1922)*, sintetiza nossa proposta de entender o processo de ressignificação da italianidade na cidade mineira de Juiz de Fora. Partimos do princípio de que a diversidade regional do Brasil conferiu uma multiplicidade de experiências aos imigrantes que para cá vieram. Essas experiências são refletidas pelas próprias justificativas políticas e econômicas encontradas para assegurar a vinda de trabalhadores estrangeiros; pelas diversas formas de inseri-los no mercado de trabalho e na sociedade local; nas inúmeras possibilidades de relação com o mundo rural e urbano; nas maneiras de associar-se e organizar-se enquanto grupo étnico em terras estrangeiras, dentre outras singularidades.

Os temas ligados à imigração e seus desdobramentos constituem-se em objeto de estudo para várias ciências. Segundo o sociólogo Abdelmalek Sayad, a imigração é um fato social completo, na medida em que o ato de migrar vai além do deslocamento no espaço físico. Se considerarmos, tal como Sayad, que o espaço físico pode ser qualificado como social, econômico, político e cultural, a imigração desponta como um tema capaz de suscitar questionamentos em várias áreas de pesquisa (SAYAD, 1998, p. 15).

Nesta tese, nosso olhar sobre a imigração italiana em Juiz de Fora se deu através das lentes da História, ciência que por excelência busca no passado a explicação para as rupturas e as continuidades, as transformações e as permanências que marcaram a trajetória humana ao longo do tempo (HOBSBAWM, 2015, p. 25). O que não significa que as ferramentas conceituais de outras ciências não sejam utilizadas com frequência para estimular mais questionamentos sobre o passado, bem como fundamentar as análises e interpretações que se faz sobre ele.

No que se refere à imigração italiana no Brasil, foram muitas as pesquisas históricas que buscaram compreender a presença imigrante no país dentro de perspectivas econômicas, políticas, sociais e culturais, com abordagens que foram se diversificando ao longo das décadas.

Dentro do que convencionamos chamar de abordagem econômica do tema, ao longo das últimas décadas vários estudos dedicaram-se ao entendimento do processo de substituição do trabalho servil pelo assalariado, uma vez que a inserção do trabalhador imigrante no Brasil dá-se no contexto de formação do mercado de trabalho livre. Esse é o caso da clássica obra de Emília Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia* (COSTA, 2010), que buscou estudar o tema para as regiões paulistas, onde o plantio do café se encontrava em forte expansão, na segunda metade do século XIX. Verena Stolcke (STOLCKE, 1986), numa pesquisa sobre as características da economia cafeeira em São Paulo ao longo de várias décadas, também se dedicou ao tema da consolidação do trabalho livre nas regiões cafeeiras paulistas. Nesta mesma linha, Ana Lúcia Lanna mostrou, em sua pesquisa sobre a região da Zona da Mata mineira, quais foram as relações de trabalho que sustentaram a consolidação do trabalho assalariado nessa região, evidenciando a ampla utilização do braço nacional (LANNA, 1989).

A partir de uma concepção política, a pesquisa realizada por Amado Luiz Cervo se distingue por estudar a relação entre as diplomacias italiana e brasileira, desde a formação do Reino da Itália, em 1861, até a contemporaneidade (CERVO, 2011). Nesta linha de estudos diplomáticos, destacamos também os trabalhos de Luiza Iotti. Essa autora, através dos relatórios produzidos pelos agentes diplomáticos que atuaram no Rio Grande do Sul, dentre outras documentações ligadas ao Ministério do Exterior italiano, procurou mostrar as diferentes visões das autoridades italianas e brasileiras sobre a imigração italiana no Rio Grande do Sul (IOTTI, 1996, 2010).

Outra análise que toca no assunto da imigração e que podemos considerar como sendo política é aquela realizada por Célia Azevedo, que se dedicou ao estudo do negro no imaginário político do século XIX. Ainda que seu trabalho não foque diretamente a imigração, Azevedo mostra-nos como se formou a mentalidade imigrantista em São Paulo, num período de grande preocupação nacional a respeito do tipo de mão de obra ideal para ser adotado diante do evidente fim do regime de trabalho baseado na escravidão (AZEVEDO, 2004). Para Minas Gerais, Norma de Góes Monteiro, num trabalho pioneiro para o Estado, estudou a atuação dos políticos mineiros em prol da formação de colônias agrícolas na província e as medidas adotadas para garantir a entrada de imigrantes nas últimas décadas do século XIX (MONTEIRO, 1994).

Sob uma perspectiva social e cultural, inúmeros trabalhos vêm sendo produzidos. Na década de 1970, o italiano Emílio Franzina publicou uma obra de fôlego que muito impactou as pesquisas sobre a imigração italiana no Brasil (FRANZINA, 2006). No clássico,

*A Grande Emigração*, o autor procurou explicar o fenômeno migratório de camponeses vênetos para o Brasil, a partir das conjunturas políticas e econômicas vivenciadas pela Itália desde o seu processo de unificação. Também italiano, Angelo Trento é responsável por uma obra de referência no tema da imigração italiana, cujos estudos abordam a saída da Itália, a chegada às várias regiões brasileiras, as manifestações étnicas dos imigrantes e um pouco sobre a sua inserção do mundo operário (TRENTO, 2013). Na década de 1980, Zuleica Alvim, na obra *Brava Gente, os italianos em São Paulo (1870 – 1920)* trouxe em sua pesquisa aspectos relacionados ao mundo do trabalho, como as formas de pagamento mais usuais nas regiões cafeeiras paulistas e os vários tipos de contrato de trabalho, além de abordar as maneiras encontradas pelas famílias imigrantes para agir diante das dificuldades ligadas ao serviço nos cafezais (ALVIM, 1986).

João Fábio Bertonha pertence a uma nova geração de autores que se dedicam ao tema da imigração, desenvolvendo uma série de publicações a partir do século XXI. Em *Os italianos*, o autor, por meio da leitura de uma vasta bibliografia italiana, nos traz um panorama da história da Itália unificada (BERTONHA, 2005). Dentre outros assunto, Bertonha se destaca também na publicação de pesquisas sobre o Fascismo e suas repercussões na comunidade italiana residente no Brasil.

Na esteira da história social, não podemos deixar de mencionar os estudos que se dedicaram ao universo operário e associativo dos imigrantes, no qual se destaca a tese de doutorado de Luigi Biondi (BIONDI, 2011). Já os temas ligados à religiosidade e os embates travados entre catolicismo ultramontano e nacionalismo italiano são encontrados nas pesquisas de Paulo Possamai, para o Rio Grande do Sul (POSSAMAI, 2005), e Clarícia Otto, para Santa Catarina (OTTO, 2006).

Coletâneas de grande importância foram publicadas nas últimas décadas, organizadas por pesquisadores expoentes da área da imigração no Brasil, divulgando para a comunidade acadêmica as diferentes abordagens sobre a imigração italiana. Nas décadas de 1980 e 1990, Luis Alberto De Boni organizou coletâneas de grande relevância por concentrarem publicações sobre a imigração com enfoques variados (BONI, 1987, 1989, 1995). Também na década de 1990 foram publicados textos provenientes de grupos de estudos dedicados à imigração italiana, como é o caso de *Imigração Italiana e Estudos Ítalo-Brasileiros* (BÓ, IOTTI e MACHADO, 1996).

Recentemente, algumas compilações de artigos sobre a imigração trouxeram importantes contribuições, como é o caso de duas obras organizadas pelos professores Alexandre Hecker e Ismênia Martins (MARTINS, HECKER, 2010, 2013). Outra coletânea de

textos, dessa vez voltada para a presença italiana no contexto urbano da cidade de São Paulo, é *História do Trabalho e Histórias da Imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil, séculos XIX e XX* (CARNEIRO, CROCI, FRANZINA, p. 2010). Obviamente, inúmeras outras pesquisas não menos relevantes do que essas foram e estão sendo realizadas, procurando revisar ou responder às diversas questões que a imigração italiana ainda suscita entre os pesquisadores no Brasil. Porém, nos reduzimos neste momento a apenas alguns exemplares de trabalhos sobre o tema em questão.

Amparados em dados numéricos, entre os anos de 1891 e 1920, que foram as três décadas de maior entrada de imigrantes italianos no país, aproximadamente 700 mil italianos escolheram o Brasil para fixar morada (BERTONHA, 2004, p. 24). A distribuição espacial dos italianos pelo país claramente cadenciou as publicações sobre o assunto. Nas províncias que mais receberam imigrantes, como São Paulo e as províncias do Sul, o número de pesquisas sobre o assunto tem sido bastante acentuado, quando comparado com a quantidade de publicações fluminenses, capixabas e mineiras, haja vista que essas três regiões também receberam imigrantes no período do pós-abolição, porém, em menores quantidades.

No caso de Minas Gerais, o livro de registros da hospedaria de imigrantes de Juiz de Fora mostra-nos a entrada de 52.582 imigrantes no Estado, entre 1894 e 1901 e desse número, aproximadamente 47 mil eram italianos. Não podemos assegurar que esse número de imigrantes tenha permanecido no Estado, uma vez que não é possível mapear o movimento de migração interna no Brasil. A bibliografia que se dedicou a estudar o processo de formação do mercado de trabalho livre em Minas mostra-nos que os imigrantes que aqui adentraram e se fixaram foram alocados em quatro principais circunstâncias de trabalho, não sendo possível precisar com exatidão numérica qual foi a mais adotada. Muitos se dedicaram às ocupações do campo, trabalhando nas fazendas de café da Zona da Mata (LANNA, 1986) e do Sul do Estado (CASTILHO, 2009). Outros foram destinados às regiões coloniais, existentes em vários pontos de Minas (MONTEIRO, 1994). Uma parte foi atraída para a construção da nova capital do Estado, Belo Horizonte, sendo absorvida pelos trabalhos nas obras da cidade ou nas regiões agrícolas para abastecimento da nova capital (CAVALIERI, 2011). Por último, estão aqueles imigrantes italianos que migraram para o interior de Minas e se fixaram em regiões urbanas onde era possível abrir o próprio comércio ou inserir-se como operário em alguma atividade industrial local. É muito difícil mensurar com precisão o quão recorrente foram as migrações dentro do Estado, mas sabemos da sua ocorrência quando, ao lidar com documentos cíveis e criminais de algumas cidades mineiras, percebemos a existência de italianos como donos de pequenas mercearias, padarias, sapatarias e alfaiatarias, atividades

artesanais que cabiam muito bem num país que ainda engatinhava no processo de produção industrial.[3]

De uma maneira geral, as publicações que estudaram a presença imigrante em Minas Gerais são muito escassas. Usualmente, os pesquisadores que se dedicaram ao estudo do processo de transição da mão de obra escrava para a livre mencionam em seus trabalhos a presença ou ausência do trabalhador imigrante em suas delimitações espaciais, sem esmiuçar os meandros dessa presença, haja vista que os questionamentos que fundamentam suas pesquisas são outros.

Certamente, a questão do pequeno número de imigrantes em Minas, quando comparado a outros estados, pode explicar quão inexpressiva é a abordagem do tema entre os pesquisadores que se dedicam a esse Estado. Enquanto entre 1894 e 1897 entraram em São Paulo quase 284 mil imigrantes italianos[4], em Minas foram pouco mais de 40 mil italianos.[5] Todavia, apesar dessa expressiva diferença numérica, não há justificativas quanto ao tema da imigração no estado mineiro ser considerado irrelevante, uma vez que muitas localidades, sejam elas áreas coloniais ou urbanas, contaram com o trabalhador imigrante, e esse, à sua maneira, impactou a economia e a sociedade local de alguma forma.

A cidade de Juiz de Fora[6], delimitação espacial para esta pesquisa, foi a segunda cidade que mais recebeu imigrantes italianos em Minas, perdendo apenas para Belo Horizonte. Se analisarmos o processo de consolidação de Juiz de Fora como importante centro urbano de Minas ao longo da segunda metade do século XIX, perceberemos que ele está marcado pela presença de imigrantes. Ainda na década de 1850, foi fundada nas imediações da cidade uma colônia de alemães para trabalhar na construção de uma estrada que ligava o seu centro urbano até a Corte. Além dos alemães, o número de portugueses residentes em Juiz de Fora também era expressivo (VISCARDI, 2000). Já em 1888, a cidade foi escolhida para sediar a hospedaria com o propósito de acolher os estrangeiros que

3 Ao trabalhar no projeto *FORUM DOCUMENTA*, que busca recuperar, tratar, catalogar e disponibilizar por meios digitais, documentos de cidades que pertenceram à antiga Comarca do Rio das Mortes, pude perceber a existência de vários italianos que moravam em cidades como Oliveira, Cláudio, Carmo da Mata, Queluz, dentre outras, que viviam da renda proveniente de pequenos estabelecimentos comerciais. O projeto *FORUM DODUMENTA* é a concretização de uma parceria entre a Universidade Federal de São João del-Rei e fóruns e prefeituras de algumas cidades da antiga comarca, conta com o financiamento da FAPEMIG e a cooperação técnica do APM, Arquivo Nacional e Fundação Casa de Rui Barbosa.

4 Dados compilados pelo cônsul alemão do Rio de Janeiro, disponíveis em: ALVIM, Zuleica. *Brava Gente*: Os italianos em São Paulo (1870 – 1920). São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 119.

5 Dados do Relatório Carlos Prates, disponíveis em: MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas* (1888 – 1930). Belo Horizonte: Itatiaia, 1994, p. 76 – 77.

6 Considerar apenas seu perímetro urbano.

chegassem a Minas Gerais, como resultado das políticas de auxílio à emigração promovidas pelo Estado.

A construção da hospedaria *Horta Barbosa* favoreceu a permanência de alguns imigrantes nas suas imediações urbanas, sendo que, ao invés de optarem pela atividade agrária nas fazendas, ou pleitearem terras nos núcleos coloniais do Estado, escolheram permanecer na cidade. Sem contar que, ao final do século XIX, Juiz de Fora passava por um acelerado ritmo de crescimento industrial e consequentemente econômico, consolidado pelo fato de estar situada no grande centro cafeicultor de Minas Gerais, o que era um atrativo a mais para a permanência de muitos estrangeiros.

A presença dos italianos na cidade pode ser percebida na organização de diversas associações beneficentes, escolas étnicas, na permanência do vice-consulado italiano na cidade, bem como nas comemorações glamourosas das festividades cívicas italianas. Os registros dessa presença italiana em Juiz de Fora são encontrados na imprensa local, nos livros de cobranças de impostos, nos processos criminais e, sobretudo, na documentação consular, despertando o interesse de alguns pesquisadores ao longo dos últimos anos.

Na década de 1990, Mônica Oliveira realizou um estudo sobre os reflexos da presença de imigrantes alemães e italianos no desenvolvimento de Juiz de Fora, desmistificando o peso dado por algumas pesquisas realizadas até então aos trabalhadores estrangeiros enquanto responsáveis pelo desenvolvimento da cidade. Nesse mesmo trabalho, Mônica problematiza os números referentes à quantidade de imigrantes que residiam na cidade, além de trazer uma série de informações sobre os ofícios que mais absorveram a mão de obra italiana (OLIVEIRA, 1991). Já Maraliz Christo, em importante artigo publicado numa coletânea sobre Juiz de Fora, oferece-nos um panorama da presença italiana nessa cidade, abordando de uma maneira geral assuntos como a chegada dos imigrantes, as associações italianas, as possibilidades de trabalho na cidade e até mesmo a construção da Casa de Itália[7], já num contexto de ascensão do fascismo na Itália (CHRISTO, 2000). Alguns anos mais tarde, Valéria Farenzini dedicou-se ao estudo da Irmandade de São Roque, fundada pelos italianos na cidade, concentrando sua análise nos conflitos que essa irmandade desenvolveu junto aos representantes do clero católico ultramontano (FARENZINE, 2010). Como pesquisadora da área da Educação, Maysa Rodrigues, numa pesquisa que focou a educação das crianças filhas de imigrantes em Belo Horizonte e Juiz de Fora, ofereceu-nos

[7] As Casas de Itália foram construídas durante do regime fascista como forma de controlar as associações das colônias italianas existentes no estrangeiro. Eram, sobretudo, espaços com o objetivo de fortalecer e disseminar a ideologia fascista entre os italianos emigrantes.

considerações importantes sobre o funcionamento das escolas étnicas italianas (RODRIGUES, 2009). Por último, nesta seleção de trabalhos relevantes sobre o tema da presença italiana em Juiz de Fora, destacamos Antonio Gaspareto, que num minucioso estudo sobre o movimento associativo dos imigrantes em Juiz de Fora, mostra-nos dados sobre a origem, as diretorias e a atuação de sociedades mutuais junto aos imigrantes que lá se fixaram (GASPARETTO JÚNIOR, 2013).

No caso de nossa pesquisa, as perguntas que fizemos a respeito da presença italiana nessa cidade são bastante diferentes das indagações que fundamentaram outros estudos realizados até o momento sobre a presença desses imigrantes, não somente em Juiz de Fora, mas também em outras localidades de Minas Gerais. Nosso principal propósito foi analisar e compreender o processo de afirmação e reafirmação da italianidade entre os italianos residentes em Juiz de Fora, uma vez que, ao se estabelecerem na cidade, eles mantiveram variadas formas de vínculo com a sua pátria de origem.

Numa análise superficial dos jornais locais encontramos grande quantidade de listas de subscrição que circulavam em prol da Itália. O envio de contribuições financeiras, ainda que irrisórias, constituía-se numa prática recorrente entre os imigrantes e os motivos eram os mais variados, como o socorro às vítimas de catástrofes, a ajuda aos órfãos de guerras e conflitos, o auxílio para a construção de monumentos cívicos e até mesmo para o pagamento de empréstimos feitos pelo governo italiano.[8] Para além da mobilização diante das eventuais fatalidades italianas, chamou-nos a atenção as datas cívicas celebradas pela comunidade italiana, uma vez que mobilizavam parte dos italianos residentes em Juiz de Fora em prol de comemorações e festejos, muitos deles minuciosamente preparados e que homenageavam ou faziam lembrar o país de origem.

Todas essas questões intrigavam-nos ainda mais quando pensávamos no quanto o processo de unificação italiana era recente ao período emigratório, o que significa que o sentimento de pertença ao país de origem, decorrente de um moroso processo de formação do Estado Nacional italiano, e capaz de mobilizar auxílios financeiros e comemorações cívicas, não estava plenamente consolidado dentre aqueles italianos que emigraram. Suspeitávamos então que a Itália tivesse estendido seu projeto de construção da identidade nacional para as comunidades italianas espalhadas pelo mundo. Essa suspeita pode ser comprovada ao lermos

[8] Esse tipo de prática era comum não só em Juiz de Fora, mas em todas as regiões onde houve uma presença mais acentuada de imigrantes italianos no Brasil.

algumas pesquisasque estudaram as relações entre a Itália e os seus emigrantes[9]. Porém, acreditamos que essa relação não se deu de maneira equânime, possuindo especificidades ligadas às particularidades políticas, econômicas e sociais das regiões que receberam italianos, fazendo-nos debruçar sobre os imigrantes italianos que viveram na cidade mineira de Juiz de Fora.

Os marcos temporais que delimitam nossa pesquisa são os anos de 1878 a 1922. O ano de 1878 foi tomado como data inicial para esse estudo por ser o ano de fundação da *Società Operaria Italiana e di Mutua Istruzione*, a primeira sociedade mutualista fundada por italianos em Juiz de Fora. Já no ano de 1922, marco temporal final de nossa pesquisa, se dá a ascensão de Benito Mussolini como primeiro ministro na Itália. Acreditamos que, com a ascensão e consolidação do regime fascista, houve uma postura diferente do governo italiano frente aos emigrantes no sentido de dar continuidade ao processo de construção do imaginário nacional italiano. Como não pretendemos abordar os impactos do fascismo nesse processo junto à comunidade italiana de Juiz de Fora, o ano de 1922 apresenta-se como marco final, sendo até onde as fontes dessa pesquisa foram trabalhadas. Ainda que as fronteiras temporais e espaciais sejam importantes para uma pesquisa histórica, isso não significa que elas sejam absolutamente intransponíveis, uma vez que, a depender da documentação e das perguntas que fazemos sobre o passado, os marcos acabam por se tornarem transponíveis.

O estudo da italianidade em Juiz de Fora é o tema central que perpassa toda a tese. Dentro da História e das Ciências Sociais, a italianidade começou a ser objeto de estudo lá pelos idos da década de 1970, quando algumas ex-colônias do Rio Grande do Sul comemoravam o centenário da imigração italiana[10]. Iniciou-se naquele contexto um movimento no sentido de reavivar as tradições italianas na região das antigas colônias que receberam imigrantes, por meio de projetos com o propósito de resgatar a italianidade junto aos descendentes, através da promoção de festas, ensino da língua italiana, reprodução das comidas típicas e outros.[11] Diante desse movimento que propunha a reinvenção da italianidade cem anos depois que a primeira leva de italianos chegou ao país, muitas pesquisas começaram a incorporar essa questão para o contexto da imigração em seus respectivos trabalhos. De certa forma, essas pesquisas podem ser inseridas em duas categorias de

---

9 Ver trabalhos de CERVO, Amado Luiz. *As relações entre o Brasil e a Itália*: formação da italianidade brasileira. Brasília, Editora da UNB, 2011.; IOTTI, Luiza Horn. *O olhar do poder*: a imigração italiana no Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914, vista através dos relatórios consulares. Caxias do Sul: Educs, 1996. & IOTTI, Luiza Horn. *Imigração e poder*: a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875 – 1914). Caxias do Sul: Educs, 2010.

10 Como é o caso dos municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi.

11 Maria Zanini, num primoroso trabalho sobre a italianidade na região de Santa Maria, dedica um capítulo às manifestações atuais da italianidade na região pesquisada (ZANINI, 2006).

entendimento sobre o que é a italianidade, sendo uma que a relaciona à identidade étnica e outra que a relaciona ao processo de construção da identidade nacional italiana.

Entendemos como identidade étnica o sentimento de identificação que surge entre os indivíduos que vivem num contexto social marcado por situações conflitivas ou não, em que diferentes agrupamentos estão em interação. Desse convívio, sinais diacríticos que podem ser culturais, sociais ou até mesmo políticos, surgem e erguem fronteiras entre os diferentes grupos que convivem numa dada sociedade, diferenciando uns dos outros.[12] Como identidade nacional entendemos a identificação que os indivíduos adquirem com relação aos respectivos Estados Nacionais nos quais eles nasceram ou viveram. A identidade nacional é o resultado do esforço dos Estados em forjar todo um aparato simbólico e legal que viabilize a identificação dos indivíduos para com ele.[13]

Olívio Monfroi problematizou em sua pesquisa a existência da italianidade entre os imigrantes que residiram nas colônias do Rio Grande do Sul. Adepto de uma visão que associa a italianidade ao Estado Nacional italiano, o autor afirma que no Sul, o que se percebeu foi uma explosão de catolicidade. O autor partiu da constatação de que os imigrantes, oriundos de regiões e vilarejos italianos fortemente marcados pela Igreja Católica, ao chegarem ao sul do Brasil, buscaram na reprodução desses costumes o preenchimento do vazio cultural produzido pela emigração (MONFROI, 1999).

Paulo Possamai, numa pesquisa que também teve como delimitação espacial as regiões coloniais do Rio Grande do Sul, realça uma questão importante sobre a italianidade,

---

[12] O conceito de "identidade étnica" está relacionado às discussões da Antropologia. Neste caso, a visão de grupo étnico está ligada às contribuições do antropólogo Fredrik Barth para a Antropologia Cultural. Barth critica a visão de grupos étnicos como sendo o inventário de categorias como território, língua, costumes ou valores que uma comunidade comunga e, consequentemente, se diferencia em relação às demais. Para o autor, um grupo étnico não necessariamente compartilha a mesma cultura, o mesmo território ou a mesma língua e nem sempre as diferenças culturais constituem-se em diferenças étnicas. A natureza dos traços étnicos, intrínsecos a cada membro de um determinado grupo, depende da manutenção de uma fronteira que seja capaz de delimitar os grupos variados a conviver ou disputar um mesmo espaço. A manutenção dessas fronteiras está ligada a um processo de dicotomização de seus indivíduos. Ver trabalhos de: BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000; OLIVEIRA, Cardoso. *Caminhos da identidade*: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora UNESP, 2006; CUNHA, Manoela Carneiro da. *Negros estrangeiros*: os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo: Brasiliense, 1985; CUNHA, Manoela Carneiro da. *Etnicidade*: da cultura residual, mas irredutível. In: *Antropologia do Brasil*: mito, história e etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1986.

[13] Já a identidade nacional está estritamente relacionada ao processo de construção das nações europeias na modernidade, no qual o vínculo dos indivíduos com o Estado Nacional é imprescindível para a manutenção do funcionamento do Estado. A construção desse vínculo está pautada na disseminação de uma língua nacional única e comum, bem como na identificação dos indivíduos com os respectivos símbolos da nação, tais como os hinos, bandeiras, brasões e principalmente um mito fundador. Esse mito fundador remete a um momento crucial do passado de um povo, no qual algum gesto ou algum acontecimento é tomado como sendo importante para as bases de uma suposta identidade nacional. Essa narrativa fundadora funciona para dar à comunidade de determinado Estado-nacional uma liga sentimental e afetiva que lhe garante estabilidade e fixação (MEDEIROS, 2008).

que é justamente compreender que existem possibilidades diversas dela se manifestar. Ao contrário de Monfroi, as pesquisas de Possamai apontam que nem sempre a italianidade é patrocinada pelo Estado Italiano. Influenciado pela Antropologia, Possamai acredita que a italianidade também pode se manifestar a partir do contato com outros grupos étnicos (POSSAMAI, 2005).

Por sua vez, Janine Dolzan ocupou-se em fazer uma análise sobre a italianidade manifestada atualmente no município de Rodeio, em Santa Catarina, a partir de toda uma política do poder público local, que, no ano do centenário da imigração, em 1975, desenvolveu várias parcerias e projetos para que a juventude de Rodeio se engajasse na perpetuação da cultura italiana. No entanto, a pesquisa da autora aponta que os objetivos do poder público não foram inteiramente atingidos, uma vez que o interesse dos jovens da cidade pela cultura italiana se dá justamente por músicas, comidas e costumes italianos que se encontram globalizados, não sendo mais pertencentes ao universo dos italianos do período da emigração em massa (DOLZAN, 2005).

Norberto Dallabrida, adepto de uma visão de italianidade ligada à atuação do Estado Nacional italiano, destaca em um de seus trabalhos o papel das escolas *Dante Alighieri* no Médio Vale do Itajaí-Açu, em Santa Catarina. De acordo com este autor, essas escolas estavam vinculadas ao projeto de consolidação da unificação italiana, que dentre outras coisas, buscava, redefinir a italianidade entre os emigrantes (DALLABRIDA, 2005).

Já Maria Zanini, utilizando como delimitação espacial a região colonial de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, realizou um estudo sobre a etnicidade através das memórias compartilhadas pelos imigrantes e seus descendentes. A autora argumenta que a italianidade na região não pode ser considerada *genérica* e *única*, mas marcada por diferentes formas de interação entre os imigrantes e a pátria de origem, que, segundo a autora, se dava pela ação da tríade *família, trabalho e religião* (ZANINI, 2006). A historiadora Clarícia Otto problematizou a conturbada relação entre o clero católico ultramontano e os agentes consulares italianos em Santa Catarina. Enquanto os primeiros buscavam moldar as novas gerações provenientes da imigração como sendo bons italianos católicos, os segundos, afinados com uma política italiana que associava a italianidade ao nacionalismo italiano, preocupavam-se em estreitar os vínculos dos imigrantes com a Itália, utilizando-se de periódicos italianófilos e escolas italianas, como as *Dante Alighieri*, por exemplo (OTTO, 2006).

A pesquisadora Núncia Constantino, utilizando as obras dos viajantes italianos que passaram pelo Brasil entre 1910 e 1926, traz a nós outra perspectiva da italianidade

associada à atuação do Fascismo. A autora analisou a tentativa do governo Mussolini de criar uma nova imagem dos emigrantes como sendo cidadãos operosos e não mais simples camponeses analfabetos, como muitos agentes diplomáticos assim enxergavam. O fortalecimento dos vínculos de pertença dos emigrantes com o seu país de origem era então uma prática que tendia a se fortalecer no governo de Mussolini, uma vez que eles assumiam um papel importante para a economia italiana, ao enviarem remessas de dinheiro ao país de origem (CONSTANTINO, 2012).

Como podemos perceber na breve análise desta bibliografia que se dedicou ao tema, o conceito de italianidade pode ser fundamentado tanto na identidade nacional italiana, quanto nas identidades étnicas. Para esta tese, nós definimos o conceito de italianidade como sendo o vínculo e o sentimento de pertença estabelecido pelo imigrante italiano com a Itália. Acreditamos que a italianidade está fundamentada tanto na identidade étnica, resultante das situações relacionais típicas de sociedades pluriétnicas, quanto com a identidade nacional italiana, uma vez que as comunidades imigrantes também foram influenciadas pelo processo de construção de uma identidade nacional italiana.

É importante deixarmos claro que, na mesma linha conceitual do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, nós consideramos os imigrantes italianos no Brasil como um grupo étnico e não como um grupo nacional, uma vez que o contexto social em que ele está inserido não o caracteriza como grupo nacional (OLIVEIRA, 2006, p. 85). Todavia, a ação do Estado Nacional italiano para reforçar os vínculos daqueles que emigraram com a Itália recém unificada fez-se presente durante várias décadas entre os italianos residentes em Juiz de Fora. Por isso é importante estudar a italianidade dentro dessas duas perspectivas identitárias: uma que é a da etnicidade[14] e a outra que se deu sobre influência do nacionalismo italiano.

Sendo assim, com a escrita desta tese buscamos responder a quatro questões centrais. Partindo do pressuposto de que a Itália era um país recém unificado e que o contexto da emigração em massa de italianos pelo mundo coincide com o processo de construção e consolidação da nação italiana, como o incipiente nacionalismo italiano foi refletido junto aos imigrantes residentes em Juiz de Fora? Como se dava a atuação do vice-consulado italiano junto aos imigrantes e qual era o limite de atuação dos agentes consulares? Como as sociedades e escolas étnicas proporcionaram e repercutiram na comunidade italiana residente em Juiz de Fora o processo de consolidação da italianidade? De que maneira o contato

[14] Entende-se por etnicidade tudo o que diz respeito às relações estabelecidas entre grupos sociais distintos que convivem num sociedade pluriétnica, e com isso, se definem e são definidos, se classificam e são classificados, ativando e incorporando por meio da interação social signos sociais diferenciadores. (Ver POUTGNAT; STREIFF – FENART, 1998, 141).

interétnico entre italianos e outros grupos étnicos favoreceu o reforço da italianidade em Juiz de Fora?

As delimitações temporais de nossa pesquisa abarcam quase meio século da presença italiana em Juiz de Fora. Ao longo desses anos, a italianidade não foi vivenciada da mesma maneira, uma vez que nosso estudo envolve pelo menos duas gerações da comunidade italiana residente em Juiz de Fora: uma de italianos emigrados e outra de oriundis[15]. Ao longo da tese tentamos mostrar como o sentimento de pertença à Itália, nutrido pelos imigrantes italianos e seus descendentes, sofreu transformações e adaptações à realidade local, cuja comunidade imigrante era impactada tanto por conjunturas políticas italianas, quanto por dinâmicas interétnicas.

As fontes documentais que registraram a presença italiana na mais importante cidade da Zona da Mata mineira, e que foram utilizadas para responder aos questionamentos referidos anteriormente, são variadas e exigiram metodologias de pesquisa diferenciadas. Para analisarmos o perfil dos italianos residentes em Juiz de Fora, elencando suas ocupações profissionais e as principais áreas onde fixaram suas residências, foram consultados, para além de uma bibliografia local, os livros de impostos cobrados sobre as Indústrias e Profissões e sobre as moradias, o chamado Imposto Predial. Organizamos os dados colhidos nesses impostos em tabelas e por meio da reconstituição de um mapa da cidade de Juiz de Fora, foi possível visualizarmos as principais regiões de ocupação do espaço urbano pelos italianos. Os almanaques publicados sobre a cidade e que contemplam vários anos de nossa pesquisa também foram importantes, pois eles oferecem uma leitura particular sobre a cidade de Juiz de Fora, complementando e auxiliando-nos na interpretação das informações coletadas nos livros de impostos.

Outra documentação importantíssima para esta tese foram os periódicos de Juiz de Fora. O quase meio século de delimitação espacial desta pesquisa teve a cobertura da imprensa juiz-forana, marcada pela publicação de vários periódicos de curta e longa duração. Para a nossa pesquisa, escolhemos os jornais que tiveram maior duração, como os periódicos *O Pharol*[16], *Correio de Minas*[17], *Diário Mercantil*[18] e *Jornal do Commercio*[19]. Todos foram

15 Filhos de italianos nascidos fora da Itália.

16 O jornal *O Pharol* foi fundado pelo jornalista Thomaz Cameron em 1867. Iniciou-se em Paraíba do Sul e posteriormente foi transferido para a cidade de juiz de Fora. Inicialmente era publicado apenas uma vez por semana. Depois passou a ser publicado duas vezes, três vezes, até se tornar diário em 1884. No ano de 1889 fundiu-se com *Diário de Minas* aumentando seu formato. Até o ano de 1886, este periódico chamava-se *Pharol*. Entre setembro e novembro de 1886 ele passou a ser denominado de *O Pharol*. É importante mencionar essa mudança de nome, pois tomamos o cuidado de mantê-la em toda a tese.

17 O jornal *Correio de Minas* é um periódico dedicado aos interesses do Estado de Minas. Foi fundado pelo professor republicano Estevão de Oliveira. Esse jornal circulou em Juiz de Fora entre 1895 e 1927, com períodos

lidos e as notícias sobre os imigrantes italianos organizadas de acordo com os assuntos que nos interessavam, para facilitar assim o trabalho com as informações coletadas. De todos esses jornais, os três que mais nos auxiliaram foram *O Pharol*, o *Diário Mercantil* e o *Jornal do Commercio*.

*O Pharol* cobriu todos de delimitação temporal de maneira praticamente ininterrupta. Suas matérias oscilavam entre assuntos de política, economia, literatura e comentários gerais sobre os acontecimentos que marcavam Juiz de Fora. Como era um jornal de ampla circulação na cidade, quase todos os anúncios da comunidade italiana eram nele publicados e as festividades italianas ganhavam matérias longas e valorosas. Entre 1910 e 1915, *O Pharol* publicou uma coluna em italiano, a *Divagazioni Italiani*, que chegou a ser promovida duas vezes por semana. Já o *Diário Mercantil*, embora tenha circulado durante um período de tempo bem menor do que *O Pharol* – a partir de 1912 – é um periódico que nos oferece uma boa cobertura sobre os acontecimentos da comunidade italiana residente em Juiz de Fora na segunda década do século XX. O *Jornal do Commercio*, ainda que tenha circulado durante muitos anos de nossa delimitação temporal – a partir de 1896 –, não traz aos seus leitores tantas informações sobre a comunidade italiana quanto o *Diário Mercantil* e principalmente, *O Pharol*. Nele, as informações que mais nos interessaram foram aquelas referentes às eleições das diretorias das Sociedades Italianas e alguns anúncios sobre as

---

de interrupção das edições, uma vez que quando o editor viajava, as publicações eram suspensas até o seu retorno. Era publicado diariamente, exceto às segundas-feiras. Suas matérias estavam dispostas em quatro páginas, com poucas propagandas e muitos assuntos políticos. No ano de 1894 consta apenas uma única edição. Para o ano de 1905 não aparece nada. Já o ano de 1906 começa no nº 25. Suas matérias publicadas comentam geralmente os assuntos do Estado e atos políticos dos presidentes da província, bem como discursos e pronunciamentos. Algumas matérias versam também sobre a política nacional e internacional. Discutem-se muito também as questões diplomáticas e acordos internacionais que envolvem o Brasil. Em 1897 passou a ser publicado às terças, quintas e sábados.

[18] Jornal publicado em Juiz de Fora, com datas cuja produção oscila entre 1912 e 1920, 1923 e 1924, 1935 e 1936, 1947 e 1983, 1986 e 1991, possuindo, portanto, 70 anos de existência, 13.137 edições, 104.966 páginas. Suas páginas possuíam altura de 60 centímetros e largura de 46 centímetros. Seu título era *Diário Mercantil* e o subtítulo *Propriedade de uma Associação. Órgam noticioso, de informações e dedicado aos interesses das classes laboriosas.* Três anos após ser publicado, esclarece-se que seus fundadores e donos, João Penido Filho e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada eram representantes do Partido Republicano Mineiro (PRM), que buscaram criar o jornal devido à péssima campanha eleitoral do PRM em Juiz de Fora. Era o órgão oficial do município. Em 1917, diante de uma grave crise o "Diário Mercantil" foi arrendado pela empresa de viagens "A Transoceânica", com sede no Rio de Janeiro. Em 1931 ele foi incorporado aos Diários Associados, comandado por Assis Chateaubriand. A partir disso, o jornal teve seu subtítulo alterado para "Órgão dos diários associados" e depois "Matutino dos Diários".

[19] O *Jornal do Commercio* foi publicado diariamente entre 1896 e 1920, 1922 e 1930 e 1932 e 1934. Contou com 7477 edições, 32878 páginas, que possuíam 56 cm de altura e 38 cm de diâmetro. Era um órgão do partido republicano e seu principal assunto era o comércio, embora publicava-se também sobre economia, política e literatura. Suas duas últimas páginas eram dedicadas aos anúncios comerciais. Circulava tanto em Juiz de Fora, como no Rio de Janeiro e em outras cidades de Minas. Seu nome foi dado pelo seu criador, o senhor Leon Annibal, que se inspirou no *Jornal do Commercio* que circulava na capital federal.

festividades organizadas pelos italianos. Também conta nesse periódico a publicação de uma coluna dedicada à comunidade italiana, intitulada *Chiacchiere Italiane*, que circulou em 1910.

Foram publicados em Juiz de Fora alguns jornais italianos, como o *Fieramosca*, o *La Patria Italiana* e o *L'Araldo d'Itália.* Porém, infelizmente pouquíssimas edições desses jornais foram encontradas em meio à documentação, o que não permitiu uma análise mais contundente sobre a imprensa estritamente italiana na cidade.

Para além dos periódicos, outra documentação de extrema relevância para a construção desta tese foram as correspondências do vice-consulado italiano de Juiz de Fora. Muitos dos documentos produzidos pelas agências consulares italianas no Brasil se perderam com o tempo, ou foram recolhidos pelos consulados italianos, que no momento, não dispõem de recursos que permitam o acesso à comunidade externa. Para nossa sorte, as correspondências recebidas e os rascunhos das cartas e telegramas enviados pelos vice-cônsules italianos em Juiz de Fora estão resguardados na Casa d'Itália da cidade. As correspondências referem-se a assuntos variados, estabelecidos entre os vice-cônsules, os representantes consulares da região de Juiz de Fora, o cônsul italiano residente em Belo Horizonte e os membros do *Ministero Degli Affari Esteri,* ou simplesmente Ministério do Exterior. Essa documentação inédita encontra-se manuscrita, em língua italiana, e como uma parte se trata de rascunhos de cartas, a grafia possui muitas rasuras, além de sofrer mais com as ações do tempo, uma vez que parte dos rascunhos era escrito em papel semelhante ao de seda e a lápis, dificultando a leitura. Foram analisadas aproximadamente 1700 páginas de documentos, dentre cartas, telegramas, folhetos e algumas poucas páginas de jornal. Na medida em que a leitura e tradução eram realizadas, os documentos eram catalogados de acordo com os assuntos a que se referiam. As correspondências versam sobre a organização de festas cívicas, funcionamento das escolas italianas e pedidos de auxílio financeiro remetidos pela Itália aos imigrantes residentes na região de Juiz de Fora.

Por último foram lidos um total de cem processos criminais, cinquenta deles referentes a crimes cometidos entre italianos e cinquenta referentes a crimes cometidos entre italianos e a população local de Juiz de Fora. A utilização dos processos criminais foi importante, pois esse tipo de fonte documental, dentre todas as existentes e disponíveis para pesquisa, permite-nos ter dimensão do contato interétnico, uma vez que possibilitam explorar aspectos do convívio social imprescindíveis para o entendimento da italianidade fundamentada na perspectiva étnica.

Esta pesquisa está estruturada em cinco capítulos que, de certa forma, buscam responder às questões centrais expostas anteriormente. O primeiro capítulo está dividido em

duas partes. Na primeira delas nós analisamos o processo de formação do Estado Nacional italiano, o chamado *Risorgimento*, e as transformações ocorridas na Itália que contribuíram para a emigração em massa de italianos pelo mundo. Na segunda parte, amparados por uma produção historiográfica local, fizemos uma síntese sobre a formação urbana do município de Juiz de Fora nas últimas décadas do século XIX, bem como mostramos como ocorreu a inserção social e urbana dos imigrantes italianos na cidade.

No segundo capítulo esforçamo-nos em entender como funcionaram as duas instituições que mais disseminaram o nacionalismo entre os italianos: o vice-consulado e as escolas italianas Regina Margherita e Umberto Primo. No terceiro capítulo, trazemos um estudo sobre as associações italianas mutuais e recreativas, bem como sobre a imprensa italiana em Juiz de Fora. No quarto capítulo, analisamos as manifestações de italianidade que foram organizadas, em sua maioria espontaneamente, pela comunidade italiana residente na cidade. Dentre essas manifestações, detivemo-nos em resgatar na documentação pesquisada as festas comemoradas pela comunidade, bem como os espetáculos, apresentações teatrais e exibições cinematográficas que tinham como público alvo os italianos. Por último, no quinto capítulo, procuramos mostrar os espaços que promoveram a sociabilidade entre imigrantes e sociedade local, com o intuito de termos dimensão de como o contato numa sociedade pluriétnica, como era Juiz de Fora no final do século XIX, contribuiu para o reforço da italianidade. É relevante mencionarmos que a presente tese de doutorado não pode ser compreendida como um projeto de estudos isolado. Ela faz parte de um esforço de pesquisa muito mais amplo, que se iniciou há dez anos e que busca estudar as várias manifestações da presença italiana em Minas Gerais. Até o momento já realizamos estudos sobre a presença italiana em regiões do Centro-Oeste mineiro e em São João del-Rei.[20] O estudo sobre a italianidade em Juiz de Fora procura inserir a imigração estrangeira existente no Estado mineiro dentro das pautas de discussão sobre o tema no país, que geralmente ficam circunscritas aos debates entre a historiografia paulista e do sul do Brasil.

[20] Ver: TEIXEIRA, Mariana E. Um estudo sobre a presença de imigrantes italianos na região de Oliveira - MG (1850 – 1915). In: http://www.documenta.ufsj.edu.br/modules/wfdownloads/singlefile.php?cid=8&lid=32. & TEIXEIRA, Mariana E. Ser Italiano em São João del-Rei (1888 – 1914). 2011. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Gradução em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

# CAPÍTULO 1

## DA ITÁLIA AO BRASIL: *RISORGIMENTO*, EMIGRAÇÃO EM MASSA E A INSERÇÃO DOS IMIGRANTES ITALIANOS EM JUIZ DE FORA

### 1.1 FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL ITALIANO

> Os jornais satíricos italianos contam a seguinte engraçada anedota:
> A cena passa-se no paraíso.
> O general La Marmora apareceu na presença do senhor.
> _ Com que então, diz-lhe Deus severamente, contribuiu para despojar o papa dos seus estados e para lhe amargurar a vida?
> _Padre Eterno, responde o general La Marmora, não fiz senão cumprir as ordens do meu rei.
> _Isso é verdade?
> _Pode vossa divindade perguntar-lho.
> _Vai chamar Victor Manoel, disse o Padre Eterno para São Pedro.
> Victor Manoel morre e comparece na presença do Altíssimo.
> _Com que então o senhor causou graves desgostos ao vigário de Cristo?
> _A Pio IX? Era meu melhor amigo. Pode lh'o perguntar.
> _Vai chamar Pio IX, torna o Padre Eterno para São Pedro.
> Morre o pontífice, vai à presença de Deus, que lhe pede explicações.
> _Victor Manoel, diz o papa, não era má pessoa, mas as relações que ele tinha com Garibaldi é que o deitaram a perder.
> _Vai chamar Garibaldi, ordenou o Padre Eterno.
> _Meu Senhor, observou São Pedro, olhe que se o Garibaldi se pilha no Paraíso, não descansa enquanto não fizer a revolução.
> _Pois então deixe-o lá estar.
> E assim se explicam as mortes sucessivas de La Marmora, Victor Manoel e Pio IX, a doença e o restabelecimento de Garibaldi.
> (*Pharol*, 04 de abril de 1878, ano XII, número 27, página 02).

A anedota acima, publicada originalmente num periódico satírico italiano, foi reproduzida em 1878 no jornal *Pharol,* em Juiz de Fora, cidade mineira que já nessa época contava com algumas famílias italianas morando em suas delimitações, tanto rurais, quanto urbana. De certa forma, a historieta é emblemática, uma vez que aciona em seu diálogo, ambientado na "entrada do paraíso", algumas *personas* do panteão de herois italiano: o rei Vittorio Emanuele II[21], o revolucionário Giuseppe Garibaldi[22], o papa Pio IX[23] e o general Alfonso Ferrero La Marmora, primeiro ministro italiano[24]. Obviamente, a graça da anedota está no fato de todos eles, com exceção de Garibaldi, terem morrido em dias muito próximos e ficar subentendida a reprovação "dos céus" com relação à unificação da Itália, uma vez que

[21] O rei italiano Vittorio Emanuele II faleceu no dia nove de janeiro de 1878. A narração da celebração fúnebre encontra-se no jornal, *Pharol*, no dia dez de fevereiro de 1878, edição número 12, ano XII, página 03.
[22] Giuseppe Garibaldi faleceu quatro anos depois, em 1882.
[23] O Papa Pio IX faleceu no dia sete de fevereiro de 1878.
[24] Alfonso Ferrero La Marmora faleceu no dia cinco de janeiro de 1878.

os Estados Papais foram desapropriados. Por sua vez, a comicidade da anedota depende também de um conhecimento prévio do contexto italiano de formação do seu estado nacional, que a propósito, ocorreu tardiamente dentre os países europeus.

Se em outras regiões do mundo a experiência de constituição dos Estados Nacionais já era um processo em curso e em alguns lugares bastante consolidado, na Itália, podemos assegurar que somente no início da década de 1860 ocorreu a unificação da Península em torno de um único governo, a monarquia de Savóia, bem como o reconhecimento de sua existência e soberania perante os demais países. A unificação completa ocorreu após o término da Primeira Guerra Mundial, quando as regiões do Tirol, Trentino, Ístria e Trieste, que estavam sob domínio austríaco, foram anexadas ao restante da Itália (CORRÊA, 2014, p. 37).

O surgimento do Estado Italiano, em 1861, deu início a todo um esforço por parte da elite política para que o novo país, depois de reconhecida sua soberania e independência em relação aos demais, se adequasse ao modelo de Nação em voga na época. Antes de nos determos no processo de *Risorgimento*, é importante reforçar a ideia de que, no mundo ocidental, o século XIX foi marcado pela experiência de consolidação dos Estados em torno dos ideais nacionais. As monarquias absolutistas passaram por transformações, em alguns casos desencadeadas por verdadeiras revoluções, que alteraram substancialmente a relação entre Estado e povo. Segundo o historiador francês Gérard Noiriel, enquanto nos Estados Monárquicos do Antigo Regime prevalecia uma relação de dominação de um sobre o outro, com a ascensão dos Estados Nacionais Modernos percebe-se uma tendência à democracia e ao princípio da igualdade entre governantes e governados (NOIRIEL, 2001, p. 40). Mas a explicação histórica para o caminho percorrido pelos Estados absolutistas até se transformarem nos modernos Estados Nacionais divide os historiadores, que ao longo das últimas décadas dedicaram-se com afinco ao estudo do assunto, trazendo diferentes definições para o conceito de nação e consequentemente explicações diversas para o surgimento do fenômeno nacional.

Um dos pioneiros, Otto Bauer, marxista ativo na política austríaca do início do século XX, definiu a Nação como sendo uma *comunhão de caráter*, que surge a partir de uma *comunhão de destino* (BAUER, 2000, p.58). O autor chama de caráter nacional uma série de características físicas e mentais que distinguem uma nação, alterando o comportamento dos indivíduos e fazendo com que um alemão seja diferente de um inglês, ainda que ambos pertençam a uma mesma classe social (*Ibidem*, p. 47). O desenvolvimento da nação moderna está fortemente marcado pelo desenvolvimento do capitalismo, porém a relação desses dois

fenômenos históricos não pode ser compreendida num sistema de cooperação mútua, uma vez que Bauer acredita que o capitalismo é um entrave para que a nação possa emergir plenamente enquanto uma comunidade cultural (*Ibidem*, p. 47). Para o autor declaradamente comprometido com as ideologias de esquerda, a lógica individualista presente no capitalismo reforçaria a preocupação dos indivíduos com o seu próprio destino, aniquilando qualquer forma de pensamento coletivo. A propriedade privada dos meios de produção compromete assim o futuro da nação, o que é bem diferente numa sociedade socialista, na qual o futuro é decidido de maneira consciente por aqueles que nela vivem.

Para Miroslav Hroch, historiador checo, a nação é o resultado de um longo processo do desenvolvimento europeu (HROCH, 2000). Longe de ser uma categoria eterna, pode ser definida como um grande grupo social cuja integração se dá pela combinação de vários tipos de relações objetivas, como a economia, política, língua comum, religião, geografia e história e como tudo isso se reflete na consciência coletiva. Para sua construção, o autor delimita alguns elementos centrais: a memória compartilhada de um passado comum, um alto nível de comunicação social dentro do grupo assegurado pelas afinidades linguísticas e culturais e por último uma concepção que afirme a igualdade de todos os membros desse grupo (*Ibidem*, p. 86).

Já o marxista Ernest Gellner oferece uma análise que associa o fenômeno nacional ao advento da sociedade capitalista, no qual a Revolução Industrial produziu uma sociedade movimentada pela inovação tecnológica e em que crescimento econômico é o princípio legitimador da ordem social (GELLNER, 2000). Uma série de transformações é então percebida na sociedade: a sua defesa não depende mais da quantidade de soldados, mas da sofisticação e treinamento tecnológico de seus exércitos; o trabalho não depende unicamente da força física, mas da manutenção de uma máquina que possui um mecanismo sofisticado de controle; a linguagem passa por um processo de padronização para ser utilizada em larga escala; o padrão de cultura aceito é o da cultura superior; essas duas últimas transformações, na língua e na cultura, dependem de um sistema educacional nacional padronizado que processa todo o material humano formador da sociedade, transformando-o em algo aceitável e útil para o próprio Estado (*Ibidem*, 115 – 124). O nacionalismo é então *a ligação entre o Estado e uma cultura "nacionalmente" definida; já* os Estados Nacionais são *unidades políticas claras* que *ligam a soberania à cultura* diferenciando-se assim dos demais (*Ibidem*, p.107).

Anthony Smith, estudioso do assunto, adota uma abordagem que atribui importância ao simbólico e cultural dos grupos étnicos que precederam as nações modernas.

Para o autor, o grupo étnico é um tipo cultural que prioriza o papel dos mitos de descendência e de memórias históricas, além da possibilidade de ser identificado por outros grupos pelas suas diferenças culturais, tais como religião, costumes, língua e outros (SMITH, 1997, 36). Além dessas características, os grupos étnicos apresentam um nome próprio, comungam o mesmo mito de linhagem e têm suas memórias partilhadas pelos demais membros. Percebe-se, portanto, que a própria definição de grupo étnico utilizada por Smith revela a importância das tradições na sua formação. O autor concebe a modernidade do fenômeno nacional, uma vez que para ele a nação é um conceito puramente moderno e produto de processos modernos, tais como a burocracia, a secularização, a revolução e o capitalismo (*Idem*, 2000, p. 187). No entanto, ele considera que, para algumas nações, os laços étnicos existentes anteriores à sua origem foram importantes. Em termos históricos, as primeiras nações que se formaram tiveram como base os núcleos étnicos pré-modernos e que depois de formadas exerceram forte influência no processo de formação das demais nações. Além disso, mesmo as nações que não possuíam qualquer antecedente étnico na sua estrutura social formativa, tinham a necessidade de forjar e inventar alguma tradição, pois viam a importância que o simbólico tinha para garantir a unidade nacional.

Para o historiador Eric Hobsbawm, não faz sentido discutir a nação e todos os seus adjetivos sem a concepção do Estado territorial moderno. Nas palavras do autor, as nações são *qualquer corpo de pessoas suficientemente grande cujos membros consideram-se como membros de uma nação*; elas são *fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto,* o Estado, *mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo,* sem levar em consideração as pessoas comuns que ainda não se sentem parte dela (HOBSBAWM, 1990, p.18 e 20). Em *Nações e Nacionalismo desde 1870,* o autor demonstra como o conceito de nação foi se transformando ao longo das décadas. Da Revolução Francesa até 1870, a Nação dava ênfase à comunidade cultural e linguística, investia no nacionalismo para formar Estados, possuía o sentido de missão histórica, e apesar da ambiguidade terminológica e retórica, reivindicava na Revolução Francesa sua paternidade (*Ibidem*, p.125). De 1880 a 1914, a demanda pelo Estado Nacional difundiu-se e qualquer corpo de pessoas que se considerasse uma nação poderia requerê-lo. A etnicidade e a língua tornaram-se critério central para a multiplicação de nações não históricas potenciais e notava-se uma mudança nos sentimentos nacionais dentro dos Estados (*Ibidem*, p.126).

Uma explicação mais contundente sobre os sentimentos nacionais e o peso das tradições em provocá-los pode ser encontrada na coletânea organizada por Hobsbawm, *A Invenção das Tradições* (*Idem*, 1984). O autor defende ser no período que precede a Primeira

Guerra Mundial o momento de produção em massa das tradições nacionais. As tradições são justamente todo um arsenal institucional e simbólico que asseguravam ou expressavam a identidade e coesão social, que de certa forma estruturavam as relações sociais dentro dos Estados Nacionais. Elas se propunham a criar identidades nacionais, ou seja, identificação dos cidadãos para com a nação e para isso, utilizavam o sistema educacional, as cerimônias públicas e a produção em massa de monumentos públicos, manipulando o passado de maneira quase consciente (*Ibidem,* p. 278 - 280).

Do final da primeira guerra até 1950, Hobsbawm considerou o período de triunfo do nacionalismo, que teve como resultado a ruína dos grandes impérios multinacionais na Europa tanto ocidental quanto oriental, e também a Revolução Russa (*Idem*, 1990, p.159). No final do século XX o que se viu, segundo o autor, foi a expansão da Nação para todos os Estados oficiais do planeta, e os movimentos de libertação da contemporaneidade, na opinião do autor, podem ser interpretados como movimentos em prol da Nação. Porém, esses movimentos apresentam diferenças em relação aos ideais nacionais do século XIX, uma vez que eles não têm como principal vetor o *desenvolvimento histórico*, sendo caracteristicamente separatistas e fundamentados em diferenças étnicas e linguísticas (*Ibidem*, p. 195 e 196).

Já Benedict Anderson impactou as discussões sobre Nação e Nacionalismo, ao estudar como surgiu a imaginação nacional entre as elites culturais e políticas na periferia dos Estados Imperiais. Talvez a palavra chave de sua obra seja de fato "imaginação" e todos os seus derivados, uma vez que o autor define a Nação como sendo uma *comunidade política imaginada*. Os seus membros não sabem quem são os demais membros que a compõem, mas têm em mente a existência deles; e imaginada como sendo *intrinsecamente limitada e soberana* (ANDERSON, 2008, p.14). Limitada porque, apesar da elasticidade de seus limites, as fronteiras entre uma nação e outra existem; e soberana pelo contexto em que nasce o conceito de Nação, que é um período de destruição do absolutismo monárquico (iluminismo e revoluções). A Nação é também uma comunidade pelo fato de estabelecer laços de solidariedade horizontais entre seus membros, fazendo com que uns matem e outros morram por ela (*Ibidem,* p.33). Para Anderson, a Nação deve ser estudada dentro da mesma lógica usada para compreender a religião ou o parentesco, uma vez que ela canaliza emoções nas pessoas que, em determinados momentos, podem morrer ou matar por ela.

Para o autor, as raízes do nacionalismo estão na Europa do século XVIII sustentadas em três grandes transformações. A primeira diz respeito ao desmantelamento da unidade das comunidades imaginadas religiosamente (*Ibidem*, p.47). A segunda refere-se ao colapso das monarquias absolutistas, no qual a legitimidade dos governantes derivava da

divindade e não da população, que naquele momento estava muito distante de ser formada por cidadãos, configurando-se apenas como súditos. (*Ibidem*, p. 48). A terceira é o esfacelamento de uma concepção de temporalidade em que cosmogonia e história se confundiam. Resumindo, *por sob o declínio das comunidades, línguas e linhagens sagradas estava ocorrendo uma transformação fundamental nos modos de apreender o mundo, a qual, mais do que qualquer outra coisa, possibilitou "pensar" a nação* (*Ibidem*, p. 52).

A teoria de Anderson se fia bastante na relação entre Nação e comunidade linguística, podendo ser sintetizada na seguinte passagem do autor: *o crescimento geral da alfabetização, do comércio, da indústria, das comunicações e dos aparelhos de Estado, que marcou o século XIX, gerou um vigoroso impulso em busca de uma unificação linguística vernácula dentro de cada reino dinástico* (*Ibidem*, p. 120). Essa unificação linguística só é possível neste momento, por causa do surgimento, ainda no século XVI, de um mercado capitalista que produziu uma verdadeira revolução ao promover campos de intercâmbio e comunicação entre as pessoas, conferindo uma nova fixidez à língua e criando línguas oficiais diferentes dos vernáculos administrativos anteriores (*Ibidem*, p. 81).

Por último, outro pesquisador que se dedicou ao tema e que traz numa de suas publicações uma revisão dos pontos falhos das teorias acima é o historiador francês Gérard Noiriel. Para ele, a definição de nação é um *agrupamento de indivíduos que reivindica, ou que possui, o poder soberano* (NOIRIEL, 2001, 40). Sua indagação maior sobre o assunto está em descobrir qual é *a natureza do elo social que une os indivíduos de uma mesma comunidade nacional estatizada*. As tentativas de resposta do autor estão baseadas em argumentos da História, da Sociologia e do Direito.

De acordo com Noiriel, parte da importância adquirida pelos Estados Nacionais no século XIX pode ser ligada ao sistema de escrita e de meios de transporte mais rápidos que possibilitaram a criação de vínculos indiretos entre os indivíduos e o Estado, fortalecendo assim a Nação. Para que a soberania dos Estados Nacionais fosse plena, era necessário materializá-la na vida das pessoas. Para isso os Estados precisavam ter um nome próprio, ilustração num plano simbólico, reconhecimento perante as demais nações independentes, adoção de uma moeda e de forças armadas, criação de um sistema de cobrança de impostos, oferta de proteção aos indivíduos, protecionismo econômico e, principalmente, a criação de um código de leis. Esse último ponto é importantíssimo na concepção de Noiriel, pois ele acredita que o elo que liga um indivíduo ao outro dentro do Estado Nacional reside também na obediência desses mesmos indivíduos a um código de leis, sendo, portanto, um elo coercivo. Este ponto, que diz respeito ao elo coercivo que promove uma ligação indireta entre

os indivíduos e o Estado Nacional, foi um ponto ignorado por muitos pesquisadores das questões nacionais, que não perceberam que o Direito era um fator importante para a coesão nacional.

Somado a tudo isso, o sentimento de pertencimento a um Estado Nacional é viabilizado por meio de toda uma infraestrutura organizada pelo Estado para ligar os cidadãos a ele. Como parte dessa infraestrutura, podem-se destacar: as instâncias burocráticas que controlam a documentação dos indivíduos e comprovam sua existência perante o Estado, a educação nacional ofertada nas escolas, e a criação de uma moeda única que difunde o capitalismo e o Estado Nacional na vida de todos os cidadãos (*Ibidem*, p. 47 – 50). De acordo com Noiriel, com o avançar do tempo, essa infraestrutura viabilizaria que os indivíduos e os grupos sociais passassem, cada vez mais, a serem fabricados pelo próprio Estado (*Ibidem*, p. 51).

Todos esses autores apresentados até o momento e que se dedicaram ao estudo da Nação e tudo o que a ela está relacionado trouxeram, à sua maneira, contribuições ao tema. De certa forma, todos eles são unânimes em afirmar que a Nação é um fenômeno recente e que teve origens na Europa moderna. Existem algumas divergências quanto às suas motivações, mas sabe-se que seu início ocorre num contexto de esfacelamento do Antigo Regime, difusão das ideias iluministas, transformação das relações econômicas desencadeadas pela Revolução Industrial, existência de uma comunidade em torno de uma língua vernácula ou grupo étnico, dentre outros desdobramentos. Apesar de o continente europeu ser o *lócus* privilegiado para a formação das primeiras nações, o modelo que associa o Estado à Nação se espalhou no século XIX e XX por todos os continentes, adequando-se às mais variadas realidades políticas, econômicas e culturais.

Na Itália, existe um longo debate histórico com o intuito de compreender a gênese da Nação italiana, as motivações para a unificação, quais foram as lideranças do processo, bem como qual é a natureza do *elo nacional* para aquele país. Antes do *Risorgimento*, nome dado ao movimento de unificação da Itália, a península era dividida em oito reinos independentes, tal como se verifica na Imagem 2 que traz a representação das divisões da região entre 1820 e 1848.

**Imagem 2 - Reinos que compunham a península itálica antes do *Risorgimento*.**




Fonte: http://www.leonardo.it/ (Acesso em 22/07/2014)

Cada um desses reinos era independente em seu governo e talvez as únicas coisas mais relevantes que possuíssem em comum fossem o catolicismo como religião e o florentino enquanto língua de comunicação e publicação de toda uma elite intelectual existente na península itálica.

Enquanto tema de pesquisa, o *Risorgimento* despertou o interesse de pesquisadores em compreender quais são os motivos que levaram a península itálica a se unificar. Para o professor italiano Andrea Caspani, a fagulha que acendeu a vontade de se unificar politicamente surgiu entre os italianos letrados quando, em 1796, Napoleão Bonaparte havia levado seu exército para o que hoje é o norte da Itália (CASPANI, 2010, p. 02). Foi fundado ali um Estado francês no final do século XVIII e início do século XIX, com sede em Milão, cujas tropas iam aos poucos conquistando os territórios ao redor. Inicialmente este novo Estado foi denominado de República Italiana, entre 1802 e 1805 e, posteriormente, Reino de Itália, entre 1805 e 1814. Também ao Sul, foi fundada pelos franceses a República Napolitana, que durou apenas alguns meses do ano de 1799 (BERTONHA, 2005, p. 46 e 47).

A presença francesa no norte e sul da península itálica provocou reações. Nas lutas contra o exército napoleônico, o conceito de *Risorgimento* surgiu entre os escritores para definir uma nova Itália, como descreveu Caspani:

> Fin dall'inizio l'idea di Risorgimento è diversa da quella di Rivoluzione francese, è una rivoluzione che trae ispirazione dal passato, da valori tradizionali, non da principi astrattamente razionali. La stessa parola "Risorgimento" presuppone una vita nel passato, anzi una vita fiorente, grande religiosamente, culturalmente,

> storicamente e politicamente, e che, dopo la decadenza, la caduta, può ritornare grande e forte, anzi più grande, viva e forte di prima (CASPANI, 2010) [25].

A historiadora Lucy Riall, importante pesquisadora do período, interpreta esse momento após a invasão francesa como sendo a primeira fase do Risorgimento. Essa fase inicial do processo de unificação teve como característica um movimento romântico de valorização do passado da península itálica, dos seus lugares e das suas figuras protagonistas (RIALL, 1997, p. 128). O poeta e escritor Alessandro Manzoni foi o primeiro intelectual cujos versos fazem alusão a uma Itália unificada, sendo escritos justamente após a invasão francesa. Na esteira de Manzoni, outros escritores e poetas devem ser mencionados, como Guerrazzi, d'Azeglio, Foscolo, Leopardi, as óperas de Rossini, Belini e Verdi e as pinturas de Hayes. Segundo a autora, a ópera lírica foi de grande importância nesse momento, pois ela estimulou a construção de uma série de teatros nas grandes cidades e nos centros urbanos de menor porte, padronizando uma tipologia de arquitetura em toda a península (*Ibidem*, p.129). *La musica stessa fu a un tempo un simbolo dell'italianità e un mezzo di importanza decisiva per renderla popolare*[26] (*Ibidem*, p.132). De um modo geral, as artes permitiram que patriotas e leitores percebessem aos poucos a existência de uma comunidade nacional e de um passado comum à península itálica.

Sobre este período da invasão francesa ao Norte, tanto a historiadora Lucy Riall, quanto Enrica Ciommo concebem o *Risorgimento* como um movimento tributário da presença francesa. Para Riall, os jacobinos introduziram na península novos símbolos e rituais, ideias novas de patriotismo e cidadania que, somados aos elementos tradicionais da península, como a geografia, a língua e a religião, contribuíram para a ideia de *italianità* (RIALL, 1997, p. 128). Ciommo menciona as inovações jurídicas e administrativas, bem como o peso dos serviços públicos nessas duas áreas, a criação de mercados territoriais mais amplos e as melhorias nas formas de comunicação como sendo as principais mudanças introduzidas pelo período de dominação napoleônica (CIOMMO, 2005, p.17). Em outras palavras, tanto Riall, quanto Ciommo chamam a atenção para o fato de que a dominação francesa apresentou às elites políticas e intelectuais da península uma nova forma de organização do Estado sobre bases nacionais, sendo possível pensar numa futura união italiana a partir daí.

---

[25] Desde o início a proposta do Risorgimento é diferente daquela da Revolução Francesa, pois é uma revolução que traz inspiração do passado, dos valores tradicionais e não de princípios abstratos racionais. A própria palavra "Risorgimento" pressupõe uma vida no passado, senão uma vida próspera, grande religiosamente, culturalmente, historicamente e politicamente, e que depois da decadência, a queda, pôde retornar grande e forte, ao invés disso maior, viva e mais forte do que antes. (Tradução nossa).

[26] A música em si foi um símbolo de italianidade de importância decisiva para render a população. (Tradução nossa).

Em 1814, o Congresso de Viena redesenhou o mapa político da Europa, alterado anteriormente pelas investidas expansionistas de Napoleão. Na Península itálica, os novos reinos criados ficaram sob tutelas diversas e somente o Piemonte Sardenha permaneceu como o único reino governado sem a interferência de monarquias estrangeiras (BERTONHA, 2005, p. 46). Percebemos, portanto, que a assinatura do Tratado de Viena não libertou a Península itálica das influências estrangeiras, uma vez que vários de seus reinos passaram a ser dominados por outras dinastias europeias, principalmente ligadas à casa de Habsburgo, na Áustria. Segundo Enrica Ciommo, *il trauma della disfatta di Viena constituì il fattore decisivo che diede vita a un'identità di gruppo e a un'opposizione nazionale. Refforzò l'idea della necessità storica e della superiorità politica della nazione*[27]. Daí em diante surgiu uma série de movimentos que pensariam a unificação italiana a partir de ideais republicanos, católicos e monárquicos.

Na década de 1830 o intelectual Giuseppe Mazzini (1805–1872) adquiriu grande relevância, pois suas convicções políticas de matriz republicana circularam e ganharam adeptos, não somente entre os reinos italianos, mas também em outras partes do mundo. Mazzini pensava a unificação do território italiano na forma de uma República Democrática e para difundir melhor suas ideias, fundou em 1831 uma organização paramilitar, denominada *Jovem Itália*. Através dela, Mazzini propunha um modelo político de dedicação incondicional, atividade incessante e sacrifício individual pela libertação da Itália.

Lucy Riall destaca três formas de atuação de Mazzini que permitiram a circulação de suas ideais não só na Europa, mas também na América (RIALL, 1997, p. 143 a 145). A primeira delas é a publicação de suas convicções republicanas em folhetins impressos. A segunda é a divulgação, por meio de artigos, das atuações de Garibaldi, que naquela época ainda se encontrava exilado no Uruguai. Tanto que em 1848, quando Garibaldi retornou à Europa, já era conhecido pelo fato de suas histórias já terem sido divulgadas por Mazzini, que em suas narrações românticas, associava-o como exemplo de italianidade e representante do *Risorgimento político italiano*. Por último, a terceira estratégia de atuação política de Giuseppe Mazzini ocorreu por meio da ação direta, conspiratória e revolucionária da população em prol do republicanismo. As ideias mazzinianas foram importantes para a formação de uma consciência política de toda uma geração, que segundo Riall, se colocava como elite política alternativa (*Ibidem*, p. 146).

---

[27] O trauma da derrota de Viena constituiu um fator decisivo que deu vida a uma identidade de grupo e a uma oposição nacional. Reforçou a ideia da necessidade histórica e da superioridade política da nação (CIOMMO, 2005, p.17) – tradução nossa.

Outra parte da intelectualidade de vários reinos da Itália passou a considerar a ideia de refundar a identidade e civilidade italiana sobre os valores religiosos e sobre as tradições cristãs. Segundo Caspani, em 1843, o sacerdote Vincenzo Gioberti publicou a obra *Del primato morale e civile Degli Italiani*, que defendia a soberania moral (proveniente da Igreja) e cívica italiana sobre o mundo ocidental. Gioberti representava alguns intelectuais católicos e propunha um modelo de unificação federalista, cujo chefe supremo do Estado fosse o papa (CASPANI, 2010, p. 06).

Uma terceira vertente acreditava que a unificação deveria ocorrer em torno do Reino de Piemonte-Sardenha, que se encontrava livre dos domínios políticos dos austríacos. O maior expoente desta corrente foi o Conde de Cavour, político que defendia a instauração de uma única monarquia constitucional para toda a península, desde que a dinastia de Savóia permanecesse no poder.

O movimento em prol da unificação e formação do país que hoje conhecemos como Itália foi amplo, e como podemos perceber, contou com diversas propostas que pensavam a unificação pelo viés republicano, católico e até mesmo monárquico. Dentre essas três principais vertentes que se propunham a pensar a Itáliana unificada, a que triunfou sobre as demais foi a monarquista, cuja atuação se tornou mais efetiva a partir de 1848, com o rei do Piemonte-Sardenha, Carlos Alberto. Seu filho, Vittorio Emmanuele II, deu continuidade ao projeto de unificação do pai, que dependia inicialmente da expulsão dos austríacos de regiões como a Lombardia e Veneza. De certa forma, as investidas do reino piemontês canalizaram as esperanças de muitas correntes em prol da unificação italiana. Dentre os reinos da península, o Piemonte possuía a única monarquia parlamentar constitucional consolidada, que detinha exércitos e recursos para prosseguir com o feito.

Uma das grandes personalidades italianas que atuaram nesse período foi justamente o já mencionado Conde de Cavour, líder do partido Moderado e nomeado Primeiro Ministro do rei, em 1852. Cavour era um político defensor da unificação da península itálica pelo reino de Piemonte-Sardenha e em função disso procurou fazer alianças na Europa para, enfim, guerrear contra a Áustria e expulsá-la de alguns reinos ao norte da Itália, que estavam sob os domínios austríacos desde o Congresso de Viena (BERTONHA, 2007, p.47).

Enquanto o exército do reino do Piemonte lutava ao norte contra a dominação austríaca, ao sul Giuseppe Garibaldi liderava as conquistas das Sicílias. Garibaldi havia chegado à Europa em 1848, depois de ter lutado na Guerra dos Farrapos, no Brasil, e junto aos uruguaios, contra o governador de Buenos Aires. Ainda em sua mocidade como

marinheiro, ele deixou-se envolver pelos ideais socialistas de Saint-Simon e mais tarde entrou em contato com o movimento Jovem Itália, de Mazzini, refugiando-se no Brasil em 1835. Garibaldi acreditava na unificação da península em torno de uma única nação como forma de incluir as reivindicações populares e também acreditava que o Sul da Península deveria fazer parte da nova nação. Em 1860, por meio de uma expedição que desembarcou na Sicília, Garibaldi e os garibaldinos, como era conhecido seu exército popular, conseguiram livrar toda a Itália meridional do poder dos Bourbons, entregando essa região ao primeiro ministro piemontês, Conde de Cavour (*Ibidem*, p. 53). Em 1861, Vittorio Emmanuele II, que antes era apenas rei do Piemonte–Sardenha, foi proclamado rei da Itália e a capital transferida de Turim para Florença. Faltava ainda a conquista de Veneza e de Roma, essa última, sede do papado.

No ano de 1866, após uma guerra entre Áustria e Prússia, a primeira foi derrotada e forçada a ceder o Vêneto à Itália. Já Roma, domínio papal e protegida até então por tropas francesas, somente foi anexada em vinte de setembro de 1870, quando o exército de Vittorio Emmanuele invadiu a cidade, tornando-a capital do reino da Itália. As tropas francesas não ofereceram resistência, pois estavam envolvidas em conflitos externos. Pio IX, papa da época, desapropriado dos Estados Pontifícios, recusou as ofertas feitas pelo rei, que havia oferecido a ele ser chefe do Estado do Vaticano, além de uma indenização. O papa se auto declarou prisioneiro da nação e a questão entre a Itália e a Igreja Católica só foi resolvida no regime fascista, em 1929, sob o governo de Benito Mussolini. Até então, a relação entre as duas instituições, Estado e Igreja, foi recheada de tensões. A Igreja se recusava a aceitar a soberania do Estado Italiano e consequentemente isso influenciava a dinâmica de adesão ao nacionalismo por parte de grupos católicos.

De acordo com João Fábio Bertonha, a versão de Cavour sobre o que deveria ser o Estado Nacional italiano trinfou sobre as demais versões (BERTONHA, 2005, p. 53). A proposta de unificar a Itália em torno da monarquia de Savóia venceu os diversos nacionalismos que estavam em disputa para definir os contornos da nova Nação, minando o nacionalismo republicano de Mazzini, o nacionalismo de bases populares de Garibaldi e o nacionalismo acentado no catoliscismo, proposto pela Igreja.

A organização estatal da Itália após a unificação foi tributária da própria burocracia do antigo reino do Piemonte. O modelo de governo adotado foi a monarquia parlamentar, regida por um sistema bicameral, mantendo-se a dinastia de Savóia. O poder legislativo era composto pelo Senado, cujos membros eram designados pelo rei e escolhidos dentre a alta nobreza, burguesia e funcionalismo público, e a Câmara dos Deputados era eleita pelos cidadãos. Somente era considerado cidadão os homens maiores de 25 anos,

alfabetizados e que pagassem ao menos 40 liras de impostos diretos anualmente. Obviamente esses pré-requisitos excluíam a maior parte da população. Entre 1895 e 1897 o número de eleitores estava abaixo de 7% da população. Os ministros, assim como os senadores, eram nomeados também pelo rei, que além dessas escolhas políticas, era responsável direto pela política externa e pelo exército (IOTTI, 1996, p. 32 e 33).

Como podemos perceber, o processo de independência e unidade da Itália integra um conjunto de experiências que levaram à formação dos estados nacionais europeus e que são decorrentes de transformações ocorridas na sociedade europeia desde o fim da Idade Média. Portanto, a unificação da Itália não pode ser analisada de forma desconexa do restante do continente. Analisando parte da historiografia que se dedicou a estudar o fenômeno nacional no século XIX, é possível fazer algumas interpretações à luz das concepções de Hobsbawm e Anderson.

Inicialmente há que se considerar que a dominação francesa no Norte da península foi fundamental para fazer circular no restante dos reinos italianos os princípios do liberalismo e uma nova estrutura burocrática de funcionamento dos Estados, que não estava mais pautada na relação de dominação entre reis e súditos, como era no Antigo Regime. Essa circulação de ideias, ainda que viabilizada por uma dominação estrangeira, condiz com o pensamento da maioria dos historiadores que vêm no liberalismo uma importante base para o movimento nacionalista.

Se considerarmos que a unificação tornou-se possível pela atuação do Reino de Piemonte-Sardenha, que expulsou as dinastias estrangeiras presentes na península e arquitetou com as outras nações europeias o reconhecimento da nação italiana, podemos concordar com Eric Hobsbawm, quando o autor defende que as nações são construídas *essencialmente pelo alto* (HOBSBAWM, 1990, p. 20). Os reinos que formavam a península foram anexados aos domínios da dinastia de Savóia e a partir daí a estrutura política e burocrática do reino piemontês se sobrepôs ao restante do território, surgindo assim, a Itália. Após as conquistas, a casa de Savóia pode negociar o reconhecimento da Itália enquanto Estado Nacional perante as demais nações existentes, adquirindo o principio de soberania para o novo país. Analisando por este lado, há que se admitir que a formação da Nação italiana ocorreu de cima para baixo.

Nessa linha, alguns pesquisadores defendem que a consciência nacional italiana é muito mais um produto da unificação do país, do que exatamente a sua causa. O historiador John Brewilly, que também se dedicou ao estudo da Nação, sustenta a ideia de que a divulgação das ideias nacionalistas na Itália, entre 1800 e 1860, não foi essencial para o processo de unificação peninsular, predominando a vontade política da dinastia reinante no

Piemonte e de um grupo hegemônico que ansiava pela expansão desse reino e imposição de sua dinastia aos demais (BREWILLY, *apud* CIOMMO, 2005, p. 05).

Todavia, existe uma questão sobre o processo italiano de formação nacional que não podemos deixar de mencionar, que é a existência de uma comunidade linguística muito antes da unificação. Desde o século XIII, intelectuais do renascimento buscaram encontrar, dentre as línguas vulgares da época, aquela que era a mais viável para se expressarem na literatura, não mais utilizando o latim. Nesse período, Dante Alighiere foi um dos principais escritores a se dedicar à busca da língua ideal para os literatos se expressarem, estudando os vários vernáculos falados na península itálica. Esse estudo de Alighieri transformou-se num tratado chamado *De vulgari Eloquentia* (CHIARINI, 2005, p. 49). Como Florença (cidade da região da Toscana), era muito influente durante o período renascentista, a língua florentina acabou se tornando a língua vernácula de comunicação e produção dos escritores da época. Sua utilização recebeu ampla adesão por parte dos reinos da península, principalmente depois que a Igreja Católica, ainda no século XV, adotou-a como segunda língua, depois do latim, seguramente.

Com o passar dos séculos, o florentino tornou-se a língua de expressão de uma elite letrada. De acordo com Ana Maria Chiarini,

> O toscano-florentino-italiano já nasceu como língua de cultura. Tendo como modelo obras escritas dois séculos antes de sua legitimação por Bembo[28]. Foi aprendido por uma elite, pouco significativa em termos numéricos, mas bastante respeitável no que se refere ao poder e prestígio social, enquanto as necessidades expressivas da maioria dos habitantes da península continuavam a ser satisfeitas pelos dialetos (*Ibidem,* p. 49*).*

Quando da unificação, em meados do século XIX, o florentino continuava a ser a principal língua utilizada por setores cultos da elite italiana, e muito antes das empreitadas políticas do Reino do Piemonte em prol da unificação, uma comunidade letrada já se expressava em prol do Risorgimento utilizando-o como forma de comunicação escrita. Diante da ampla utilização do florentino por parte da elite intelectual dos reinos que formavam a península itálica, é possível concordar com Benedict Anderson quando ele afirma que uma comunidade imaginada em torno da língua oferece o cenário necessário para o desenvolvimento da nação moderna (ANDERSON, 2008, p.82). Para o caso italiano, a teoria de Anderson se adequa muito bem e até mesmo Hobsbawm, quando escreve sobre o *protonacionalismo popular*, menciona a importância da existência de uma linguagem

[28] Pietro Bembo foi um escritor que viveu entre os séculos XV e XVI e estabeleceu as regras da língua italiana.

amplamente utilizada pela elite letrada para a formação da Itália: *a única base para a unificação italiana era a língua italiana, que unia a elite instruída da península, como leitores e escritores, embora tenha sido calculado que, quando da unificação (1860), apenas 2,5% da população usavam o italiano* (HOBSBAWM, 1990, p. 76 e 77).

Ainda dentro dessa perspectiva linguística, Enrica Ciommo chama a atenção para uma particularidade da formação da nação italiana, que é justamente o fato do movimento nacional ter sido muito mais um movimento de intelectuais do que de massas. Segundo a autora, o movimento nacional italiano,

> (...) con il diffondersi del numero delle classi colte, della varietà dei periodici e delle riviste e di nuove modeli di lettura, cotinuò a fare nuovi adepti. Idee nazionali erano elaborate nelle società segrete, ma anche negli instituti di instruzioni privati, nelle nuove associazioni culturali, nei circoli, sui giornali, sui periodici, i più importanti dei quali furono, come è noto, <<Il Conciliatore>> milanese – diretto da aristocratici e intellettuali e soppresso nello stesso anno della nascita -, l'<<Antologia>> a Firenze, e <<Il Progresso>> a Napoli (CIOMMO, 2005, p. 19)[29].

Com certeza, a circulação destes jornais e periódicos, dentre outros recursos de divulgação de ideias mencionados pela autora, como as sociedades secretas e as associações culturais, propagaram entre a elite da península os princípios nacionais e o desejo pela unificação da Itália.

O que se pode constatar até o momento é que tanto Hobsbawm quanto Anderson trazem contribuições para compreendermos a formação da Itália enquanto Estado Nacional. A existência de uma comunidade linguística, desde o Renascimento, possibilitou a circulação dos princípios nacionais entre a intelectualidade local. Por outro lado, a ação militar do Estado piemontês convergiu os variados anseios em prol da unidade, possibilitando a anexação dos reinos vizinhos levando à unificação do país. De 1860 em diante, cabiam à nova nação duas empreitadas: consolidar sua administração política, econômica, cultural e, sobretudo jurídica, sobre o restante da península; bem como estreitar os vínculos de pertencimento dos cidadãos italianos.

A unificação colocava em evidência as diferenças entre duas Itálias: uma real, marcada pela fragmentação, e outra ideal, que era aquela formada por italianos envolvidos por um sentimento de pertença e unicidade em relação ao novo país. Como demonstra o discurso

---

[29] (...) com a difusão do número de classes cultas, da variedade de periódicos e revistas e dos novos modelos de leitura, continuou a fazer novos adeptos. Ideais nacionais eram elaborados nas sociedades secretas, mas também nos institutos de instrução privada, nas novas associações culturais, nos círculos, em jornais, em periódicos, os mais importantes dos quais foram, como é notório, <<O consiliador>>, milanês – direto das aristocracias e intelectuais e suprimido no mesmo ano pelo nascimento de a <<Antologia>>, de Firenze, e <<O Progresso>> de Nápoles. (Tradução nossa).

de Francesco de Sanctis ao parlamento italiano, em 1860, criar os italianos para uma Itália unificada não era tarefa fácil.

> Non basta gridare: – Viva l'Italia! – perché l'Italia sia fatta; io vedo che ciascuno porta ancora dentro a sé qualche cosa del suo passato, delle sue memorie, delle sue tradizioni; ciascuno di noi, essendo pure italiano, sente in sé ancora qualche cosa di napoletano, di lombardo, di toscano (GALLI, 2009, p. 54)[30].

O particularismo local caracterizava o país, cuja população em geral preocupava-se mais com a sobrevivência cotidiana, do que com os acontecimentos da nação recentemente unificada. Cabia ao Estado forjar a coesão dos italianos, evocando imagens simbólicas que sacralizassem o *Risorgimento* e seus personagens mais atuantes. Em outras palavras, dava-se início à invenção de tradições, com o objetivo de *assegurar ou expressar identidade e coesão social, que de certa forma estruturassem as relações sociais* da nova nação (HOBSBAWM, 1984, p. 271).

A versão oficial de interpretação do *Risorgimento,* oferecida pelos intelectuais ligados ao Estado, buscava colocar no panteão nacional personagens como Garibaldi, Vittorio Emanuele, Cavour e Mazzini, insistindo em mostrar a todos os italianos que a Itália era uma nação que não discriminava as variadas ideologias políticas de seus personagens fundadores. Os nomes de Vittorio Emanuele II e Giuseppe Garibaldi passaram a ser nomes de ruas e praças na maioria das cidades italianas, e qualquer rivalidade ou diversidade de pensamento que ambos tivessem a respeito do país, era desconsiderada pela História Oficial.

Exposições foram organizadas para divulgar as bases do nacionalismo italiano, como a *l'Esposizione generale italiana*, realizada em Turim, no ano de 1884, que valorizava o passado recente da Itália. Vários objetos pessoais, como roupas e pertences de Garibaldi e Mazzini foram colocados à mostra para o público.[31] A *Exposição Geral Italiana*, cujo foco de apresentação recaía sobre o passado da jovem Nação, confirma a relação artificial existente entre as tradições inventadas com o tempo passado, mencionada por Eric Hobsbawm. Em tempo de constantes mudanças e inovações, a criação de símbolos como bandeiras, hinos e a construção de um panteão de herois eram importantes como forma de estruturar aspectos da vida social em torno da Nação, estreitando a relação entre Estado e sociedade (*Ibidem*, p.10).

---

30 Não basta gritar, "Viva a Itália!", porque a Itália está feita; eu vejo que cada pessoa possui dentro de si qualquer coisa do seu passado, da sua memória, das suas tradições; cada um de nós, mesmo sendo italiano, ainda sentimos algo de napolitano, de lombardo, de toscano. (tradução nossa).

31 A matéria sobre essa exposição foi publicada no jornal de Juiz de Fora, *Pharol*, em 1º de maio de 1884, edição número 49, ano XVIII, Página 02.

Em 1905, surgiu a primeira cátedra de *Historia do Risorgimento*, atribuída a Michele Rosi.[32] Em 1906 foi criado o *Comitê Nacional para a História do Risorgimento*, que propunha estudos sobre o assunto, além de conferências e comemorações relacionadas à recente história nacional italiana.

A artificialidade com que o passado era manuseado construía uma versão sobre a História Italiana que escondia os diferentes projetos que existiram no período da unificação, colocando Mazzini, Cavour, Garibaldi e Vittorio Emanuelle no mesmo panteão, sem distinções. Entretanto, a versão oficial do *Risorgimento* fazia parte de uma necessidade do recente Estado de tentar unificar culturalmente o país, forjando seus símbolos nacionais e as datas cívicas a serem comemoradas, buscando assim dar conformidade à memória histórica do país. Tal tentativa do Estado italiano era uma apropriação do nacionalismo expresso em toda Europa que, conforme afirma Miroslav Hroch, combinava vários tipos de elementos, como:

> (1) A "lembrança" de algum passado comum, tratado como um "destino" do grupo, ou, pelo menos, de seus componentes centrais; (2) uma densidade de laços linguísticos ou culturais que permitem um grau mais alto de comunicação social dentro do grupo do que fora dele; e (3) uma concepção que afirme a igualdade de todos os membros do grupo, organizado como uma sociedade civil (HROCH, 2000, p. 86).

Para além das diferenças regionais, os esforços por parte do Estado para forjar uma nação encontravam muitos obstáculos. Os intelectuais católicos se opunham ao patriotismo laico e liberal e a Igreja condenava a unidade pautada em princípios liberais que negava o papado como verdadeiro autor das glórias e grandezas da península, sendo, portanto, hostil à unificação. Além disso, a influência da Igreja sobre os meios de instrução, bem como algumas benesses asseguradas aos mais necessitados conferiam a ela interferência e até mesmo controle sobre a política das vilas e cidades, dificultando que o Estado liberal representasse a nova autoridade administrativa e burocrática (RIALL, 2007, p. 160).

Para tentar minimizar as influências da Igreja e ao mesmo tempo forjar um sentimento patriótico em toda a Itália, o Estado não ousou deixar de lado a execução de um calendário civil. Segundo Maurizio Ridolfi, a nação impunha a necessidade de símbolos e rituais capazes de representar os valores da nova religião civil que se anunciava através da sacralização da pátria (RIDOLFI, 2003). No âmbito local, o calendário festivo civil foi ganhando legitimação e, como estratégia, buscou-se valorizar a identidade municipal e a memória local perante o *Risorgimento*. O autor oferece como exemplo a cidade de Bolonha,

[32] Professor italiano e estudioso do Risorgimento (1864 – 1934).

onde se comemorava anualmente o aniversário de libertação da cidade da dominação austríaca, ocorrida em 08 de agosto de 1848, constituindo-se um modelo de como a identidade local ia sendo redefinida no processo de integração nacional. Aos poucos, ao nível local, o Estado buscava suplantar a sacralidade dos rituais tradicionais cristãos, para as novas festas cívicas (RIDOLFI, 2003, p. 20).

Não se pode esquecer também que a variedade de dialetos existentes na península, proveniente de suas acentuadas diferenças regionais ofereceu um enorme obstáculo à expansão do nacionalismo na Itália. Embora houvesse uma comunidade italiana imaginada em torno da língua, no caso o florentino, ela se restringia a uma pequena elite cultural e estava longe de envolver toda a Nação.

Por motivos já mencionados, a língua falada em Florença foi considerada como língua oficial da Itália, mas para isso, o dialeto estudado por Dante Alighieri durante o Renascimento Europeu, passou por algumas adaptações. O escritor Alessandro Manzoni, aquele que se destacou por incorporar a concepção de *Risorgimento* em suas obras muito antes da unificação, realizou uma longa pesquisa sobre a língua falada em Florença, com o intuito de dar mais atualidade à forma escrita da língua florentina. O resultado de seu trabalho foi considerado o modelo renovado da língua literária e adotado, enfim, como língua nacional (CHIARINI, 2005, p. 50).

A expansão da língua italiana pelo país, tanto em sua modalidade falada quanto escrita, constituiu-se moroso processo. Para termos ideia, no início da década de 1860, apenas dois por cento (2%) da população italiana falavam a língua oficial do Estado italiano (GELLNER, 2000, p. 113). Segundo Chiarini, a utilização da língua italiana aconteceu paulatinamente e alguns fatores contribuíram para sua disseminação. Pode-se mencionar o processo de expansão da industrialização e urbanização, a escolarização em massa, a imprensa escrita, a burocracia estatal, o serviço militar obrigatório e por último a Primeira Guerra Mundial, que concentrou italianos de diversas regiões nos mesmos *fronts* de batalha (CHIARINI, 2005, p. 49). Apesar de esses fatores mencionados terem contribuído para a ampliação do uso da língua italiana, os dialetos regionais continuaram sendo utilizados durante muitas décadas, e ainda hoje são falados em algumas regiões interioranas. De acordo com dados realizados por uma pesquisa de abrangência nacional na Itália em 1991, 80% dos falantes eram capazes de utilizar a língua italiana, enquanto que 12% usavam exclusivamente seus dialetos locais. Em 1995, 48,7% dos habitantes da Itália, contabilizados pela pesquisa, usavam tanto o italiano quanto o dialeto de suas respectivas regiões, tendo caído para 6% o

número de italianos que falavam apenas os dialetos. Esses dados mostram que o processo de divulgação da língua italiana foi bastante lento.

Forjar uma nação, convergir os interesses diversos, ou pelo menos parte deles, para que ela se torne um projeto viável e se imponha sobre a população por meio da articulação de uma estrutura burocrática que estreite os laços entre Estado e cidadãos, não é uma empreitada de simples entendimento nas páginas da história. A configuração política dos Estados em torno da Nação pode ser compreendida sob perspectivas de análises diversas, que vão desde o estudo das suas representações coletivas, ao entendimento de sua estrutura administrativa e de como essa se estende aos indivíduos, reforçando laços de dependência entre um e outro. Longe de explicações causais e simplistas, o *Risorgimento* italiano foi um processo complexo e as motivações para a unificação devem ser buscadas tanto dentro quanto fora da península, como acabamos de demonstrar.

No início da década de 1860, mais especificamente em 1861, a Itália despontava perante a comunidade internacional como uma nova Nação, independente das dinastias estrangeiras. Iniciava-se também neste mesmo período o fenômeno de emigração em massa, que levou quase seis milhões de italianos a deixarem o país de origem buscando outros países e até mesmo continentes para buscarem uma nova vida.

## 1.2 – EMIGRAR É PRECISO?

O processo de unificação e construção de uma Nação envolve também um projeto de integração do novo Estado ao mercado mundial. No momento em que a Itália havia se consolidado como nação, em 1861, países como França e Inglaterra possuíam um avançado estágio econômico assentado em bases industriais, enquanto ela, por sua vez, apresentava uma economia bastante frágil e suscetível à concorrência estrangeira.

Os sinais da fragilidade econômica italiana podem ser notados durante o próprio período do *Risorgimento*. De acordo com a historiadora Lucy Riall, parte da historiografia italiana, ao estudar as classes sociais envolvidas na unificação, percebeu que a burguesia italiana era fundamentalmente conservadora, investindo na primeira metade do século XIX na aquisição de propriedades rurais, que eram as fontes de poder e status na península.[33] Na tentativa de fundar um sistema administrativo e jurídico moderno, o Estado era um importante veículo de promoção dessa classe burguesa e proprietária de terras, pois possibilitava a ascensão de um segmento de profissionais que se envolveu nas práticas da burocracia administrativa. Assim, para muitas pessoas que tiveram a possibilidade de estudar, a maioria delas ligadas ao comércio ou à propriedade de terras, conseguir uma posição na administração local era o meio mais fácil para adquirir riqueza, status e estabilidade. Nesse período, a propriedade da terra permaneceu como parâmetro de riqueza, embora algumas inovações tecnológicas fossem introduzidas no campo.

De acordo com a autora, durante o Setecentos ocorreu em toda a Europa um aumento do número de indivíduos pertencentes às chamadas "classes perigosas", tanto no campo quanto na cidade. As reformas jurídicas e econômicas na época provocaram uma série de transformações que esfacelaram as antigas estruturas feudais, dentre elas o direito à propriedade. Com o fim dos direitos consuetudinários, a sobrevivência de muitos camponeses foi dificultada. Para termos uma ideia, na região do Vêneto, ao Norte da península, o governo austríaco, ainda em 1839, decidiu alienar todas as terras consideradas improdutivas, dando assim um golpe devastador nos camponeses que residiam naquelas regiões e dela retiravam seu sustento da caça, da pesca e do corte de madeiras.

---

[33] Riall chega a defender que é mais correto referir-se à burguesia italiana nesse momento por meio do conceito de classe média. Para a autora, o termo burguês não se adequa ao caso italiano neste período, simplesmente porque o conceito de *burguesia* transcende a uma classe envolvida em alguma atividade econômica (em particular à atividade industrial), constituindo-se também num status ou num complexo de ideias e normas culturais de um grupo que se dedica a investir nas práticas industriais (RIALL, 2007, p.73).

A questão da terra tornava-se ainda mais fulcral quando o aumento demográfico verificado na península pressionava a demanda por ela. De acordo com Herbert Klein, a Europa Ocidental iniciou em meados do século XVIII o processo de transição demográfica. O decréscimo lento e progressivo das taxas de mortalidade acabava refletindo no crescimento populacional (KLEIN, 1999, p. 14). Muitos fatores podem ter contribuído para a estabilidade dos índices de mortalidade, mas o autor destaca três: a introdução da vacinação contra a varíola; transformações na ordem do saneamento e a introdução em ampla escala do cultivo de novos alimentos (*Ibidem*).

Somado a isso, o endividamento de pequenos proprietários que não conseguiam fazer prosperar suas pequenas posses agravava a situação. O crescimento populacional pressionou o setor agrícola de cada país, que precisou alterar *os métodos tradicionais de arrendamento, cultivo e produção* (*Ibidem*, p.15). Com isso muitos camponeses perderam o direito às suas terras, sendo forçados a trabalhar para os outros. Na Itália, não se pode esquecer também da tributação sobre o sal e a terra e impostos sobre os selos, além da inscrição dos homens ao serviço militar como fatores que contribuíram para intensificar o caos nos campos (RIALL, 2007, 85 e 86). Para acentuar ainda mais as tensões que se originaram nas regiões rurais, na primeira metade do século XIX, várias doenças, como a pelagra e o cólera, levaram à morte muitos camponeses.

As transformações no meio rural italiano acabaram por atingir também os centros urbanos. O êxodo do campo para a cidade aumentou sobremaneira a população de *urbes* como Milão, Turim e Nápoles, trazendo vários problemas. Destaca-se o aumento do abandono infantil, a prostituição, a insalubridade das moradias e a proliferação de epidemias. Lucy Riall compreende que essas agitações populares pela terra e o banditismo que se via aumentar no campo e na cidade durante as décadas de 1840 e 1850 eram muito mais legados das condições locais do que das tendências nacionais, apesar de não desconsiderar a importância dessas últimas (*Ibidem*, p. 90).

> Ciò detto, anche se appare impossibile negare la grande lontananza esistente fra la rivoluzione nazionale e la difficile realtà contadina, non dovremmo peraltro concluderne che la campagna fosse fuori della portata o ignara del più vasto processo di mutamento politico in corso. Localmente vi fu molta resistenza all'usurpazione delle terre comuni e si ebbe un ricorso crescente all'azione diretta (con occupazione di terre e dimostrazioni pubbliche). Questo fenomeno segnala un rottura neu vecchi legami feudali di patronage e deferenza, deve essere visto in rapporto alla centralizzazione e alla razionalizzazione ammnistrativa che privavano i contadini di ogni affettiva voce a livello comunale (*Ibidem*, p. 88).[34]

[34] Dito isto, mesmo que pareça impossível negar a grande distância que existe entre a revolução nacional e a dura realidade camponesa, não devemos concluir, no entanto, que o campo estava fora de alcance, ou, portanto

Se para Riall é difícil estabelecer um nexo causal entre as transformações da estrutura social no campo e na cidade com o processo de unificação nacional (*Ibidem,* p. 99), podemos assegurar que, com o término das lutas em prol da unificação política, essas transformações continuaram em curso e se acentuaram no decorrer do século XIX, uma vez que a unificação não assegurou melhorias imediatas à grave situação de miséria dos camponeses. Em linhas gerais, a lenta inserção da Itália unificada nos modos de produção industrial e os efeitos da concorrência com o mercado internacional não permitiram que o próprio país absorvesse a mão de obra excedente do campo, contribuindo assim para a emigração em massa que adentrou o século XX.

A partida para outras terras transformou-se em prática recorrente entre os italianos desde as primeiras décadas que se seguiram à unificação da península itálica. Os motivos que estavam por trás da decisão em deixar a terra de origem e procurar em outro país novas e melhores oportunidades de vida estão intrinsecamente ligados aos problemas mencionados anteriormente que já assolavam os campos italianos antes da efetivação do processo de unificação e que se intensificaram com a industrialização em curso.

Das regiões ao norte da Itália, o Vêneto promoveu as maiores ondas migratórias para o Brasil e as razões que levaram milhares de italianos a emigrar dessa região nordeste da Itália para o outro lado do Atlântico são explicadas num denso trabalho do historiador italiano Emílio Franzina, ainda na década de 1970 (FRANZINA, 2006). Baseado em estatísticas oficiais, Franzina pode perceber que o fenômeno emigratório se dividiu em seis etapas ao longo de um século, que estão sintetizadas a seguir.

A primeira fase emigratória italiana corresponderia aos anos subsequentes à unificação, entre 1861 e 1875, quando pequenos proprietários de terras partiram para países da América do Sul que estavam dispostos a receber levas de imigrantes europeus (*Ibidem,* p. 36). A segunda fase, cujos anos vão de 1876 a 1886, coincide com uma grave crise agrícola que, ao reduzir drasticamente o preço do trigo, atingiu os pequenos proprietários e arrendatários, que, sem terem condições para resistir, emigraram (*Ibidem,* p. 38 a 41). A terceira fase abarcou os anos de 1887 até 1901 e foi caracterizada pela miséria endêmica nos campos. A emigração assumiu nesta fase características plurifamiliares, no qual famílias

---

desconhecia o processo mais amplo de mudança política em curso. Localmente, houve muita resistência à usurpação das terras comuns e houve um aumento do uso de ação direta (com ocupação de terrenos e manifestações públicas). Este fenômeno que sinaliza uma ruptura nos velhos laços feudais de patrocínio e deferência, deve ser visto em relação à centralização e racionalização administrativa que privou os camponeses de voz efetiva no nível comunal. (Tradução nossa).

inteiras deixavam de vez o país (*Ibidem,* p. 42 a 45). De 1902 a 1927, o fluxo migratório transoceânico oscilou bastante, uma vez que a Primeira Guerra Mundial retraiu a emigração italiana. Nota-se neste período uma maior emigração por parte do sul da Itália e também uma preocupação do governo com a *repatriação dos meios monetários* dos imigrantes que faziam remessas em dinheiro ao país (*Ibidem,* p. 45 a 47). Na considerada quinta fase emigratória, que vai de 1927 a 1948, a emigração é arrefecida pelas medidas restritivas dos governos estrangeiros, principalmente por parte dos Estados Unidos, a fim de bloquear o fluxo migratório da Itália meridional. De certa forma, a emigração temporária continuou nesta fase, mas a definitiva cessou quase que por completo (*Ibidem,* p. 47 a 48). Por último, de 1948 até a década de 1970, nota-se que a emigração continua, porém muito mais voltada para o próprio continente europeu (*Ibidem,* p. 49).

De todas essas etapas da emigração, interessam-nos, sobretudo, as três primeiras, pois coincidem justamente com o período de maior imigração em Minas Gerais. De acordo com Maraliz Christo, em Minas a maioria dos imigrantes italianos era proveniente de províncias como Turim, na região do Piemonte; Arezzo e Lucca, na região da Toscana; Salerno, na Campânia; Cosenza, na Calábria; e as províncias de Pádua, Treviso e Verona, na região do Vêneto (CHRISTO, 2000, p.135).

Os dados mostrados por Franzina revelam que só nas duas primeiras fases emigratórias identificadas por ele, partiram da Itália cerca de 2.770.006 italianos naquilo que o autor considerou como sendo uma emigração de caráter permanente. Se colocarmos nessa conta a emigração temporária, o número de emigrantes sobe para 5.792.546 italianos (FRANZINA, 2006, p. 107). Diante de cifras tão volumosas, é possível concordar parcialmente com Gramsci quando ele afirma que o desequilíbrio demográfico na Itália produziu reservas operárias para o mundo todo e a emigração somente desenfreou-se, quando os países que mais recebiam imigrantes começaram a sentir o seu próprio desequilíbrio demográfico (GRAMSCI, *apud* FRANZINA, p. 48). Mas é preciso ter atenção à relação entre o fator demográfico e a emigração. Segundo Franzina, no Vêneto, os lugares onde mais ocorre o fenômeno emigratório não são os mais povoados. Isto significa afirmar que a emigração pode estar muito mais associada às causas econômicas e sociais que atingiam os campos, como a concentração das propriedades rurais nas mãos de poucos proprietários e a precariedade dos salários oferecidos, do que de fato ser associada ao aumento populacional.

Há que se considerar que no Vêneto, a emigração temporária já era uma prática comum dentre os camponeses que habitavam as regiões de montanhas, onde as condições geográficas, econômicas e tecnológicas não contribuíam para práticas agrícolas lucrativas. É

importante perceber que já existia entre os moradores dessas regiões uma predisposição em sair de sua província de origem e procurar trabalho temporário em outras. Na conta dos motivos que levavam à decisão pelo ato de emigrar, além da concentração das propriedades e precariedade salarial, podemos acrescentar também os invernos rigorosos de 1879 e 1880, as inundações no outono de 1882, as imposições fiscais do governo italiano e a baixa no preço do trigo, proveniente da concorrência com outras regiões produtoras[35]. A emigração deixava de ser apenas um fenômeno temporário, para se tornar definitivo.

> Os camponeses vênetos, partindo para a América, vendiam em geral todas as suas coisas, animais e móveis da casa e, frequentemente, se tinham um pedaço de terra, vendiam-no também, como acontecia, sobretudo no caso dos beluneses e trevisanos (FRANZINA, 2006, p.263).

> (...) os camponeses partem em grupos, em massa, às vezes até vilarejos inteiros. (...) Se no passado tinha havido períodos em que, dada a incidência do fluxo temporário, a emigração vêneta parecia envolver mais os homens adultos e aptos para o trabalho, na última década do século XIX observa-se justamente a fuga em massa dos camponeses e de seus núcleos familiares inteiros (Ibidem, p.277).

Além dos fatores endógenos que provocam a emigração, o fenômeno emigratório não pode ser analisado apenas sob uma perspectiva nacional. Há que se colocar nesta equação as regiões que acolheram os imigrantes. Concomitante a todas essas transformações ocorridas nos campos italianos, alguns países como Brasil e Argentina, propagandeavam na Itália a necessidade que tinham de trabalhadores. Os agentes da imigração eram contratados pelos países de destino para divulgarem as maravilhas do outro lado do Atlântico e convencerem os emigrantes a partir. Durante o período de emigração subvencionada, no qual até as passagens eram pagas pelos Estados, a decisão pela emigração ficava ainda mais tentadora para esses pequenos proprietários, meeiros, camponeses e aventureiros que tanto sofriam com as desigualdades do campo, intensificadas pelas catástrofes naturais. Se analisarmos os dados mostrados por Franzina, percebemos que até mesmo outras categorias de trabalhadores aderiram à emigração, como trabalhadores ligados à construção, mineiros, operários da indústria têxtil, pequenos artesãos, comerciantes, empregados do comércio, profissionais liberais, artistas e empregados domésticos (*Ibidem*, p. 108).

Por parte daqueles que permaneceram e não sofriam tanto quanto as populações menos abastadas, as manifestações em relação à prática emigratória foram diversas. Inicialmente as classes proprietárias vênetas tinham aversão ao fenômeno, condenando aqueles que optavam pela travessia oceânica. Franzina, ao reproduzir vários trechos da

[35] Importante mencionar que o Vêneto se desta pela produção agrícola de vinho, trigo e milho (FRANZINA, 2006, p. 140).

literatura antiemigrantista, destaca os clichês mais presentes na argumentação daqueles que se posicionavam contra, como o adeus aos parentes e amigos, os perigos da viagem oceânica, o desconhecimento em relação à América e as situações de exploração que os emigrantes encontrariam por lá e que aniquilariam qualquer possibilidade de melhora de vida (*Ibidem*, p. 244). Porém, essa literatura dialogal contrária à emigração não surtiu efeito algum. No caso vêneto, também a burguesia foi defensora da expatriação. Sequer o Vaticano posicionou-se contrário ao fenômeno.

Muitas obras literárias (poesia e prosa) foram produzidas neste período e ambientadas no fenômeno emigratório. Dentre essas obras, Franzina percebe a existência de uma ideia do emigrantismo de caráter liberal, no qual muitos literatos estão convencidos de que a emigração é, de fato, necessária. Parte desses escritores conjecturavam que os italianos, ao se encontrarem na América, *pudessem prestar reciprocamente ajuda e constituir entre eles uma boa vizinhança de gente laboriosa, ordenada e apta a progredir* (*Ibidem*, p. 425).

Por parte do governo italiano, não existiu nenhuma vontade em por fim ao movimento emigratório, uma vez que ele funcionava como uma verdadeira válvula de escape para aqueles que viviam em condições miseráveis. Luiza Iotti identifica três períodos na emigração italiana, entre a unificação e a Primeira Guerra Mundial, nos quais se percebem modificações por parte da política italiana no sentido de adequar o fenômeno aos interesses do Estado (IOTTI, 2010, p. 21).

O primeiro desses pontos seria quando a emigração iniciou-se, logo após a unificação. A política emigratória do governo oscilou entre aqueles que defendiam a partida de italianos para outras regiões do mundo e aqueles que se posicionavam veementemente contra.

O segundo ponto seria correspondente ao período entre 1876 e 1896. Percebe-se um amplo apoio do Estado à emigração, principalmente quando Francesco Crispi assumiu o cargo de primeiro-ministro italiano. Com Crispi no poder, a emigração casou muito bem com os interesses imperialistas que a Itália adquiria. Em lei sancionada em dezembro de 1888, pelo então primeiro-ministro, era assegurada aos italianos a liberdade para emigrar, além de reconhecer de maneira oficial a função dos agentes de emigração. Em decorrência dessa lei, foi criada uma *Seção Especial para a Emigração*, com a incumbência de amparar os emigrantes antes e durante a viagem. No que se refere à tutela fora da Itália, cabia ao Ministero Degli Affari Esteri (Ministério dos Negócios Exteriores) essa função por meio das várias instâncias diplomáticas (*Ibidem*, 28).

A emigração era vista pelo governo como um negócio economicamente rentável, uma vez que podia contribuir para o comércio entre a Itália e os países que recebiam os emigrantes. Iotti chama atenção para o fato de que a Itália passou a tratar a emigração durante a era crispina de maneira semelhante ao tratamento que as metrópoles europeias davam às suas possessões coloniais, referindo-se às comunidades de emigrados como sendo colônias (*Ibidem*, p. 35).

O terceiro seria após a queda de Crispi, com a ascensão do marquês Antonio Rudinì ao cargo de primeiro ministro, em março de 1896. Em seu governo, no ano de 1901, uma nova lei sobre a emigração foi sancionada, a qual o Estado tentava fazer-se presente em todo o processo. Com esta lei foram criados: o Comissariado da Emigração, que era uma parte do Ministério do Exterior onde se concentravam todas as atividades ligadas à emigração; o Conselho de Emigração, órgão consultivo para as questões sobre o assunto; o Inspetor de Emigração, que fiscalizava os grandes portos de embarque; criaram-se também os cargos de inspetores viajantes, serviço médico, vigilância a bordo e os comitês municipais; por último criou-se um fundo de emigração, proveniente de uma taxa de oito liras cobrada sobre cada passagem de emigrantes (IOTTI, 1999, p. 187).

As três fases da relação entre Estado italiano e emigração, identificadas por Iotti, revelam que o Estado se beneficiou do fenômeno emigratório. Ele via na fixação de italianos ao redor no mundo uma oportunidade para expandir o comércio da Itália. Uma vez criada uma estrutura diplomática que assegurasse minimamente a tutela desses imigrantes, era possível que o Estado tirasse proveito da situação, já que os imigrantes enviavam somas em dinheiro para a Itália, que iam desde auxílios financeiros à família que não emigrou, até mesmo a contribuições para a construção de monumentos pelo Estado e o socorro a vítimas de guerras e desastres naturais. O que se pode constatar até o momento é que emigrar era preciso, tanto para aqueles milhares de italianos que partiam, quanto para o Estado, conivente com a partida.

Se levarmos em conta que o ato de emigrar necessariamente se predispõe da escolha de um lugar para se fixar, perceberemos que, na segunda metade do século XIX, a América do Sul estava abrindo seus portos para a entrada de imigrantes europeus. No caso do Brasil, que é o que mais nos interessa, o país discutia as possibilidades de atração de mão de obra, preferencialmente europeia.

Com os sinais claros de que a utilização do trabalho escravo não tardaria em ser proibida de vez pelo governo brasileiro, em função da ratificação de leis como a que proibiu o tráfico em 1850, a que assegurava o ventre-livre em 1871 e a liberdade aos cativos sexagenários em 1885, muitos políticos se preocupavam com a possível crise de mão de obra

que o país enfrentaria. Há que se considerar que, neste momento, o país passava pela expansão da lavoura cafeeira em regiões como Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e principalmente São Paulo, onde a produção do grão adquiria cifras importantes para a economia nacional.

As discussões políticas no país, preocupadas com a questão, passaram a ver na proposta imigrantista a principal saída para a crise de trabalhadores que o fim da escravidão acentuaria. Obviamente a questão dividia opiniões, como mostrou Célia Azevedo (AZEVEDO, 2004, p. 103). Dentre os políticos a se manifestarem, havia aqueles que defendiam a permanência da escravidão, o reaproveitamento do trabalhador nacional, bem como a já mencionada importação de trabalhadores.

Alguns fatores acabaram interferindo na opção pelo imigrante. Se por um lado alguns países possuíam reserva de trabalhadores dispostos a emigrar, internamente algumas teorias fundamentaram a importação do braço europeu com sendo a melhor solução para a crise da mão de obra. As teorias raciais, muito em voga na época, imputaram caráter científico às desigualdades entre os seres humanos utilizando-se do conceito de raça para classificar e dividir a humanidade. No caso brasileiro, as teorias raciais levantavam um problema, uma vez que o país se apresentava como resultado da miscigenação entre africanos, indígenas e europeus. Diante desta constatação, a imigração de europeus apresentava-se como solução para o país, uma vez que poderia promover o branqueamento da população (NAXARA, 1998, 39).

Além disso, acreditava-se que o imigrante europeu portava as virtudes da ética capitalista, podendo servir de exemplo para o trabalhador nacional. Os anos de trabalho forçado que o Brasil vivenciou desde os primórdios da sua colonização conferiram ao conceito de trabalho uma conotação negativa, que não contribuía em nada para o mercado de trabalho livre que se formava no pós-abolição (CHALHOUB, 2001, 65). Era necessário positivar e dignificar o ato de trabalhar e, em consequência disso, desmoralizar aqueles que viviam no ócio, o que era uma prática considerada ofensiva à moral capitalista, como mostram os trabalhos de Sidney Chalhoub (2001) e Marta Abreu (1989).

Por último, dentre as causas endógenas que contribuíram para fortalecer a opinião imigrantista, havia também a necessidade de povoar as regiões desabitadas no Brasil, por meio da criação de colônias. Principalmente no sul do Brasil, em regiões de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, colônias agrícolas foram fundadas para alocar imigrantes com o objetivo de povoar os territórios desabitados, como assegurou Zuleica Alvim (ALVIM, 2000).

Diante de toda essa demanda construída em torno da imigração, as províncias passaram a investir na introdução de trabalhadores estrangeiros, propagandeando-se por meio de agências que divulgavam na Europa as possibilidades de uma nova vida na América. Como naquele momento a Itália passava por transformações que atingiam diretamente suas regiões mais ruralizadas, como vimos anteriormente, quase seis milhões de pessoas enxergaram na emigração temporária ou definitiva a chance para melhorar de vida. Somente a região do Vêneto exportou para o Brasil, entre 1876 e 1901, 366.793 italianos.

Em suma, certificamo-nos que a consolidação do trabalho nos modos de produção capitalista e tudo o que isso representa foi o enlace perfeito entre os países que expulsavam emigrantes e aqueles que atraíam imigrantes. Enquanto o mesmo fenômeno provocava a necessidade de trabalhadores no Brasil, na Itália, milhares eram deslocados de seus costumes, de suas terras e de sua simplória estabilidade buscando na partida um novo recomeço. Uma leva desses que partiram, ainda que pequena quando comparada a outras regiões e cidades que receberam imigrantes no Brasil no mesmo período, fixou-se na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, como veremos a seguir.

## 1.3 A PRESENÇA ITALIANA EM JUIZ DE FORA

### 1.3.1 Cidade do *progresso* e *civilidade*

Durante o período de exploração do ouro em Minas Gerais, a região chamada Zona da Mata, situada no sudeste de Minas, servia como passagem para escoar o ouro, uma vez que essa região limitava-se com a capitania do Rio de Janeiro. Às margens do chamado *Caminho Novo*, que ligava a região central do Estado ao Rio, surgiu um pequeno aglomerado de roças e estabelecimentos comerciais que abastecia as tropas que transitavam entre as minas e os portos fluminenses. Em 1856, esse povoado, denominado de Santo Antônio do Paraibúna, foi elevado à categoria de cidade e quase dez anos depois, seu nome foi alterado para cidade de Juiz de Fora (GOODWIN JÚNIOR, 1996, 43).

**Imagem 3 – Localização geográfica de Juiz de Fora em Minas Gerais.**




Fonte: http://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2012/06/26

Após o arrefecimento da atividade mineratória, as várias regiões que compunham a província de Minas Gerais tiveram que reestruturar-se economicamente, transformando a produção de alimentos para o mercado interno numa importante atividade econômica. Entretanto, a Zona da Mata, ao contrário das demais regiões de Minas, estruturou-se em torno da produção cafeeira voltada para exportação, uma vez que seus limites territoriais eram uma extensão geográfica do Vale do Paraíba. A produção do grão fez da Zona da Mata a região mais rica do Estado até o início do século XX.

A produção cafeeira para exportação desencadeou nessa região o surgimento de uma série de outras produções econômicas, bem como alavancou a criação e melhoria de muitos serviços. De acordo com o historiador Anderson Pires, a rede de transportes é um dos efeitos de encadeamento gerados pela produção do café, uma vez que o seu plantio aconteceu em relevos elevados (PIRES, 2009, p. 49). Por conseguinte, no ano de 1852, iniciou-se a construção da rodovia União e Indústria, que foi idealizada e empreendida por Mariano Procópio Lage. A importância dessa rodovia é incontestável, já que ela fazia a ligação entre Juiz de Fora e Petrópolis, onde a partir daí se encontrava com a ferrovia Dom Pedro II, possibilitando o escoamento do café até os portos fluminenses. Em 1875, o escoamento do café foi facilitado ainda mais pela expansão da ferrovia Pedro II até as imediações juizforanas, o que de certa maneira, acabou promovendo a diversificação do comércio interno local e a melhoria dos serviços urbanos na cidade.

Para termos noção da intensidade das transformações vivenciadas por Juiz de Fora nas últimas décadas do século XIX, podemos elencar uma série de benfeitorias que marcaram o seu desenvolvimento urbano. De acordo com Pires, em 1878 a cidade possuía seis instituições de ensino; em 1881 foi organizada uma companhia para realizar os transportes urbanos; em 1883 foi inaugurado o serviço de telefones e um ano depois o de telégrafos; em 1885 a população já dispunha de água a domicílio; em 1887, a cidade contava com o *Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais* e com a *Sociedade Promotora da Imigração*; em 1887, possuía também o *Banco de Crédito Real de Minas Gerais*, além de obter o serviço de iluminação pública e doméstica fornecido pela *Companhia Mineira de Eletricidade*; no ano de 1890 foi fundado por missionários estadunidenses o *Instituto Metodista Grambery*, uma instituição de ensino de orientação religiosa; em 1891, comerciantes e fazendeiros locais investiram na fundação de um dos primeiros centros de educação superior do Brasil, a *Academia de Comércio*; e em 1898, as indústrias locais já contavam com a energia elétrica fornecida pela Cia Mineira de Eletricidade (PIRES, 2009, p. 75).

Gustavo Abdalla chega a mencionar que na virada do século XIX para o século XX, 25% da produção industrial mineira estava sendo manufaturada em Juiz de Fora e seu comércio representava quinze por cento do comércio de todo o Estado (ABDALLA, 2000). Todas essas transformações fizeram de Juiz de Fora o centro urbano de maior importância na região matense, favorecendo uma produção industrial que atendia tanto ao mercado local quanto regional, destacando-se a produção voltada aos setores têxtil, alimentício, de calçados, móveis, moagem de cereais, curtume, cigarros etc. Na década de 1920, em termos de

comércio e produção industrial, Juiz de Fora ficava atrás apenas dos índices alcançados pela capital, Belo Horizonte.

O desenvolvimento apresentado por Juiz de Fora, desde sua elevação à categoria de município até a década de 1920, pode ser refletido no seu crescimento populacional, que em cinco décadas quadruplicou.

**Tabela 1 – População do município de Juiz de Fora, 1865-1921.**

| **Crescimento populacional do município de Juiz de Fora** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Anos** | **1865** | **1890** | **1900** | **1907** | **1921** |
| **Nº de Habitantes** | 23.916 | 58.970 | 74.136 | 85.450 | 102.000 |

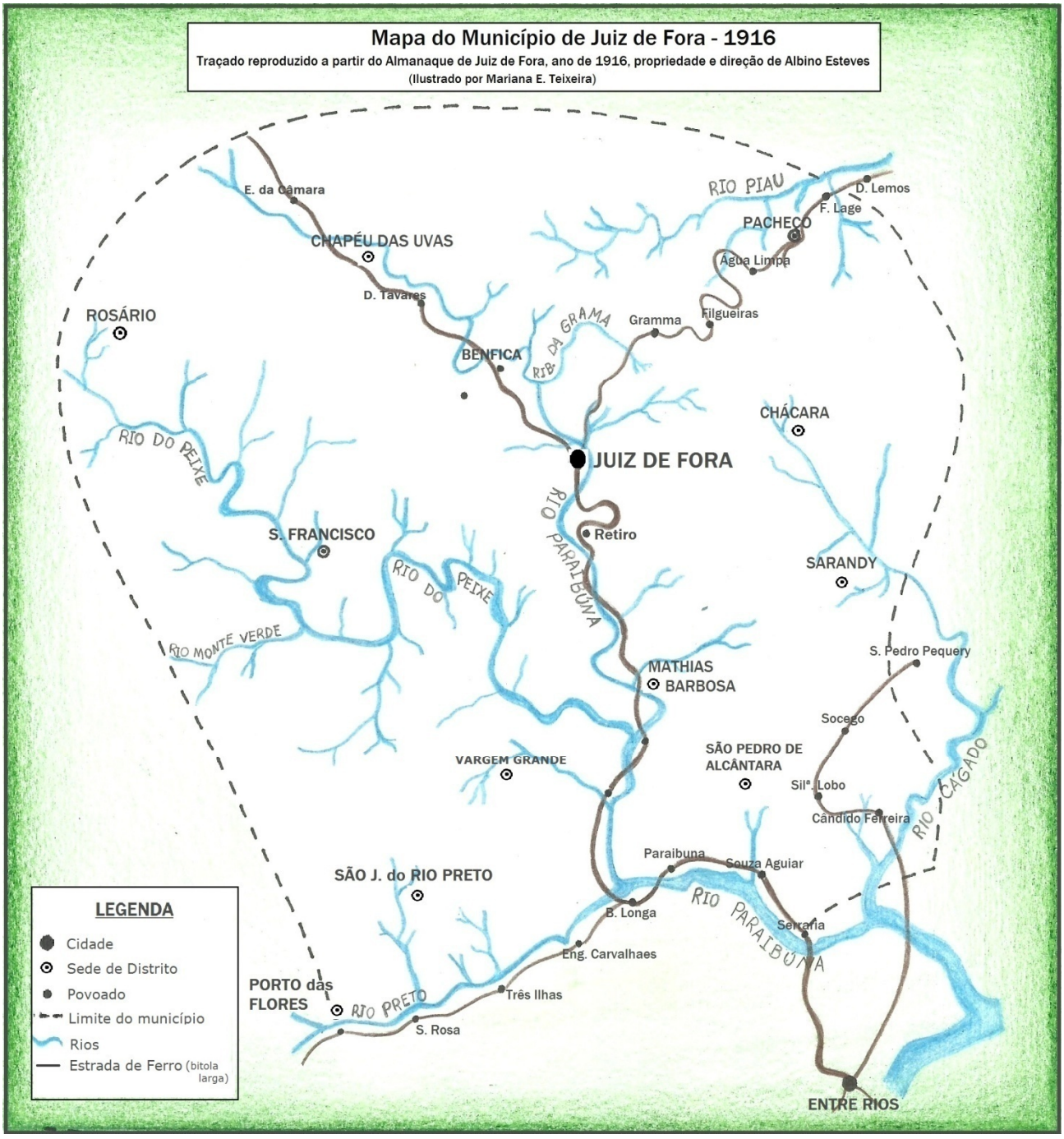
Fonte: Almanaque de Juiz de Fora, ano de 1922, p. 140.

A maior parte da população do município estava distribuída entre os distritos rurais e não no seu perímetro urbano[36]. Sua delimitação espacial pode ser conferida no mapa disponibilizado na Imagem 4.

Quanto à presumível relação entre produção cafeeira e industrialização, Suzana Bastos, utilizando os dados apresentados pelo historiador Anderson Pires, afirma que o capital cafeeiro de Juiz de Fora gestou as condições do processo de acumulação de capital até a década de 1920, oferecendo as condições de financiamento de sua própria atividade agroexportadora e dos investimentos relacionados aos setores urbanos (BASTOS, 2002). Nas palavras de Pires, *a cidade passava por um processo de diversificação urbano-industrial que, desde suas origens, contou com recursos e poupanças acumulados endogenamente* (PIRES, 2009, 395).

**Imagem 4 - Mapa do Município de Juiz de Fora, ano de 1916.**

[36] Em 1916, Juiz de Fora era formada pelas seguintes sedes de distrito: Rosário, Chapéu das Uvas, Pacheco, Chácara, São Francisco, Vargem Grande, Mathias Barbosa, São José do Rio Preto, Rio Preto, Sarandy e Vargem Grande.




Fonte – Reprodução do *Mapa do Município de Juiz de Fora,* baseado no mapa presente no Alamanaque de Juiz de Fora, de 1916, organizado por Albino Esteves.

As mudanças apresentadas por Juiz de Fora estavam inseridas num projeto de modernização, encabeçado pela elite econômica local, formada por fazendeiros e industriais, que procurava associar a cidade aos ideais de progresso e civilidade[37], muito em voga no

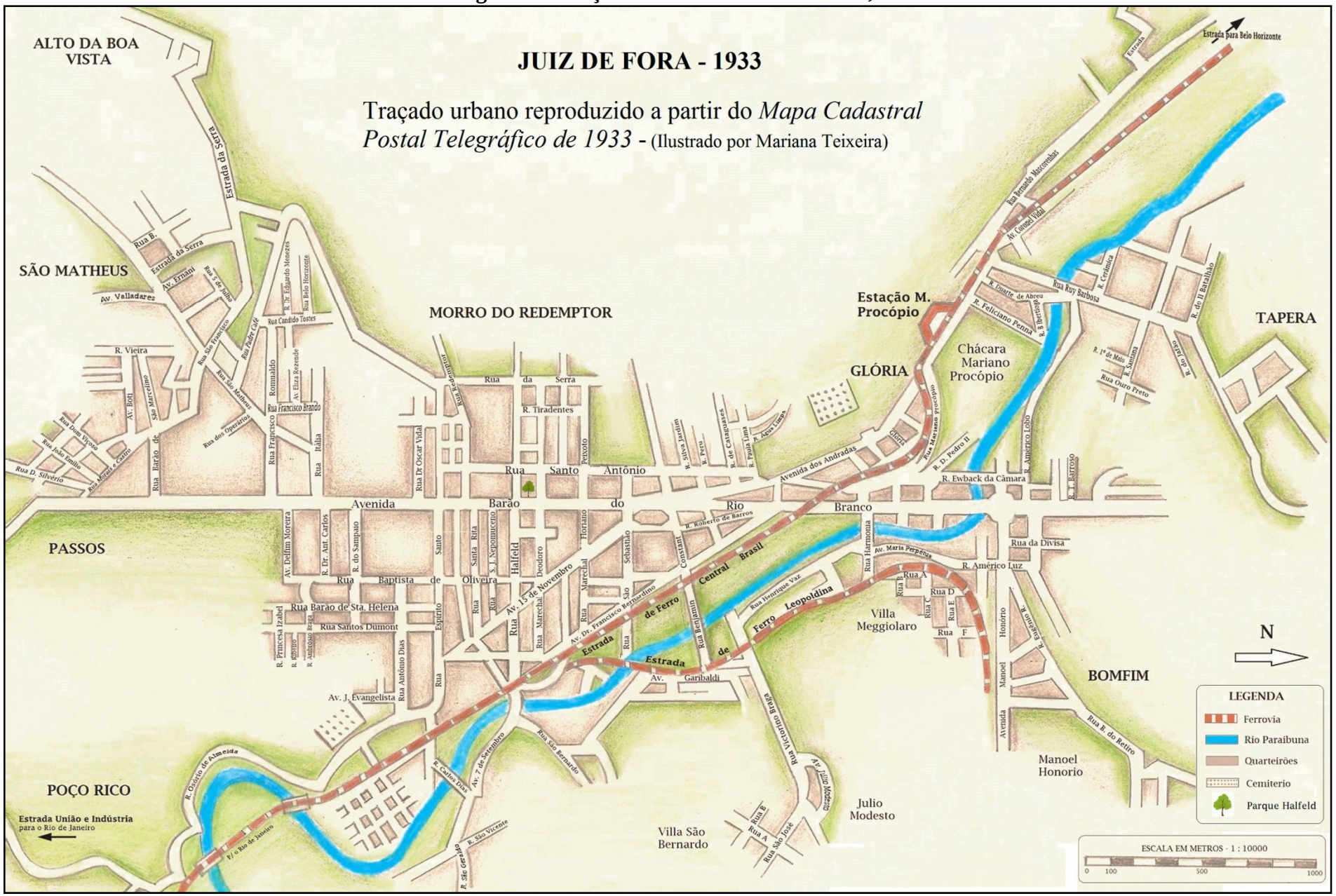
[37] Tanto o conceito de progresso, quanto o conceito de civilidade, foram incorporados ao vocabulário europeu com mais frequência depois do iluminismo. Com o advento das luzes, a noção de progresso passou a referir-se tanto à emancipação do homem quanto à evolução do saber e da técnica. Foi com a legitimação da

mundo ocidental, naquele período. De acordo com James Goodwin, esse projeto se intensificava por meio da atuação de sua elite na Câmara Municipal, nos periódicos locais e nos eventos culturais sediados na cidade, como a Exposição Industrial de 1886, por exemplo (GOODWIN JUNIOR, 1996, 56 e 57). Ao contrário de grandes reformas urbanas, como ocorreu em cidades precursoras do projeto de modernização, tanto na Europa, quanto no Brasil, o que se percebeu em Juiz de Fora foram algumas intervenções do poder público, através de Resoluções da Câmara Municipal, no sentido de trazer melhorias, do ponto de vista de quem as executavam, para a cidade.

Maíra Silva, ao analisar as intervenções do poder público no traçado urbano de Juiz de Fora mostra-nos que, no ano de 1896, a Câmara legislou sobre a abertura de ruas, avenidas e praças, além do alinhamento das mesmas e de suas construções. A configuração espacial da cidade aproximou-se a um tabuleiro de xadrez, com ruas alargadas e prolongadas, como pode ser visualizado na Imagem 5, que, embora seja a reprodução do traçado urbano de Juiz de Fora para a década de 1930, permite-nos situar e identificar essas interferências da política local. Anos mais tarde, em 1902, o Largo da Câmara foi remodelado pela firma *Pantaleone Arcuri & Spinelli*.

imagem de positividade da ciência e a proposta de uma linguagem universal de conhecimento que a noção de progresso se entrelaçou com a de ciência. A humanidade estaria condicionada a estágios ascendentes que iriam desde situações de ignorância e primitivismo, para outras superiores, direcionadas a níveis mais elevados de esclarecimento e prosperidade industrial (BATISTA, 2007). Já o conceito de civilização e todos os seus derivados, como civilidade, por exemplo, assumiu durante o iluminismo uma conotação contrária à ideia de barbárie. A civilização seria como uma meta que o homem atingiria quando saísse da barbárie e conseguisse superar todos os obstáculos, políticos e religiosos, que o impediam de chegar ao aperfeiçoamento de sua vida civil. No início do século XIX, o conceito de civilização misturou-se a sentimentos nacionais, esvaziando-se um pouco daquela ideia de civilização como pódio de chegada de toda a humanidade. A nação considerada civilizada seria aquela que contribuiu de alguma maneira com o progresso da humanidade, como por exemplo, a Civilização Grega, Romana, Francesa, dentre outras (MOURA, 2009). Não demorou muito para que as cidades também incorporassem essas ideias e refletissem-nas de alguma forma na configuração de seu espaço urbano, como é o caso de Paris, Barcelona, Viena, dentre outras.

**Imagem 5 – Traçado Urbano de Juiz de Fora, 1933.**



Na região central, à margem direita do rio Paraibuna, coração do comércio na cidade, havia toda uma preocupação com a estética dos edifícios. Em 1905, o poder público instituiu um prêmio anual para os três prédios que mais se destacassem pelo gosto estético de suas construções. Quatro anos depois ficavam isentos dos impostos municipais prediais, por período de três anos, aqueles que construíssem sobrados no trajeto da Rua Halfeld (principal rua da cidade), até a Rua Santo Antônio, próxima à matriz. Essa medida, segundo Silva, fazia com que a Rua Halfeld não deixasse de ser uma zona residencial, uma vez que os sobrados possuíam ponto comercial em baixo e moradias nos andares de cima, como pode ser conferido na Imagem 6, realizada em 1913.

**Imagem 6 – Sobrados da Rua Halfeld, Juiz de Fora, 1913.**



Fonte: disponível em http://www.ricardoarcuri.com.br/jfora/ruaspracas/halfeld/index.html

Em 1919, a construção de casas com apenas um andar nas principais ruas da cidade foi proibida pelo poder público, que passou a incentivar a construção de casas de dois ou mais andares por meio da isenção de impostos. Em direção aos morros da Gratidão (Avenida dos Andradas), Santo Antônio e da Academia foram erguidos bairros de moradas em fins da década de 1910. As ruas direcionadas aos *Passos* e ao *São Matheus*, localizadas no lado esquerdo do mapa disponibilizado na Imagem 5, alocavam os edifícios da elite local, uma vez que os resguardavam das inundações frequentes na parte baixa da cidade (SILVA, 2007).

Os bairros da população de baixa renda estavam situados à margem esquerda do rio, na região do atual Museu Mariano Procópio e da colônia de imigrantes, atual bairros Fábrica, Borboleta e São Pedro. Geralmente, as moradias operárias eram construídas sem áreas verdes, perto das fábricas e sujeitas a inundações frequentes. Numa tentativa de

amenizar a situação dessas moradias, no ano de 1908 o município resolveu isentar de impostos, por um prazo de cinco anos, aqueles que construíssem grupos de cinco casas para residências operárias, desde que estivessem em conformidade com as regras de higiene da época e o valor do aluguel não excedesse 30$000 mensais (*Ibidem*). Tudo isso como medida para que os cortiços não proliferassem pela cidade. Uma análise dos registros de *Impostos sobre Indústrias e Profissões* para o ano de 1903 revela a existência de 155 cortiços na cidade distribuídos entre 48 proprietários. Em lugares mais centrais, como a Rua Batista de Oliveira e a Rua Espírito Santo, algumas pessoas chegavam a ser proprietárias de mais de dez cortiços numa única rua, oferecendo às numerosas famílias pobres, dentre elas muitos imigrantes que chegavam desprovidos de renda, uma opção de moradia barata, porém insalubre.[38]

Essas medidas que propunham pequenas intervenções urbanas no traçado de Juiz de Fora estão muito longe das grandes reformas urbanas que foram feitas em cidades como Paris, Viena, Barcelona, ou até mesmo o Rio de Janeiro. Entretanto, estão em sintonia com os ideais de modernidade, civilização e progresso, como fica evidente na leitura do periódico local, *O Pharol*. Durante a década de 1880, as edições desse jornal revelam uma cidade muito preocupada com a sua imagem perante os demais centros urbanos de Minas Gerais. Acreditamos que o ápice desse projeto modernizador é percebido nas matérias publicadas sobre a organização da Exposição Industrial realizada em 1886, quando a cidade se preparou para um grande evento a fim de expor produtos agrícolas e industriais da região.

A organização da exposição revela um esforço enorme para que a cidade ficasse mais apresentável aos visitantes do evento. A câmara noticiava com frequência algumas chamadas à população para que preparassem as suas casas pintando-as antes do evento, limpando suas fachadas, fazendo a capina de seus lotes, com o intuito de que Juiz de Fora apresentasse *aos visitantes o aspecto de cidade adiantada e civilizada*.[39] Para os dias do evento, os juiz-foranos eram convocados a ornamentar *as frentes das suas casas com colchas, bandeiras e galhardetes, (...) assim como nas noites (...) iluminarem suas casas, tudo de modo a que esta florescente cidade apresente aos visitantes o aspecto mais lisonjeiro do seu adiantamento e civilização*[40].

Apesar de percebemos que havia todo um discurso que buscava associar Juiz de Fora às odes progressistas, na prática esse discurso modernizador das elites econômicas e industriais esbarrava numa população que ainda não compartilhava do mesmo ideal. As

38 Livro de Impostos sobre Indústrias e Profissões, ano de 1913, AHJF.
39 Jornal *O Pharol*, Juiz de Fora, 20 de maio de 1886.
40 Jornal *O Pharol*, Juiz de Fora, 21 de agosto de 1886.

matérias publicadas no *O Pharol* mostram-nos uma Juiz de Fora marcada por uma série de problemas urbanos, que acabavam se refletindo em críticas e cobranças publicadas pelo próprio jornal.

Em edição de 26 de outubro de 1884, o jornal publicou um bilhete encontrado em sua redação com as seguintes reclamações a respeito da cidade:

> ZIGS-ZAGS
>
> Eu já estava quase convencido da imprestabilidade da minha ideia e resolvido a não mais contar com a colaboração do Zé Povinho, quando ao abrir a porta da tipografia, no dia 24, encontrou-se um envelope contendo as informações seguintes e que o público *ippis verdis*, para não lhes tirar o *minese*:
>
> **Apontamentos sobre pontos não apontados:**
>
> 1º O estado em que tem estado, sem regra nem arte, o Jardim Municipal;
>
> 2º A falta de asseio na Igreja matriz;
>
> 3º Falta de limpeza na rua da cidade;
>
> 4º A moda porque o gado passa a galope nesta cidade;
>
> 5º Era melhor mudar o matador para a Cachoeira da Grama... atendendo aos bons pastos.
>
> **Higiene Pública**
>
> 6º Que os fabricantes de gás façam os esgotos em canos reservados só para o mesmo fim;
>
> 6º (a) Atendendo ao estado penoso da rua Halfeld, isto só para quem preza saúde!
>
> 8º A necessidade de um lugar destinado para despejos fora da povoação, como sejam animais mortos de todas as espécies.
>
> Até breve – O borracha. (Jornal *O Pharol*, Juiz de Fora, 26 de outubro de 1884).

A denúncia que constava na coluna denominada "Zé Povinho" apontava problemas como o desleixo com o Jardim Municipal, a falta de limpeza das ruas da cidade, que contava com a presença de animais vivos e mortos, incluindo a necessidade de um local de despejo do lixo que não fosse o próprio perímetro urbano. A preocupação com o jardim, atual Parque Halfeld, estendeu-se por toda a década de 1880.

> Esse recinto circundado por um pequeno paredão com grades de ferro, a que chamam jardim e que não passa de um regular viveiro de capim e plantas silvestres, nenhuma utilidade tem para o público de Juiz de Fora, devido à incúria como é tratado. (...)
>
> Todas as cidades cultas de maior ou menor população possuem um lugar de recreio onde nas tardes calmosas de verão, as famílias vão respirar uma atmosfera mais livre, mais embalsamada, que em suas casas. Juiz de Fora não tem disso. (...)
>
> Vamos, mostremos aos estrangeiros que temos gosto pelo que é belo e que não ignoramos quanto é rica e variada a nossa flora, que nos dá de sobra elementos para possuirmos um valioso jardim (Jornal *O Pharol*, Juiz de Fora, 28 de janeiro de 1888).

As matérias pelas quais os problemas urbanos de Juiz de Fora são expostos e criticados no jornal *O Pharol* reforçam os apontamentos de James Goodwin, quanto ao fato desse periódico fazer parte do projeto de modernização da cidade. De acordo com o autor, as críticas direcionam-se à atuação da municipalidade que não atende a esse projeto: *não se criticam os objetivos: criticam-se algumas vezes os caminhos escolhidos para alcançá-los, e mais comumente a ineficácia na sua implementação* (GOODWIN JÚNIOR, 1996, p. 222). As críticas e discussões feitas pelo jornal ao projeto de modernização e progresso de Juiz de Fora indicam que ele nunca chegou a ser plenamente realizado, podendo os motivos estar relacionados às limitações orçamentárias do município e à incoerência entre algumas pretensões da elite local com a conjuntura nacional, por exemplo. Além disso, para o autor esse projeto era excludente, uma vez que buscava submeter a população que vivia nas margens da cidade aos propósitos da classe dominante (*Ibidem*, 229)[41].

O projeto modernizador de Juiz de Fora não é notado apenas nas discussões sobre seu espaço físico. A historiadora Maraliz Christo mostra-nos em sua pesquisa de mestrado como ele interferiu em várias instâncias de educação da cidade, possibilitando a ascensão de membros das camadas médias urbanas ao status de intelectuais locais, que acabavam por assumir o que a autora denominou de *habitus das classes dominantes* (CHRISTO, 1994, p. 49). Nas palavras da autora, é possível:

> (...) afirmar o papel ativo dos empresários de Juiz de Fora, tentando, ainda que de forma inicial, viabilizar um projeto modernizante para a sociedade como um todo. Não se trata apenas de articular o poder em torno dos seus interesses, mas envolver a sociedade em uma nova maneira de pensar e de se refletir. A visão da cidade que se busca afirmar, em detrimento de qualquer outra, é a da prosperidade e do progresso. (*Ibidem*, 77).

De acordo com Christo, era indispensável que a opinião pública adquirisse o desejo de *civilizar-se* proporcionando condições adequadas ao desenvolvimento industrial e a universalização de *valores capitalistas* em Juiz de Fora (*Ibidem*, p. 75). O que se percebe a respeito dessa proposta modernizadora é que a principal cidade da Zona da Mata mineira, ao vivenciar as transformações econômicas e sociais provenientes de sua inserção nos modos de

[41] De acordo com David Harvey, qualquer reestruturação do espaço urbano supõe também uma reconfiguração das relações sociais, o que confere à cidade um potencial enquanto corpo político (HARVEY, 2008). O grande pensador do século XX, Walter Benjamim, exemplifica a maneira como a reestruturação do espaço pode levar a uma nova configuração das relações entre as pessoas, ao analisar os traçados das ruas de Paris decorrentes da reforma. De acordo com Benjamim, a largura das ruas e avenidas da capital francesa tornava impossível a formação de levantes e barricadas (BENJAMIM, 1991). O embelezamento estratégico da cidade não deixava de ser uma forma de dominar o espaço e alterar as relações sociais que nele se configuravam como ameaça à ordem.

produção capitalistas, trazia ainda os resquícios de um país arcaico que viveu durante séculos da produção agrária e exploração mineradora sustentada pelo braço escravo. Por mais que a elite local investisse na modernização da cidade sob vários aspectos, esse projeto chocava-se com uma administração que não o tornava plenamente efetivo.

Apesar disso, ao inserirmos Juiz de Fora num contexto mais amplo de análise e comparação com outras localidades, podemos perceber que a simples existência desse projeto modernizador, somado a uma elite econômica e intelectual que tentava colocá-lo em prática, faziam de Juiz de Fora uma cidade diferenciada em relação às demais.

Toda essa descrição que trouxemos sobre Juiz de Fora até o momento é de grande relevância para entendermos as características da sociedade que recebeu um número considerável de imigrantes ao final do século XIX. Uma vez que as especificidades regionais podem induzir diferenciações nos processos históricos, acreditamos que a apresentação do desenvolvimento histórico dessa cidade desde meados do Oitocentos, ainda que de maneira concisa, possibilita compreendermos adiante se houve ou não singularidades quanto à inserção dos italianos na sociedade juizforana, quando comparada com outras regiões de Minas e do Brasil. De início podemos assegurar que a inserção de imigrantes em Juiz de Fora aconteceu de maneira bem diferente das experiências coloniais do sul do Brasil e das fazendas cafeeiras do interior paulista. Trata-se aqui da inserção de imigrantes numa cidade de porte médio, que passava por um incipiente processo de industrialização e vivenciava todas as consequências que esse processo pode provocar numa sociedade, como desenvolvimento e exclusão, por exemplo.

### 1.3.2 Uma cidade de (i)migrantes

Se considerarmos a história de Juiz de Fora desde os primórdios de sua transformação na principal cidade da Zona da Mata mineira, perceberemos em sua extensão territorial a presença de vários migrantes e imigrantes. Quando nos referimos aos migrantes, estamos mencionando aqueles cativos ou forasteiros que vieram de outras partes de Minas e do Brasil para a região cafeeira matense e ao término do trabalho escravo, prosseguiram com suas vidas nessa região. Já os imigrantes referem-se àqueles que partiram de outros países fixando-se no município.

Pelo fato do café produzido na Zona da Mata ter se tornado o carro-chefe da economia mineira na segunda metade do século XIX, a mão de obra escrava foi utilizada em larga escala. De acordo com Luiz Fernando Saraiva, no ano de 1886, a Zona da Mata reunia cerca de 101.500 escravos, para um total de 286.497 cativos presentes em Minas Gerais, além de possuir um alto nível de concentração de terras nas mãos de poucos fazendeiros (SARAIVA, 2002).

A tabela abaixo mostra-nos a dimensão do número de escravos existentes em Juiz de Fora, número que, de 1833 até 1855, ultrapassava a população livre.

**Tabela 2 – População de Juiz de Fora segundo a condição social, 1833-1872.**[42]

| **População de livres e cativos na cidade de Juiz de Fora** | | | |
|---|---|---|---|
| **Anos** | **1833-35**[43] | **1855** | **1872** |
| **Nº de Habitantes** | 1.532 | 6.466 | 18.775 |
| **Nº de Livres** | 583 | 2.441 | 11.604 |
| **Nº de Cativos** | 949 | 4.025 | 7.171 |

Possivelmente, os números de cativos obtidos nos dados das duas primeiras colunas envolvem escravos provenientes do tráfico intercontinental. No entanto, Mônica Oliveira chama-nos atenção para a predominância de escravos crioulos que vieram de províncias como Pernambuco, Bahia, ou de outras regiões de Minas que foram adquiridos para a produção cafeeira (OLIVEIRA, 2000, p. 56). A leitura de processos criminais referentes ao município de Juiz de Fora também confirma essa presença de cativos ou ex-

[42] Dados retirados do Mapa de População da Província de Minas Gerais – APM, Mapa de População – AHCJF e Censo de 1872 – IBGE, apresentados por Mônica Oliveira (OLIVEIRA, 2000, p. 54 e 55).

[43] Nesse período Juiz de Fora ainda era uma vila, com a alcunha de Santo Antônio do Paraibuna. O nome foi alterado para Juiz de Fora apenas em 1865.

cativos que vieram principalmente da região nordeste do Brasil, uma vez que eles são detectados na leitura dos depoimentos de réus, ofendidos e testemunhas.

Quanto à presença de imigrantes, encontramos menção a portugueses, italianos, alemães, sírio-libaneses, franceses, espanhóis, dentre outros, prevalecendo em maior número as três primeiras nacionalidades estrangeiras mencionadas[44].

**Tabela 3 - População dos distritos de Juiz de Fora, 1872-1920.**

| Item contabilizado | Ano de 1872 [45] | Ano de 1893 [46] | Ano de 1900 [47] | Ano de 1907[48] | Ano de 1920 [49] |
|---|---|---|---|---|---|
| Nacionais | 12.562 | 7.924 | 14.757 | n.c. | n.c. |
| Italianos | 584 | 1.197 | 2.047 | n.c. | n.c. |
| Portugueses | 3300 | 501 | 642 | n.c. | n.c. |
| Alemães | 344 | 328 | 387 | n.c. | n.c. |
| Espanhóis | 49 | 80 | 55 | n.c. | n.c. |
| Árabes | 0 | 27 | 38 | n.c. | n.c. |
| Belgas | n.c. | n.c. | 31 | n.c. | n.c. |
| Franceses | 45 | 66 | 26 | n.c. | n.c. |
| Norte-americanos | 0 | 15 | 21 | n.c. | n.c. |
| Africanos | 1.762[50] | n.c. | 19 | n.c. | n.c. |
| Austríacos | 0 | 22 | 15 | n.c. | n.c. |
| Ingleses | 90 | 18 | 12 | n.c. | n.c. |
| Outras nacionalidades | 39 | 22 | 5 | n.c. | n.c. |
| Habitantes masculinos | 11.062 | 4.970 | 9.067 | 10.599 | 19.638 |
| Habitantes femininos | 7713 | 5.230 | 8.988 | 11.735 | 883 |
| Sabem ler | 3941 | 5.631 | n.c. | n.c. | ? |
| **Total** | **18.775** | **10.200** | **18.055** | **22.334** | **20521** |

Para uma análise mais completa da Tabela 3, é importante destacar que os dados da coluna referente ao ano de 1872 são para todo o município de Juiz de Fora, e isto inclui a sua sede distrital urbana mais os distritos rurais. Já os números dos recenseamentos de 1893, 1900 e 1907 são referentes apenas à sede do município, sem considerar os distritos rurais. Pelo contato com outras documentações, como os processos criminais, por exemplo, e

[44] Sírio-libanês não se enquadra na categoria "nacionalidade", pois a região estava sobre domínio do Império Turco Otomano.

[45] Recenseamento do Império Ano de 1872 (Disponível em: http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/index.html;jsessionid=7ce1bfc87a294721813bcc4c5dda) Números de estrangeiros contabilizados para todo o município de Juiz de Fora.

[46] Dados retirados do jornal *O Pharol*, 23 de Novembro de 1893, Ano XXVII, nº248, página 01.

[47] Dados retirados do jornal *O Pharol*, 05 de fevereiro de 1901, Ano XXXV, nº23, página 01.

[48] Dados retirados do jornal O Pharol, 22 de outubro de 1907, Ano XLII, nº 250, página 01. (para ver resultado dos distritos, ver edição 310).

[49] Recenseamento Ano de 1920 (Disponível em: https://archive.org/stream/recenseamento1920predbras/RecenGeraldoBrasil1920_v4_Parte5_tomo2_Populacao#page/n81/mode/2up).

[50] Africanos escravos.

partindo do pressuposto que a chegada de imigrantes em Minas foi estimulada pela produção cafeeira, podemos suspeitar que a maioria dos italianos concentrou-se mais nas regiões rurais de Juiz de Fora do que no seu perímetro urbano.

Para o ano de 1872, Minas Gerais possuía um quadro de 46.460 estrangeiros. Desse número, 13,3% estavam distribuídos no município de Juiz de Fora. Obviamente, o número de africanos escravizados entra nessa conta de estrangeiros residentes da região estudada, o que eleva o número de estrangeiros. Todavia, a proporção de estrangeiros residentes no município, em comparação com o restante da província é muito grande e pode ser explicada pelo crescimento econômico decorrente da produção cafeeira e da proximidade com a Corte, porta de entrada da maioria dos imigrantes no Brasil. [51]

Prosseguindo na análise do recenseamento de 1872, a quantidade que mais chama a atenção nesse quadro é a de portugueses: Juiz de Fora concentra 35,8% desses imigrantes residentes em Minas. Quando comparado aos demais estrangeiros livres que vivem na região, esse número de portugueses residentes no município corresponde a 75% dos imigrantes. Com o avançar dos anos, esse panorama vai se alterando em função da entrada de outros imigrantes, como pode ser percebido.

Para a historiadora Cláudia Viscardi, a maioria dos portugueses era proveniente de regiões como Viseu, Porto e Aveiro (VISCARDI, 2000, p.22). A presença deles nos registros de impostos que incide sobre moradores e comerciantes da cidade é muito difícil de detectar, pois os sobrenomes se confundem com a população nacional. Todavia, a leitura que fazemos dos depoimentos de vários processos criminais referentes a Juiz de Fora apontam sua presença como proprietários de considerável número de estabelecimentos comerciais na cidade. Na leitura dos jornais locais também é possível notar a comunidade portuguesa residente em Juiz de Fora, principalmente na atuação do *Clube União Luso-Brasileira*, fundado em 1882, da *Sociedade Auxiliadora Portuguesa*, fundada em 1891, e do *Consulado Português*. De acordo com Viscardi, o número de portugueses foi ultrapassado pelo de italianos apenas no recenseamento de 1920. Entretanto, constatamos que nos recenseamentos de 1893 e 1900, organizados pela prefeitura de Juiz de Fora e disponibilizados nos jornais locais, cujos dados se referem apenas às imediações urbanas da cidade, o número de italianos ultrapassou o de portugueses ainda na década de 1890.

Para além dos portugueses, os imigrantes de origem germânica também foram presença marcante na formação da *urbes* juiz-forana. Ainda na década de 1850, cerca de 1200

[51] Interessante, pois são 3142 homens brasileiros e 3700 homens estrangeiros. Ao passo que são 4011 mulheres nascidas no Brasil e 751 estrangeiras.

alemães, divididos em 225 famílias, foram trazidos para trabalharem nas obras de construção da Rodovia União e Indústria e para o projeto de construção da colônia agrícola Dom Pedro II, cujas terras haviam sido compradas previamente por Mariano Procópio. Os imigrantes eram provenientes de regiões germânicas como o Tirol, Baden, Hessen, Prussia, Hosteim e Scheleswig (OLIVEIRA, 1991, p. 42). Acreditava-se que, ao formar uma colônia agrícola de imigrantes europeus, os empreendedores do projeto estariam oferecendo uma alternativa ao trabalho escravo na produção de bens para o consumo interno. No caso da colônia *Dom Pedro II*, ela era dividida em Colônia de Cima (atual bairro São Pedro), Colônia de Baixo (atual Borboleta) e o Villagem (atual Rua Bernardo Mascarenhas e antiga Rua da Gratidão). A região colonial contava com duas escolas, separando os alunos protestantes dos católicos, e uma igreja dedicada a Nossa Senhora da Glória, que foi construída por aqueles que professavam o catolicismo, num terreno doado pela Cia. União e Indústria (RODRIGUES, 2009, p.147).

Na década de 1880, a colônia alemã foi extinta e os motivos, segundo Luiz Arantes, estão ligados à falta de mercado para os seus produtos, a burocracia que dificultava a vida dos alemães no Brasil, a cobrança do custo das viagens e os conflitos religiosos decorrentes do fato dos imigrantes alemães serem majoritariamente protestantes (ARANTES, 2000, p. 97). Norma de Góes Monteiro assegura que, com a extinção da colônia agrícola, muitos colonos se estabeleceram no centro e subúrbios de Juiz de Fora se dedicando a atividades de cunho artesanal, como a produção de cerveja, pregos, fundição, curtumes, tipografias, bordados, dentre outras atividades econômicas (MONTEIRO, 1994, p. 24). Os dados do recenseamento para o ano de 1872 mostram uma diminuição muito grande do número de alemães residentes no município de Juiz, se considerarmos que, na década de 1850, 1.200 indivíduos foram inseridos na colônia agrícola, e em 1872 esse número havia caído para 344. Ainda que se perceba essa redução na quantidade de alemães, a presença deles é percebida em Juiz de Fora na organização de sociedades étnicas, fundando em 1870 a *Sociedade Beneficente Alemã* e em 1895 a *Sociedade Beneficente Brasileira-Alemã,* ambas com o intuito de prestar ajuda financeira e previdenciária aos seus associados. Também existia na cidade uma sede para o Consulado Alemão.

Além dos portugueses e alemães, a presença de sírios e libaneses na cidade tornou-se mais expressiva a partir da década de 1890. Este grupo de imigrantes proveniente do Oriente veio para o Brasil fugindo do serviço militar obrigatório imposto pelo Império Turco Otomano, das disputas religiosas e para conseguir uma condição econômica de vida

melhor do que aquelas que eles dispunham no seu lugar de nascimento (VILELA, 2002). No caso daqueles que se estabeleceram em Juiz de Fora, segundo Juliana Dornelas, eles foram atraídos pelas condições que a cidade oferecia enquanto polo econômico e industrial em crescimento (DORNELLAS, 2008, p. 148). Por meio de entrevistas feitas aos descendentes desses imigrantes, Dornelas constata que a maioria deles passou por outras cidades e Estados antes de fixar-se em Juiz de Fora e dedicarem-se basicamente ao comércio, localizados próximos à linha férrea, na parte baixa da Rua Marechal Deodoro. Uma vez que a cidade não contava com uma escola árabe, as crianças filhas dos sírios e libaneses estudavam nas próprias escolas locais. Já o casamento, até a década de 1930, acontecia basicamente dentro do grupo árabe, mas a partir dessa década, a pesquisa da autora aponta uma maior abertura aos matrimônios interétnicos (*Ibidem*, p. 149).

As demais nacionalidades arroladas na Tabela 3, por serem menos expressivas numericamente quando comparadas aos portugueses, alemães, italianos e sírios-libaneses, não são percebidas com tanta frequência na leitura dos jornais locais. Geralmente, elas costumam ser notadas nos processos criminais, principalmente quando o pesquisador considera a leitura dos relatos das testemunhas em suas análises.

Até o momento podemos ponderar que a história de Juiz de Fora, desde o princípio de sua formação enquanto Vila do Paraibuna, até o início do século XX, está associada à presença de (i)migrantes de diversas nacionalidades. Como a cidade desenvolveu-se às sombras da exportação de café, sendo lócus de investimento de muitos cafeicultores da Zona Mata, o seu crescimento industrial atraiu muitos estrangeiros que ocuparam postos de trabalho, seja no comércio ou na indústria local. Para além dessa inserção na economia local, é interessante evidenciar o quanto a diversidade étnica proveniente da presença de várias nacionalidades pode ter influenciado na vida cultural da cidade. Provavelmente, caminhar pelas ruas da cidade nessa época deveria ser uma experiência curiosa, uma vez que o comércio local era fortemente marcado pela variedade de nacionalidades ali presentes, que imprimiam sua cultura, seus valores e seu lugar de origem, desde os produtos que vendiam até as relações sociais que construíam.

### 1.3.3 Italianos em Juiz de Fora

Se pudéssemos dividir a chegada de imigrantes italianos na cidade de Juiz de Fora, identificaríamos três fases. A primeira seria referente a uma imigração espontânea anterior a 1888, a segunda à imigração em decorrência das políticas mineiras para introduzir imigrantes na província e a terceira seria a imigração de algumas famílias de italianos no período da Segunda Guerra Mundial, quando uma pequena leva de italianos provenientes do Sul da Itália fixou-se na cidade. Infelizmente essa pesquisa não dá conta de explicar esses três momentos da chegada de italianos à Juiz de Fora, ficando circunscrita apenas às duas primeiras experiências.

O recenseamento de 1872 apresenta um número de 584 imigrantes de origem italiana vivendo no município. Sobre esse número não é possível precisar a quantidade de italianos que se encontrava morando na sua região urbana, porém, eles eram uma presença significativa, uma vez que, ao final do ano de 1878, fundaram a primeira sociedade italiana, a *Società Operaia Italiana de mutuo soccorso e de mutua istruzione*. A existência dessa sociedade, que procurava dentre outras coisas assegurar aos associados proteção em casos de doença ou invalidez, indica a existência de uma comunidade italiana nas imediações urbanas de Juiz de Fora, principalmente de imigrantes envolvidos na atividade fabril, haja vista que a condição operária está presente até mesmo no nome da associação.

Por meio de um levantamento feito no jornal *Pharol* [52] é possível encontrar os seguintes sobrenomes italianos no distrito urbano de Juiz de Fora antes da construção da hospedaria: Abatemarco, Alieta, Bagini, Baldi, Biadi, Bona, Brandi, Brilha, Caiaffa, Cervini, Colucci, Corna, Curcio, D'Ambrosio, Felizella, Galietti, Guorinelli, Imperatori, Marino, Mazzari, Mietta, Minucci, Muliterno, Paggy, Peccorelli, Ragonetti, Repetto, Rizzo, Romano, Siani, Tembirino, Temprino. Desses sobrenomes, alguns aparecem com frequência na imprensa local como sendo comerciantes de destaque na cidade. É o caso das famílias Brandi, Colucci e Pecorelli.

Francesco Antônio Brandi (1844-1912), natural da província de Salermo, foi fundador da *Società Operaia Italiana de mutuo soccorso e de mutua istruzione*. De acordo com Maraliz Christo, suas ocupações envolviam as atividades de *fazendeiro, investidor imobiliário e acionário,* sendo *um dos fundadores da Companhia Estrada de Ferro Juiz de Fora-Piau e diretor da Companhia Ferrocarril Bondes de Juiz de Fora, em 1881 (*CHRISTO,

[52] Jornal *Pharol*, 05 de dezembro de 1878, Ano XII, nº 95, página 02 & 22 de fevereiro 1883, Ano XVII, nº 21, página 02 & 18 de novembro de 1884, Ano XVIII, nº 132, página 02.

2000, p. 153). Pelos anúncios na imprensa, sua casa comercial parecia ser a maior da cidade. Vendia-se *sortimento de papelaria, ferragens, louça, molhados, etc*[53] e as publicações que propagandeavam a *Maison Brandi* eram quase diárias nos números do *Pharol*. Geralmente as propagandas valorizavam as mercadorias que seriam do gosto da comunidade italiana[54], como a variedade de massas, vinhos, extratos de tomate e salames de Nápoles, vendidos no seu estabelecimento. Além de ter sido presidente da primeira associação italiana na cidade, ele foi também o primeiro italiano residente em Juiz de Fora nomeado Cônsul pelo governo da Itália. Francesco Brandi destacou-se entre a alta sociedade local ao abrir sua casa para bailes e festas. No carnaval de 1886, ofereceu um baile a fantasia em sua residência, tornando-se até mesmo presidente da sociedade de bailes carnavalescos naquele ano.[55]

Já Affonso Colucci estabeleceu casa comercial em Juiz de Fora no final da década de 1870, vindo do Rio de Janeiro. Natural de Nápoles, Colucci era proprietário de uma casa de joias, oficina, ourivesaria e relojoaria. Manteve negócio nas duas cidades, porém sua atuação junto à comunidade italiana de Juiz de Fora foi mais intensa do que na Corte, participando efetivamente das sociedades mutuais e posteriormente de iniciativas em prol das escolas italianas locais[56].

O terceiro, Giuseppe Antonio Picorelli, estabeleceu-se em Juiz de Fora em 1873 como caldeireiro e funileiro, sendo prestador de serviços na área de encanamento. Tal como Brandi, envolveu-se com a cidade de forma intensa, tendo sido membro de comissões carnavalescas locais. No início da década de 1880, sua empresa foi contratada pela prefeitura para prestar os serviços de iluminação pública e saneamento básico na cidade[57].

Não é nossa intenção reconstruir as trajetórias dos imigrantes que se estabeleceram em Juiz de Fora antes do período de imigração subvencionada pela Província, até mesmo porque é difícil mapear na documentação aqueles imigrantes operários e pobres que, com certeza, eram maioria em relação aos que se tornaram bem sucedidos economicamente. Provavelmente, esses outros tantos italianos que, sem capital prévio ou

---

53 *Pharol*, 05 de fevereiro de 1886, número 03, Ano XX, página 03.

54 "Ao imigrante: inaugura-se hoje, junto à casa comercial do sr. F. A. Brandi o estabelecimento denominado Ao Imigrante, propriedade do mesmo. Por pouco dinheiro ninguém deixará de trazer o que for ali procurar. O preço fixo é a divisa que se adotou ali, bem como o dinheiro à vista; é por isso que se vende barato". (O Pharol, 25 de março de 1888, número 69, Ano XXII, página 01).

55 *Pharol*, 11 de março de 1886, número 55, Ano XX, página 01.

56 Dados retirados do jornal *Pharol*, 03 de março de 1884, número 25, Ano XVIII, p. 02 e Processo Crime, Injúria, ano de 1895.

57 Dados coletados na leitura do Periódico Pharol (*Pharol*, 19 de fevereiro de 1884, número 21, Ano XVIII, página04), *Pharol*, 24 de julho de 1883, número 81, Ano XVII, página02.

conhecimento técnico para abrirem seu próprio negócio, vieram para Juiz de Fora, encontraram sua sobrevivência como operários ou empregados do comércio local.

No entanto, o estabelecimento das famílias Brandi, Colucci e Picorelli na cidade revela-nos duas características sobre essa primeira fase da presença italiana em Juiz de Fora. A proximidade em relação ao Rio de Janeiro, garantida pelo fácil acesso por meio das linhas férreas, favoreceu a vinda de famílias italianas da corte, como é o caso dos Colucci e de outras famílias que passaram a residir na Zona da Mata. Geralmente eram italianos que já possuíam um trabalho por conta própria na corte, e provavelmente por causa da concorrência deixaram a cidade rumo a Minas. Outra característica da imigração espontânea para Juiz de Fora é que muitos italianos aproveitaram o desenvolvimento e crescimento que a cidade apresentava para abrirem seus próprios negócios, como é o caso de sapatarias e barbearias, cujas propagandas podem ser vistas na Imagem 7, ou prestação de serviços que dessem suporte ao desenvolvimento industrial, como fazia a empresa da família Picorelli na área da funilaria.

**Imagem 7 – Propagandas do comércio italiano**




Fonte: Publicações do jornal *Pharol*, década de 1870 e 80.

A presença de italianos em Minas antes de a Província investir na introdução de imigrantes em massa é percebida em várias outras localidades. Ao trabalharmos com documentos cíveis e criminais da região de Oliveira, Conselheiro Lafaiete e São João del-Rei, a presença italiana também se faz perceber, principalmente nas condições de comerciantes

fixos, mascates e trabalhadores da expansão férrea nessas localidades. O manejo com esses documentos revelava-nos se tratar de imigrantes, em sua maioria homens e provenientes das regiões sul da Itália[58].

A segunda fase da presença italiana em Juiz de Fora seria aquela marcada pela entrada de imigrantes na cidade por meio da *Hospedaria de Imigrantes Horta Barbosa*, no final da década de 1880, como parte das políticas mineiras para favorecer a vinda de estrangeiros para a Província. Em 1888, Bernardo Mascarenhas, figura importante no desenvolvimento industrial de Juiz de Fora, fundou na cidade a *Associação Promotora da Imigração* com o objetivo de oferecer mão de obra para a lavoura e indústria, num momento em que o trabalho escravo não era mais possível de ser utilizado (CHRISTO, 2000, p. 130). A associação era uma sociedade particular que reunia fazendeiros locais. No mesmo ano de sua fundação, ela firmou um contrato com o governo de Minas para a introdução de imigrantes, o que acabou contribuindo para que fosse criada na cidade a *Hospedaria Horta Barbosa*. Construída numa região mais afastada da área central, a hospedaria abrigava os imigrantes que daí partiam para as fazendas de café na Zona da Mata, ou para regiões mais interioranas da província *onde houvesse uma estação férrea* (*Ibidem*, p. 131).

De acordo com o livro de registro de entrada de imigrantes em Minas, entre 1888 e 1889, 8.569 estrangeiros chegaram ao estado[59]. A pirâmide etária das famílias italianas que emigraram era formada por uma maior presença de casais acima de 25 anos de idade, com crianças com menos de dez anos. Entre aqueles que entraram em Minas, os imigrantes chegavam geralmente em grupos de três a sete pessoas, sendo que a imigração solitária correspondeu a menos de 1% do total de imigrantes (BOTELHO.; BRAGA.; ANDRADE,; 2007, p. 166 e 171). De acordo com os autores Tarcísio Botelho, Mariângela Braga e Cristiana Andrade, que analisaram o quadro numérico de entrada de imigrantes em Minas, esse Estado apresentou um maior índice de famílias de imigrantes do que São Paulo, o que pode ser explicado pela utilização da imigração para povoamento de áreas fracamente povoadas do Estado em questão.

> Portanto, embora existissem homens e mulheres sozinhos a chefiar núcleos familiares, o padrão que vigorava era o de famílias chefiadas por casais. Destes, os casais com filhos eram a maioria, com 67,4% dos núcleos familiares. (...) Chama a atenção ainda a presença de outros parentes consanguínios ou por afinidade, nos núcleos familiares (*Ibidem*, 173).

[58] O trabalho com esta documentação se deu enquanto bolsista do Laborátório de Conservação Documental da Universidade Federal de São João del-Rei.

[59] Livro SG-801, Arquivo Público Mineiro.

O funcionamento da hospedaria era assegurado pela Inspetoria Geral de Imigração, porém suas deficiências iniciais prejudicaram o seu funcionamento, assim como a alteração do governo em novembro de1889.

> Do desequilíbrio entre a oferta e a procura resultou a prolongada aglomeração. A hospedaria, aumentada ainda pelos colonos de *retorno* que, abandonando as lavouras, onde se achavam colocados, vinham procurar abrigo nos alojamentos provinciais. Verificando que essa aglomeração de estrangeiros mal acomodados e ociosos não podia continuar sem prejuízo da higiene e sem grave perigo para a ordem pública, a Associação Promotora conseguiu que seu agente fizesse cessar por algum tempo a introdução de imigrantes, a que se havia obrigado pelo respectivo contrato. Começou daí a diminuição da corrente imigratória que afinal, extinguiu-se quase totalmente depois que a lei Crispi estabeleceu a proibição da emigração italiana para o Brasil[60].

O alojamento era pequeno para a quantidade de imigrantes recebidos, tendo em vista que a procura pelo braço estrangeiro era aquém das expectativas da *Associação Promotora da Imigração.* A superlotação, somada à falta de higiene e a uma ração de péssima qualidade, contribuíram para a proliferação de algumas doenças contagiosas[61]. Para agravar ainda mais a situação, muitos imigrantes retornavam à hospedaria depois de terem conhecido as fazendas de trabalho, que definitivamente não correspondiam às suas expectativas, uma vez que o trabalho não os tornava proprietários de terra alguma, mas apenas trabalhadores braçais de patrões acostumados ao regime servil[62]. Em 1892, a hospedaria achava-se completamente desocupada. Apenas dois anos depois, em agosto de 1894, é que ela foi reaberta e apresentou uma organização minimante satisfatória para assegurar a entrada de imigrantes na província, como pode ser notado na tabela abaixo, que registra seu movimento entre 1894 e 1901.

60 *O Pharol*, 15 de outubro de 1889, número 240, ano XXIII, página 01.
61 *O Pharol*, 07 de dezembro de 1888, número 282, ano XXIII, página 02.
62 O *Pharol*, 15 de outubro de 1889, número 240, Ano XXIII, página 01.

**Tabela 4 – Entrada de imigrantes na hospedaria Horta Barbosa, 1894 – 1901.**

| Ano | Semestre | Total | Ital. | Port. | Aust. | Esp. | Outros |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1894 | 2º | 4.554 | 4.410 | 132 | 12 | - | - |
| 1895 | 1º e 2º | 5.569 | 5.507 | 24 | - | 38 | 27 |
| 1896 | 1º e 2º | 22.327 | 17.441 | 80 | - | 1.812 | 2.991 |
| 1897 | 1º e 2º | 17.423 | 17.153 | 10 | 173 | 40 | 77 |
| 1898 | 1º e 2º | 2.029 | 1.917 | 106 | - | 3 | 3 |
| 1899 | 1º e 2º | 661 | 650 | - | 2 | - | 9 |
| 1900 | 1º e 2º | 5 | 4 | - | 1 | - | - |
| 1901 | 1º e 2º | 14 | 14 | - | - | - | - |
| Total | - | 52.582 | 47.096 | 352 | 188 | 1.893 | 3.107 |

Fonte: MONTEIRO, 1996, p. 176.

O apogeu da entrada de imigrantes aconteceu entre 1894 e 1897, decrescendo depois disso. O decréscimo é explicado por dois motivos: o primeiro deles é a crise econômica que se abateu sobre o país na virada do século e que atingiu também Minas Gerais, interferindo nos investimentos feitos para a introdução de imigrantes, como explicou Norma de Góes Monteiro (MONTEIRO, 1994, p. 111). O segundo motivo está relacionado à política diplomática italiana, uma vez que a Itália era a maior fornecedora de imigrantes para o Brasil nesse período. Diante da nova lei italiana sobre emigração, instituída em janeiro de 1901, a Itália propunha fiscalizar todas as etapas da emigração, e inclusive criava-se o *Fundo de Emigração*, no qual se cobrava uma taxa de oito liras sobre cada passagem vendida para emigrar, tal como foi visto no capítulo anterior (IOTTI, 1999, p. 187). A cobrança de um imposto sobre a emigração juntamente com os problemas econômicos enfrentados pelo Estado freou a entrada de imigrantes na província. Em 1902 a emigração italiana foi proibida para o Brasil e um ano depois a corrente imigratória para o estado havia cessado, ficando a hospedaria com o seu papel de apenas alojar retirantes nordestinos que vinham para trabalhar nas fazendas da região (MONTEIRO, 1994, p. 111). Em 1906, suas atividades se encerraram. A partir daí, até 1930 as experiências imigratórias vivenciadas por Minas visavam atender ao povoamento do território por meio da criação de núcleos coloniais e concessão de terras devolutas (MONTEIRO, 1994, 161).

A fase de reabertura da Hospedaria Horta Barbosa e consequentemente de uma entrada mais efetiva de imigrantes foi também o período das grandes epidemias, resultado do descaso para com os imigrantes. A hospedaria era um local privilegiado para a propagação de doenças contagiosas, afinal, imigrantes de vários lugares desciam de vapores no Rio de Janeiro, depois dividiam vagões de trem até Juiz de Fora e ao chegarem à hospedaria dividiam

um espaço, que era para comportar em média 500 pessoas, com três ou quatro vezes mais. As condições insalubres que encontravam, como a falta de higiene, luz e a alimentação de má qualidade, conduziram muitos imigrantes para a morte, destruindo o sonho de recomeçar a vida em outras terras. De acordo com Maraliz Christo (CHRISTO, 2000, p. 132 e 133), nos anos de 1889, 1891 e 1898 epidemias de varíola assolaram a hospedaria, que precisou ser isolada por um cordão sanitário. Em 1894 e 95, foi a vez do cólera arrebatar muitos imigrantes. Os corpos arrebatados pelas doenças eram enterrados no terreno da própria hospedaria e somente foram transferidos para o cemitério municipal na década de 1930, a pedido da Sociedade Umberto Primo.

Infelizmente, a difícil experiência vivenciada pelos imigrantes nos primeiros dias após desembarcarem no Brasil não foi exclusiva daqueles que se direcionaram para Juiz de Fora. A vivência nas hospedarias era precária em várias cidades, repetindo-se os casos de descaso com a salubridade do local e de epidemias que assolavam os imigrantes. Em São João del-Rei, a primeira hospedaria transformou-se em lazareto para recuperação dos doentes e, posteriormente, a distribuição dos colonos sadios em núcleos coloniais foi mal organizada, uma vez que eles receberam as terras e um galpão comunitário para ser dividido com as demais famílias imigrantes e assim começaram do zero a vida naquela cidade (TEIXEIRA, 2011) sem contarem com absolutamente nenhum recurso. Nas colônias do sul do Brasil, as dificuldades também foram grandes, com problemas na distribuição de víveres e a manutenção dos subsídios (LUCHESE, 2010). Ao saírem das hospedarias e se dirigirem para as regiões coloniais de Conde d'Eu, Dona Isabel ou Caxias do Sul, por exemplo, os imigrantes precisavam abrir a mata, afugentar os indígenas e se abrigar em casebres construídos com a madeira do desmatamento. A alimentação era inicialmente precária, baseada muitas vezes na caça e coleta do que a terra tinha para oferecer até que a produção naquelas regiões suprisse as necessidades mais básicas (IOTTI, 2010). Já nas fazendas cafeeiras do Oeste paulista, a relação das famílias italianas com os donos dos cafezais foi conturbada, uma vez que os contratos de trabalho eram marcados por abusos. O imigrante não se tornava proprietário, o que era um dos maiores motivos da emigração, além de terem que se submeter a condições de trabalho cujas vantagens pendiam apenas para os donos dos cafezais. De acordo com Zuleica Alvim, as fugas das fazendas, a mobilidade para os centros urbanos mais próximos e até mesmo o retorno para a Itália eram maneiras que os italianos encontravam para reagir às péssimas condições de trabalho no campo (ALVIM, 1986).

No período que vai da reabertura da hospedaria, em 1894, até 1901, muitos imigrantes, principalmente de origem italiana, se espalharam pela Zona da Mata, distribuindo-se pelas fazendas de café e demais culturas produzidas na região. Ainda que muitos tenham retornado à hospedaria e se decepcionado com a longínqua distância entre o que sonhavam e a realidade que encontraram, a maioria que chegou aceitou as ofertas de trabalho nas fazendas, ainda que como trampolim, para depois migrarem para outros lugares da província, do país ou até mesmo retornarem para a Itália. Nos distritos rurais de Juiz de Fora a presença dos italianos é facilmente notada ao manusearmos os livros de batismo e de matrimônio, registro de impostos e também os processos criminais quando eles se envolviam nas mais diversas contendas judiciais. Em alguns momentos, a presença italiana também se faz perceber na leitura dos jornais, como quando os italianos do distrito de Mathias Barbosa exigiam participar das eleições da sociedade mutual italiana, em Juiz de Fora[63].

Porém, para o propósito ao qual nos propomos, que é delinear os liames da italianidade entre os imigrantes, focar os nossos olhares sobre aqueles que viveram no distrito sede do município de Juiz de Fora é mais conveniente justamente por encontrarmos mais documentos que permitam-nos a pesquisa. Isso não significa que em alguns momentos esses limites se mostrem tênues, uma vez que as fronteiras entre rural e urbano no Brasil de fins do século XIX são bastante difíceis de precisar.

Aquela parcela de italianos que permaneceu nas delimitações urbanas de Juiz de Fora reforçou a disponibilidade de oferta de mão de obra e prestação de serviços na cidade, cujo crescimento industrial somente seria freado na década de 1920 (NEDER, 2010, p. 26). Acredita-se que a maior parte dos italianos transformou-se em operários das fábricas locais, mas faltam, até o momento, trabalhos que precisem ou quantifiquem o peso do trabalhador imigrante na formação do operariado local. Outra parcela se arriscou a abrir o próprio estabelecimento comercial ou oferecer algum tipo de serviço manufaturado ou não, baseado nos seus prévios conhecimentos técnicos.

Ao analisarmos os dados colhidos no *Livro de cobranças de impostos sobre indústrias e profissões* de 1903, ano em que a entrada de imigrantes italianos em Juiz de Fora promovida pelo Estado já havia cessado, percebemos que, dos trinta e oito tipos de profissões arrolados na cobrança de impostos, apenas uma não contava com a prestação de serviço por parte de algum italiano ou oriundi. Ou seja, todas as demais profissões contavam com ao menos um imigrante prestando o serviço. As atividades nas quais mais encontramos italianos

63 *O Pharol*, 26 de novembro de 1910, número 282, Ano XLV, página 02.

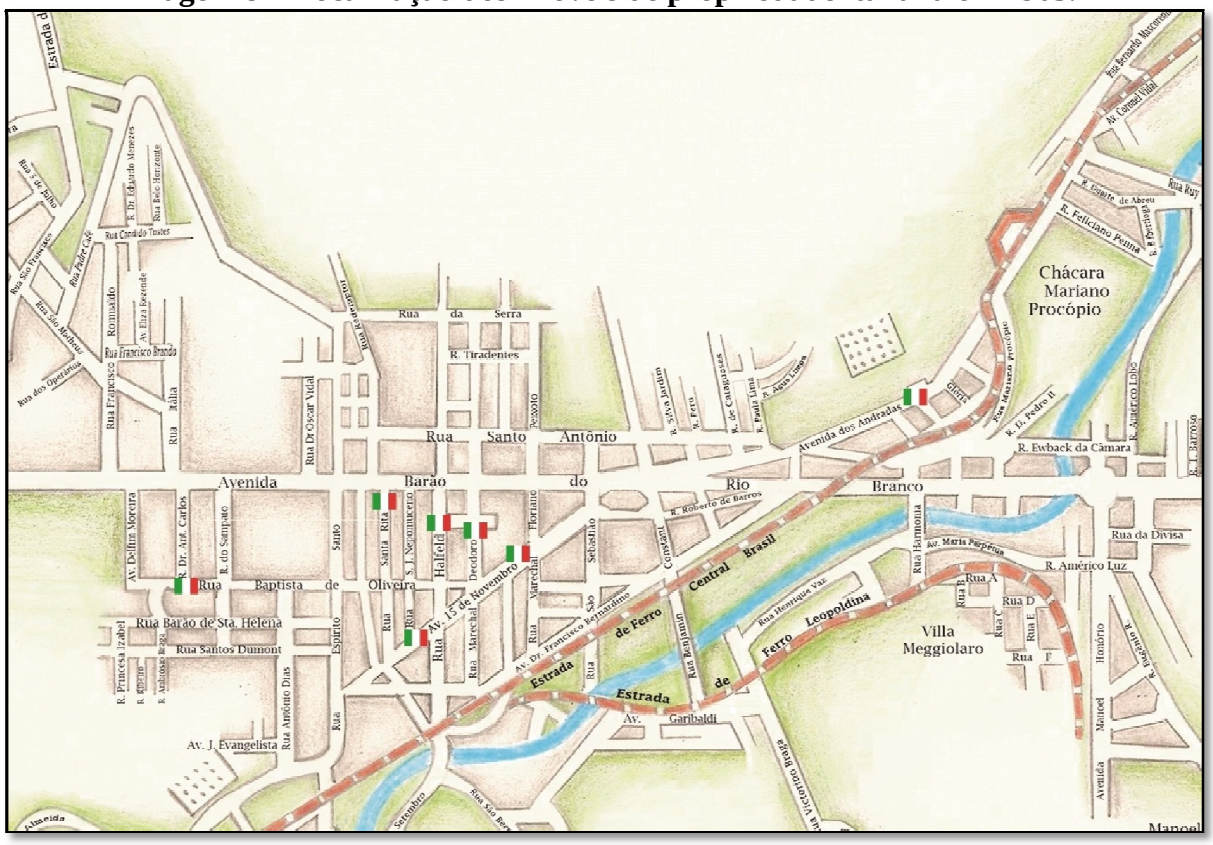
como donos de estabelecimento são: o Mercado de Gêneros – 13% do total; o ofício de sapateiro – 44%; o mercado de calçados – 53%; os donos de botequins – 20%; e os proprietários de cortiços – 10%. Diante desses números e porcentagens, destaca-se o comércio relacionado à produção e venda de calçados como sendo aquele onde mais se encontravam imigrantes italianos.

A localização do comércio de propriedade italiana compreendia principalmente as ruas centrais da cidade, como as Ruas Halfeld, Commercio (Batista de Oliveira), 15 de Novembro e Direita (Rio Branco). O comércio italiano também estava presente em outras regiões da cidade, mas predominava na área central. A maioria desses comerciantes ou donos de pequenas oficinas, sem capital prévio para comprarem o próprio estabelecimento, alugavam-no de terceiros. Ao cruzarmos os dados encontrados no *Livro de cobranças de impostos sobre indústrias e profissões,* juntamente com o *Livro de Impostos Prediais*, ambos para o ano de 1903, notaremos que 95% dos imóveis onde funcionavam os estabelecimentos comerciais italianos eram alugados.[64] Dos locadores, a maior parte dos sobrenomes indica ser de nacionais e apenas 13% eram alugados de proprietários italianos. Desses 13%, a maioria dos sobrenomes coincide com aquela primeira leva de imigrantes que chegaram a Juiz de Fora.

O *Livro de Impostos Prediais* para esse ano revela-nos que 154 imóveis, de um total de 1967, estavam concentrados nas mãos de 54 italianos ou oriundis. Para termos uma ideia, os italianos Braz de Giacomo, Miguel Teperine e Bazílio Dottore possuíam cada um 24, 16 e 12 imóveis, o que é um indicativo de que alguns italianos emigraram da Itália com capital o suficiente para investirem no novo país, ou de que esses imigrantes pertencem a uma primeira leva que chegou ao Brasil e aqui conseguiu certa ascensão econômica, investindo então na compra de imóveis. O restante dos arrolados possuía entre um e cinco imóveis localizados principalmente no centro da cidade de Juiz de Fora. A distribuição geográfica dos imóveis pertencentes aos imigrantes pode ser visualizada no mapa abaixo, no qual as ruas com maior incidência estão assinaladas com a bandeira da Itália.

[64] Em muitos casos o escrivão que preenchia o livro de impostos, tanto prediais, quanto de Indústrias e Profissões, não fornecia a numeração do estabelecimento, não sendo possível fazer o cruzamento de todos os dados encontrados para sobrenomes italianos.

**Imagem 8 – Localização dos imóveis de propriedade italiana em 1903.**



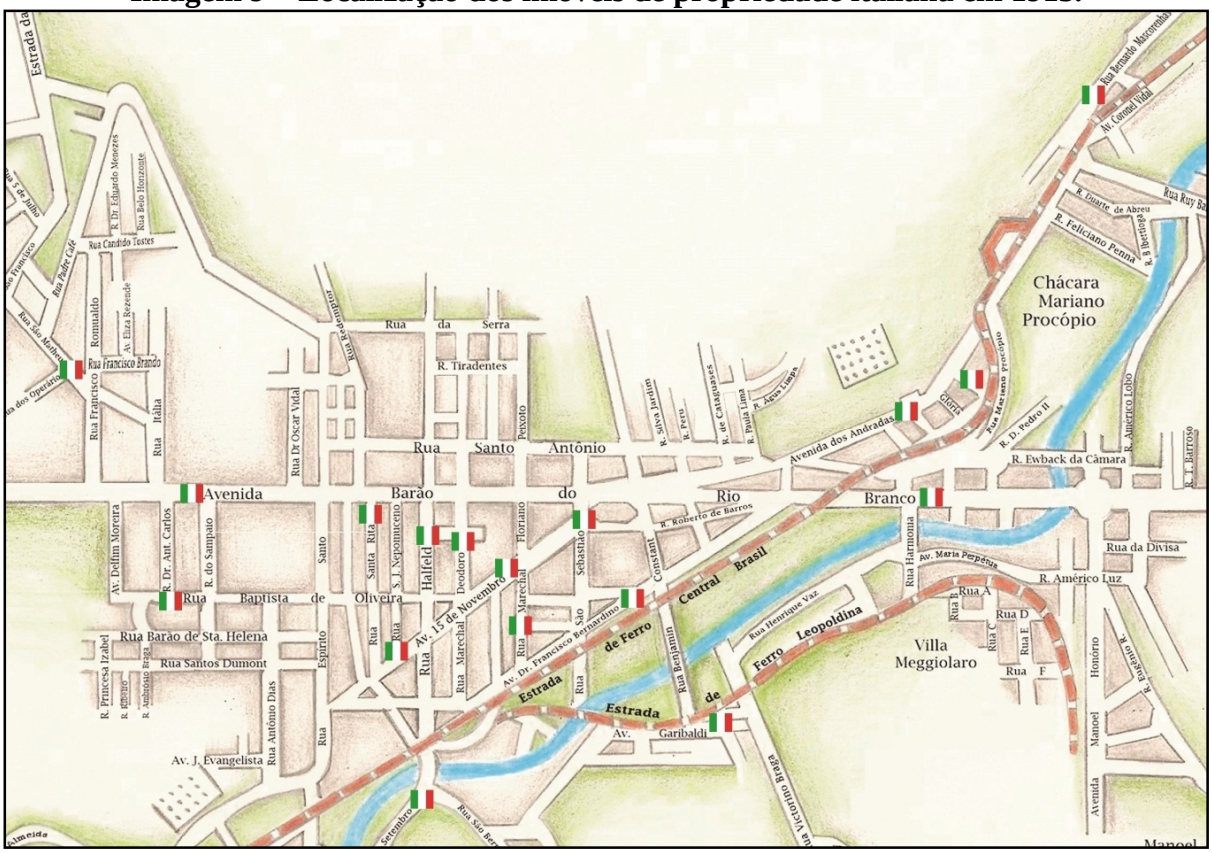

Fonte – Adaptação do *Mapa Cadastral Postal Telegráfico* de 1933 com base nas informações presentes no *Livro de Impostos Prediais* para o ano de 1903.

Para 1913, os dados coletados nos Impostos sobre Indústrias e Profissões revelam um aumento na porcentagem de estabelecimentos comerciais / industriais pertencentes aos italianos e oriundis. De um total de 733 pagantes do imposto para aquele ano, 118 possuíam sobrenome italiano, o que significa 16% do total e um crescimento de 3% em relação aos dados obtidos nos registros de 1903. O maior número de estabelecimentos era o mercado de gêneros, seguido pelos botequins, mercado de calçados, barbearia e alfaiataria. Os italianos estão presentes também na prestação de serviços que dão suporte à expansão econômica e industrial de Juiz de Fora, como na área da construção, funilaria, olaria, tinturaria e tornearia.

A localização da maior parte do comércio de propriedade italiana continuava a coincidir com as próprias ruas comerciais da cidade, ou seja, Halfeld, Batista de Oliveira e Marechal Deodoro. No cruzamento dos dados do Imposto Predial com o Imposto sobre Indústrias e Profissões, ambos para 1913, nota-se que a maior parte dos estabelecimentos era alugada e tal como em 1903, dentre os locatários é possível perceber italianos como proprietários dos imóveis alugados aos seus compatriotas.

No que se refere à moradia, a cobrança do *Imposto Predial* aponta 3016 imóveis cujos impostos foram cobrados. Desse valor, 11% pertenciam a italianos, ou seja, 353. Os 353 imóveis estavam distribuídos entre 118 proprietários, o que apresenta uma média de três imóveis para cada italiano. Porém, a média de três imóveis para cada italiano proprietário em 1913 esconde os investimentos que alguns faziam no setor. Dos 118, apenas cinquenta italianos eram proprietários de um único imóvel. Todos os sessenta e oito demais eram proprietários de mais de um imóvel. No caso dos italianos Felicio Campanhace, Bazílio Dottore, os irmãos Pagy e Pedro Botti, todos possuíam mais dez propriedades em Juiz de Fora, o que revela que alguns italianos continuavam a investir neste setor. Comparando a distribuição geográfica dos imóveis de propriedade italiana de 1903 com 1913 é possível visualizar uma expansão para áreas menos centrais da cidade, como podemos perceber no mapa, cujas ruas com imóveis de propriedade italiana estão assinaladas com a bandeira tricolor.

**Imagem 9 – Localização dos imóveis de propriedade italiana em 1913.**


Chácara
Mariano
Procópio
Villa
Meggiolaro
Rua Santo Antônio
Avenida Barão do Rio Branco
Rua da Serra
R. Tiradentes
Avenida dos Andradas
R. Ewback da Câmara
Rua Halfeld
Rua Marechal Deodoro
Av. 15 de Novembro
Rua Santos Dumont
Rua Barão de Sta. Helena
Av. J. Evangelista
Rua Dr Oscar Vidal
Rua Francisco Bicalho
Rua Francisco Branco
Rua Candido Tostes
Rua Belo Horizonte
Rua Padre Café
Rua Itália
Rua Santo Antônio
Rua Sebastião
Rua Floriano Peixoto
Rua Benjamin Constant
Rua Henrique Vaz
Rua Harmonia
Rua da Divisa
R. Américo Luz
Rua A
Rua D
Rua F
Rua Honório
Rua Manoel
Avenida
Av. Garibaldi
Estrada de Ferro Central Brasil
Estrada de Ferro Leopoldina
Av. Dr. Francisco Bernardino
Av. Carmelo Vidal
R. Duarte de Abreu
R. Feliciano Penna
R. Mariano Procópio
R. D. Pedro II
R. Américo Lobo
Rua Ruy Barbosa
Rua Benjamin Constant
Rua Marechal Floriano
Rua Santa Rita
Rua Santo Antônio
Rua Espírito Santo
Rua Antônio Dias
Rua Halfeld
Rua Marechal Deodoro
Rua Marechal Floriano
Rua São Sebastião
Rua Benjamin Constant
Rua Henrique Vaz
Rua Harmonia
Rua da Divisa
R. Américo Luz
Rua A
Rua D
Rua F
Rua C
Rua I
Rua Honório
Rua Manoel
Avenida
Av. Garibaldi
Av. J. Evangelista
Rua Barão de Sta. Helena
Rua Santos Dumont
R. Princesa Izabel
R. Ambrósio Braga
Rua Antônio Dias
Rua Espírito Santo
Rua Santa Rita
Rua São Sebastião
Rua Floriano Peixoto
Rua Benjamin Constant
Rua Marechal Deodoro
Rua Marechal Floriano
Rua São Sebastião

Esta expansão para regiões mais periféricas pode ser explicada pelo próprio crescimento populacional da cidade, mas também foi intensificada pela diminuição do número de cortiços, o que obrigava as famílias que viviam nos antigos casarões centrais a se mudarem para os bairros às margens do centro. Enquanto em 1903 a cidade apresentava 154 cortiços, uma década depois ela apresentava 58 exemplares dessa modalidade de moradia. É importante ressaltar que os dados apresentados relacionados à posse de imóveis e sua distribuição espacial não envolvem os imigrantes italianos que viviam de aluguel e ainda não tinham condições de adquirir sua própria casa. Se compararmos a quantidade de imóveis cujos proprietários eram italianos ou oriundis com o número da população italiana residente em Juiz de Fora, que girava entre mil e mil e quinhentas pessoas, constataremos que a maioria vivia de aluguel, mesmo passados vintes anos da chegada à cidade.

Diante de todos esses dados apresentados, que versam sobre a análise do *Livro de Impostos Prediais* e do *Livro de cobranças de impostos sobre indústrias e profissões* para os anos de 1903 e 1913, juntamente com o histórico de desenvolvimento urbano e industrial apresentado por Juiz de Fora para o final do século XIX e início do século XX, podemos fazer algumas considerações.

Inicialmente, o fato de Juiz de Fora apresentar um notável desenvolvimento econômico, sendo a principal cidade da região cafeeira da Zona da Mata, influenciou na decisão de muitos italianos, que, atraídos por isso, se fixaram na cidade. É o caso daquelas famílias pertencentes à primeira leva de italianos que chegaram a Juiz de Fora no final da década de 1870 e início de 1880. Quando a Hospedaria Horta Barbosa iniciou seu funcionamento ao final de 1888, a cidade já apresentava uma comunidade italiana residente e, inclusive, possuía uma sociedade étnica, que era a *Sociedade Italiana de Mútuo Socorro e Beneficência Umberto Primo*, fundada em 1887. Tanto os imigrantes que chegaram antes da construção da hospedaria, quanto aqueles que chegaram em decorrência de seu funcionamento, inseriram-se na economia local das mais diversas maneiras.

Os italianos que possuíam capital e conhecimento técnico prévios abriram com suas famílias a própria oficina ou comércio, como fizeram os sapateiros, alfaiates, barbeiros, oleiros, funileiros, construtores, dentre outros. Mas esses italianos não eram a maioria. Certamente boa parte das famílias italianas que não se dedicou ao trabalho nas fazendas da Zona da Mata e decidiu viver em Juiz de Fora não possuía capital acumulado previamente para abrir o próprio negócio. Isso fez com que seus integrantes fossem compor as fileiras do

mercado de mão de obra local, vendendo sua força de trabalho nas indústrias e comércio da cidade.

No que diz respeito às moradias, ao saírem da hospedaria muitos imigrantes devem ter optado por viver nos cortiços locais, uma vez que era grande a incidência deles no centro da cidade. Os cortiços ofereciam aos recém-chegados que não tinham condições para comprar um imóvel, aluguel de baixo custo para abrigar toda a família. A prática do aluguel foi uma opção recorrente, tanto para a morada, como para abrir o próprio estabelecimento comercial e a relação entre locador e locatário não estava livre de problemas. As dificuldades em se adaptar e fazer os pequenos comércios serem minimante lucrativos levaram muitos imigrantes a sonegarem o seu pagamento, dando início a diversas contendas percebidas nos processos criminais, como veremos no último capítulo. Para aqueles italianos que já possuíam pecúlio, investir na compra de imóvel parece ter sido uma saída, uma vez que algumas famílias italianas eram donas de várias propriedades espalhadas pela cidade.

Todas as informações apresentadas até o momento, que esclarecem ainda que sucintamente sobre a inserção da comunidade italiana na cidade de Juiz de Fora, serão imprescindíveis para que possamos ter melhor dimensão das estratégias de interação dessa comunidade, suas formas de integrar-se na sociedade local e quais eram os esteios que sustentavam os vínculos mantidos com a pátria de origem. Entender os meandros da italianidade é a proposta central dos próximos capítulos.

# CAPÍTULO 2

## A ITALIANIDADE COMO PROJETO NACIONAL: A ATUAÇÃO DO VICE-CONSULADO E AS ESCOLAS ITALIANAS EM JUIZ DE FORA

A italianidade pode ser entendida como sendo todo tipo de manifestação da comunidade italiana, seja na Itália ou no exterior, que reforça os vínculos de pertencimento dos indivíduos com a sua pátria de nascimento. Evidentemente, a partir do momento em que a Itália se unifica e o Estado se consolida sobre bases nacionais características da modernidade, uma vertente da italianidade associa-se ao nacionalismo oficial italiano, ou seja, às tentativas do Estado em estreitar os liames de seus cidadãos com a nova nação. No caso daqueles que emigraram justamente nesse contexto em que o Estado Nacional lança mão de uma série de recursos para promover a identificação do seu povo com a nova pátria, o processo continua também em terras estrangeiras.

No entanto, nas diversas localidades espalhadas pelo mundo e que receberam italianos no contexto da grande emigração, a italianidade matizou-se em função das realidades locais, dos alcances do nacionalismo italiano e das dinâmicas de contato características de sociedades multiétnicas, que igualmente influenciavam o *sentir-se italiano* em terras estrangeiras. Em Juiz de Fora, a italianidade era engendrada e ao mesmo tempo manifestava-se em várias ocasiões, tanto por meio dos desdobramentos das políticas nacionalistas do Estado italiano, como pelo convívio social com outras etnias.

Neste capítulo analisamos a atuação de dois tipos de instituições que contribuíram para o estreitamento dos vínculos de pertencimento nacional dos imigrantes residentes em Juiz de Fora com a Itália. Foram elas: o vice-consulado e as escolas italianas.

## 2.1 A ATUAÇÃO DIPLOMÁTICA JUNTO AOS EMIGRANTES ITALIANOS

No campo político, a diplomacia é justamente a área que trata da relação de um país com os outros, interferindo em diferentes assuntos e tensões que porventura possam existir. No caso da Itália é possível entender com certa facilidade o nexo existente entre a emigração em massa e a preocupação do Estado em manter organizado o seu corpo diplomático. Afinal, a tutela dos emigrantes nos diversos países que os receberam era feita por cônsules, vice-cônsules e agentes consulares.

Até 1886 o *Ministero Degli Affari Esteri* (MAE), ou Ministério do Exterior, apresentava uma estrutura parecida com a do antigo Reino da Sardenha: possuía uma secretaria geral e duas direções, uma que se dedicava aos negócios políticos e administrativos e outra diretoria que se dedicava aos consulados e ao comércio. A diplomacia estava, portanto, vinculada ao MAE (CERVO, 2011, p. 24). Com a ascensão de Francesco Crispi ao cargo de primeiro-ministro italiano, as reformas que foram implementadas não ficaram circunscritas apenas à nova legislação sobre a emigração, como visto no primeiro capítulo. Uma vez que a emigração se constituía numa prática cada vez mais recorrente, era preciso que o MAE passasse por algumas adaptações. As reformas de Crispi nesse ministério buscaram modernizar a máquina diplomática e promover a ação e o prestígio dos italianos no exterior. De acordo com Amado Cervo, as reformas foram as seguintes:

> Crispi suprimiu as duas direções, estabeleceu a secretaria-geral, a subsecretaria, a chefia do gabinete e cinco divisões (Política, Privada, do Pessoal e do Arquivo e Registro Geral e da Contabilidade). Foi modificado o sistema de entrada e saída de informações do MAE. As representações no exterior foram obrigadas a enviar relatórios substantivos, com estatísticas sobre a situação social, demográfica, financeira e econômica das respectivas regiões. O tímido Bolletino Consolare publicado desde 1861 foi substituído, em 1888, pelo Bolettino de Ministero Degli Affari Esteri, que incluiu farta documentação e estudos desenvolvidos pelos próprios diplomatas. Os Libri Verdi reuniam documentos relativos a uma questão específica de interesse da diplomacia, enquanto o Annuario Diplomatico expunha o geral (*Ibidem*, p. 25).

Com essas reformas, o serviço diplomático buscava adquirir agilidade, eficiência e organização para mediar as relações entre a Itália e os demais países, principalmente aqueles que contavam com grande número de italianos provenientes da emigração, como era o caso dos EUA, Argentina e Brasil, por exemplo.

Dentro do MAE, a carreira consular se dividia em dois tipos. Segundo Luiza Iotti, existiam os cônsules de carreira ou enviados, e os cônsules honorários ou locais (IOTTI,

2010, p. 92 e 93). Os cônsules de carreira ou enviados precisavam ser aprovados em concurso e o próprio rei os nomeava. Deveriam ser cidadãos italianos, ter entre vinte e trinta anos e habilitados a exercer a advocacia. Havia a possibilidade de progredir na carreira e o salário poderia ser acrescido de abono conforme o local onde estivessem, além de ganharem com a cobrança de parte das taxas consulares. Já os cônsules honorários ou locais pertenciam a um quadro consular de segunda categoria, constituído por cônsules gerais, cônsules, vice-cônsules e agentes consulares. A carreira não contava com a possibilidade de promoção, sendo que o acesso era por meio da indicação e não por meio de concurso. Os cônsules gerais e cônsules tinham seus nomes apresentados pelo MAE e eram nomeados pelo rei. Os vice-cônsules e agentes consulares eram indicados pelos cônsules gerais tendo seus nomes aprovados pelo ministério. Eles eram remetidos para lugares onde não havia representante diplomático, onde existisse presença italiana e onde também fosse possível facilitar alguma relação comercial para a Itália.

De acordo com Iotti, entre 1861 e 1915, a carreira dentro do MAE se dividia em diplomática, que correspondia a 36,3% dos funcionários; consular, que correspondia a 51,4%; e interna, que envolvia os funcionários voltados à burocracia dos ministérios, correspondendo a 12,3% do total de empregados (IOTTI, 1996, p. 61). De início, a maioria dos funcionários era proveniente do antigo reino do Piemonte, mas com o tempo, os concursos foram inserindo nas carreiras do MAE funcionários de várias regiões da península. Entretanto, o acesso aos cargos do ministério privilegiava famílias abastadas, como mostram os dados apresentados por Iotti (*Ibidem*, p. 63). Apesar de haver entre os funcionários um grande número de nobres, a maioria era proveniente das camadas burguesas. No que se refere à carreira consular, apesar de ser a mais numerosa, uma vez que necessitava de funcionários em muitos lugares do mundo, era inclusive a menos atraente e a que mais registrava índices elevados de mortalidade precoce.

As embaixadas e consulados possuíam dois papéis fundamentais. O primeiro era de cunho político, no qual seus representantes deveriam oferecer proteção e defender os interesses privados comerciais que porventura viessem a surgir com o estabelecimento de imigrantes em outros países. O segundo papel era de caráter jurídico, visando tutelar e proteger os cidadãos italianos fora da Itália (IOTTI, 2010, p. 36). No que diz respeito à tutela, os cônsules, vice-cônsules e agentes consulares tinham que dispor de muitos meios para manter entre os italianos das regiões para onde foram enviados, os vínculos com a Itália. Em várias circulares assinadas por Crispi, esses membros do MAE que estavam a serviço em

outros países eram convocados a ser *o 'farol dirigente', 'um fogo da italianidade', 'um elo de união' entre os expatriados e a pátria mãe* (*Ibidem,* p. 30). Em outras palavras, cabia às agências consulares dar continuidade ao processo de consolidação do nacionalismo italiano entre aqueles milhares que deixaram o país para viverem fora. Aos cônsules e adjacentes era solicitado que celebrassem nas *colônias italianas*[65] as datas comemorativas do calendário cívico do país, como a Festa do Estatuto, o Aniversário da Libertação de Roma, os aniversários dos reis, dentre outras celebrações. Cabia também aos representantes consulares a responsabilidade sobre as escolas italianas no exterior, tendo eles autoridade sobre a nomeação e atuação dos professores, bem como a administração dos recursos a elas destinados. Tudo isso para manter acesa a italianidade entre os imigrantes (*Ibidem*, 30 e 31).

Todavia, em muitos casos a italianidade não era uma chama patriótica que precisava manter-se acesa pela atuação diplomática, mas era um vínculo de identificação com a Itália que precisava ser, de fato, construído. Como a unificação do Estado italiano era um fenômeno recente às décadas de emigração em massa, a preocupação com a identificação daqueles que partiram com o seu respectivo país de origem não deixou de ser uma pauta do governo italiano.

Vale lembrar que a própria dinâmica do movimento migratório favorecia a percepção daqueles que emigraram como sendo procedentes de um mesmo país. Segundo Hobsbawm, *os grupos de imigrantes em países estrangeiros provavelmente descobriram sentimentos nacionais, encontrassem ou não xenofobia local,* o que vale neste caso para os imigrantes italianos e alemães, que partiam de países que havia se unificado em meados do século XIX (HOBSBAWM, 1998, p. 218). No momento não vamos entrar numa discussão aprofundada sobre como as relações interétnicas estabelecidas entre italianos e brasileiros contribuíram para a afirmação da italianidade. Faremos isso com mais profundidade no último capítulo. Por ora, cabe ressaltar que o contato entre grupos de variadas procedências nacionais colocava em jogo as especificidades culturais – e por que não nacionais? – que contribuíam para a delimitação das fronteiras étnicas entre uns e outros, numa dinâmica interétnica há muito estudada por antropólogos, principalmente de influência barthiana.

Voltando à atuação consular, os representantes diplomáticos precisavam acreditar neste projeto de italianidade estendida aos emigrados, para só depois colocarem-no em prática. Porém, esse intento estava longe de ser fácil. Era necessário estreitar os vínculos não

[65] Colônia aqui não se refere à porção de terras a que muitos imigrantes foram destinados, principalmente no sul do Brasil, mas à maneira como o governo italiano tratava as regiões fora do país que possuíam alto índice de italianos como residentes.

somente com a comunidade italiana do local ao qual foram designados e conhecer a região submetida a sua tutela, mas também criar laços com as autoridades e a imprensa dos lugares. Muitos agentes diplomáticos não estavam preparados para isso ou não ficavam tempo suficiente nas localidades para alcançar estes resultados.

No Brasil, em 1891, o MAE estruturava-se da seguinte maneira: a sede da diplomacia italiana era no Rio de Janeiro e os estados de maior presença italiana contavam com representantes consulares que podiam ser cônsules gerais, cônsules, vice-cônsules e agentes consulares. Em Minas Gerais, com a transferência da capital para a nova sede em Belo Horizonte, essa cidade passou a sediar o consulado do Estado. As demais representações diplomáticas do estado manifestavam-se na forma de vice-consulados e agências consulares. Na cidade de Juiz de Fora o histórico de representação diplomática junto aos italianos ao longo dos anos se deu sob a forma de agência consular, depois vice-consulado e atualmente segue como agência consular.

No período de expansão da rede consular italiana, os agentes eram figuras muito utilizadas. Esse posto diplomático só podia ser preenchido por italianos, que eram geralmente bastante conhecidos nas localidades onde exerciam o cargo e não recebiam remuneração para exercê-lo. Eles eram escolhidos dentre a própria comunidade italiana. Já os cônsules e vices eram enviados pelo MAE.

**Quadro 1 – Representantes consulares italianos em Juiz de Fora 1884 – 1922.**

| Ano | Representante Consular | Cargo |
|---|---|---|
| 1884 | Francesco Brandi | Agente Consular |
| 1885 | Francesco Brandi | Agente Consular |
| 1886 | Francesco Brandi | Agente Consular |
| 1887 | Francesco Brandi | Agente Consular |
| 1888 | Francesco Brandi | Agente Consular |
| 1889 | N.C. | Vice-cônsul |
| 1890 | Giulio Amadeo Jona | Vice-cônsul |
| 1891 | Enrico Secchi | Vice-cônsul |
| 1892 | Enrico Secchi | Vice-cônsul |
| 1893 | Adolpho Gradara | Vice-cônsul |
| 1894 | Adolpho Gradara | Vice-cônsul |
| 1895 | G. Magrini | Vice-cônsul |
| 1896 | N.C. | Vice-cônsul |
| 1897 | Marquês Francisco Litta de Modignani | Vice-cônsul |
| 1898 | Marquês Francisco Litta de Modignani | Vice-cônsul |
| 1899 | Conde Negri de Lamporo | Vice-cônsul |
| 1900 | Conde Negri de Lamporo | Vice-cônsul |
| 1901 | Conde Negri de Lamporo / Conde G. B. Belli de Sardes | Vice-cônsul |
| 1902 | Leonello de Scelci | Vice-cônsul |
| 1903 | Leonello de Scelci | Vice-cônsul |
| 1904 | Gerolano Dei Rossi / Virgilio Bisaggio | Vice-cônsul |
| 1905 | Gerolano Dei Rossi | Vice-cônsul |
| 1906 | Gerolano Dei Rossi / Gualtierco Chilisoti | Vice-cônsul |
| 1907 | Gualtierco Chilisoti / Ettore Corrieri | Vice-cônsul |
| 1908 | Ettore Corrieri | Vice-cônsul |
| 1909 | Virgilio Bissagio | Vice-cônsul |
| 1910 | Virgilio Bissagio / Massimo Golfredo | Vice-cônsul |
| 1911 | Massimo Golfredo | Vice-cônsul |
| 1912 | Massimo Golfredo / Giuseppe Marini | Vice-cônsul |
| 1913 | Giuseppe Marini | Vice-cônsul |
| 1914 | Giuseppe Marini | Vice-cônsul |
| 1915 | Conde G. B. Belli de Sardes | Vice-cônsul |
| 1916 | Conde G. B. Belli de Sardes | Vice-cônsul |
| 1917 | Conde G. B. Belli de Sardes | Vice-cônsul |
| 1918 | Conde G. B. Belli de Sardes | Vice-cônsul |
| 1919 | Conde G. B. Belli de Sardes | Vice-cônsul |
| 1920 | N.C. | Vice-cônsul |
| 1921 | N.C. | Vice-cônsul |
| 1922 | Nicolau Carelli | Vice-cônsul |

Fonte: Informações retiradas das correspondências consulares e dos periódicos *O Pharol*, *Diário Mercantil* e *Diário do Comércio.*

De 1884 a 1888, o italiano Antonio Francesco Brandi, natural de Salermo, foi nomeado agente consular em Juiz de Fora. Como vimos no capítulo anterior, Brandi já vivia na cidade mineira desde a década de 1870 e era, além de um importante comerciante local, um nome bastante conhecido entre os italianos residentes em Juiz de Fora. Sua indicação para o cargo foi realizada muitos anos antes pela própria comunidade italiana da cidade, que ainda em 1878, escreveu ao consulado italiano pedindo que Brandi assumisse o posto de vice-cônsul da Itália na região, o que de fato aconteceu somente quatro anos depois. Independente disso, Francesco Brandi já exercia um papel bastante consonante com os interesses do governo italiano no sentido de manter acesa a italianidade junto às comunidades italianas[66]. Foi ele quem fundou a primeira sociedade italiana da cidade, em 1878, organizou subscrições para enviar dinheiro para a Itália, além de promover outras comemorações que faziam a comunidade italiana rememorar a pátria de origem. Quando, em dezembro de 1884, saiu sua nomeação para agente consular, o jornal *Pharol* relata que houve recepção e festa em sua homenagem por parte dos italianos residentes em Juiz de Fora[67].

De 1890 em diante, encontramos os primeiros nomes que ocuparam as cadeiras no cargo de vice-cônsules nomeados e enviados pelo próprio *Ministero Degli Affari Esteri*. Como podemos perceber no quadro anterior, a rotatividade dos cônsules era grande, cada um ficando no cargo entre um e dois anos. No período estudado, os que mais permaneceram foram os vice-cônsules Negri de Lamporo, Gerolano Dei Rossi e Belli de Sardes. Os pedidos de transferências e remanejamento dentro e fora do país eram práticas muito comuns nesse cargo. Conde Negri de Lamporo foi transferido para Córdoba, na Argentina, em 1901. Leonello Scelsi foi transferido para Pittsburg, nos Estados Unidos, em 1903. Gualtierco Chilisoti foi para Curitiba em 1907. Já Gerolano dei Rossi veio do consulado de São Paulo em 1904, onde havia permanecido por dois anos.

Dentre os nomes que aparecem no quadro, o Conde Giovan Battisti Belli de Sardes merece ser destacado. Belli de Sardes era natural de Udine, tendo nascido em 1858, período tenso em que a unificação da península itálica estava quase consolidada. Durante a juventude ele dedicou-se à carreira militar e depois disso trilhou um longo caminho na diplomacia italiana, apesar de curiosamente ter recebido o título de vice-cônsul em Juiz de Fora apenas em 1915, quando a Itália estava em guerra. Até essa data, Belli de Sardes foi atendente, secretário, chanceler e regente consular interino em diversas localidades, passando por Buenos Aires, Rio de Janeiro, Santos, Ouro Preto, Juiz de Fora e Belo Horizonte. Sua

66 *Pharol*, 24 de novembro de 1878, nº 92, Ano XII, página 03.
67 *Pharol*, 30 de dezembro de 1884, nº 148, Ano XVIII, página 01.

trajetória de vida junto à diplomacia italiana pode ser encontrada numa carta enviada por ele à *Regia Legazione d'Italia* no Rio de Janeiro, em agosto de 1923, no qual ele relata com riqueza de detalhes todos os anos dedicados à causa diplomática, sem nunca ter sido de fato reconhecido como diplomata (RADICATI, 2014). A maior parte de sua carreira foi desempenhada em Juiz de Fora, onde ele foi nomeado vice-cônsul interino em vários momentos, desempenhando uma atuação bastante próspera junto da comunidade italiana local.

Todos os vice-cônsules, ao chegarem à cidade e se estabelecerem, abriam as sedes consulares nas suas próprias residências, não possuindo, portanto, local próprio para este fim. Como a comunidade italiana espalhava-se pela região do entorno de Juiz de Fora, as atribuições dos vice-cônsules não ficavam circunscritas apenas à cidade. Além de Juiz de Fora, outras treze localidades estavam sob responsabilidade desse vice-consulado italiano, como pode ser percebido nas correspondências consulares trocadas entre vice-cônsules e correspondentes consulares. Eram os municípios de Barbacena, São João del-Rei, São João Nepomuceno, Mar de Espanha, Carangola (antiga Santa Luzia do Carangola), Ubá, Santos Dumont (antiga Palmyra), Cataguazes, Rio Doce, São Pedro do Muriaé, Guarani, Além Paraíba (antiga São José de Além Paraíba) e Ponte Nova. Em todas essas localidades existia um correspondente consular, nomeado entre os próprios imigrantes italianos residentes, que mantinha contato via correspondência com os vice-cônsules.

A relação estabelecida entre a comunidade italiana com os vice-cônsules não é de fácil precisão. Cabia a eles tutelar os imigrantes, favorecer o estreitamento dos vínculos nacionais com a Itália e estabelecer um diálogo entre a comunidade e o governo italiano representado pelo MAE. No caso de Juiz de Fora eles não somente participavam das comemorações e festejos da comunidade italiana, como também recebiam do ministério as ordens para que em suas regiões de jurisdição as datas e comemorações cívicas italianas fossem lembradas e festejadas.

Para isso, os representantes italianos enviavam antecipadamente um telegrama para os correspondentes consulares das treze localidades acima mencionadas lembrando-os das datas a serem comemoradas. Depois de passada a festividade, eles pediam que fosse enviada uma descrição de como as comemorações ocorreram. Quando recebiam o retorno dos correspondentes consulares, os vice-cônsules enviavam um balanço ao MAE relatando como ocorreram as festividades nas regiões de sua jurisdição. A leitura das correspondências relacionadas às comemorações entre vice-cônsules e correspondentes consulares revela que,

para que as datas cívicas fossem comemoradas, era necessário o empenho dos correspondentes e o respaldo dos italianos residentes naquelas localidades, o que nem sempre acontecia. Muitas vezes os correspondentes consulares eram pessoas despreparadas para o ofício e descomprometidas ou relapsas ao projeto italiano de fortalecimento da italianidade ao redor do mundo, sem contar que era uma atividade sem remuneração.

No ano de 1891, em ocasião da comemoração do dia Vinte de Setembro em Ouro Preto, o correspondente consular daquela cidade respondeu ao pedido feito pelo vice-cônsul de Juiz de Fora, dizendo que não havia meios para comemorar a data na cidade, ainda que a mesma possuísse cerca de 250 italianos[68]. Segundo o agente consular, os italianos que se propunham a comemorar a data eram poucos e muitos foram os que se naturalizaram como cidadãos brasileiros e não estavam dispostos a gastar dinheiro com esse tipo de coisa. Além disso, o correspondente de Ouro Preto se refere aos imigrantes italianos como sendo *cafoni*, ou seja, camponeses num sentido bastante depreciativo, muito parecido com o tom satírico que algumas autoridades italianas se referiam aos campônios italianos no contexto da emigração, como mostrou Franzina na obra "A Grande Emigração" (FRANZINA, 2006, p. 233).

A correspondência enviada pelo correspondente consular em Ouro Preto, referindo-se aos italianos lá residentes como sendo caipiras incapazes de se ater às comemorações cívicas italianas, corrobora a postura que muitos representantes diplomáticos italianos no Rio Grande do Sul tinham com relação aos imigrantes que lá viviam. O estudo de Luiza Iotti, além de indicar qual era a imagem que as autoridades consulares faziam dos imigrantes e a emigração naquele Estado, revela que eram várias as dificuldades de aproximação entre os cônsules e vice-cônsules e os imigrantes. A autora menciona a grande extensão territorial que estava sob a responsabilidade dos representantes diplomáticos, o difícil acesso a essas áreas, a preocupação e tempo gastos com os próprios negócios particulares e por último as diferenças econômicas, sociais e culturais que existiam entre eles e os imigrantes, tudo isso se constituindo em obstáculo para a realização de suas atribuições (IOTTI, 2010, p. 98 e 99).

> Não é demais lembrar que as autoridades diplomáticas pertenciam às altas camadas da sociedade italiana, enquanto os imigrantes eram trabalhadores, que foram obrigados a buscar no Exterior as condições de vida que a Itália lhes negava. Dessa forma, para a maioria dos cônsules, os imigrantes "não eram cidadãos para

[68] Carta enviada pelo agente consular de Ouro Preto Nicola Balena ao vice-cônsul italiano de Juiz de Fora, 26 de setembro de 1891. Localização: pasta "Commemorazione del XX Settembre 1890 – 1900".

> ajudar a defender, mas 'camponeses' impertinentes que, com sua miséria e ignorância, ofendiam à Pátria" (*Ibidem*, p. 99).

Ou seja, entre alguns correspondentes consulares que estiveram sob a jurisdição do vice-consulado italiano em Juiz de Fora, é possível perceber uma visão sobre os imigrantes muito parecida com aquela demonstrada pelos representantes consulares do Rio Grande do Sul.

Para além dessa questão, é interessante ressaltar outro aspecto na correspondência, que é o fato da maioria dos italianos não encontrarem sentido na comemoração do Vinte de Setembro. Se Ouro Preto possuía uma comunidade italiana com cerca de 250 integrantes, como assegurava o seu correspondente, podemos nos indagar sobre a existência de mais motivos que justificassem o desiteresse da comunidade em comemorar a data, como no restante dos lugares que possuíam presença de italianos em Minas. A explicação pode estar ligada a uma recusa por parte desses imigrantes em aceitar a italianidade oficial, mediada pelo Estado Italiano nas regiões coloniais através de representantes ligados direta ou indiretamente à diplomacia. Como o próprio correspondente argumentou, a origem dos italianos que viviam em Ouro Preto era campesina. Sendo assim, o fato de serem originários do campo pode ser um indício de que, quando ainda na Itália, eles estavam distantes das instituições italianas que mais disseminavam a italianidade, como as escolas, a imprensa e até mesmo a participação no exército. Ao viverem num outro país, consumidos por novas relações sociais e de trabalho, esses italianos *cafoni* não viam tanto sentido em comemorar a data cívica do Vinte de Setembro, ainda mais quando o seu próprio correspondente consular pouco se empenhava para o feito.

Voltando ao correspondente consular, nem todos os italianos que preenchiam este posto agiam da mesma maneira que o correspondente de Ouro Preto. Alguns de fato se empenhavam para que a comunidade italiana residente em suas áreas de responsabilidade se envolvesse na organização dos festejos, levando adiante as comemorações pedidas pelo governo italiano. Quando essas regiões possuíam algum tipo de organização social, como as sociedades mutuais ou recreativas específicas para italianos, esse tipo de comemoração cívica era bastante facilitado, pois os correspondentes consulares podiam atuar junto às diretorias dessas associações. Esse foi o caso de cidades como São João Nepomuceno, Barbacena e Palmyra (atual cidade de Santos Dumont), que realizavam as comemorações e, juntamente com os relatórios enviados ao vice-cônsul em Juiz de Fora, mandavam também os recortes de jornais de suas respectivas localidades com a cobertura feita pela imprensa do evento.

Igualmente, também em Juiz de Fora os vice-cônsules contavam com a ajuda das sociedades italianas mutuais e recreativas que existiam na cidade para a organização dos festejos que procuravam lembrar a Itália. Geralmente, fazia parte desses dias festivos uma visita à residência do vice-cônsul, não só pela comunidade italiana, mas também pelas autoridades juizforanas e pelos agentes diplomáticos de outras nações que lá residiam. Durante essas visitas passava-se uma lista de assinaturas entre os presentes. Por meio dessas listas assinadas referentes ao comparecimento à casa do representante diplomático da Itália em Juiz de Fora, nota-se que dentre a comunidade italiana que mais realizava a visita, estavam os membros da diretoria das sociedades mutuais e recreativas, quase sempre lideranças intelectuais e econômicas da comunidade italiana lá residente, bem como os representantes da imprensa local.

É bastante difícil precisar qual era o tipo de relação existente entre toda a comunidade italiana residente em Juiz de Fora e no seu entorno com os correspondentes consulares e vice-cônsules, uma vez que as correspondências trocadas, em sua maioria, envolviam quase que exclusivamente as lideranças da comunidade italiana. Mas em alguns momentos, é possível perceber o reconhecimento de boa parte da comunidade imigrante, que valorizava e não abria mão da existência dos representantes consulares da Itália na cidade. Isso pode ser confirmado quando, em 1902, o governo italiano tentou suspender o vice-consulado em Juiz de Fora. No início daquele ano, a Itália propôs o fechamento da representação diplomática na cidade, mantendo os italianos nela residentes sob a responsabilidade do consulado da nova capital, Belo Horizonte. O anúncio da proposta fez com que os italianos se mobilizassem por meio de reuniões, telegramas, abaixo assinados e visitas a instâncias maiores de representação do MAE no Brasil a fim de revogar a suspensão do vice-consulado italiano em Juiz de Fora. Segundo publicação do jornal *O Pharol*,

> Causou péssima impressão o decreto do governo italiano, suprimindo o consulado italiano nesta cidade, onde é numerosa a colônia, cujos interesses tratados pelo senhor conde Belli di Serdis, que conta entre brasileiros e seus compatriotas numerosas amizades e simpatias.
>
> Segundo noticiaram ontem, os nossos colegas do Jornal, parece que a colônia representará aos poderes de seu país sobre a conveniência de ser dado à esta cidade um consulado, como até aqui. A colônia de Belo Horizonte não é maior que a daqui, acrescendo que a capital do Estado não é fixa definitivamente, o que não sucede com a desta cidade.
>
> Se é justo que Belo Horizonte tenha um consulado, o que ninguém pode censurar, não é menos justo que também o tenha a primeira cidade de Minas... embora não seja a da sede do governo[69].

[69] *O Pharol*, 19 de fevereiro de 1902, número 196, Ano XXXVI, página 01.

As lideranças italianas junto à comunidade de imigrantes, como o senhor Conde Belli de Sardes, por exemplo, mais a diretoria da Sociedade Umberto Primo, alegavam que, tal como na capital Belo Horizonte, a cidade de Juiz de Fora também apresentava um número considerável de italianos. Para eles, essa era uma razão mais do que suficiente para a permanência do representante diplomático nomeado diretamente pelo *Ministero Degli Affari Esteri* na cidade.

Em 23 de fevereiro de 1902, uma reunião no edifício da Sociedade Umberto Primo reuniu cerca de trezentos italianos que se posicionavam contra a decisão[70]. As manifestações não pararam por aí. Ficou combinado em reunião o envio de um telegrama ao representante diplomático italiano que residia em Petrópolis pedindo que ele intercedesse junto ao rei Vitorio Emanuelle pela permanência do vice-consulado em Juiz de Fora. Não contentes com o telegrama, o próprio Conde Belli de Sardes foi à cidade de Petrópolis no dia 26 de fevereiro a fim de intermediar a decisão do Ministério[71]. As questões se estenderam por todo o primeiro semestre de 1902. Em março desse ano a comunidade italiana se mobilizou diante de uma petição, que de acordo com a imprensa, contava com cerca de 700 assinaturas em prol da manutenção da representação diplomática italiana na cidade[72]. A questão somente foi resolvida com a chegada de um novo vice-cônsul em julho daquele ano[73].

A mobilização da comunidade italiana em Juiz de Fora em favor da manutenção do vice-consulado na cidade revela que uma parcela considerável dos italianos residentes na cidade julgava de extrema importância a existência de um órgão diretamente relacionado ao governo da Itália. No que diz respeito às lideranças da comunidade italiana, a fiscalização das práticas e condutas dos vice-cônsules era constante. Em julho de 1903, parte da comunidade italiana, liderada pelo ourives Affonso Colucci, quis enviar ao Ministro italiano uma representação informando que o vice-cônsul da época, Leonello de Scelsi, ficava muito pouco tempo ocupado de suas atribuições diplomáticas na cidade. Segundo consta, ele auxiliava com frequência o Ministro em Petrópolis, lesando assim a comunidade italiana residente em Juiz de Fora. O documento escrito pelo senhor Colucci e enviado ao representante do MAE em Petrópolis contou com mais de cento e cinquenta assinaturas[74] e foi suficiente para que o serviço no vice-consulado fosse regularizado sempre que houvesse a necessidade do vice-cônsul se ausentar.

---

70 *O Pharol*, 23 de fevereiro de 1902, número 200, Ano XXXVI, página 02.
71 *O Pharol*, 27 de fevereiro de 1902, número 158, Ano XXXVI, página 01.
72 *O Pharol*, 11 de março de 1902, número 212, Ano XXXVI, página 01.
73 *O Pharol*, 11 de julho de 1902, número 315, Ano XXXVII, página 01.
74 *O Pharol*, 21 de julho de 1903, número 631, Ano XXXVII, página 02.

Junto à comunidade italiana as atribuições do vice-cônsul eram muitas. Pela leitura das correspondências consulares é possível perceber que eles tinham diversas atribuições: administravam as finanças das escolas; procuravam angariar recursos junto ao MAE; mantinham correspondências com os demais cônsules e vices do país, no caso de precisarem contratar novos professores e negociar materiais didáticos; lembravam e cobravam das localidades que estavam sob a sua jurisdição a comemoração das festividades italianas; davam andamento ao processo de repatriamento daqueles imigrantes que queriam retornar à Itália; por último, recolhiam recursos financeiros para a Itália sempre que o país precisasse, por meio das listas de subscrição que eles faziam circular entre a comunidade italiana.

Certamente, o êxito e a importância do trabalho dos vice-cônsules dependiam do quão comprometidos eles eram com o exercício de tutela dos emigrados, que de certa maneira tinha a ver com o tempo que eles ficavam em cada local ao qual foram designados. A rotatividade no cargo era grande, o que de certa forma interferia na superficialidade com que muitos se relacionavam com os imigrantes, tal como identificou Luiza Iotti para os cônsules italianos que foram designados para o Rio Grande do Sul (IOTTI, 2010, p. 98). Segundo Iotti, os representantes diplomáticos da Itália no Rio Grande,

> (...) apesar de pertencerem aos quadros inferiores da carreira diplomática, possuíam traços que os ligavam às elites dirigentes do Estado italiano. E compartilhavam da mesma visão sobre a população, que havia sido obrigada a buscar, fora do seu país, as condições de vida que ele lhes negava. As relações que se estabeleceram entre eles e os imigrantes reproduziram, em parte, aquelas existentes, na Itália, antes da emigração. O Estado italiano e seus representantes continuaram a agir, no Rio Grande do Sul, com a mesma indiferença, preconceito e desprezo que haviam manifestado pela população pobre que vivia na Itália. (IOTTI, 2010, p. 104)

No entanto, entre alguns diplomatas italianos que passaram por Juiz de Fora, como os casos do Conde Belli de Sardes (vice-cônsul de 1915 a 1920 e secretário do vice-consulado durante vários anos), Girolano dei Rossi (1904 a 1906) e Golfredo Massimo (1910 a 1912), percebe-se certa preocupação com relação à comunidade italiana, o que não é percebido na pesquisa de Iotti sobre os representantes diplomáticos que passaram pelo Rio Grande do Sul. Algumas correspondências enviadas pelos vice-cônsules ao *Ministero Degli Affari Esteri* revelam que esses representantes diplomáticos em específico chegavam a pressionar o MAE denunciando os descasos do governo italiano com os imigrantes, principalmente quando o assunto era a educação escolar oferecida a eles. As correspondências nas quais mais percebemos esses pareceres eram relacionadas à administração financeira das escolas italianas.

Para se ter uma ideia, em carta enviada ao MAE no ano de 1912, Massimo Golfredo relatava ao ministro a precariedade da situação da Escola Italiana Umberto Primo[75]. Numa extensa carta, Golfredo mencionava uma série de coisas que ele imaginava serem os motivos da baixa procura pela escola italiana local, como a situação de pobreza vivida por muitos imigrantes e a irregularidade com que o governo italiano enviava os recursos para a escola.

> I nostri connazionali qui residenti, nella maggior parte annettono poca importanza nella scelta della scuola per i loro figli: per loro di cui la maggior parte è povera e gli altri arricchiti relativamente, vincendo senza bisogno di istruzione le lotte del la vita, è preferibile la scuola "gratis" a quella a pagamento. (...) La nostra Scuola Italiana riceve, e com molta irregolarità, dal patrio Governo un troppo tenue sussidio. (...) Il patrio Governo dovrebbe, a parer mio, prendere maggiormante a cuore la quistione delle nostre scuole in questo paese. (...) Questa nostra scuola vede tanto trascurata dal nostro Governo[76].

Apesar de denunciada a negligência do governo italiano com relação à escola italiana local, um ano após o envio dessa correspondência, o vice-cônsul Giuseppe Marini enviou nova carta ao MAE, com teor bastante parecido. Marini pedia recursos para a Escola Umberto Primo e enviava um parecer geral sobre a situação da comunidade italiana em Juiz de Fora: *la colonia nostra è numerosa, ma pochi sono i connazionali possidenti, in generale, sono operai che lavorano quotidianamente nei stabilimenti industriali*[77]. As condições de trabalho que os imigrantes encontraram em Juiz de Fora não faziam dos italianos proprietários de terras, tal como foi almejado por eles. A maioria dedicou-se ao trabalho nas fábricas e como a remuneração era precária, eles não tinham condições de matricular seus filhos na escola italiana, optando pela escola pública, que era gratuita. Giuseppe Marini via nisso um problema, uma vez que os italianos nascidos no Brasil eram muitos e aos serem matriculados em escolas brasileiras, poderiam esquecer-se da Itália.

Anos mais tarde, Belli de Sardes apresentou a mesma preocupação de Golfredo e Merini, ao escrever ao Ministério Italiano denunciando o descaso do governo com a escola

---

75 Rascunho da carta enviada pelo vice-cônsul italiano Massimo Golfredo ao Ministro do Exterior, 23 de fevereiro de 1912. Localização: pasta "Scuole Italiane – Sovvenzioni 1898 – 1900/ 1905 – 1916".

76 "Os nossos conterrâneos aqui residentes, na maior parte atribuem pouca importância na escolha da escola para os seus filhos: a sua maior parte é pobre e os demais que enriqueceram relativamente, vencem sem necessidade de instrução as lutas da vida, têm preferido a escola gratuita àquela que é paga. (...) A nossa escola italiana recebe, e com muita irregularidade, do governo pátrio um auxílio demasiado tênue. (...) O pátrio governo deveria, na minha opinião, tomar mais ao coração a questão das nossas escolas neste país. (...) Esta nossa escola tem sido tão negligenciada pelo nosso governo".

77 "A nossa colônia é numerosa, mas poucos são os conacionais que têm posses. Em geral, os italianos são operários que lavoram cotidianamente nos estabelecimentos industriais". Rascunho da carta enviada pelo vice-cônsul italiano Giuseppe Marini ao Ministro do Exterior, 28 de fevereiro de 1913. Localização: pasta "Scuole Italiane – Sovvenzioni 1898 – 1900/ 1905 – 1916".

italiana em Juiz de Fora[78]. Na correspondência, ele chamava atenção para a crise econômica que atingia o Brasil, dificultando a situação financeira dos italianos, que não tinham condições de bancar seus filhos na Escola Umberto Primo. Em certo ponto dessa carta, o vice-cônsul chega a afirmar que o descaso do governo era uma vergonha para a Itália, principalmente num contexto de guerra, como o que viviam no momento. Afinal, para ele o descaso financeiro com a educação dos imigrantes poderia indicar que a Itália passava por problemas financeiros.

> "bisogna pur riconoscerlo una grande vergogna del nostro paese: la impressione che produrrebbe sulla nostra colonia e sugli altri abitanti di questa città, ed anche dell'interno, sarebbe pessima. E come ora siamo in guerra, ciò darebbe luogo a commentari svariatti e per nulla lusinghieri: si dirà, per exempio, che le nostre finanze sono esauste, ecc ecc"[79].

Enquanto os relatórios consulares produzidos pelos cônsules e vice-cônsules italianos que passaram pelo Rio Grande do Sul não questionavam o abandono e negligência do Estado italiano para com os seus emigrados, em Juiz de Fora, algumas correspondências demonstram o contrário. Como posto acima, as cartas envidas ao *Ministero Degli Affari Esteri* por vice-cônsules como Marini, Golfredo e Belli de Sardes demonstram certa responsabilidade com os seus tutelados em Juiz de Fora. Isso pode ser comprovado em trechos desses documentos em que eles chegam até mesmo a citar o Estado italiano como sendo negligente e pouco compromissado com aqueles que emigraram da Itália e se estabeleceram em Juiz de Fora.

Em quase todas as cartas em que eles relatam a precariedade das escolas italianas, citam também a situação de penúria em que a maioria dos italianos se encontrava, sobrevivendo com trabalhos mal remunerados e tendo a situação financeira agravada pelas crises econômicas que assolavam o Brasil. Porém, as denúncias e tutela não passam disso. Em nenhum momento a documentação consultada aponta preocupações mais concretas por parte dos vice-cônsules no sentido de denunciar e propor mudanças quanto às condições de trabalho dos italianos, defesas de suas propriedades ou denúncias de direitos básicos que eram violados ou negligenciados pelo Estado brasileiro.

---

78 Rascunho da carta enviada pelo vice-cônsul italiano Belli de Sardes ao Ministro do Exterior, 15 de outubro de 1915. Localização: pasta "Scuole Italiane – Sovvenzioni 1898 – 1900/ 1905 – 1916".

79 "É necessário reconhecer que é uma grande vergonha do nosso país: a impressão que se produz sobre nossa colônia e sobre os outros habitantes desta cidade, e também do interior, seria péssima. E como agora estamos em guerra, isto daria lugar a comentários variados e nada lisonjeiros: se dirá, por exemplo, que as nossas finanças estão esgotadas, etc etc". Rascunho da carta enviada pelo vice-cônsul italiano Belli de Sardes ao Ministro do Exterior, 15 de outubro de 1915. Localização: pasta "Scuole Italiane – Sovvenzioni 1898 – 1900/ 1905 – 1916".

Em linhas gerais, a relação estabelecida entre os representantes diplomáticos italianos e os imigrantes no Brasil é de difícil precisão. As fontes documentais que permitem aos historiadores compreender essa relação são escassas e nem sempre foram preservadas ou estão disponíveis para consulta. Por isso, até o momento, o nosso parâmetro de análise da atuação consular em Juiz de Fora foi comparando-a com a atuação diplomática italiana no Rio Grande do Sul, estudada pela historiadora Luiza Iotti. Para aquele Estado a autora se pautou basicamente nos relatórios enviados pelos cônsules e vice-cônsules ao ministério italiano, enquanto que em nossa pesquisa utilizamos apenas as correspondências enviadas e aquelas recebidas pelos vice-cônsules que passaram por Juiz de Fora.

Até o momento, a experiência consular em Juiz de Fora, quando comparada à rio-grandense, permite inferir que o exercício das atividades consulares italianas no Brasil não apresentou as mesmas características para todas as regiões de presença italiana mais proeminente. No caso da cidade mineira, a atuação consular se mostrou mais efetiva e comprometida, embora em certo momento, foi percebido entre o correspondente da cidade de Ouro Preto certo desprezo pelos italianos lá residentes ao chamá-los de *caipiras*.

A explicação para essa atuação mais positiva junto aos imigrantes pode ser encontrada na própria comunidade italiana residente em Juiz de Fora, que reconhecia a importância de se ter na cidade um órgão do governo que comunicava diretamente com o seu país de origem. Como a comunidade italiana da cidade contava com alguns membros bastante atuantes na sociedade local, geralmente italianos que se enriqueceram na década de 1870, a atividade consular na cidade era observada de perto e qualquer negligência era denunciada por esses membros.

Além disso, Juiz de Fora é uma cidade muito próxima ao Rio de Janeiro. Isso facilitava o acesso dos imigrantes às instâncias maiores do consulado italiano a fim de solucionar qualquer problema que porventura pudesse existir. O contato dos vice-cônsules italianos com os representantes do MAE, e vice versa, agilizava a solução de possíveis conflitos ou necessidades apresentadas pela comunidade italiana residente na cidade. Em determinados momentos, os próprios membros da comunidade italiana compravam as passagens de trem e marcavam audiências junto aos representantes do MAE sediados no Rio de Janeiro.

Apesar de ser evidente um maior comprometimento de alguns vice-cônsules que passaram por Juiz de Fora em relação aos seus tutelados, isso não significa que seus anseios e pedidos expressos nas correspondências enviadas ao governo italiano fossem prontamente

atendidos. Quando o governo italiano apontava alguma solução, como por exemplo, o envio de recursos para as escolas italianas, ela se apresentava tardiamente e os recursos, quando chegavam, já estavam consumidos pela inflação. O ofício consular, ainda que buscasse uma atuação minimamente satisfatória no sentido de se empenhar na tutela dos emigrados, esbarrava em duas grandes adversidades: de um lado, um Estado sem recursos e cada vez mais envolvido em conflitos externos para conquistar possessões coloniais; do outro, um país que atravessava fortes crises econômicas que afetavam a vida dos imigrantes que nele residiam.

Se de um lado o Estado italiano cobrava que seus representantes diplomáticos fossem um *fogo de italianidade* entre aqueles que emigraram, por outro lado, o desempenho dessa competência esbarrava numa nação recém unificada e com parcos recursos para custear a tarefa. Apesar disso, ainda que diante da falta de uma atuação mais efetiva e precavida de recursos entre os agentes diplomáticos e o governo italiano na tutela aos emigrados, a italianidade encontrou meios para se manifestar nos espaços que promoviam a sociabilidade da comunidade italiana residente em Juiz de Fora.

## 2.2 – AS ESCOLAS ITALIANAS COMO ESPAÇOS DE (RE)SIGNIFICAÇÃO DA ITALIANIDADE

Com a formação dos Estados Nacionais modernos, a educação assumiu uma importância primorosa no sentido de disseminar aquilo que consideramos ser a principal base de sustentação do nacionalismo: a invenção dos cidadãos e sua identificação com a Nação. Ao ser instituído nos países um único programa escolar que assegurava a utilização de uma mesma língua e o ensino de uma mesma História que atendesse aos interesses do Estado, os indivíduos estreitavam seus vínculos e sentimentos de pertença com a nação recentemente unificada ou independente (NOIRIEL, 2001, 48). No campo das tradições, a escolarização como política de governo visava formar cidadãos para a pátria, inculcando naqueles que frequentavam as escolas, os valores e normas de comportamento adequadas ao funcionamento da Nação.

Na Itália, a preocupação com relação ao sistema educacional só começou a tomar forma depois da sua unificação. Desde então o Estado precisou adquirir meios e recursos para difundir o novo idioma nacional, reduzir as taxas de analfabetismo e ao mesmo tempo construir uma identidade nacional italiana entre aqueles que viviam na península. Em ocasião da emigração em massa, ocorrida duas décadas depois de efetivada a unificação política do país, a Itália tentou estender aos emigrados a preocupação com relação à escolarização daqueles que partiram, financiando e/ou subsidiando escolas italianas.

Dentro do *Ministero Degli Affari Esteri*, a educação possuía organização e orçamento próprio. No final da década de 1880, o ministro Crispi, autorizou aos cônsules e demais agentes diplomáticos a administração do ensino das escolas italianas do exterior, bem como autoridade sobre os professores e inspetores que se encarregavam da educação nessas escolas (IOTI, 2010, p. 32). Os recursos enviados pelo MAE deveriam ser administrados pelos diplomatas de cada localidade onde existisse uma agência consular, assim como a negociação dos materiais didáticos e até mesmo a contratação dos professores. Ao aprenderem a leitura e a escrita da língua italiana, bem como os cálculos elementares, além de noções de história e geografia em livros provenientes de seu país de origem, os italianos e seus descendentes espalhados ao redor do mundo rememoravam e reconstruíam as lembranças sobre a pátria de onde eles vieram. Para o governo italiano, cuidar da educação daqueles que emigraram era vantajoso, uma vez que as reservas em dinheiro enviadas à Itália por aqueles que emigraram eram consideráveis.

No Brasil, existiram várias escolas voltadas ao imigrante italiano. Geralmente, essas escolas eram vinculadas às associações de mútuo socorro e beneficência, mas também poderiam partir de iniciativas particulares ou de ordens religiosas. No sul do Brasil, foi comum a existência de escolas vinculadas às ordens dos Salesianos e Franciscanos, por exemplo. Em Santa Catarina, delimitação espacial das pesquisas de Clarícia Otto, as escolas paroquiais franciscanas cuidavam da educação elementar dos oriundis, porém não aceitavam o material escolar enviado pelo governo. Diante do caráter político liberal adotado pelo governo italiano recém unificado, os membros do clero italiano rejeitavam o material por considerá-lo *ofensivo à Igreja* e *perigoso* (OTTO, 2011, p. 276). No Rio Grande do Sul também era muito comum a existência de escolas paroquiais ou colégios católicos, opções aos imigrantes que faziam questão de que seus filhos estudassem (LUCHESE, 2007, p. 229).

No final do século XIX, o Brasil ainda não possuía uma rede pública de ensino que atendesse a toda a demanda existente. Somente com a consolidação da República é que este quadro escolar começou a se alterar. Em muitos casos, a fundação de uma escola italiana partiu das associações italianas ou particulares. De acordo com Lúcio Kreutz, os dados do MAE revelam que em 1913 o Brasil possuía 396 escolas italianas, a maioria delas concentrada em São Paulo e nos estados do Sul do país (KREUTZ, 2000, 355).

Com o passar dos anos, a opção pelas escolas públicas foi se tornando inevitável para os filhos e netos dos imigrantes. Ao término da Primeira Guerra, o governo brasileiro passou a restringir as escolas de imigrantes coibindo outros idiomas que não fosse o português e fechando a imprensa de grupos étnicos. As escolas de caráter étnico existiram no país até o final da década de 1930, quando o governo Vargas proibiu seu funcionamento em prol de um projeto de viés fortemente nacionalista para a educação brasileira (*Ibidem*, p. 365). Vê-se neste caso uma clara disputa entre dois projetos de nação: o brasileiro e o italiano. Enquanto a política nacionalista de Vargas buscava eliminar os chamados *quistos étnicos* (GERALDO, 2009), essa prática minava as novas ivestidas do governo italiano em suas colônias espalhadas pelo mundo, que adquiriram a partir da década de 1920 uma nova importância com a ascensão do Fascismo (BERTONHA, 1997).

Durante o período em que existiram, as escolas italianas eram o espaço por excelência onde se engendravam os vínculos de identificação dos filhos dos imigrantes com a pátria de seus pais. Como as instituições de ensino italianas possuíam idealizadores diversos, os vínculos tecidos com a pátria eram (re)inventados ou (re)significados de acordo com os interesses e pretensões de cada uma delas. Certamente, a italianidade no interior das escolas

italianas vinculadas à Igreja possuía matrizes de identificação com a Itália muito diferentes, quando comparadas às escolas ligadas às associações étnicas. Enquanto naquelas a italianidade se assentava sobre as bases da moral católica, nestas, a italianidade estava pautada nos símbolos do nacionalismo italiano e na laicidade do Estado.

Em Minas Gerais, as escolas italianas não foram tão numerosas como eram em São Paulo e nos estados do Sul do país. De acordo com Kreutz, em 1913, Minas contava com seis escolas italianas (KREUTZ, 2000, p. 355), sendo a maioria delas ligada a algum tipo de associação. Os dados levantados por Maysa Rodrigues para o Estado mostram que em Nova Lima, região metropolitana de Belo Horizonte, a sociedade italiana local fundou em 1911 o *Colégio Umberto I*, que existiu até a década de 1940. Em Belo Horizonte, a sociedade italiana da capital deu início à *Escola Colonial Italiana de Belo Horizonte* em 1903. Em Ouro Fino, no sul de Minas, foi criada em 1911 a *Escola Primária Dante Alighieri* (RODRIGUES, 2014). Na cidade de Juiz de Fora, contabilizamos o maior número de escolas italianas do Estado: quatro iniciativas voltadas à escolarização dos imigrantes italianos, sendo duas de duração bastante efêmera e duas que perduraram mais tempo.

### 2.2.1 - As escolas italianas em Juiz de Fora

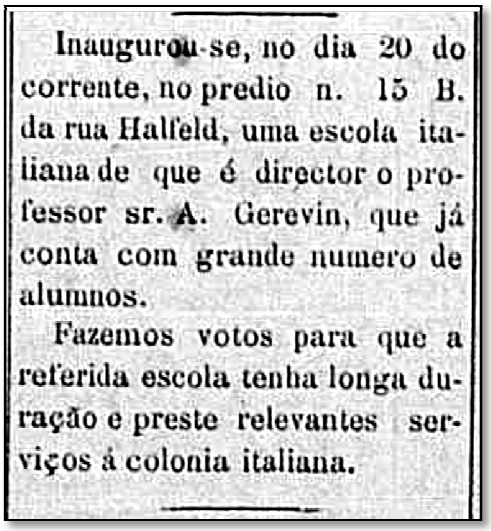
Entre os anos de 1878 e 1922, quatro escolas italianas funcionaram na cidade de Juiz de Fora, sendo elas: a Escola *Umberto Primo*, a Escola *Regina Margherita*, a escola do italiano A. Gerevin e a escola da professora Giuditta Seganti. De todas essas instituições de ensino, nenhuma teve ligação com paróquias ou congregações religiosas, como aconteceu em outras regiões de presença italiana no Brasil. Das quatro existentes, somente a *Escola Umberto Primo* surgiu como iniciativa da *Sociedade Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro Umberto Primo*. As demais foram fundadas por iniciativas particulares. As escolas que tiveram duração mais efêmera foram as dos professores A. Gerevin e Giuditta Seganti.

No ano de 1891, Gerevin, imigrante italiano residente em Juiz de Fora e dedicado às práticas do ilusionismo[80], abriu uma escola na Rua Halfeld, bem no centro da cidade. Um único anúncio foi publicado no jornal *O Pharol* noticiando a abertura do espaço, não constando mais nenhuma informação sobre sua existência nos anos posteriores, nem mesmo a qual público ela atendia e quais conteúdos eram ensinados. Ao que tudo indica, a escola funcionou durante pouco tempo, uma vez que mais nenhuma informação sobre ela foi encontrada nas correspondências consulares, nem nos jornais locais. Talvez a concorrência

[80] *O Pharol*, 31 de março de 1891, número 75, Ano XXV, página 02.

com a *Escola Umberto Primo*, já existente nesta época, tenha comprometido o funcionamento dessa instituição de ensino idealizada pela iniciativa particular de um italiano.

**Imagem 10 - Anúncio da Escola Italiana de A. Gerevin.**



Inaugurou-se, no dia 20 do corrente, no predio n. 15 B. da rua Halfeld, uma escola italiana de que é director o professor sr. A. Gerevin, que já conta com grande numero de alumnos.

Fazemos votos para que a referida escola tenha longa duração e preste relevantes serviços á colonia italiana.

**Fonte:** *O Pharol*, 24 de abril de 1891, número 97, Ano XXV, página 01.

Outra escola voltada aos imigrantes italianos foi a da professora Giuditta Seganti. O espaço educacional idealizado por esta professora italiana funcionou inicialmente na Rua Espírito Santo e, depois, na Rua do Comércio, ambas as localidades no centro da cidade de Juiz de Fora. As primeiras informações sobre esta escola são encontradas no periódico *O Pharol*, numa pequena nota que informava à comunidade italiana a abertura da instituição em 1895.

**Imagem 11 – Anúncio da Escola Italiana de Giuditta Seganti.**



**Avviso**

AGLI ITALIANI

La maestra italiana, Seganti Giuditta, con deploma di grado superiore Elementare, col giorno 15 corrente, aprirá una scuola italiana mista, diurna femminile, ser. le maschile, rua Spirito Santo n 16.

Il suo programma si estenderá su tutte le meterie obbligatorie cioé:

Lingua italiana, Aritmetica sistema metrico, Storia patria, Geografia, Ginnastica, Lavori femminili e ció fino tutta la 4ª Classe Elementare Fiduciosa di vedersi onorata dai fratelli, formanti la colonia di questa cittá. 30 2

**Fonte:** *O Pharol*, 16 de Novembro de 1895, número 250, Ano XXIX, página 02.

Pelo anúncio, consta que a professora italiana possuía diploma de grau superior elementar. Durante o período da manhã funcionavam as classes femininas e à noite as masculinas. A escola encarregava-se de ensinar *Língua Italiana*, *Aritmética*, *Sistema Métrico*, *História da Pátria* – no caso, italiana –, *Geografia*, *Ginástica Feminina* e *Trabalhos Femininos*. Provavelmente, o que era considerado ensino obrigatório pela escola seguia uma base curricular próxima ao que existia para a Itália da época, sem nenhuma abertura a qualquer conteúdo sobre o Brasil, nem ao ensino da língua portuguesa. Destacam-se as aulas voltadas para o público feminino, como a ginástica e o aprendizado de ofícios. Acreditamos que o funcionamento dessa escola perdurou de 1895 até 1897, quando encontramos uma última menção sobre sua existência no *Almanaque de Juiz de Fora* para esse ano.

Enquanto as escolas italianas fundadas e dirigidas pelos professores A. Gerevin e Giuditta Seganti parecem ter tido curto período de existência, os outros dois espaços educacionais destinados aos imigrantes italianos e seus filhos tiveram maior tempo de duração. Tanto a *Escola Italiana Umberto Primo*, quanto a *Escola Regina Margherita* mantiveram-se abertas por vários anos na cidade e, além disso, deixaram uma série de resquícios históricos que permitiram um estudo mais aprofundado sobre o modo como funcionavam. Não só as matérias publicadas nos jornais locais permitem a nós compreender um pouco sobre o funcionamento dessas duas escolas, mas também as inúmeras correspondências trocadas entre as diretorias dessas duas instituições e os vice-cônsules italianos que passaram por Juiz de Fora, permitem que averiguemos a proveniência dos recursos financeiros que supriam os seus gastos, bem como entender a relação estabelecida com o governo da Itália.

### 2.2.2 As escolas *Umberto Primo* e *Regina Margherita*

As duas maiores instituições de ensino italianas em Juiz de Fora, a *Scuola Umberto I* e a *Scuola Regina Margherita*, cujos nomes faziam alusão ao rei e rainha da Itália, iniciaram suas atividades escolares na cidade, uma no ano de 1889 e a outra em 1892, respectivamente. Enquanto a primeira foi fundada pela sociedade homônima, a segunda partiu da iniciativa particular.

A professora Amalia Ongaro de Battisti, que emigrou do Vêneto para o Brasil, ao chegar a Juiz de Fora no final do ano de 1891[81], abriu a escola italiana *Regina Margherita* em sua residência. Como a instituição foi aberta poucos meses depois da chegada do casal Battisti a Juiz de Fora, presumimos que Amália já era professora na Itália antes da emigração.

Sobre a *Escola Umberto Primo,* inicialmente as aulas eram dadas pelo professor Eugenio Villani, que foi membro da mesa diretora da *Sociedade Umberto Primo* durante alguns mandatos. As primeiras reportagens encontradas sobre esta instituição na imprensa local noticiaram a abertura de uma escola onde se ensinava *Língua Italiana*, *Francesa*, *Aritmética* e *Geometria*, *Geografia*, *História Antiga* e *Moderna*, além de *Caligrafia*. A escola funcionava nos períodos do dia e da noite, o que nos revela a possibilidade de muitos trabalhadores poderem estudar no período noturno.

**Imagem 12 – Anúncio da *Scuola Umberto I.***



AVANTI SAVOIA

SCUOLA ITALIANA UMBERTO I

RUA DO IMPERADOR

DIURNA E SERALE

Per iniziativo del signor Alfonso Colucci, orefice-orologiaio residente alla rua Halfeld n. 42, il sottoscritto, essendo un di lui cugino, si onora di far nota ai suoi connazionali che ha aperto una scuola in dove s'insegna :

Lingua italiana, francese, aritmetica e geometria, geografia, storia antica e moderna, calligrafia.

Per lezioni particolari e per altri schiarimenti dirigersi al detto signor Colucci.

IL PROFESSORE,

Eugenio Villani

**Fonte:** Pharol, 14 de novembro de 1889, número 266, Ano XXIII, página 04.

Pelo anúncio da escola, vemos que desde o início de seu funcionamento não havia qualquer menção ao ensino da língua portuguesa. Todo o conteúdo era voltado para o aprendizado sobre a pátria de origem dos imigrantes. Percebemos também que o ensino não era norteado apenas para o aprendizado das habilidades da escrita, leitura e contagem, havendo estudo de *Geografia, História,* além de aulas de *Caligrafi*a. Não pode se esquecer de que até mesmo uma segunda língua era ensinada, neste caso o francês. Aqueles que não possuíam condições para frequentar a escola regular tinham a possibilidade de procurar o senhor Colluci e agendar as aulas particulares.

[81] A professora Amália Ongaro De Battisti nasceu em 1851 e emigrou do Vêneto em 1891, juntamente com seu marido Giovanni De Battistini. Dados do embarque de italianos procedentes do Vêneto podem ser encontrados em: http://www.emigrazioneveneta.com/.

Eugenio Villani não foi o único professor a lecionar nesta escola, que contou posteriormente com a atuação das professoras Giuditta Seganti e mais tarde, Teresa Breviglieri[82]. No ano de 1898, a professora Seganti lecionava à noite em sua própria escola e durante o dia, na escola *Umberto Primo*. Quanto à professora Teresa Breviglieri, as fontes consultadas evidenciam que sua atuação na escola se dá a partir do ano de 1900 até 1916[83].

O local de funcionamento da escola foi cedido pela *Sociedade Italiana Umberto Primo*, o que era uma prática muito comum entre as escolas italianas. Os demais gastos com materiais escolares e com o professorado deveriam ser pagos pelas mensalidades dos alunos e a sociedade não entrava com mais nenhuma contrapartida, a não ser a oferta do espaço físico. Diante de uma comunidade italiana formada em sua maioria por operários e proprietários de pequenos comércios e oficinas, os gastos despendidos com a educação dos filhos não podiam comprometer o orçamento das famílias. Logo, as mensalidades pagas pelos alunos não davam para cobrir o ensino ofertado. No ano de 1898, encontramos a primeira correspondência trocada entre a professora da escola, a italiana Giuditta Seganti, e o vice-cônsul da época, no sentido de conseguir materiais para a escola, que até então não recebia auxílios por parte do governo da Itália.

Sobre a primeira década de funcionamento da *Umberto Primo* foram encontradas escassas informações. A escola só voltou a aparecer nos anúncios dos jornais locais com mais frequência a partir de 1898, justamente o ano da primeira carta trocada entre a professora da instituição e o vice-consulado. Nesta correspondência, Seganti afirmava que a escola italiana necessitava da *generosidade* do ministro do MAE, enviando materiais como *papéis e livros para as classes inferiores, silabários e livros de primeira leitura*, além de quatro quadros murais, um relativo ao *Sistema de Pesos e Medidas*, outro de *História Natural*, um de *artes e mistérios*, para as classes masculinas, e o último de utensílios domésticos, para as classes femininas. Segundo correspondência da professora, os quadros eram necessários, pois a escola possuía muitos alunos nascidos no Brasil e que desconheciam a nomenclatura nacional italiana, sendo, portanto, úteis, uma vez que era difícil ensinar esses assuntos com *ideias*

[82] A escola teve outros professores, porém, os nomes apresentados anteriormente correspondem àqueles que lecionaram entre 1889 e 1922.

[83] Num trabalho de Rosa Corrêa sobre as escolas italianas de Campinas é possível encontrar referências sobre o casal Teresa e Giuseppe Breviglieri, num documento apresentado por Corrêa (CORRÊA, 2011, 134). Segundo fontes apresentadas pela autora, o casal Breviglieri atuava como professores de uma escola italiana daquela cidade paulista e pediram demissão em 1888. Uma década depois são encontradas as primeiras matérias sobre a atuação deles na cidade de Juiz de Fora e em 1900, Teresa já era professora da *Escola Umberto Primo.*

*abstratas*. A carta encerrou-se com a professora pedindo que a escola tivesse a *proteção* das autoridades italianas[84].

Ao que tudo indica, o pedido da professora não foi atendido, pois um ano depois ela voltou a escrever ao vice-cônsul solicitando o envio de papéis à escola, que se encontrava desprovida de materiais para os alunos escreverem[85]. Desta vez, o pedido foi atendido pelo vice-cônsul, Conde Negri de Lamporo, que enviou alguns cadernos e papéis protocolados do próprio vice-consulado.

Já a *Escola Italiana Regina Margherita*, ao contrário da *Umberto Primo* não contou com muitas publicações na imprensa local. Seu funcionamento iniciou-se em 08 de março de 1892, na Rua Santa Rita, centro de Juiz de Fora, sendo fundada pela italiana Amalia Ongaro de Battisti, que atuava como diretora e professora. A escola particular, que era voltada tanto para alunos quanto para alunas, funcionou na cidade até meados de 1908. Apesar da pouca visibilidade na imprensa, a maior parte das correspondências escolares existentes na documentação consular é referente a esta escola e data de meados da década de 1890.

Em maio de 1894, a professora escreveu ao vice-cônsul uma carta contando como foi fundada a escola e quais eram as necessidades materiais que ela possuía. Na ocasião, ela não recebia outro tipo de auxílio, o que a fez recorrer ao representante do governo com uma lista de materiais necessários. Amalia di Battisti pedia o envio de livros, cadernos e mapas para sua escola, afirmando que tudo era para o *propósito de instruir mais os* seus *alunos e introduzir nos tenros corações confiados aos* seus *cuidados, o verdadeiro amor pátrio e o culto da língua pátria.*[86]

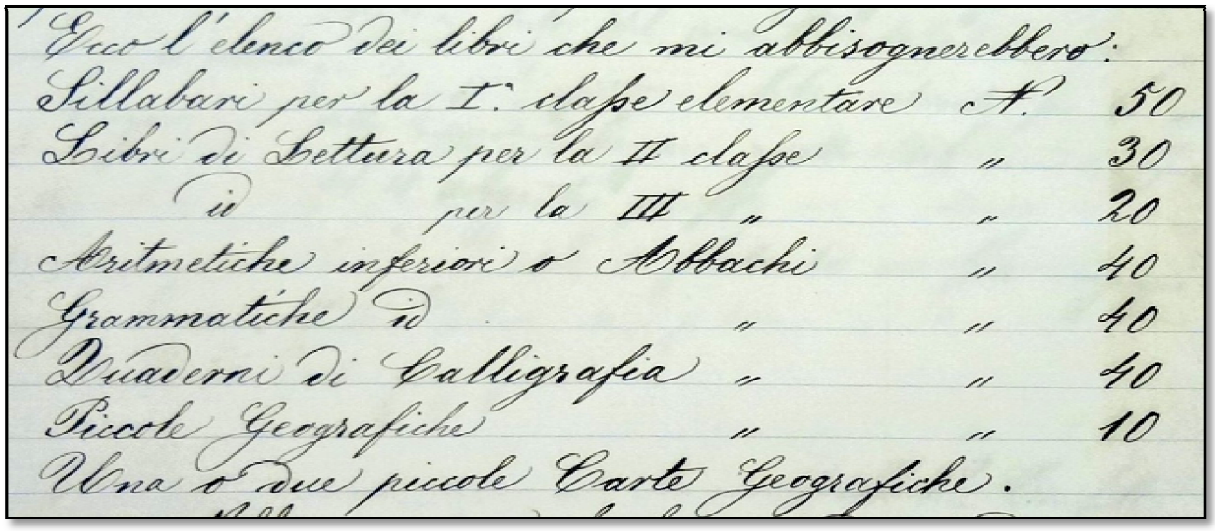
---

84 Carta enviada pela professora da Escola Umberto Primo, Giuditta Seganti, ao vice-cônsul italiano de Juiz de Fora, 28 de maio de 1898. Localização: pasta "Scuole Italiane in Juiz de Fora, Umberto Primo e Regina Margherita: concessione di materiale scolastico 1905 – 1910".

85 Carta enviada pela professora da Escola Umberto Primo, Giuditta Seganti, ao vice-cônsul italiano de Juiz de Fora, 13 de dezembro de 1899. Localização: pasta *Scuole Italiane in Juiz de Fora, Umberto Primo e Regina Margherita: concessione di materiale scolastico 1905 – 1910.*

86 Carta enviada pela professora da Escola Regina Margherita, Amalia di Battisti, ao vice-cônsul italiano de Juiz de Fora, 17 de junho de 1894. Localização: pasta *Scuole Italiane: Sovvenzioni – 1898 – 1900 / 1905 – 1916).*

**Imagem 13 – Lista de materiais escolares enviada pela *Escola Regina Margherita* – 1894.**


Ecco l'elenco dei libri che mi abbisognerebbero:
Sillabari per la I. classe elementare N. 50
Libri di Lettura per la II classe " 30
" per la III " " 20
Aritmetiche inferiori o Abbachi " 40
Grammatiche " " 40
Quaderni di Calligrafia " " 40
Piccole Geografiche " " 10
Una o due piccole Carte Geografiche.

**Fonte:** Pasta *Scuole Italiane: Sovvenzioni – 1898 – 1900 / 1905 – 1916).*

Não é raro encontrarmos nas correspondências escritas pelos professores expressões que denotam um exacerbado nacionalismo. Em carta escrita por Cesare Lamberti, que lecionava para os italianos das fazendas Bela Vista e Retiro, o professor agradecia ao vice-cônsul italiano em exercício o envio de cadernos de caligrafia para seus alunos. Nessa correspondência, o professor Lamberti a encerrava da seguinte maneira: *Eu asseguro que farei de tudo, segundo minhas fracas forças intelectuais, de inculcar no ânimo dos nossos pequenos conacionais, o amor ao estudo do belo idioma nosso, a Pátria distante e a valorosa, magnânima e benéfica Dinastia da Casa de Savóia.*[87] A língua italiana, a pátria e a monarquia de Savóia estavam entre os principais motes de ensinamento deste professor que se dedicava ao ensino dos italianos que residiam na zona rural.

Voltando à Escola Regina Margherita, o pedido da professora Di Battisti feito em 1894 não pôde ser atendido pelo vice-cônsul da época. Como veremos adiante, o envio de materiais escolares às escolas italianas de Juiz de Fora só se tornou uma prática mais recorrente no final da década de 1890.

No que se refere ao espaço físico, a Escola Umberto Primo funcionou dentro da sede da associação italiana que também levava esse nome. A fotografia abaixo, provavelmente tirada antes de 1911, traz a representação dos alunos da escola em companhia da professora Teresa Breviglieri, sentada ao meio.

[87] Carta enviada pelo professor Cesare Lamberti, ao vice-cônsul italiano de Juiz de Fora, 10 de outubro de 1898. Localização: *Scuole Italiane: Sovvenzioni – 1898 – 1900 / 1905 – 1916.*

**Imagem 14 – Alunos da *Escola Umberto Primo* com a professora Teresa Breviglieri.**




**Fonte:** (GROSSI, 1911, p. 55).

É possível que esta fotografia tenha sido feita na solenidade de entrega dos prêmios aos melhores alunos do ano letivo, pois todos os estudantes apresentam-se muito bem penteados, calçados e vestidos em trajes brancos e a professora ostenta um pomposo penteado.

Quanto à Escola Regina Margherita, embora não tenhamos localizado uma fotografia que registrasse sua existência, foi possível encontrar o detalhamento de seu espaço físico numa das correspondências da própria professora Amalia De Battisti. Segundo ela, a escola havia passado por uma reforma no ano de 1894 e estava distribuída da seguinte maneira: possuía uma sala principal, bem alta e arejada que, de acordo com a professora, atendia a todas as exigências de higiene, mantendo-se fresca durante as aulas da tarde; outra sala cujas janelas davam para a rua, onde Amalia ensinava as lições domésticas às meninas; e na outra sala, seu marido ensinava aos rapazes. Um terceiro professor, chamado Carli Maria cuidava dos *meninos do asilo*[88]. Segundo a professora, a escola era situada na Rua Santa Rita, bem próxima às principais residências italianas da cidade e no período diurno funcionava das nove às quatro horas da tarde e no período noturno, das seis às oito. Os horários de funcionamento dessa escola indicam que no curso diurno o ensino era voltado para as crianças, dedicando-se ao aprendizado de várias disciplinas, diferente do ensino ofertado à

[88] Carta enviada pela professora da Escola Regina Margherita, Amalia di Battisti, ao vice-cônsul italiano de Juiz de Fora, 26 de agosto de 1894. Localização: pasta "Scuole Italiane: Sovvenzioni – 1898 – 1900 / 1905 – 1916)".

noite, que se concentrava em apenas duas horas e provavelmente era procurado por jovens e adultos que durante o dia se dedicavam ao trabalho.

### 2.2.3 Características escolares e procedência dos alunos

Sobre o quantitativo e a procedência dos alunos que frequentaram as duas maiores escolas italianas de Juiz de Fora, é possível encontrarmos algumas esparsas informações na documentação trabalhada. A *Escola Regina Margherita* se mostrava mais organizada no sentido de enviar ao vice-consulado italiano da cidade pareceres sobre seu funcionamento, principalmente quando se trocava o agente diplomático. Dentre as informações encontradas para esta escola, o ano de 1894 apresenta dados mais completos: a escola contava com 100 alunos, sendo 62 homens e 38 mulheres distribuídos em sete classes.

**Tabela 5 - Alunos da *Escola Italiana Regina Margherita*, 1894.**

| **Ano de 1894** | | |
|---|---|---|
| **Classe** | **Quantidade de Alunos** | **Faixa Etária** |
| Classe IV e seção III – masculina | 1 | 10 anos |
| Classe III e seção II – masculina | 11 | 8 a 16 anos |
| Classe I e sessão II – feminina | 3 | 9 e 10 anos |
| Classe I e Sessão II – mista | 14 | 7 a 14 anos |
| Classe I – masculina | 24 | 6 a 30 anos |
| Classe I, preparatória – mista | 21 | 5 a 7 anos |
| Asilo Infantil – misto | 26 | 3 a 5 anos |

**Fonte:** Arquivo de correspondências do Vice-consulado italiano de Juiz de Fora, Pasta: Scuole Italiane – sovvenzioni 1898-1900/ 1905-1916

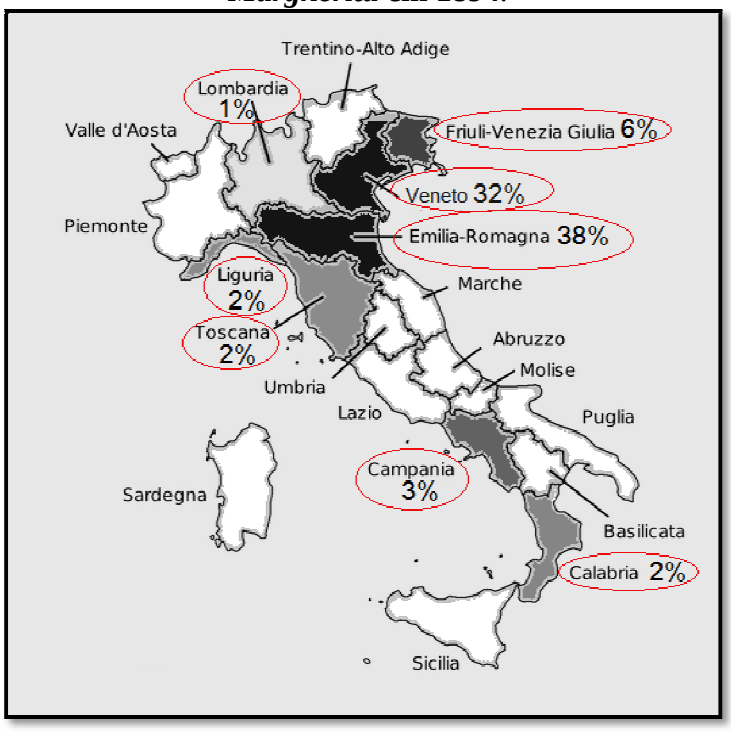
A idade dos alunos variava bastante, não apresentando uma equidade. Na *Classe I – masculina*, encontram-se alunos de seis a trinta anos. Porém, acreditamos que os dados disponibilizados pela professora não trazem a especificação do período das aulas. É provável que os alunos de idade mais avançada optassem por estudar no período noturno. Uma curiosidade é que a maioria dos estudantes acima de 12 anos de idade era proveniente do Brasil, não tendo, portanto, nascido na Itália. No caso de dois alunos que possuíam 25 e 30 anos, sequer o sobrenome italiano eles possuíam. A turma com o maior número de alunos era o *Asilo Infantil – misto*, que ficava aos cuidados de um terceiro professor da escola. Esta classe funcionava durante o período diurno e pela faixa etária de seus matriculados, três a cinco anos, faz-nos suspeitar que fosse uma opção para os pais italianos que trabalhavam

durante o dia, provavelmente em alguma fábrica da cidade, e precisavam deixar os filhos menores em segurança.

Ainda sobre a matrícula de alunos para o ano de 1894 da *Escola Regina Margherita*, as anotações da professora trazem informações preciosas sobre a procedência de seus estudantes. Pelos registros, dos 100 alunos matriculados naquele ano, 86% eram provenientes da Itália, 2% eram provenientes de Barcelona, na Espanha, e o restante era nascido no Brasil, sendo quase todos filhos de italianos. Para visualizarmos melhor a procedência italiana de cada um dos matriculados, o mapa representado na Imagem 15 traz em destaque as regiões da Itália de onde eram provenientes os alunos matriculados em 1894.

As localidades mais escuras do mapa representam aquelas de onde saíram a maior parte dos alunos da *Escola Regina Margherita*. Podemos constatar que a maioria dos imigrantes é proveniente das províncias do Norte da Itália, o que condiz com uma realidade da imigração para Minas Gerais, que era formada majoritariamente por imigrantes das províncias setentrionais. Vêneto e Emilia-Romagna são aquelas de onde partiu o maior número de crianças italianas que estudaram na escola, e somente Comacchio, uma comuna italiana na região da Emilia Romagna, província de Ferrara, era a localidade de procedência de 30% dos alunos da escola.

**Imagem 15 – Procedência italiana dos alunos que frequentavam a *Escola Regina Margherita* em 1894.**




**Fonte:** Arquivo de correspondências do Vice-consulado italiano de Juiz de Fora, Pasta: *Scuole Italiane – sovvenzioni 1898-1900/ 1905-1916.*

Na década de 1880, período de grande emigração, as regiões do *Veneto* e da *Emilia Romagna* possuíam uma taxa média de alfabetização de 46 e 36%, respectivamente (LUCHESE, 2007, p. 108). Neste período as regiões italianas apresentavam muitas divergências nos índices de alfabetização, mas a escolarização foi uma preocupação do Estado desde a unificação da península. Até mesmo porque muitos dos antigos reinos que formaram a Itália estavam sob o jugo de outras nações, e consequentemente submetidos a uma oferta de educação cujos ensinamentos não favoreciam a unicidade da nova pátria. O que podemos constatar é que, dentre aqueles que emigraram, muitos se preocuparam com a educação dos filhos, matriculando-os inicialmente nas escolas italianas e posteriormente nas escolas públicas brasileiras, constatação que também foi observada por Luchese, para a região colonial do Rio Grande do Sul (*Ibidem*).

Para a Escola Umberto Primo não foi possível traçar na Itália a proveniência de seus alunos. O único ponto digno de nota é que, em uma análise dos sobrenomes apresentados por eles para o ano de 1908 é possível perceber que muitos pertenciam às famílias dos sócios da *Sociedade de Mutuo Socorro e Beneficência Umberto Primo.*

Sobre o número de matrículas para as escolas italianas, percebemos que, de modo geral, houve um decréscimo do número de alunos com o passar dos anos.

**Tabela 6 – Alunos matriculados nas escolas *Umberto Primo* e *Regina Margherita*, 1894-1916.**

| Ano | E. Umberto Primo | E. Regina Margherita |
|---|---|---|
| 1894 | - | 100 |
| 1895 | - | 101 |
| 1898 | - | 56 |
| 1901 | - | 40 |
| 1906 | 56 | 56 |
| 1908 | 57 | 37 |
| 1910 | 50 | - |
| 1915 | 43 | - |
| 1916 | 18 | - |

**Fonte:** Arquivo de correspondências do Vice-consulado italiano de Juiz de Fora.

No caso da Escola Regina Margherita, que apresenta dados mais completos, entre 1895 e 1898 houve uma queda de mais de 40% do número de matriculados na escola. Talvez isto possa ser explicado pela compensação em matrículas na *Escola Umberto Primo*, mas não há dados que permitam certificarmos esta hipótese. Além disso, até mesmo a *Umberto Primo*

apresenta queda no número de seus alunos ao longo dos anos. Segundo a pesquisadora Maysa Rodrigues, que estudou a relação entre os imigrantes e a educação nas cidades de Belo Horizonte e Juiz de Fora, o mais provável é que, com o passar do tempo, as famílias tenham optado pela matrícula em escolas públicas brasileiras. De acordo com a autora:

> Pensamos que em fins do século XIX, o atendimento de grande número de crianças filhas de italianos pelas escolas Regina Margherita e Umberto Primo, determinou a invisibilidade destes nas escolas públicas. No entanto, a consolidação da instrução pública bem como a adaptação à nova pátria foram fatores que podem ter determinado a redução do número de alunos das escolas étnicas e particulares e a maior frequência às escolas públicas (RODRIGUES, 2009, p. 219 e 220).

No ano de 1906, a cidade de Juiz de Fora apresentava a maior população escolar do Estado de Minas Gerais, afirmação atestada por Rodrigues, ao analisar o *Relatório da Secretaria do Interior* para aquele ano. O distrito urbano da cidade contava com 1612 alunos provenientes de institutos de Ensino Particular; 328 provenientes do Ensino Municipal; 300 da Escola Normal; 400 das Estaduais; tudo isso somando um total de 2640 estudantes matriculados na cidade de Juiz de Fora em 1906 (*Ibidem*, p. 217). Diante de tamanha oferta de ensino, para os padrões da época, muitos pais italianos acabavam optando pelas escolas públicas brasileiras.

Em 1908 a *Escola Regina Margherita* deixou de funcionar. Segundo correspondências enviadas pela professora Amalia De Battisti, ela afirmava se encontrar *velha* e *solitária*[89] e requeria ao vice-cônsul a repatriação gratuita para a Itália[90]. Diante da vontade de voltar para a Itália, a professora colocava os bens da escola doados pelo governo da Itália à disposição do consulado, como quadros, murais e globo. Em 1916 foi a vez do fechamento da *Escola Umberto Primo*, que só seria reaberta na década de 1920. A professora Teresa Breviglieri encontrava-se doente e precisava de tratamento, não podendo continuar trabalhando. Além disso, a irregularidade no envio dos auxílios financeiros por parte da Itália dificultava a manutenção da escola.

Ambos os contextos de fechamento dessas escolas italianas em Juiz de Fora revelam que a ampliação da oferta de ensino público acabou minguando o número de alunos que frequentavam o ensino italiano. Em várias correspondências é possível perceber as

[89] Seu marido, Giovanni di Battisti, que veio da Itália com a professora foi afastado da escola em maio de 1902, quando a imprensa juizforana noticiou casos de abuso sexual em alunas da escola, praticados por Batisttini. O caso teve repercussão durante alguns dias na mídia local, mas nada foi encontrado a respeito de seu desfecho. Estranhamente o delegado de polícia do caso era o italiano Enrico Ricci.

[90] Correspondências trocadas entre a professora Amalia di Battisti e o vice-cônsul italiano, Pasta *Scuole Diversi, 1904 – 1912*, subpasta, *Scuole Italiane in Juiz de Fora, Umberto Primo e Regina Margherita: concessione di materiale scolastico 1905 – 1910.*

professoras e os vice-cônsules justificando a diminuição no número de matrículas por causa da opção pelas escolas públicas locais e a dificuldade de pagamento das mensalidades.

Em meio à documentação, encontramos as respostas dadas por Teresa Breviglieri a um questionário enviado pelo vice-cônsul no qual ele buscava fazer um balanço sobre o funcionamento da escola Umberto Primo. As respostas enviadas pela professora referem-se ao funcionamento da escola, média de frequência, valor das mensalidades, além de constar uma opinião pessoal sobre o que o governo italiano poderia fazer para melhorar o quadro escolar na cidade.

> 1º) Os alunos inscritos nesta escola Umberto Primo totalizam 50, dos quais 23 alunos e 27 alunas;
>
> 2º) A frequência média é de 35;
>
> 3º) Não existe nenhum dado exato, do qual se possa deduzir aproximativamente a população italiana nesta cidade; segundo nossos conacionais melhor informados, ela não deve superar a cifra de 1500. E deste número, a proporção dos alunos da minha escola em relação à população é de 3%.
>
> 4º) A taxa estabelecida por mim para cada aluno é de três mil réis ao mês, o qual bem pouco são os que pagam; outros contribuem com somente dois mil réis mensais, não podendo pagarem mais; o resto, 4 alunos frequentam a escola gratuitamente, por ser comprovada sua pobreza.
>
> 5º) No pagamento, os pais das famílias geralmente se mostram inadimplentes, e não raras vezes me vejo obrigada a receber de alguns deles trabalhos de alfaiate, sapateiro, lavadeira e assim por diante, em troca da mensalidade escolar.
>
> 6º) A escola mista para as três primeiras classes elementares não dá nenhum inconveniente de ordem moral, porque os alunos e alunas que a frequentam não ultrapassam geralmente os dez anos de idade.
>
> 7º) Para aumentar esta escola, digo antes, para assegurar sua existência, é necessário um auxílio fixo de 1500 liras anuais, e neste caso a mensalidade poderia ser reduzida a somente mil réis.
>
> 8º) Não há dúvidas que seria um grande bem para a colônia de Juiz de Fora a instituição de duas escolas elementares, uma masculina e uma feminina, incluindo as cinco classes; mas isso implicaria necessariamente um forte auxílio por parte do governo pátrio, que não poderia ser inferior, segundo meu modo de ver, a 4000 liras. Assinado, Teresa Breviglieri.[91]

Alguns pontos presentes neste documento confirmam informações já mencionadas anteriormente, como por exemplo, as dificuldades financeiras de muitos alunos. Pela fala da professora, fica claro que as mensalidades nem sempre eram pagas e muitas vezes eram quitadas com serviços e benfeitorias geralmente associados ao emprego dos pais dos alunos. Também no sul do país, essa prática de pagamento era recorrente. De acordo com Luchese, os salários dos professores que lecionavam na região colonial italiana geralmente *eram*

[91] Correspondência de 04/11/1910. Pasta: *Scuole Italiane – sovvenzioni – 1895 – 1916,* Sub-pasta: *Anno scolastico 1910* .

*convertidos em gêneros alimentícios cultivados pelas famílias, já que muitas não tinham condições econômicas de proceder ao pagamento de outra forma* (LUCHESE, 2007, p. 151).

Sobre a frequência escolar, segundo a professora, era bastante baixa, uma vez que de cinquenta alunos matriculados, apenas trinta e cinco frequentavam as aulas. Se pensarmos em cima dos números apresentados por ela para a população italiana residente no distrito urbano de Juiz de Fora, poucos eram os italianos e filhos de italianos que frequentavam a escola na década de 1910. Ao que tudo indica, o projeto de expansão das escolas italianas fora da Itália não conseguia competir com a oferta de escolas gratuitas por parte do governo brasileiro. Não somente a fala da professora Breviglieri constata isto, mas os próprios agentes consulares.

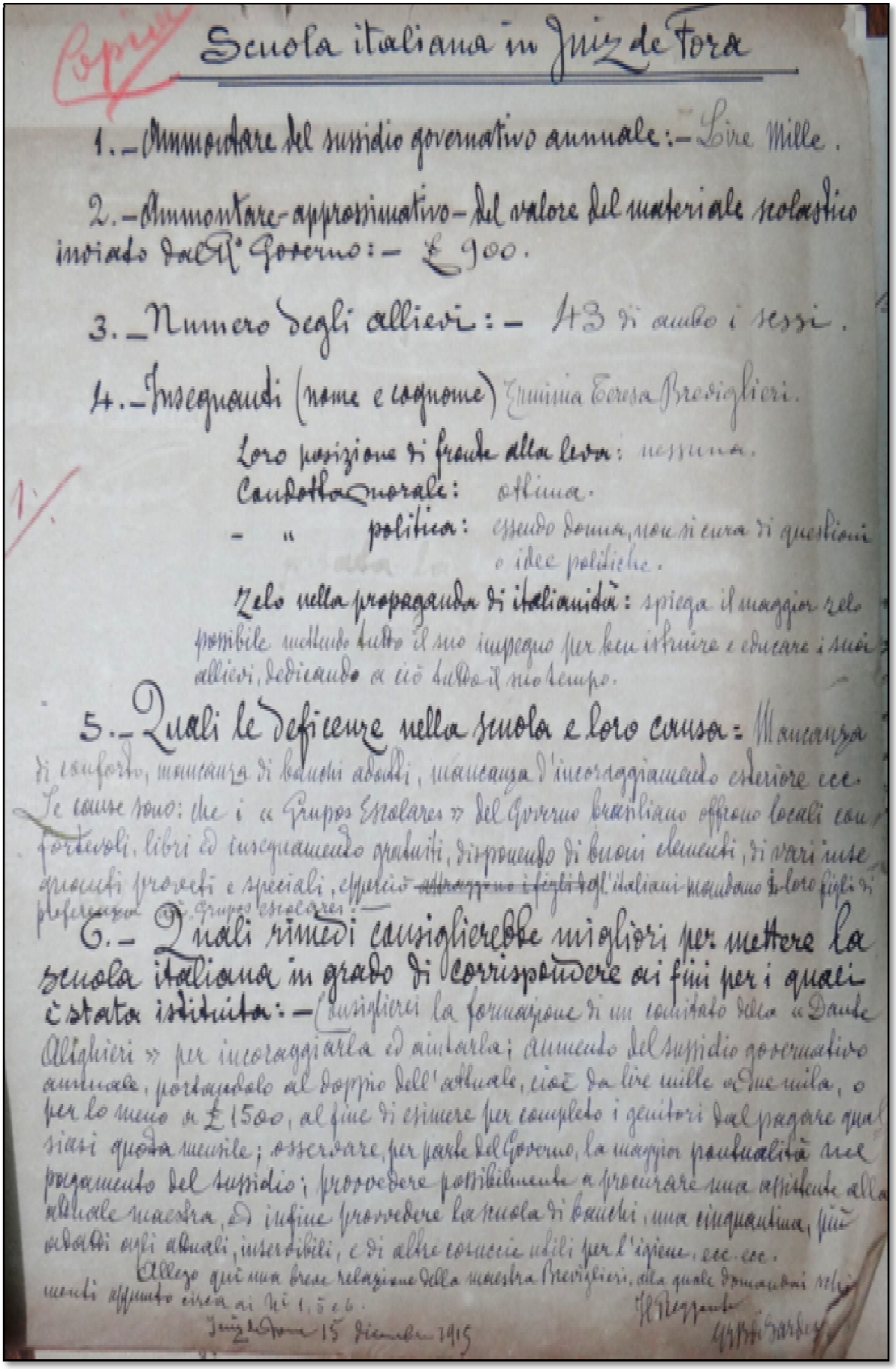
Em 1913, o vice-cônsul Giuseppe Marini afirmava o seguinte em correspondência enviada ao MAE:

> A colônia nossa é numerosa, mas poucos são os conacionais possuidores de terras; em geral eles são operários que trabalham cotidianamente nos estabelecimentos industriais, que numerosos que são, ganham o tanto para sobreviverem (...) sendo a recompensa pela jornada de trabalho bastante reduzida; como consequência, os filhos são enviados para as escolas públicas brasileiras, que são gratuitas[92].

Dois anos depois, o mesmo problema da frequência dos alunos é assinalado pelo vice-cônsul Belli de Sardes, em mais um relatório no qual ele responde a algumas perguntas sobre a escola italiana, aparentemente enviadas pelo *Ministero Degli Affari Esteri*. O documento, que pode ser visualizado na *Imagem 16* buscava responder às seguintes questões: 1ª - valor do subsídio anual; 2ª - valor aproximado do material escolar enviado pelo governo; 3ª - número de alunos; 4ª - Dados sobre a professora, como era seu comportamento político e se possuía zelo ao ensinar sobre a sua pátria; 5ª - quais eram as causas e as deficiências da escola italiana; e 6ª – o que o vice-cônsul recomendava para a que a *Escola Italiana Umberto Primo* correspondesse aos fins pelos quais foi instituída.

[92] Carta enviada pelo vice-cônsul Giuseppe Marini ao Ministro do Exterior pedindo auxílio para a escola Umberto Primo e fazendo um parecer geral sobre a situação da colônia italiana em Juiz de fora - 28/02/1913. Pasta *Correspondências consulares, Pasta Scuole Italiane, sovvenzioni – 1895 a 1916.*

**Imagem 16 – Relatório do vice-cônsul italiano sobre a *Escola Umberto Primo* – 1915.**



Copia

Scuola italiana in Juiz de Fora

1.– Ammontare del sussidio governativo annuale:– Lire Mille.

2.– Ammontare approssimativo del valore del materiale scolastico inviato dal R° Governo:– £ 900.

3.– Numero degli allievi:– 43 di ambo i sessi.

4.– Insegnandi (nome e cognome) Emilia Teresa Brevigliori.

Loro posizione di fronte alla legge: nessuna.
Condotta morale: ottima.
– " politica: essendo donna, non si cura di questioni o idee politiche.
Zelo nella propaganda di italianità: spiega il maggior zelo possibile mettendo tutto il suo impegno per ben istruire e educare i suoi allievi, dedicando a ciò tutto il mio tempo.

5.– Quali le deficienze nella scuola e loro causa: Mancanza di conforto, mancanza di banchi adatti, mancanza d'incoraggiamento esteriore ecc. Le cause sono: che i « Gruppi Scolares » del Governo brasiliano offrono locali confortevoli, libri ed insegnamento gratuiti, disponendo di buoni elementi, di vari insegnanti speciali, epperio ~~attraggono i figli degli~~ italiani mandano i loro figli di preferenza ai Gruppi scolares.–

6.– Quali rimedi consiglierebbe migliori per mettere la scuola italiana in grado di corrispondere ai fini per i quali è stata istituita:– Consiglierei la formazione di un comitato della « Dante Alighieri » per incoraggiarla ed aiutarla; aumento del sussidio governativo annuale, portandolo al doppio dell'attuale, cioè da lire mille a due mila, o per lo meno a £ 1500, al fine di esimere per completo i genitori dal pagare qualsiasi quota mensile; osservare, per parte del Governo, la maggior puntualità nel pagamento del sussidio; provvedere possibilmente a procurare una assistente alla attuale maestra, ed infine provvedere la scuola di banchi, una lavagna, fini adatti agli attuali, inservibili, e di altre cose utili per l'igiene, ecc. ecc.

Allego qui una breve relazione della maestra Brevigliori, alla quale domando scusa mentì appunto circa ai N. 1, 5 e 6.

Juiz de Fora 15 Dicembre 1915

Il Reggente
Arturo Barbosa

**Fonte:** Pasta *Scuola Italiana in Juiz de Fora – suo funcionamento, esami ecc 1912 – 1918* (15/12/1915).

Sintetizando as respostas dadas às questões que consideramos mais importantes, sobre a atuação da professora, Belli de Sardes afirma que Teresa Breviglieri possuía boa conduta moral e por ser dama, não se misturava com questões ou ideias políticas. Além disso, a professora era zelosa na propaganda da italianidade dedicando todo o seu tempo aos alunos da escola. Dentre as deficiências encontradas na escola italiana e quais seriam suas causas, o vice-cônsul afirma que os grupos escolares brasileiros ofereciam ensino e livros didáticos gratuitos, além de escolas confortáveis, sendo na ocasião uma alternativa de estudos aos filhos dos imigrantes italianos.

Quanto ao último ponto, sobre o que poderia ser melhorado na *Escola Umberto Primo*, Belli traz uma série de propostas. Na opinião dele, poderia se formar na cidade uma comissão da *Sociedade Italiana Dante Alighieri* para encorajar e contribuir para a manutenção da escola italiana local; o subsídio anual de mil liras enviado pelo governo italiano precisava ser dobrado, a fim de que os responsáveis pelos alunos não precisassem pagar nenhuma mensalidade; que o governo italiano fosse mais pontual no pagamento do subsídio; propunha uma assistente para ajudar a professora, e por último mencionava a necessidade de novas carteiras escolares para a escola.

O vice-cônsul italiano expunha nas respostas aquilo que ele considerava ser as maiores fragilidades da escola italiana que ainda se encontrava em funcionamento em Juiz de Fora no ano de 1915. Diante do quadro de uma comunidade italiana majoritariamente formada por operários e pequenos comerciantes e que sentia as crises econômicas que abatiam o país onde viviam, somado a um Estado que não cumpria regularmente o financiamento de parte das atividades escolares, o que se viu foi o aumento do número de oriundis nas escolas públicas locais, tal como observou Maysa Rodrigues.

Todavia, ainda que as escolas italianas tenham passado por todos estes percalços quanto às crises econômicas que atingiam os imigrantes e a irregularidade no envio dos subsídios e materiais didáticos por parte da Itália - como veremos detalhadamente a seguir - essas instituições formaram uma parte significativa da geração de alunos italianos e filhos de italianos residentes em Juiz de Fora. Dentre aqueles que passaram por elas, não podemos desconsiderar os ensinamentos recebidos, sempre norteados pelos princípios da italianidade e da honra à monarquia italiana. É bem provável que essa geração de alunos que passou pelas escolas italianas foi um referencial importante na manutenção da Sociedade Umberto Primo até a década de 1940, bem como a renovação de seus associados. Talvez esses mesmos alunos

também tenham sido importantes no apoio oferecido à reabertura da Escola Italiana na década de 1920.

### 2.2.4 Uma explosão de nacionalismo: subsídios e materiais didáticos recebidos pelas escolas italianas

Durante os anos em que as escolas *Umberto Primo* e *Regina Margherita* mantiveram-se em funcionamento, oferecendo uma possibilidade de educação aos imigrantes italianos que moravam na cidade de Juiz de Fora, elas receberam auxílios por parte da comunidade italiana residente na cidade e subsídios por parte do governo italiano. No final da década de 1890, os auxílios do governo se tornaram mais frequentes, principalmente no que diz respeito ao envio de materiais didáticos. Antes disso, as escolas se mantiveram com as mensalidades pagas pelos alunos e contaram com doações de livros que foram angariados pelo vice-cônsul junto à comunidade italiana residente na cidade.

Tanto a *Escola Umberto Primo*, quanto a *Regina Margherita*, se aproveitaram do fluxo imigratório para Minas Gerais, que só foi interrompido no final da década de 1890. Este aproveitamento se refletiu na quantidade de matrículas nessas escolas, levando a uma autossubsistência das mesmas por meio das mensalidades pagas pelos alunos. Porém, com o avançar dos anos, na medida em que os imigrantes iam se inserindo no mercado de trabalho local e sentindo as crises financeiras que assolavam o país, as escolas passaram a sofrer com a falta de recursos e a exigir auxílios ao vice-consulado, uma vez que, dentro do MAE, existiam recursos disponíveis para as escolas italianas no exterior. Necessitava-se, apenas, que o vice-cônsul intermediasse junto ao ministério o envio dos mesmos e o MAE se prontificasse a atender aos pedidos.

Em 1894, encontramos na documentação consular o primeiro pedido feito pela professora da *Escola Regina Margherita* ao vice-cônsul para o recebimento de livros didáticos, mostrado anteriormente, na Imagem 16. Pelas correspondências analisadas, percebemos que o agente diplomático mobilizou a comunidade italiana de Juiz de Fora para doar os livros que possuíam em casa, ou que então os vendessem às escolas.[93] Nesta suposta campanha, cerca de 190 exemplares de livros, mais algumas centenas de cadernos foram angariados e divididos entre as escolas *Umberto Primo* e a *Regina Margherita*.

[93] Pasta *Scuole Italiane – sovvenzioni – 1895 – 1916*, 13/08/1894.

A lista de exemplares conseguidos[94] revela-nos alguns dados interessantes. Primeiramente, todos os livros doados ou colocados à venda estavam vinculados à Itália, não constando um único livro em língua portuguesa. Entre os livros, os autores que mais se destacaram são Ida Baccini e Pietro Dazzi, dois italianos que escreveram vários livros e cartilhas adotados pelas escolas italianas na época e que geralmente abordavam em suas obras os valores e comportamentos considerados adequados para os italianos. No caso dos homens, os livros versavam sobre a dedicação ao trabalho e à pátria, no caso das mulheres, sobre as tarefas do lar e a educação dos filhos.

Muitos exemplares referiam-se à História da Itália, com volumes que abordavam desde o Período Romano até o *Resorgimento*. Quanto aos livros cedidos por italianos residentes em Juiz de Fora, como Giuseppe Grippi e Pietro Biancoville, encontramos muitos volumes sobre a trajetória histórica da Itália ao longo do tempo, títulos dedicados à alfabetização, como os silabários e as gramáticas da língua italiana, além de alguns números sobre o ensino da matemática.

O ano de 1894 é a primeira referência que temos sobre os livros didáticos utilizados pelas escolas italianas de Juiz de Fora, apesar de serem provenientes das doações da comunidade local. Embora a lei crispina, que atribuía aos cônsules uma maior responsabilidade junto à educação dos emigrados, ser do final da década de 1880, somente percebemos na atuação dos vice-cônsules que passaram por Juiz de Fora uma maior participação na educação dos imigrantes a partir de 1900. É deste ano uma circular do MAE, divulgada pelo *Jornal do Commercio*, que pedia aos cônsules para que insistissem numa maior valorização da língua italiana por parte dos emigrados e prometia também um subsídio às escolas do exterior.

> O Sr. Visconte Venosta, ministro dos negócios estrangeiros da Itália, enviou uma circular aos cônsules italianos recommendando-lhes que empreguem todos os meios para evitar que os italianos substituam a língua própria pela do país em que residem, salvo nas coisas em que as leis do país impunham o uso da língua nacional.
>
> Nessa circular o Sr. Visconti Venosta mostra-se disposto a subsidiar as escolas italianas no exterior, com dinheiro ou com material escolar[95].

Daí em diante, as correspondências enviadas pelas escolas *Umberto Primo* e *Regina Margherita* revelam uma atuação mais contundente dos diplomatas italianos com relação ao ensino de seus compatriotas, intermediando o envio de subsídios e materiais

94 Disponíveis no Anexo 3.6.

95 *Jornal do Commercio*, 18 de julho de 1900, Ano V, número 1198, página 01.

escolares às instituições. No caso dos materiais didáticos, o repasse era feito às escolas desde 1899. Quanto aos subsídios, o dinheiro passou a ser transferido às escolas pelo governo italiano a partir de 1905.

**Tabela 7 – Subsídios enviados às escolas italianas, 1907-1916.**

| Data de chegada do auxílio: | Vigência: | Escola Umberto Primo | Escola Regina Margherita |
|---|---|---|---|
| 18/04/1907 | 1905 - 1906 | 500£ [96] | 500 £ |
| 25/09/1907 | 1906 - 1907 | 500£ | 500 £ |
| 11/08/1909 | 1907 – 1908<br>1908 - 1909 | 1000£ | 1000£ |
| 23/11/1913 | 1910 – 1911<br>1911 - 1912 | 1000£ | - |
| 02/11/1915 | 1912 – 1913¨ | 1000£ [97] | - |
| - | 1914 - 1915 | Não houve pagamento*. | - |
| 12/06/1916 | 1915 - 1916 | 990£[98] | - |

**Fonte:** Correspondências consulares, Pasta *Scuole Italiane, sovvenzioni – 1895 a 1916*.

Os subsídios eram auxílios financeiros enviados pelo governo italiano para pagar o salário das professoras das escolas *Umberto Primo* e *Regina Margherita* e cobrir algum outro gasto necessário. Ao longo dos vinte e sete anos de existência da *Escola Umberto Primo*, dentro da temporalidade por nós delimitada, o governo enviou subsídios durante os oito últimos anos de funcionamento da escola, 1905 a 1914 e 1915 a 1916. Já a *Escola Regina Margherita* recebeu o auxílio durante os três últimos anos de sua existência, 1905 a 1908. Como nós já afirmamos, os primeiros anos de funcionamento das escolas eram custeados apenas pelas mensalidades pagas pelos alunos, bem como pelas doações da comunidade e do próprio vice-cônsul.

Os benefícios eram enviados numa única quantia anual, depois de encerrado o ano letivo, que ia de julho de um ano a junho do ano seguinte. Não havia um mês exato para o governo italiano providenciar o pagamento, como pode ser visualizado na primeira coluna da Tabela 7, em que as datas de recebimento estão todas irregulares. Sequer certeza do recebimento do auxílio as escolas possuíam, uma vez que a quantia referente ao ano letivo de 1910 a 1911 somente foi paga ao final do ano de 1913 e o ano de 1914 a 1915 ficou sem

96 Equivaleria a 313$500 réis.
97 Equivaleria a 650$000 réis.
98 A professora não recebeu 1000 liras por causa da lei que obriga o desconto de 1% para ser doado à guerra.

pagamento. Durante os anos da Primeira Guerra Mundial, nota-se claramente que os recursos ficaram mais escassos e irregulares, levando a *Escola Umberto Primo* a ser fechada em 1916.

Quanto aos materiais didáticos, os documentos encontrados revelam que as remessas feitas pelo governo italiano cobriram os anos de 1899, 1906, 1907, 1910 e 1919. Os envios eram realizados sem nenhuma regularidade e dependiam da disponibilidade e boa vontade dos vice-cônsules para enviarem ao MAE os pedidos repassados a eles pelas professoras. A maior parte dos documentos sobre recebimento de materiais didáticos encontrados é referente à *Escola Regina Margherita*, como podemos visualizar no Quadro 2.

**Quadro 2 - Materiais didáticos enviados pelo governo italiano às escolas de Juiz de Fora, 1899-1919.**

| Data | Escola Umberto Primo | Escola Regina Margherita |
|---|---|---|
| 06/07/1899[99] | • 1 cartaz mural do sistema métrico;<br>• 11 cartazes murais para o ensinamento objetivo;<br>• 30 silabários;<br>• 30 complementos ao silabário;<br>• 15 Segundas Leituras de Baccini;<br>• 15 gramáticas;<br>• 8 aritméticas de Cálculo Intuitivo;<br>• 6 compêndios de Geografia;<br>• 6 compêndios de História;<br>• 50 cadernos de escritura nº 01 e 02;<br>• 20 cadernos de escritura nº 3, 4, e 8. | • 1 cartaz mural do sistema métrico;<br>• 11 cartazes murais para o ensinamento objetivo;<br>• 40 silabários;<br>• 40 complementos aos silabários;<br>• 15 gramáticas;<br>• 14 segundas leituras;<br>• 6 História;<br>• 6 de Geografia;<br>• 6 Cálculo Intuitivo;<br>• 50 cadernos nº 01 e nº 02;<br>• 25 cadernos nº 03, nº 04 e nº 08. |
| 28/06/1906[100] | • 2000 cadernos brancos com listras;<br>• 2000 cadernos de caligrafia pelo método Bocary. | • 2000 cadernos brancos com listras;<br>• 2000 cadernos de caligrafia pelo método Bocary. |
| 01/10/ 1906[101] | - - - | • 4 exemplares de Il Piccolo Mondo, para 2ª classe;<br>• 4 exemplares de Il Piccolo Mondo, para 3ª classe;<br>• 2 exemplares de Geografia e Storia, para 3ª classe.<br>• 2 exemplares de Geografia e Storia e doveri, para 3ª classe. |
| 13/12/1906 | | • 11 Silabários e 1º livro de Leitura (Pietro Dazzi);<br>• 13 Livros para 1ª classe, parte 1ª (Pietro Dazzi);<br>• 29 livros para 1ª classe, parte 2ª (Pietro |

99 Pasta *Scuole Italiane, sovvenzioni – 1895 a 1916*, 14 de fevereiro de 1907.

100 Pasta *Scuole Italiane in Juiz de Fora, Umberto Primo e Regina Margherita: concessione di materiale scolastico 1905 – 1910* - 28 de junho de 1906.

101 Estes livros foram enviados pelo vice-consulado a pedido da professora Amalia di Battisti, pelo fato de ter aumentado o número de alunos em sua escola. *Pasta Scuole Italiane in Juiz de Fora, Umberto Primo e Regina Margherita: concessione di materiale scolastico 1905 – 1910* - 01 de outubro de 1906.

| | | |
|---|---|---|
| | - - - | Dazzi);<br>• 7 livros para 2ª classe (Pietro Dazzi);<br>• 9 livros para 3ª classe (Pietro Dazzi);<br>• *Piccolo Mondo* (Fanny Romagnoli e Silvia Albertoni):<br>- 6 exemplares para a 2ª classe.<br>- 6 exemplares para a 3ª classe.<br>• 8 livros *Primmi elementi di Geografia* (Silvio Pacini).<br>• 12 livros *L'Aritmetica* (Giuseppe Baldasseroni).<br>• 10 livros *Abaco ed aritmetica* (Nazzareno Dati).<br>• 29 livros *Grammaticachetta Italiana* (Lirilli e Curradini).<br>• 13 livros *Calcolo mentale e scritto* (Cerrado Ciamberlini).<br>• 42 livros *Il Risorgimento Nazionale* (Luigi Neretti).<br>• 12 livros *Manuale Atlante di Geografia e Storia* (Gianni Trapani). Totale – 207 libri. |
| 14/02/1907[102] | • 2 globos de 40 cm;<br>• 2 telas da Itália com os bastões;<br>• 2 telas da Europa com os bastõe;<br>• 2 telas da América do Sul com os bastões; | • 2 globos de 40 cm;<br>• 2 telas da Itália com os bastões;<br>• 2 telas da Europa com os bastõe;<br>• 2 telas da América do Sul com os bastões; |
| 29/11/1910[103] | • 30 silabários;<br>• 30 complementos aos silabários;<br>• 30 livros de leitura para a classe;<br>• 20 livros de leitura para a terceira classe;<br>• 10 livros de leitura para a quarta classe;<br>• 50 livros de artimética para a terceira classe;<br>• 100 cadernos "Binda", nº02;<br>• 120 cadernos "Binda" número 04;<br>• 160 cadernos "Binda". | (A escola já havia sido fechada) |
| 26/07/1919[104] | • 1000 cadernos. | (A escola já havia sido fechada) |

**Fonte:** Correspondência do vice-consulado italiano de Juiz de Fora

Dentre os livros enviados, podemos classificá-los em quatro tipos: livros dedicados ao aprendizado da Língua Italiana, como os Silabários e Gramáticas; livros dedicados ao ensino da Matemática, como os livros de Aritmética e Cálculo Intuitivo; livros

[102] Pasta *Scuole Italiane in Juiz de Fora, Umberto Primo e Regina Margherita: concessione di materiale scolastico 1905 – 1910* – 14 de fevereiro de 1907.

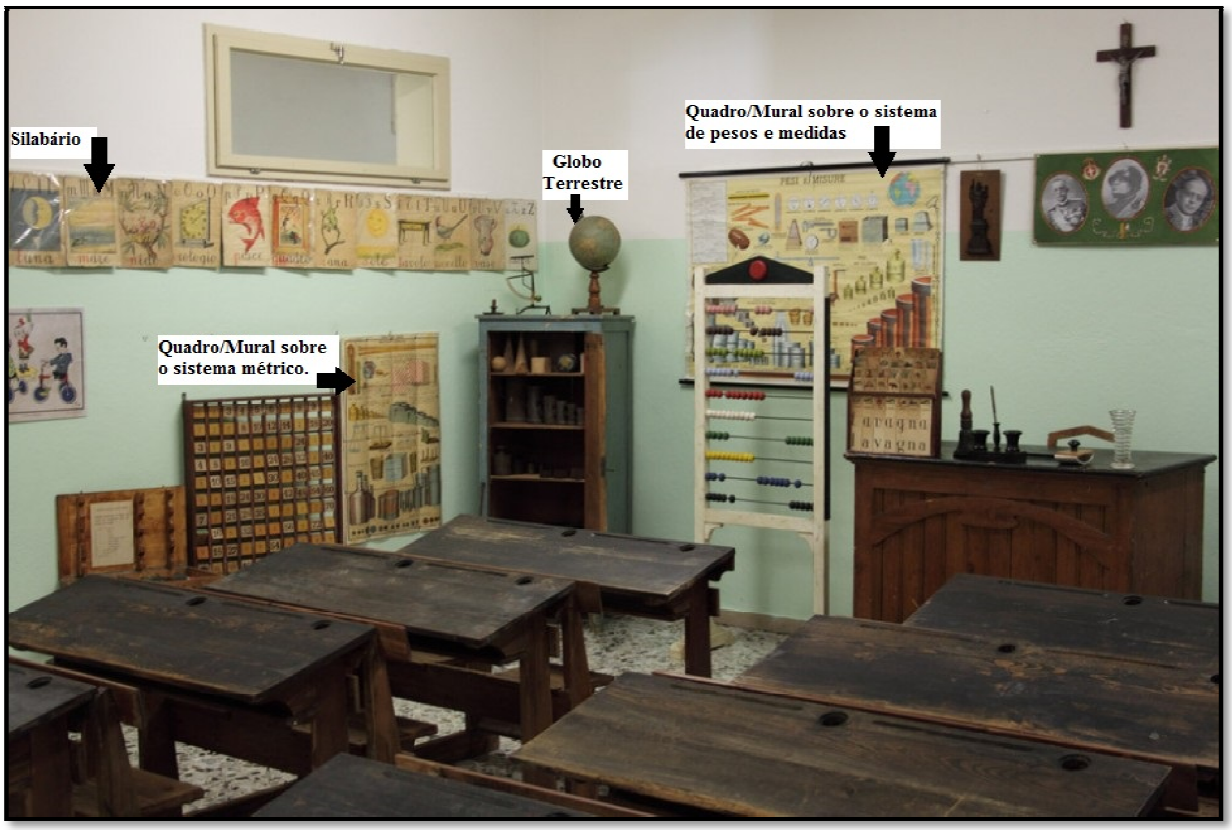
[103] Pasta *Scuole Italiane, sovvenzioni – 1895 a 1916*, 14 de fevereiro de 1907.

[104] Correspondência enviada pelo cônsul italiano de BH e o vice-cônsul de Juiz de Fora. Pasta *Scuole Italiane, sovvenzioni – 1895 a 1916,* 26 de julho de 1919.

voltados aos conhecimentos gerais, destacando-se os volumes de História e Geografia da Itália; e por último os livros de leitura, que versavam sobre a moral e boa conduta esperada para os cidadãos italianos.

No meio dos materiais didáticos enviados, encontramos: cadernos para escrita, cadernos para caligrafia, quadros murais com mapas representando a Itália, a Europa e a América do Sul; murais representando o Sistema Métrico[105] e o Sistema de Pesos e Medidas; além de um globo terrestre. A imagem a seguir traz uma representação de como seria uma sala de aula para as classes elementares na Itália no início do século XX, disponível no *Museo della Scuola*. Nela, assinalamos aqueles recursos didáticos que também foram encontrados nas listas de materiais enviados às escolas italianas de Juiz de Fora.

**Imagem 17 - Reconstrução de uma sala de aula na Itália, início do século XX.**




Fonte: Museo della Scuola – Il museu digitalle della scuola primaria italiana (Disponível em: http://lascuoladiunavolta.altervista.org/nellaula/, acesso em 30/11/2015).

Além de livros, cadernos e outros materiais didáticos, em 1910 o vice-cônsul Massimo Golfredo pediu que o ministério enviasse à sua sede o *Programa da Escola*

[105] Disponível no Anexo 3.8.

*Elementar Romana* para que ele a implantasse em Juiz de Fora.[106] No final daquele ano foi enviado pelo ministério o *calendário civil italiano,* proposto a todas as escolas italianas do exterior.

Todo o ensinamento nas escolas italianas de Juiz de Fora estava voltado para a Itália, sem nenhum tipo de disciplina que se dedicasse ao ensino da Língua Portuguesa ou da História Brasileira. A geração de crianças que passou por essas escolas recebeu uma educação que estava estritamente vinculada ao Estado Nacional Italiano, aos seus valores cívicos e às normas de conduta que se esperavam de seus cidadãos. Segundo Maysa Rodrigues, as escolas italianas em Juiz de Fora chegaram a preocupar a inspeção de ensino estadual. No ano de 1900, um relatório apresentado por Estevão de Oliveira, Inspetor Extraordinário da 2ª. Circunscrição Literária mostrava-se atento à situação.

> Neste externato, cuja matrícula é de 62 alunos, de que 32 pertencem ao sexo feminino, só se ensina italiano, a meninos nascidos no Brasil, embora de origem italiana, desde o silabário até os primeiros rudimentos de aritmética e gramática, matérias que nele serve o limite ao ensino. Dos alunos matriculados apenas três são nascidos na Itália. Nos livros didáticos usados pelos meninos, e por cujas paginas passei rápido o olhar, só se fala das cousas da Itália, de costumes da Itália, de instituições da Itália, etc. etc.
>
> (...)
>
> Mas o que me parece mais grave é que tais livros são fornecidos pelo próprio governo italiano, por intermédio do respectivo cônsul nesta cidade... E assim, subtraídos meninos nascidos no Brasil, embora os pais italianos, à influência nacional, para evitar a assimilação deles e consequentemente a sua incorporação à nacionalidade, teremos em breve um Estado estranho infixo, um verdadeiro Estado estrangeiro em nosso território, perturbando naturalmente a nossa unificação e definitiva constituição étnica.
>
> (RELATÓRIO de Inspeção, 1900, apud RODRIGUES, 2009, p. 203 e 204).

Notamos neste parecer do inspetor dois pontos interessantes. O primeiro deles é referente ao perfil nacional dos alunos. Enquanto em 1894 a maioria dos frequentadores da *Escola Regina Margherita* era formada por italianos, provenientes do Vêneto e da Emilia Romagna, em 1900 os alunos eram majoritariamente filhos de imigrantes italianos nascidos no Brasil. Como a emigração para Minas havia cessado, o quadro de matrículas na escola italiana se alterou, passando a atender aos filhos dos imigrantes nascidos no país. O segundo ponto interessante neste parecer é a preocupação com os materiais didáticos enviados pelo governo da Itália e a ausência de conteúdos sobre o Brasil. Para o inspetor, a escola italiana *subtraía* do Brasil as crianças nascidas no país e isso poderia fortalecer o grupo étnico

[106] Correspondência enviada pelo vice-cônsul italiano ao sindaco, em Roma. Pasta Scuole Italiane, Anno Scolastico 1910, 26 de novembro de 1910.

italiano dentro da sociedade brasileira, oferecendo obstáculos à unicidade do país. Esta preocupação apresentada por Estevão de Oliveira se refletiu no envio de materiais didáticos brasileiros para as escolas italianas de Juiz de Fora. Em outubro de 1901, o vice-consulado italiano recebeu os seguintes livros para serem distribuídos entre as escolas italianas: 24 volumes da *Constituição do Brasil*; 52 *Rudimentos Aritméticos*; 24 *Cartilhas Nacionais*; 20 números do *Segundo Livro de Leitura*; 14 números do *Terceiro Livro de Leitura*; 10 *Gramáticas Portuguesas*; 10 livros de *História do Brasil*; e 12 Atlas de Geografia[107].

A opinião do inspetor Estevão de Oliveira parece ter repercutido timidamente nas escolas italianas de Juiz de Fora, pois segundo Maysa Rodrigues, em 1901, elas passaram a adotar o ensino da Língua Portuguesa uma vez por semana, dando assim módica utilidade aos materiais enviados pelo governo do Estado de Minas (RODRIGUES, 2014, p. 263).

Todavia, o pouco que se ensinava do português nas escolas *Umberto Primo* e *Regina Margherita* não esvaziava de sentido os valores e devoções à pátria italiana que elas tanto insistiam. As referências à Itália estavam presentes em tudo, desde os murais com mapas do país, até os livros que abordavam a História Romana, Medieval e Moderna; desde o estudo da gramática italiana, até os símbolos presentes nos cadernos enviados pelo governo para os alunos estudarem.

No exemplar de caderno encontrado em meio às correspondências – Imagem 18 – a capa traz em destaque as cores verde, vermelha e branca, presentes na bandeira italiana. A contracapa traz um retrato e informações sobre a rainha Regina Margherita, esposa de Umberto I e primeira rainha da Itália unificada. Os símbolos do nacionalismo italiano, associado à dinastia reinante no país, se faziam presentes de diversas maneiras: as escolas chamavam-se *Umberto Primo* e *Regina Margherita*, em alusão aos monarcas italianos; os cadernos traziam estampados os símbolos da monarquia italiana; e as datas cívicas comemoradas nas escolas faziam referências a sua casa dinástica, reforçando em pequenas sutilezas a orientação de toda a prática escolar dessas escolas, que era o reforço da italianidade cadenciada por elementos alusivos a um nacionalismo monárquico. Por mais que o envio de materiais e subsídios às escolas italianas de Juiz de Fora tenham sido irregulares ao longo das décadas, a orientação do ensino era sempre voltada para a Itália, no sentido de inculcar nos alunos que as frequentavam os valores nacionais e cívicos da pátria de seus pais.

[107] Livros enviados pelo Secretário do Interior deste Estado de Minas Gerais para serem distribuídos às escolas italianas de Juiz de Fora. Esta ação do Secretário do Interior partiu de uma avaliação feita a respeito do ensino no Estado, onde se constatou que em Juiz de Fora as escolas étnicas italianas somente ensinavam coisas sobre seu país. Pasta *Scuole Italiane, sovvenzioni – 1895 a 1916*, 22 de 10 de 1901.

**Imagem 18 – Capa e contracapa dos cadernos enviados pelo governo italiano**




**Fonte:** Arquivo de correspondências do Vice-consulado italiano de Juiz de Fora, Pasta: Scuole – Materiale Scolastico 1915 – 1916.

### 2.2.5 – Os exames finais e as cerimônias de premiação aos alunos

Outro momento da educação dos imigrantes italianos em que é possível observar o reforço do espaço escolar como promotor da italianidade eram as avaliações finais e as cerimônias anuais de premiação dos melhores alunos de cada classe, incentivadas pelo governo italiano. Os exames finais ocorriam nas escolas com a presença do vice-cônsul. Depois, o agente consular enviava um relatório ao MAE detalhando como foi a avaliação dos alunos, a desenvoltura das professoras e como os estudantes aprendiam as lições da pátria de seus pais. Essa era uma prática recorrente entre as escolas da época em todo o país.

De acordo com Terciane Luchese, nas colônias italianas do Rio Grande do Sul, os exames finais eram bem mais do que o simples cumprimento do calendário letivo. Examinar o

aprendizado dos alunos constituía-se no momento ápice da avaliação escolar, no qual as relações de poder eram evidentemente ritualizadas entre inspetores, professores e alunos (LUCHESE, 2007, p. 283). Ao contrário de Juiz de Fora, na região colonial italiana do Rio Grande do Sul, os exames finais eram aplicados por uma comissão da própria intendência de ensino do Estado. Em Juiz de Fora, as próprias professoras aplicavam as avaliações sob a vigilância do vice-cônsul italiano.

Assim como os exames finais, a solenidade de premiação dos alunos era um ritual comum entre as escolas italianas. Era uma cerimônia organizada pelo vice-cônsul, que distribuía entre os alunos que tiravam as maiores notas nos exames finais os prêmios enviados pelo governo italiano. A depender do quão comprometido com a causa o vice-cônsul fosse, a entrega dos diplomas podia ser uma celebração bastante festiva, aberta aos pais e à comunidade italiana, acompanhada de passeios e regada a bebidas e doces. O vice-cônsul publicava na imprensa local um convite para a cerimônia e no dia seguinte, os jornais publicavam uma matéria cobrindo as festividades e noticiando os alunos ganhadores dos prêmios, que podiam ser medalhas e livros[108].

A matéria publicada no jornal *O Pharol*, sobre a premiação aos alunos das escolas italianas, ocorrida no ano de 1905, talvez seja a mais emblemática para termos uma ideia do quão significativo era este espaço no sentido de reforçar, entre os alunos, os vínculos com a Itália.

> Festa Escolar
>
> Revestiu-se de toda a solenidade a festa organizada pelo Sr. Girolano Dei Rossi, para distribuição de prêmios aos alunos das escolas italianas locais.
>
> Como era de se prever o nosso teatro regorgitou de famílias, cavalheiros e representantes de todas as classes sociais que esperavam ansiosamente o início da tocante festividade. (...)
>
> O Sr. José Benducci iniciou a festa pronunciando um eloqüente discurso que foi muito apreciado, seguindo-se a exibição de um diálogo pelas meninas Paulina Chelini e Luiza Monti.
>
> A Menina Ida Pertoletti recitou com muita graça uma poesia em italiano.
>
> Em seguida começou a distribuição de prêmios aos alunos da Escola Umberto I, tendo obtido o primeiro prêmio, que constava de uma medalha de prata e um estojo para desenho, oferecido pelo Bersagliere, o menino Bruno Taschi.
>
> As meninas Ida Modenesi, Sophia Fortini e Gina Framchini recitaram um interessante diálogo, seguindo-se o discurso pronunciado pelo inteligente menino Dulio Binda.
>
> A aluna Desdêmona Brevegliere pronunciou um agradecimento aos Sr. Conde Gerolomo Dei Rossi, organizador da festa.
>
> Seguiu-se a exibição das alunas da Escola Regina Margherita, recitando um interessante diálogo as galantes meninas Consolata Grescia e Rosa Guraldo.
>
> Julia Possati, Nicolina Palmira e Rosa Moraldi saíram-se bem na exibição de um quadro alegórico à flor – Margarida.

[108] *O Pharol*, 03 de junho de 1890, número 129, ano XXIV, página 01.

> O aluno Vicentino Giuseppe pronunciou um belo discurso, após o que começou a ser feita a distribuição dos prêmios aos alunos da escola Regina Margherita.
>
> Obteve o primeiro prêmio entre os seus colegas o aluno Biaggio Brescia, a quem foi oferecida uma medalha de prata e um tinteiro do mesmo metal, enviado para este fim pelo Bersagliere.(...)
>
> Compareceram com os respectivos estandartes as sociedades Umberto I, XX de Setembro e Círculo Recreativo Italiano.
>
> Fez-se ouvir durante a festa uma orquestra regida pelo maestro Carlos Alves.
>
> A ornamentação do teatro foi muitíssimo admirada tal o gosto artístico que presidiu a confecção, entregue ao senhor Miguel Colucci.
>
> Compareceram as bandas musicais Carlos Stiebler e Garibaldina.
>
> O Sr. Alferes Joviano de Mello, comandando um pelotão de soldados do destacamento local prestou as continências de estilo.
>
> Terminada a festa a Escola Umberto I dirigiu-se incorporada para a sede da sociedade, onde as alunas cantaram um belo hino.
>
> A Escola Regina Margherita tomou três bondes especiais e acompanhada da banda Garibaldina, foi ao parque Weiss, onde compareceu o cônsul italiano.
>
> Foi cantada uma bela canção patriótica, cuja música foi composta pelo Sr. Sabino Brescia.
>
> A noite realizou-se uma animada *soirè* dançante na sede do Círculo Recreativo Italiano[109].

A festividade em questão contou com banda de músicas, espaço para as manifestações artísticas dos alunos, declamações de poemas e discursos previamente ensaiados, além de entoar vários hinos e canções que rememoravam a Itália. A celebração possuía diversas etapas e podia ser contemplada com passeios ao *Parque Weiss* - que contava com um espaço de lazer para patinar e andar na roda gigante - além de bailes durante a noite. Parte da premiação dada aos alunos era conseguida com a própria comunidade italiana local, mas o governo italiano também enviava livros e medalhas para a ocasião. Para que tudo isso acontecesse era necessário o empenho do representante consular.

[109] *O Pharol*, 14 de novembro de 1905, número 271, Ano XL, página 01.

**Quadro 3- Premiação enviada pelo governo italiano aos alunos das escolas italianas Regina Margherita e Umberto Primo (1904 – 1905).**

| Classe: | Colocação: | Livro: |
|---|---|---|
| **1ª Classe** | 1º Lugar: | • Le avventure di Pinocchio (Collodi);<br>• Il segreto di Ponocchio (Mongiardini); |
| | 2º Lugar: | • Grandi nomini nei loro primi anni (Almerighi);<br>• Il cuore dei ragazzi (Fiorenza); |
| **2ª Classe** | 1º Lugar: | • Piccoli eroi (Cordelia);<br>• Il libro d'oro (per le scuole femminili) – (Cantù);<br>• I faciulli celebri (per le scuole maschili) – (Cantù); |
| | 2º Lugar: | • Cuor di Regina (Basletta);<br>• Letture per faciulli (Lambruschini); |
| | 3º Lugar: | • Raccontafiabe (Capuana) |
| **3ª Classe** | 1º Lugar: | • La giovinezza degli uomini celebri (Mueller);<br>• Cuore (De Amici); |
| | 2º Lugar: | • Chi si aiuta Dio l'aiuta (Smiles);<br>• Quadri e ritratti del risorgimento italiano (Gotti); |
| | 3º Lugar: | • Ernestino e il suo Nonno (Alfani); |
| **4ª Classe** | 1º Lugar: | • Il bel paese (Stoppani);<br>• Nuovi Racconti (Thour); |
| | 2º Lugar: | • All'aria aperta (Fucini);<br>• La patria nostra (De Gubernatis); |
| | 3º Lugar: | • Lo zio di America (Colomb); |
| **5ª Classe** | 1º Lugar: | • Racconti Storici (Thouar);<br>• Racconti popolari (Thouar); |
| | 2º Lugar: | • Scurpiddu (Capuana);<br>• Come fu educato Vittorio Emanuele III (Morandi); |
| | 3º Lugar: | • Il portafoglio di un operaio (Cantù). |

**Fonte:** Pasta *Scuole Italiane di Juiz de Fora – Concessione di materiale scolastico 1905 – 1910.*

**Imagem 19 – Livros enviados pelo governo italiano para a premiação dos alunos das escolas**




**Fonte:** Biblioteca da Universidade de Toronto, https://archive.org/.

Todos os livros elencados no quadro foram enviados pelo governo italiano em 1906 para premiar os alunos que mais se sobressaíram no ano letivo de 1904 a 1905. Uma análise de parte desses livros faz-nos perceber que eles possuíam uma forte conotação nacionalista. Suas narrativas, quase sempre ambientadas na Itália, almejavam mensagens de exaltação dos símbolos pátrios, e consequentemente de valorização da Itália. Algumas obras representam bem isso nos próprios títulos, como *Quadri e ritratti del risorgimento italiano*, de Gotti, *La patria nostra*, de Gubernatis e *Come fu educato Vittorio Emanuele III*, de Morandi[110].

De todos os livros mencionados, *Cuore* é uma das mais famosas obras do escritor italiano Edmundo D'Amici. Publicado em vinte e cinco idiomas, *Cuore*, ou *Coração*, como é traduzido no português, é um exemplo de livro de educação moral e cívica (BASTOS, 2004). O livro é basicamente o diário de um aluno italiano, chamado *Enrico*, que cursava a terceira classe do ano letivo de 1881 e 1882, e traz as narrativas do cotidiano desse aluno nos ambientes escolar e familiar. Em linhas gerais, as histórias contadas sobre a vida do jovem rapaz e suas experiências estão recheadas de ensinamentos moralistas que buscavam formar, por meio de histórias escritas em linguagem acessível e de fácil identificação, os cidadãos ideais para uma nação. Talvez seja este o motivo do sucesso editorial da obra, que só no Brasil foi reeditada cinquenta e três vezes.

Alguns contos presentes nesse livro são significativos para compreendermos o tipo de moral nacional e cidadã valorizada pelo Estado italiano e difundida nas escolas do exterior por meio das premiações aos alunos. Os pequenos relatos existentes em *Cuore* abordam diversos assuntos. No capítulo *O pequeno calabrês* D'Amicis narra a chegada de um aluno novato na sala de aula, ambientada no Norte da Itália. Na ocasião, o aluno era proveniente da Calábria, e a moral conclusiva presente na pequena narrativa buscava valorizar a integração das regiões italianas, numa tentativa de diminuir as diferenças regionais existentes no país, que na ocasião, eram muitas. Nas palavras do professor – personagem da história – dirigida à turma que recepcionou o aluno novato, ele afirmava: *fazei-lhe compreender bem que um italiano, em qualquer escola italiana que entre, encontra sempre irmãos.* (...) *Aquele que ofender este companheiro por não ter nascido na nossa província, tornar-se-á indigno de levantar os olhos do chão quando passar a bandeira tricolor* (AMICIS, 1967, p.13).

[110] Algumas dessas obras foram digitalizadas e estão disponibilizadas na *Livraria Digital da Universidade de Toronto*, facilitando portanto o acesso ao seus conteúdos.

Os símbolos do nacionalismo italiano estão presentes em vários contos, que sempre direcionam as reflexões para o amor à Itália e a defesa de sua unicidade. Enrico, personagem do livro, reflete as lições escolares, dividindo com os leitores os temas das redações pedidas pelo professor da escola que ele frequentava, como *Por que amas a Itália?*, ou então, *Descreva o monumento construído ao Conde Benso de Cavour*.

Ao longo do livro, os nomes que atuaram na unificação da Itália, como Vitor Emanuel, Umberto Primo, Conde de Cavour, Giuseppe Garibaldi e Giuseppe Mazzini aparecem nas histórias, sendo valorizados pelas circunstâncias em que suas lutas e bravuras mais se exaltaram. As características de cada um deles eram valorizadas: Vitor Emanuel II foi aquele que reinou *a grande pátria italiana, dividida em sete estados, oprimida por estrangeiros e tiranos*, e fez ressurgir *um Estado só, independente e livre* (*Ibidem*, p. 79); Cavour foi *quem deu naqueles anos o mais poderoso impulso à santa empresa da unificação da pátria* (*Ibidem*, p. 163); Garibaldi, *tinha a chama do heroísmo e o gênio da guerra. (...) quando soltava um grito de guerra, legiões de valentes vinham ao seu encontro de todas as partes* (*Ibidem*, p. 232). Em meio às pequenas histórias sobre o cotidiano escolar do aluno Enrico, o autor D'Amicis leva outros alunos ao redor do mundo a conhecerem a história recente da Itália numa versão que atendia à necessidade principal de um Estado recentemente unificado: formar cidadãos que honrassem o país, reconhecendo seus principais símbolos nacionais.

Já na famosa obra *Le Avventure di Pinocchio*: storia di um burattino, o autor Carlo Collodi constrói um personagem que era facilmente digerido pelo público leitor. A história centra-se em dois valores considerados importantes: não mentir e não deixar de ir à escola, normas que o personagem principal, um fantoche de madeira, transgrediu em toda a trama. A construção do personagem *Pinocchio*, feita por Collodi, aproximava-o bastante das caracteríticas dos alunos que frequentavam as escolas italianas. Numa dada ocasião em que Pinocchio encontra um grupo de meninos malvados, os garotos atiraram em sua direção os materiais escolares que o próprio fantoche de madeira trazia nas mãos: *i Sillabari, le Grammatiche, i Giannettini, i Minuzzoli, i Racconti del Thouar, il Pulcino della Baccini a altri libri scolastici* (COLLODI, 1902, p. 172), ou seja, os principais livros e autores estudados e lidos pelas escolas italianas dentro e fora da Itália[111].

[111] COLLODI, Carlo. *Le Avventure di Pinocchio*: storia di um burattino. R. Bemporad & Filgio – Editori, Firenze: 1902.

Na obra *Come fu educato Vittorio Emanuele III*[112], Luigi Morandi traz aos pequenos leitores italianos a história do rei Vittorio Emanuelle. Na obra, ilustrada com vários retratos do rei desde sua infância até a fase adulta, os leitores são levados a conhecer como foi a educação recebida pelo rei italiano e como ele foi inserido nas virtudes do respeito e da honra à bandeira italiana.

Outros livros possuem uma linguagem mais técnica, como é caso do grande sucesso editorial *Il bel paese: conversazioni sulle bellezze naturali – la geologia e la geografia fisica d'Italia*, escrito por Antonio Stopanni[113]. É um livro sobre a geografia da Itália em que o autor destaca as belezas naturais das várias regiões italianas. O livro possui o claro objetivo de difundir entre os italianos e demais leitores o conhecimento das características geográficas e geológicas de todas as regiões da Itália anexadas à monarquia de Savóia décadas antes da escrita da obra. Apesar do caráter de suas informações serem geográficas e geológicas, a obra possuía a clara intenção de promover a unicidade do país, por meio da difusão e valorização das principais características naturais presentes nas regiões que formavam a Itália.

De uma maneira geral, as obras enviadas pelo governo italiano às escolas de Juiz de Fora buscavam legar aos italianos e seus descendentes o reforço na utilização da língua italiana e o conhecimento da História e Geografia do país. Apesar dos atrasos no envio dos subsídios e materiais didáticos por parte do governo, a comunidade italiana residente na cidade fez parte do projeto de escolarização do governo italiano, que não ficou circunscrito apenas às fronteiras do seu país, extendendo-se também para o exterior. Dentre outras coisas, este projeto educacional buscava fortalecer a soberania da Itália enquanto nação, fundamentando-se na valorização da italianidade, sob viés nacional-monarquista. Há que se considerar que mais tarde este projeto se colocaria na contramão dos interesses brasileiros que também buscavam na educação nacional o fortalecimento do Estado.

### 2.2.6 - A escolha dos professores para as escolas italianas

Em muitas regiões brasileiras de maior presença italiana, a escolha dos professores para as escolas era feita, geralmente, pela própria comunidade, que escolhia dentre os imigrantes aquele que tinha uma maior formação na prática da leitura, escrita e

112 MORANDI, Luigi. *Come fu educato Vittorio Emanuele III*. Ditta G. B. Paravia e Comp, Roma: 1901.
113 STOPPANI, Antonio. *Il bel paese*: conversazioni sulle bellezze naturali – la geologia e la geografia fisica d'Italia. 94ª edizione econômica. Casa Editrice L. F. Cogliati, Milano: 1915.

entendimento das contas matemáticas mais elementares. Nas regiões ruralizadas ou coloniais, essa prática de escolha dos professores foi ainda mais recorrente. Segundo Terciane Luchese, *raros foram os que emigraram com formação superior ou secundária* (LUCHESE, 207, p. 111).

No entanto, ao lidar com as correspondências consulares italianas de Juiz de Fora percebemos que havia uma preocupação, muitas vezes criteriosa, quanto à escolha dos professores em diversas localidades. Nas cidades que possuíam sede de consulado ou vice-consulado da Itália, os próprios agentes se encarregavam da escolha dos docentes para suas respectivas instituições de ensino. Os cônsules, vice-cônsules e lideranças das várias comunidades italianas correspondiam entre si sempre que havia a necessidade ou oferta de algum professor nas cidades onde eles residiam, e as exigências para preenchimento do cargo eram muitas.

Dentre a documentação consular consultada, foram encontradas correspondências entre cônsules e vice-cônsules da Itália residentes em algumas cidades de Minas Gerias. Em setembro de 1908, o presidente da *Sociedade Italiana Príncipe do Piemonte*, da cidade de Nova Lima, escreveu ao vice-cônsul em Juiz de Fora informando que havia uma vaga de professor para a escola italiana daquela cidade. De acordo com sua correspondência, esperava-se que o professor preenchesse aos seguintes quesitos:

> 1º Ter conduta ilibada;
> 2º Certificado de professor conferido por autoridades italianas e brasileiras;
> 3º Ter mais de um ano de residência no Brasil;
> 4º Ter diploma de professor italiano.
> 5º Sujeitar-se aos regulamentos da escola nos seguintes horários: Diurna, das 10 às 14 horas / Noturna, das 18 às 20 horas. Deveria também auxiliar a secretaria social[114].

No ano de 1912, foi a vez do cônsul italiano de Belo Horizonte escrever sobre a necessidade de um professor para a *Escola Dante Alighieri*, existente na capital do Estado. As exigências apresentadas pelo cônsul eram:

> 1º Ser cidadão italiano;
> 2º Idade superior a 25 e inferior a 46;
> 3º Apresentar título de habilitação como professor (patente de professora de grau superior ou inferior, ou certificado de estudos feitos ou ensinamentos já prestados em outras escolas);
> 4º Certificado de boa conduta.[115]

[114] Correspondência entre a Sociedade Italiana Príncipe do Piemonte, em Vila Nova Lima e o vice-consulado de JF, 01/09/1908, Pasta: *Scuole italiane - Ouro Fino.*

Tanto na primeira oferta, apresentada pela escola italiana de Nova Lima, quanto na segunda, apresentada pela *Escola Dante Alighieri*, é perceptível que os critérios para preenchimento das vagas eram rigorosos. Dentre as características exigidas, chamou-nos a atenção a necessidade do professor precisar de um atestado de boa conduta em ambas as escolas. No caso da escola de Nova Lima, exigia-se também a apresentação de um certificado conferido por autoridades italianas.

Em setembro desse mesmo ano de 1912, o cônsul italiano de Belo Horizonte voltou a escrever informando que o posto para professor da escola continuava vago. Como possivelmente quase não houve procura, os pré-requisitos para preenchimento da vaga haviam sido reduzidos:

> Naquela escola subsidiada encontrava vago um posto de professor a 150 mil reis mensais e uma para professora a 100 mil reis mensais. Preferindo-se que ambos fossem cônjuges. (...) Não são necessários títulos de habilitações para ensinar, mas seria suficiente possuírem certa prática para o posto em questão.[116]

Dessa vez constata-se a existência de duas vagas para a *Dante Alighieri* de Belo Horizonte. A única exigência era a experiência docente comprovada, sem nenhuma necessidade de habilitação conferida pelos governos italiano ou brasileiro. Ao nos atentarmos para a diferença salarial oferecida, percebe-se também, pela fala do vice-cônsul, uma clara desvalorização do trabalho docente feminino em relação ao masculino. Enquanto a professora receberia cem mil réis, o professor receberia cento e cinquenta.

Em 1913 foi a vez da escola italiana de Ouro Fino, no sul de Minas Gerais, precisar de uma professora de origem italiana. Neste caso, as candidatas deveriam enviar seus documentos para o presidente da *Sociedade Dante Alighieri*, contendo suas referências. O salário era o mesmo oferecido pela escola Dante Alighieri de Belo Horizonte: 100 mil réis para mulheres, além de um anexo à escola, que serviria para a professora morar. [117] Pelo que consta na documentação, em 1917 a mesma escola italiana de Ouro Fino voltou a precisar de outro professor.

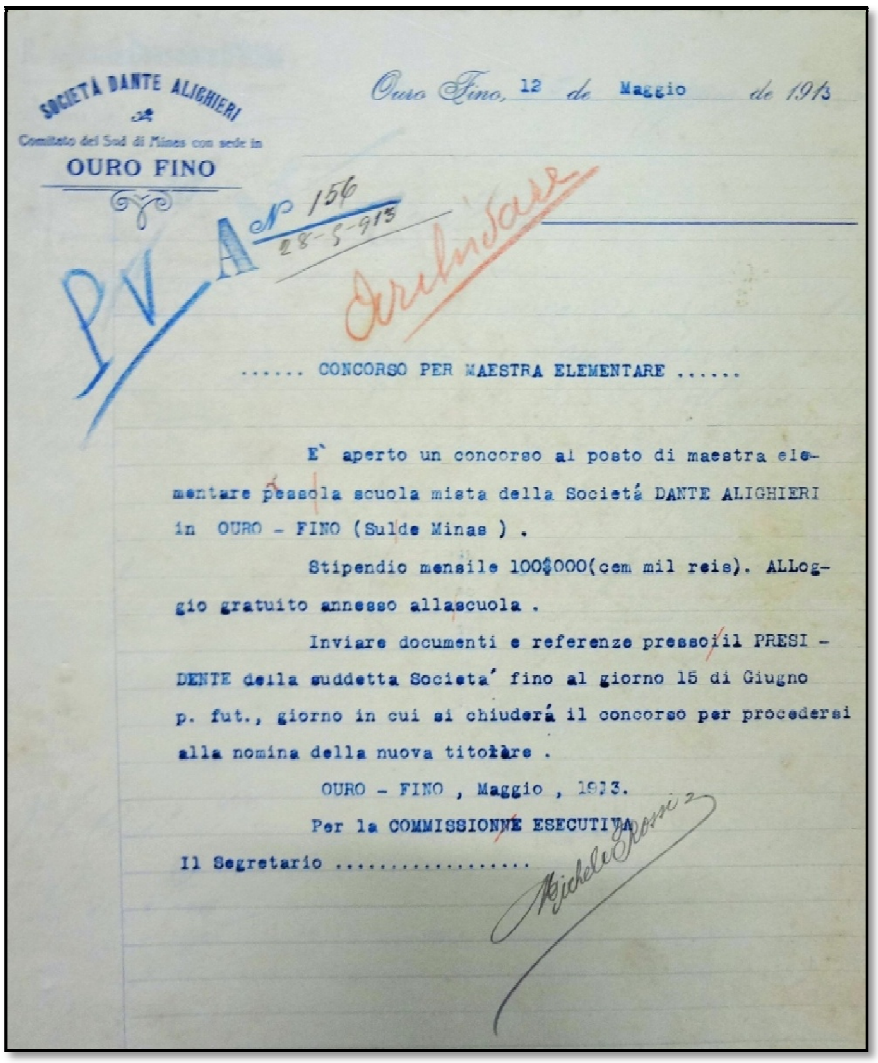
---

115 Correspondência entre o cônsul italiano de BH e o vice-consulado de JF, 06/04/1912, Pasta: *Scuole italiane - Belo Horizonte*.

116 Correspondência entre o cônsul italiano de BH e o vice-consulado de JF, 30/09/191. Pasta: *Scuole italiane - Belo Horizonte*.

117 Concorso per Maestra Elementare, 12/05/1913. Pasta: *Scuole italiane - Ouro Fino*.

**Imagem 20 - Concurso para Professora Elementar da Escola Italiana Danti Alighieri em Ouro Fino, 1913.**



SOCIETÀ DANTE ALIGHIERI
Comitato del Sud di Minas con sede in
OURO FINO

Ouro Fino, 12 de Maggio de 1913

N° 156
28-5-913

Ordinario

..... CONCORSO PER MAESTRA ELEMENTARE .....

E' aperto un concorso al posto di maestra elementare pressola scuola mista della Società DANTE ALIGHIERI in OURO - FINO (Sulde Minas ) .

Stipendio mensile 100$000(cem mil reis). ALLoggio gratuito annesso allascuola .

Inviare documenti e referenze pressoil PRESIDENTE della suddetta Societa' fino al giorno 15 di Giugno p. fut., giorno in cui si chiuderá il concorso per procedersi alla nomina della nuova titolare .

OURO - FINO , Maggio , 1913.

Per la COMMISSIONNE ESECUTIVA

Il Segretario .....

Fonte: Correspondências consulares. Pasta: *Scuole italiane - Ouro Fino.*

Além das correspondências que versavam sobre a oferta de vagas para professores, outras correspondências faziam o contrário: ofertavam professores entre as várias agências do consulado italiano existentes no país. Em 1915, Giuseppe Breviglieri, conhecido entre a comunidade italiana de Juiz de Fora pela sua atuação junto às associações italianas da cidade e também por ser casado com a professora Teresa Breviglieri, pediu ao vice-cônsul Belli de Sardes que intercedesse por ele junto ao consulado italiano no Rio de Janeiro. Pelo teor da correspondência, Breviglieri queria atuar como professor na escola italiana da capital

federal, como fizera décadas antes em Campinas. Porém, nenhuma vaga existia para ser preenchida, segundo atestou Belli de Sardes.[118]

A última correspondência existente sobre oferta de professor italiano refere-se a Giovanni Carlo, professor que atuava em Ponta Grossa, no Paraná. A oferta de sua disponibilidade para lecionar em escolas italianas no Brasil foi feita pelo cônsul italiano de Curitiba, no ano de 1919. Pelas informações presentes, o professor, que lecionara antes na Itália e depois no Brasil, estava passando por dificuldades econômicas e precisava encontrar outra escola para trabalhar. [119]

A análise dessas correspondências nos permite tecer algumas conclusões sobre o preenchimento das vagas para professor ou professora nas escolas italianas. Inicialmente, está claro que a escolha dos docentes nem sempre se fazia pela nomeação, entre a comunidade italiana, do imigrante que dominasse melhor as noções da escrita e as principais operações matemáticas. Ao que tudo indica esta prática foi comum entre as regiões rurais e/ou coloniais de presença italiana.

Acreditamos que nos centros urbanos do Brasil, a prática docente nas escolas italianas seguiu dois princípios que estão claramente ligados à periodicidade da imigração. No início do processo imigratório, muitos professores que emigraram, ao se estabelecerem nas respectivas cidades escolhidas para viverem, fundaram suas próprias escolas, como fez Amalia di Battisti, ao abrir a *Escola Regina Margherita*. Ou então, buscaram as vagas oferecidas pelas escolas ligadas às associações italianas, como fizeram Eugenio Villani, Giuditta Seganti e Teresa Breviglieri, para a *Escola Umberto Primo*.

Num segundo momento, que se dá a partir de 1900, quando o *Ministerio Degli Affari Esteri* valorizou a atuação dos cônsules italianos no sentido de que eles acompanhassem mais de perto a escolarização dos alunos italianos e filhos de italianos no exterior, houve um aumento no número das escolas italianas e consequentemente das vagas ao cargo de professor. Na medida em que a imigração italiana para o Brasil vai perdendo força a partir do século XX, fica difícil preencher as vagas existentes para docente nas escolas italianas do país. Essa dificuldade se torna ainda maior quando, entre as exigências para ocupar o cargo, valorizava-se aqueles com formação na Itália.

---

[118] Correspondências entre o vice-cônsul de Juiz de Fora, o consulado do Rio de Janeiro e o senhor Giuseppe Breviglieri. 26/02/1915. Pasta: *Scuole Italiane*.

[119] Correspondência entre o cônsul italiano de Belo Horizonte e o vice-consulado de Juiz de Fora, 13/09/1918. Pasta: *Scuole Italiane*.

### 2.2.7 - Sobre as escolas italianas de Juiz de Fora

A recente unicidade da Itália, conquistada duas décadas antes da grande emigração em massa de italianos pelo mundo, precisava ser assegurada e sustentada nas bases do nacionalismo moderno. A escola era o espaço por excelência desse processo, pois se utilizava de vários recursos para forjar os cidadãos perfeitos para servir à Pátria. Vale lembrar que o contexto imperialista que marcou as ações políticas expansionistas do continente europeu, no final do século XIX e início do século XX, necessitava de uma educação que difundisse e assegurasse os valores nacionais, até mesmo aqueles mais extremos, como matar ou morrer em prol da nação. Diante disso, o projeto de escolarização italiano precisou atingir também as regiões ditas coloniais, ou seja, aquelas que receberam os milhares de imigrantes que saíram do país nas décadas finais do século XIX.

Dentro do *Ministero Degli Affari Esteri* foi criado um espaço voltado exatamente para a educação no exterior, que contava com recursos próprios. Foi a partir daí que as escolas passaram a receber subsídios do governo italiano e envio de materias didáticos, incluindo as premiações anuais para contemplar os alunos que melhor se destacassem. Apesar das irregularidas e atrasos no repasse dos auxílios e materiais escolares, percebemos que as escolas italianas de Juiz de Fora não esmoreceram no sentido de se manterem orientadas pelo princípio da italianidade associado ao nacionalismo monárquico italiano. As correspondências consulares evidenciam que o “amor pátrio’, citado tantas vezes, estava acima dos governos e parlamentares que se renovavam no país e norteavam as atitudes dos vice-cônsules e das professoras enquanto as escolas existiram.

Na ocasião do primeiro fechamento da *Escola Umberto Primo*, em 1916, Belli di Sardes escreveu ao cônsul italiano de Belo Horizonte uma carta em que ele lamentava a situação e o futuro que esperava os jovens italianos da comunidade de Juiz de Fora:

> Sarebbe bene doloroso (?) veder morire anche questa unica manifestazione d'italianità, unica istituzione essitente in questa città che mantiene vivo il sentimento della Patria lontana e che insegna a amarla e venerarla; e per colpa di chi? No certo di me, nè della S.V.Ellma, nè di questa nostra colonia, ma bensi del nostro proprio governo. L'indifferenza di esso è ben biasimevole vi mio parere". (...)
>
> Taluni li vanno collocando nei "Grupos Escolares"; Tali altri, forse la maggior parte, li lasciano crescere senza alcuna istruzione. Più tardi si avrà un gran numero dei nostri connazionali analfabeti che dovranno umiliarsi al cospetto dei negri, i quali frequentando oggi, quasi tutti le scole pubbliche, si troveranno presto superiore ai nostri connazionali e faranno loro concorrenza a tutto.
>
> E non sarrà soltando la piaga dell'analfabetismo ma s'aggiungerà (?) quella del vagabondagyo derivante dalle'ignoranza. Inoltre saranno questi giovani

> connazionali per la nostra Patria tanti figli assenti, perchè di essa non conoscendo nulla, nessum amore potranno sentire per essa".[120]

Belli di Sardes culpava o governo italiano pelo fechamento da Escola Umberto Primo, pois, diante de tantos atrasos no envio dos auxílios, tornou-se impossível a continuidade da escola[121]. Para o vice-cônsul, o governo se tornara indiferente quanto aos italianos no exterior, e a ausência da escola, considerada por ele a única instituição existente que mantinha vivo o sentimento de italianidade, comprometeria o sentimento de amor e veneração à pátria distante. Além disso, o vice-cônsul preocupava-se com a situação daqueles oriundis que sequer o ensino público procuravam, vendo assim, no analfabetismo, um futuro difícil para a sobrevivência digna dos descentendes de italianos que residiam na cidade.

Apesar do caráter de tristeza presente na correspondência do vice-cônsul, existe uma outra questão por detrás da atuação italiana que deve ser considerada. Com a entrada da Itália na Primeira Guerra Mundial, os recursos financeiros do país ficaram escassos, por causa dos investimentos que se fazia em prol da sua defesa. Diante dessa escassez, os recursos enviados para as escolas do exterior vão aos poucos minguando, interferindo no fechamento da escola Umberto Primo e interrompendo assim um ciclo de formação de parte dos filhos dos imigrantes italianos.

Não obstante, não podemos em momento algum desconsiderar o aprendizado recebido pelas inúmeras crianças italianas e filhos de italianos que passaram pelas escolas italianas de Juiz de Fora. Nesses espaços educacionais, os imigrantes aprenderam a ler e a escrever na língua italiana, aprenderam sobre a História e a Geografia do país de seus pais, tal como designava o governo italiano. Comparando com outras experiências no país, as escolas italianas em Juiz de Fora conseguiam a façanha de se manter, até o ano de 1916, fechada a qualquer influência brasileira, mantendo seu ensino alinhado com o governo italiano. No sul do Brasil, nas regiões coloniais do Rio Grande, as escolas italianas passaram a ser subsidiadas pelo governo local desde que elas se comprometessem com o ensino do português ainda nos

---

120 Seria bem doloroso (?) ver morrer esta única manifestação de italianidade, única instituição existente nesta cidade que mantém vivo o sentimento da pátria longínqua e que ensina a amá-la e venerá-la; e por culpa de quem? Certo que a culpa não é minha, nem de V.E, nem desta nossa colônia, mas do nosso próprio governo. A indiferença do governo é culpável, pelo meu parecer. (...) Alguns alunos vão ocupando os grupos escolares. Outros alunos, talvez a maior parte, deixam-se crescer sem alguma instrução. Mais tarde teremos um grande número de conacionais analfabetos que deverão humilhar-se à presença dos negros, os quais frequentam hoje, quase todas as escolas públicas; serão em breve superiores aos nossos conacionais e serão concorrência em tudo. E não será unicamente a praga do analfabetismo, mas será acrescentada (?) aquela da vagabundagem derivada da ignorância. Além disso, esses jovens conacionais serão para a nossa Pátria filhos ausentes, porque não conhecendo-a, nenhum amor poderão sentir por ela. Correspondência do vice-cônsul de Juiz de Fora para o cônsul de Belo Horizonte, 05/05/1916. Pasta: *Scuole italiane di JF "Umberto I" e "Regina Margherita", Sussidio per l'anno 1915 a 1916.*

121 Sua reabertura somente ocorreu anos depois, já na década de 1920.

anos 1890 (LUCHESE, 2007, p. 155). Em Belo Horizonte, em 1911, o governo do Estado passou a participar da *Escola Dante Alighieri* mantendo nela duas cadeiras voltadas para o ensino público. Já a Escola Umberto Primo, o máximo de concessão que fez frente às pressões do governo do Estado de Minas foi ministrar o ensino da língua portuguesa uma vez por semana.

Em suma, o que salta aos olhos na documentação é que, durante os quinze anos de existência da Escola Italiana Regina Margherita e os vinte e sete anos da Escola Italiana Umberto Primo, muitas crianças passaram por essas instituições e receberam uma instrução completamente alinhavada pela italianidade associada à divulgação do nacionalismo italiano de viés monárquico nas regiões coloniais. Em cada data cívica rememorada nas festividades escolares, em cada trajetória dos supostos herois nacionais que protagonizavam os contos dos livros escolares, em cada bandeira tricolor hasteada e colorida pelos alunos com as cores verde, vermelha e branca, a italianidade era dinâmicamente criada e reforçada na memória de quem passava pela escola. Juntamente com a atuação do vice-consulado italiano local, as escolas possibilitavam a muitos imigrantes provenientes da Itália o reforço dos vínculos de identificação com a sua pátria de origem por meio de um nacionalismo que ecoava da própria península e chegava até Juiz de Fora.

# CAPÍTULO 3

## A DINÂMICA ASSOCIATIVA E A IMPRENSA ITALIANA EM JUIZ DE FORA

Se no capítulo anterior nós analisamos a atuação do vice-consulado e das escolas italianas como instituições relevantes para forjar e reforçar a italianidade junto aos imigrantes que viveram em Juiz de Fora, neste capítulo nós dedicamo-nos a duas formas de manifestação da italianidade, realizando assim um estudo sobre o movimento associativo e a imprensa italiana na cidade.

Os variados tipos de associações fundadas pelos imigrantes italianos em Juiz de Fora foram estudados à luz de variadas fontes. Uma vez que boa parte da documentação produzida por essas associações se perdereu ao longo do tempo, foi necessário percorrermos diferentes arquivos para mapear os resquícios da dinâmica associativa dos italianos que viveram na cidade.

No que se refere à imprensa italiana, a realidade documental foi ainda mais difícil. Poucos resquícios existem, uma vez que vários números dos jornais produzidos por membros da comunidade imigrante não foram devidamente armazenados. Apesar disso, foi possível recuperar algumas parcas edições de jornais impressos, além de encontrar dezenas de colunas escritas em língua italiana nos próprios periódicos locais, como *O Pharol* e *Diário do Commercio*.

Ao analisarmos neste capítulo o universo associativo dos imigrantes, bem como a produção de jornais e folhetos por essa comunidade, buscamos perceber quais foram os vínculos reforçados pelos imigrantes com a Itália e, se possível, a existência de conflitos internos à comunidade italiana.

## 3.1 SOCIEDADES ITALIANAS, ENTRE O MUTUALISMO E A RECREAÇÃO

De 1878 até 1922, Juiz de Fora contou com mais de dez associações italianas das mais diversas matrizes associativas. Eram elas associações recreativas, de auxílio mútuo, musicais, filantrópicas e maçônicas, todas organizadas e inicialmente restritas aos imigrantes de origem italiana. Embora muitas associações tenham apresentado um curto período de duração, a diversidade associativa dos imigrantes italianos residentes na cidade é reflexo da dinâmica urbana e fortemente industrial apresentada pela sociedade juizforana, que permitia o surgimento de inúmeros espaços de proteção e sociabilidade. A tabela a seguir traz o nome dessas instituições que existiram na cidade, juntamente com o tempo de existência de cada uma.

**Tabela 8 – Associações Italianas em Juiz de Fora, 1878 – 1922.**

| Nome da Associação | Duração |
|---|---|
| Sociedade Operária Italiana de Mútuo Socorro e Mútua Instrução | 1878 a 1883 |
| Sociedade Italiana de Mútuo Socorro e Beneficência Umberto Primo | 1887 a 1942 |
| Circulo Recreativo Musical Italiano | 1890 a 1911 |
| Sociedade Italiana Príncipe de Nápole | 1890 a 1893 |
| Corporação Musical Garibaldina | 1894 a 1909 |
| Fanfarra Italiana | 1901 a 1904 |
| Reduci dalle Patrie Battaglia | - |
| Club Italiano Recreativo XX de Setembro | 1903 a 1904 |
| Loja União Italiana Benso de Cavour | 1902 a 2016 |
| Comissão Italiana Pro-Pátria | 1915 a 1919 |
| Comissão Feminina Pró Cruz Vermelha Italiana | 1915 a 1919 |

Fonte: Jornais publicados localmente como *O Pharol, Jornal do Commercio, Diário Mercantil.*

Diante da delimitação temporal proposta por nós neste estudo, a *Sociedade Italiana de Mútuo Socorro e Beneficência Umberto Primo* foi a que apresentou um maior tempo de existência. Sua extensa duração temporal pode ser explicada pela sua proposta de atuação, uma vez que ela buscava o socorro mútuo aos seus associados. Esse tipo de associação foi bastante comum em sociedades que passaram por grandes transformações decorrentes da transição para um sistema econômico capitalista. Com o avanço das atividades industriais e consequentemente o aumento do número de trabalhadores nas regiões urbanas, a sociedade civil encontrou nas associações que promoviam o socorro mútuo, uma maneira de sobreviver coletivamente.

De acordo com a historiadora Cláudia Viscardi, estudiosa desse fenômeno associativo, as sociedades de mútuo socorro apresentam uma série de características em comum (VISCARDI, 2006, p. 306). Geralmente as sociedades se propunham a auxiliar os associados, quase sempre trabalhadores, quando eles se encontrassem desempregados, doentes ou inaptos para o trabalho; na maioria das vezes, as mulheres não participavam e os homens associados deveriam ser jovens e adultos; os associados pagavam uma mensalidade para custear os benefícios aos sócios; as diretorias eram formadas por pessoas alfabetizadas e que contavam com certa notoriedade econômica perante a sociedade; as associações se preocupavam com o lazer dos associados e as festividades eram alusivas ao seu aniversário de fundação, ao enaltecimento de algum líder e, quando tinham caráter étnico, comemoravam as datas importantes do país de origem dos imigrantes que dela participassem (*Ibidem*, p. 306 a 309).

Somente as contribuições dos associados não custeavam todas as benesses oferecidas pelas associações. Por isso as festas tinham tanta importância para as sociedades, pois permitiam angariar fundos para as suas reservas. Nesses espaços festivos, elas se abriam para aqueles que não eram sócios, promovendo momentos de sociabilidade entre os associados e a comunidade local, além de se projetar e ganhar destaque frente às demais associações existentes nos centros urbanos.

A experiência associativa não foi uma exclusividade do Brasil. De acordo com Dora Marucco, no caso da Itália, desde meados do século XIX a península já contava com exemplos de associações em suas regiões mais urbanizadas, como no Piemonte, Ligúria e Toscana (MARUCCO, 1992, p.14). Nos anos 1880, propagou-se na Itália um tipo de mutualismo que buscava promover as relações de trabalho, a defesa dos trabalhadores e o reconhecimento de alguns de seus direitos. Essas eram questões bastante peculiares de sociedades que vivenciavam o processo de industrialização e que, como a Itália, passavam por um processo de transição de um Estado elitizado, centralizado e controlador, para um Estado marcado por um maior dinamismo interno.

Em diversos países que vivenciaram o processo de transformação característico do avanço industrial, e contaram com o trabalhador proveniente de outras nações, tiveram seus movimentos associativos marcados pela diversidade nacional dos imigrantes que nela participavam. Esse é o caso dos Estados Unidos, da Argentina, do Brasil e de outros países que receberam imigrantes no final do século XIX e início do século XX. Ao chegarem num país novo e se depararem com uma realidade social, cultural e econômica diferente daquela a

que estavam acostumados, muitos imigrantes enxergavam nas associações mutuais étnicas uma maneira de se protegerem no novo país de origem. Por isso foi tão comum nesses países a existência de sociedades de mútuo socorro espanholas, alemãs, portuguesas e italianas. Nos casos de forte incidência de uma determinada nacionalidade, houve até mesmo associações que contemplassem as divisões regionais existentes nos estados nacionais, como por exemplo, as associações de trentinos, calabreses ou piemonteses, que atendiam à diversidade regional dos imigrantes provenientes da Itália.

De acordo com Sílvio Colognese, as associações de caráter étnico, sejam elas de mútuo socorro ou recreativas, eram uma característica de sociedades multiculturais. A suposta origem comum dos associados proporcionava um elo entre os mesmos, além do que, a participação nelas poderia configurar um fator de distinção social para aqueles que a frequentavam, em relação ao restante do grupo imigrante (COLOGNESE, 2004, p. 113). Segundo Fernando Devoto, estudioso do movimento associativo argentino, o fator étnico era o grande diferencial do movimento associativo sul americano quando comparado ao europeu (DEVOTO, 1992, p. 172).

No caso da cidade de São Paulo, o forte processo de industrialização pelo qual a cidade passou no início do século passado, somado ao grande número de imigrantes italianos que nela residiam, conferiram certas características ao movimento associativo de italianos[122]. Segundo Michael Hall, as associações italianas de São Paulo demonstravam fragilidades e divisões que eram decorrentes das diversidades regionais dos italianos e também das diferenças de classe existentes. Para Hall, isso pode ser percebido nos muitos crimes ocorridos na cidade naquela época, que tinham como mote os sentimentos étnicos, reforçados pelas identidades de classe (HALL, 2010, p. 52 e 55). O historiador Luigi Biondi, numa linha de análise parecida com a de Hall para este assunto, também salienta que a etnicidade das associações de socorro mútuo na cidade de São Paulo eram *complexas* e *multifacetadas*, uma vez que cruzavam com outras identidades e bases organizativas (BIONDI, 2012, p. 81).

Biondi, num trabalho sistemático que buscou entender o processo de organização dos trabalhadores italianos nessa cidade, demonstra a existência de uma relação entre o movimento associativo italiano e o movimento operário paulista. De certa forma, essa relação se repete em outros países que receberam imigrantes. Em suas pesquisas, o autor percebeu que o mundo associativo dos trabalhadores italianos em São Paulo durante a Primeira República apresentava alto nível de complexidade e articulação. Dentro deste mundo

[122] Há que se considerar que, em 1893, os italianos formavam 35% da população da cidade de São Paulo (HALL, 2010, p. 53).

associativo, os socialistas italianos tiveram uma atuação importante, difusa e diversificada, mais até do que a atuação dos próprios anarquistas, pois eles conseguiam transitar com mais facilidade entre as várias associações étnicas e de classe que existiam (BIONDI, 2011, p. 377 e 378). Isso significa que as sociedades de auxílio mútuo constituíram-se, para a experiência paulista, em espaços *de fundamental importância para a realização de greves e, em geral, para os processos de organização sindical, fornecendo frequentemente o apoio necessário à realização desses movimentos* (*Ibidem*, p. 383).

No caso de Juiz de Fora, a experiência associativa, quando analisada em sua totalidade, se mostra bastante diferente daquilo que foi observado por Biondi para São Paulo. Segundo Cláudia Viscardi, as pesquisas produzidas sobre o movimento associativo na cidade mineira não revelam uma vinculação entre mutuais e sindicatos, por exemplo (VISCARDI, 2003). Viscardi, ao estudar o movimento associativo da cidade em seu conjunto, desde 1876 até 1934, revela que Juiz de Fora contou com cento e oitenta e três associações de caráter profissional ou étnico e a explicação para essa forte dinâmica associativa pode ser encontrada na configuração social da cidade, nesse período.

> De forma mais intensa, Juiz de Fora formou-se como um polo urbano para o qual se direcionaram libertos, imigrantes e trabalhadores nacionais empobrecidos. Apesar de possuir um dinâmico parque industrial e um comércio bastante ativo, sua economia não pôde absorver a grande massa de trabalhadores que para lá se dirigiu. O resultado foi a proliferação do desemprego, do desvalimento social e do emprego informal. Do ponto de vista social, proliferaram largamente os embates entre povo e polícia, entre homens e mulheres, entre imigrantes e nacionais. Por outro lado, na condição de mecanismos amenizadores desta ebulição conflituosa, a cidade iria conviver com a criação de um vasto número de associações filantrópicas (católicas, espíritas e protestantes) e com um vasto número de associações mutualistas de diversos tipos (VISCARDI, 2006, p. 316).

De certa forma, os imigrantes italianos ao se estabelecerem nessa cidade em *ebulição conflituosa*, encontraram nas associações uma maneira de se protegerem e também de se proporcionarem espaços de socialização e diversão.

### 3.1.1 – A *Sociedade Operária Italiana de Mútuo Socorro e Mútua Instrução* (1878 a 1883)

A primeira sociedade italiana que se formou em Juiz de Fora foi a *Sociedade Operária Italiana de Mútuo Socorro e Mútua Instrução*, fundada em dezembro de 1878, coincidentemente o mesmo ano em que a primeira sociedade de socorro mútuo italiana foi fundada em São Paulo. Segundo matéria publicada no jornal *Pharol*, o italiano Francesco

Antônio Brandi organizou uma reunião no *Hotel Petiscos* destinada ao encontro de alguns membros da colônia italiana residentes na cidade, a fim de fundar uma sociedade de socorro mútuo.[123] Esta primeira sociedade teve como presidente o próprio Francesco Brandi. Os demais italianos que participaram de sua mesa diretora foram: Gerolano Bona, como vice-presidente; Dominico Brandi, como tesoureiro; Giuseppe Bagini, como secretário; e como conselheiros os italianos Giuseppe Pecorelli, Nicola Rizzo, Nicola Felizola, Pasquete Mazzari, Benjamino Colucci e Pietro Imperatori. Todos eles eram italianos, em sua maioria comerciantes, que residiam em Juiz de Fora muito antes da chegada de imigrantes que marcou a cidade no final da década de 1880. O estatuto da *Sociedade Operária Italiana de Mútuo Socorro e Mútua Instrução* foi aprovado na primeira sessão de reunião, porém não consta mais nada no jornal a respeito das cláusulas para associar-se, as atribuições da associação e benesses garantidas aos seus associados.[124]

Ao que tudo indica essa sociedade não possuía sede própria e as reuniões eram realizadas, ou na casa do próprio presidente Brandi, ou em salões dos hotéis de Juiz de Fora. As notas publicadas no jornal *Pharol* eram todas escritas em língua italiana e se referiam, em sua maioria, ao anúncio de reuniões e assembleias para os membros associados. Das publicações encontradas entre 1878 e 1883, apenas duas notas permitem perceber em que sentido a sociedade atuava no quesito reforço da italianidade de seus associados.

Primeiramente, logo que a sociedade foi organizada, o senhor Gerolano Bona, seu vice-presidente, juntamente com a comunidade italiana local, escreveram uma carta ao presidente do conselho de ministros em Roma a fim de informar ao rei Humberto Primo a existência daquela sociedade, bem como cumprimentá-lo por ter sobrevivido a uma tentativa de assassinato. Um segundo evento, que teve seu anúncio publicado nas páginas do jornal *Pharol,* foi a convocação dos sócios para a comemoração do aniversário do *Estatuto do Reino da Itália*, em junho de 1879.[125]

Pela leitura deste periódico fica evidente que a sociedade findou-se em 1883, porém não há qualquer menção sobre os motivos que levaram os associados e sua mesa diretora a colocarem fim à sociedade. A única matéria que encontramos publicada na imprensa, que menciona o término da associação, refere-se ao capital arrecadado pela sociedade por meio das mensalidades pagas por seus sócios. Naquela ocasião, um grupo de associados cobrava ao ex- tesoureiro, Domingos Antônio Brandi, que o restante das

123 *Pharol*, 05 de dezembro de 1878, número 95, Ano XII, página 02.
124 Ver Anexo 3.2.
125 *Pharol*, 1º de junho de 1879, número 43, Ano XIII, página 03.

mensalidades que ficaram no caixa, que totalizava na época 660$875 (seiscentos e sessenta mil oitocentos e setenta e cinco réis), fosse doado às famílias das vítimas da epidemia de cólera que havia atingido a Itália naquela ocasião.[126]

Suspeitamos que no período de existência dessa primeira sociedade mutualista italiana em Juiz de Fora, a cidade ainda não contava com um número de italianos suficiente para assegurar por muito tempo o funcionamento de uma sociedade exclusiva à nacionalidade italiana. No entanto, poucos anos mais tarde, em 1887, houve uma nova tentativa de associação destinada aos italianos, que duraria por mais de cinquenta anos, estendendo-se até a década de 1940.

### 3.1.2 A *Sociedade Italiana de Mútuto Socorro e Beneficência Umberto Primo* (1887 – 1942)

A segunda associação italiana a surgir em Juiz de Fora foi a *Sociedade Italiana de Mútuo Socorro e Beneficência Umberto Primo*, cujo funcionamento se estendeu por mais de cinquenta anos. No dia 30 de outubro de 1887, um grupo que contava com trinta italianos, todos residentes na cidade, reuniu-se na sala do Hotel Petiscos para organizar a sociedade e escolher sua diretoria.

Diante da iniciativa de organização desta sociedade, é importante destacar que a mesma foi fundada antes de Juiz de Fora sediar a hospedaria Horta Barbosa, ou seja, antes da chegada e fixação de um maior número de italianos na região. Outro ponto importante encontrado na primeira matéria publicada pela imprensa depois que essa sociedade foi criada, é a sua valorização como símbolo de *unidade* da comunidade italiana – embora em muitos momentos isto não tenha acontecido – e como símbolo de *honra*, uma vez que sua atuação se empenhava em valorizar tudo aquilo que era proveniente da Itália[127]. Além disso, eles

---

126 Naquele ano de 1884, a península itálica havia passado por fortes inundações, o que ocasionou a morte de muitas pessoas pela doença. *Pharol*, 25 de novembro de 1884, número 135, Ano XVIII, página 02.

127 Transcrição da primeira matéria publicada pela imprensa sobre a SIMSBUP: (...) Dos trinta sócios presentes, formou-se a diretoria, que ficou assim organizada: Presidente - Giuseppe Antônio Picorelli; Vice-Presidente – Giuseppe Pagani; Tesoureiro – Affonso Colucci; Secretário – Giuseppe Luigi di Fabio; Conselheiros: Biagio Giacomo; Giuseppe Grippi; Luigi Perri; Carlo Abatemarco; Vincenzo Picorelli; Antonio Lamarca. Nós apelamos a todos os italianos que vivem em Juiz de Fora e no seu entorno e convidamos a comparecerem no domingo, dia 06, meio dia, nesta mesma sala do senhor Lombardi. Nós discutiremos as razões que nos levaram a unir-se em sociedade e vamos abordar os princípios que estarão em nosso estatuto. Estamos confiantes, interpretando favoravelmente os nossos justos desejos, e que todos os homens se esforcem para animar com o conselho e com o trabalho, para ver renascer logo, no meio de nós, uma instituição, que pode ser para todos nós símbolo de unidade e de honra. Italianos, imitando os nossos irmãos, residentes na Corte e em São Paulo, que uniram os pensamentos dispersos num só coração, dignos filhos de nossa bela Itália, prosperando diariamente, proporcionando o desenvolvimento de nossa colônia, e das suas famílias: imitemo-los. O secretário,

mencionam na referida matéria que os italianos residentes no Rio de Janeiro e na cidade de São Paulo já tinham organizado suas associações mutuais. Ao referenciar essas duas cidades é como se a dinâmica associativa nelas desenvolvidas tivesse que ser copiada ou reproduzida pela comunidade italiana residente em Juiz de Fora, ou mesmo como se a comunidade italiana de Juiz de Fora estivesse à altura daquelas que viviam em São Paulo ou no Rio.

Com a fundação dessa sociedade antes da construção da hospedaria Horta Barbosa, em ocasião da chegada dos primeiros imigrantes subsidiados pelo Estado, a *Sociedade Italiana de Mútuo Socorro e Beneficência Umberto Primo* (SIMSBUP) organizou uma recepção para os seus compatriotas na estação ferroviária ao som de banda de música e foguetes. A festa de recepção gerou uma série de rumores na cidade, pois a *Associação Promotora da Imigração* foi acusada de ter custeado os gastos com a recepção. Foi preciso que a SIMSBUP lançasse uma nota afirmando que todos os gastos foram custeados pelos seus sócios, discriminando cada uma das principais doações, que a propósito foram iniciadas por Francisco Brandi.[128]

O estatuto da SIMSBUP entrou em vigor no ano de 1888. Uma versão datada de 1892 encontra-se nos anexos desta tese, disponibilizada na íntegra e traduzida do italiano para o português. As normas presentes no estatuto legislavam sobre tudo, desde questões ligadas ao propósito da sociedade, administração geral e de seus recursos financeiros, bem como questões ligadas à admissão e conduta dos associados. Aceitavam como sócio qualquer nacionalidade ou gênero de pessoa, mas era necessário que o ingressante fosse apresentado por alguém já associado e sua admissão deveria ser aprovada pelo Conselho Administrativo da sociedade. O direito de votação de qualquer pauta era restrito aos homens italianos ou filhos de italianos. Os associados deveriam ter entre 16 e 60 anos, não podiam ter *enfermidade incurável* e nem ter *condenações judiciais* por crimes considerados *infames*. Dentre os propósitos da sociedade, o artigo 9º afirma:

> 1º Unir os italianos residentes em Juiz de Fora e no entorno;
> 2º Promover o bem-estar dos sócios;
> 3º Socorrer os sócios que adoecerem arcando com as despesas médicas e com um auxílio diário, como no artigo 33;
> 4º Pagar as despesas de passagem de repatriamento àqueles sócios que, em consequência de doença, depois de haver pertencido quatro anos consecutivos à sociedade, e o médico julgar incurável seu estado de saúde permanecendo no Brasil. O repatriamento será feito por meio do transporte mais econômico.

---

Luigi di Fabio - Juiz de Fora, 03 de novembro de 1887 (tradução nossa). *O Pharol*, 04 de novembro de 1887, nº 251, Ano XXI, página 02.

128 *O Pharol*, 19 de setembro de 1888, número 215, Ano XXII, página 02.

> 5º Auxiliar aos sócios que ficaram impotentes para o trabalho e que durante seis anos pertenceram à sociedade com uma pensão mensal em conformidade com o artigo 38;
> 6º Pagar as despesas funerárias dos sócios nas circunstâncias contempladas do artigo 39 e com limite de despesas citado no mesmo artigo;
> 7º Procurar emprego e trabalho para os sócios desempregados;
> 8º Promover a instrução e a moralidade dos associados de acordo com os meios que a sociedade dispõe.

A sociedade garantia aos seus sócios o direito a uma diária de 1$000 réis para os casos de doença e desemprego. Segundo Maraliz Christo, esse valor era próximo a uma jornada diária de trabalho (CHRISTO, 2000, p. 152). Ademais, prestava auxílio aos funerais dos associados e assistência às viúvas e órfãos em caso de morte.

Os fundos monetários da sociedade eram obtidos por meio das mensalidades pagas pelos sócios e também pela arrecadação de dinheiro proveniente das inúmeras festividades organizadas pela SIMSBUP, ou por doações que pudessem ser feitas ao seu fundo financeiro. Porém, a procedência do dinheiro da sociedade era discriminada, para regular assim, sua aplicação. Por exemplo, a administração social poderia empregar nos socorros e despesas de seus associados apenas a importância das contribuições mensais dos sócios, acrescido da metade da quantia dos recibos extraordinários. Os 50% restantes daquilo que era considerado recibo extraordinário era empregado na estrutura física da sociedade. Inicialmente, todo o destino das receitas que não eram ordinárias foi envolvido na compra de uma sede própria para a sociedade.

No que concerne à estrutura administrativa, esta mutual italiana era formada por doze membros, escolhidos por votação direta, cujos mandatos duravam um ano. Dispunha-se de um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro, um primeiro secretário, um segundo secretário, seis conselheiros e um cobrador. As reuniões ocorriam aos domingos e o pagamento da mensalidade era feito no primeiro domingo do mês e qualquer negligência poderia comprometer o atendimento aos associados, caso eles necessitassem.

Como não foi encontrado nenhum outro documento referente a esta sociedade, como por exemplo, seus livros-caixa, as atas de reuniões e os livros contendo a inscrição de seus associados, todo e qualquer estudo que se queira fazer sobre ela e sobre aqueles que a ela pertenceram é baseado no que a mídia impressa publicava e em alguns poucos documentos encontrados na Casa de Itália. Como os jornais italianos em Juiz de Fora foram efêmeros, as mais variadas notícias referentes à SIMSBUP entre 1887 e 1922, período por nós delimitado, eram publicadas nos periódicos de maior circulação, como o *O Pharol*, *Diário do Commercio* e *Diário Mercantil*. De acordo com este último jornal, no ano de 1913 a sociedade contava

com 250 sócios e possuía um patrimônio avaliado em 40:000$000.[129] Em 1915, o número de sócios chegava a 327.[130]

Analisando as publicações referentes às eleições na Sociedade Italiana Beneficente Umberto Primo é possível perceber até que ponto houve uma rotatividade dos seus membros para os cargos de presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro.

129 *Diário Mercantil*, 23 de janeiro de 1913, Ano II, número 312, página 22.

130 BASTOS, Wilson de Lima. Italianos em Juiz de Fora. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora.* Ano III, nº03, Junho de 1967.

| Quadro 4 - Membros diretores da Sociedade Italiana Umberto Primo, 1887-1919. | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Ano** | **Presidentes** | **Vice-presidentes** | **Tesoureiros** | **Secretários** |
| **1887** | Giuseppe Picorelli | Giuseppe Pagani | Afonso Colucci | Giuseppe Luigi di Fabio |
| **1888** | Giuseppe Picorelli | - | - | Giuseppe Grippi |
| **1889** | Giuseppe Picorelli | - | - | Giuseppe Grippi |
| **1890** | Affonso Colucci | Giuseppe Picorelli | Giuseppe Grippi | Vicenzo Picorelli |
| **1891** | Michele Notaroberto | Francesco Castello | Francesco Ragognetti | Eugenio Villani |
| **1892** | Affonso Colucci | - | - | J. Cavazza |
| **1893** | Affonso Colucci | - | - | Eugenio Villani |
| **1894** | Affonso Colucci | - | - | - |
| **1895** | Affonso Colucci | - | - | - |
| **1897** | Paschoal Pentagna / Affonso Colucci | Felicio Brandi | Vicenzo Picorelli | Giuseppe Zanardi / Paschoal de Guglielmo |
| **1898** | Paschoal Pentagna | Vital Laerte | Fernande Binda | Giuseppe Zanardi / Pietro Alessio |
| **1899** | Affonso Colucci | Vital Lazarote | Vicenzo Picorelli | Pedro Alessio |
| **1900** | Enrico Ricci | Pedro Alessio | Paulo Simoni | Sante Conforte |
| **1901** | Enrico Ricci | Maurizio Fianchini | Giacomo Bisaglia | Sante Conforte |
| **1902** | Andrea Apprati / Enrico Ricci | Paulo Modenesi | Arthur Longhi | Giuseppe Breviglieri |
| **1903** | Paulo Simoni | Enrico Ricci | Virgilio Bisaggio | Giuseppe Breviglieri |
| **1904** | Enrico Ricci | Fortini Ricardo | Seta Giuseppe | Paquini Giorgio / Sante Conforte |
| **1905** | Paulo Modenesi | Enrico Ricci | Vicente Cortiali | Giuseppe Breviglieri |
| **1906** | - | - | - | Sante Conforte |
| **1907** | Ettore Corrieri | Antonio Passarela | Ricardo Fortini | Giuseppe Breviglieri |
| **1909** | Ciampi Tiberio | - | - | Catullo Breviglieri |
| **1910** | Catullo Breviglieri | - | - | Antonio Polisseni |
| **1911** | Affoso Colucci | Antonio Scapin | Ricardo Fortini | Sante Conforte |
| **1912** | Affoso Colucci | Leonardo Garella | Ricardo Fortini | Sante Conforte |
| **1913** | Affonso Colucci | Leonardo Garella | Ricardo Fortini | Sante Conforte |
| **1914** | Luiz Perri | Paschoal Senatore | Catullo Breviglieri | Sabino Brescia |
| **1915** | Luiz Perri | Paschoal Senatore | Catullo Breviglieri | Sabino Brescia |
| **1916** | Luiz Perri | Paschoal Senatore | Sabino Brescia | Catullo Breviglieri |
| **1917** | Luiz Perri | Caetano Chiantia | Sabino Brescia | Eugenio Villani |
| **1918** | Luiz Perri | Andrea Apratti | Sabino Brescia | Caetano Chiantia |
| **1919** | Paschoal Senatore | Andrea Apratti | Sabino Brescia | Caetano Chiantia |

| Legenda | | | |
|---|---|---|---|
| | Italianos que ocuparam cargos uma vez | | Italianos que ocuparam cargos quatro vezes |
| | Italianos que ocuparam cargos duas vezes | | Italianos que ocuparam cargos cinco vezes |
| | Italianos que ocuparam cargos três vezes | - | Não há informação sobre |

**Fonte**: Matérias publicadas nos jornais *O Pharol*, *Diário do Commercio* e *Diário Mercantil*.

O Quadro 4, cujos dados foram retirados dos jornais locais, traz os nomes de boa parte das mesas diretoras que estiveram à frente da sociedade entre os anos de 1887 e 1919. A separação por cores facilita visualizarmos como era a rotatividade nos cargos, indicando quantas vezes cada membro ocupou uma cadeira na mesa diretora da SIMSBUP. A cor que mais se destaca é o lilás, que coincide com os italianos que se elegeram para alguns dos cargos da diretoria cinco vezes ou mais, tal como o fizeram Affonso Colucci e Luiz Perri, ambos na presidência, e Sante Conforte na secretaria. Posto desta forma, as cadeiras para presidente e secretário foram aquelas nas quais mais se evidenciam a pouca rotatividade de seus membros eleitos. Nas trinta e três eleições por nós catalogadas, apenas doze italianos ocuparam estes cargos, o que indica uma forte reincidência de seus membros ao concorrerem e se elegerem nas eleições.

Quanto às posições de vice-presidente e tesoureiro, nota-se uma maior alternância na ocupação, com dezessete italianos sendo eleitos vice-presidentes e quinze italianos eleitos tesoureiros em vinte e duas eleições, cujos resultados foram encontrados por nós. Dentro da comunidade italiana, os cargos de *presidente* e *secretário* eram aqueles que mais conferiam visibilidade. O presidente porque ocupava o cargo máximo do executivo dentro da associação e o secretário por assinar todos os informativos que circulavam entre a comunidade. Tanto que os nomes que ocuparam a presidência e a secretaria foram muito mais fáceis de serem localizados nos documentos consultados, do que os nomes para vice-presidentes e tesoureiros.

De uma maneira geral, os dados catalogados revelam que, entre 1887 e 1919, cento e seis cargos da diretoria (somando presidência, vice-presidência, secretaria e tesouraria) foram preenchidos, via processo eleitoral interno à SIMSBUP, por quarenta e dois italianos. Ou seja, numa cidade cujo número de italianos ultrapassava a unidade de milhar e diante de uma sociedade que chegou a possuir cerca de trezentos associados, podemos considerar que a concentração de cargos diretores nas mãos de poucos italianos era uma prática recorrente na SIMSBUP.

Essa mesma questão da rotatividade de membros aos cargos diretores em associações italianas foi mencionada nas pesquisas de Rossane Teixeira para as associações italianas das cidades de Catanduva e Araraquara, em São Paulo (TEIXEIRA, 2011). As duas cidades paulistas escolhidas pela pesquisadora apresentam um histórico de desenvolvimento bastante parecido com o de Juiz de Fora, uma vez que a produção cafeeira provocou investimentos e a industrialização de diversos setores, em maior ou menor grau nessas três cidades. Para a *Società Italiana de Mutuo Soccorso Gabriele d'Annunzio*, em Catanduva

Rosane Teixeira encontrou uma maior concentração de cargos diretores nas mãos de alguns italianos, o que já não é percebido, ao menos na mesma intensidade, quando se observam os quadros diretores da *Società Italiani Uniti*, de Araraquara. Para essa pesquisa, Teixeira teve acesso aos dados das eleições das sociedades, podendo analisar quais eram os candidatos e os votos obtidos por cada italiano que pleiteou aos cargos, dados que infelizmente não possuímos para Juiz de Fora. Mesmo sem termos em mãos para analisar os dados completos das eleições realizadas e nem o quadro total com os nomes que compuseram a mesa diretora da SIMSBUP entre 1887 e 1922, podemos conjecturar que, no caso de Juiz de Fora, a rotatividade de membros na presidência e secretaria era menor por causa da influência que alguns italianos exerciam dentro da comunidade, o que acabava por promover a concentração de cargos nas mãos de alguns. Este é o caso, por exemplo, de Affonso Colucci, que foi presidente durante dez mandatos.

Outra parte importante da sociedade que não podemos negligenciar é o papel dos conselheiros. Junto com a eleição para a mesa diretora, escolhiam-se também os seis conselheiros. Suas funções eram mais ligadas à filantropia, cabendo a eles as seguintes atribuições, segundo o Estatuto:

> Compete aos conselheiros sindicar escrupulosamente tudo quanto for de interesse dos sócios da sociedade.
>
> O presidente escolherá entre os seus conselheiros uma comissão composta de dois, os quais estarão em exercício permanente e cuja incumbência especial será procurar empregos, colocações e trabalho aos sócios.
>
> Os outros quatro conselheiros estarão a serviço efetivo dois por mês sendo sua incumbência especial, como segue:
>
> 1º - Visitar os sócios que caírem em doença súbita e fazer a relação de sua visita ao presidente. Para este fim, as mensagens serão transmitidas do presidente às mãos do conselheiro em cartas de aviso apropriadas. O relatório dos conselheiros será escrito na parte de trás das cartas.
>
> 2º Levar semanalmente e antecipado o auxílio em dinheiro ao domicílio do sócio enfermo.
>
> 3º Verificar que o serviço médico e farmacêutico seja feito regularmente.
>
> 4º - Constatar quando terminará a inabilitação do sócio para o trabalho.

Todo o trabalho de prestação de serviço social da SIMSBUP era realizado pelos conselheiros, que visitavam os sócios com o intuito de averiguarem a necessidade de aplicação das benesses sociais asseguradas pelo Estatuto. Quatro conselheiros escolhidos pelo presidente compunham a chamada *Comissão Sanitária*, que efetuaria as visitas aos sócios. Os italianos que participavam desta comissão tinham seus nomes divulgados pela imprensa, assim como seus endereços, estrategicamente localizados nos pontos de maior incidência de moradias italianas. Para os cargos do conselho, notamos uma maior rotatividade de membros,

ao contrário das ocupações da mesa diretora. No Anexo 3.3 trazemos uma tabela com todos os nomes de italianos que foram conselheiros da Sociedade Umberto Primo durante vinte um anos. Infelizmente a documentação utilizada não permite encontrarmos os dados para os trinta e cinco anos de existência da SIMSBUP, dentro da temporalidade de pesquisa por nós estipulada. Foram contabilizados oitenta italianos que ocuparam os cento e vinte e seis cargos do conselho ao longo de vinte e um anos catalogados. É possível constatar que a reincidência no cargo de conselheiro da Sociedade Umberto Primo foi bem menor do que o índice apresentado pelos cargos da diretoria.

No que concerne à ocupação econômica dos membros que passaram pela mesa diretora, o levantamento realizado através do cruzamento de várias fontes[131] revela que a maioria dos italianos tinha como renda o comércio de pequeno a grande porte, além da propriedade de oficinas ou estabelecimentos onde pudessem vender ou prestar algum serviço manual, como pode ser visto na Tabela 9.

O italiano Affonso Colucci, que ocupou a presidência da sociedade durante dez mandatos, é um exemplo de italiano que passou pela sua mesa diretora e possuía bastante influência perante a comunidade italiana residente em Juiz de Fora. Colluci era proprietário de joalherias e relojoarias com estabelecimentos na corte e em Juiz de Fora. Participava das festividades da comunidade italiana e sempre presenteava os artistas italianos que passavam pela cidade com produtos de sua joalheria. Outros nomes ligados ao comércio e indústria local podem ser mencionados, tal como Giuseppe Picorelli e Paschoal Senatore, que pertenceram à mesa diretora durante muito tempo.

Já um perfil mais intelectualizado é percebido em membros como Enrico Ricci, Leonardo Garella, Giuseppe Breviglieri e Sabino Brescia. No caso de Ricci, ele foi delegado de polícia em Juiz de Fora e farmacêutico que atuou tanto nessa cidade quanto no Rio de Janeiro. Os italianos Garella, Breviglieri e Brescia eram figuras carimbadas nas festividades italianas proferindo a maioria dos discursos feitos durante os eventos. Leonardo Garella escrevia constantemente para os jornais *O Pharol* e *Diário do Commercio* matérias voltadas para a comunidade italiana. Giuseppe Breviglieri e Sabino Brescia eram proprietários de dois jornais italianos que circularam em Juiz de Fora no ano de 1904. O *La Patria Italiana* pertencia a Breviglieri e o *Fieramosca* pertencia a Brescia.

[131] Neste caso, foram utilizadas informações retiradas da imprensa, os processos criminais, os Livros de Impostos sobre Indústrias e Profissões referentes aos anos de 1903 e 1913 e o Livro de Efemérides de Juiz de Fora.

**Tabela 9 - Atividades profissionais dos diretores da SIMSBUP, 1987 – 1919.**[132]

| Atividades Profissionais | Nome dos Sócios Diretores | Total |
|---|---|---|
| Alfaiate | Pedro Alessio, Virgilio Bissagio | 3 |
| Armeiro | Giuseppe Grippi | 1 |
| Barbeiro | Fortini Ricardo | 1 |
| Bombeiro | Vicenzo Picorelli | 1 |
| Carpinteiro | Michelle Notaroberto | 1 |
| Comerciante | Afonso Colucci, Andrea Apratti, Antonio Passarela, Giacomo Bisaglia, Paschoal Pentagna, Paulo Simoni, | 6 |
| Fábrica de Vimes | Vicenzo Cordiali | 1 |
| Farmacêutico e Químico | Enrico Ricci | 1 |
| Funileiro e Caldeireiro | Giuseppe Picorelli | 1 |
| Guarda-Livros | Catulio Breviglieri | 1 |
| Industrial | Andrea Apratti | 1 |
| Oficina de Marcenaria | Luiz Perri, Paolo Modenesi, Paschoal de Guglielmo | 3 |
| Oficina de marmoraria e serraria | Paschoal Senatore, Sante Conforte | 2 |
| Podador de Café | Giuseppe Pagani | 1 |
| Professor | Giuseppe Breviglieri, Leonardo Garella | 2 |
| Proprietário de Sapataria | Giuseppe Bagini, Caetano Chiantia, Eugenio Cavagnero, Sabino Brescia | 4 |

**Fonte:** Dados retirados das Efemérides de Juiz de Fora, Jornal "Pharol", Livro de Impostos sobre Indústrias e Profissões e Processos Criminais de Juiz de Fora[133].

Essa característica que percebemos na Sociedade Umberto Primo, de que as lideranças da associação eram geralmente ocupadas por italianos minimamente letrados e ligados à prática comercial também é percebida em outras pesquisas sobre o assunto. No trabalho desenvolvido por Rosane Teixeira para Araraquara e Catanduva, a pesquisadora percebeu características muito parecidas para as sociedades italianas de lá. De acordo com a autora, a *Società Italiana de Beneficenza* de Araraquara, no ano de 1908, tinha um quadro de direção formado basicamente por trabalhadores semiqualificados e do comércio, sendo praticamente inexistente a dedicação de seus membros a algum tipo de tarefa agrícola (TEIXEIRA, 2011, p. 156 – 157).

Nas associações italianas de Buenos Aires, estudadas por Romulo Gandolfo, nota-se praticamente a mesma característica. Segundo o autor:

[132] Foram encontrados os dados profissionais de 30 dos 45 associados que passaram pela mesa diretora da SIMSBUP entre 1887 e 1919, lembrando que durante alguns anos, as informações sobre o resultado das eleições não estão completas.

[133] A tabela com os dados mais completos pode ser encontrada no *Anexo 3.2.2 – Cargos e informações sobre os membros das diretorias da SIMSBUP – 1887 – 1922.*

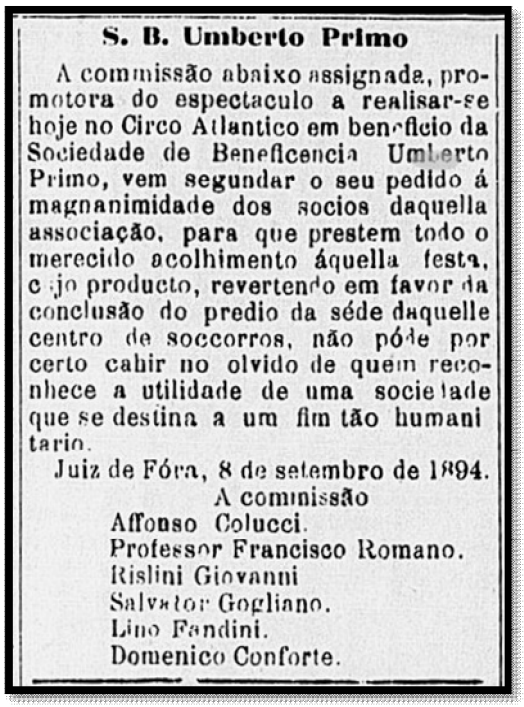
> Inmigrantes doctores, farmacêuticos, abogados, maestros, pequeños banqueros, importadores y mayoristas de productos italianos, jugaron todos un papel decisivo en la forja de las instituiciones étnicas. Su mayor nivel de educación y su condición misma de clase media los predisponía a ser portavoces de um discurso nacionalista y a creer en la naturaleza orgánica de la "colonia italiana". (...)
>
> Sin embargo, la situación era diferente con outra categoría de líderes, los industriales. Para ellos estlabecer y dirigir sociedades de socorros mutuos era una manera de tratar con la incipiente 'cuestión social". Los industriales tenían experiencia directa con los conflictos estructurales de intereses entre ellos y sus trabajadores (caso todos italianos). En este sentido, no tenían que tener una visión orgánica de la comunidad italiana para participar activamente en las instituiciones étnicas (*Ibidem*, p. 317 e 318).

Diante de uma maioria italiana pobre, operária e provavelmente semianalfabeta que vivia na cidade, podemos presumir que as características sócio-profissionais daqueles que passaram pela diretoria da SIMSBUP colocavam-nos em vantagens com relação aos demais italianos, uma vez que facilitava suas funções e atribuições enquanto porta vozes do discurso nacionalista que sustentava a associação italiana. Considerando este perfil, podemos ir de encontro à constatação da historiadora Cláudia Viscardi sobre o movimento associativo em Juiz de Fora não revelar nenhuma vinculação com o movimento sindical (VISCARDI, 2003). No caso da SIMSBUP, a maioria daqueles que compuseram sua mesa diretora no período pesquisado, não apresentava perfil ligado à classe operária, quesito importante para a relação muitas vezes existente entre mutualismo e sindicatos.

O processo de construção da sede social da SIMSBUP contou com a organização de festas para angariar recursos e listas de solicitação de contribuições em dinheiro ou materiais para a obra. As listas com os nomes dos contribuintes eram publicadas pela imprensa local e estão disponíveis no Anexo 3.4. Uma comissão, cujo presidente foi o doutor Marco Galluzzi e secretário o senhor Eugenio Villani, ficou responsável por distribuir as listas de subscrição entre alguns italianos e esses tinham que conseguir as doações. Sempre que a SIMSBUP promovia alguma festividade, escolhia-se uma comissão própria para atuar na sua organização, independente de qual fosse a sua mesa diretora. As listas de doadores nem sempre ficavam entre a comunidade italiana de Juiz de Fora. Ao analisar aquelas que eram disponibilizadas pela imprensa, percebemos doadores das freguesias de Simão Pereira e Vargem Grande, bem como de negociantes do Rio de Janeiro.

Além das listas de subscrição, a Umberto Primo organizava espetáculos e revertia o lucro obtido com as entradas em prol da construção da sua sede, como mostra a Imagem 21, em que a arrecadação da entrada cobrada pela apresentação do Circo Atlântico foi revertida para a obra da sociedade.

**Imagem 21 – Anúncio da festa para angariar recursos para a construção da sede da Sociedade Umberto Primo**



**S. B. Umberto Primo**

A commissão abaixo assignada, promotora do espectaculo a realisar-se hoje no Circo Atlantico em beneficio da Sociedade de Beneficencia Umberto Primo, vem segundar o seu pedido á magnanimidade dos socios daquella associação, para que prestem todo o merecido acolhimento áquella festa, cujo producto, revertendo em favor da conclusão do predio da séde daquelle centro de soccorros, não póde por certo cahir no olvido de quem reconhece a utilidade de uma sociedade que se destina a um fim tão humanitario.

Juiz de Fóra, 8 de setembro de 1894.

A commissão

Affonso Colucci.
Professor Francisco Romano.
Rislini Giovanni
Salvator Gogliano.
Lino Fandini.
Domenico Conforte.

Fonte: *O Pharol*, 08 de setembro de 1894, nº 198, Ano XXVIII, página02.

A inauguração da sede social da *Sociedade Italiana de Beneficência Umberto Primo* aconteceu no dia 22 de setembro de 1895, comemorando-se nesse dia, além da inauguração, a tradicional festa italiana do dia *Vinte de Setembro.*[134] Pela matéria publicada em *O Pharol*, no dia vinte e quatro de setembro, o programa da festa preparado pela comissão foi seguido rigorosamente.

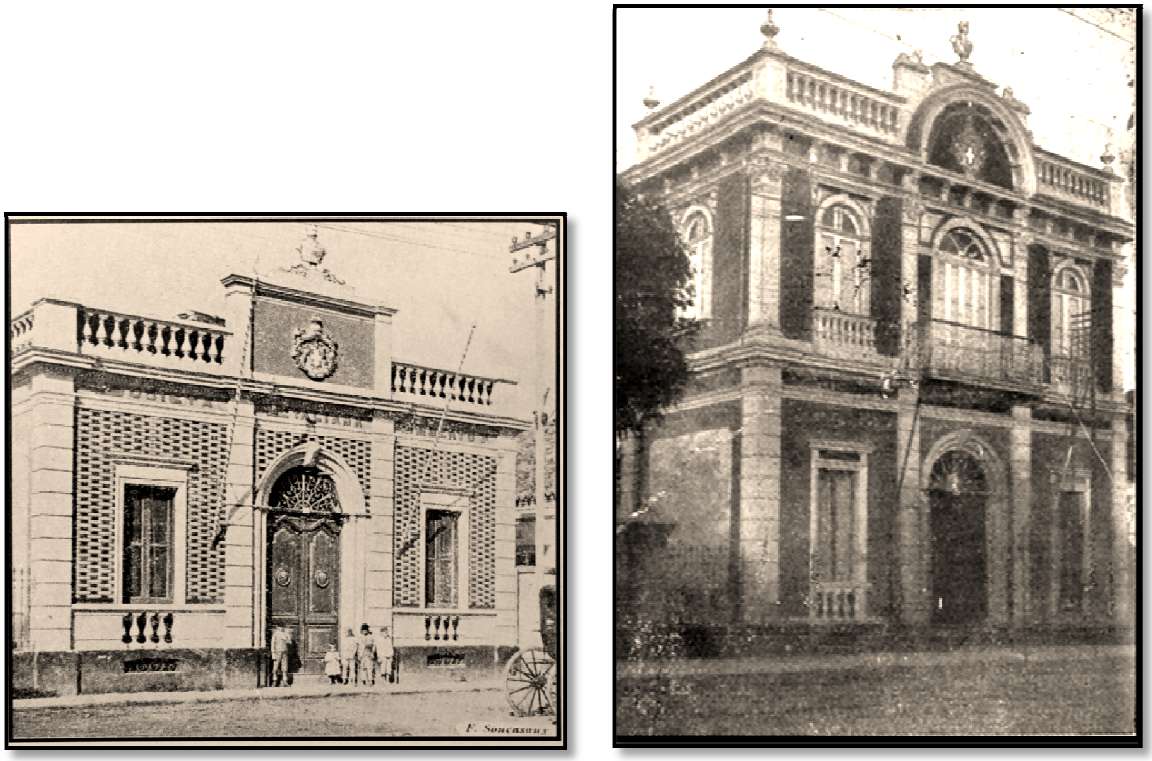
Entre a meia noite e as quatro horas da manhã houve acorde com músicas e tiros de fogos de artifício no ar. Entre as nove e dez horas da manhã, os italianos se reuniram no Teatro Novelli e daí percorreram as principais ruas do centro de Juiz de Fora até a sede da sociedade. Algumas conferências foram proferidas no edifício da sociedade, que contou com a presença de associações italianas de cidades vizinhas a Juiz de Fora e com a curiosa presença dos representantes dos jornais italianos *Voce del popolo*, do Rio de Janeiro e *Fanfulha*, de São Paulo. À noite houve outra passeata pelas ruas centrais da cidade ao som da *Banda de Música Garibaldina.*[135]

A partir da sua inauguração, a sede da SIMSBUP passou a ser o local de realização de todas as reuniões da associação. Construída bem no centro da cidade, a sede

134 *O Pharol*, 4 de setembro de 1895, número 196, Ano XXVIII, página 02.
135 *O Pharol*, 19 de setembro de 1895, número 208, Ano XXIX, página 01.

localizava-se no número 340 da então *Rua do Imperador* (depois nomeada *Avenida 15 de Novembro* e atual *Avenida Getúlio Vargas)*, e contava com mais de 300 associados.

**Imagem 22 – Sede da Sociedade Italiana Umberto Primo, 1895 (à esquerda) e 1915 (à direita).**



**Fonte:** Acervo fotográfico do setor de memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes

Quase vinte anos depois de adquirido, o prédio da Sociedade Umberto Primo passou por reformas, que podem ser visualizadas ao comparar as imagens acima, referentes às suas características físicas antes e depois da reforma de 1914[136]. Era costume da colônia italiana de Juiz de Fora conciliar as datas nacionais italianas com outras festividades. Por exemplo, a bênção do estandarte da Sociedade Umberto Primo[137] aconteceu juntamente com a comemoração do *Aniversário da Constituição Italiana*.[138] Apresentações teatrais realizadas por companhias italianas aconteciam geralmente em datas como o dia *Vinte de Setembro*; a inauguração da sede social da Sociedade Umberto Primo foi propositalmente organizada na época dos festejos do dia vinte, feriado cívico italiano em que se comemora a anexação de Roma à Itália.

136 *O Pharol*, 27 de setembro de 1914, número 229, Ano XLIX, página 01.
137 O estandarte da Sociedade Umberto Primo foi trazido pelo jornalista Giovanni Luglio, dono do periódico *Voce del Popolo*, da Corte; ver *O Pharol*, 03 de junho de 1888, número 126, Ano XXII, página 02.
138 *O Pharol*, 05de junho de 1888, número 127, Ano XXII, página 01.

Por meio da documentação por nós utilizada, é difícil encontrarmos as visões e conceitos que os italianos residentes em Juiz de Fora tinham a respeito da SIMSBUP, pois a maioria dos documentos e publicações na imprensa se refere a materiais oficiais produzidos pela própria sociedade. No entanto, a leitura dos jornais *O Pharol* e *Diário do Commercio* permite identificarmos alguns momentos em que é possível perceber as fragilidades da associação e algumas opiniões de imigrantes italianos sobre o seu funcionamento.

O primeiro momento de crise foi percebido por nós em junho do ano de 1890, quando o segundo conselheiro da sociedade, o italiano Michele Notaroberto, publicou no periódico *O Pharol* uma convocação para que os consórcios comparecerem à sua casa a fim de decidirem sobre a continuação ou dissolução da sociedade, bem como analisar o relatório da comissão e a demissão de parte de sua mesa diretora, dentre eles o senhor Giuseppe Picorelli.[139] É interessante notar que esta reunião foi convocada por um membro conselheiro e não pelo presidente, já que a proposta era justamente derrubar da sua presidência o italiano Picorelli.

A instabilidade na sociedade perdurou durante muitos meses. Os sócios mais insatisfeitos com a situação eram Salvatore Gogliani, Michele Notaroberto, Vincenzo Picorelli, Luigi Perri, Luigi Cariello e Francesco de Paola Castello. Em dezembro daquele ano, a associação chegou até mesmo a votar a respeito da continuidade ou manutenção de suas atividades.[140] Em janeiro do ano de 1891, encontramos a eleição de uma nova mesa diretora, que aconteceu por pressão do grupo de italianos mencionado acima. A sessão de votação contou com a presença de apenas doze sócios e foi conduzida pelo então presidente interino Michele Notaroberto. Naquela circunstância, a nova diretoria ficou assim designada: como presidente Michele Notaroberto; vice-presidente Francesco Castello; primeiro secretário Eugenio Villani; tesoureiro Francesco Ragognetti; como conselheiros os senhores Alfonso Colucci, Salvatore Gogliano, Luigi Cariello, Antonio Caiafa e Alfonso Calandra.[141]

Ao que tudo indica o grupo de italianos sócios da SIMSBUP que iniciou as reclamações em junho de 1890, liderado por Notaroberto, exigia maior participação junto à sociedade, que era presidida naquele momento por Giuseppe Picorelli. A pressão interna feita por esse grupo acabou mudando toda a diretoria da sociedade no início do ano de 1891. Neste episódio em específico, nós consideramos o envolvimento dos demais sócios da *Sociedade Italiana Umberto Primo* muito pequeno, já que a eleição para a nova mesa diretora contou

139 *O Pharol*, 27 de junho de 1890, número 150, Ano XXIV, página 2.
140 *O Pharol*, 11 de dezembro de 1890, número 304, Ano XXIV.
141 *O Pharol*, 03 de janeiro de 1891, número 03, Ano XXV, página 02 e 03.

apenas com a presença de doze associados. Analisado isoladamente, este episódio pode indicar um baixíssimo envolvimento da comunidade italiana residente em Juiz de Fora com a principal sociedade étnica que a representava naquele momento, ou então uma não conivência dos associados com a atitude dos conselheiros que se rebelaram contra a sua mesa diretora. Por outro lado, o episódio sinaliza que mesmo sendo a única sociedade mutual existente para os italianos naquele momento em Juiz de Fora, ela também possuía conflitos e tensões internas. A conformidade étnica de seus membros definitivamente não era sinônimo de concordância e harmonia.

No ano de 1910, outro momento de tensão foi verificado na SIMSBUP. No final do mês de novembro, o periódico *O Pharol* trouxe algumas extensas matérias sobre a comunidade italiana de Mathias Barbosa, então distrito de Juiz de Fora[142]. O conteúdo denunciava a Sociedade Umberto Primo por não aceitar como membros os compatriotas daquela localidade. Trinta e seis italianos residentes em Mathias Barbosa escreveram para o jornal duas colunas questionando da sociedade quais seriam as suas bases legais, asseguradas pelo seu estatuto, para não aceitarem como associados os italianos do referido distrito. Segundo o primeiro relato dos próprios italianos, em reunião realizada pela sociedade, foi discutida a não adesão dos compatriotas provenientes de outras regiões, que não fossem estritamente domiciliados em Juiz de Fora. De acordo com eles, essa discussão seria justamente para barrar a entrada dos trinta italianos residentes em Mathias Barbosa que queriam associar-se à SIMSBUP.

Na segunda extensa matéria publicada pelo jornal, os italianos fizeram mais uma série de denúncias e conjecturaram sobre as razões pelas quais a Sociedade Umberto Primo não os aceitou, disponibilizando a nós um texto repleto de ironias e onde denunciam a atitude dos membros dessa sociedade existente em Juiz de Fora.

> Una vergona!
> Disastroso effeto prodocto dalla paura (...)
>
> La richieste assurda era per non accettarsi i 30 connazionali proposti a soci e residenti nella vicina Mathias Barboza! Forti del numero, e non della ragione, i nostri avversari sostennero all' assemblea il'oro paradosse e la vittoria a nostra maggiore vergogna, gli avrebbe arriso: se la cosi detta minoranza non vi si fosse opposta com quella fierezza propria della nostra razza. (...)
>
> Qual è Il disposto dello statuto sociale che limiti la zona dei connazionali che vegliono far parte della nostra società?
>
> Perchè furono ammessi i sottoscritti non residenti in Juiz de Fora, a far parte di questo nostro sodalizio, godendo di tutti i diritti concessi dallo statuto? Perchè vennero ammesi circa due mesi fà altri connazionali non residenti in questa città, uno dei quali e domicilisto in uma loccalità dello stato di Rio de Janeiro, e che fu

142 *O Pharol*, 26 de novembro de 1910, número 282, Ano XLV, página 02.

> proposto dallo stesso ed attuale presidente? Perchè solo pei connazionali di Mathias Barboza si eleva uma protesta? Perchè fare per questi ultimi uma odiosa restrinzione? Perchè i Fratelli debbono respingere i Fratelli?
>
> Come ripugna tutto cio!
>
> La nostra dignità, Il nostro decoro ci impone di gridarvi:
>
> Ravvedetevi!
>
> Se poi l'entrata in società de connazionali di Mathias Barboza, è presa da voi un invasione di barbari che minaccia di frustare Il róseo sogno della tanto decantata vittoria elettorale, che riporterete nella seconda Domenica di Genaio del prossimo ano, avete um mezzo onestíssimo a patriótico per scongiunare Il pericolo: Imitateci (?).
>
> La paura vi ha resi antipatriotti, anti sociali, anti umani!
>
> I Soci fuori dal perímetro della città de Juiz de Fora: Pietro Galamelli, Nicalor Cinelli, Vicente Minoboli, Barello Umberti, Ferdinando Pongetti, Angelo Fregulia, Barggiani Pietro.[143]

Segundo o redator da carta, a atitude dos italianos associados à SIMSBUP foi vergonhosa, uma vez que, em assembleia, os compatriotas de Mathias Barbosa não foram aceitos como sócios. Em seguida, o texto traz uma série de indagações bastante ácidas apelando ao patriotismo italiano, no sentido de tentar entender as razões para não serem aceitos na associação. Baseados no estatuto da sociedade e no seu quadro de sócios, eles reclamaram do porque de aceitarem sócios italianos que residem até no Rio de Janeiro e abrirem mão de trinta possíveis sócios residentes em Mathias Barbosa. Então se perguntam: *Perchè solo pei connazionali di Mathias Barboza si eleva uma protesta? Perchè fare per questi ultimi una odiosa restrinzione? Perchè i Fratelli debbono respingere i Fratelli*? Eles terminam a carta enviada à redação do jornal *O Pharol* atribuindo como resposta para as

---

143 Uma Vergonha! O desastroso efeito produzido pelo medo! (...)

O pedido absurdo era para não aceitar os 30 compatriotas propostos como sócios e residentes na vizinha Mathias Barbosa. Fortes no número e não da razão, os nossos adversários sustentaram em assembleia o ouro paradoxal e a vitória à nossa maior vergonha, teriam sorrido se a chamada minoria não se opôs com o orgulho de nossa própria raça.

E a partir de agora, ou, senhor adversário, nós dirigimos as demandas ocorridas de um dos nossos célebres companheiros, na não mais famosa assembleia do dia 20 e que vós vos guardastes bem de responder:

Qual é o disposto do estatuto social que limita a zona de conacionais que venham a fazer parte desta sociedade?

Por que foram admitidos e subscritos não residentes em Juiz de Fora, a fazer parte desta nossa associação, gozando de todos os direitos garantidos pelo estatuto? Por que foram admitidos acerca de dois meses atrás outros conacionais não residentes nesta cidade, um dos quais é domiciliado em uma localidade do estado do Rio de Janeiro, e que foi proposto ainda pelo atual presidente? Por que só com os compatriotas de Mathias Barboza recai um protesto? Por que fazer a estes últimos uma odiosa restrição? Porque os irmãos precisam rejeitar os Irmãos? Tudo isso nos repugna! A nossa dignidade, o nosso decoro obriga-nos a gritar: Arrependei-vos!

Se, pois, a entrada de compatriotas de Mathias Barboza na sociedade é tomada por vós como invasão de bárbaros que ameaçam de frustração o róseo sonho da alardeada vitória eleitoral, que vai restaurar no segundo domingo de janeiro do próximo ano, existe um meio honestíssimo e patriótico para vocês esconjurarem o perigo: Imitem-nos! O medo fez de vós antipatriotas, anti sociais e anti humanos!

Assinado: Os sócios fora do perímetro da cidade de Juiz de Fora: Pietro Galamelli, Nicalor Cinelli, Vicente Minoboli, Barello Umberti, Ferdinando Pongetti, Angelo Fregulia, Barggiani Pietro (*O Pharol*, 27 de novembro de 1910, número 283, Ano XLV, página 01).

indagações feitas o fato de a sociedade estar em processo de campanha eleitoral, que seria realizado no início no ano de 1911. Diante desse fato, a entrada de trinta italianos de uma única vez poderia alterar os quadros eleitorais da associação e possivelmente as pretensões daqueles que almejavam fazer parte de sua mesa diretora. Eles ironizam a sociedade afirmando que a entrada dos italianos de Mathias Barbosa era vista como sendo uma *invasione di barbari*. Terminam o texto chamando os associados da Sociedade Umberto Primo de antipatriotas, antissociais e anti-humanos.

Em decorrência deste episódio que tecia duras críticas à SIMSBUP, o então presidente da sociedade, Catullo Breviglieri, manifestou-se no *Jornal do Commercio*[144], advertindo aos sócios da Sociedade Umberto Primo que era ilegal o que ficou deliberado sobre a proposta de inclusão dos membros da comunidade italiana de Mathias Barbosa e outros lugares. Para o presidente, era necessário convocar uma *Assembleia Extraordinária* geral para decidir sobre o fato e não tomar a decisão do conselho como regra. O vice-presidente da sociedade seguido dos conselheiros, repudiou a atitude de seu presidente em anular o que ficou decidido pelo conselho, que havia se reunido no dia 18 daquele mês[145]. Mais nada sobre o assunto foi publicado pela imprensa, o que dificulta sabermos como terminou a pretensão dos italianos residentes em Mathias Barbosa em associar-se à SIMSBUP. Acima de qualquer coisa, este episódio nos revela o quanto as relações de poder internas à sociedade muitas vezes estavam acima dos propósitos de beneficência e promoção da italianidade, que deveriam nortear uma associação destinada a imigrantes provenientes de um mesmo país. Ao que tudo indica, a entrada de trinta sócios de uma única vez, todos eles residentes num mesmo vilarejo, poderia de fato alterar o quadro de campanha eleitoral para a próxima mesa diretora da SIMSBUP.

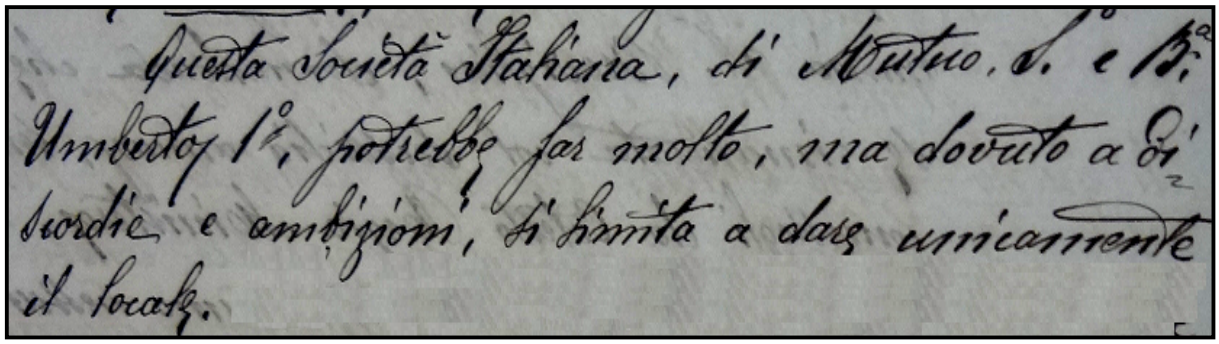
Os questionamentos feitos pelos italianos de Mathias Barbosa a respeito da atuação, considerada antipatriótica, dos membros da SIMSBUP, foram feitos anos antes por um jornal italiano, de curta duração, que circulou em Juiz de Fora, o *L'araldo d'Italia*, cujo diretor e proprietário fora o italiano Emanuele Lombardi.[146] No único exemplar deste jornal que nós encontramos, datado de 15 de maio de 1892, consta uma matéria cujo título é: *Le Società Italiane Umberto I e Príncipe di Napoli*, no qual Emanuele Lombardi critica a atuação dessas duas sociedades questionando qual seria a utilidade que elas prestavam para a colônia de Juiz de Fora. No caso da Umberto Primo, ele afirmou que apesar de teoricamente a

144 *Jornal do Commércio*, 21 de dezembro de 1910, Ano XV, número 4414, página 02, coluna 03.
145 *O Pharol*, 24 de dezembro de 1910, Ano XLV, número 303, página 02.
146 *L'Araldo d'Italia*, 12 Maggio 1892, Anno I, numero 09.

sociedade assegurar aos seus sócios beneficência, instrução e socorro mútuo, não se via nenhuma atuação neste sentido.

Outra opinião emitida sobre a SIMSBUP pode ser encontrada em carta escrita ao MAE pelo vice-cônsul Giuseppe Marini, em 1913. Ao relatar os problemas financeiros da Escola Italiana Umberto Primo e a irregularidade com que as verbas para sua manutenção eram enviadas, Marini escreve:

**Imagem 23 – Opinião do vice-cônsul Giuseppe Marini sobre a SIMSBUP, 1913.**


Questa Società Italiana, di Mutuo S. e B.ª Umberto 1º, potrebbe far molto, ma dovuto a di sordie e ambizioni, si limita a dare unicamente il locale.

Fonte: Carta enviada pelo vice-cônsul Giuseppe Marini ao Ministro do Exterior, 28/02/1913. Pasta *Scuole italiane di JF "Umberto I" e "Regina Margherita", Sussidio e Esercizio scolastico 1910 a 1911 e 1911 a 1913*.[147]

Para Marini, a Sociedade Umberto Primo, consumida pela desordem e ambição, poderia fazer muito mais pela escola italiana em Juiz de Fora, porém contentava-se em apenas oferecer o espaço físico para o seu funcionamento.

Os relatos acima, apesar de poucos, diante da grande extensão temporal que marcou a existência da Sociedade Umberto Primo, evidenciam-nos a irregular estabilidade dessa associação, ainda que ela servisse a um único grupo étnico e tivesse como propósito máximo promover o socorro dos associados e prezar pela fraternidade de seus membros. Como ela era a maior e mais importante sociedade italiana da cidade, principalmente por se tratar de uma mutual, os italianos que compunham sua mesa diretora provavelmente gozavam de status perante a comunidade italiana e reconhecimento diante da sociedade juizforana. Isso, por si só, era suficiente para engendrar variados tipos de conflitos, que acabavam por sobrepor-se aos princípios do *patriotismo* e *italianidad*e, ao qual ela teoricamente deveria se comprometer.

A SIMSBUP teve mais de cinquenta anos de atuação na cidade de Juiz de Fora, sendo fechada apenas em setembro do ano de 1942, por meio de um decreto-lei do Estado

147 *A Sociedade Italiana de Mútuo Socorro e Beneficenza Umberto I poderia fazer muito, mas devido a desordens e ambições, se limita a dar unicamente o local.*

Novo que extinguia todas as sociedades estrangeiras existentes no Brasil. Segundo Valéria Farenzine, *a associação foi fechada por ordem policial, seu arquivo apreendido pela Delegacia de Ordem Política e Social e seus bens bloqueados pelo Banco do Brasil*.[148] Ainda na década de 1930, os sócios venderam sua sede com o objetivo de investir na construção da Casa de Itália. Com o término da construção no final do ano de 1939, as reuniões da Umberto Primo passaram a ser na Casa de Itália, ficando lá durante três anos até o seu fechamento em 1942.

### 3.1.3 – As associações italianas recreativas e musicais

#### Círculo Recreativo Musical Italiano

Outras formas de associação italiana existiram na cidade de Juiz de Fora. No dia vinte e oito de setembro de 1890, foi publicado na imprensa um comunicado sobre a criação de um espaço no centro da cidade que oferecia várias oficinas e aulas à comunidade italiana. Era o *Circulo Recreativo Musical Italiano*, com sede à Rua Halfeld, nº 16B, cujo presidente era o italiano Luiz Perry e secretário o senhor Pietro Biancoville. Os estatutos da nova sociedade encontravam-se expostos no seu salão social, e segundo matéria publicada em periódico, a nova sociedade esperava:

> 1º - A reunião dos italianos, que quiserem pertencer a esta sociedade.
> 2º - Solenizar as datas gloriosas da Itália.
> 3º - Sustentar um corpo musical, onde os sócios ou seus filhos poderão estudar gratuitamente.
> 4º - Organizar aulas de recreio, educação, gymnastica, esgrima, leitura, desenho e outras que se fizerem precisas à colônia italiana. (...) [149]

Esta foi a primeira matéria sobre a nova associação que encontramos publicada no periódico *O Pharol*, em setembro de 1890. No ano de 1906, outras matérias voltaram a ser publicadas sobre o *Circulo Recreativo Italiano*, porém não temos certeza que elas se refiram à mesma sociedade, já que sua sede continuava na Rua Halfel, porém no número 148. As novas matérias encontradas sobre este *Circulo Italiano*, já no século XX, mencionam sua atuação

---

148 FARENZINE, Valeria Leão. *Os italianos de Juiz de Fora e as medidas nacionalistas do Estado Novo*. **I Simpósio do Laboratório de História Política e Social: 70 anos do Estado Novo,** Juiz de Fora: 2007, p 07. (Disponível em: http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a6.pdf, acesso em 05/01/2015).

149 *O Pharol*, 30 de setembro de 1890, número 231, Ano XXIV, página. 03.

em festas italianas, promovendo bailes para a comunidade imigrante.[150] Constata-se que suas atividades na cidade perduraram até o ano de 1911.

**Sociedade Italiana Príncipe de Nápoles**

A *Sociedade Italiana Príncipe de Nápole*, também fundada no ano de 1890, pode ser considerada a única sociedade italiana que em certo sentido rivalizou com a *Sociedade Umberto Primo*, apesar de seu caráter ser mais recreativo e musical. Em matéria publicada no jornal *O Pharol* consta a seguinte informação: *Sabemos que alguns moços italianos, residentes à rua Halfeld, no trecho denominado Quarteirão do Triumpho, promovem a fundação de uma sociedade musical e recreativa, que será intitulada Principe di Napoli.*[151] Em março do ano seguinte chegou a Juiz de Fora um professor de música, chamado Antônio Lavalle, que foi contratado para organizar a banda musical da sociedade.[152] As reuniões e assembleias eram realizadas no prédio construído ao lado do Hotel Rio de Janeiro, na Rua Halfeld, número 08.[153]

Durante os três anos de sua existência, a *Sociedade Príncipe de Nápole* organizou a festa em comemoração ao aniversário natalício do rei italiano Umberto Primo, em 1891[154] e 1892[155]. Cuidou também de todos os preparativos da tradicional festa do dia *Vinte de Setembro*, no ano de 1891, quando foi realizada a bênção de seu estandarte. Quando sua banda já estava composta, a *Príncipe de Nápole* recebia os artistas italianos que chegavam a Juiz de Fora, como por exemplo, a recepção à concertista Giulietta Dionesi[156] e a chegada de músicos contratados pela *Companhia Lyrica Italiana* para trabalharem no Teatro Novelli, em 1893.[157]

Pelo teor das matérias publicadas na imprensa, percebemos que a *Sociedade Príncipe de Nápole* rivalizava com a *Sociedade Beneficente Umberto Primo* durante o tempo em que as duas conviveram juntas. Nota-se que, sempre que uma delas organizava alguma festividade, a outra não se manifestava e nem comparecia, como era costume entre as demais sociedades existentes em Juiz de Fora, que sempre prestigiavam os feitos umas das outras.

150 *O Pharol*, 12 de agosto de 1906, número 182, Ano XL, página. 02 / *O Pharol*, 01 e 02 de abril de 1907, número 77, Ano XLI, página 02 / *O Pharol*, 25 de agosto de 1907, número 224, Ano XLI, página 01.
151 *O Pharol*, 25 de setembro de 1890, número 227, Ano 24, página 01.
152 *O Pharol*, 10 de março de 1891, número 58, ano XXV, página 01.
153 *O Pharol*, 21 de setembro de 1891, número 237, ano XXV, página 01.
154 *O Pharol*, 15 de março de 1891, número 63, ano XXV, página 01.
155 *O Pharol*, 15 de março de 1892, número 73, ano XXVI, página 02.
156 *O Pharol*, 19 de junho de 1892, número 165, ano XXVI, página 01.
157 *O Pharol*, 16 de junho de 1893, número 140, ano XXVII, página 01.

Nem mesmo quando as festas eram tradicionalmente comemoradas pela comunidade italiana, como a festa do dia *Vinte de Setembro*, ou até mesmo a recepção de artistas e companhias italianas que chegavam a Juiz de Fora, a *Umberto Primo* e a *Príncipe de Nápole* se misturavam. Em ocasião da chegada de dois circos à cidade, em março de 1892, as duas sociedades organizaram homenagens distintas a cada um dos circos e publicaram as respectivas deferências no jornal *O Pharol*, como se quisessem competir entre elas para mostrar quem prestou os melhores cumprimentos.

**Imagem 24 – Circo Lusitano e Circo Peruano.**



Circo Lusitano

O espectaculo realisado ante-hontem foi em beneficio da interessante menina Astrogilda Fernandes, que executou difficeis trabalhos com a costumada intrepidez e agilidade.

O publico soube prodigalisar applausos á pequena artista, chamando-a diversas vezes á scena.

O sr. Affonso Colucci offereceu á beneficiada um bonito collar de coral e o sr. Henrique Lustre uma linda medalha de ouro com brilhantes.

— Hontem realisou a companhia outro espectaculo, em beneficio da Sociedade Beneficente Italiana Umberto I, sendo levada á scena a pantomima Garibaldi em Aspro Monti.

Fonte: *O Pharol*, 1º de abril de 1892, número 90, Ano XXVI, página 01, coluna 05.



Circo Peruano

Pela sociedade italiana Principe di Napoli foi offerecida ao sr. J. R. Savalla, director do Circo Peruano, uma rica medalha de ouro, executada pelo sr. Grippi.

A referida medalha contem a dedicatoria e a data de 31 de março e está pendente de um artistico laço de fita com as cores italianas.

Fonte: *O Pharol*, 1º de abril de 1892, número 90, Ano XXVI, página 01, coluna 03.

O espetáculo realizado pelo Circo Lusitano foi em benefício da *Sociedade Umberto Primo* e, no dia anterior à sua apresentação, o representante da companhia foi agraciado pelo então presidente da sociedade, Alfonso Colucci, com uma medalha de ouro e brilhantes.[158] No mesmo dia e na mesma página do jornal *O Pharol*, consta uma nota da *Sociedade Príncipe de Nápoles* presenteando o Circo Peruano com uma medalha de ouro amarrada num laço de fitas feito nas cores da bandeira italiana.[159]

Nossa suspeita sobre a rivalidade entre as duas sociedades ganha ainda mais força quando constatamos que o presidente da sociedade *Príncipe de Nápole*, entre 1891 e 1893 era ninguém mais, ninguém menos do que o italiano Giuseppe Antônio Picorelli[160], justamente o

158 *O Pharol*, 1º de abril de 1892, número 90, Ano XXVI, página 01, coluna 05.
159 *O Pharol*, 1º de abril de 1892, número 90, Ano XXVI, página 01, coluna 03.
160 Em matérias escritas em língua italiana, seu nome aparece como Giuseppe Antonio Picorelli.

primeiro presidente da *Sociedade Beneficente Umberto Primo* que teve sua presidência exonerada por alguns sócios insatisfeitos com a gestão da sociedade. Não só Giuseppe Picorelli, mas também Vicente Picorelli, ex-conselheiro e ex-secretário da *Sociedade Umberto Primo* aparecem envolvidos nas atividades da *Príncipe de Nápoles,* o que indica que, depois de saírem da SIMSBUP, fundaram outra sociedade italiana na cidade. As últimas notícias encontradas sobre a atuação da *Príncipe de Nápoles* são para o ano de 1893, o que nos leva a acreditar que ela teve um tempo médio de funcionamento de três anos.

**Corporação Musical Garibaldina**

Outra forma de organização dos italianos tendo como propósito a música foi a fundação da *Corporação Musical Garibaldina* ou *Banda Musical Garibaldi*. As primeiras referências a esta banda encontram-se nas matérias do ano de 1894, coincidentemente mesmo período em que a *Sociedade Recreativa Príncipe de Nápoles* encerrou suas atividades na cidade de Juiz de Fora. Adentrando o século XX, a atuação da Banda Garibaldina se dava nas principais datas festivas da comunidade italiana e da sociedade de Juiz de Fora, bem como tocando nas recepções aos artistas italianos que chegavam à cidade.

Não sabemos onde era a sede da *Corporação Musical Garibaldina*, embora em alguns momentos os periódicos chegassem a mencionar um chamado *Salão Garibaldi* existente em Juiz de Fora, porém não podemos afirmar que fosse este local a sede da banda. A inauguração de seu uniforme, feito propositalmente de acordo com os trajes garibaldinos[161], aconteceu juntamente com a festividade do dia *Vinte de Setembro* de 1895.[162]A banda também se apresentava com frequência aos domingos, no botequim *Rink da Tapera*[163]. Segundo consta, ela possuía repertório variado de músicas brasileiras e italianas, tocando valsas, polcas, quadrilhas e tangos.

> Onde se diverte:
> Restaurante Polo Norte
> Amanhã, das 6 horas da tarde em deante, a banda Garibaldina tocará no restaurante Polo Norte diversas peças musicais do seu variado repertório.[164]

161 Quando a literatura se refere às vestimentas garibaldinas estão falando de uma camisa vermelha, lenço no pescoço e chapéu com pequena aba na parte da frente.
162 *O Pharol*, 18 de setembro 1895, número 207, ano XXIX, página 02.
163 *O Pharol*, 18 de novembro de 1895, número 252, ano XXIX, página 02.
164 *Jornal do Commercio*, 15 de dezembro de 1900, Ano V, número 1327, página 02, coluna 02.

Apresentava-se geralmente em bailes, manifestações, procissões e missas, tendo como maestro o italiano Giuseppe Zanini. A última referência que encontramos sobre a *Corporação Musical Garibaldina* foi em janeiro de 1909, em ocasião da comemoração do aniversário do Imperador da Alemanha, Guilherme II.[165]

**Fanfarra Italiana**

Uma terceira sociedade musical fundada em Juiz de Fora foi a Fanfarra Italiana. Em agosto de 1901, alguns jovens da comunidade italiana encomendaram os seus instrumentos em lojas italianas de São Paulo a fim de organizarem uma fanfarra. A fanfarra era uma novidade na cidade e esperava-se que sua apresentação acontecesse na comemoração do dia *Vinte de Setembro* daquele ano.[166] No entanto, segundo a imprensa, sua primeira exposição aconteceu apenas em janeiro do ano seguinte, quando os seus participantes percorreram as ruas da cidade, seguidos de muitas pessoas curiosas com a novidade.[167]

> **Fanfarra Italiana**
>
> Conforme noticiamos, a excelente fanfarra Italiana fez ontem a sua estréa percorrendo, em alvorada, várias ruas.
>
> Parando em frente ao Jornal do Commercio, onde tocaram, foi esta folha saudada pelo Sr. Giuseppe Brevigliere, digno vice-presidente daquela sociedade.[168]

Em 1903, a sede da Fanfarra Italiana também se localizava no centro de Juiz de Fora, na Rua Halfed, número 07. Não temos informações sobre os italianos que participavam dela, mas por meio desta matéria publicada pela imprensa sabemos que em 1902 seu vice-presidente era Giuseppe Brevigliere, professor na cidade, guarda livros e que também era secretário da Sociedade Umberto Primo neste mesmo ano.

Dentre as principais atividades realizadas por essa sociedade estava a organização de bailes em datas comemorativas da comunidade italiana, além de várias apresentações nos jardins da *Fábrica de Cerveja Weiss*, programação que a banda Garibaldina também cumpria nos tempos de sua existência. Pelas publicações da imprensa, notamos que essa organização musical se distinguia das demais existentes em Juiz de Fora por oferecer muitos bailes dançantes à sociedade. Em quase todas as matérias publicadas encontramos a expressão *soirrè*

165 *O Pharol*, 28 de janeiro de 1909, nº 24, ano XLIII, página 02.
166 *O Pharol*, 23 de agosto de 1901, número 45, ano XXXV, página 01.
167 *O Pharol*, 07 de janeiro de 1902, número 160, Ano XXXVI, página 01.
168 *Jornal do Commercio*, 07 de janeiro de 1902, Ano VII, número 1657, página 02, coluna 01.

*dançante*[169], festas com músicas dançantes que duravam noite e madrugada adentro nas mais diferentes ocasiões festivas. Quando a *Fanfarra Italiana* completou um ano de existência, foi organizada uma festa para a inauguração do seu *estandarte social com as cores da Itália*.[170] A última nota que encontramos no *O Pharol* sobre a atuação da Fanfarra foi no dia vinte e um de setembro de 1904.

**Club Italiano Recreativo XX de Setembro**

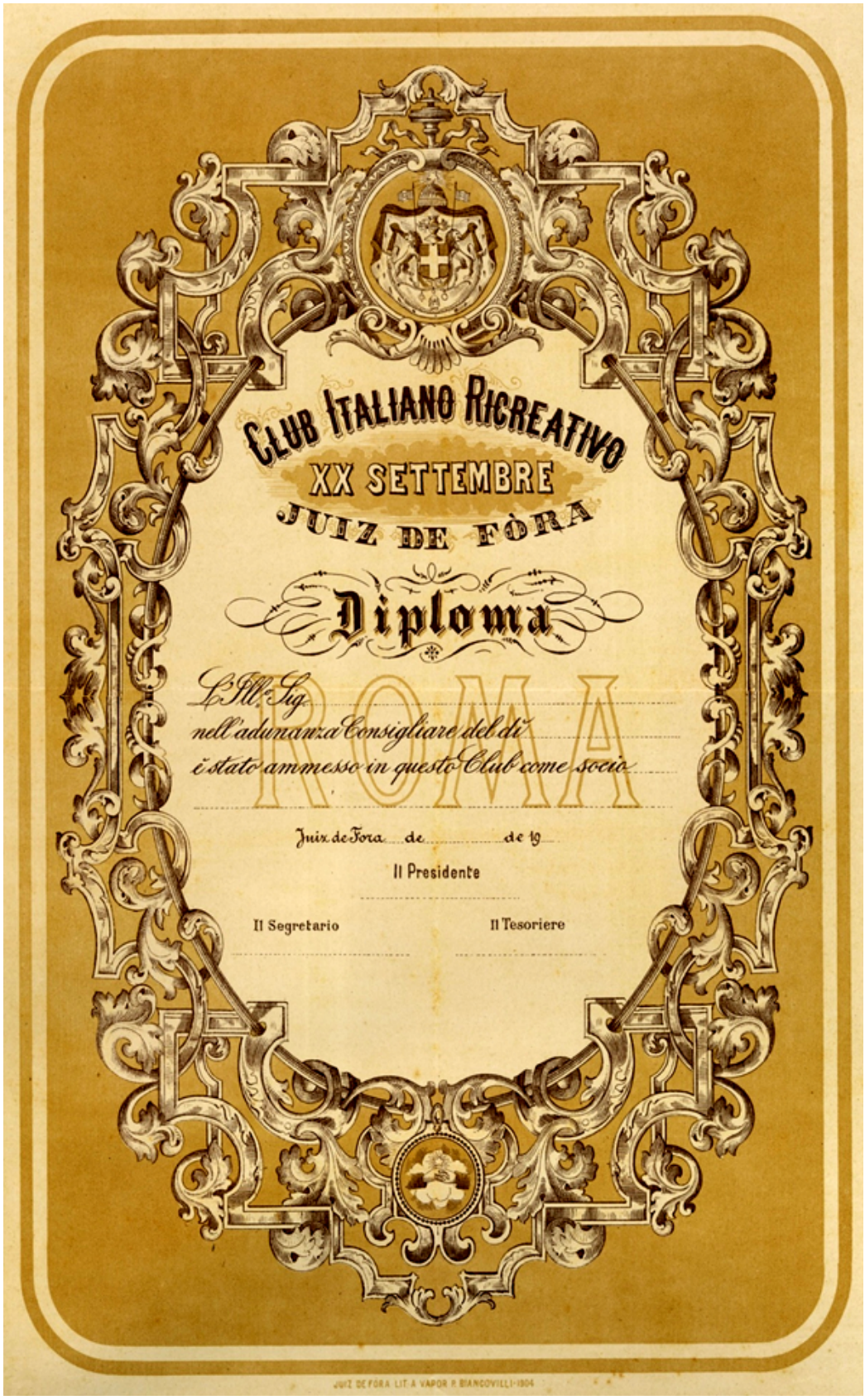
Em 1903, foi fundado o *Club Italiano Recreativo XX de Setembro*, que teve curto período de atuação junto aos italianos residentes em Juiz de Fora. A sede deste clube localizava-se na Rua São Sebastião, número 06, e o baile de sua inauguração ocorreu no dia 18 de abril de 1903[171]. Durante o período de sua existência, o Club Italiano participava das festividades dos imigrantes, tendo organizado os preparativos da festa do dia *Vinte de Setembro* de 1903 em sua sede social. Juntamente com esta festa, o clube organizou também uma tômbola[172] em benefício da Sociedade Umberto Primo[173].

Apesar de não constatarmos nenhuma rivalidade em relação à Sociedade Umberto Primo, tal como percebemos com a Sociedade Príncipe de Nápoles, a mesa diretora do *Club Italiano Recreativo XX de Setembro* não contava com nenhum italiano que tivesse feito parte da diretoria da Umberto Primo, durante o período pesquisado. Em fevereiro de 1904, o resultado de suas eleições foram os seguintes: para presidente, Giovanni Foltran; vice-presidente, Bacara Luigi; secretário, Tirapani Gaetano; conselheiros, os italianos Enrico Righetti, Giuseppe Cardi e Michele Colucci. Para 1903, seu presidente era Fernando Panain e secretário Michele Colucci[174].

Em todas essas associações a que estamos nos referindo, era muito comum que os associados tivessem um diploma de sócio que comprovasse a sua participação. Geralmente esses diplomas eram artisticamente desenhados, uma vez que poderiam ser enquadrados. De todas as sociedades italianas existentes em Juiz de Fora, a única que encontramos o diploma de sócio foi o *Club Italiano Recreativo XX de Setembro*, como pode ser visualizado na imagem a seguir.

169 *O Pharol*, 12 de maio de 1903, número 572, Ano XXXVII, página. 02.
170 *O Pharol*, 18 de março de 1902, número 216, Ano XXXVI, página 02.
171 *O Pharol*, 18 de abril de 1903, número 552, Ano XXXVII, página. 02.
172 Jogo de azar em que o ganhador precisa completar um cartão para ganhar (víspora).
173 *O Pharol*, 11 de setembro de 1903, número 676, Ano XXXVII, página 02.
174 *O Pharol*, 09 de fevereiro de 1904, número 01002, Ano XXXIX, página 02.

**Imagem 25 – Diploma de Sócio do *Club Italiano Ricreativo XX Settembre.***




Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional – (Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1335794/icon1335794.jpg - Acesso em 09/11/2015).

O diploma do Club Italiano Recreativo, ricamente ornado, traz a reprodução de três símbolos nacionais importantes para a Itália.

**Imagem 26 – Simbolos Nacionais presentes no diploma de sócio do *Club Italiano Ricreativo XX Settembre***




Da esquerda para a direita está representado, primeiramente, o brasão de armas da casa de Savóia, que na Imagem 25 encontra-se reproduzido na parte superior. A representação do brasão reforça a ideologia nacionalista italiana desse período, que se centra bastante na simbologia monárquica da casa dinástica reinante. No centro, em destaque, visualizamos o nome da capital do reino, *Roma*, cidade que, além de sua importância enquanto sede do governo, também possuía uma representação simbólica forte alusiva ao período imperial romano. A terceira imagem, que se encontra na parte de baixo da moldura, é a representação do aperto de mãos, a *fratelanza*, que simbolizava a união entre os italianos.

Além da simbologia presente no diploma dessa associação, é curioso mencionar que ele foi produzido pelo italiano Pietro Biancovilli, proprietário da primeira casa litográfica comercial do Estado de Minas Gerais, cuja sede foi fundada em Juiz de Fora em 1888[175].

[175] "Pietro Ângelo Biancovilli (1848-1921), cidadão italiano nascido em Pádua, chegou a Juiz de Fora, segundo o registro de sua entrada na Hospedaria Horta Barbosa, no dia 31 de outubro de 1888, aos 40 anos de idade. Aparentemente, sua vinda estaria ligada às oportunidades profissionais de seu ramo em uma cidade em franco desenvolvimento industrial. Biancovilli era professor de caligrafia, formado na Áustria, além de gravador e litógrafo, atividades essas desenvolvidas e praticadas no seu país de origem na oficina gráfica de seu pai. Veio para o Brasil acompanhado por sua família, formada por sua mulher Luigia e três filhas". Seu trabalho litográfico atendia muito bem as necessidades de uma cidade que se industrializava, pois seu ofício fabricava a arte de rótulos de produtos diversos, propagandas de casas comerciais, além de diplomas como o que apresentamos a seguir. No acervo de imagens da Biblioteca Nacional é possível encontrar alguns dos desenhos fabricados por ele, que chegou a prestar seus serviços para outras cidades de Minas, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Ver:

***Reduci dalle Patrie Battaglia***

Dentro de nosso recorte temporal, é possível perceber a existência de outros tipos de associações e agrupamentos italianos na cidade de Juiz de Fora que não fossem de caráter musical ou recreativo. É o caso do grupo *Reduci dalle Patrie Battaglia*. Esse grupo era formado por italianos que em algum momento lutaram nas batalhas pela Unificação da Itália e, no período da grande emigração, acabaram se mudando para o Brasil. Por mais interessante que a existência deste círculo de italianos em Juiz de Fora possa parecer, infelizmente não temos quase nenhuma informação sobre seus membros. Pelas notas da imprensa é possível perceber que eles se reuniam em datas cívicas, na casa do italiano Monferrari Giacomo, para jantares e encontros[176].

Dentre a documentação referente ao vice-consulado, foi encontrada uma pequena pasta cujo título é: *Sussidio ai Garibaldini Giuseppe Serri, Giovanni Pascienza, Giacomo Monferrari (1906 – 1909)*. Os dezoito documentos presentes nesta caixa, referem-se às tentativas de comprovação perante o governo italiano, mediado pelo vice-cônsul italiano, dos italianos Giuseppe Serri, Giovanni Pascienza e Giacomo Monferrari como tendo participado das lutas pela unificação da península itálica. Porém, em nenhuma das correspondências enviadas pelo governo da Itália consta o nome dos três imigrantes como combatentes e, portanto, tendo direito a receber o auxílio destinado aos garibaldinos. Apesar dessa possível falta de provas, durante algum tempo este grupo de ex-combatentes se reuniu na cidade de Juiz de Fora em suas próprias casas.

**Velo-Club Italo Brasileiro**

Outra forma de círculo italiano pode ser encontrada na fundação, em 1912, do Velo-Club Italo Brasileiro[177]. Inaugurado em setembro de 1912, intencionalmente próximo à comemoração do dia *Vinte de Setembro*, este clube de ciclistas, que contava com a presença de italianos e brasileiros, participava das festas italianas organizando corridas de bicicleta, premiando seus vencedores com medalhas de ouro e prata. Nenhuma outra atuação sobre este clube foi encontrada para além do ano de 1912.

---

LIMA, Edna Lucia. LACERDA, Ligia Maria Alves de. *Pietro Biancoville, o pioneiro da Litografia Comercial em Minas Gerais*. Estudos em Design - Revista (online). Rio de Janeiro: v. 21 | n. 2 [2013], p. 01 – 19.

176 *O Pharol*, 19 de setembro de 1903, número 683 (2), Ano XXXVII, página 02.

177 *Diário Mercantil*, 17 de setembro de 1912, Ano I, número 203, página 2.

### 3.1.4 – A Irmandade de *San Rocco* – uma associação italiana de caráter religioso

A devoção a San Rocco, ou São Roque, como é conhecido no Brasil, foi trazida a Juiz de Fora pelos imigrantes italianos da primeira leva que chegou à cidade, ainda na década de 1870. Considerado o santo protetor da peste, São Roque era bastante venerado pelos imigrantes, não apenas pelo fato de sua vida milagrosa ter se desenrolado durante uma peregrinação por Roma ainda no século XIV, mas também porque a peste era uma constante na vida dos imigrantes, tanto na Itália, quanto nos navios que realizaram a travessia pelo Atlântico. De acordo com Valéria Farenzine, que se dedicou ao estudo da Irmandade de São Roque em Juiz de Fora, ainda na década de 1870 os italianos residentes na cidade festejavam o dia do santo todos os dias 16 de agosto, numa antiga padaria italiana situada na então chamada Rua da Gratidão, local onde existia uma imagem do santo (FARENZINE, 2010). Esta devoção ganhou força entre os italianos, principalmente depois da chegada de mais imigrantes no final da década de 1880 e dos surtos epidêmicos que assolaram por diversas vezes a hospedaria em Juiz de Fora.

Em agosto de 1902, foi fundada a Irmandade Religiosa de São Roque. Apesar de seu caráter religioso, a irmandade foi criada sem nenhuma licença ou aprovação eclesiástica, o que acabou dando início a uma série de conflitos entre seus membros e a comunidade eclesiástica local. Segundo Farenzine, as correspondências de clérigos católicos de Juiz de Fora revelam uma profunda insatisfação com relação à existência da irmandade. Para eles, a irmandade italiana misturava em sua festa religiosa, celebrada anualmente no mês de agosto, jogos profanos, além de ser dirigida por italianos vinculados à maçonaria, o que era condenado pela Igreja.

Os estatutos da irmandade, aprovados em outubro de 1905, propunham:

> § 1º - Festejar todos os annos, condignamente, o santo seu padroeiro;
> § 2º - Soccorrer os seus irmãos quando o seu fundo social permitir, favorecendo todo o funeral;
> § 3º - Conservar e administrar a capella de S. Roque e quasquer outras bemfeitorias que venham a pertencer ao patrimônio da irmandade (*Ibidem*, p, 98).

Os italianos envolvidos na direção da Irmandade eram: para a diretoria, Eugenio Villani, Paschoale Senatore, Paschoale Lavini e Andrea Appratti, e para a comissão revisora dos estatutos, Affonso Colluci, Vicente Picorelli e Eugênio Vilani. Com exceção de Paschoale Lavini, todos os demais tiveram algum envolvimento com as outras associações italianas organizadas em Juiz de Fora no período pesquisado (*Ibidem*, p. 103). Após a

aprovação de seu estatuto, as indisposições com o clero local, principalmente os padres redentoristas, aumentaram ainda mais, uma vez que a Irmandade, embora religiosa, fora registrada em cartório, possuindo caráter civil.

Os problemas com a cúria aumentaram de vez quando a capela foi erigida em 1907, sem a autorização do clero.

**Imagem 27 - Capela dedicada a São Roque**



Fonte: (FARENZINE, 2010, p. 176).

Até 1909, a Irmandade obteve licença para a realização de celebrações no interior da capela, mas depois disso as missas deixaram de ser celebradas. Segundo as pesquisas de Farenzine, a ausência das celebrações fez com que a Irmandade publicasse na imprensa que a culpa era dos padres da Igreja de Nossa Senhora da Glória, que tinham má vontade em executar o sacramento. Os padres sentiram-se ofendidos com a nota publicada na imprensa da cidade e se recusaram a celebrar na capela, em ocasião da festa do santo em agosto de 1909 e exigiram uma retratação pública por parte da irmandade, que na ocasião não o fez.

No ano de 1911, a Irmandade contratou um padre italiano, Vitor Pellegrinetti, para a capela de São Roque, porém sem nenhuma autorização do clero diocesano. As contendas com a Igreja prosseguiram até o padre Pellegrinetti ir embora para a Itália, em 1912, depois de uma conversa com o bispo de Mariana. De acordo com Farenzine, a reação da Irmandade em relação à saída sem explicações do padre italiano foi ainda maior. Em 1915 a capela vinculou-se à Igreja Apostólica Brasileira e o padre Frederico Arditi assumiu a capela

dedicada ao santo. As imagens abaixo, referentes às comemorações do dia do santo, foram publicadas no *O Pharol*, e revelam que já em 1914 havia uma relação entre a Irmandade de São Roque e o padre Frederico Arditi. Na mesma página do jornal consta de um lado o convite para as pessoas participarem dos festejos, do outro lado, dois padres católicos pedindo para os fiéis não comparecerem, uma vez que o padre da celebração era considerado um infiel.

**Imagem 28 - Irmandade de São Roque e a vinculação à Igreja Católica Apostólica Brasileira**



**Irmandade de São Roque**

Programma dos festejos a realizarem-se nos dias 14, 15 e 16 do corrente mez

Sexta feira, 14—A's 6 horas da noite terão começo os leilões.
Sabbado, 15—A's 10 horas da manhã o bando precatorio percorrerá as principaes ruas da cidade;
A's 6 horas da tarde benção na Capella da Irmandade e em seguida continuação dos leilões;
Domingo, 16—Dia de São Roque.—A' 4 horas da madrugada alvorada;
A's 10 horas da manhã missa solemne na mesma Capella;
A's 4 horas da tarde procissão; ao recolher se da qual ha verá sermão;
De noite, após a terminação do leilão, serão queimados lindos e vistosos fogos de artificio preparados pelo habil pirotechnico sr. Vicente Minobili.
Todas as funcções religiosas serão presididas pelo exmo. d. Francisco Arditi, grande patriarcha da nova Igreja Catholica Apostolica Brazileira e a Irmandade espera e conta com a concurrencia dos fieis e do povo em geral, e com o seu valioso auxilio e donativos.
Os festejos serão todos abrilhantados pela banda de musica Carlos Gomes.

A COMMISSÃO.

N. 644 8—1

**Secção Livre**

**Festa de São Roque**

Avisamos aos fieis da cidade e do Curato da Gloria que de nenhuma forma podem tomar parte nos festejos de São Roque, que se celebram na Capella chamada de São Roque, sob a direcção dum padre apostata, que se intitula "Grande Patriarcha da Nova Egreja Catholica Apostolica Brazileira".

*Padre Leopoldo Pfad*, s. v. i. viga ...

*Padre Vicente Zy*, C SS R. cura

647 3 2

Fonte: *O Pharol*, 14 de agosto de 1914, nº 191, Anno XLIX, página 02.

A partir daí as reações do clero católico foram cada vez mais intensas com publicações na imprensa para que os fiéis católicos não participassem de nada que fosse celebrado na capela. Com o decorrer dos meses, a permanência do padre Arditti ficou abalada, uma vez que ele manifestava interesse em retornar ao catolicismo romano e também porque a situação financeira da capela era bastante delicada por causa de dívidas, comprometendo o pagamento de seus honorários. Somente no ano de 1920, a chamada "Questão São Roque" foi resolvida com a doação da capela à Mitra Arquiepiscopal de Mariana. A partir daí, as celebrações em honra do santo passaram a ser realizadas pelos próprios padres de Juiz de Fora, principalmente os redentoristas da Igreja de Nossa Senhora da Glória (*Ibidem*, p. 140).

### 3.1.5 – *Unione Italiana de Mutuo Soccorso Benso di Cavour* – uma loja maçônica

Outra associação italiana de notável importância foi a *Loja Unione Italiana di Mutuo Socorro Benso di Cavour*. Ela iniciou suas atividades no dia 16 de julho de 1902 e se encontra em funcionamento até os dias atuais. Diferente das demais, a Benso de Cavour foi fundada por um grupo de mais de vinte italianos, todos maçons. Ao que tudo indica, eles já eram membros da maçonaria na própria Itália, pois ao chegarem a Juiz de Fora, filiaram-se às lojas *Fidelidade Mineira* e *Caridade e Firmeza* (BERTANTE, 2014, p.06).[178] Porém, diante do fato de não dominarem tão bem o português, e certamente por causa da grande quantidade de italianos que residiam na cidade, os imigrantes provenientes da Itália que pertenciam a essas duas lojas resolveram fundar uma instituição própria.

Os seus fundadores foram: Giuseppe Grippi, Andrea Appratti, Caetano Chiantia, Maurizio Franchini, Adolpho Tirapani, Antônio Urso, Carlo Bertoletti, Paolo Simoni, Sebastiano Perugino, Giuseppe Persechino, Catulo Breviglieri, Luigi Perry, Carmelo Sirimarco, Tiberio Ciampi, Umberto Gaburri, Pantaleone Arcuri, Giuseppe Facio, Virgilio Germano Bissagio, Michelle Donaruma, Paschoale Senatore, Giuseppe Spinelli e Salvatore Notaroberto. Do ano de sua fundação, em 1902, até o ano de 1925, a *Loja Benso de Cavour* recebeu como irmãos associados apenas italianos e oriundis. De 1925 em diante abriu-se para os brasileiros. Neste período, a sociedade se reunia na então sede da *Loja Fidelidade Mineira* e somente anos mais tarde pode comprar sua própria sede.[179]

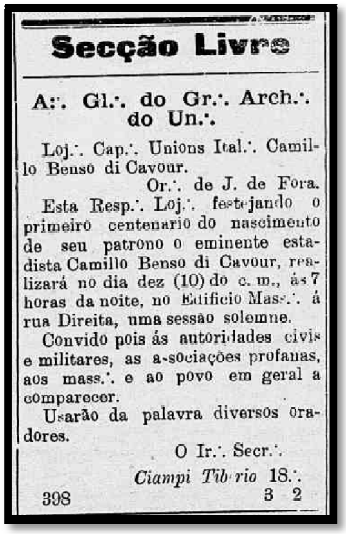
Ao cruzarmos o nome de seus fundadores com os nomes de italianos que passaram pelas sociedades acima mencionadas, constatamos que muitos atuaram em outras associações italianas, até mesmo enquanto eram membros da *Loja Benso de Cavour*, como mostra o Anexo 3.5. No quesito ocupação, todos os dados encontrados revelam que os fundadores eram pessoas ligadas ao comércio e à indústria em Juiz de Fora.

---

178 BERTANTE, Rafael de Souza. Unione Italian di Mutuo Socorro Benso di Cavour: o seu associativismo na Manchester Mineira. **Anais do XIX Encontro Regional de História**, Profissão Historiador: Formação e Mercado de Trabalho, Juiz de Fora, 28 a 31 de julho de 2014.

179 **Revista Benso di Cavour**, edição especial. Primeiro Centenário, 1902 – 2002, Juiz de Fora, 2002.

**Imagem 29 - Comemoração do Centenário de Nascimento de Camillo Benso di Cavour.**



**Secção Livre**

**A:. Gl.:. do Gr.:. Arch.:. do Un.:.**

Loj.:. Cap.:. Unions Ital.:. Camillo Benso di Cavour.
Or.:. de J. de Fora.

Esta Resp.:. Loj.:. festejando o primeiro centenario do nascimento de seu patrono o eminente estadista Camillo Benso di Cavour, realizará no dia dez (10) do c. m., ás 7 horas da noite, no Edificio Mas.:. á rua Direita, uma sessão solemne.

Convido pois ás autoridades civis e militares, as associações profanas, aos mass.:. e ao povo em geral a comparecer.

Usarão da palavra diversos oradores.

O Ir.:. Secr.:.

*Ciampi Tiberio* 18.:.

398 3 2

Fonte: *O Pharol*, 10 de agosto de 1910, nº 187, Anno XLV, p. 02.

### 3.1.6 – *Comitato Pro-Patria* e o *Comitato Femminile pro Croce Rossa*

Com o início da Primeira Guerra Mundial em 1914, no ano de 1915 duas organizações associativas foram fundadas em Juiz de Fora por italianos e atuaram durante todo o restante da guerra. Foram elas: o *Comitato Pro-Patria* e o *Comitato Femminile pro Croce Rossa*. No início do ano de 1915, Annita Garibaldi, neta de Giuseppe Garibaldi, percorreu algumas cidades de forte presença italiana no Brasil, com o intuito de despertar entre os italianos a necessidade de se organizarem para o envio de doações a todos os segmentos sociais da Itália que sofriam com a guerra[180]. A partir da visita da neta do maior heroi italiano na época, a comunidade italiana se organizou fundando o *Comitato Pro-Patria*, que teve em sua presidência Luigi Perry e o próprio vice-cônsul, Conde Belli de Sardes, e o *Comitato Femminile pro Croce Rossa*, cuja presidente era Olga Belli de Sardes, esposa do então vice-cônsul.

A reunião para organizar o comitê em prol da Cruz Vermelha italiana contou com mais de cem pessoas na sede da Sociedade Umberto Primo, em junho de 1915.[181] Daí em diante uma série de quermesses e festivais foram organizados pelas senhoras que pertenciam ao comitê, com o intuito de arrecadar recursos para serem enviados para a Cruz Vermelha Italiana. Já o *Comitato Pro-Patria* organizava as listas de subscrição e os pontos de

[180] *O Pharol*, 16 de fevereiro de 1915, número 39, Ano L, página 01. / *Diário Mercantil*, 19 de Fevereiro de 1915, Ano IV, número 939, página 1, coluna 3.

[181] *O Pharol*, 03 de junho de setembro de 1915, número 129, Ano L, página 01./ *Diário Mercantil*, 29 de Maio de 1915, 1023, Ano IV, página 2, coluna 6.

recolhimento dos recursos financeiros conseguidos para ajudar aqueles que sofriam na Itália as consequências da guerra. De acordo com as memórias de Belli de Sardes, *40,000 lire italiane* foram enviadas à Itália, angariadas pela comunidade italiana de Juiz de Fora, em prol daqueles que sofriam com envolvimento do país de origem na grande guerra (RADICATI, 2014, p. 27 e 28).

### 3.1.7 - Sobre as associações italianas de Juiz de Fora

Ao analisarmos as atividades associativas dos imigrantes italianos que residiam na cidade de Juiz de Fora, entre 1878 e 1922, é possível constatarmos uma enorme expressão organizativa, afinal, só nesse período conseguimos contabilizar mais de dez tipos de associações das mais diversas matrizes. Apesar de muitas delas terem vida efêmera, a existência de tantas possibilidades de filiação revela uma comunidade italiana altamente dinâmica e que buscava nas sociedades de caráter étnico uma forma de se adaptar à nova pátria. Revela também que a comunidade italiana residente em Juiz de Fora estava repleta de divergências internas, o que se reflete na quantidade das associações existentes. Os quinze anos que correspondem entre 1890 e 1905 são justamente aqueles de maior incidência associativa. Provavelmente, por ser o período de chegada e inserção dos imigrantes italianos na cidade, muitos deles não se viam representados nas sociedades existentes, fundando assim outras que os representassem.

No caso da *Sociedade Italiana de Beneficência Umberto Primo*, por ter sido a mais duradoura e organizada – dentro da temporalidade proposta por nós para a realização deste estudo – foi também a que deixou um maior número de resquícios no tempo. Isso possibilitou que nós, ao cruzarmos várias fontes, tivéssemos acesso a informações sobre seu funcionamento, perfil profissional de seus diretores, além de termos encontrado situações conflitivas que se refletiram na imprensa local, possibilitando-nos perceber as impressões que alguns membros da comunidade italiana tinham a seu respeito.

A Sociedade Umberto Primo foi marcada por algumas disputas internas em torno das eleições para preenchimento de seu quadro diretivo, além de ter sido acusada algumas vezes por se preocupar mais com as próprias finanças do que de fato com os princípios da fraternidade e patriotismo entre os associados e os demais italianos da cidade. Provavelmente as outras associações italianas de Juiz de Fora tiveram seus momentos de discordância e desarmonia, contudo não foi possível precisar isto nas fontes que consultamos.

Apesar das inconstâncias, disputas e momentos de relapso patriotismo demonstrados com relação a outros italianos, o que se observa no dinamismo associativo de Juiz de Fora é que ele ofereceu momentos para que a comunidade italiana local relembrasse a sua pátria de origem. Em cada reunião ou assembleia social, em cada festividade, sarau ou comemoração, em cada quermesse ou procissão, os imigrantes que participavam lembravam-se da Itália. Interessante ressaltar que nos vários espaços de socialização proporcionados por essas associações, a memória que se preservava, e em muitos casos se construía sobre a Itália, era uma memória cívica. As invocações aos símbolos nacionais italianos presentes em seus próprios nomes, como Umberto I, Benso de Cavour, Garibaldi, XX de Setembro, proporcionavam aos italianos rememorarem e – por que não? – construírem uma memória sobre a recente história de seu país.

Na segunda parte deste capítulo, que vem a seguir, mostramos a existência e a atuação de uma imprensa italiana em Juiz de Fora, que apesar sua efemeridade, foi um importante espaço de reforço da italianidade, principalmente pelo fato de divulgar a língua italiana.

## 3.2 A IMPRENSA ITALIANA EM JUIZ DE FORA

Os veículos impressos de comunicação informativa no Brasil surgiram tardiamente, apesar de remontarem ao nosso período colonial. De acordo com Maria Helena Capelato, não era favorável à Coroa de Portugal a existência de folhas impressas em suas possessões coloniais, pelo receio de que circulassem críticas quanto à dominação exercida pela Metrópole (CAPELATO, 1994). Além do mais, existiam outras dificuldades que favoreciam a baixa circulação de impressos, como o alto índice de analfabetismo, meios de transporte precários que possibilitassem uma circulação mais ampla e núcleos urbanos de pouca significação (*Ibidem*, 38). Quando a Família Real fugiu para sua colônia nas Américas, dentre as várias modificações ocorridas na época, uma delas foi a criação da Imprensa Régia, o que acabou favorecendo o surgimento de jornais não somente na cidade do Rio de Janeiro, mas também em várias províncias. Com o passar dos anos, a independência colocou em lados opostos a imprensa oficial e a imprensa opositora, cada uma adotando linguagens diferenciadas, sendo que a liberdade de imprensa não foi uma constante nesses tempos (*Ibidem*). Durante o período Regencial, os pasquins proliferaram apesar da curta durabilidade das publicações. Possuíam um formato de poucas páginas e linguagem violenta e agitadora (*Ibidem*, p. 40). Na segunda metade do século XIX a imprensa envolveu-se sobremaneira com os rumos do país, destacando-se como principais acontecimentos a Abolição da Escravidão em 1888 e a Proclamação da República em 1889.

Com a chegada de estrangeiros em massa no final desse mesmo século, a imprensa no Brasil não deixou de se influenciar pela presença dos imigrantes italianos. Na medida em que o número aumentava, mais colunas escritas em língua italiana e mais jornais voltados para esses imigrantes surgiam no país, como forma de atrair, formar e informar o público leitor peninsular. Embora o Brasil fosse o terceiro país das Américas no número de imigrantes italianos, a imprensa voltada para eles só perdia para os Estados Unidos, superando até mesmo a Argentina. Num trabalho de grande referência sobre este tema para o país, Angelo Trento contabilizou nos arquivos brasileiros a existência de cerca de 800 títulos de jornais italianos. O período de maior publicação foi entre os anos de 1900 e 1919, quando 51% dos jornais foram fundados, seguidos de 1880 a 1899, com 25%, e 1920 a 1939, com 18% (TRENTO, 2013, p. 16).

Os jornais publicados em língua italiana possuíam matrizes editoriais diversas: podiam ser religiosos, humorísticos, literários, operários de esquerda ou anarquistas e também

liberais. A maioria teve duração bastante efêmera, mas alguns conseguiram ser publicados durante várias décadas e com tiragens altas. No caso dos jornais operários, sua maior circulação se dava na cidade de São Paulo, onde o número de italianos era o mais expressivo dentre as cidades brasileiras que passavam por um intenso processo de industrialização.

> O semanal anarquista *La Battaglia*, que circulou por quase dez anos (1904 – 1913), nunca teve tiragem inferior a 3.000 exemplares, alcançando, por algum tempo, 5.000 cópias, um ótimo desempenho para o Brasil da época. A primeira gazeta socialista – *Il Mensagero* – conseguiu superar os 4.000 exemplares, mas foi o *Avanti!* a ter a primazia entre os jornais que apoiavam a luta de classes. Sua longa história e o teto de 8.000 cópias alcançado em 1914 e 1915 eram indubitavelmente, um sinal de "notável capacidade editorial, mas também da existência de uma rede organizativa" de círculos socialistas italianos no interior do Estado de São Paulo (TRENTO, 2013, p. 17).

Já as publicações consideradas por Trento como sendo *burguesas* tinham como característica a longevidade e a alta tiragem.

> *La Tribuna Italiana* e *Il Piccolo*, ambos de São Paulo; *Il Bersagliere* e *La Voce d'Italia* (já intitulado *La Voce del Popolo*), que durou mais de quarenta anos, no Rio de Janeiro; a *Stella d'Itália* e a *Stafetta Riograndense* (anteriormente intitulado *Il Colono Italiano*, que, por sua vez, havia substituído *La Libertà*, (1909 – 1941) no Rio Grande do Sul. (...) O órgão mais representativo foi, no entanto, o *Fanfulha*, que abriu as portas em 1893 em São Paulo e encerrou suas atividades em 1965, com uma interrupção entre 1942 e 1947. (...) foi o segundo maior diário de São Paulo, em qualquer idioma, entre o início do século XX e o final da década de 1930, tendo passado de 15.000 cópias de 1910 às 40.000 de 1934, muitas delas lidas também por brasileiros (TRENTO, 2013, p. 17 e 18).

Os jornais publicados em língua italiana possuíam algumas características comuns. Geralmente eles tinham, até a Primeira Guerra Mundial, um formato de quatro páginas, sendo a maioria semanal. A circulação no território estadual ou nacional era importante, pois garantia a manutenção da sua existência. *Quanto mais um periódico conseguia penetrar nos pequenos centros do Estado onde era publicado, maiores esperanças tinha de ser preferido em relação às modestas gazetas editadas nas pequenas cidades do interior* (*Ibidem*, p. 18). O tempo de duração era curto, por causa das dificuldades financeiras enfrentadas pelos leitores e a baixa profissionalização daqueles que escreviam, geralmente italianos com alguma instrução e que praticavam o jornalismo de forma amadora e visando a sobrevivência. As inserções publicitárias eram a melhor forma deles se sustentarem, com propagandas de comércios e negócios dos próprios imigrantes.

De acordo com Trento, por mais que a matriz editorial fosse diferente na imprensa periódica italiana, os jornais eram veículos importantes na manutenção da italianidade, uma

vez que as publicações eram sempre em língua italiana (*Ibidem*, p. 31). Com uma função que passava mais pela formação do que pela informação, os jornais colaboravam para o reforço da italianidade, publicando matérias sobre a Itália e sobre a comunidade italiana residente no Brasil.

A pesquisa utilizando essas fontes históricas não é fácil de ser feita, uma vez que a preservação de suas coleções e números é bastante precária, tendo se conservado poucos exemplares. A maioria se perdeu, e acredita-se que alguns sequer deixaram rastros, como os folhetos informativos ou festivos, por exemplo. Para Minas Gerais, Angelo Trento contabilizou dezenove jornais fundados entre 1892 e 1937, cujos exemplares encontram-se espalhados em arquivos pelo Brasil.

Só em Juiz de Fora, cinco jornais italianos foram fundados, sendo que dois deles não foram contabilizados por Trento em sua hercúlea catalogação. Além dos quatro jornais fundados e escritos em língua italiana, a imprensa da cidade também se encarregava de publicar matérias para a comunidade italiana, o que pode ser interpretado como uma tentativa de ter entre os assinantes os muitos imigrantes italianos que viviam na cidade.

**Quadro 5 - Jornais Italianos publicados em Minas Gerais.**

| Jornal | Proprietário/Redator | Cidade | Circulação |
|---|---|---|---|
| *L'Arando d'Italia* | Emanuele Lombardi | Juiz de Fora | Semanário / 1892 |
| *La Bandiera Italiana* | Washington Procaccini | Ouro Preto | Bissemanário / 1894 |
| *Un fiore* | Carlo Mascate | - | Semanário / 1900 |
| *Il Martello* | - | Belo Horizonte | - / 1902 |
| *La voce del cuore* | - | Belo Horizonte | Quinzenário / 1902 |
| *Fieramosca* | Sabino Brescia | Juiz de Fora | Semanário / 1904 |
| *La Patria Italiana* | Giuseppe Breviglieri | Juiz de Fora | Semanário / 1904 |
| *L' Eco del popolo* | Giuseppe Scurati | Belo Horizonte | Semanário / 1905 |
| *Roma* | Alfonso Salimei | Belo Horizonte | Semanário / 1910 |
| *Il Pensiero Italiano* | Società Dante Alighieri | Ouro Fino | - / 1910 |
| *Vita* | - | Belo Horizonte | Quinzenário / 1914 |
| *A voz do trabalhador* | Liga Operária Internacional de Poços de Caldas | Poços de Caldas | - / 1916 |
| *Fieramosca* | M. Di Giacomo | Belo Horizonte | Bissemanário / 1916 |
| *Araldo Italiano* | Tolentino Miraglia | Belo Horizonte | Quinzenário / 1923 |
| *Il Dovere* | Ugo Scalabrino | Poços de Caldas | - / 1925 |
| *La Squilla* | Giulio Boncompagni | Belo Horizonte | 1926 |
| *La Voce Latina* | - | Belo Horizonte | Semanário / 1926 |
| *Italia Nuova* | Giulio Boncompagni | Belo Horizonte | - / 1928 |
| *Italia* | Mario Alessandrini | Belo Horizonte | Mensário / 1936 |
| *L' Arrotino Coloniale* | G. Ammassapane | Belo Horizonte | - / 1937 |

**Fonte:** TRENTO, Angelo. *Imprensa Italiana no Brasil*, século XIX e XX. São Carlos: Edufscar, 2013, p. 223 – 22.

**Quadro 6 – Jornais italianos publicados em Juiz de Fora**

| **Nome do jornal:** | L'Araldo d"Italia – Giornale indipendente, sociale, econômico, finanziario – settimanale. | A Voz da Itália | *Fieramosca*: Giornale del popolo. | *La Patria Italiana* | *L'Eco d'Italia* |
|---|---|---|---|---|---|
| **Periodicidade:** | Semanal | N.C. | Semanal | Semanal | |
| **Fundação:** | 1892 | N.C. | 1904 | 1904 | Junho de 1912 |
| **Circulação:** | 1892 - ? | 1898 - ? | 1904 - 1905 | 1904 - ? | 1912 - ? |
| **Proprietário:** | Emanuele Lombardi | N.C. | Sabino Brescia | G. Breviglieri | Leonardo Garella |
| **Redator:** | Emanuele Lombardi | N.C. | Prof. Attilio B. | G. Breviglieri | Leonardo Garella |
| **Diretor:** | Emanuele Lombardi | N.C. | Cap. G. Vegni Neri | G. Breviglieri | Leonardo Garella[182] |
| **Quantidade de páginas:** | Quatro páginas, três colunas cada. | N.C. | Seis páginas, quatro colunas cada página. | N.C. | N.C. |

**Fonte:** Biblioteca Nacional, Processos Criminais de Juiz de Fora, Correspondências dos vice-cônsules.

Durante nossa pesquisa, encontramos apenas cinco edições dos jornais italianos fundados em Juiz de Fora. Mesmo do *Fieramosca*, que circulou por mais de um ano na cidade, encontramos apenas três exemplares. No caso do *L'Eco d'Itália*, sabemos de sua fundação pela nota publicada na imprensa brasileira, mas não foi encontrado nenhum número para consultarmos.

O jornal *L'Araldo d'Italia*[183] foi fundado em 1892 por Emanuele Lombardi. Ao contrário dos demais proprietários de jornais italianos, nós não encontramos nenhuma informação sobre a atuação de Lombardi junto da comunidade italiana de Juiz de Fora, nem mesmo se ele possuía outra profissão. Pelos registros[184] da *Hospedaria Horta Barbosa*, ele deu entrada sozinho em Minas Gerais, no ano de 1891, fundando o jornal seis meses depois de sua chegada, o que pode ser um indicativo de que ele já desempenhasse essa atividade na Itália.

Um único exemplar do jornal foi encontrado e nele é possível termos uma ideia do teor das publicações. O *L'Araldo d'Italia* possuía quatro páginas, sendo que as duas primeiras possuíam três colunas de matéria cada, e no restante constavam propagandas.

182 *Jornal do Commercio*, 27 de junho de 1912, Ano XVII, número 4973, página 02, coluna 01.
183 *O Pharol*, 18 de maio de 1892, Ano XXVI, Número 76, p. 02.
184 Arquivo Público Mineiro, Sessão sobre Imigrantes. (Acesso em 14/12/2015) http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/imigrantes/brtacervo.php?cid=5983

**Imagem 30 – Jornal *L'Araldo d'Italia* - 1892**



1 ANNO — Juiz de Fora, 12 Maggio 1892 — NUMERO 9

L'ARALDO D'ITALIA

Giornale indipendente, sociale, economico, finanziario - settimanale

Gutta cavat lapidem.

Direttore-proprietario . . . dr. Emanuele Lombardi

**Fonte**: *L'Araldo d'Italia*, Juiz de Fora, 12 maggio 1892, Nº 09, Anno I.

O teor das matérias era obviamente destinado aos leitores italianos, contendo artigos com os seguintes títulos: *Emigrare*; *Vini italiani*; *Benefichiamo* – um pedido de ajuda a uma senhora italiana muito pobre que residia em Juiz de Fora; além de uma matéria, *Le società Italiane*, mencionada no capítulo anterior, em que o autor faz uma crítica à atuação das sociedades italianas existentes na cidade. Observamos também duas colunas sobre notícias da Itália e uma nota sobre o movimento de imigrantes no porto do Rio de Janeiro. Sobre a parte publicitária, todos os anúncios eram referentes a negócios comerciais cujos proprietários eram imigrantes italianos.

Já os jornais *Fieramosca* e *La Pátria Italiana* foram fundados no mesmo ano, sendo o primeiro fundado por Sabino Brescia e o segundo, por Giuseppe Breviglieri, ambos muito conhecidos entre a comunidade italiana residente em Juiz de Fora, por causa da atuação reincidente nas associações e festividades.

**Imagem 31 – Jornal *Fieramosca* - 1904**



Anno I — Juiz de Fora, Domenica 19 Giugno 1904 — Numero 20

ABBONAMENTI
Anno 3$000
Semestre 2$000
pagamento anticipato
Numero separato 100 rs.

FIERAMOSCA

DIRETTORE:
Capt. G. VEGNI-Neri

Redattore:
Prof. Attilio B.

GIORNALE DEL POPOLO
Periodico Settimanale indipendente

manoscritti anche non pubblicati non si restituiscono
Per gli annunzi prezzi da convenirsi

Proprietario
SABINO BRESCIA

Redazione, amministrazione e officina tipografica
Rua Halfeld, 92 — Juiz de Fóra

**Fonte:** *Fieramosca*, Juiz de Fora, 19 guigno 1904, Nº 20, Anno I.

O *Fieramosca* intitulava-se um jornal do povo e circulou por mais de um ano na cidade. Possuía como proprietário Sabino Brescia, como redator o professor Attilio B. e como diretor Guglielmo Vegni Neri, todos três italianos. O jornal impresso possuía seis páginas,

contendo as quatro primeiras páginas, três colunas cada. As duas últimas páginas eram destinadas à publicidade. As matérias trazidas no jornal versavam sobre três assuntos principais: notícias da Itália, notícias da comunidade italiana no Brasil e notícias sobre os italianos residentes em Juiz de Fora, dando muito enfoque para as intrigas entre a comunidade. Os anúncios publicitários eram variados e extensos, propagandeando tanto os negócios comerciais de italianos, quanto os de brasileiros. No caso desses anúncios, a língua variava entre o português e o italiano.

Quanto ao periódico *La Patria Italiana*, encontramos apenas um único número, pela metade, anexado a um processo criminal. Sabemos que o mesmo era de propriedade de Giuseppe Breviglieri e era publicado semanalmente. As poucas matérias encontradas nesse número versavam sobre notícias dos italianos que residiam no exterior, uma exposição realizada em Juiz de Fora, além de uma coluna sobre os jornais italianos que faziam aniversário naquela data. Isto nos leva a acreditar que outros jornais italianos publicados no Brasil circulavam entre a comunidade italiana de Juiz de Fora e que os proprietários desses jornais possuíam algum tipo de contato.

**Imagem 32 – Jornal *La Patria Italiana* – 1904.**


ANNO I — JUIZ DE FORA, (STATO DI MINAS) 12 GIUGNO 1904. — NUM. 18

LA PATRIA ITALIANA

GIORNALE SETTIMANALE

Direttore – proprietario G. BREVIGLIERI

PREZZI D'ABBONAMENTO:
CITTÁ — anno..... 10$000
» — semestre.... 6$000
UFFICI:
Rua S. Antonio N. 45

PREZZI D'ABBONAMENTO:
STATI — anno..... 12$000
» — semestre.... 7$000
UFFICI:
Rua S. Antonio N. 45

**Fonte:** *La Patria Italiana*, Juiz de Fora, 12 giugno 1904, Nº 18, Anno I.

O motivo pelo qual encontramos este exemplar anexado a um processo criminal é explicado pelas injúrias trocadas entre seu proprietário, Giuseppe Breviglieri, e o proprietário do *Fieramosca*, Sabino Brescia. A queixa de ofensas caluniosas foi feita à delegacia de justiça pelos dois proprietários, cada um abrindo, portanto, um processo em que acusavam o jornal concorrente de ter publicado matérias que difamavam o fundador adversário. Sabino Brescia acusava Breviglieri de ser assassino durante o período em que ele viveu em Campinas e não economizou na baixeza dos adjetivos para referir-se ao suposto colega de profissão denominando-o de *repellente*, *nauseabundo*, *pútrido* e *torpe*.[185] Em contrapartida, Breviglieri,

185 *Fieramosca*, Juiz de Fora, 19 guigno 1904, Nº 20, Anno I.

por meio do *La Patria Italiana*, denominava o jornal de Brescia como sendo um *papelucho*, e atribuía-lhe as alcunhas de *desfaçado* e *malcriado*. Esses dois autos encontrados em meio aos processos criminais de Juiz de Fora pararam na queixa e não consta nenhum depoimento ou testemunho.

O comportamento de rivalidade desses dois jornais italianos não destoa de outras regiões do Brasil. De acordo com Trento, era comum que os jornais contemporâneos a uma determinada época rivalizassem uns com os outros, prática percebida por ele para a cidade de São Paulo (*Ibidem*, p. 26). Outro aspecto que merece ser destacado é a dificuldade de muitos desses jornais manterem-se em circulação. O pouco tempo que circulavam entre a comunidade italiana de Juiz de Fora dependia estritamente do comprometimento e da boa vontade de seus fundadores e redatores. O jornal *Fieramosca*, a certa altura das respostas dadas às calúnias sofridas da parte de Breviglieri, escreveu o seguinte: *E sabei ainda, ó asno, que o jornal não me dá lucro, mas prejuízo e perda de tempo*[186]. Ou seja, seu próprio diretor confessava as dificuldades em manter o periódico.

Quanto aos periódicos *A Voz da Itália*, que circulou em 1898 e *L'Eco d'Italia*, fundado em 1912 por Leonardo Garella, não foram encontrados um único exemplar. Num dos processos criminais citados no último capítulo, a motivação de um crime cometido entre dois italianos foi uma matéria publicada no *A Voz da Itália*,sendo esse, portanto, o único indício de sua existência e circulação em Juiz de Fora. O periódico *L'Eco d'Italia* também foi citado apenas pela imprensa brasileira local, não sendo possível encontrar, até o momento, nenhum exemplar de suas tiragens. O proprietário desse útlimo jornal, o italiano Leonardo Garella, era uma figura bastante conhecida pela comunidade italiana de Juiz de Fora e também pela imprensa juiz-forana, uma vez que ele mantinha duas colunas em italiano nos dois maiores jornais que circulavam na cidade, *O Pharol* e o *Jornal do Commercio*.

### 3.2.1 *Chichiere Italiane* e *Divagazioni Italiane*

Apesar da existência desses cinco jornais italianos em Juiz de Fora e da circulação de jornais italianos produzidos em outras localidades do país entre a comunidade italiana residente na cidade, percebemos que a imprensa brasileira local sempre deu espaço para que os imigrantes italianos se manifestassem. Todos os três jornais diários por nós pesquisados, *O Pharol*, o *Jornal do Commercio* e o *Diário Mercantil*, contavam com colunas ou anúncios nos

186 *Fieramosca*, Juiz de Fora, 19 Guigno 1904, Nº 20, Anno I.

quais noticiavam as reuniões das associações italianas, bem como algumas notas relevantes para os imigrantes. Extensas matérias eram publicadas cobrindo as festividades cívicas e religiosas, além da publicação de muitos conteúdos sobre a Itália. A leitura desses três periódicos revela que a comunidade italiana era representada na imprensa da cidade, principalmente no *O Pharol*, que circulou em todo o período por nós delimitado, e no *Diário Mercantil*, que começou a circular em 1912. No ano de 1910, o *Jornal do Commercio*[187] e *O Pharol* contaram com uma coluna escrita em italiano. Eram respectivamente as *Chiachiere Italiane* e *Divagazioni Italiane.*

A coluna *Chiachiere Italiane*, ou *Mexericos Italianos* – na tradução para o português – começou a ser publicada em maio de 1910. No início era uma publicação semanal, mas depois passou a ser publicada duas vezes por semana até o mês de dezembro daquele ano. As colunas eram extensas para os padrões de matérias e notas do *Jornal do Commercio*, podendo chegar a mais de duas colunas. A maioria delas era assinada pelo pseudônimo de *Dream*, mas tudo leva a crer que eram redigidas por Leonardo Garella, uma vez que o estilo de escrita parecia muito com as matérias publicadas por esse italiano e também porque ele assinou com seu próprio nome algumas colunas.

Os assuntos abordados na *Chichiere Italiane* eram variados e raras vezes dedicavam-se aos acontecimentos da comunidade italiana residente em Juiz de Fora. O caráter era informativo e o teor das matérias versava sobre a política e economia italiana, brasileira, mineira e juizforana. Em determinadas circunstâncias dedicava-se a informar sobre os avanços tecnológicos da época, dando grande destaque aos feitos da aviação. No quesito literatura, algumas edições da *Chiachiere* publicaram resumos e dicas de livros escritos na Itália, ou mesmo reflexões de cunho literário sobre temas variados. A coluna foi publicada até o mês de dezembro de 1910 e em 1911, retornou ao *Jornal do Commercio*, porém sob o título *Da Itália*. Leonardo Garella trazia a cobertura em loco da *Exposição de Turim* realizada naquele ano e publicou durante mais alguns meses assuntos diversos sobre a Itália, porém sem regularidade.

Quanto à coluna *Divagazione Italiane*, ou *Divagações Italianas*, ela começou a ser publicada no jornal *O Pharol* em janeiro de 1910 e estendeu-se até o ano de 1915, com alguns períodos de interrupção. No início era publicada duas vezes por semana, mas depois de março de 1911 passou a ser disponibilizada com espaços maiores de intervalo existindo,

187 O *Jornal do Commercio* também anunciou a publicação de outra coluna em italiano, anos antes de 1910, que foi a *Sezione Italiana.* Porém, essa coluna contou com poucos números, não sendo, portanto, abordada neste trabalho.

portanto, até maio de 1915. As matérias ocupavam em média uma extensa coluna da segunda página do *O Pharol* e eram escritas por Leonardo Garella e assinadas pelo pseudônimo de *Asrael*.

Na primeira matéria, publicada em seis de janeiro de 1910, Garella informa aos leitores sua inserção como escritor do jornal e os posiciona quanto à linha editorial de seus escritos. O próprio italiano pediu ao diretor do jornal se ele poderia escrever uma coluna direcionada aos imigrantes italianos residentes na cidade, uma vez que, segundo ele, muitos dos imigrantes assinavam ou liam o periódico em questão. Sobre o teor e finalidade das matérias escritas, Garella defendia a intervenção *em questões de índole coletiva, tanto as urbanas quanto aquelas sobre* o *sentimento de italianidade*. Afirmava também que *além de algumas peças de literatura e de novelas, (seja histórico, como contemporâneo),* a coluna tinha *o propósito de manter vivo o sentimento pátrio* dos italianos, *como elevação do espírito*[188].

No ano de 1911, o escritor Leonardo Garella viajou para a Itália a fim de fazer a cobertura da *Exposição Universal de Turim*, inaugurada em abril daquele ano. Antes de viajar para Turim e fazer a cobertura do pavilhão brasileiro na exposição internacional, Garella passou por Roma e de lá escreveu alguns números para a coluna.

Tal como na coluna *Chichieri Italiane*, do *Jornal do Commercio*, a *Divagazioni Italiane* contemplava assuntos variados: literatura, teatro, filmes, política internacional, notícias sobre a comunidade italiana no Brasil e no mundo, bem como muitas informações sobre a Itália. No que diz respeito à política internacional, as pautas eram facilmente alimentadas pelas tentativas de expansão imperialista da Itália e pelos desdobramentos políticos na Europa que levaram à Primeira Guerra Mundial. Neste aspecto, o discurso estava sempre condizente com os ideais nacionalistas, defendendo toda e qualquer política expansionista italiana, bem como a italianidade. De fato, todas as colunas *Divagazioni Italiane* publicadas ao longo dos cinco anos de sua existência buscavam unificar a comunidade italiana de Juiz de Fora, sem focar quaisquer tensões ou conflitos nela existentes. Quando a comunidade italiana residente em Juiz de Fora deixava de comparecer a algum espetáculo no teatro ou festa cívica italiana, tinha suas práticas condenadas pela coluna, acusando-os de terem *peccato d'antitalianità*[189].

Não há como questionar que a imprensa italiana em Juiz de Fora, bem como o espaço encontrado na própria imprensa brasileira local para representar a comunidade por

188 Ver anexo 4.1.

189 *O Pharol*, 16 de outubro de 1913, número244, Ano XLVIII, página 02.

meio de colunas a ela direcionada, foi importante no sentido de tentar conferir coesão aos italianos que viviam na cidade. Segundo Trento, mesmo os jornais italianos publicados no Brasil, que compartilhavam as mais diversas matrizes editoriais, como os anarquistas e os socialistas, por exemplo, ao seu modo contribuíram para o fortalecimento da italianidade (*Ibidem*, p. 31). Há que se considerar que, apesar de defenderem bandeiras diferentes, ambos faziam uso da língua italiana, contribuindo assim para o fortalecimento de um idioma tão recentemente oficializado na Itália.

Ao contrário dos jornais italianos, que muitas vezes poderiam se prender às desavenças e contradições presentes na comunidade italiana, as colunas do Leonardo Garella publicadas no *O Pharol* e no *Jornal do Commercio* possuíam uma linguagem uníssona no sentido de defender o nacionalismo italiano. Em nenhum momento Garella valorizou qualquer acontecimento ou característica da comunidade italiana residente em Juiz de Fora que evidenciasse suas contradições. As colunas *Chiacchiere Italiane* e a *Divagazioni Italiane* buscavam enaltecer os sentimentos pátrios e valorizar o povo italiano sempre que houvesse uma oportunidade. É digno de nota que não encontramos nenhum indício de que Leonardo Garella tivesse qualquer vinculação com o MAE. Ele era apenas um intelectual local que utilizava a imprensa e as sociedades étnicas como meios para repercutir entre a comunidade italiana de Juiz de Fora um discurso de italianidade que, a título de curiosidade, era fortemente influenciado pelo nacionalismo italiano.

No próximo capítulo analisamos as mais variadas manifestações da italianidade em Juiz de Fora. Essas manifestações, longe de serem uníssonas, foram percebidas em festividades cívicas, cerimônias fúnebres, espetáculos apresentandos por companhias italianas e filmes exibidos nos cinematógrafos locais.

# CAPÍTULO 4

## FESTAS, CERIMÔNIAS E ESPETÁCULOS COMO MANIFESTAÇÕES DA ITALIANIDADE

Ao se estabelecerem em um novo país, os imigrantes necessitavam recriar os laços sociais, o ambiente de trabalho e também os momentos e situações que promoviam uma maior socialização entre eles, facilitando assim a adaptação na nova terra. As cerimônias, fossem elas festivas ou não, bem como os espetáculos de teatro ou de música, tornaram-se fundamentais para a adaptação no novo país, pois recriavam e/ou reavivavam os laços sociais e os vínculos com o país de origem. Entre os imigrantes italianos que passaram a residir no Brasil, muitas foram as manifestações que proporcionavam momentos de recreação e sociabilidade. Podemos destacar as festividades religiosas que comemoravam São Roque, Nossa Senhora de Achiropita e Santo Antonio de Padova, dentre outros santos; as celebrações cívicas que festejavam o dia Vinte de Setembro, as comemorações em torno do Estatuto Italiano e dos heróis pátrios; as cerimônias fúnebres que lembravam o falecimento de membros da monarquia italiana; os espetáculos de teatro e dança com atores italianos; e os filós, reuniões que juntavam as famílias das colônias italianas ao cair da noite no Sul do país. Esses imigrantes adaptaram nas várias regiões que os receberam, espaços e situações que promoviam a interação entre eles e o restante da sociedade. Dessa maneira, a diversidade regional e profissional que marcou a proveniência de muitos italianos, somada à diversidade regional existente no Brasil, coadunou num leque de manifestações que poderiam ou não fortalecer a italianidade.

Neste ponto da tese oferecemos uma análise sobre como os vínculos com a Itália eram construídos e/ou fortalecidos nas festividades cívicas, nas cerimônias em que os imigrantes lembravam o nascimento ou a morte de algum membro da monarquia italiana ou de algum heroi pátrio. Dedicamo-nos também a analisar a iconografia e alguns símbolos cívicos presentes nas várias manifestações comemorativas dessa comunidade e como eles eram representados pelos imigrantes. Igualmente, debruçamo-nos sobre a passagem em Juiz de Fora de companhias de teatro e música formadas por italianos, bem como a popularização do cinematógrafo com a reprodução de vários filmes provenientes da Itália. Por último, analisamos os impactos da Primeira Guerra Mundial entre os italianos e como alguns reagiram à entrada da Itália na grande guerra.

## 4.1 FESTAS CÍVICAS ITALIANAS

### 4.1.1 Primeiro Domingo de Junho – festa do Estatuto Italiano

Após a unificação política de toda a península, a Itália precisava legitimar formas simbólicas e rituais para que o culto à pátria fosse difundido. Num país marcado pelo catolicismo romano, repleto de feriados religiosos, cultivar feriados cívicos e cultos pátrios no imaginário coletivo não era uma tarefa tão simples, como nos mostra Maurizio Ridolfi (RIDOLFI, 2003). O governo italiano precisou lançar mão de um calendário festivo civil, como forma de substituir o calendário religioso, certamente mais popular. Apesar de algumas dessas datas já serem comemoradas anteriormente, somente em agosto de 1913 é que o governo italiano, por meio de um decreto de lei, cancelou algumas festas religiosas e formalizou aquelas que seriam consideradas as datas mais importantes para a pátria. No quadro a seguir é possível visualizar quais eram essas datas cívicas e o destaque dado aos aniversários de natureza dinástica.

**Quadro 7 - Calendário Festivo Italiano (1913).**

| **Dias festivos** | |
|---|---|
| 1º Domingo de Junho | Festa Nacional do Estatuto e da Unidade da Itália |
| 20 de Setembro | Festa Civil |
| **Rituais Dinásticos – dias semifestivos** | |
| 08 de Janeiro | Aniversário da Rainha Elena |
| 14 de Março | Aniversário dos Reis Vittorio Emanuele II e Umberto I |
| 20 Julho | Dia da Rainha mãe |
| 18 de Agosto | Dia da Rainha Elena |
| 15 de Outubro | Aniversário do príncipe hereditário Umberto |
| 11 de Novembro | Aniversário do Rei Vittorio Emanuele |
| 20 de Novembro | Aniversário da Rainha mãe Margherita |
| **Solenidades Civis** | |
| 21 de Abril | Natal de Roma |
| 02 de Outubro | Plebiscito de Roma |

Fonte: RIDOLFI, Maurizio. *Le feste nazionali*: Le date della religioni civile. Il Mulino, Bologna: 2003, p. 24.

Nos vários países que receberam imigrantes essas datas cívicas italianas foram lembradas em maior ou menor grau. Como era função dos agentes diplomáticos italianos prezar pelo fortalecimento da italianidade, obviamente muitos deles exigiam a comemoração de algumas dessas datas junto às comunidades por eles tuteladas. Em Juiz de Fora, a presença

do vice-consulado da Itália na cidade facilitava a execução dos festejos de cunho nacionalista, uma vez que os vice-cônsules cobravam da comunidade italiana algumas comemorações.

Na Itália, a Festa do Estatuto coincidia com o calendário religioso de comemoração do *Corpus Domini*. De acordo com Maurizio Ridolfi, em diversas regiões italianas a comemoração da data soava estranho às pessoas, principalmente às mais religiosas. A data não passava de um vazio retórico por parte da classe dirigente que, a todo custo, buscava legitimar uma política que adotava o princípio da representação excessiva de sua simbologia nacional (RIDOLFI, 2003, p. 34). Segundo o autor, as cerimônias existentes em torno desse dia eram reduzidas a dois momentos: o primeiro, quando os militares davam revista nas guarnições militares e o segundo, quando os civis premiavam cidadãos e estudantes de destaque (*Ibidem*, p. 36).

Na década de 1880, a Festa do Estatuto foi dividida com o aniversário de morte de Giuseppe Garibaldi, que faleceu em dois de junho de 1882. Provavelmente essa era uma estratégia da elite política italiana a fim de dar mais significado à data, uma vez que Garibaldi era uma figura emblemática em toda a Itália. Já na década de 1890 a festa religiosa de *Corpus Domini* voltou a ganhar força, o que minou ainda mais a vontade da elite política de que a *Festa do Estatuto* ganhasse um eco popular. Não obstante, o retorno das comemorações em honra ao *Corpo de Deus*, pelos fiéis católicos, não mobilizou conflitos entre Estado e Igreja. De acordo com Ridolfi, ao reivindicarem um espaço público para as próprias manifestações junto às autoridades locais, os membros da Igreja enviavam às instituições uma mensagem tranquilizadora acerca do equilíbrio social e político (*Ibidem*, p. 38).

Em Juiz de Fora, a festividade que comemorava a Constituição Italiana, ou o Estatuto, como era conhecida, foi lembrada anualmente pelas associações italianas existentes na cidade e obviamente pelo vice-consulado. Comemorada no primeiro domingo do mês de junho, a data nem de longe se comparava às celebrações realizadas em torno da festividade do dia Vinte de Setembro, como veremos adiante. Mas também não era esquecida e durante alguns anos chegou a ser rememorada com bailes, banquetes e bandas de música, como ocorreu no ano de 1911, por exemplo.[190] Em quase todos os anos entre 1888 e 1922, o ritual praticado neste dia era basicamente uma visita à sede do vice-consulado para cumprimentar a pessoa do vice-cônsul em exercício. Somado a isso, a imprensa juizforana publicava uma nota referente à data, geralmente acompanhada de algum texto que refrescasse na memória dos italianos residentes na cidade a sua importância para a recente história da Itália unificada. Não

190 *O Pharol*, 02 de Junho de 1911, número 129, Ano XLVI, página 01.

obstante, tal como parece ter acontecido na própria Itália, a Festa do Estatuto não caiu nas graças da comunidade italiana de Juiz de Fora - apesar de ser lembrada anualmente – o que economizava recursos e esforços por parte sociedades étnicas para recordar com suntuosidade o dia Vinte de Setembro.

### 4.1.2 O Vinte de Setembro – festa da anexação de Roma à Itália

A festa do dia Vinte de Setembro foi a maior data comemorada pelos italianos em Juiz de Fora, sendo festejada anualmente entre 1890 e 1921, variando apenas a proporção dos festejos ao longo dos anos. A data era bastante emblemática para a história recente da Itália, afinal, referia-se à anexação de Roma ao restante do país, anexação que ocorreu no ano de 1870, dez anos depois de a Itália ser reconhecida como país independente pela comunidade internacional. Naquela ocasião, as tropas reais invadiram a cidade, colocaram fim aos Estados Pontifícios, acirrando ainda mais a contrariedade da Igreja Católica com relação à unificação política da península.

Esta comemoração cívica adquiriu muita importância para o Estado recentemente unificado dada a importância da cidade de Roma para a península italiana. Além do fato de Roma ser considerada a *cidade eterna*, por ter sido a sede de um dos mais importantes impérios do mundo, a anexação dessa cidade era um marco para o país, pois significava o fim do poder político papal sob os chamados Estados Papais, que a partir daí ficaram sob jugo político da monarquia de Savóia.

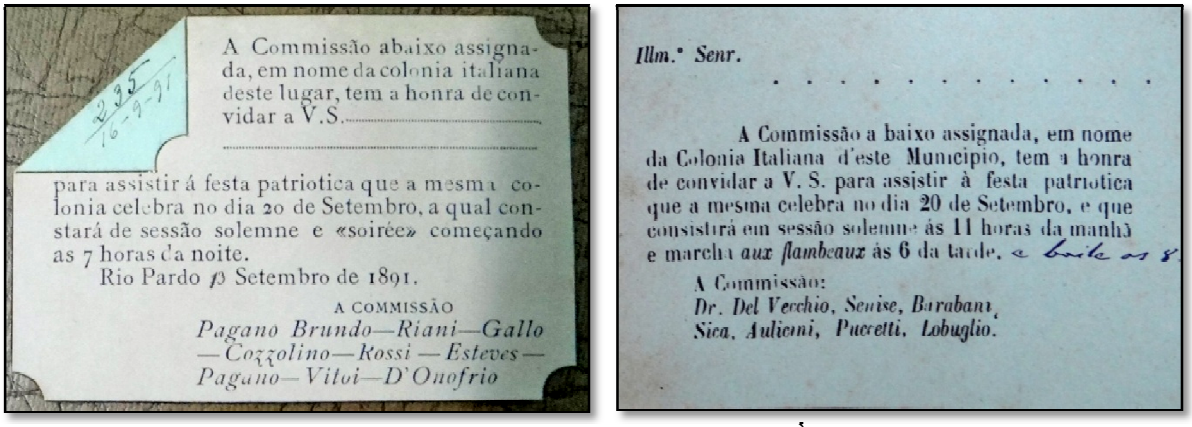
Em Juiz de Fora, toda a organização e a execução dos festejos recebiam a cobertura da imprensa, que não economizava nas matérias publicadas, adotando um tom bastante ufanista, exaltando a Itália e a comunidade italiana que residia na cidade. Os membros da imprensa local eram convidados a participar dos vários momentos dos festejos, incluindo os bailes e jantares oferecidos aos membros mais notáveis da comunidade italiana.

A publicação de matérias sobre a festa era um ponto que muito agradava aos vice-cônsules italianos que passaram por Juiz de Fora, haja vista que eles se utilizavam dessa cobertura para anexá-la aos relatórios enviados ao *Ministero Degli Affari Esteri*. Dessa maneira eles comprovavam ao governo italiano como a italianidade era vivenciada nas comunidades que estavam sob sua tutela diplomática.

Alguns dias antes do dia vinte de setembro, o vice-cônsul italiano em exercício enviava aos correspondentes consulares, que representavam os italianos residentes nas cidades

vizinhas a Juiz de Fora, uma circular lembrando-os da data a ser comemorada junto de cada comunidade italiana. Dias depois, o vice-cônsul cobrava uma correspondência que detalhasse como ocorreram as comemorações, para então enviar um relatório ao *MAE*. Muitas vezes, os correspondentes consulares enviavam convites para o vice-cônsul participar dos festejos, mas esse sempre passava a festa junto dos italianos que viviam em Juiz de Fora.

**Imagem 33 - Convites enviados ao vice-cônsul para participação na festa do dia Vinte de Setembro.**



A Commissão abaixo assignada, em nome da colonia italiana deste lugar, tem a honra de convidar a V.S.

para assistir á festa patriotica que a mesma colonia celebra no dia 20 de Setembro, a qual constará de sessão solemne e «soirée» começando as 7 horas da noite.

Rio Pardo 19 Setembro de 1891.

A COMMISSÃO

*Pagano Brundo—Riani—Gallo —Cozzolino—Rossi—Esteves— Pagano—Vitoi—D'Onofrio*

*Illm.° Senr.*

. . . . . .

A Commissão a baixo assignada, em nome da Colonia Italiana d'este Municipio, tem a honra de convidar a V. S. para assistir à festa patriotica que a mesma celebra no dia 20 de Setembro, e que consistirá em sessão solemne às 11 horas da manhã e marcha *aux flambeaux* às 6 da tarde. e bate as 8

A Commissão:

*Dr. Del Vecchio, Senise, Barabani, Sica, Aulicini, Puccetti, Lobuglio.*

**Fonte:** A direita, convite enviado pela comunidade italiana de Rio Pardo. Å esquerda, o convite enviado não consta o local de sua procedência. Arquivo Histórico da Casa de Itália, Pasta *Commemorazione del XX setembre 1890 – 1900*, setembro de 1891.

A comemoração da data dependia do empenho dos correspondentes consulares e também da boa vontade dos italianos das várias localidades que estavam sob a tutela do vice-consulado de Juiz de Fora. Algumas vezes, o empenho do correspondente consular ficava aquém do esperado, como ocorreu com aquele que representava a colônia italiana da cidade de São João del-Rei, Giuseppe d'Angelo, em 1891. Ao contrário do que se esperava, D'Angelo não propôs nenhuma comemoração do dia Vinte para a colônia italiana da cidade para aquele ano. Segundo correspondência entre ele e o vice-cônsul, os italianos residentes em São João não festejaram a data, pois tinham que tratar de seus próprios afazeres. Os poucos que foram à sua casa recordaram com ele a *gloriosa dinastia, a bandeira, acompanhando a festa com uma bandeira à família real italiana.*[191]

Fato parecido aconteceu com o italiano Nicola, correspondente consular em Ouro Preto. Em setembro de 1891, Nicola respondeu ao vice-cônsul que os cerca de 250 italianos residentes na cidade não festejariam o dia Vinte, pois *a colônia de Ouro Preto é na maior parte composta de camponeses, aqueles poucos que estão na cidade são naturalizados e*

[191] Correspondência enviada pelo correspondente consular de São João del-Rei ao vice-cônsul italiano em Juiz de Fora. Pasta *Commemorazione del XX setembre 1890 – 1900*, 25/09/1891.

*outra parte tem pouca vontade de gastar um centavo para qualquer festejo*[192]. Neste caso, o correspondente consular não atribuiu a necessidade de trabalho como sendo uma desculpa para não festejar a data. Preferiu alegar que a maioria dos italianos trabalhava como camponeses, e aqueles que residiam na região urbana, ou já haviam se aculturado e misturado aos brasileiros, ou não estavam dispostos a gastar seus recursos com a celebração.

Problemas financeiros também são mencionados pelo agente consular italiano de Itajubá, cidade localizada ao Sul de Minas Gerais. Para a comemoração do dia Vinte referente ao ano de 1900, o italiano Campanella reclamava da falta de recursos para executar os festejos, tal como pedia o vice-cônsul. Por causa disso, ele escreveu à representação diplomática italiana em Juiz de Fora a fim de conseguir algum recurso: *Como tenho dito, o dinheiro que tenho recolhido com dificuldades é pouco: basta apenas para se pagar a banda musical. Acontece que a bandeira, é indispensável em tal comemoração e por tal coisa, rogo a vossa senhoria a fim de que a faça chegar em tempo necessário*[193]. No ano de 1904, o correspondente consular de Mar de Hespanha também reclamou de problemas financeiros para a organização da festa. De acordo com sua correspondência, por causa da crise financeira, *o dia XX de Setembro não foi festejado com a pompa dos anos antecedentes*, havendo apenas o embandeiramento das duas sociedades italianas existentes em Mar de Hespanha, e uma sessão solene acompanhada de um *discurso sobre a importância da data gloriosa*.[194]

Embora houvesse uma pressão por parte do Estado italiano para que as suas datas cívicas fossem comemoradas nas colônias do exterior, não era enviado recurso algum para custear os gastos. A bandeira tricolor era de longe o maior símbolo da nação italiana e a própria Itália fazia questão de que houvesse todo um ufanismo em torno de seus símbolos. Todavia, em cidades onde as sociedades italianas eram pequenas ou até mesmo inexistentes, mobilizar a comunidade para a comemoração de datas como o Vinte de Setembro não era tão simples.

Ao emigrar, a maioria dos italianos não estava acostumada a festejar o calendário cívico italiano. Era-lhes muito mais familiar o calendário religioso. Para muitos deles, os símbolos nacionais italianos tais como a bandeira, o hino e os membros da família real

---

192 Correspondência enviada pelo correspondente consular de Ouro Preto ao vice-cônsul italiano em Juiz de Fora. Pasta *Commemorazione del XX setembre 1890 – 1900*, 26/09/1891.

193 Correspondência enviada pelo correspondente consular de Itajubá ao vice-cônsul italiano em Juiz de Fora. Pasta *Commemorazione del XX setembre 1890 – 1900*, 11/07/1900.

194 Correspondência enviada pelo correspondente consular de Mar de Hespanha ao vice-cônsul italiano em Juiz de Fora. Pasta *Commemorazione del XX setembre 1890 – 1900*, 30/09/1904.

somente adquiriram significado nesses contextos festivos de viés nacionalista, quase sempre incitados pelos agentes consulares italianos e executados pelas lideranças das associações mutuais e/ou recreativas existentes.

Apesar de muitas localidades coloniais encontrarem dificuldades ou até mesmo não verem sentido para a festa do dia Vinte de Setembro, muitas outras localidades organizavam os festejos. Diante disso, quando essas colônias italianas espalhadas por Minas Gerais, estando ou não sob a tutela do vice-consulado italiano de Juiz de Fora, festejavam as datas cívicas, os vice-cônsules arquivavam todos os recortes de jornais cujas matérias faziam a cobertura dos festejos. Junto aos documentos consulares, é possível encontrar recortes sobre as comemorações cívicas italianas em São João Nepomuceno, Belo Horizonte, Poços de Caldas, Ponte Nova e São Sebastião do Paraíso, por exemplo[195].

Na maior partes das comunidades italianas situadas no Brasil, a data do dia Vinte de Setembro era a mais escolhida para a inauguração das sedes sociais das sociedades mutuais, musicais ou recreativas, bem como para a bênção dos estandartes. Em Juiz de Fora, na maioria dos anos estudados, a data foi comemorada com muito entusiasmo por parte das associações étnicas. No ano de 1891, a *Sociedade Italiana Recreativa e Musical Príncipe de Nápoles* organizou a festa e aproveitou para inaugurar seu estandarte. O trecho abaixo foi retirado de uma correspondência enviada por esta sociedade ao vice-cônsul dando nota de como ocorreu a comemoração.[196]

> Illmo signore
>
> La gloriosa data del XX settembre fu queste anno solennemente commemorata in Juiz di Fora. L'iniziativa della festa é dovuta alla Società Italiana Ricreativa Musicale Principe di Napoli,, che per inaugurare il suo standarte e corpo musicale non potera scogliere un giorno più proprio i più degno di quello. (...)
>
> L'alba del venti settembre era salutata da salve di mortaretti crallegrata de inni patriottico e seguita del corpo musicale della Principe de Napoli composta di quindici musici vestiti in uniforme da ufficiale del nostro esercito e che facevano una magnifica figure, che con un andare veramente marginale, percorse le vie principali della città, facendo picole fermale fermate per salutare le autorità locali e le redazione dei gionale. (...)
>
> In buona ordine sfili sono accompagnati da buona folla di popolo verso la chiesa principale dove la giunti il vicario D. Venancio Café, dopo aver beneditta la bandiera della società, fece una belissima allocussione esaltando i sentimenti

[195] Recortes de jornais com a cobertura da festa do Dia Vinte de Setembro em vários lugares do Estado. Pasta *Commemorazione del XX setembre 1890 – 1900.* Acervo pessoal imagens DSC05265 / DSC05266 / DSC05267 / DSC05268 / DSC05273.

[196] Correspondência enviada pela Sociedade Italiana Recreativa e Musical Príncipe de Nápoles ao vice-consulado italiano em Juiz de Fora. Pasta: *Commemorazione del XX setembre 1890 – 1900*, ano de 1891.

> patriottico della colonia italiana de questa città, non alludando pero, alla commemorazione del 20 settembre.(...)[197]

A referida sociedade escolheu a data para inaugurar seu estandarte e também seu corpo musical, que a propósito, copiava na vestimenta a mesma farda do exército italiano. Munidos do estandarte e do corpo musical que marchava pelas ruas centrais de Juiz de Fora, aqueles que participavam da passeata seguiram rumo à Igreja Matriz para a bênção do estandarte social, como era costume entre as associações. Interessante perceber pela correspondência que o padre na ocasião realizou a benção, porém não fez sequer uma alusão à festividade que os italianos estavam comemorando, haja vista que a data era uma afronta, não somente aos católicos de Roma, mas ao catolicismo em geral, sendo considerada uma data cívica claramente anticlerical.

Apesar de existir durante alguns anos mais de uma associação italiana na cidade, a festa nunca era realizada separadamente. Os preparativos quase sempre ficavam a cargo de apenas uma única associação, porém, a festa era comemorada conjuntamente, ao contrário do que acontecia em outras localidades, como por exemplo, São João Nepomuceno, cidade próxima a Juiz de Fora. Nessa localidade, a unidade da colônia italiana era considerada frágil e dividida em dois grupos, onde cada qual fazia sua própria comemoração. Isso ficou claro numa reclamação feita pelo seu correspondente consular, Benedette Pinghelli, ao vice-consulado em Juiz de Fora: *resta-me somente lamentar a desunião desta colônia, onde foram em vão todos os meus esforços para obter uma união geral.*[198]

Entre os italianos que moravam em Juiz de Fora, as festas organizadas em torno do dia Vinte de Setembro eram vistosas e imponentes, salvo raríssimas excessões. Os membros de alguma das sociedades italianas existentes na cidade elegiam entre si uma comissão organizadora e a partir de então, iniciavam os preparativos. Às vésperas da festa, a

---

197 A gloriosa data de 20 de setembro foi este ano solenemente comemorada em Juiz de Fora. A iniciativa da festa é devida à Sociedade Italiana Recreativa Musical Príncipe de Nápoles, que para inaugurar seu estandarte e corpo musical não poderia escolher um dia mais apropriado e mais digno do que este. (...)

O dia vinte de setembro foi recebido por uma salva de tiros (palavra ilegível) de hinos patrióticos e seguidos do corpo musical da Príncipe de Nápoles, composto de 15 músicos vestidos com o uniforme do nosso exército e que faziam uma magnífica figura, que com um andar realmente marginal, percorreu as ruas principais da cidade, fazendo pequenas paradas para saudar as autoridades locais e as redações dos jornais. (...)

Em boa ordem os desfiles foram acompanhados por boa multidão de pessoas até a Igreja principal, onde o gentil vigário D. Venâncio Café, depois de ter benzido a bandeira da sociedade, fez uma belíssima alocução exaltando o sentimento patriótico da colônia italiana daquela cidade, não aludindo, porém, à comemoração do 20 de setembro. (...) (Tradução nossa).

198 Correspondência enviada por Benedette Pinghelli, correspondente consular de São João Nepomuceno ao vice-consulado italiano em Juiz de Fora. Pasta: *Commemorazione del XX setembre 1901 - 1921*, 03/10/1904.

imprensa publicava em língua italiana a programação detalhando como seria cada etapa da cerimônia festiva, como pode ser conferido na Imagem 34.

**Imagem 34 - Programação dos festejos do dia Vinte de Setembro pela imprensa**



XX de setembro

A Italia, a grande e gloriosa nação, herdeira da civilização latina, patria de heróes e de artistas geniaes, celebra hoje a notavel data de sua unificação, acclamando os nomes queridos de seus illustres filhos — Victor Emmanuel, o rei fidalgo e cavalheiresco, justamente cognominado *il re galant'uomo*; Cavour, o grande, e extraordinario politico, a genial cabeça da revolução italiana; Garibaldi, o valente cabo de guerra, herôe entre os heróes, especie de cavalleiro-andante, defensor das nobres causas, dos fracos e opprimidos; Mazini, o republico, escriptor e jornalista, fervoroso e eloquente, que tinha por divisa *Dio e popolo*; e tantos, tantos outros filhos dessa nobre terra, gloria e orgulho de nossa raça.

No dia de hoje, em que a nação amiga, por tantos titulos vinculada ao Brasil, celebra a sua unidade, a juncção de pequenos paizes numa só Patria, grande, unida, forte e poderosa, nós, irmãos espirituaes, co-participantes da mesma civilização que, através de seculos, veiu até este uberrimo torrão americano de que somos filhos, saudamos com effusão á bella e grandiosa nação nas pessoas de seus filhos aqui domiciliados e do sr. dr. Lionello Scelsi, digno consul da Italia nesta cidade.

—

O sr. dr. Lionello Scelsi, consul italiano nesta cidade dará recepção no consulado, das 11 1/2 da manhã a 1 hora da tarde.

—A Sociedade Fanfarra Italiana fará hoje alvorada, havendo salva de 21 tiros e percorrendo a banda de musica diversas ruas.

O edificio da sympathica associação será hoje franqueado a todas as pessoas que quizerem visital-o.

A 1 1/2 hora da tarde realiza a mesma sociedade um banquete, para o qual recebêmos amavel convite.

—O Club Recreativo XX Settembre inaugura hoje, ás 10 horas da manhã seu formoso estandarte de seda, bordado a ouro.

—O grupo Reducci dalle Patrie Battaglie offerece um lauto almoço, ás 11 horas, na residencia do sr. Gia como Manferrari, á rua Floriano Peixoto.

—Em beneficio do Club XX Settembre e Sociedade Beneficente Italiana Umberto I haverá hoje tombola no parque Carousel Halfeld, que estará ricamente ornamentado.

Para essa tombola, que começará ás 4 horas da tarde, recebêmos da respectiva commissão cinco bilhetes acompanhados de delicado offerta.

Fonte: *Jornal do Commercio*, 20 de setembro de 1903, Ano VIII, Número 2187, p, 01, coluna 02.

Na maioria dos anos a programação era bastante parecida. Talvez variasse a ordem dos acontecimentos, mas quase sempre contava com uma salva de tiros, uma passeata pelas principais ruas da cidade ao som de alguma banda de música. Logo quando se iniciaram as comemorações do dia vinte, a banda que mais prestava serviços à comunidade italiana era a banda do *Clube Democrático Primeiro de Janeiro.* Posteriormente os imigrantes foram organizando suas próprias bandas, como a *Fanfarra Italiana*, a *Banda Garibaldina* e a *Banda de Música da Sociedade Recreativa Príncipe de Nápoles.*

Ao longo do trajeto, elegiam-se alguns pontos de parada onde discursos eram proferidos àqueles que acompanhavam a passeata, como a sede do consulado italiano, o salão dos hoteis *Rio de Janeiro*, *Petiscos* e *Pólo Norte* e a frente dos principais jornais locais. As casas onde as famílias italianas residiam eram adornadas com a bandeira tricolor, assim como

os comércios cujos proprietários eram italianos. No período da noite, esses mesmos imóveis ficavam iluminados para indicar a festividade que estava sendo comemorada.

Durante alguns anos, era bastante comum a distribuição de folhetos entre os italianos da cidade bem como sua anexação em pontos onde eles circulavam muito, como os exemplos que estão representados a seguir, na *Imagem 35*. No primeiro folheto de divulgação, referente ao ano de 1895, o cronograma da festa é acompanhado de um texto que descreve a data como sendo uma das *mais gloriosas e mais memoráveis que já existiram* para o país, a fim de festejar o dia em que *a cidade eterna* casou-se com a Itália e também daqueles que *afrontando o martírio e a morte, fizeram a Itália livre e independente e realizaram um fato que parecia utopia: Roma capital da Itália*.

Não é por acaso que justamente neste ano de 1895 o folheto de divulgação da festa tenha sido o mais elaborado e rico em informações e explicações sobre a importância do dia Vinte. De acordo com Maurizio Ridolfi, foi neste ano que o governo italiano reconheceu o dia Vinte de Setembro como festa nacional por meio de uma lei sancionada em 19 de julho de 1895 (RIDOLFI, 2003, p. 41).

A partir de 1895, na Itália:

> La festa assunse un effettivo carattere popolare, con concerto di musiche patriottiche in piazza (...). Era in questo scenario, tipico delle feste popolari, che i simboli della nazione – il tricolore, le insegne dello Stato monarchico, l'immagine dei <<padri della patria>> - potevano essere chiamati con una eco maggiori a rivitalizzare i sentimenti patriottici (*Ibidem*, p. 40).[199]

Em Juiz de Fora a data já era comemorada anterior à lei italiana que a instituía, porém ganhou mais força a partir desse ano.

[199] A festa assumiu um efetivo caráter popular, com concerto de musicas patrióticas na praça. Era neste cenário, típico das festas populares, que os símbolos da nação – a bandeira tricolor, as insígnias do Estado monárquico, a imagem dos << pais da pátria>> poderiam ser chamadas com um eco a revitalizar mais os sentimentos patrióticos. (tradução nossa)

**Imagem 35 – Folhetos divulgando a festa do dia Vinte de Setembro**



PEL XX SETTEMBRE DEL 1895

Roma Capitale d'Italia

TIP. TORRES — JUIZ DE FORA

ITALIANI!

Il 20 Settembe si avvicina.

Ogni italiano deve sentirsi il cuore pieno di orgoglio e del più sacro entusiasmo all'idea di questo giorno che rappresenta nella Storia una della date piú gloriose e piú memorande che mai abbiano esistito; data gloriosa e memoranda che, nata e svoltasi sotto il bel cielo d'Italia, si ripercuote qual fascio di luce sull'universo intero.

ITALIANI!

In questo giorno, che la penna sovrana, in ubbidienza alla volontá del popolo, dichiaró ufficialmente festa nazionale, in questo giorno, in cui da tutte le parti d'Italia si agita e si prepara per solennizzare le nozze d'argento della cittá Eterna sposata all'Italia, anche noi Italiani, lontani dalla Patria, ma fervidi sempre di patrio amore, accetteremo orgogliosi e entusiasti il patriottico invito che d'oltre mare ci mandano i nostri fratelli.

La Societá Italiana di M. S. Beneficenza Umberto I. che ha preso l'iniziativa di questa commemorazione fa un caldo appello a tutti gl'italiani, perché tutti uniti ed animati del piú alto sentimento di patriottismo facian si che questo giorno, date le nostre forze, sia festeggiato nella forma piú degna e piú solenne.

Per ragioni di convenienza ed opportunitá la festa sará trasferita per Domenica 22 Settembre. contro il senso italiano vero

CONNAZIONALI

Mostriamoci degni figli di coloro, che, affrontando il martirio e la morte, resero l'Italia libera e independente e realizzarono un fatto che sembrava utopia: **Roma Capitale d'Italia.**

Programma

Ore 4 ant. — Sveglia con musica e spari di mortaretti.

Ore 9 a 10 ant. — Riunione degl'Italiani nel teatro Novelli che preceduti dalla banda di musica percorrendo le vie: Spirito Santo, Direita, Halfeld, si recheranno alla sede della Societá iniziatrice della festa; quivi ricevimento dell'Autoritá Consolare Italiana di Ouro Preto, Autoritá locale, Stampa, Associaciazioni, e di altri invitati.

Ore 11 ant. — Conferenze Commemorative del Dr. Felice Brandi e del dr. Francesco da Gama Junior Indi inaugurazione dell'edificio Sociale.

Ore 6 pom. — Nuova riunione; sempre preceduti dalla musica e formati in colonna, si percorreranno le principali vie della cittá con fiaccole.

COMITATO:

Presidente — Comm. Francesco A. Brandi,
Vice presidente — Pasquale Pentagna,
Secretario — Pasquale de Guglielmo,
Tesoriere — Vincenzo Pecorelli,

Alfonso Colucci, Pasquale Petrosini, dr. Felice Brandi, dr. Francesco da Gama Junior, Antonio Spinelli, Giuseppe Grippi, Gaetano Cavalieri, Giuseppe A. Pecorelli, Ignazio Cardoso, Giovanni Ricini, Arturo Massari, Oscar da Gama, Francesco de Paola Castello, Nicola Porró, Salvatore Gogliano, Ettore Zortini,

**Folheto 01** - Fonte: Documentação consular da Casa de Itália, Pasta de commemorazione del XX setembre 1890 – 1900, ano de 1895.[200]

[200] PARA O XX DE SETEMBRO DE 1895, Roma Capital da Itália: Italianos! O 20 de Setembro se aproxima. Cada italiano precisa sentir o coração pleno de orgulho e do mais sagrado entusiasmo à ideia deste dia que representa na história uma das datas mais gloriosas e mais memoráveis que já existiram; data gloriosa e memorável que, nascida e realizada sobre o belo céu da Itália, se repercute como feixe de luz sobre o universo inteiro.



XX SETTEMBRE

ALLA COLONIA ITALIANA

S'invitano gl'Italiani qui residenti a voler comparire domani 20 Settembre a mezzo giorno nel RISTORANTE NICOLA, per recarsi poi incorporati a salutare l'Egregio Sig. Conte Negri di Lamporo R.° Console d'Italia.

Trattandosi d'una data tanto memorabile, la commissione spera che gl'Italiani tutti vorranno comparire, per rendere piú splendida la patriottica manifestazione.

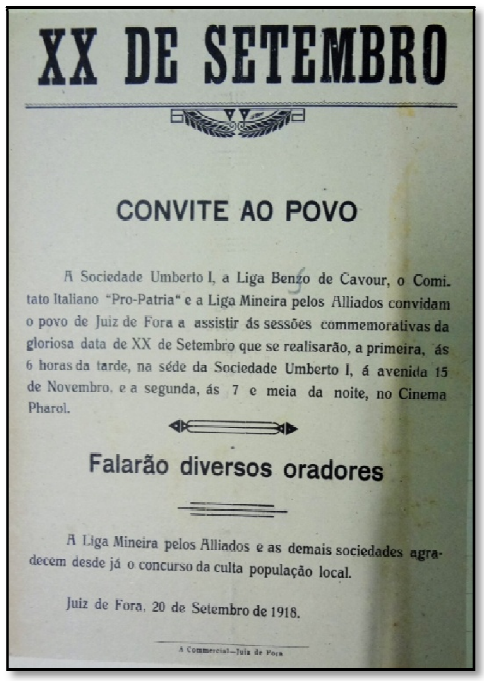
Juiz de Fora, 19 Settembre 1898.

LA COMMISSIONE

G. Breviglieri
Nicola Porro
Simoni Ultimo

Typographia Mattosu—Rua do Commercio, 61

**Folheto 02** – Fonte: Documentação consular da Casa de Itália, Pasta: *Commemorazione del XX setembre 1890 – 1900,* Ano de 1898.[201]



XX DE SETEMBRO

CONVITE AO POVO

A Sociedade Umberto I, a Liga Benzo de Cavour, o Comitato Italiano "Pro-Patria" e a Liga Mineira pelos Alliados convidam o povo de Juiz de Fora a assistir ás sessões commemorativas da gloriosa data de XX de Setembro que se realisarão, a primeira, ás 6 horas da tarde, na séde da Sociedade Umberto I, á avenida 15 de Novembro, e a segunda, ás 7 e meia da noite, no Cinema Pharol.

Falarão diversos oradores

A Liga Mineira pelos Alliados e as demais sociedades agradecem desde já o concurso da culta população local.

Juiz de Fora, 20 de Setembro de 1918.

A Commercial—Juiz de Fora

**Folheto 03** – Fonte: Documentação consular da Casa de Itália, Pasta: *Commemorazione del XX setembre 1901 – 1921,* Ano de 1918.

No segundo folheto referente ao Vinte de Setembro de 1898, os italianos combinaram uma visita à casa do vice-cônsul, visita essa que era uma rotina nesse dia, até mesmo pelas autoridades locais juizforanas, como pode ser conferido nas listas de presença que circulavam na sede do vice-consulado italiano em Juiz de Fora, encontrados em meio à

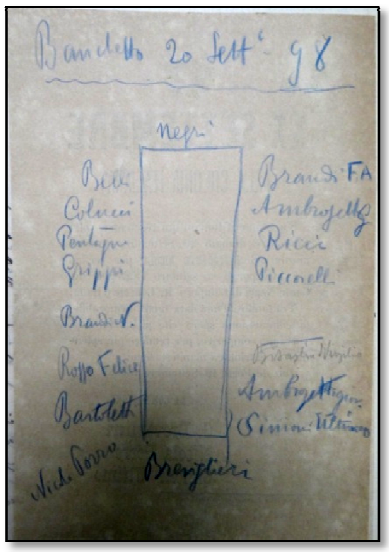
---

Italianos! Neste dia, que a caneta soberana, em obediência à vontade do povo, declarou oficialmente festa nacional, neste dia, que de todas as partes da Itália agitam-se e preparam-se para solenizar a noite de prata da cidade eterna casada com a Itália, também nós italianos, longes da Pátria, mas fervidos sempre de amor pátrio, aceitaremos orgulhosos e entusiasmados o patriótico convite que de outros mares mandam-nos os nossos irmãos.
A Sociedade Italiana de M. S. Beneficente Umberto I, que tem tomado a iniciativa desta comemoração faz um caloroso apelo a todos os italianos, porque todos unidos e animados do mais alto sentimento de patriotismo façam que este dia, data da nossa força, seja festejado na forma mais digna e solene.
Por razão de conveniência e oportunidade a festa será transferida para Domingo, 22 de setembro, contra o verdadeiro sentido italiano, é verdade.
Conacionais: Mostramo-nos dignos filhos daqueles, que, afrontando o martírio e a morte, fizeram a Itália livre e independente e realizaram um fato que parecia utopia: Roma capital da Itália.
Programa: 4 horas da madrugada: despertar com música e fogos de artifício; 9 às 10 horas da manhã: reunião dos italianos no Teatro Novelli, que precedidos da banda de música percorrendo as ruas: Espírito Santo, Direita, Halfeld, se dirijirão à sede da Sociedade, iniciadora da festa; há recepção da autoridade consular italiana de Ouro Preto, autoridade local, estandarte, associações e de outros enviados; 11 horas da manhã: Conferência comemorativa do Dr. Felice Brandi e do Dr. Francesco Gama Junior (INDI) inauguração do edifício social; 6 horas da noite: Nova reunião, sempre precedida de música e formados em fila, se percorrerão as principais vias da cidade com tochas. Comissão.

[201] À colônia italiana: Convidamos aos italianos aqui residentes a querer comparecer amanhã, 20 de setembro, ao meio dia, no Restaurante Nicola, para irmos juntos cumprimentar o egrégio senhor Conde Negri di Lamporo, Régio Cônsul da Itália. Tratando-se de uma data tão memorável, a comissão espera que os italianos todos quererão comparecer, para render mais esplendor à patriótica manifestação. Juiz de Fora, 19 de setembro de 1898; A Comissão.

documentação consular. Além da tradicional visita ao representante diplomático, era muito comum haver a organização de banquetes para os membros diretores das associações italianas. Nesse ano de 1898 os preparativos chegaram a tal ponto que até mesmo a disposição dos lugares no banquete oferecido aos membros da comunidade italiana fora rascunhada. A imagem a seguir traz um esboço da mesa de jantar com a disposição dos lugares e com o nome de cada um dos italianos que participariam, todos eles sobrenomes conhecidos pela atuação nas sociedades italianas locais.

**Imagem – 36 Disposição dos lugares no banquete em comemoração ao dia Vinte de Setembro de 1898**



Fonte: Documentação consular da Casa de Itália, Pasta: *Commemorazione del XX setembre 1890 – 1900*, Ano de 1898.

No terceiro folheto da *Imagem 34*, a festa de Vinte de Setembro ocorreu poucos meses antes do fim da Primeira Guerra Mundial, no ano de 1918. Como podemos perceber, a festividade foi organizada por mais de uma instituição, como a *Sociedade Umberto Primo*, a *Liga Benso di Cavour*, o *Comitato Italiano Pró-Pátria* e a *Liga Mineira pelos Aliados.* Ao contrário dos anos anteriores, o convite era estendido ao povo e não apenas aos imigrantes italianos e seus descendentes, e estava, pela primeira vez, escrito em língua portuguesa.

Durante os anos que compreenderam a Primeira Guerra Mundial, a festa do dia Vinte não foi tão comemorada como nos demais anos, em memória aos italianos que morriam em combate, como alegavam os próprios membros da comunidade. Além do período de guerra, quanda a data coincidia com alguma catástrofe ou luto italiano, a comunidade também optava por festejos menos suntuosos.

Apesar das características bastante comuns entre as comemorações realizadas ao longo de três décadas, a festividade do Vinte de Setembro foi adquirindo novas maneiras de ser lembrada e obviamente de atrair o público. Se no início era uma festa apenas com passeatas, bandas de música, ruas enfeitadas, banquetes e discursos, com o avançar dos anos ela se reinventava absorvendo algumas novidades da época.

De acordo com o jornal *Diário Mercantil*, que detalhou minuciosamente cada momento da festa referente a 1912, nesse ano a comunidade italiana organizou também uma corrida de bicicletas *em homenagem à festiva data*. As corridas aconteciam nas imediações da cidade e eram premiadas com medalhas de ouro e prata oferecidas pelos organizadores da festa[202].

Quanto ao ano de 1913, o mesmo jornal traz uma cobertura detalhada do evento, que apresentou como inovação o *corso de carros*.[203]

> O corso: Às 18 horas saiu da sede da Sociedade Humberto I um deslumbrante e bem organizado corso de carros e automóveis, formado de cerca de 25 veículos, alguns dos quaes artisticamente enfeitados. Abria o préstito um bello carro, soberbamente ornamentado. Nelle estavam as gentis senhorinhas: Consolata Brescia, conduzindo a bandeira italiana; Rosa Guaraldi, o pavilhão nacional; Maria Del Fiume, o estandarte da MMSociedade Humberto Primo>>; Sophia Fortini, também uma bandeira italiana e ainda senhorinha Leonor Massoli (...). Depois vinha o automóvel da directoria da <<Sociedade Humberto Primo>>, também muito vistoso nos seus enfeites e illuminado com pequenas lâmpadas elétricas multicolores.
> Seguiu-se o automóvel dos representantes da imprensa, que apresentava magnífico aspecto, pela sua ornamentação de apurado gosto, em que se destacavam astísticas lanternas venezianas. Os outros automóveis e carros de que se compunha o préstito estavam muito bem ornamentados.

O *corso* era uma espécie de desfile de automóveis enfeitados propositalmente para o dia Vinte de Setembro, que passeavam pelas principais ruas de Juiz de Fora e ao final eram julgados e premiados para saber qual carro estava mais bonito. Em 1913, vinte e cinco automóveis desfilaram pelas ruas do centro da cidade, alguns carregando membros da comunidade italiana e enfeitados com as cores da Itália. A maioria dos automóveis utilizados era alugado para a festa. A comissão julgadora dos carros não contava com nenhum italiano, o que pode ser interpretado como um indicativo de que a festa ultrapassava as fronteiras étnicas da comunidade italiana e certamente envolvia a sociedade local.

Independente das nuances da festa ao longo das três décadas que envolvem o ano de 1890 a 1921, o Vinte de Setembro pode ser considerado, sem sombra de dúvidas, o ponto alto das comemorações nacionalistas italianas em Juiz de Fora antes da ascensão do fascismo.

---

202 *Diário Mercantil*, 22 de setembro de 1912, Ano I, número 208, página 1.
203 *Diário Mercantil*, 21 de setembro de 1913, Ano II, número 505, página 1.

A comemoração em torno da anexação de Roma à Itália envolvia as associações italianas, a comunidade imigrante, bem como parte da população juizforana que residia nas imediações do centro da cidade. Por seu caráter majestoso e imponente, noticiado até mesmo nos jornais italianos do Rio de Janeiro e de São Paulo, a festa era uma demonstração clara e evidente da italianidade enquanto eco do nacionalismo italiano.

O Estado italiano fazia questão de que aqueles que emigraram também fossem cooptados pelo amálgama nacionalista e para tal, as comemorações cívicas eram fundamentais. Por isso, dentre as diversas atuações dos vice-cônsules, uma delas era insistir na comemoração de datas como essa. Em Juiz de Fora, o *Vinte de Setembro* não era comemorado apenas internamente à comunidade italiana, mas tornou-se uma festa de rua, que fazia questão de percorrer, enfeitar e iluminar as principais vias da cidade, o que é bastante emblemático. De acordo com Luiz Felipe Ferreira, é preciso que,

> (...) a festa seja compreendida como uma luta pelo poder definida através de uma luta pela conceituação do espaço. Festejar será então, dominar o discurso que define este ou aquele espaço como festivo. Mais do que uma luta pelo território, o evento festivo marca uma disputa pelo domínio do espaço simbólico, pelo local que se quer como o local da festa (FERREIRA, 2003, p. 06).

Partindo dessa ideia de que o local onde se festeja revela também o domínio simbólico do espaço, enfeitar as principais ruas do centro de Juiz de Fora com bandeiras e enfeites que lembravam a Itália e desfilar em passeata ao som do hino e de músicas italianas era importante para a comunidade de imigrantes que residia no município. Numa sociedade marcada pela presença de vários grupos étnicos, como era Juiz de Fora no final do século XIX, enfeitar as principais vias da cidade com bandeirolas italianas reforçava a italianidade em dois sentidos.

O primeiro desses sentidos diz respeito à dimensão educativa de festas cívicas como essa. Segundo Jadir Pessoa, *a festa*, seja ela cívica, religiosa ou profana, *visa marcar em cada membro do grupo social os seus valores, as suas normas, as suas tradições; ao mesmo tempo em que se transforma sempre num grande balcão, numa grande demonstração das inovações, das mudanças, das novas descobertas* (PESSOA, 2007, p. 06). Para aqueles que dela participam, a festa reforçava os vínculos com a pátria de origem.

O segundo sentido dessas comemorações como reforço da italianidade está ligado ao fato de que as festas cívicas, semelhante à comemoração da anexação de Roma à Itália, festejada pelos italianos, funcionavam como uma vitrine de exposição das particularidades culturais de determinado grupo de imigrantes para os demais que compunham a sociedade

juiz-forana. Não existe a conformação de identidades, em qualquer dimensão que seja, sem a alteridade. A dinâmica intrínseca ao contato com outros indivíduos numa dada sociedade pressupõe o poder de definição e rótulo que um grupo imprime sobre outro, como veremos adiante. Criar um ritual de festejos munido de símbolos pátrios podia oferecer parte do material simbólico necessário para a consolidação desses rótulos.

No *balcão* das comemorações festivas o que se expõe para a sociedade são os símbolos responsáveis pela coesão patrícia dos imigrantes provenientes da península itálica. O juizforano que assistia e algumas vezes também participava das festas, quase nunca estava ciente da diversidade de dialetos, costumes, santos de devoção, músicas e comidas que marcavam cada região da península itálica. É fato também que muitos dos italianos que migraram da Itália e vieram morar em Juiz de Fora nunca tenham festejado o Vinte de Setembro em suas aldeias e cidades de origem, afinal, esta data em específico só adquiriu foro de comemoração nacional a partir de 1895.

Não obstante, ao se fixarem em Juiz de Fora, sob a influência do vice-consulado italiano e das sociedades de mútuo socorro, por exemplo, esses imigrantes continuaram a fazer parte do processo de consolidação do pertencimento à Itália que não foi interrompido na travessia do Atlântico. O nacionalismo italiano ecoava com timbres diversos pelas comunidades de imigrantes espalhadas pelo mundo, e os porta-vozes, apesar de variados, reforçavam em menor ou maior grau, a italianidade.

## 4.2 AS REPRESENTAÇÕES EM TORNO DO PANTEÃO DE HEROIS ITALIANOS

### 4.2.1 Giuseppe Garibaldi

Além das datas cívicas que eram comemoradas pela comunidade italiana residente em Juiz de Fora, em vários momentos encontramos menções aos personagens que atuaram em prol da unificação italiana e foram colocados no panteão de herois nacionais do país. Em meio aos principais nomes da unificação, aquele que possuía maior apelo popular era sem sombra de dúvidas, Giuseppe Garibaldi, conhecido como *o heroi de dois mundos* por causa de sua atuação na América e na Itália. O homem que se vestia tal qual os gaúchos da América do Sul, com uma túnica vermelha sobre o poncho e posava para fotos de inúmeros retratistas, teve sua imagem representada em selos postais, rótulos de vinhos, latas de sardinha, quadros, porcelanas e estátuas em vários lugares do mundo.

Garibaldi lutou no Brasil ao lado dos republicanos na Guerra dos Farrapos, período em que conheceu sua mulher, Anita Garibaldi. No Uruguai, lutou como capitão da frota contra o governador de Buenos Aires, Juan Manoel Rosas (FAY, 2011, p.41). Em 1848, retornou para a Itália, onde, na Lombardia, enfrentou o exército austríaco, desencadeando as lutas pela unificação da península. Ao contrário de muitas figuras emblemáticas da história, Garibaldi colheu os louros de sua fama ainda em vida. De acordo com Federico Croci, o mito do general de dois mundos começou a ser construído muito antes da sua morte, adquirindo forte espaço no imaginário popular (CROCI, 2011, 104). Em 1861, mesmo ano da unificação da Itália, já se encontravam bibelôs fabricados em porcelana com o seu retrato.

A repercussão de seus feitos reverberou em diversas regiões da Europa e da América. Na Espanha, segundo Isabel Sastre[204], o mito Garibaldi infiltrou-se nas camadas populares e principalmente entre os membros do partido democrático por meio da imprensa e outras publicações do momento. Ele era visto como o heroi de dois mundos, preocupado em acabar com todo tipo de despotismo, não só na Itália. *Así pues, para el pueblo español el mito de Garibaldi no era solo um punto de referencia arqueológico, sino uma esperanza viva, invitándo-le a que lês ayudara también a ellos a devolver la libertad al pueblo español* (SASTRE, 2002, p. 298). Isabel Sastre estudou as influências do *Risorgimento* na Espanha do Oitocentos, no qual as pessoas letradas buscavam reconstruir o seu país sob a influência de movimentos como a Revolução Francesa e o *Risorgimento* Italiano. Ainda que o regime

[204] SASTRE, Isabel Pascual. *La Italia del Risorgimento y la España del Sexenio Democrático*: de los precedentes a la crisis del Sexenio (1860 – 1874). Tesis Doctoral. Universidad Complutense de Madrid, 2002, p. 297.

monárquico não tenha caído na Espanha, naquela ocasião a dinastia dos Bourbons deixara de governar (*Ibidem*, p. 30).

De certa maneira, os motivos que levaram Garibaldi a tornar-se uma *persona* de grande influência revolucionária estão ligados à atuação do escritor Alexandre Dumas, conhecido pelas obras *Os três mosqueteiros* e *O Conde de Monte Cristo*. Além dessas duas obras, Dumas publicou também *Montevideu ou une nouvelle Troie*, *Mémories de Garibaldi* e *Les Garibaldiens*, tornando-se o maior propagandista de Garibaldi. Ainda em vida, as obras sobre sua trajetória circularam em toda a Europa e parte da América (CARTA, 2013, p. 197).

Após seu falecimento em 1882, a figura de Garibaldi foi explorada e sacralizada, transformando-se em símbolo da unidade nacional italiana. Essa transformação vinha ao encontro de uma difusão quase que pedagógica de mitos para legitimar o Estado italiano (CROCI, 2011, p. 105). De acordo com o biógrafo Gianni Carta, a imagem de Garibaldi foi apropriada por inúmeros grupos sociais, desde socialistas a fascistas, com o intuito de fomentar em cada grupo seus próprios objetivos. O mais intrigante é que, para os grupos antifascistas, Garibaldi também se tornou símbolo. Esta diversidade de apropriações fez dele, na América, o personagem estrangeiro da modernidade mais celebrado, tendo sua memória lembrada inclusive pela atuação das lojas maçônicas e associações de auxílio mútuo (CARTA, 2013, p. 240). Na opinião de Federico Croci, a figura de Garibaldi somente perdeu certa carga emotiva no século XX, quando a figura do comunista Che Guevara passou a agregar mais simpatias e aspirações, principalmente entre a juventude (CROCI, 2011, p. 114).

Voltando à utilização de sua imagem pela comunidade italiana que viveu em Juiz de Fora, as reportagens publicadas na imprensa local buscavam mostrar particularidades da vida de Garibaldi, sempre reforçando sua imagem enquanto heroi. Em ocasião de sua morte, em junho de 1882, o *Pharol* se referiu a Garibaldi como um *eminente patriota, cujos serviços em favor da unidade italiana mostraram amplamente a sua dedicação pela causa da liberdade. A Itália perde nele um dos seus mais legítimos herois.*[205]

A associação de sua imagem a de um paladino que lutou pela liberdade da Itália era recorrente. Alguns dias após a sua morte, o mesmo jornal reproduziu uma matéria que havia sido publicada num dos periódicos garibaldinos italianos, intitulada *Credo de Garibaldi*:

[205] *Pharol*, 11 de junho de 1882, edição número 62, ano XVI, Página 01.

> Creio em José Garibaldi, libertador de toda a Itália e creio que nele existem três pessoas realmente distintas, o pai da pátria, o seu filho do povo, o espírito da liberdade.
>
> Creio que o filho do povo de nome José tomou corpo e alma no feliz ventre de uma mulher do povo, e que se fez homem para salvar a Itália.
>
> Creio que padeceu sob o poder dos inimigos da liberdade à prisão e o desterro, que foi martirizado e que o desejaram ver morto.
>
> Creio que veio à Itália pregar a liberdade dos povos, que venceu os austríacos e os bourbons e que cem vezes expôs a sua vida, que dirigiu cem batalhas, que ficou ferido e conseguiu libertar toda a liberdade.
>
> Creio que Garibaldi retirou-se a Caprera para orar no silêncio daquela ilha e pedir a concórdia e a fraternidade de todos os povos que uniu debaixo de uma só bandeira.
>
> Creio que morreu na terra, mas ressuscitou nos corações dos italianos e viverá eternamente na memória deles.
>
> Creio no seu espírito vivificador que protegerá eternamente a Itália; creio na sua religião (...), que é a religião da liberdade, da independência, da concórdia, da fraternidade e da união.
>
> Creio que há de premiar os valorosos e há de castigar os covardes; creio que por todos os séculos há de proteger esta Itália por ele abençoada com seu sangue e que por sua infinita proteção nenhum inimigo há de vir a tirar-nos a liberdade e independência que ele nos deu para sempre. Amém.[206]

Neste *Credo*, Garibaldi é referenciado como libertador, destemido, justiceiro e protetor da Itália. Mais do que isso, a oração publicada pelo jornal garibaldino italiano e reproduzida no *O Pharol* mostra-nos o quanto o apelo à figura do heroi é importante neste contexto de construção da Nação italiana, forjando *personas* para que ficassem na memória dos italianos e das comunidades que receberam emigrantes da Itália nas décadas finais do século XIX.

A imprensa local também noticiava com frequência fatos sobre sua vida, como a tentativa de assassinato sofrida em 1879[207], o pedido de divórcio realizado em 1880[208], o desenrolar de seus amores, matrimônios e amasiamentos[209], bem como notícias sobre seu estado de saúde[210]. Para além das matérias reproduzidas nos diversos periódicos, a figura de Garibaldi em Juiz de Fora estava presente na Banda de Música Garibaldina, que se apresentava com frequência e cujos membros vestiam-se tal qual um garibaldino[211] e nos espetáculos teatrais que rememoravam fatos de sua vida, como a reprodução da cena *Garibaldi em Astromonte*[212], realizada pelo Circo Lusitano.

Em ocasião do centenário de seu nascimento, comemorado em julho de 1907, foi realizada uma grande celebração em Juiz de Fora. Segundo publicações da imprensa local, a

206 *Pharol*, 12 de setembro de 1882, edição de número 108, ano XVI, página 01.
207 *Pharol*, 23 de novembro de 1879, edição número 92, ano XV, Página 01.
208 *Pharol*, 1º de fevereiro de 1880, edição número 10, ano XIV, Página 01.
209 *Pharol*, 29 de maio de 1879, edição número 42, ano XIII, Página 01.
210 *Pharol*, 22 de julho de 1882, edição número 78, ano XVI, página 02.
211 *Pharol*, 18 de novembro de 1895, número 252, ano XXIX, página 02.
212 *Pharol*, 01 de abril de 1892, número 90, ano XXVI, página 01.

festa, programada para ocorrer o dia todo, contou com as tradicionais bandas de música a percorrer as ruas da cidade, visita ao vice-consulado, fogos de artifício, retreta no Parque Halfeld, discurso sobre a vida de Garibaldi aos participantes, além de um espetáculo de gala no Teatro Juiz de Fora apresentado pela *Companhia Dramática Italiana Bolognesi*.[213]

Vez ou outra alguma palestra ou discurso era feito para a comunidade italiana de Juiz de Fora enaltecendo a sua história de luta. No Vinte de Setembro de 1911, Agostinho Medici foi convidado a realizar uma conferência para os sócios da sociedade Umberto Primo com o título: *Il patriotismo italiano e Il sogno de Giuseppe Garibaldi*[214]. Em 1915, Anita Garibaldi, neta de Garibaldi, realizou em Juiz de Fora uma conferência sobre a vida do avô.[215]

### 4.2.2 Umberto Primo

Além da figura de Garibaldi, outros personagens foram lembrados pelos italianos que viveram em Juiz de Fora. Os periódicos da cidade sempre publicavam notícias sobre a família real, tal como as viagens que faziam, os nascimentos dos filhos, os aniversários e até mesmo as mortes, quando haviam. Os italianos que residiam na cidade tinham acesso a uma imprensa bastante noticiosa no que dizia respeito ao seu país de origem, o que de certa forma fazia manter na memória uma conexão com a pátria de origem. De todos os membros da dinastia de Savóia, o mais lembrado foi Umberto Primo e provavelmente isso se deve ao fato da comoção gerada em torno de seu assassinato.

Filho de Victor Emmanuelle II (1820 – 1878), rei que unificou a península itálica, Umberto Primo (1844 – 1900) assumiu o poder na Itália em ocasião do falecimento de seu pai, em janeiro de 1878. Como ele foi rei do país durante todo o período da grande emigração, foi uma das figuras reais mais lembradas pelos italianos no Brasil. Em Juiz de Fora, seu nome era referenciado pela *Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Umberto Primo*. Essa sociedade, juntamente com outras existentes, durante a década de 1890 fez questão de comemorar quase que anualmente o seu aniversário natalício.

As comemorações em torno de seu nascimento foram mais intensas na década de 1890 e eram preparadas pela *Sociedade Umberto Primo*, às vezes juntamente com a *Sociedade Recreativa Príncipe de Nápoles*. Segundo o jornal *O Pharol*, era prática comum entre os procedentes da Itália que nos dias festivos, como o aniversário do rei, *os prédios em*

---

213 *Jornal do Commercio*, 04 de julho de 1907, Ano XII, número 3346, página 02, coluna 02. / *Jornal do Commercio*, 05 de julho de 1907, Ano XII, número 3347, página 01, coluna 02.

214 *Jornal do Commercio*, 20 de setembro de 1911, Ano XVI, número 4646, página 01, coluna 03.

215 *Jornal do Commercio*, 19 de fevereiro de 1915, Ano XX, número 5787, página 01, coluna 03.

*que residem* (...) *ostentarem-se embandeirados durante o dia, sendo à noite brilhantemente iluminados*, prática também percebida nas comemorações do dia Vinte de Setembro.[216]

As comemorações não se sinalizavam apenas pelas bandeirolas e iluminação nas casas italianas da cidade. De acordo com relatos do jornal, a programação chegava a preencher manhã, tarde e noite do dia quatorze de março, com banda de música a percorrer as ruas da cidade, brindes na fábrica de cerveja José Weiss e passeatas.

> A colônia italiana desta cidade festejou ontem com todo o entusiasmo o aniversário natalício de S. M. Umberto 1º.
>
> Ao amanhecer, percorreu as ruas da cidade a banda de música da Sociedade Recreativa Príncipe de Nápolis, tocando diversas peças do seu escolhido repertório, além do hino italiano.
>
> À tarde realizou-se uma passeata à fábrica de cerveja José Weiss, indo àquela aprazível localidade diversos membros da colônia italiana em companhia do respectivo cônsul, sr. Henrique Secchi.
>
> Ao regressar à cidade, percorreram os manifestantes diversas ruas, sendo por essa ocasião cumprimentados o sr. Henrique Secchi, o sr. José Picorelli, presidente da Sociedade Príncipe de Nápolis e outros cidadãos.
>
> Durante o dia estiveram embandeiradas diversas casas de cidadãos italianos e à noite muitas delas foram iluminadas.[217]

O anúncio da festa do ano de 1900, disponível na Imagem 37, nos revela que o aniversário de Umberto I seria comemorado naquele ano com um espetáculo que, pela dimensão do programa, parece ter sido minuciosamente planejado pela Sociedade Italiana Umberto Primo. Três momentos de encenação são anunciados, todos três ensaiados pela professora italiana Giuditta Seganti e por Nicola Porró, comerciante local. O primeiro momento foi representado pelos alunos da *Escola Umberto Primo*. Já no segundo e no terceiro momento de encenação consta a presença de pessoas que não são de origem italiana e nem mesmo artistas profissionais. A edição posterior de *O Pharol* revela por meio de uma matéria que o programa em comemoração ao aniversário natalício de Umberto Primo em 1900 foi cumprido rigorosamente.

De fato, os aniversários natalícios de Umberto Primo foram comemorados apenas até o ano de 1900, quando os imigrantes de Juiz de Fora foram avisados pela imprensa sobre a morte do monarca italiano. Segundo matéria publicada no periódico, Umberto Primo foi assassinado *quando um anarquista lhe desfechou um tiro que lhe varou o coração*[218] na madrugada do dia trinta de julho. Nos pêsames dados pelo jornal à comunidade italiana de

---

216 *O Pharol*, 15 de março de 1890, número 63, ano XXIV, página 01.

217 *O Pharol*, 15 de março de 1892, número 73, ano XXVI, página 02.

218 *O Pharol*, 31 de julho de 1900, número 332, ano XXXIV, página 01.

Juiz de Fora, a matéria manifestou uma forte repulsa ao anarquismo, sendo definido nesta ocasião como uma *perigosa seita de transviados e loucos que tem 'enxido' de luto as páginas da história dos países europeus.* Prestaram-se pêsames ao vice-cônsul italiano que residia na cidade, tal como a toda a comunidade. Em seguida a publicação contou com um relato breve da vida do monarca e seus principais feitos. Por último, a *Sociedade de Mútuo Socorro Umberto Primo* convidou a todos os sócios para uma assembleia extraordinária a fim de tratar da organização da cerimônia fúnebre.

Montou-se uma comissão[219] com representantes italianos da cidade a fim de prepararem a referida celebração que aconteceu no dia 29 de agosto. Os jornais locais relatam que as exéquias promovidas pela colônia italiana de Juiz de Fora em homenagem ao rei Umberto Primo foram suntuosas, envolvendo representantes das comunidades italianas de várias localidades de Minas Gerais, como Belo Horizonte, Mar de Hespanha, São Pedro do Pequery, Uberaba, Guaxupé, Jacutinga, Conquista, Viçosa, Rio Novo e Vila Nova de Lima. A missa solene contou também com representantes do poder político local e estadual.

219 *O Pharol*, 08 de agosto de 1900, número 338, ano XXXIV, página 01.

**Imagem 37 - Anúncio da festividade do aniversário natalício de Umberto Primo em 1900**



THEATRO

14 DE MARÇO

Grandioso espectaculo de gala em homenagem ao anniversario natalicio de

**S. M. o Rei Umberto Iº**

Dedicado ao exmo. sr. **CONDE NEGRI DI LAMPORO, Rº Consolo d'Italia,** honrado com a presença da Imprensa e auctoridades locaes, e dos exmos. srs. **consules de Portugal e Allemanha,** em beneficio da ESCOLA ITALIANA UMBERTO Iº e da PROFESSORA.

PROGRAMMA

Depois da execução dos Hymnos Brasileiro e Italiano começará o espectaculo dividido em 3 partes sob a direcção da sra. professora Giuditta Seganti e do sr. Nicola Porró.

1ª PARTE

Pelos alumnos da escola Umberto Iº será representado pela primeira vez nesta cidade o emocionante drama em 2 actos do laureado escriptor Davrigny, intitulado:

**Os Paes do Orphão**

OU A POBRE MARIA

PERSONAGENS.—Maria, Giselda Caselato; Katty, Virginia della Gazza; Lord Melvil (almirante), Nicolino Porró; Arturo, Angelino Porró; Jobston (pescador), Alfredo Tait; Geronimo Duflot, Clodomiro Monti; Ordenança, Michele Scarlatelli.

Calafates, marinheiros, pescadores, etc.

O 1º acto passa-se em uma praia nos arredores de Porthsmout. O segundo no Castello de Melvil.

2ª PARTE

Pelo habil amador sr. **Alfredo Amaral** que gentilmente se presta á abrilhantar este espectaculo, serão representadas as seguintes sortes de prestidigitação e magia branca ainda não conhecidas pelo illustrado publico desta cidade:

1—Preludio de cartomancia. 2—Respostas antecipadas. 3—As cartas obedientes e a moda indiscreta. 4—O encanto da mão feminina. 5—O telegrapho Magico. 6—A louza maravilhosa.

3ª PARTE

Pela primeira vez, representar-se-á a engraçada comedia em 1 acto, original do distincto escriptor portuguez Manoel Roussado:

**OS DOIS CANDIDATOS**

PERSONAGENS.—Roberto Ramires Machado, Angelino Porró; Possidonio Pamplona da Porciuncula, C. Monti.

**O espectaculo começará ás 8 1/2**
**Haverá bonds depois do espectaculo**

Fonte: *O Pharol*, 09 de março de 1900, nº 210, Ano XXXIV, página 04.

A cerimônia começou às dez horas da manhã, com uma marcha fúnebre executada pela banda Garibaldina, que partiu do salão da Sociedade Umberto I para a Igreja. Estavam presentes na marcha as diretorias das sociedades étnicas portuguesa e alemã de Juiz de Fora, cada uma com seus respectivos estandartes. A missa foi celebrada por sete sacerdotes e segundo o jornal, estava assim ornamentada a Igreja:

> Muito capricho presidiu à decoração da Igreja a qual representava aspecto imponente.
>
> No corpo da Igreja erguia-se magestoso catafalco, arquitetado com irrepreensível gosto artístico pelo Sr. Pantaleone Arcuri, armado pelo Sr. Biancolino,

o mesmo que ornamentou a candelária no Rio, por ocasião das exéquias, ali, de Umberto da Itália.

O catafalco, todo forrado de veludo preto era representado por um pedestal de forma octogonal encimado por oito colunas que sustentavam uma cúpula em forma de coroa régia, sob a qual se viam o busto de Umberto I, em gesso, e a coroa da Itália, cobertos de crepe.

(...)

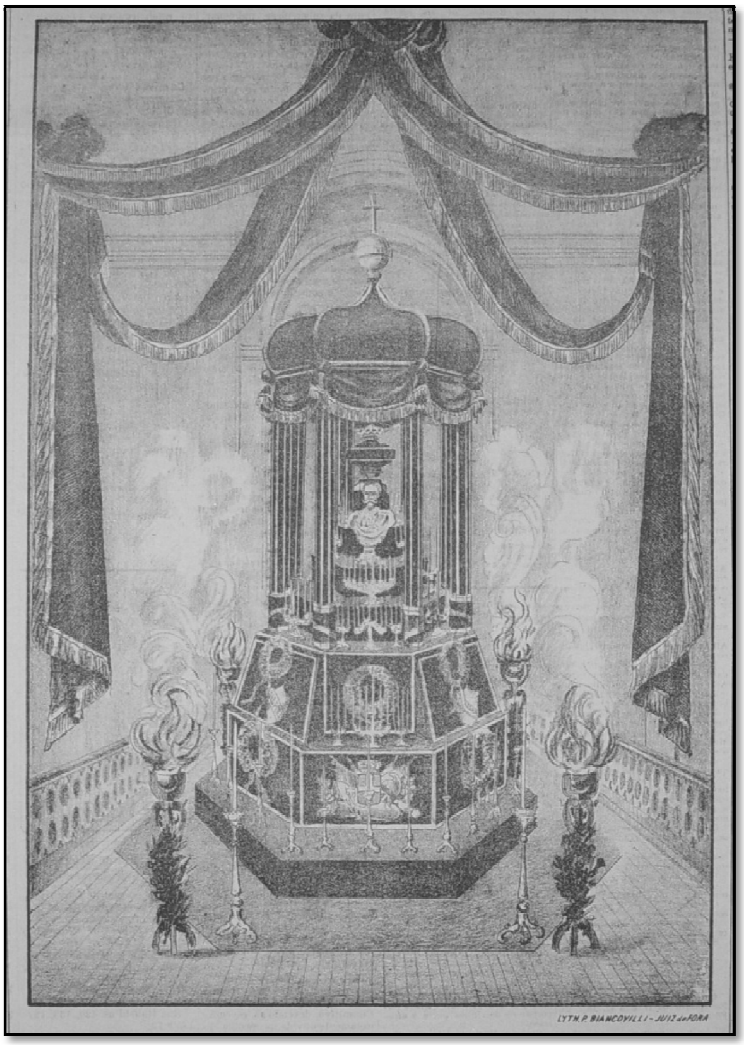
O bonito escudo das armas italianas, trabalho do Sr. Pedro Biancoville, achava-se no topo do pedestal voltado para a porta principal.

Em cada um dos quatro ângulos principais do catafalco, rodeado de grande número de cirros, ardiam piras, fazendo guarda de honra quatro veteranos de guerra da Independência da Itália com uniforme garibaldino.

(...)

Na parte superior e externa da porta principal da igreja, toda armada em luto, lia-se o seguinte: A' S. M. Umberto I, a Colônia Italiana.[220]

**Imagem 38 – Reprodução do Catafalco[221] de Umberto I, 1900**



Fonte: *Jornal do Commercio*, 06 de setembro de 1900, Ano V, número 1241, página 01.

220 *O Pharol*, 30 de agosto de 1900, número 358, ano XXXIV, página 01.

221 Catafalco é uma espécie de estrado mais alto sobre o qual se coloca o ataúde ou a representação de um morto a quem se deseja prestar homenagens.

A celebração fúnebre em torno da morte de Umberto Primo foi realizada por algumas outras comunidades italianas. Em São João del-Rei, a colônia também organizou uma celebração, com a presença dos italianos e da sociedade local (TEIXEIRA, 2012, p. 93). Porém, ao que tudo indica, nenhuma delas se compara ao que foi feito em Juiz de Fora. Inclusive, porque a solenidade contou com inúmeros representantes das associações étnicas de outras cidades e autoridades políticas do município do Estado mineiro.

Os jornais publicados em Juiz de Fora trazem outros exemplos de festividades e cerimônias envolvendo heróis e ícones pátrios, comemoradas na cidade pela comunidade italiana. Em agosto de 1910, o *Jornal do Commercio* noticiou a comemoração do centenário de Cavour, organizado pela Loja Maçônica Benso de Cavour. O centenário do Conde di Cavour foi celebrado numa festa interna para os maçons e suas famílias, com uma profusão de discursos que faziam lembrar sua atuação em prol da unificação da península itálica.[222]

No mês de março de 1912, as lideranças da comunidade italiana ofereceram ao vice-cônsul um banquete como forma de comemorar o fato de Vitor Emanuel III, rei da Itália, ter saído ileso de um atentado contra sua vida, sofrido no dia 14 de março. Neste jantar chamou-nos a atenção o *menu*, então divulgado pela imprensa local.

> Ao banquete, que teve início às 9 da noite, compareceram quarenta convivas.
>
> Falaram, durante ele, os srs. José Banducci, José Brevigliere e dr. Maximo Goffredo.
>
> Foi servido o seguinte *menu*:
>
> Mayonaise – alla Vittorio; Minestra – alla Caneva; Gamberi – alla Tripolitana; Costele de Mortone – alla Cirenaica; Coscie di pólo – alla Garibaldi; Filet composti – alla Ain-Zara; Rostibif con insalata – alla Cavour; frutta – formaggio – chianti, champagua.
>
> Tocou a banda "Lyra Guarany" que executou a Marcha Real Italiana.
>
> A festa prolongou-se até a meia noite, reinando muita cordialidade entre os convivas.[223]

Cada item do cardápio servido fazia menção à Itália de alguma maneira. A *mayonaise* era a Vittorio, fazendo alusão ao rei italiano; a *minestra*, um tradicional caldo italiano, feito à base de legumes, feijão e macarrão, era à Caneva, uma comuna italiana da região do Friuli; o *gamberi*, ou camarão – traduzindo do italiano – era à *Tripolitana*, região ao Norte da África que era objeto de disputa entre a Itália e o Império Turco-Otomano; Costele de Mortone à Cirenaica também faz alusão a uma região ao Norte da África conquistada pela Itália por meio de conflitos travados com o Império Turco-Otomano; as *coscie di polo* à Garibaldi, provavelmente seria um prato à base de coxas de frango em homenagem ao heroi

222 *Jornal do Commercio*, 12 de agosto de 1910, Ano XV, número 4301, página 02, coluna 03.

223 *O Pharol*, 19 de março de 1912, número 66, Ano XLVII, página 01.

mais popular da Itália; os filés compostos ala *Ain-Zara* referiam-se a um importante centro agrícola da região da Líbia, então disputada pela Itália e o Império Turco-Otomano; por último, o *Rostibif com insalata alla Cavour*, era uma homenagem ao Primeiro Ministro Italiano que atuou na unificação do país.

Como podemos perceber, o interessante nesse banquete é que até mesmo o cardápio servido era atinente à recente história italiana, mencionando os três principais herois de seu panteão nacional, *Garibaldi*, *Vittorio* e *Cavour*. Aludia também às regiões disputadas pela Itália na tentativa de não ficar para trás na corrida imperialista característica do período, mencionando regiões no norte da África como Tripolitana, Cirenaica e *Ain-Zara.*

No ano de 1913 foi a vez do centenário de Giuseppe Verdi, expoente máximo da ópera italiana. No século XIX, Verdi fez da ópera um instrumento de combate pela libertação nacional, buscando inspirações em grandes feitos do Antigo Testamento, nas Cruzadas e em herois nacionais de outros países. Em ocasião de sua morte, em 1901, milhares de pessoas acompanharam seu féretro. Em Juiz de Fora, o centenário de seu nascimento foi organizado pelo jornalista Leonardo Garella e noticiado com detalhes pelo *Diário Mercantil*.[224] Segundo esse periódico, foi organizado um festival litero-musical no teatro Juiz de Fora, que contou até mesmo com a presença de representante do *Il Corrieri Italiano,* jornal italiano publicado na cidade do Rio de Janeiro.

De uma maneira geral, analisando todas essas celebrações e reproduções simbólicas do nacionalismo italiano em Juiz de Fora, podemos demonstrar como os símbolos nacionais italianos eram reproduzidos nas regiões coloniais. Cerimônias como aquela de caráter fúnebre em memória de Humberto Primo, ou mesmo as de comemoração do aniversário de membros da família real italiana e ícones da história pátria, podem ser compreendidos como reflexos das tentativas e esforços do próprio governo italiano em produzir uma identidade nacional para o seu povo e, consequentemente, para aqueles que emigraram.

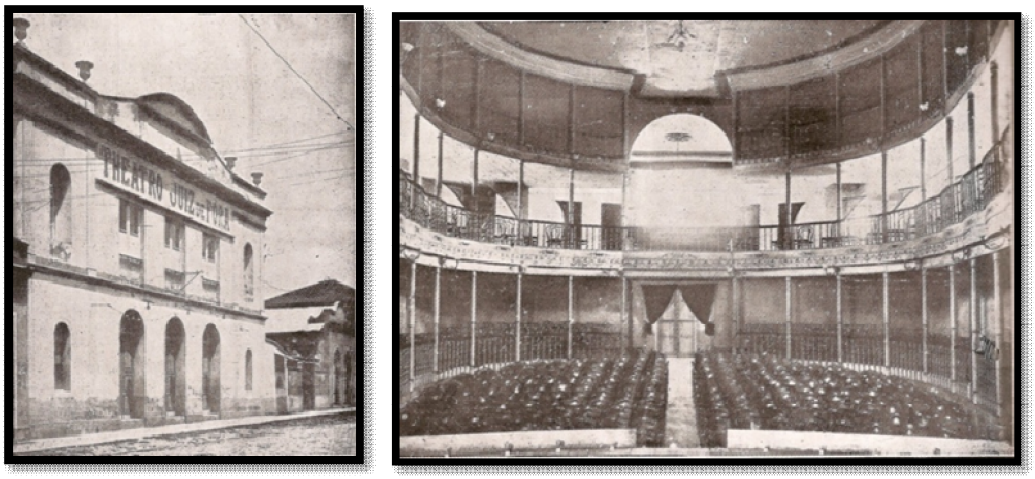
[224] *Diário Mercantil*, 14 de outubro de 1913, Ano II, número 524, página 1.

## 4.3 COMPANHIAS DE ARTE E A EXIBIÇÃO DE FILMES ITALIANOS EM JUIZ DE FORA

Além das festividades e cerimônias de caráter cívico relatadas até o momento, outros eventos em Juiz de Fora proporcionaram a integração entre os imigrantes italianos, possibilitando o reforço da italianidade, bem como uma maior interação com os moradores da cidade. A partir da segunda metade do século XVIII, o Brasil vivenciou o aparecimento dos primeiros espaços destinados aos espetáculos, com características mais europeizadas (ARAUJO, 1977, p. 17). Com a mudança da corte portuguesa para o Brasil, no início do século XIX, a presença de artistas estrangeiros no país tornou-se maior, intensificando-se com o passar dos anos. Como Juiz de Fora era o polo econômico e industrial mais dinâmico da Zona da Mata, local de residência e investimento de muitos fazendeiros do café, a cidade contou com a promoção de diversas atividades ligadas ao teatro, música e literatura.[225] Geralmente essas atividades artísticas eram encenadas nos palcos dos teatros existentes na cidade.

De acordo com Cristina Ávila, em 1863 funcionou na cidade o *Theatro Misericórdia* e sete anos mais tarde o *Theatro Perseverança*, sendo esse último custeado pela *Sociedade Progresso de Juiz de Fora*. Em 1889 foi construído o teatro *Juiz de Fora*, localizado na Rua Espírito Santo, próximo às principais ruas do centro da cidade, como a Rua Direita e a Rua Halfeld.

**Imagem 39 - Theatro Juiz de Fora, fachada e plateia.**



Fonte: http://www.mariadoresguardo.com.br/2010_05_01_archive.html

[225] ÁVILA, Cristina. *Imagens de Minas*: Juiz de Fora, Manchester Mineira. Belo Horizonte: Neoplan, 2011, p. 48.

O teatro *Juiz de Fora* existiu até o ano de 1924, quando foi adquirido e posteriormente demolido para a construção de um teatro municipal.[226] Nesses trinta e cinco anos de existência, passaram pelo seu palco algumas companhias de música, teatro e ilusionismo vindas de vários países, dentre eles a Itália.

A análise das páginas de anúncios dos periódicos *O Pharol, Jornal do Commercio* e *Diário Mercantil* mostram-nos a existência de uma interessante vida cultural em Juiz de Fora no final do século XIX e início do século XX. A proximidade da cidade com o Rio de Janeiro influenciou na dinâmica cultural local. As matérias publicadas nos jornais revelam-nos que a maioria das companhias artísticas que a cidade recebia vinha do Rio de Janeiro e, ao se dirigirem à província de São Paulo ou à capital de Minas Gerais, paravam quase que obrigatoriamente em Juiz de Fora para alguns dias de apresentação.

Em fevereiro de 1885, mesmo antes da chegada de um maior número de italianos à cidade, o atualmente extinto teatro *Perseverança* recebeu o espetáculo da *Companhia Lyírica Italiana*, cujo maestro era o professor Luiz Franciscolo. Essa companhia havia passado previamente em Buenos Aires e no Rio de Janeiro e apresentava-se naquela ocasião em Juiz de Fora.

As composições apresentadas ao público pela referida companhia eram consideradas famosas na época, como a ópera *A Favorita*, de Gaetano Donizzetti, *O Trovador*, de Giuseppe Verdi e o *Barbeiro de Sevilla*, de Gioachino Rossini. De acordo com Olga Silva, nos salões e saraus da cidade do Rio de Janeiro tocavam-se canções *de ópera italiana dos compositores mais queridos do Brasil – Rossini, Donizetti, o "divino" Bellini, e o "modernissimo" Verdi,* o que nos revela o prestígio da ópera italiana junto à elite da corte, naquele momento (SILVA, 2011, p.11).

A apresentação das óperas de Donizetti, Verdi e Rossini em Juiz de Fora não se justifica apenas pela existência de uma comunidade italiana na cidade, uma vez que eles se apresentaram antes mesmo da grande emigração subvencionada para a província de Minas. A pesquisa de Olga Silva ajuda-nos a compreender os significados que estão por trás do apreço pelas óperas.

> (...) o aparentemente desinteressado amor dos diletantes pela ópera italiana, expresso em suas críticas musicais, carrega consigo a distinção social do gosto refinado. (...) no século XIX o gosto burguês pressupunha uma educação especial, elitizada, um apreço e amor às belas artes, e a demonstração desse apreço através do

[226] ALMEIDA, Fabiana Aparecida. *Narrativas preservacionistas na cidade: a trajetória da defesa do patrimônio histórico de Juiz de Fora através das manifestações populares na década de 1980.* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da UFJF: Juiz de Fora, 2012.

> envolvimento em atividades culturais, criando uma imagem de civilização e progresso nacionais. A burguesia brasileira desejava fazer parte do "mundo civilizado" e, para tal, absorvia todos os referenciais de cultura e arte escoados no Brasil, entre eles, a obsessão pela ópera italiana (Ibidem, p. 28).

Como Juiz de Fora se destacava como o centro urbano mais importante da Zona da Mata mineira, residência de muitos cafeicultores e alguns industriais, a cidade buscava oferecer a esta elite um espaço de entretenimento, trazendo alguns dos artistas que se apresentavam na corte. Em várias ocasiões encontramos a reprodução de óperas italianas nos teatros da cidade.

**Imagem 40 – Anúncio da Companhia Lyrica Italiana**



THEATRO PERSEVERANÇA

COMPANHIA LYRICA ITALIANA

GRANDE SUCCESSO DO IMPERIAL THEATRO PEDRO II

DOUS UNICOS ESPECTACULOS

HOJE HOJE

Sexta-feira 6 e Segunda-feira 9 de de Fevereiro de 1885

(IMPRETERIVELMENTE)

No primeiro espectaculo representar-se-ha a grande opera em 4 actos do maestro Donizzetti:

A FAVORITA

No segundo espectaculo representar-se-ha a opera em 3 actos do celebre maestro Verdi:

O TROVADOR

e um acto da celebre opera-buffa do maestro Rossini:

O

BARBEIRO DE SEVILLA

ELENCO DOS PRINCIPAES ARTISTAS

Nos intervallos serão tocadas algumas phantasias por estes distinctos instrumentistas.

PREÇOS

Principiará as 8 1/2 horas.

N. B. Acha-se desde já aberta uma assignatura para duas recitas, em casa dos Srs. Brandi & Comp.

Fonte: *Pharol*, 06 de fevereiro de 1885, Ano XIX, página04.

Segundo o periódico *Pharol*, o espetáculo apresentado foi além das expectativas, já que o teatro *Perseverança*, local onde foi encenado, não contava com uma estrutura adequada para apresentações de óperas, visto que não possuía coros, cenários e orquestras.[227] Ainda que a presença italiana em Juiz de Fora não fosse tão numerosa como no início da década de 1890, o anúncio no jornal mostra que a venda de assinaturas para o espetáculo era feita na casa comercial dos senhores Brandi, italianos que residiam em Juiz de Fora e se destacaram na sociedade juizforana nos anos de 1870 e 1880.

A presença dos artistas italianos em Juiz de Fora ficou mais intensa quando o número de imigrantes na cidade aumentou e as próprias sociedades étnicas promoveram,

227 *Pharol*, 08 de fevereiro de 1885, número 1885, Ano XIX, p. 01.

algumas vezes, a vinda de artistas e companhias da Itália para se apresentarem na cidade. No início da década de 1890, quando o teatro *Juiz de Fora* estava em funcionamento, boa parte das encenações passou a acontecer nesse espaço. Na mesma década, o teatro recebeu vários artistas, porém, nenhum outro marcou mais a cidade de Juiz de Fora naquela década do que a presença do italiano Ermete Novelli.

Novelli era um artista italiano que nasceu em Lucca, no ano de 1851, e viajou por várias partes do mundo apresentando seus personagens. Era um ator representante da arte dramática italiana, que encenava monólogos e transitava da comédia ao drama (CAMPOS, 1996, p. 178). Atualmente seu nome está associado a muitas casas de espetáculo na Itália.

Por ocasião de sua chegada, no dia sete de agosto de 1890, à estação de Mathias Barbosa, Novelli foi recepcionado pelo vice-cônsul italiano, pelas diversas sociedades beneficentes, banda de música, dentre outras pessoas ilustres da cidade[228]. Ao chegar a Juiz de Fora, segundo relatos do *O Pharol*, *numerosos membros da colônia italiana, acompanhados da banda de música do club Democrático 1º de Janeiro, ergueram ao seu laureado compatriota festivas saudações que foram calorosamente correspondidas por todos os circunstantes.*[229] Nessa mesma edição do jornal, consta uma imagem do artista, feita pelo fotógrafo local, Erhard Brand.

**Imagem 41– Ermete Novelli**




Fonte: O Pharol, 08 de agosto de 1890, nº 186, Ano XXIV.

Neste período eram muito raras as reproduções de retratos nos periódicos, o que reforça a ideia de que Novelli era de fato um artista muito importante. Durante as suas apresentações no teatro *Juiz de Fora*, muitos membros da comunidade italiana compareceram

228 *O Pharol*, 07 de agosto de 1890, número 185, Ano XXIV, página 01.
229 *O Pharol*, 08 de agosto de 1890, número 185, Ano XXIV, página 01.

para prestigiar o artista. Segundo relatos do *O Pharol*, em dois dias distintos de apresentação, o artista foi presenteado pela comunidade italiana residente em Juiz de Fora.

> A colônia italiana, representada por uma comissão de que foi orador o ilustrado clínico dr. Carlos Commenale, ofereceu ao eminente artista uma belíssima coroa de louros, em cujas fitas se lia em letras de ouro expressiva dedicatória. [230]

> A colônia italiana, representada por uma comissão de que foi orador o sr. V. Picorelli, entregou ao beneficiado um lindíssimo tinteiro de prata e uma riquíssima pena de ouro, acompanhando esses objetos uma larga fita com as cores italianas, na qual se liam em caracteres artísticos o nome de Ermete Novelli e o da coletividade ofertante.[231]

A homenagem feita pela colônia italiana, presenteando Novelli com uma coroa de louros, tinteiro de prata e pena de ouro, trazia as cores da Itália nas fitas do presente e na dedicatória, valorizando os laços patrióticos que existiam entre ambos. Todavia, dentre as homenagens prestadas, com certeza a maior de todas foi o anúncio feito pelos senhores Frederico e Alfredo Lage de que, a partir daquela estadia de Novelli na cidade, o teatro não mais se chamaria *Juiz de Fora*, mas *Theatro Novelli: ao nosso theatro deve ficar mesmo ligado para todo o sempre o nome glorioso de Novelli, que veio deslumbrar-nos com os fulgores de seu talento e de seu triunfo.*[232]

De fato, o teatro *Juiz de Fora* teve seu nome alterado por um tempo. A despedida do artista da cidade foi feita por meio de um jantar, oferecido no hotel Rio de Janeiro, tendo até mesmo o *menu* disponibilizado na edição do dia seguinte, no jornal *O Pharol*.[233] Em dezembro do mesmo ano de 1890, o artista Novelli voltou a aparecer nas páginas do jornal, desta vez pelo fato de ter enviado à comunidade italiana em Juiz de Fora, uma bandeira cuja haste havia a seguinte dedicatória: *Ermete Novelli, à colônia italiana*. [234] Ao que tudo indica, a bandeira enviada era a da Itália e a solenidade de bênção da bandeira ocorreu no primeiro dia do ano de 1891.[235]

Em junho de 1891, o teatro *Novelli* recebeu a *Companhia Dramática Italiana*, da qual fazia parte um ator que se destacava pelas importantes interpretações das tragédias de Shakespeare, o ator Andrea Maggi. A companhia foi contratada para se apresentar durante seis noites em Juiz de Fora e, ao chegar, foi recepcionada por membros da colônia italiana

230 *O Pharol*, 10 de agosto de 1890, número 188, ano XXIV, página 01.
231 *O Pharol*, 12 de agosto de 1890, número 189, ano XXIV, página 01.
232 *O Pharol*, 10 de agosto de 1890, número 188, ano XXIV, página 01.
233 *O Pharol*, 13 de agosto de 1890, número 190, ano XXIV, página 01.
234 *O Pharol*, 16 de dezembro de 1890, número 307, ano XXIV, página 01.
235 *O Pharol*, 1º de janeiro de 1891, número 01, Ano XXV, página 02.

local, que acompanhou os atores do grupo até o Hotel Rio de Janeiro ao som de uma banda de música.[236] Essa companhia italiana teria partido da então capital do Brasil, onde também havia realizado várias apresentações.

Diferentemente dos jornais publicados no Rio de Janeiro, que teciam críticas mais elaboradas a respeito da atuação dos atores que encenavam os espetáculos da *Companhia Dramática Italiana*, nos jornais juizforanos as matérias eram sempre muito elogiosas a toda encenação. Fazia-se sempre questão de mencionar como Juiz de Fora era uma cidade que se caracterizava pela *civilidade* e *progresso*, oferecendo ao seu público aquilo que havia de melhor no mundo artístico (MONTEIRO, 2010, p. 97). Tal como ocorreu com o artista Novelli, Andrea Maggi também teve sua fotografia reproduzida na primeira página do periódico, no dia dezessete de junho de 1891, juntamente com uma extensa matéria de capa, contendo uma síntese de sua biografia e dos seus papéis de maior destaque no teatro.

**Imagem 42 – O espetáculo de Andrea Maggi, 1891**




Fonte: *O Pharol*, 17 de junho de 1891, nº 143, Ano XXV, página 01.

Apesar dos ingressos não serem acessíveis a todos os segmentos da sociedade, parte da comunidade italiana fazia questão de prestigiar os seus patrícios artistas, nem que fosse buscando-os na estação ferroviária ou indo até o hotel onde eles se hospedavam para cumprimentá-los. No caso da estadia de Andrea Maggi e sua companhia em Juiz de Fora, a

236 *O Pharol*, 6 de junho de 1891, número 134, Ano XXV, página 01.

comunidade italiana local aproveitou o espetáculo para comemorar o aniversário do Estatuto Italiano, como pode ser conferido no cartaz de divulgação disponibilizado anteriormente.

Outra companhia dramática italiana que passou por Juiz de Fora foi a companhia de Gustavo Modena, que em setembro de 1894 apresentou no teatro *Novelli* seis espetáculos, destacando-se *Os Miseráveis*, de Victor Hugo, *Maria Antonieta* e *Cristóvão Colombo*, de Paulo Giacometti, e *Hamlet*, de Shakespeare.

Todas essas companhias de teatro italianas que se apresentavam em Juiz de Fora, vinham de turnês da Europa para a América e passavam em Juiz de Fora pela proximidade dessa cidade com a capital da República, o Rio de Janeiro. A apresentação em Juiz de Fora acontecia antes mesmo de esses artistas mostrarem seus trabalhos na cidade de São Paulo.

De acordo com Neyde Venezziano, o*s primeiros elencos italianos que incluíram São Paulo no roteiro, no meio da ponte Rio de Janeiro – Buenos Aires, o fizeram entre 1895 e 1901* (VENEZIANO, 2006, p.36). Num trabalho sobre o Teatro de Revista em São Paulo, a autora mostra que as apresentações das companhias italianas só começaram a ser exibidas no teatro São José, espaço de teatro mais importante da cidade de São Paulo naquele momento, justamente com a apresentação da Companhia Dramática Italiana, de Gustavo Modena, em 1895. Segundo Veneziano, a apresentação dessa companhia, em especial, abriu as portas para a apresentação de outros artistas italianos no teatro São José, desencadeando a formação de círculos de teatro amadores ligados aos clubes e círculos operários italianos. Para se ter uma ideia, o artista Novelli só se apresentou no Teatro São José em julho de 1895, quatro anos depois de se apresentar em Juiz de Fora.

Além da apresentação das grandiosas companhias dramáticas e óperas, os teatros e salões de Juiz de Fora contavam com a presença de outros atores e músicos italianos.[237] Sempre que a colônia italiana podia conciliar as apresentações com as suas festividades tradicionais, ela o fazia, como foi o caso de comemorar o aniversário do Estatuto Italiano em ocasião da apresentação da companhia de Andrea Maggi, ou então comemorar o dia Vinte de Setembro na apresentação da Companhia Mágica Nigromântica[238]. Como Juiz de Fora contava com muitos músicos italianos, várias festas, concertos e bailes tinham a presença das bandas italianas que existiram na cidade.

Ao longo dos anos outras companhias de música e teatro provenientes da Itália incluíram Juiz de Fora nas suas respectivas agendas. No ano de 1907 a *Companhia Dramática*

237 Ver anexo 6 – Cartaz de apresentação de músicos e ginastas italianos.

238 *O Pharol*, 20 de setembro de 1891, número 236, ano XXV.

*Italiana* fez apresentações na cidade[239]. Em 1909 foi a vez da *Companhia de Clara Della Guardia*, que apresentou a tragédia em três atos *La Figlia di Joria*, escrita pelo italiano Gabriele D'Annunzio.[240] No ano de 1912, a *Companhia Juvenil 'Citta di Roma'* encenou a opereta em três atos de Vittore Leon e Leone Stein[241]. Em junho de 1914, Juiz de Fora recebeu um recital do violinista Eugenio Sacchi[242] e em agosto recebeu o mágico e ilusionista italiano Maieroni[243].

No início do século XX, uma novidade foi trazida para a sociedade juizforana: o cinema. Segundo Sônia Lino, Juiz de Fora foi a primeira cidade de Minas a conhecer o cinema, tendo a primeira exibição ocorrido em julho de 1897 (LINO, 2009, p. 92). O cinema na época, chamado de cinematógrapho, caiu no gosto popular de tal modo que, alguns anos mais tarde, entre 1908 e 1909, surgiram quatro salas de exibição na cidade: o Cinema Juiz de Fora, o Cine Pathé, o Ideal Cinema e o Cinema Paris. Outras salas surgiram com o passar dos anos. De acordo com Lino, *o cinema foi, antes de tudo, um símbolo da modernidade urbana, expressão da sociedade industrial e científica que mudou a percepção do mundo, da natureza e da relação tempo e espaço* (*Ibidem*, p. 92).

**Imagem 43 - Cine Polytheama - 1915**




Fonte: http://www.mariadoresguardo.com.br/2010/05/teatro-polytheama-em-1915-do-album-do.html

Se os teatros na cidade recebiam companhias italianas se constituindo num dos espaços de manifestação/reforço da italianidade, o mesmo ocorreu com as salas de reprodução

239 *Jornal do Commercio*, 06 de julho de 1907, Ano XII, número 3348, página 02, coluna 02.
240 *Jornal do Commercio*, 02 de junho de 1909, Ano XIV, número 3946, página 01, coluna 06.
241 *Jornal do Commercio*, 27 de junho de 1912, Ano XVII, número 4973, página 01, coluna 04.
242 *Diário Mercantil*, 27 de junho de 1914, número 740, página 2.
243 *Diário Mercantil*, 2 de Agosto de 1914, 771, página 3.

cinematográfica, que exibiam apresentações teatrais, musicais e filmes de atores e produções italianas. Na tabela a seguir, podemos conferir alguns dos *films* exibidos que eram relacionados à Itália ou contavam com atores e músicos do país.

**Tabela 10 – Apresentações italianas no *cinematógraph.o***

| Mês/Ano | Cinema | Apresentação |
|---|---|---|
| Maio de 1910 [244] | Cinema Pharol | "*Il varo della corazzata Dante Alighieri*" e "*Campagna dell Eroe dei due Mondi*". |
| Setembro de 1910[245] | Cinema Pharol | *Anita Garibaldi.* |
| Setembro de 1911[246] | Cinema Pharol | *Escola Moderna de Cavalaria Italiana.* |
| Setembro de 1912[247] | Cinema Pharol | Reprodução cinematográfica dos episódios mais interessantes da *batalha de Meghber* da guerra Ítalo-turca. |
| Maio de 1912[248] | Cinema Pharol | Cantores líricos italianos *Los Brunettis.* |
| Setembro de 1912[249] | Cinema Pharol | Reprodução cinematográfica dos episódios da *guerra Ítalo-turca* e no palco os *duetistas italianos Fattori e Caroli*. |
| Janeiro de 1913[250] | Polytheama | No palco cantará o apreciado barytono *Pietro Fiesoli.* |
| Julho de 1913[251] | Polytheama | *Actriz italiana Tina Amantine; Os duetistas italianos "Dell Mare – Beneck"*. |
| Agosto de 1913[252] | Polytheama | Estreia da cantora italiana *Rosita Milano.* |
| Agosto de 1913[253] | Cinema Pharol | Apresentação dos *duettistas Del-Mare-Benecehi.* |
| Novembro de 1913[254] | Polytheama | Duetistas italianos. |
| Janeiro de 1914[255] | Cinema Pharol | *Amor de pae*, cujo protagonista é o afamado actor Ermete Zaconi. *No palco estréa da grandiosa cançonetista Emma Nicolini.* |
| Março de 1915[256] | Polytheama | *– Filme La Sigolette, em 6 longas partes e desempenhado por conhecidos artistas italianos e no palco Ida Sartores, melodista italiana e Williens Brothers, acrobatas.* |
| Abril de 1916[257] | Cinema Ideal | *"Este querido cinema reabre hoje suas portas com uma extraordinária sessão dedicada à colônia italiana".* |
| Maio de 1916[258] | Cinema Ideal | *"Lagos Italianos", encantador "film" do natural; "a rainha Mezurka", empolgante drama italiano em 5 bellos atos; "As desventuras do Chico" graciosa comedia. Haverá duas sessões, começando a 1ª 7 horas e a 2ª às 8 ½.* |
| Junho de 1916[259] | Cine-Theatro Halfeld | *Pierrete Fiori.* |

244 *O Pharol*, 22 de maio de 1910, número 230, Ano XLV, página 03.
245 *O Pharol*, 29 de setembro de 1910, número 230, Ano XLV, página 01.
246 *O Pharol*, 19 de setembro de 1911, número 222, Ano XLVI, página 01.
247 *Diário Mercantil*, 10 de Setembro de 1912, número 197, página 02/coluna 04.
248 *Diário Mercantil*, 02 de maio de 1912, Ano I, número 85, página 02.
249 *Diário Mercantil*, 11 de Setembro de 1912, número 198, página 2/coluna 03.
250 *Diário Mercantil*, 03 de janeiro de 1913, Ano II, número 294, página 02.
251 *Diário Mercantil*, 13 de julho de 1913, Ano II, número 164, página 02.
252 *Diário Mercantil*, 05 de agosto de 1913, Ano II, número 464, página 2.
253 *Diário Mercantil*, 24 de agosto de 1913, Ano II, número 481, página 2.
254 *Diário Mercantil*, 21 de Novembro de 1913, Ano II, número 556, página 2.
255 *Diário Mercantil*, 03 de janeiro de 1913, Ano II, número 294, página 2.
256 *Diário Mercantil*, 26 de Março de 1915, número 969, página 3.
257 *O Pharol*, 13 de abril de 1916, número 88, Ano LI, página 02.
258 *Diário Mercantil*, 24 de Maio, número1430, página 02.
259 *Diário Mercantil*, 08 de Junho de 1916, número 1443, página 2.

| | | |
|---|---|---|
| Setembro de 1916[260] | Cine-Theatro Halfeld | *"Os mil de Garibaldi", deslumbrante episódio da independência italiana e dedicado à respectiva colônia.* |
| Setembro de 1916[261] | Polytheama | *Los Ineguali - dueto italo-brasileiro.* |
| Outubro de 1916[262] | Polytheama | *Cantora italiana Lina Lapine.* |
| Novembro de 1916[263] | Cine-Theatro Halfeld | *Les Palmieri-Rossi, Duo-cômico italiano.* |
| Maio de 1917[264] | Polytheama | *Cantora italiana Annita Vildi.* |

Sempre que possível as salas dos cinematógrafos exibiam filmes dedicados à comunidade italiana. Algumas vezes as exibições poderiam coincidir com a comemoração de alguma data do calendário festivo da comunidade, outras eram apenas sessões dedicadas aos italianos. Os filmes eram, geralmente, de curta duração e as exibições eram divididas com apresentações teatrais ou musicais, muitas delas encenadas por artistas italianos. Uma parte das exibições ocupava-se da divulgação dos feitos dos herois pátrios. Como pode ser visto na tabela anteriormente mostrada, em maio de 1910 o *Cinema Pharol* exibiu "*Campagna dell Eroe dei due Mondi*"[265], sobre Giuseppe Garibaldi. Em setembro do mesmo ano um filme sobre Anita Garibaldi foi assim descrito pelo jornal *O Pharol*:

> Annita Garibaldi é um belíssimo drama da fábrica Cines, em que vemos muitos atos de bravura da nossa gloriosa e aureolada patrícia, ao lado do seu valente esposo, o imortal guerreiro Giuseppe Garibaldi. Há nessa fita episódios empolgantes, destacando-se em todos eles a figura a um tempo audaciosa e deslumbradora de Annita Garibaldi, cuja coragem é motivo de justo orgulho para a nossa raça.[266]

Garibaldi voltou a aparecer em outros filmes, como em 1916, na fita *"Os mil de Garibaldi"*, definida como sendo um *deslumbrante episódio da independência italiana e dedicado à respectiva colônia*, que neste caso era a comunidade italiana residente em Juiz de Fora. Em outros filmes, as telas exibiam momentos de guerra, como os *episódios da guerra Ítalo-turca,* ou as paisagens da Itália, como o filme *Lagos Italianos.*

A quantidade de filmes voltados para o público italiano leva-nos a crer que, de fato, o cinema era uma atração que esses imigrantes e seus descendentes apreciavam. Certas publicações da imprensa confirmavam isso:

> Cinema Pharol

260 *Diário Mercantil,* 09 de Setembro, de 1916, número 1523, página 3.
261 *Diário Mercantil,* 16 de Setembro, de 1916, número1529.
262 *Diário Mercantil* , 14 de Outubro de 1916, número1553, página 2.
263 *Diário Mercantil,* 09 de Novembro de 1916, número 1575, página 3.
264 *Diário Mercantil, 0*8 de Maio de 1917, número 1727, página 3.
265 *O Pharol*, 22 de maio de 1910, número 230, Ano XLV, página 03.
266 *O Pharol*, 29 de setembro de 1910, número 230, Ano XLV, página 01.

> Esta procurada casa de diversões dedica as suas sessões de hoje à ilustre e digna colonia italiana desta cidade, cujos membros são seus assíduos freqüentadores.
>
> O programa foi organizado a capricho e dele constam oito excelentes fitas dos mais apreciados fabricantes.
>
> Desses oito films, cinco são de assumptos exclusivamente italianos.
>
> Eil-os: Annita Garibaldi, Exercícios dos Carabineiros, Panorama de Nápolis, Entrega da bandeira ao couraçado Vittorio Emanuelle III, Couraceiros italianos, Exercicios militares alpinos, Exercicios de fogo da esquadra italiana.
>
> Esta última fita é interessantíssima. Vêm-se nela perfeitamente os movimentos das torres dos navios, os disparos dos canhões e os estragos produzidos pela artilharia dos vasos alvejados.[267]

Ainda sobre os filmes de guerra envolvendo a Itália, a documentação do vice-consulado italiano nos mostra que as empresas produtoras de filme ofereciam às sedes das agências consulares existentes os rolos de filmes indicados para possivelmente serem alugados e exibidos para a comunidade italiana assistir. Pela leitura das correspondências consulares, a proposta para os consulados e sociedades italianas não era de lucrar com as exibições, uma vez que o aluguel das salas de cinema era caro, mas divulgar as cenas do exército italiano em ação[268]. No ano de 1919, a *Empresa Cinematográfica Pinfildi*, com sede no Rio de Janeiro, e com o consentimento da embaixada italiana do Rio, comunicou ao vice-cônsul em Juiz de Fora que dez latas contendo rolos do filme *A vitória dos Aliados* estavam sendo enviadas de Belo Horizonte para Juiz de Fora. Depois de exibidas na cidade, elas deveriam ser encaminhadas para a sede da Pinfildi. A Sociedade Umberto Primo chegou a organizar um festival no *Cinema Polytheama* exibindo as filmagens, cujo conteúdo está detalhadamente exposto no anúncio a seguir.

267 *O Pharol*, 25 de maio de 1911, número 122, Ano XLVI, página 02.

268 Correspondências consulares, Pasta: *Scuole Italiane-sovvenzioni, 1895 – 1916*, correspondências trocadas entre 20 e 24 de julho de 1919.

**Imagem 44 – Propaganda do filme de guerra *A Victoria dos Alliados* - 1919**



POLYTHEAMA

HOJE — Sexta-feira, 25 de Julho — HOJE

Grande festival em beneficio da Sociedade Beneficiente Umberto Primo

A VICTORIA DOS ALLIADOS

Um anno de guerra Italo Austriaca

Film official — Exhibido no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, no dia da festa do

Estatuto Italiano

em 1 de Junho de 1919, honrando com a presença de todos os Embaixadores estrangeiros e dignas Autoridades Brasileiras, onde assistiram a este film duas mil distinctas pessoas.

A Grande Guerra tirada pelo Regio Exercito Italiano

A libertação de UDINE — A tomada de TRENTO e TRIESTE

Sua Magestade o Rei VICTOR EMMANUEL, em Trieste.
O grande triumpho do seu regresso a Roma.

10 grandiosas partes, 10!

Ver os Alliados na Guerra e o glorioso EXERCITO ITALIANO, combatendo com verdadeira coragem na sua frente.
Este film é official e com o consentimento da REGIA EMBAIXADA ITALIANA do Rio de Janeiro.

Uma unica sessão ás 7 1/2 horas da noite

Abrilhantará este festival a popular banda musical EUTERPE MINEIRA

Pregos: - Cadeira 1$100 - Geral $600

Para o espectaculo de hoje não ha entradas de favor.

Fonte: Correspondências consulares, Pasta: *Scuole Italiane-sovvenzioni, 1895 – 1916*.

Segundo o anúncio, o filme *Victoria dos Alliados* trazia filmagens do conflito entre Itália e Áustria em prol das conquista de Udine, Trento e Trieste, sendo possível *ver os Alliados na Guerra e o glorioso EXÉRCITO ITALIANO, combatendo com verdadeira coragem na sua frente*. Reproduzia ainda o rei italiano Victor Emmanuel atuando em Trieste e o momento de seu regresso a Roma. Se outrora os homens que lutaram em prol da unificação do país eram representados vez ou outra na comunidade italiana de Juiz de Fora, com o cinema, os soldados italianos ganharam status semelhante, tendo seus feitos reproduzidos em vários filmes.

Ao analisarmos as correspondências trocadas entre a empresa e os representantes diplomáticos ou presidentes de associações italianas, constatamos que o filme em questão foi exibido primeiramente em Belo Horizonte, de lá seguiu para Conselheiro Lafayete, retornou a Belo Horizonte, foi para Juiz de Fora, de lá para Palmyra, voltou a Juiz de Fora e somente depois foi remetido para o Rio de Janeiro, tal como combinado com a empresa. De certa forma, essas correspondências entre a *Empresa Cinematográfica Pinfildi* e os representantes das colônias italianas em algumas localidades de Minas Gerais ajudam-nos a entender que, ao propagandear fitas com conteúdo italiano, como forma de obter algum tipo de retorno

financeiro, elas acabavam por divulgar também a Itália entre os brasileiros e mantinham vivo, na memória daqueles que partiram, o seu país de origem.

Em linhas gerais, a análise das colunas da imprensa que publicavam as possíveis diversões existentes em Juiz de Fora, bem como algumas correspondências consulares, nos revela que tanto os teatros quanto as salas de cinema renderam-se à presença italiana na cidade exibindo apresentações voltadas para este público. A vida artística e cultural da cidade, dinamizada pelo fato dela ser um polo de investimentos provenientes do café, bem como pela proximidade com a cidade do Rio de Janeiro, foi influenciada pela presença dos italianos nela residentes. Em certos sentidos, o espaço do teatro e das salas de cinema, além de proporcionarem a interação da sociedade juizforana com os imigrantes, reforçava a italianidade, na medida em que os imigrantes tinham seus gostos representados nos atores, cantores e filmes italianos que nesses espaços se apresentaram ou representaram.

## 4.4 SUBSCRIÇÕES EM FAVOR DA ITÁLIA E AS REPERCUSSÕES DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Os momentos de catástrofe e guerras enfrentados pela Itália nas décadas subsequentes ao período de alto índice emigratório eram propícios para testar a intensidade do apreço e identificação que os imigrantes possuíam em relação ao país. Sempre que a Itália se via às voltas com alguma tragédia, os italianos residentes no exterior eram conclamados a auxiliar da maneira que fosse possível, de preferência financeiramente. Durante os anos pesquisados, correram em Juiz de Fora várias listas de subscrição em favor de seus conacionais vitimados de alguma forma por enchentes, cólera[269], terremotos[270] e guerras[271].

Como demonstramos no terceiro capítulo, um dos motivos pelos quais o Estado italiano investiu no aumento de seus representantes diplomáticos era justamente para ficar mais próximo dos principais centros que receberam emigrados. Com uma presença mais próxima, o Estado garantiria que os emigrados enviassem dinheiro para o país. Investir na consolidação e manutenção da italianidade era estratégico, do ponto de vista financeiro, pois oferecia os argumentos convincentes para futuros pedidos de auxílio. Sempre que algum desastre acometia parte da população italiana, o MAE escrevia aos consulados e vice-consulados do exterior pedindo auxílios que deveriam ser conseguidos por meio de listas de subscrição de doações. Nos comunicados eles explicavam os motivos do pedido e recorriam *al sentimento patriottico ed al cuore delle nostre colonie*.[272] Os representantes consulares escreviam então para os correspondentes de cada localidade com maior incidência de presença italiana pedindo que enviassem as listas com o nome dos doadores e as quantias arrecadadas.

É bem provável que as somas doadas por cada italiano em Juiz de Fora fossem modestas, em decorrência do padrão de empregos - a maioria era formada por operários, donos de pequenos estabelecimentos ou agricultores - e das dificuldades econômicas que o Brasil atravessava no período, como ficou claro em algumas fontes consultadas e já

---

269 *Pharol*, 18 de novembro de 1884, número 132, Ano XVIII, página 02. / *O Pharol*, 25 de novembro de 1894, número 258, Ano XXVIII, página 02. / *Pharol*, 10 de abril de 1897, número 79, Ano XXI, página 02. / *O Pharol*, 02 de janeiro de 1909, número 2, Ano XLIII, página 01. / *Diário Mercantil*, 13 de Junho de 1915, número 1036, página 01.

270 *O Pharol*, 15 de setembro de 1905, número 270, Ano XL, página 01.

271 *O Pharol*, 08 de março de 1917, número 56, Ano LII, página 01. / *Diário Mercantil*, 04 de novembro de 1915, número 1160, página 01.

272 Correspondência enviada pelo Ministero degli Affari Esteri, Roma, 16 de novembro de 1912, Pasta*: Sottoscrizione per danneggiati del terremoto nelle calabrie*.

mencionadas anteriormente. Mas nenhuma das subscrições em prol da Itália que circulou na cidade passou despercebida, havendo sempre o envio de alguma quantia em dinheiro.

Momentos como esses são bastante emblemáticos, pois testavam o quanto os imigrantes mantinham-se ligados ao país de origem, a ponto de mobilizarem-se em prol dos pedidos de auxílio feitos pelos agentes consulares. Acreditamos que essas mobilizações, por menores que tenham sido, não podem ser compreendidas como ações desvinculadas de uma atuação prévia por parte do Estado italiano, que empenhou alguns esforços no sentido de manter aceso *o fogo de italianidade* entre aqueles que emigraram.

Todavia, não podemos negar que esses esforços variaram de país para país, de região para região e dependiam muito da atuação dos agentes diplomáticos, que podia ser ou não efetiva, no sentido de tutelar os emigrados. Se considerarmos essas doações por meio das listas de subscrição um termômetro para ao menos cogitarmos o quão forte eram os laços com o país de origem, o mesmo não se pode fazer com relação às chamadas para atuar no exército italiano quando a Itália entrou na Primeira Guerra Mundial.

As tensões existentes na Europa que precederam a Primeira Guerra foram cotidianamente noticiadas pela imprensa de Juiz de Fora, o que possivelmente colocava os italianos residentes na cidade informados sobre como andava a situação do seu antigo continente e país. Embora o início do primeiro conflito mundial tenha ocorrido no ano de 1914, somente em maio de 1915 é que a Itália entrou na guerra, rompendo com a Tríplice Aliança.

**Imagem 45 – A entrada da Itália na Guerra**


Emfim, a Italia pega em armas

Os recursos bellicos do

paiz de Victor Emmanuel

CONCEDE-SE AMNISTIA A QUANTOS COMPARECEREM

Fonte: *Jornal do Commercio*, 25 de maio de 1915, Número 5867, Ano XX, página 01.

Em Juiz de Fora, as chamadas feitas aos imigrantes para se inserirem no serviço militar começaram apenas em 1917. A imprensa local publicava as chamadas para o alistamento e os nomes daqueles que deveriam comparecer ao vice-consulado local a fim de fazerem os respectivos exames médicos que declarariam a aptidão ou não para ingressar no

exército. De acordo com informações publicadas pelo vice-cônsul Belli de Sardes, os exames ocorriam das Terças-feiras aos Domingos, sendo executados das quatorze às dezesseis horas.[273] Eram convocados todos os italianos nascidos entre 1874 e 1899. O anúncio era precedido de uma lista que continha os nomes que deveriam se apresentar ao vice-consulado. Nas listas de convocados publicadas pela imprensa consta o nome de duzentos e seis italianos que deveriam comparecer ao vice-consulado para os exames médicos[274].

Possivelmente os italianos residentes em Juiz de Fora estavam familiarizados com o desenrolar dos conflitos, uma vez que a imprensa local publicava um diário da guerra detalhando as conquistas e derrotas vividas em solo europeu. Em dezembro de 1917, alguns italianos partiram de Juiz de Fora rumo à Itália, para juntarem-se ao exército real. Segundo a imprensa, os reservistas tiveram uma despedida no salão da Sociedade Umberto Primo, onde receberam algumas lembranças como dinheiro e cigarros para levarem. No momento da partida, a Estação Central da cidade *se achava repleta de membros da colonia e pessoas de destaque que foram levar os seus votos de feliz viagem aos que partiram, atendendo ao apelo da Pátria*.[275] Porém, quando o assunto era deixar o país que os hospedara para arriscar a vida pelo país de origem, a decisão era por demais complexa.

> Italianos reservistas que fogem
>
> Dos 9 reservistas italianos que partiram daqui para o Rio, há poucos dias, embarcaram para a Itália somente 5, e chamavam-se: Emilio Camnzi, Silverio Carazza, Giacomo Mazzotti, Angelo Milani e Fernando Zaglietto. Os demais, isto é: Sabino Bonsanto, Colombo Bonsanto, Giovanni Boscolo e Santo Milani, fugiram do hotel Brasil-Italia, do Rio, onde estavam hospedados por conta do governo italiano, não se tendo apresentado na hora do embarque.
>
> Um dos fugitivos, o Sr. Santo Milani se acha na cidade; como fosse intimado pelo cônsul da Itália, teve de restituir a importância da passagem que lhe tinha sido fornecida por aquela autoridade e mais 20$ de auxílio que lhe dera o Comitato Pró-Pátria.[276]

Provavelmente, a constatação de que a morte seria uma eminente fatalidade para aqueles que se filiaram ao exército do país de origem pesou na cabeça de alguns imigrantes. Afinal, no momento do embarque para a travessia do Atlântico, alguns desistiram e fugiram, tendo que devolver ao governo o valor das passagens pagas. Ou talvez tenham sido outros os motivos que levaram esses imigrantes a não partirem, honrando com suas mortes a tão lembrada *patria lontana*. Quando o assunto envolve a possibilidade de antecipar a morte por

273 *Diário Mercantil*, 30 de Novembro de 1917, página 1, coluna 6.

274 A lista com os nomes dos italianos que deveriam comparecer ao vice-consulado pode ser consultada nos anexos deste capítulo.

275 *Diário Mercantil*, 17 de Dezembro, 1917, página 2, coluna 5.

276 *Diário Mercantil*, 28 de Dezembro, 1926, página 1, coluna 5.

meio de uma guerra, não existem subterfúgios para mensurar a identificação e solicitude daqueles que emigraram para com a sua pátria de origem. Antes de qualquer coisa é bom não esquecermos que, apesar de alguns imigrantes terem fugido da guerra, outros embarcaram dispostos ao conflito, e isso nos leva a refletir sobre os sentidos que a manutenção da italianidade assumiu nas colônias.

Fora da Itália a italianidade refere-se a todo o sentimento que pode ser despertado na memória e nas ações de um imigrante italiano e que o fazem se sentir italiano. Como todas as demais identidades, a italianidade poderia ser ou não acionada, a depender dos interesses de cada imigrante, e poderia, inclusive, coexistir com outras identidades em questão. Em Juiz de Fora, as mais de quatro décadas compreendidas entre 1878 e 1922, por nós pesquisadas, revelam que foram vários os momentos e circunstâncias que proporcionaram aos imigrantes criarem e estreitarem os vínculos com a Itália.

Seguramente, por trás de toda e qualquer ação do Estado italiano sobre o pretexto de tutelar os emigrados, estava o interesse sobre o quanto e o que eles poderiam render para o país. Apesar dos percalços, irregularidades e descompromissos por parte desse Estado na tarefa de tutelar aqueles que partiram, os italianos, enquanto estrangeiros num país que não era o seu, foram submetidos em maior ou menor grau a um projeto de italianidade. Ao menos em Juiz de Fora isso fica bastante claro quando lemos as correspondências consulares, observamos a atuação das sociedades italianas, bem como analisamos a documentação das escolas italianas que existiram na cidade.

Até o momento foi possível constatar que o vice consulado promoveu uma mitigada tutela aos imigrantes e as escolas italianas ofereceram aos que podiam pagar pela educação – ainda que considerada precária por causa das dificuldades enfrentadas com relação às finanças – um ensino consonante com o nacionalismo italiano de viés monárquico. Outros espaços de manifestação e consolidação da italianidade existiram, como as associações mutuais, recreativas e religiosas, e os jornais e colunas publicados em língua italiana. Além das associações e da imprensa, algumas festas, cerimônias, apresentações de teatros e cinemas também traziam as recordações da Itália por meio da apresentação de seus artistas e personagens mais ilustres. É difícil para nós precisar qual a intensidade e a maneira como toda a comunidade italiana de Juiz de Fora vivenciava essas influências. Mas as fontes consultadas permitem assegurar que o nacionalismo italiano ecoou nessa cidade e manifestou-se de diversas formas, possibilitando aos imigrantes o estreitamento dos laços com a sua pátria de além mar.

Entretanto, como asseguramos na introdução deste trabalho, a italianidade não necessariamente precisa estar relacionada com as instituições que bem ou mal faziam ecoar o nacionalismo italiano. Para uma compreensão mais completa dos sentidos da italianidade em Juiz de Fora, é preciso entender esse conceito na ordem das identidades, e como tal, analisá-lo no contexto interacional, ou seja, no convívio ou confronto com a própria comunidade imigrante e com a comunidade local. Esse é o assunto do próximo capítulo.

# CAPÍTULO 5

## A ITALIANIDADE SOB A PERPECTIVA DA IDENTIDADE ÉTNICA

Até este momento da tese trabalhamos com o conceito de italianidade entre a comunidade italiana de Juiz de Fora como sendo influenciado pelos desdobramentos das políticas nacionalistas da Itália que propositalmente chegavam às regiões coloniais da América.

Não obstante, existe outro ângulo para abordarmos a italianidade, que vai além da repercussão do nacionalismo italiano em terras estrangeiras: o viés da perspectiva étnica. Se a italianidade está relacionada a tudo aquilo que faz com que o imigrante italiano se identifique com a Itália, não podemos desconsiderar em nossa análise que o contato interétnico, intrínseco às experiências migratórias, favoreceu a percepção de muitos imigrantes como sendo italianos. Nesse momento da tese, as discussões existentes na Antropologia sobre o conceito de *Etnicidade* são importantes, pois elas nos auxiliam na compreensão de como a dinâmica inerente ao contato estabelecido entre grupos de procedências étnicas diferentes pode reforçar a autopercepção que esses grupos têm sobre si mesmos e sobre os demais que coexistem numa dada sociedade.

À luz das pesquisas de alguns antropólogos como Fredrik Barth, Manoela Carneiro da Cunha e Roberto Cardoso de Oliveira, esse capítulo propõe analisar em que medida os espaços que favoreciam a socialização dos imigrantes com os demais moradores de Juiz de Fora contribuíram para reforçar o sentimento de identificação dos italianos com o seu país de origem. Ou seja, ao abordar os italianos como um grupo étnico, procuramos entender como a dinâmica relacional estabelecida por eles com outros grupos pode ter redimensionado a percepção que eles tinham como sendo imigrantes italianos. Neste sentido, a italianidade será trabalhada de maneira muito próxima ao conceito antropológico de identidade étnica, que posteriormente será mais bem esmiuçado e devidamente fundamentado.

Para este fim, utilizamos como fonte de pesquisa documentos que possibilitassem perceber mais claramente a relação dos imigrantes entre si e com a sociedade juiz-forana que os acolheu. Os documentos pesquisados foram basicamente algumas matérias encontradas em jornais locais e, principalmente, os processos criminais envolvendo italianos. Dentre os mais de três mil processos do judiciário existentes no *Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora*,

escolhemos um total de cem processos entre os crimes de ofensas físicas e injúrias que incluíam italianos como ofendido ou réu.[277]

A princípio, a escolha deste tipo de fonte pode levantar alguma indagação, pelo fato dos processos criminais serem uma documentação que aborda uma parcela de indivíduos e situações que de certa maneira estão relacionados a comportamentos desviantes de uma conduta moral imposta pelo Estado. Porém, essa percepção precisa ser relativizada, uma vez que acreditamos que os conflitos são próprios da vida em sociedade e nem sempre os envolvidos num processo judiciário estão necessariamente vivendo às sombras da criminalidade. Os processos do judiciário nos colocam em contato com personagens que se envolveram diretamente em atos considerados ilícitos, mas também com aqueles que estavam nas imediações do ato, que sofreram o crime ou presenciaram-no, como as testemunhas. Todos os relatos encontrados nesse tipo de fonte – sejam provenientes daqueles envolvidos diretamente num crime, ou daqueles que o testemunharam – estão repletos de informações sobre a vida em sociedade que dificilmente outra fonte conseguiria precisar. Como afirma Sidney Chalhoub sobre a utilização dos processos criminais como fonte de pesquisa histórica:

> O fundamental em cada história abordada não é descobrir "o que realmente se passou" – apesar de, como foi indicado, isto ser possível em alguma medida –, e sim tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso. As diferentes versões produzidas são vistas neste contexto como símbolos ou interpretações cujos significados cabem desvendar. Estes significados devem ser buscados nas relações que se repetem sistematicamente entre as várias versões, pois as verdades do historiador *são* estas relações sistematicamente repetidas (CHALHOUB, 2001, p. 40).

Para além dos ditames burocráticos intrínsecos a um processo judicial – que se divide em várias instâncias, pareceres e julgamentos – os depoimentos de réus, ofendidos e testemunhas podem trazer repetições sistemáticas de atos e comportamentos dos agentes sociais envolvidos. No caso dos processos que buscam averiguação para crimes cometidos entre italianos, é possível constatar algumas diversidades existentes dentro da própria comunidade italiana, que outras fontes trabalhadas até então não permitiram precisar. Quanto aos crimes praticados entre nacionalidades diferentes, os relatos trazem várias inferências que uma nacionalidade imputa sobre a outra, permitindo-nos compreender a percepção que um determinado grupo étnico fazia sobre o outro.

[277] Agradecemos a gentileza da historiadora Elione Silva que compartilhou conosco o seu banco de dados criminal, facilitando muito a execução desta parte da pesquisa.

Antes de nos debruçarmos sobre essas evidências documentais que aludem às relações interétnicas envolvendo italianos na cidade de Juiz de Fora, faz-se necessário fundamentar alguns conceitos chaves para a análise deste capítulo. Em vista disso, contextualizaremos a seguir os conceitos de *identidade étnica* e *grupos étnicos.*

## 5.1 IDENTIDADE E GRUPOS ÉTNICOS

Presente nos verbetes da Filosofia, Psicologia, Sociologia, Antropologia e História, o conceito *identidade* conta com possibilidades explicativas que não são exclusivas desta ou daquela ciência. De certa forma, a utilização de um conceito por áreas que possuem particularidades analíticas bem delimitadas acabou por conferir-lhe um emaranhado de definições e potenciais de explicação que não necessariamente são uníssonos e nem exclusivos a determinados objetos de pesquisa. A polissemia que envolve a palavra acabou por conferir dificuldade em se dar um limite conceitual à mesma.[278] Que o homem e sua vivência em sociedade sejam, por excelência, o objeto que suscita a necessidade do conceito de identidade para compreender questões variadas sobre a sociedade, é inquestionável. Entretanto, as ciências citadas têm abordagens teóricas e conceituais muito próprias para tecer suas análises sobre a experiência social, o que acabou por conferir ao conceito diversas possibilidades explicativas.

De acordo com João Luiz Medeiros, a palavra identidade é originária do latim, *identitate*, cujo significado tem a ver com as possibilidades de semelhança e permanência entre indivíduos e coletividades (MEDEIROS, 2008, p. 31). Enquanto alusiva à ideia de semelhança, a identidade permitiria a identificação de um indivíduo ao outro, construindo assim uma *identidade social* que representaria um grupo pela semelhança e similaridade entre seus indivíduos membros. A ideia de permanência faz menção às questões ligadas ao enraizamento temporal do caráter, sua reprodução e capacidade de perdurar.

Na virada do século XIX para o século XX, Sigmund Freud já havia, dentro da Psicologia, demonstrado interesse pelas discussões em torno da identidade. Porém, suas análises estavam voltadas para as questões da identificação, processo de assimilação ou introjeção de pessoas e objetos externos (Ibidem, p. 29).

Para Medeiros, na década de 1950 foi a vez do conceito de identidade ganhar força dentro das Ciências Sociais, por influência dos trabalhos de Erik Erikson, psiquiatra ligado à Teoria do Desenvolvimento Social. O termo identidade era utilizado para explicar todo um processo de ajuste do indivíduo na sociedade, envolvendo assim dois aspectos: um psíquico e um social. Isso possibilitava às ciências humanas e sociais utilizarem o termo,

[278] Para João Luiz de Medeiros, a grande dificuldade de se dar um limite conceitual ao termo se confirma em expressões tidas por ele como nebulosas: "perda de identidade", "identidades plurais", "recomposição identitária", "crise de identidade", ou "excesso de identidade". Ver MEDEIROS, João Luiz. Elementos de análise para a construção de identidade. In: MEDEIROS, João Luiz (org). Identidade em movimento: nação, cyber espaço, ambientalismo e religião no Brasil Contemporâneo. Editora Sulina, Porto Alegre: 2008, p. 14.

aplicando-o à vivência em comunidade. A noção de *crise identitária* também é tributária de Erik Erikson, que cunhou essa expressão para se referir aos picos de crise a que está sujeita a identidade individual (NOACK, 2007).

Ao que tudo indica, as pesquisas na Psicologia abriram para as Ciências Sociais norte-americanas um leque de possibilidades para aplicar o conceito de identidade na compreensão dos aspectos sociais. A identidade social de um indivíduo se caracterizaria pelas suas vinculações a um sistema que seria constituído por diferenças sexuais, sociais, nacionais etc. Assim, a *identidade cultural*,[279] componente da *identidade social*, aparecia no âmbito universitário com um grande potencial para explicar o período de reivindicação e afirmação de minorias étnicas, que marcava os Estados Unidos na década de 1960.

A presença numerosa de imigrantes de diversas nacionalidades e/ou etnias, lutando por espaço e reconhecimento diante de um contexto de ineficiência do Estado norte-americano, no sentido de mediar os conflitos entre grupos diversos, acabou por constituir-se num objeto de estudo importante, que veio ao encontro do conceito de identidade cultural associado às coletividades (NIETHAMMER, 1997). As diferenças culturais eram consideradas importantes para identificar e distinguir os grupos.

Os trabalhos norte-americanos, influenciados pela psicologia social, concebiam a identidade como algo imutável, que era capaz de determinar a conduta dos indivíduos. Essa concepção de identidade, conhecida como *identidade objetiva* (CUCHE, 2002, p. 178) ou *identidade rígida* (BRUBAKER & COOPER) entendia o processo de afirmação das identidades como algo imanente, preexistente ao indivíduo, que, ao nascer e crescer em sociedade interiorizaria os modelos culturais impostos, enquadrando-se a determinados grupos, a fim de não correr os riscos de se tornar um marginal. As concepções de dinamicidade vinculadas a um contexto relacional só fariam parte da noção de identidade posteriormente.

Segundo os pesquisadores Poutignat e Streiff Fernart, outros teóricos trabalharam nessa mesma época com a vinculação dos indivíduos aos grupos étnicos. Em função disso, identidade étnica foi considerada por muitos estudiosos da diversidade social norte-americana a mais importante vinculação identitária que um indivíduo poderia ter. No caso da sociedade norte-americana, o conceito designava a pertença a um grupo que coexistisse naquela

[279] Segundo Denis Cuche, cultura e identidade cultural não são noções que podem se confundir, apesar da estreita ligação que possuem. Segundo o autor, "a cultura pode existir sem a consciência de identidade, ao passo que as estratégias de identidade podem manipular e até modificar uma cultura que não terá então, quase nada em comum com o que ela era anteriormente". A identidade cultural seria um dos componentes da identidade social. Ver: CUCHE, Denis. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002, p. 176 e 177.

sociedade, mas que não fosse anglo-americano (POUTIGNAT & STREIFF-FERNART, 1998, p. 21).

Dentro da Antropologia, a compreensão de grupos étnicos relacionava-se a uma população que se perpetuava biologicamente, compartilhando valores culturais que eram passados de geração para geração por meio da comunicação e interação. Nesse momento, noções como contraste e fronteiras ainda não eram correntes na discussão de grupos étnicos por parte dos antropólogos. Para os adeptos de uma visão mais enrijecida da identidade, critérios como língua, vinculação territorial, cultura, religião, dentre outros, eram importantes para definir e/ou descrever a identidade cultural de um grupo. Sem esses critérios seria difícil um agrupamento de pessoas reivindicar e sustentar uma identidade cultural autêntica, pois ameaçaria a homogeneidade dos seus membros.

### 5.1.1 A ressignificação do conceito de *grupo étnico* e *identidade*

A concepção de grupo étnico vigente até as décadas de 1950 e 1960, como sendo um grupo cuja identidade se evidenciava pelo engessamento de sua cultura, foi bastante questionada pelos trabalhos do norueguês Fredrik Barth. Depois de uma extensa pesquisa de campo entre os Pathans, povo que vive na fronteira do Afeganistão com o Paquistão, Barth trouxe para a discussão relacionada aos grupos étnicos e às identidades, percepções até então inexistentes que valorizavam a natureza das fronteiras e a situação relacional dos grupos como sendo fundamentais para a compreensão dos processos de autoafirmação dos indivíduos ou coletividades (BARTH, 2002).

Ainda que os trabalhos de Barth tenham sido específicos para a discussão da etnicidade, sua compreensão sobre o caráter relacional dos grupos étnicos na formação das identidades étnicas foi substancial para que o próprio conceito de identidade, de uma maneira geral, sofresse um processo de ressignificação. A ruptura do pensamento barthiano em relação às concepções étnicas existentes até então está justamente no fato de ele levar em consideração as fronteiras estabelecidas/construídas na diferenciação entre um agrupamento e outro, e as relações entre esses agrupamentos no interior de uma mesma sociedade. Barth tece uma crítica à visão tradicional de grupo étnico como sendo o inventário de categorias como território, língua, costumes ou valores que uma comunidade comunga e consequentemente se diferencia em relação às demais. Para o autor, um grupo étnico não necessariamente compartilha a mesma cultura, o mesmo território ou a mesma língua. Nem sempre as

diferenças culturais constituem-se em diferenças étnicas. A natureza dos traços étnicos, intrínsecos a cada membro de um determinado grupo, depende da manutenção de uma fronteira que seja capaz de delimitar os grupos variados a conviver ou disputar um mesmo espaço social. A manutenção dessas fronteiras está ligada a um processo de *dicotomização* de seus indivíduos.[280]

Diante disso, o necessário para a coexistência da diversidade étnica seria justamente a interiorização dos estatutos do sistema social pelo indivíduo a ponto de refutar as orientações valorativas de um comportamento que não é do seu grupo, mas pode ser encontrado no grupo que convive no mesmo *nicho* ou *lócus* (POUTIGNAT e STREIFF-FERNART, 1998, p. 199-204). Diante de uma coletividade que comporta muitos grupos étnicos, a adesão aos valores de determinado sistema social não é exercida apenas por aqueles que compartilham a mesma identidade.

O contato entre grupos étnicos é imprescindível para a emergência das fronteiras e das diversidades em sistemas sociais amplos. Mesmo com o trânsito de pessoas, as fronteiras persistem. Numa sociedade poliétnica, os vários grupos que convivem entre si atuam para a manutenção das dicotomias e diferenças e essas dependem do grau de coação que a identidade étnica exerce sobre um indivíduo. É importante que fique claro que o material humano organizado em torno do grupo étnico não é imutável e nem estático. Isso significa que os sinais diacríticos de um grupo podem mudar com o tempo e com as possíveis transformações que vierem a ocorrer.

As pesquisas de Barth dentro da Antropologia trouxeram novas possibilidades para a compreensão dos agrupamentos humanos, desde os mais remotos, até os mais variados a conviverem na sociedade moderna. O conceito de *grupo étnico* deixou de ser aplicado apenas aos grupos sociais distantes da urbanização, passando a ser utilizado para compreender as possibilidades interativas estabelecidas entre os indivíduos nas sociedades marcadas pela globalização. Mas dentro de uma sociedade diversa, o que seria identidade étnica e o que seria identidade nacional?

O antropólogo brasileiro Roberto Cardoso de Oliveira, à luz das pesquisas de outro antropólogo, Abner Cohen, afirma que as diferenças nacionais somente fazem sentido

[280] Ver trabalhos de: BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000; OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Caminhos da identidade*: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora UNESP, 2006; CUNHA, Manoela Carneiro da. *Negros estrangeiros*: os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo: Brasiliense, 1985; CUNHA, Manoela Carneiro da. Etnicidade: da cultura residual, mas irredutível. In: *Antropologia do Brasil*: mito, história e etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1986.

numa análise relacional, quando cada povo está dentro de suas respectivas fronteiras nacionais (OLIVEIRA, 2006, p. 85). Quando grupos nacionais diversos convivem fora de suas fronteiras, esses mesmos grupos não seriam mais concebidos como nacionais, mas como étnicos. Nas palavras de Cohen, a Etnicidade seria *essencialmente a forma de interação entre grupos culturais operando dentro de contextos sociais comuns* (COHEN, Abner. *Op. cit*, p. xi, apud Roberto Cardoso de Oliveira, *op cit*, p. 85). Com base nesses argumentos de Cohen é que, em nossa pesquisa, compreendemos os italianos residentes em Juiz de Fora como sendo um grupo étnico e não nacional, uma vez que eles estão interatuando fora da Itália.

Diferentemente da identidade étnica, a identidade nacional é considerada um desdobramento da atuação do Estado Nacional. Para Zygmunt Bauman, a diferença entre identidade étnica e nacional é que a segunda não foi forjada substancialmente pela experiência humana do contato e da dicotomia. A identidade nacional foi algo cuidadosamente criado pelo Estado e suas forças. O Estado não traçou apenas uma fronteira real entre si e os demais, mas também monopolizou o direito de traçar a fronteira entre *nós* e *eles*, forjando símbolos e representações que não condiziam com todos, mas com um grupo que partilhava o poder político e/ou econômico no momento de sua consolidação. *A identidade nacional só permitiria ou toleraria essas outras identidades se elas não fossem suspeitas de colidir* (...) *com a irrestrita propriedade da lealdade nacional* (BAUMAN, 2005).

A identidade nacional está estritamente relacionada à construção de uma memória nacional. Entendemos que a memória está associada à capacidade humana de reter informações e (re)lembrar fatos sobre o passado. Como assegura Renato Ortiz, aquilo que é memorizado e/ou esquecido no âmbito nacional está estritamente ligado à atuação do Estado, que se utliza de intelectuais como mediadores simbólicos dessas memórias, (ORTIZ, 2006, p. 139). Numa discussão sobre memória coletiva e memória nacional, Ortiz argumenta que a memória coletiva, ou seja, aquela que é revificada no interior dos grupos sociais, está na ordem da vivência, se aproxima do mito e se manifesta ritualmente no cotidiano das pessoas. No âmbito das identidades étnicas, ousamos dizer que a vivência com outros grupos diferentes contribui para que os indivíduos em questão reafirmem sua memória coletiva.

Já a memória nacional é resultado de uma história social; ao contrário de ser propriedade particular de um grupo social específico, *ela se define como universal e se impõe a todos os grupos* (*Ibidem*, p. 136). Ela *se refere a uma história que transcende os sujeitos e não se concretiza imediatamente no seu cotidiano* (*Ibidem*, p. 135). Segundo Ortiz, *memória*

*nacional e identidade nacional são construções de segunda ordem que dissolvem a heterogeneidade da cultura popular na univocidade do discurso ideológico* (*Ibidem*, p.138).

Com base no que foi pesquisado até aqui, é indiscutível que a política de contrução de uma identidade nacional italiana ultrapassou as fronteiras da Itália e chegou até aos países que receberam os imigrantes. Como já mostramos nos capítulos anteriores, o *Ministero Degli Affari Esteri*, por meio de uma série de ações e medidas, buscou construir e/ou manter entre os emigrados uma memória nacional que estreitasse os vínculos de identificação com o seu país de origem.

Por conseguinte, a análise da italianidade sob uma perspectiva étnica é imprescindível, uma vez que a identidade étnica influenciou-se de elementos nacionais italianos, decorrentes das tentativas de construção de uma memória nacional que partia da Itália e chegam até Juiz de Fora. Esse arsenal simbólico que pertence ao nacionalismo italiano e era muitas vezes acionado pelos imigrantes acabava sendo utilizado como recurso diacrítico dos italianos em relação aos demais grupos étnicos que viviam na cidade. Posto dessa forma, o contato interétnico contribuiu para que os indivíduos provenientes da Itália se percebessem como sendo imigrantes italianos e as várias manifestações alusivas ao nacionalismo do país de origem corroborava para reforçar os sinais diacríticos imprescindíveis para delimitação das fronteiras que definiam quem era quem naquela sociedade marcada pela diversidade.

## 5.2. ESPAÇOS E SITUAÇÕES QUE PROMOVIAM O CONTATO INTERÉTNICO

Até o momento, os espaços de socialização que conseguimos perceber na documentação pesquisada referiam-se, em sua maioria, a ambientes direcionados especificamente aos imigrantes italianos. Escolas, sociedades étnicas e comemorações italianas foram citadas como ambientes que favoreciam e possibilitavam a convivência entre os imigrantes, salvo algumas exceções. Contudo, no tocante à vida cotidiana, permeada pelas relações e laços contraídos no trabalho, na vizinhança e na rua, faz-se importante pensarmos quais eram os espaços, ambientes e situações que mais proporcionavam os encontros e desencontros entre a comunidade italiana e os demais grupos étnicos que viviam em Juiz de Fora.

Se partirmos do princípio que as relações estabelecidas entre os diferentes grupos étnicos são essenciais para a compreensão de como a italianidade se manifesta no cotidiano, torna-se indispensável considerarmos em nossa reflexão os locais que possibilitavam uma maior interação entre esses grupos. Ao analisar a documentação criminal de Juiz de Fora, cujos crimes envolvem italianos e outros grupos, é possível encontrar indícios dos momentos e ambientes mais favoráveis à convivência.

De todos os espaços existentes numa cidade, a rua é por excelência, aquele que melhor provoca encontros e/ou desencontros entre as pessoas. Mais do que um simples caminho, com o objetivo de proporcionar o trânsito e ligar lugares, a rua é o espaço público que possibilita a circulação de todas as classes sociais, gêneros e tipos que dividem a existência no espaço urbano. Como local favorável a tantos encontros, alguns excessos e conflitos de diferentes níveis também acabam ocorrendo, muitas vezes apresentando-se como o estopim para tensões sociais relacionadas às condições de trabalho ou até mesmo à condição de imigrantes.

No dia 11 de abril de 1888, o italiano Ricardo Franciscone, que se dizia artista de alabastros, recém mudado do Rio de Janeiro para Juiz de Fora, foi preso pelo subdelegado de polícia. Por considerar sua prisão injusta, Franciscone resolveu fazer uma denúncia contra o próprio subdelegado que o prendeu. O processo foi arquivado, mas os relatos das testemunhas são fundamentais para entendermos os motivos que levaram à prisão do italiano. Segundo consta nos depoimentos dos autos, o italiano foi preso por *arruaça*, ou seja, perturbação da ordem pública.[281] Segundo uma testemunha brasileira, ele era *dado ao vício de embriagar-se*

[281] Processo Crime, Código 11643, Caixa 001, Resistência, 11/04/1888.

*e nesse estado começa*va *a cantar e dar vivas a Garibaldi.* Outra testemunha, de nacionalidade portuguesa, confirma os fatos dizendo que Franciscone estava no Largo da Estação *embriagado e dando vivas à Itália, à Garibaldi e à República.*

A prisão do italiano, apesar de enquadrar-se no crime de perturbação da ordem, parece demonstrar também um fundo político. Franciscone gritava vivas à República na via de maior circulação de pessoas, ponto de embarque e desembarque na cidade, tudo isso num contexto em que o governo brasileiro estava ainda fundamentado nos princípios monárquicos.

Outro ponto interessante para pensarmos a respeito deste caso é o fato de Franciscone ovacionar a figura de Giuseppe Garibaldi. Acionar os símbolos nacionais italianos em meio às comemorações direcionadas aos imigrantes é compreensível. Porém, nesse caso, a figura de Garibaldi extrapolou as reuniões italianas e invadiu o espaço público nas exclamações de um imigrante bêbado – que segundo os depoentes, tinha por hábito embriagar-se e sair aclamando o país de origem.

À luz das reflexões de Sidney Chalhoub sobre os conflitos de trabalhadores cariocas no início do século XX, podemos afirmar que a interferência imediata do subdelegado de polícia que decretou a prisão de Franciscone no momento em que ele estava bêbado a aclamar o herói italiano revela-nos outro ponto. Era comum neste período de formação de um mercado de trabalho livre o aparato policial ser utilizado como forma de impor e zelar por uma *ordem burguesa* na sociedade (CHALHOUB, 2005, p. 269). Todos os que se comportavam de forma destoante daquilo que se esperava para uma sociedade que se moldava diante dos princípios de uma economia trabalhista tendiam a ser repreendidos diretamente pelo aparato policial.

Deixando de lado os motivos que levaram à prisão de Franciscolo, é interessante percebermos nas entrelinhas do processo, como os sinais diacríticos surgem muitas vezes sutilmente. A imprensa local publicava diversas vezes matérias sobre o considerado heroi italiano, sem mencionar a banda de música existente na cidade, formada por italianos, que se chamava *Banda Garibaldina*. Mas para aqueles transeuntes que presenciaram a cena e os que foram arrolados como testemunhas, as palavras do bêbado reforçavam a figura de Garibaldi enquanto um ícone cujo domínio simbólico pertencia aos imigrantes italianos e sua relação coma a Itália. Qual outra procedência étnica aclamaria Garibaldi pelas ruas juiz-foranas, senão algum imigrante italiano?

Prosseguindo nossas considerações sobre a rua como espaço promotor de encontros entre os diferentes grupos étnicos que viviam em Juiz de Fora, analisemos os

seguintes ocorridos. No meio da tarde de um domingo de fevereiro do ano de 1894, o italiano, Augusto Trentine, que residia na Rua Santa Rita, região central de Juiz de Fora, resolveu dar uma volta pela rua onde residia há pouco mais de três meses.[282] Provavelmente Trentine andava pelas sombras, fugindo do sol quente que fazia na cidade que estava em pleno verão. Ao caminhar um pouco, resolveu parar no estabelecimento de Antônio Francisco com a finalidade de apreciar uma bebida. Ao sair do bar, viu que sua vizinha Maria Luiza estava na janela, colocando-se assim, a conversar com ela. Durante a conversa, Augusto Trentine foi interrompido por dois praças do destacamento policial. Um deles, de nome José Domingues, sem motivo aparente, chamou-o de *carcamano*, iniciando uma discussão que levou José Domingues a desferir no italiano algumas bengaladas na cabeça, fazendo-o prestar queixa na delegacia. O processo encerrou-se com a prisão do réu que cumpriu prisão celular de três meses. O italiano, segundo as testemunhas – formadas por um brasileiro, um português e um conacional – tinha o hábito de embriagar-se, mas apesar disso era visto como um sujeito *ordeiro*.

Pelo pouco tempo que residia na Rua Santa Rita, é bem provável que Trentine havia chegado há pouco na cidade e escolhera aquela localidade para residir. A Rua Santa Rita possuía na década de 1890 alguns cortiços, que eram uma opção barata de moradia para imigrantes recém chegados. Trentine também deve ter emigrado sozinho, sem amásia ou cônjuge, uma vez que se declarava solteiro e possuía mais de cinquenta anos. Dedicava-se ao ofício de ajudante de pedreiro, trabalho que não requeria tanta experiência técnica nem exímio conhecimento da língua local, sendo, portanto, uma opção acessível para imigrantes se empregarem ao chegar à cidade.

Tal como no caso do italiano Fraciscone, mencionado anteriormente, o destacamento policial foi implacável com Augusto Trentine, identificando em seu comportamento um possível desvio do que se esperava das pessoas nesse momento. De acordo com Chalhoub, para o Rio de Janeiro, havia uma tentativa evidente de estigmatizar as opções de lazer *dos pobres urbanos do sexo masculino,* uma vez que eram nesses momentos que os trabalhadores extravasavam os cansaços do fim do dia e compartilhavam as desventuras do trabalho e da própria existência (*Ibidem*, p. 256). Assim sendo, um imigrante, que estava sob os efeitos do álcool e a conversar com uma moça pela janela poderia se constituir numa postura que contrariava a moral que se buscava contruir neste momento.

[282] Processo Crime, Código 314, Caixa 101, Lesão Corporal, 18/02/1894.

O curioso neste processo é que a acusação de Trentine contra um dos praças que o prendeu materializou-se na condenação do mesmo. Para este desfecho surpreendente é interessante mencionar o teor dos depoimentos das testemunhas: apesar de Trentine fazer uso recorrente de bebida alcoólica, ele era um sujeito ordeiro. Ou seja, apesar de suas possíveis fraquezas diante do álcool, o italiano em questão possuía uma das mais importantes virtudes neste momento de construção e consolidação dos valores de uma moral capitalista: ele era um *sujeito ordeiro*.

Ser insultado de *carcamano* não foi exclusividade de Augusto Trentine. No mês de setembro do ano de 1913, o italiano Fernando Rinelli estava a andar pelas ruas de Juiz de Fora quando ouviu uma altercação vinda de dentro de um estabelecimento comercial. Curioso que era, aproximou-se da janela pelo lado de fora para ouvir do que se tratava. O português, Augusto da Motta, que na ocasião cobrava o aluguel de uma inquilina sua, ao ver o italiano bisbilhotando, começou a gritar chamando-o de *filho da puta*, *cafetão* e *carcamano*. Sentido-se ofendido com as alcunhas recebidas, Rinelli prestou queixa, mas o processo terminou com a absolvição do réu.[283] Augusto Trentine e Fernando Rinelle receberam como xingamento, nas duas ocasiões, a expressão *carcamano*.

Existem algumas hipóteses para a origem desse insulto, que ficou comum nas regiões brasileiras com maior incidência de imigrantes italianos. A palavra, que tem caráter pejorativo, pode ser uma contração da expressão *calca la mano,*que se referia à prática de alguns imigrantes no Brasil de forçar a mão sobre o prato da balança a fim de que a mercadoria pesasse mais. Outra teoria é que a palavra seja proveniente do espanhol, *carcamán*, alusivo a uma espécie de barco grande, pesado e ruim. Em alguns países da América Latina, esse termo era usado para definir pessoas que possuíam pouco mérito.[284] Independente da origem real do termo, no Brasil, *carcamano* era usado na maioria das vezes em situações ofensivas para se referir aos imigrantes italianos que para cá vieram. Indiscutivelmente, era um termo pejorativo. Isso fica evidente nos depoimentos de ambos ofendidos, que faziam questão de frisá-lo nas respectivas queixas.

A alcunha de *carcamano* recebida por alguns italianos em momentos de discussão, como os que foram relatados, faz-nos refletir sobre o processo de dicotomização dos indivíduos quando estão convivendo e/ou disputando um mesmo espaço na sociedade. Até mesmo nos xingamentos é possível perceber este movimento que implica na

283 Processo Crime, Código 89, Caixa 168, Calúnia e Injúria, 17/09/1914.
284 Instituto *O Bom do Português*, disponível em: http://institutoobomdoportugues.blogspot.com.br/2007/10/carcamano.html.

diferenciação entre quem é imigrante proveniente da Itália, e quem não é. Marcar ou reforçar uma diferença entre indivíduos e coletividades por meio de definições linguísticas e discursivas é uma prática comum nas sociedades em que, na sua conformação, existem pessoas de diferentes procedências étnicas.

De acordo com a vertente antropológica tributária de Fredrik Barth, tanto a identidade quanto a diferença estão em uma relação de estreita dependência (WOODWARD, 2000). A identidade e a diferença são produzidas no contexto das relações sociais e fazem sentido na cultura e nos sistemas simbólicos que a compõem. Fora do ambiente social onde geralmente são produzidas, elas não fazem sentido algum, pois os sinais que diferenciam os grupos variados em convívio devem ser reconhecidos por todos os membros dos grupos através de símbolos e sistemas representativos que sejam comuns a todos (*Ibidem*, p. 10). Por mais que o imigrante italiano não concordasse com epíteto de *carcamano*, recebido no calor das ofensas, ele sabia que a alcunha era uma forma de identificar os imigrantes provenientes da Itália, ainda que o conceito fosse alusivo apenas a situações ofensivas.

De maneira geral as identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas. A identidade é relacional e a diferença é marcada por símbolos que se contrastam com a simbologia das outras identidades em jogo. Essas marcações são importantíssimas, pois dão sentido às práticas e às relações sociais, definindo quem faz e quem não faz parte do grupo (*Ibidem*, p, 18).

O sociólogo Norbert Elias, ao estudar a comunidade de Winston Parva, na Inglaterra, e as relações estabelecidas entre os antigos moradores e os recém-chegados, percebeu que existia uma forte estigmatização imposta pelos estabelecidos da comunidade aos novos vizinhos. A obra que surgiu a partir desse trabalho de campo, *Os estabelecidos e os outsiders,* é bastante significativa no sentido de mostrar o quanto a dicotomização entre grupos sociais é tributária do convívio e contato com as diferenças, sejam elas étnicas, nacionais ou sociais.

Em sociedades heterogêneas, afixar rótulos é uma das armas utilizadas pelos grupos já estabelecidos como forma de manter sua superioridade social. No caso da comunidade inglesa de Winston Parva, os antigos moradores que conviviam há mais de uma geração haviam estabelecido um modo de viver e um conjunto de normas que eram comuns a todos. Os vizinhos recém-chegados, ou *outsiders,* ao se fixarem na comunidade, colocavam em risco as normas e tabus coletivos criados pelos antigos moradores, ameaçando o status que cada morador antigo havia conquistado entre os vizinhos já estabelecidos. Em função disso há

a estigmatização dos *outsiders* como sendo indignos de confiança, indisciplinados, desordeiros e sujos. Por incrível que pareça, os *outsiders* eram considerados imundos pelos *insiders*, que alegavam que suas casas não eram tão limpas quanto deveriam ser. Segundo Elias e Scotson, em situações como essas *o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na autoimagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo* (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 24).

Dentre a miscelânea de grupos étnicos que viviam em Juiz de Fora, é bem provável que os alemães, portugueses, espanhóis e árabes também recebessem seus rótulos provenientes do convívio com a sociedade local. No caso dos imigrantes de procedência italiana, até onde podemos apurar, os rótulos recebidos não geraram segregações tal como Elias e Scotson constataram em Winston Parva. O termo *carcamano*, apesar de ser utilizado para se referir ao grupo étnico italiano, era empregado apenas em situações de ofensas, não sendo, portanto um epíteto para rotular todos os italianos em todas as circunstâncias de convívio e conflito social.

Já o distintivo, *procedência nacional*, vinha antes de qualquer nome ou sobrenome. Na maioria dos depoimentos, os ofendidos, ao se referirem aos réus, frisam primeiro sua procedência nacional. Em seguida mencionam o nome ou qualquer outra referência. Esse padrão de rótulo pela nacionalidade também é seguido por muitos profissionais do judiciário, responsáveis pelas escritas e pareceres existentes nos processos sempre que algum imigrante italiano se envolvia na justiça criminal. Essa prática não é uma exclusividade de Juiz de Fora. Flávia Arlanch de Oliveira, analisando conflitos entre italianos e outros grupos étnicos para a cidade de Jaú, em São Paulo, afirma que *os escrivães, ao registrarem o atributo nacionalidade atrelado ao nome do imigrante italiano, proclamavam nada mais que o comportamento dominante da sociedade* de Jaú (OLIVEIRA, 2008, p. 88).

No dia dois de agosto de 1894, Gaetane Camazze foi agredido pelo português José Lopes Alves[285]. Segundo consta nos relatos dos autos, Gaetane, ao voltar de uma entrega de lenha, passou pela Rua Santa Rita e ao ver duas vizinhas conversando, disse palavras consideradas indecorosas, além de passar as mãos nos seios de uma delas, denominada Emília. Essa senhora, que era caseira de José Lopes Alves, informou-o do ocorrido que, na primeira oportunidade em que encontrou Gaetane, ofendeu-lhe fisicamente. Uma das testemunhas que conhecia os envolvidos disse em seu depoimento que o italiano tinha *por costume antigo ofender as mulheres da Rua Santa Rita*. O depoimento dado pelo réu afirma

[285] Processo Crime, Código 6147, Caixa 102, Lesão Corporal, 02/08/1894.

que ele notava *que diversos italianos naquela rua, embriagam-se constantemente e fazem ali grandes algazarras, não podendo mencionar os nomes por não conhecê-los.*

Para os envolvidos nesse caso, Gaetane Camazze era, antes de qualquer coisa, um italiano. A nacionalidade como diferenciador étnico era o primeiro dístico utilizado pelos envolvidos num crime. Camazze já era conhecido entre a vizinhança da Rua Santa Rita por causa das suas maneiras de acercar-se das mulheres de forma ofensiva. O italiano em questão morava em Juiz de Fora havia quatro anos e tinha como meio de vida a profissão de padeiro. Outro ponto neste processo que não pode passar despercebido é o depoimento do réu, ao afirmar que a embriaguês era uma prática constante entre os *diversos* italianos na referida rua. Apesar de não conhecer nominalmente nenhum deles, o réu afirma que são de procedência italiana aqueles que faziam algazarras na rua em questão.

Para as pessoas que vivem há muito tempo numa determinada sociedade, não é difícil reconhecer quem é de fora. A identificação dos italianos podia ser feita com base na língua que eles usavam, pelos aspectos físicos que apresentavam, as maneiras de gesticular e articular a fala, os hábitos alimentares que cultivavam, dentre outras evidências. O português José Lopes Alves não conhecia pessoalmente nenhum italiano que se punha a fazer barulho na rua, mas afirmava que eram italianos. Desconhecia suas procedências regionais e as possíveis diferenças dentro da própria comunidade italiana. Simplesmente usava a nacionalidade para rotular a todos que se punham a embriagar e badernar na Rua Santa Rita.

Karl Monsma, ao analisar os conflitos interétnicos no interior de São Paulo afirma que *o tratamento de todos como "italianos" pelos brasileiros (e por outras nacionalidades) rapidamente produziu uma redefinição da fronteira étnica mais relevante, enfraquecendo a identidade regional e fortalecendo a identidade italiana* (MONSMA, 2000, p. 03). Monsma chama atenção para o quanto a identificação da nacionalidade era importante para os envolvidos em crimes interétnicos, que substituíam muitas vezes o sobrenome dos estrangeiros pela sua respectiva origem nacional – ou pelo que eles imaginavam ser a origem nacional. Uma vez que essa é uma característica reincidente nos processos criminais interétnicos, é possível cogitarmos que nas relações estabelecidas no cotidiano – muitas vezes desprovidas do tom conflitivo que caracteriza os casos que foram parar na Justiça – a nacionalidade tenha sido um importante traço de definição entre os indivíduos.

Esse crime cometido por Camazze contitui-se em mais um conflito que vai ao encontro dos apontamentos interpretativos que Chalhoub faz para os conflitos envolvendo imigrantes no Rio de Janeiro. Ao dizer palavras consideradas indecorosas para duas mulheres

que estavam na rua, além de tocar os seios de uma delas, o comportamento de Camazze foi apenas a gota d'água que faltava para o italiano ser indiciado por práticas reincidentes. As testemunhas são enfáticas ao afirmar que este comportamento era típico do réu há algum tempo nas imediações da Rua Santa Rita. O conflito ocorreu quando o réu interrompeu sua rotina de trabalho e feriu uma conduta social que era esperada para um trabalhador: a de não se envolver em confusões e conter seus instintos, mesmo que fossem libidinosos.

Abrindo um parêntese sobre a rua enquanto lugar propício ao convívio interétnico e a consequente redefinição das fronteiras étnicas, a leitura dos processos criminais aponta-nos que a exaltação proveniente do uso de bebida alcoólica parece ter sido uma prática comum entre os italianos. Em vários outros autos, a bebida é citada como hábito compartilhado por muitos italianos envolvidos nos conflitos que foram parar na Justiça.

No mês de janeiro de 1914, Tuzelli Tulli foi preso por ofender sua mãe, Elizabeth Tuzelli.[286] Segundo testemunhas, o réu tinha o hábito de *embriagar-se constantemente*. Em fevereiro desse mesmo ano de 1914, Luiz Bellini, um italiano de 17 anos foi preso por ofender com instrumento cortante o brasileiro Moisés José Marques.[287] De acordo com o depoimento de testemunhas, o italiano se encontrava bêbado. Já em fevereiro de 1920, na Rua Halfeld, o italiano Paschoal Boccia, feriu com faca o brasileiro Joaquim Gomes da Fonseca.[288] Sem mencionar os motivos que levaram às ofensas, as testemunhas afirmaram que o réu italiano tinha por hábito a embriaguês. Em quase todos os processos cujos envolvidos italianos estão sob os efeitos do álcool, os depoimentos citam a embriaguês como sendo uma prática recorrente.

Além do uso de bebidas alcoólicas, os processos apontam-nos vários conflitos decorrentes de cobranças de dívidas e alugueis entre os italianos. A sobrevivência e adaptação num novo país não foi uma empreitada fácil para muitos italianos que optaram por viver na região urbana de Juiz de Fora. Recém chegados, e alguns acompanhados de suas respectivas famílias, muitos imigrantes que viajaram sem economias acabaram se envolvendo em empréstimos contraídos com outros italianos na cidade, bem como alugando imóveis de conacionais já estabelecidos. Com as dificuldades que envolviam os anos iniciais da vivência num novo país, muitos não tinham condições de pagar as quantias devidas, o que levava a muitas discussões e até mesmo ofensas físicas. O fato de contraírem suas dívidas com outros imigrantes da mesma procedência nacional não amenizava a agressividade de muitas

286 Processo Crime, Código 909, Caixa 131, Lesão Corporal, 05/01/1914.
287 Processo Crime, Código 5831, Caixa 131, Lesão Corporal, 12/02/1914.
288 Processo Crime, Código 9760, Caixa 139, Lesão Corporal, 15/02/1920.

cobranças realizadas. Se a escolha dos locatários ou credores em alguns casos se pautava na procedência nacional, os processos nos levam a constatar que os critérios de cobrança não eram amaneirados pelos mesmos princípios.

Voltando ao caso da Rua Santa Rita, a contenda provocada por Camazze não foi o primeiro crime que mencionou os italianos que viviam nas suas imediações em situações conflituosas. Outras também ocorreram e tiveram como envolvidos pessoas em estado de ebriedade. Como já afirmamos, esta rua possuía muitos cortiços, opção barata de moradia que favorecia a junção de muitos italianos num mesmo lugar sem a menor privacidade ou condições de salubridade. Além dos cortiços, a Rua Santa Rita apresentava um número razoável de botequins, ambiente propício para a embriaguês e consequentes exaltações que acabavam por se transformarem em contendas.

Fechando esse parêntese, voltemos nossas considerações para os lugares que facilitavam a sociabilidade entre diferentes grupos étnicos residentes em Juiz de Fora. Para além do espaço público das ruas, as vendas e os botequins também foram ambientes de encontros acessíveis aos mais variados segmentos sociais que viviam não apenas no cenário urbano, mas também no rural. No caso de Juiz de Fora, muitos trabalhadores, fossem eles imigrantes ou não, ao final do dia passavam nesses lugares para apreciarem uma bebida ou simplesmente alimentar o vício que trouxeram de além-mar, ou adquiriram na nova condição de imigrantes. São vários os autos que relatam crimes que se passaram no interior desses espaços e cujos réus ou ofendidos são dados ao hábito de embriagar-se.

No dia 17 de dezembro de 1906, na Rua São Matheus, em frente à venda do italiano Passarelli, Belarmino Rodrigues da Paixão pôs-se a combinar uma pescaria com um amigo quando sentiu que estava sendo chicoteado.[289] Ao olhar, *viu que era o italiano Gabriel* Miccone. Antes de qualquer outra referência ao nome ou ocupação, Gabriel era *o italiano*. Num contexto de conflito como os que são documentados pelos processos do judiciário, mencionar a nacionalidade do réu é um importante diferencial no caso da polícia prendê-lo.

Situações como essa que acabamos de relatar e que se transformou em processo no judiciário são comuns nas relações entre italianos e demais moradores de Juiz de Fora. De uma simples conversa, surgem algumas brincadeiras que podem acabar se transformando em ofensas. O italiano Gabriel, réu no processo acima, não ofendeu fisicamente a Belarmino num contexto de briga ou desavença por questões pendentes, como ocorre em muitos outros crimes. Segundo as testemunhas, ambos estavam na calçada *alegres* – provavelmente

[289] Processo Crime, Código 5605, Caixa 121, Lesão Corporal, 17/12/1906.

embriagados – e fazendo *macaquices*. Uma das testemunhas afirmou que o italiano Gabriel deu com o chicote em Belarmino quando esse disse que *ia soltar uns ventos*. As vendas e a rua eram uma junção perfeita para proporcionar aos frequentadores do espaço público ocasiões e momentos para encontros, desencontros, brincadeiras e excessos.

Uma série de conflitos ocorreu nesses ambientes de bebedeira e descontração. No mês de junho de 1892, Paschoal Muralle estava tomando cerveja no bar do Hotel Boa Esperança, quando ofendeu fisicamente o brasileiro Pedro José de Castro.[290] Em outra ocasião, no distrito de Água Limpa, Tibério estava voltando do trabalho caminhando pelas margens da linha férrea quando resolveu parar no botequim de um italiano.[291] Lá teve algumas discussões com dois brasileiros e dois espanhóis, o que acabou resultando num tiro tomado pelo italiano.

Assim como a rua, também as vendas e botequins proporcionavam situações em que as pessoas podiam exercer suas peculiaridades na resolução dos conflitos, de acordo com regras de conduta próprias e que nem sempre estavam compassadas com o código de moral imposto pelo Estado. No botequim, os frequentadores, em sua maioria homens, conversavam sobre o dia de trabalho, combinavam entre si outras formas de diversão e amenizavam as asperezas que muitas vezes envolviam a adaptação numa nova sociedade. Em alguns momentos, pendências pessoais, dívidas, excessos nas falas e possíveis brincadeiras acabavam virando ofensas ou sendo estopins para contendas antigas. As asperesas da adaptação numa nova sociedade, que poderia envolver problemas de diversas ordens, como comunicação, amores, moradia e trabalho, eram compartilhadas por aqueles que se debruçavam nos balcões dos botecos, inebriados pelo gosto da cachaça e o acalentar momentâneo que ela poderia oferecer. Como chama-nos a atenção Chalhoub, os botequins constituíam-se, enquanto espaço de sociabilidade, em exímios *observatórios populares* (CHALHOUB, 2005, p. 309).

Juntamente com as ruas, vendas e botequins, as situações e ambientes festivos eram cruciais no sentido de favorecer o contato e relacionamento entre italianos e demais moradores de Juiz de Fora, como podemos atestar nos relatos a seguir. Numa madrugada de carnaval do ano de 1901, terminado o baile de fantasias realizado no *Club Carnavalesco,* situado à Rua Halfeld, os oriundis Luiz Paggy, João Alselmo Paggy e Francisco Paggy Filho, armados de bengalas, penetraram no referido *club,* e travando-se em seguida um conflito entre

290 Processo Crime, Código 181, Caixa 96, Lesão Corporal, 14/06/1892.
291 Processo Crime, Código 314, Caixa 101, Lesão Corporal, 18/02/1894.

eles e os trabalhadores do local, desfecharam bordoadas que feriram a Pedro Lisboa e Anna Rosa Pereira.[292]

Pelo que consta nos autos é bem provável que os réus estivessem sob os efeitos do uso de bebida alcoólica. Porém, o ato criminoso em si não nos interessa nesse momento, mas sim as circunstâncias em que ele ocorreu. Os rapazes da família Paggy estavam brincando o carnaval, uma festa bastante popular e que juntava pessoas de diferentes segmentos sociais e também procedências étnicas. Ademais, o envolvimento de italianos e oriundis nas comemorações do Carnaval em Juiz de Fora é notado nos jornais locais desde a década de 1880. Em 1886, o italiano Francisco Antonio Brandi foi presidente da Sociedade de Bailes Carnavalescos de Juiz de Fora.[293] Nos anos seguintes, em meio aos anúncios dos grupos carnavalescos a festejar a data encontramos vez ou outra nos jornais indivíduos italianos como organizadores e participantes dos festejos do entrudo.[294]

Num outro momento festivo, dessa vez na região rural de Juiz de Fora, na Fazenda Salva Terra, ao cair da tarde do dia 12 de março de 1905, Carlo Leonello, italiano, foi agredido por José e Manoel Martins.[295] Pelo relato das testemunhas fica claro que o motivo das agressões se deu por causa de um baile dado pelo italiano em sua residência dias antes, ocasião em que os réus José e Manoel foram colocados para fora pelos donos da casa. Um italiano, que foi testemunha no processo, chega a dizer que o baile dado em casa de Leonello era de uma sociedade a qual ele pertencia e por causa do mau comportamento dos réus, eles foram colocados para fora. Deixando de lado as ofensas físicas, esse processo nos revela que até mesmo nas festas que ocorriam na casa dos italianos, nota-se o convívio com outros grupos étnicos. Nesse caso, José e Manoel não foram expulsos porque não eram italianos, mas porque, segundo testemunhas, eles não apresentaram bom comportamento. Quantos outros brasileiros não foram convidados e estavam nessa mesma ocasião a festejar juntamente com os italianos?

Para além destes espaços que proporcionavam o convívio, os processos criminais e a imprensa juiz-forana enumeram uma série de outras situações que possibilitavam a convivência entre pessoas de diferentes procedências étnicas. Italianos, portugueses, alemães, árabes, espanhóis e brasileiros encontravam-se nos espetáculos circenses que a cidade recebia, nas apresentações teatrais, nos *cinematógraphos* e até mesmo nas festividades de rua,

---

292 Processo Crime, Código 9739, Caixa 113, Lesão Corporal, 20/02/1901.
293 *O Pharol*, 14 de março de 1886, Ano XX, número 58, página 01.
294 *O Pharol*, 19 de fevereiro de 1884, Ano XVIII, número 21, página 04.
295 Processo Crime, Código 6259, Caixa 119, Lesão Corporal, 13/03/1905.

organizadas pelas sociedades étnicas existentes em Juiz de Fora. Outras possibilidades de interação étnica também ocorriam nas relações de vizinhança, nos locais de trabalhos, nas igrejas, nas sociedades recreativas ou mutuais, por exemplo.

Seria limitado refletirmos a respeito da construção de uma identidade étnica sem levarmos em consideração as variadas situações e espaços que propiciavam a interação entre os grupos de diferentes procedências étnicas que viviam na cidade de Juiz de Fora. Assim como a construção da italianidade contou com a atuação do Estado italiano ao tentar promover, ainda que de maneira tímida, a tutela dos seus emigrados, essa construção também foi viabilizada pela dinamicidade das relações com indivíduos de diferentes procedências étnicas. Não destoando de outras regiões brasileiras, em Juiz de Fora a rua, o botequim e as festas também foram pontos de encontro de indivíduos que compartilhavam diferentes procedências étnicas, constituindo-se assim em local importante para percebermos em quais símbolos estavam assentadas as fronteiras que diferenciavam a cada um deles.

## 5.3. O REFORÇO DAS DIFERENÇAS E A EMINÊNCIA DO CONTATO

Prosseguindo nossas considerações sobre os sinais diacríticos que emergem quando grupos de diferentes procedências étnicas estão em contato, é interessante pensarmos no quanto a imprensa foi importante no sentido de reforçar as alteridades entre italianos e brasileiros. Durante várias décadas, inúmeras matérias, colunas e propagandas publicadas pelos jornais juiz-foranos disseminavam as diferenças ou características da comunidade italiana. Enquanto a Hospedaria Horta Barbosa funcionou como porta de entrada dos imigrantes em Minas, era muito comum encontrar nos jornais de Juiz de Fora matérias cujo teor enaltecia os imigrantes de procedência europeia, principalmente os italianos, que naquela ocasião, entravam em maior número na Província.

Uma coluna publicada periodicamente pelo jornal *O Pharol* buscava informar aos leitores, em especial aos fazendeiros da região, como eram os imigrantes italianos, apresentando quais seriam suas possíveis qualidades e defeitos com relação aos brasileiros e demais estrangeiros. A coluna era pautada na experiência paulista de imigração, que foi bastante defendida por boa parte do conteúdo jornalístico local como sendo a melhor maneira de driblar os impactos do fim do trabalho escravo nas lavouras cafeeiras da região Matense.

Sob o título de *Boas qualidades dos colonos italianos em São Paulo,* a coluna trazia as seguintes afirmações:

> O colono italiano trabalha bem, e o seu trabalho é gabado pelo fazendeiro. Observemos o terreno do cafezal depois da varredura, quando está preparado para a colheita. (...) É um trabalho perfeito; na significação agronômica da palavra, feito com o mesmo amor com que o colono trabalharia no campo que lhe pertencesse.
>
> Façamos uma volta pela colônia. Acharemos as mulheres dos negros sentadas à porta, com as mãos no colo, mulheres tão fortes como os homens, completamente inertes, durante os compridíssimos dias de verão. Visitemos as casas dos italianos; na maior parte estão hermeticamente fechadas, aqui e ali uma dona de casa que lava roupa, uma velha ou um ancião rodeado de crianças. (...)[296]

Em outra ocasião,

> O colono italiano, ao invés do alemão, assimila-se com facilidade. Depois de alguns meses de residência, começam a tartamudear algumas palavras em português e depois de três anos sabe explicar-se na língua do país. (...)
>
> O colono italiano é submisso e respeitoso. Não se apresenta diante de ninguém com o chapéu na cabeça, mas como é seu sistema, sempre na mão direita, ocupada geralmente a coçar a cabeça. Os turbulentos constituem raras exceções entre os colonos italianos do estado de São Paulo. A maior parte dos colonos manifesta a maior mansidão. (...)[297]

296 *O Pharol*, 14 de agosto de 1891, número199, ano XXV, página 01.
297 *O Pharol*, 18 de agosto de 1891, número 203, ano XXV, página 01.

Não era difícil encontrar pelos jornais matérias como essas, que enalteciam as supostas qualidades dos colonos italianos nos primórdios da entrada de imigrantes em Minas Gerais. Afinal, o governo mineiro estava auxiliando financeiramente a vinda de imigrantes para seu território. Como os fazendeiros contavam com a opção do braço nacional em suas lavouras, era preciso convencê-los da eficiência dos estrangeiros provenientes da Europa. Por isso, muitas dessas matérias buscavam comparar os italianos aos trabalhadores nacionais, enaltecendo substancialmente os primeiros e diminuindo a qualidade do trabalho dos segundos, como vimos no primeiro excerto mostrado.

De uma maneira geral, o trabalhador estrangeiro era pensado nesse período pelas classes dominantes como sendo alguém que sempre prezasse o trabalho. Segundo Sidney Chalhoub, acreditava-se que o estrangeiro cultivava as virtudes da ética capitalista, servindo assim de exemplo para o trabalhador nacional (CHALHOUB, 2001, p. 77). No jornal *O Pharol*, o italiano é constantemente propagandeado como sendo um tipo que apreciava o trabalho, possuía fácil assimilação pela proximidade da língua italiana com a portuguesa, além de ser submisso e manso com relação aos fazendeiros. Como a província mineira recebeu grande número de trabalhadores estrangeiros, era comum a imprensa e os discursos políticos da época se fiarem na exaltação das possíveis qualidades dos estrangeiros (TEIXEIRA, 2011, p. 30). Por ser a província mais populosa do país, era pertinente ao menos tentar convencer os fazendeiros e demais moradores das regiões que receberiam imigrantes que os recém chegados possuíam muitas qualidades, afinal, se não fossem bem quistos e consequentemente bem recebidos, isso poderia trazer problemas na ordem do convívio social.

O Brasil passava por um momento em que as transformações socioeconômicas que estavam em andamento requeriam mudanças *na nova ética do trabalho* (CHALHOUB, 2001, p. 65). O conceito de trabalho precisava despir-se do caráter negativo conferido pelas centenas de anos de escravidão que existiram no país, assumindo assim um valor positivo que contribuísse para a implantação de uma ordem econômica de caráter burguês. Aqueles indivíduos que não se adequavam a essa nova lógica de positivação da ideia de trabalho eram reprimidos, uma vez que a ociosidade era considerada um empecilho à manutenção da ordem. Quanto aos imigrantes que se envolvessem na *ociosidade* ou *vadiagem*, poderiam receber como pena a expulsão do país (*Ibidem*, p. 77). Em meio aos processos criminais, é comum encontrarmos nos depoimentos afirmações que definem os envolvidos em conflitos, seja

como réu ou ofendido, como sendo sujeitos acima de tudo, trabalhadores, independente do crime que tenham cometido.

Ao cair da tarde do dia 22 de setembro de 1907, na casa de negócio pertencente ao italiano Rodolpho Turati, Antonio Bellini atingiu com um soco outro italiano de nome Giordano Botasso, ferindo-o na região superciliar[298]. Como Botasso prestou queixa da delegacia diante da ofensa recebida, Antonio Belinni foi tomado como réu acusado de cometer o crime de ofensas físicas. Réu e ofendido compartilhavam de uma mesma nacionalidade, bem como o dono do estabelecimento e a maioria das testemunhas. Na medida em que o processo avançava, os moradores do bairro Botanágua, local do ocorrido, uniram-se na forma de um abaixo-assinado com o intuito de informar ao Júri as qualidades do réu. No cabeçalho da lista de assinatura, Bellini é definido como *homem activo, trabalhador, cumpridor de seus deveres e morigerado, e nunca deu motivos, ou que nos consta de queixas contra os seus procedimentos.* O abaixo assinado apresenta quarenta e cinco assinaturas, possuindo a maioria delas sobrenomes italianos.

Morigerado e trabalhador são epítetos utilizados à exaustão por testemunhas para se referirem, ou aos réus ou aos ofendidos estrangeiros, principalmente se as testemunhas não fossem brasileiras. Em janeiro do ano de 1918, no bairro da Tapera, Hildebrando Sartini, depois de uma discussão familiar, ofendeu fisicamente seu irmão José Sartini, derrubando-o ao chão[299]. Em março daquele ano, dias antes do julgamento, a Justiça recebeu mais um abaixo assinado organizado pelos moradores da Tapera afirmando que: *há vários anos conhecemos o sr. Hidelbrando Sartini e afirmamos que o mesmo é honesto, trabalhador e de boa conduta, sendo falsa qualquer acusação ou alegação de que o mesmo Hidelbrando Sartini seja desordeiro.*

Após o fim da escravidão, o código criminal passa a ser mais incisivo no sentido de punir aqueles agentes sociais que não se ajustavam aos valores considerados característicos da burguesia (CHALHOUB, 2001, p. 173). No que se refere aos estrangeiros, esperava-se que suas ações não contrariassem o princípio e a moral do trabalho. Quando eles se envolviam em conflitos, as testemunhas, principalmente se fossem estrangeiras, se utilizavam disso para enaltecer os réus envolvidos. Antonio Bellini e Hidelbrando Sartini, réus nos casos que acabamos de relatar, têm como qualidade o fato de serem trabalhadores, predicado que se esperava que os imigrantes tivessem. Talvez por isso tenham sido absolvidos.

298 Processo Crime, Código 5615, Caixa 121, Lesão Corporal, 23/09/1907.
299 Processo Crime, Código 6243, Caixa 137, Lesão Corporal, 09/01/1918.

Ainda que a Justiça Criminal assuma um papel importantíssimo no sentido de punir os comportamentos desviantes daquilo que se esperava ser uma moral aceitável para a sociedade que na época se alinhava a uma ordem capitalista, os discursos da imprensa com relação aos imigrantes não podem ter seu papel minimizado. O teor repetitivo das matérias com o intuito de enaltecer o *ethos* capitalista dos estrangeiros que entravam no Brasil não ficava apenas na ordem do discurso, mas contribuía para a formação da ideia de que ser trabalhador era uma virtude. Nos processos criminais, a virtude do trabalho era acionada pelas testemunhas como forma de amenizar a pena ou contribuir para a absolvição dos envolvidos estrangeiros.

Apesar dessas tentativas de enaltecer os imigrantes, nem sempre a chegada dos italianos foi facilmente aceita pela sociedade local. No distrito de São Francisco de Paula, os moradores demonstraram-se preocupados com a presença dos estrangeiros e os riscos que a entrada de tantos imigrantes provenientes da Itália poderia conferir à localidade. Em maio de 1890, alguns moradores do distrito publicaram no jornal *O Pharol* as seguintes considerações:

> Esta pobre freguesia está incontestavelmente sobre o domínio italiano! Ontem vimos um padreco italiano espoliar os cofres da Igreja e porque um pobre velho falou a verdade, alguns italianos reuniram-se e demitiram o inofensivo velho sacristão da freguesia. E qual o fim dessa demissão? Simplesmente para admitires um italiano no lugar de sacristão?
> Hoje vimos um italiano quebrar a cabeça de um homem pacato e porque este tentou processá-lo, já houve quem dissesse que se houvesse processo, haveria pancadaria! Se esses crimes ficam impunes, que será de nós amanhã?
> A continuação do cachimbo...
> Alerta, brasileiros! O povo de S. Francisco.[300]

Alarmados pela quantidade de italianos que passaram a residir no distrito, provavelmente para trabalhar nas lavouras de café da região, os moradores de São Francisco pensavam que a grande quantidade de italianos alteraria substancialmente a rotina e moral da comunidade local. O padre era italiano, o sacristão era italiano e diante de um possível crime, os italianos se reuniram no sentido de coibir a abertura de um processo na justiça. Provavelmente os moradores de São Francisco temiam que os *outsiders*, neste caso indivíduos provenientes da Itália, colocassem em risco a harmonia do local, suas normas e costumes.

Quanto aos possíveis defeitos apresentados pelos colonos, a coluna paulista reproduzida pelo jornal *O Pharol*, que buscava informar aos fazendeiros as principais características dos colonos italianos, elencava dois: as diferenças regionais existentes entre os

300 *O Pharol*, 29 de maio de 1890, número 117, ano XXIV, página 02.

italianos e a desconfiança que eles apresentavam com relação à nova terra e às relações de trabalho nela estabelecidas.

> As palavras que Azelio proferia, há tantos anos têm infelizmente cabimento ainda hoje: <<A Itália está feita, mas não estão feitos os italianos>>.
>
> O agricultor italiano do Estado de São Paulo, ensinou aos paulistas a geografia da Itália, a sua divisão em regiões e das regiões em províncias, a das províncias em comunas e isto em virtude do espírito de campanário que professa.
>
> É italiano sim, mas antes de italiano é Lombardo ou Vêneto, e antes de Lombardo ou Vêneto, é Millanez, Mantuano, Bresciano ou Trevisiano, Paduano, Rovigotto. (...)
>
> Bem sabem os colonos, pois que tantas vezes o têm ouvido dizer que Vênetos, Lombardos, Napolitanos, Calabreses, Toscanos são todos igualmente italianos; mas experimentai perguntar a um Venetano se é Lombardo, a um lombardo se é Romagnolo, ou a um Toscano se é Napolitano. (...)
>
> Felizmente, porém, não me consta que esta espécie de antipatia que os colonos italianos de diferentes províncias nutrem entre sim, tenha dado alguma vez ocasião a sérios distúrbios. Reduz-se em conclusão, a um inocente defeito. (...) [301]

Apesar das diferenças regionais não serem consideradas um problema aos fazendeiros propriamente ditos, elas são citadas pelo autor da coluna como sendo facilmente identificadas entre as inúmeras levas de imigrantes que se dirigiram para São Paulo. Em Juiz de Fora, um dos processos criminais é alusivo a essas supostas diferenças regionais existentes entre os imigrantes italianos.

No dia 15 de março de 1898, por volta das duas horas da tarde, Affonso Colucci, mencionado várias vezes neste trabalho por sua atuação junto à comunidade italiana, foi procurar Geoachino Magrini em frente ao hotel que este possuía na cidade, colocando-se ambos a conversar na calçada da hospedagem.[302] De acordo com as testemunhas que presenciaram a cena, a conversa transformou-se em intensa discussão e Affonso Colucci, deu umas bengaladas na cabeça do italiano Geoachino Magrini, fazendo-o denunciar Colucci na delegacia.

Naquela circunstância Affonso Colucci foi procurar saber os motivos que fizeram Magrini escrever uma nota em tom de reclamação no jornal *A Voz da Itália*, que circulava naquele período em Juiz de Fora. O teor da publicação não é mencionado no processo, mas segundo testemunhas, Colucci apenas revidou com a bengala o fato de Magrini tê-lo chamado de *calabrês assassino* perante todos que assistiam à cena que se passou na porta do hotel.

Magrini era um italiano que residia há cinco anos em Juiz de Fora, sendo natural de Ferrara, região norte da Itália. Já Affonso Colucci era natural de Nápoles, e não da

---

301 *O Pharol*, 18 de agosto de 1891, número 203, ano XXV, página 01.

302 Processo Crime, Código 505, Caixa 109, Lesão Corporal, 16/03/1898.

Calábria. Emigrou para o Brasil fixando-se inicialmente no Rio de Janeiro e só depois passou a residir na cidade de Juiz de Fora, assumindo a profissão de ourives. Em meio aos crimes de injúria, este foi o único encontrado, junto aos autos, em que um dos envolvidos se utiliza de uma expressão designativa de região italiana – *calabrês* – para se referir a outro italiano. Nesse caso em específico, o termo calabrês assume um caráter pejorativo, uma vez que o réu, o italiano Colucci, era proveniente de Nápoles.

O que Nápoles e a Calábria têm em comum é o fato de ambas pertencerem à região sul da Itália, historicamente considerada menos desenvolvida do que as províncias e cidades que compõem a porção Norte do país. Na opinião do historiador João Fábio Bertonha, as diferenças existentes entre Sul e Norte da península itálica podem ter surgido antes mesmo do período medieval. Em termos culturais, a região setentrional aproximou-se mais do modo de vida europeu enquanto que na porção meridional, o modo de vida se aproximava aos povos mediterrânicos. Com o passar dos anos e a unificação da península, algumas diferenças se acentuaram, uma vez que os padrões de desenvolvimento econômico dessas regiões eram diferenciados.

> A Itália central e setentrional era a Itália das grandes cidades e de uma elite culturalmente importante, e, apesar da pobreza da maior parte da população, tinha focos nascentes de agricultura moderna, além dos primeiros esboços de industrialização. Já a Itália meridional era o lugar das grandes propriedades e de uma população ainda mais pobre do que a do Norte e mergulhada em hábitos próprios que causavam espanto e medo às elites do Norte (...). (BERTONHA, 2005, p. 68).

Se por um lado a Calábria refere-se à porção Sul da Itália secularmente estigmatizada pelos moradores do Norte, por outro lado, alude a uma específica região do Sul da Itália fortemente marcada pelo banditismo e o crime organizado.

Os pesquisadores Karl Monsma, Oswaldo Truzzi e Silvano Conceição, ao estudarem as ações de uma quadrilha calabresa no interior de São Paulo (MONSMA; TRUZZI; CONCEIÇÃO, 2003), afirmam que na segunda metade do século XIX as precárias condições de vida nessa região italiana, somadas a uma geografia favorável aos esconderijos, impeliram para o crime muitos calabreses que passaram a ter no roubo um meio de vida. Com o passar dos anos, surgiram algumas organizações criminosas de grande porte. Segundo os autores, *a extorsão de dinheiro mediante ameaças à vida e à propriedade era uma tática de banditismo bastante conhecida entre a população calabresa* (*Ibidem*, p. 78).

É bem provável que essas *táticas de banditismo*, conhecidas não só na Itália, mas também nos países que receberam italianos, acabaram ressignificando o termo calabrês para

além de uma simples pertença regional, tornando-o uma expressão de caráter ofensivo, utilizada apenas entre italianos. Affonso Colucci era napolitano, mas no encadeamento das discussões com Geoachino Magrini – que era proveniente do Norte da Itália – acabou sendo rotulado de *calabrês*, e como se não bastasse de *assassino*.

As pendências entre Colucci e Magrini não começaram nesse ano de 1898. Em meio às correspondências consulares encontramos uma carta de Magrini endereçada ao cônsul italiano residente em Ouro Preto reclamando da postura de Colucci. Naquela ocasião, Geoachino Magrini escrevia ao cônsul algumas propostas para angariar fundos para as escolas italianas de Juiz de Fora, por meio da criação de uma comissão de apoio às instituições escolares. Porém, antes de endereçar a carta, ele leu as propostas numa reunião da Sociedade Umberto Primo, tendo sido então, ofendido por Colucci com algumas bengaladas na cabeça. Em meio à carta, Magrini escreveu que Colucci se intitulava entre a comunidade italiana como sendo *il padre degl'italiani*, mas na sua opinião, *alguns italianos que se dizem grandes na colônia o são por causa do dinheiro e nada mais, e ele, como operário que é, ao que tudo indica, não teve sua ideia aceita*.[303]

As experiências migratórias em outros lugares nos levam a acreditar que o fato de serem imigrantes provenientes de um mesmo país não amainava – ao menos no início – as diferenças culturais, linguísticas e regionais existentes entre os italianos. Se considerarmos que os processos criminais acercam apenas uma parcela mínima dos casos de conflitos e estranhamentos que existiram na sociedade, poderíamos ser levados à conclusão de que, no cotidiano, as diferenças regionais entre os italianos se manifestavam de maneiras variadas, e o caso entre Colucci e Magrini seja apenas uma manifestação de algo que poderia ser reincidente. Todavia, essa conclusão é arriscada uma vez que, ao consultarmos um número variado de fontes documentais, encontramos menção à manifestação de regionalismos entre italianos em apenas um único processo.

Nos demais autos pesquisados, bem como nas matérias publicadas pelos jornais *O Pharol*, *Diário do Comércio* e *Diário Mercantil*, e até mesmo nas correspondências consulares, o que mais sobressaiu enquanto evidência a respeito da comunidade italiana residente em Juiz de Fora é que ela contava com certa coesão no que diz respeito aos seus vínculos de pertença nacional. Ao contrário do que pode ser percebido para outras localidades

[303] Correspondência enviada pelo italiano Geoachino Magrini ao consulado italiano de Ouro Preto, 03 de abril de 1895. Localização: pasta "Scuole Italiane Regina Margherita di Juiz de Fora".

do Brasil, que contaram com manifestações regionalistas entre os italianos, na cidade mineira em questão as divergências quanto à procedência regional italiana eram insignificantes diante da coesão que se faz perceptível na documentação utilizada. De certa forma isso não nos causa espanto. Em primeiro lugar porque a maioria dos imigrantes vinha do Norte da Itália. Em segundo lugar, a atuação do vice-consulado italiano junto aos imigrantes permitiu de fato reforçar os vínculos de pertencimento com a Itália unificada. Não desconsideramos a existência de identidades marcadas pela pertença regional entre os italianos que viviam em Juiz de Fora, apenas chamamos a atenção para a evidência de que, na documentação, isso não se enfatiza com a mesma intensidade que a conformidade de pertença nacional.

Voltando ao papel da imprensa, cabe ressaltar o quanto as propagandas e anúncios publicados nos jornais juiz-foranos ressaltam os contrastes existentes entre os italianos e demais grupos étnicos que viviam em Juiz de Fora.

**Imagem 46 - Fábricas de massas italianas.**


FABRICA DE MASSAS ITALIANAS
E DEPOSITO DE
Bebidas de todas as qualidades
78 RUA HALFELD 78
EM FRENTE Á ESTAÇÃO
O proprietario deste bem montado estabelecimento, participa ao respeitavel publico desta cidade e seus arredores que encontrarão um grande variado sortimento de massas, como sejão: macarão zida, Merzani, Vermicelli, lingua de passaro, Perciatelli, Talhoime e diverças outras qualidades de massas, miudas para sopa, assim como os melhores licôres.
Existe no estabelocimento, pessoal sufficiente e habilitado para a fabricação das ditas massas, podendo garantir a boa qualidade e mocidade nos preços.
VENDAS POR ATACADO E A VAREJO
Heytor Magdaleno & Comp. (821—1

*O Pharol*, 16 de junho de 1885, Ano XIX, número 135, página 04.

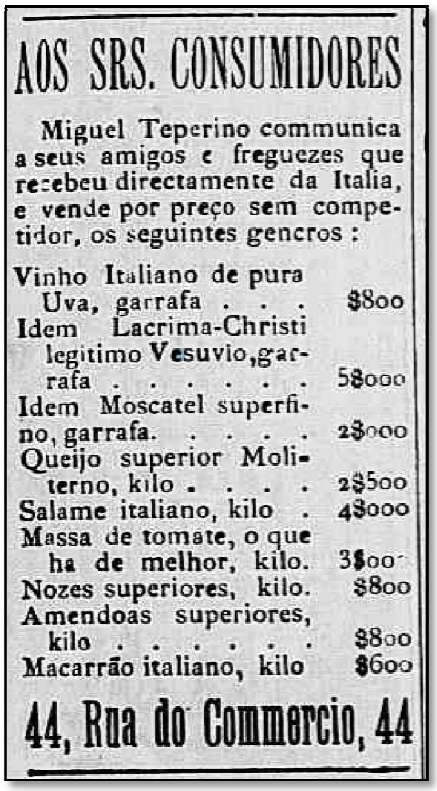

PADARIA E CONFEITARIA ITALIANA
DE
Arthuro Massari
Com deposito de farinhas das melhores marcas e
FABRICA DE MACARRAO
Grande deposito de massas alimenticias, brancas e amarellas—roscas baraõ doces e simples.
N. B.—Esta bem conhecida casa encarrega-se de mandar, com promptidão e asseio, qualquer encommenda pelas estradas de ferro, seja de pão, massas e roscas, biscoutos sortidos, etc.
Tendo feito acquisição de um perito confeiteiro, recentemente chegado da Italia tendo trabalhado nas primeiras confeitarias da bella cidade de Veneza, encarrega-se tambem de servir com esmero qualquer banquete, casamento baptisado, etc., e tudo á preço modico.
RUA HALFELD, 94
O proprietario, A. MASSARI

*O Pharol*, 16 de agosto de 1895, Ano XXIX, número 180, página 03.


FABRICA DE MACARRÕES E MASSAS
DE
J. A. CATALDI & C.
EM
JUIZ DE FORA
O mais escrupulso asseio e especial cuidado na criteriosa fabricação deste genero importantissimo alimenticio, aprimorada escolha das farinhas de puro trigo nacionaes ou estrangeiras mais notas e caprichosamente peneiradas e os operarios mais habilitados é o ponto *ubi consistam* do nosso estabelecimento. Por essa razão somos invejados dos fabricantes do Rio e mesmo da Italia, berço das Artes, da musica e do macarrão, por não possuir o segredo de apresentar ao respeitavel publico um rei dos alimentos tão perfeito, tão carinhoso e de gosto tão delicado, como aquello que nós fabricamos nesta esplendida cidade de Juiz de Fora.
COMER PARA CRER
Nome das massas compridas
*Macarroni di pita* . . . . . Macarrão grosso
*Macaroncini*, . . . . . » regular
*Perciatelli* . . . . . » pequeno
*Vermicelli* . . . . . » miudo
*Lingue di passero*. . . . . » fitas pequenas
*Tagliarelli* . . . . . » fitas largas
Nome das massas miudas
*Cannaroncelli* . . . . . Canudinhos
*Semenli di meloni*. . . . . Sementes de melancia
*Boas marina*. . . . . Boas do mar
*Acini di pepi* . . . . . Grão pimenta do reino
*Stellucce* . . . . . Estrellinhas
Preços sem competidores

*O Pharol*, 06 de janeiro de 1892, Ano XXVI, número 05, página 03.

**Imagem 47- Produtos de origem italiana**



AOS SRS. CONSUMIDORES

Miguel Teperino communica a seus amigos e freguezes que recebeu directamente da Italia, e vende por preço sem competidor, os seguintes generos :

| | |
|---|---|
| Vinho Italiano de pura Uva, garrafa . . . | $800 |
| Idem Lacrima-Christi legitimo Vesuvio, garrafa . . . . . | 5$000 |
| Idem Moscatel superfino, garrafa. . . . . | 2$000 |
| Queijo superior Moliterno, kilo . . . . | 2$500 |
| Salame italiano, kilo . | 4$000 |
| Massa de tomate, o que ha de melhor, kilo. | 3$000 |
| Nozes superiores, kilo. | $800 |
| Amendoas superiores, kilo . . . . . | $800 |
| Macarrão italiano, kilo | $600 |

44, Rua do Commercio, 44

*O Pharol*, 7 de junho de 1890, número 133, ano XXIV, página03.

**Imagem 48 - Restaurantes e cardápios italiano**



RESTAURANTE

AO POLO NORTE

O proprietario deste Restaurante, sempre caprichoso para bem servir á sua boa e escolhida freguezia, adquiriu um perito cosinheiro, que está habilitado para qualquer cosinha: a franceza, italiana, brasileira, etc. As especialidades da casa são: talharini, ravioli, anholote a Bolognesa, macarrão, bife a Milanesa e mais comidas ao paladar dos apreciadores. No Restaurante acham-se sempre: presunto italiano, inglez, arenque fumado, enxovas e outros peixes.

Tem os mais deliciosos vinhos de mesa e de luxo.

Apromptam-se jantares e ceias para baptizados e casamentos.

Acceitam-se pensionistas a 50$000 mil réis mensaes.

| | |
|---|---|
| Jantar. . . . . | 2$000 |
| Almoço. . . . . | 1$500 |

Manda-se comida a domicilio.

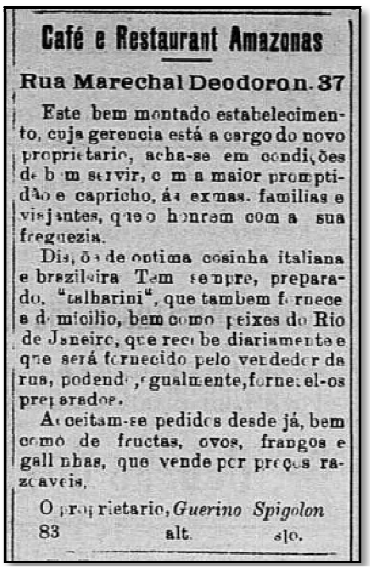
O proprietario,

**Giovani Foltran**

N. B.—O Restaurant está aberto até depois da meia noite, e tem sempre bebidas geladas.

30—9

O Pharol, 28 de novembro de 1901, Ano XXXVI, número 187, página 02.



**Café e Restaurant Amazonas**

**Rua Marechal Deodoro n. 37**

Este bem montado estabelecimento, cuja gerencia está a cargo do novo proprietario, acha-se em condições de bem servir, com a maior promptidão e capricho, ás exmas. familias e visjantes, que o honrem com a sua freguezia.

Dispõe de optima cosinha italiana e brazileira Tem sempre, preparado, "talharini", que tambem fornece a domicilio, bem como peixes do Rio de Janeiro, que recebe diariamente e que será fornecido pelo vendedor da rua, podendo igualmente, fornecel-os preparados.

Acceitam-se pedidos desde já, bem como de fructas, ovos, frangos e gallinhas, que vende por preços razoaveis.

O proprietario, *Guerino Spigolon*

83 alt. slo.

O Pharol, 20 de fevereiro de 1914, Ano XLIX, número 43, página 02.

As propagandas apontam elementos culturais que diferenciam os italianos dos demais moradores de Juiz de Fora. Com a chegada dos imigrantes surgem na cidade as primeiras fábricas de massas, que colocavam no mercado local um item indispensável ao cardápio dos imigrantes. Se a existência dessas fábricas buscava por um lado atender ao gosto dos italianos, por outro tornava acessível aos brasileiros e demais que viviam em Juiz de Fora esse tipo de alimento que podia ser comprado diretamente nas pequenas fábricas locais ou nas vendas que sempre noticiavam a oferta de vários sortimentos de macarrão.

Os pontos comerciais abertos por italianos na cidade ofereciam aos conterrâneos do mediterrâneo e aos moradores locais uma infinidade de produtos vindos das terras de além-mar, como vinhos, queijos, salames e massa de tomate. Os restaurantes na cidade igualmente aderiram ao cardápio italiano, oferecendo entre seus *menus*, pratos preparados tal como na *cozinha italiana*. À medida que o tempo passava, as massas deixavam de ser exclusivamente italianas; deixavam de ser apenas mais um sinal que diferenciava italianos de não italianos, para cair no gosto local e, por que não, nacional?

Muitas vezes os dísticos que diferenciam um grupo étnico do outro se revelam de maneira muito sutil em meio às fontes. Quando nos deparamos com anúncios publicados na imprensa, que reproduziam frases do tipo: *comida italiana*, *massa italiana*, *padaria italiana* e *música italiana*, somos levados a refletir mais uma vez sobre o quanto a nacionalidade – enquanto principal rótulo que reforçava uma fronteira entre os italianos e os demais grupos étnicos que viviam na sociedade juiz-forana – era manipulada pelos agentes sociais. Para a antropóloga Manoela Carneiro da Cunha, a *identidade é construída de forma situacional e contrastiva*, constituindo-se numa *resposta política a uma conjuntura* e *resposta articulada com as outras identidades em jogo, com as quais formam um sistema* (CUNHA, 1985, p. 206). Se por um lado acionar a identidade étnica poderia ser interessante para atrair a clientela que compartilhava da mesma procedência étnica, por outro poderia ser uma estratégia de *marketing* para que os moradores de Juiz de Fora experimentassem e adquirissem o hábito de consumir um produto novo.

A dinâmica de interação social, característica da vida numa sociedade urbana como era Juiz de Fora no início do século XX – que se industrializava, crescia e abrigava diferentes procedências étnicas – contribuiu para o surgimento de fronteiras entre os vários grupos que nela coexistiam. A cidade propiciava situações que promoviam interação e/ou competição, refletindo no reforço das identidades étnicas. Todavia, essa mesma dinamicidade que caracteriza a vida urbana numa sociedade moderna contribui para a manifestação de

identidades variadas, sejam elas étnicas ou não. Uma vez que as identidades são *respostas políticas* e *articuladas*, como afirma Carneiro da Cunha, essas respostas podem ser múltiplas. O indivíduo poderia se definir enquanto migrante / imigrante italiano / estrangeiro / operário / comerciante etc (*Ibidem*, p. 206). No caso da identificação étnica, concordamos com Maria Chatarina Zanini quando a autora afirma que a identidade étnica torna-se para os estrangeiros, *um ponto de referência para relações sociais e expectativas de comportamento em cenários específicos* (ZANINI, 2006, p.17).

Analisando as manifestações da italianidade em Juiz de Fora sob uma perspectiva comparativa com outras regiões brasileiras, é possível elencarmos algumas diferenças e similaridades. As especificidades sociais, econômicas e culturais de cada região ou cidade, que foram impactadas pela presença de imigrantes italianos no contexto de formação do mercado de trabalho livre no Brasil, conferiu à italianidade formas diferentes de expressão e elaboração. Nas colônias italianas do sul do Brasil, muitos pesquisadores mostram o quanto a italianidade estava assentada na família, na religião e no trabalho. Para o Oeste Catarinese, Karine Simone afirma que a vivência comunitária dos italianos residentes naquela região estava centrada na família e nas festas religiosas (SIMONI, 2005, p. 280). Os italianos se juntavam no *filó*, uma espécie de reunião entre famílias vizinhas, para comer, beber e jogar. Ou então, se sociabilizavam na organização das festas religiosas. Para o Rio Grande do Sul, Olívio Monfroi afirma que a catolicidade foi maior do que qualquer manifestação de italianidade de viés nacionalista. Os italianos da região colonial do Rio Grande do Sul elaboravam sua identidade tendo como base o dialeto, as tradições, os costumes, as festas, quase sempre ligados aos rituais religiosos (MONFROI, p. 52). Maria Zanini, analisando a colônia italiana da região de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, afirma que a religião funcionava como *um agente normatizador e aglutinador das comunidades*, uma vez que eram nos eventos religiosos e na vivência em família que se encontravam os espaços de sociabilidade por excelência (ZANINI, 2006, p. 139).

Diferentemente dessas regiões ao sul do Brasil, a italianidade em Juiz de Fora no período pesquisado não se manifestou sobre a tríade família, trabalho e religião. Na principal cidade da Zona da Mata mineira, porta de entrada para os imigrantes que vieram para Minas Gerais, a italianidade enquanto sentimento de pertencimento à Itália foi reforçada pela atuação do Estado Italiano via vice-consulado e pelo convívio social com diferentes identidades étnicas.

Outro ponto importante que precisa ser levado em consideração ao analisar as diversas manifestações da italianidade pelo Brasil é o meio de inserção do imigrante, ou seja, se o imigrante foi inserido num ambiente urbano, ou se ele foi inserido num ambiente rural/colonial. Esses diferentes ambientes refletem substancialmente na elaboração e expressão da italianidade. No caso das regiões coloniais, os trabalhadores estrangeiros eram praticamente de uma mesma procedência nacional a conviverem entre si numa sociedade de características rurais. Muitas das antigas colônias do sul do Brasil somente se emanciparam como cidades muitos anos depois de serem fundadas pelos imigrantes. Nessas regiões e naquelas de caráter rural que ambientavam a produção cafeeira, por exemplo, a italianidade se assentava nos valores familiares e religiosos. Os italianos eram reconhecidos pelas manifestações de devoção católica e pelo apreço por seus entes familiares. Já nas localidades que se urbanizavam, onde os imigrantes compuseram as fileiras do incipiente operariado, ou aproveitaram as chances para investirem no próprio negócio, vivendo de profissões autônomas, a italianidade se afirmava como parte da dinâmica de contato interétnico e também de uma maior proximidade com órgãos do MAE, como as agências consulares.

Em Juiz de Fora, a italianidade se conforma no convívio interétnico, mas também sobre a tutela do Estado italiano. Lembrando que um processo não exclui o outro. Os sinais diacríticos que reforçam os imigrantes italianos como sendo italianos perante os demais grupos étnicos que estão a conviver e disputar o mesmo *nicho social* – para utilizar uma expressão de Barth – são, de certa forma, influenciados pelas repercussões do nacionalismo italiano em solo mineiro. Uma vez que a cidade de Juiz de Fora passou a sediar no final do século XIX, associações e escolas italianas, além de contar com a organização de várias festas e a circulação de jornais e matérias produzidos na língua de Dante, os sinais diacríticos acionados para rotular quem pertence e quem não pertence ao grupo étnico italiano são cadenciados pelos desdobramentos do nacionalismo italiano em terras tupiniquins.

Para finalizar, é imprescindível deixar claro que o material humano organizado em torno de um grupo étnico não é imutável e nem estático. Isso significa que os sinais diacríticos de um grupo podem mudar com o tempo e com as possíveis transformações que vierem a ocorrer na sociedade. Diante dessa evidência, a italianidade enquanto vínculo de pertença à Itália poderia se redefinir ou enfraquecer, adaptando-se às mudanças no meio. Sobre isso podemos conjecturar que o regime Fascista que se instaura na Itália a partir de 1922 influenciou no sentimento de italianidade dos emigrados e seus descendentes. Em contrapartida, uma década depois, as políticas nacionalistas do presidente Vargas

enfraqueceram as manifestações étnicas, diminuindo o sentimento de pertencimento a um país, que não fosse o Brasil. Os novos rumos que a italianidade adquiriu em Juiz de Fora com a ascensão do governo fascista e os embates com um projeto nacional varguista são assuntos que merecem outro fôlego de pesquisa histórica.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se fosse possível às pessoas uma viagem no tempo, provavelmente caminhar pelas ruas de Juiz de Fora na virada do século XIX para o XX seria uma experiência no mínimo instigante. A cidade mineira, que margeava as fronteiras fluminenses, pulsava com veemência as transformações pelas quais passava o Brasil. Por estar situada na maior região cafeeira do Estado de Minas Gerais, a Zona da Mata, a cidade de Juiz de Fora canalizou investimentos provenientes dos ganhos obtidos na economia cafeeira. Para os padrões brasileiros da época, a cidade em questão apresentava alto índice de industrialização chegando até mesmo a manufaturar 25% de toda a produção industrial do Estado de Minas nessa época.

Caminhar pelas ruas dessa cidade seria adentrar num espaço físico e social em profunda transformação; seria ouvir o tilintar das ferramentas que abriam ruas, construíam novas edificações e confeccionavam os bens da incipiente atividade industrial; seria visualizar as luzes provenientes da energia elétrica, a água chegando a domicílio e a paisagem urbana se transformando em nome do *progresso* e da *civilidade*, conceitos que reverberavam na imprensa como adjetivos de novos tempos; seria deparar-se com negros libertos pela abolição, várias nacionalidades de migrantes e forasteiros, uns já estabelecidos, outros recém-chegados, que se misturavam junto aos habitantes da cidade tentando encontrar moradia, trabalho e melhores condições de vida.

Ao mesmo tempo em que seria possível contemplar tudo isso, o caminhante que conseguisse transpor as barreiras do tempo se depararia também com uma cidade imersa em contradições. Os indícios de industrialização, urbanização e modernização também vinham acompanhados de uma profusão de problemas. Muitas pessoas, impedidas de viver nos cortiços do centro, por causa do imperativo higienista, foram impelidas a procurar moradias nos limites da cidade, alargando assim a periferia que contornava a região central. Em locais muitas vezes sem o mínimo de estrutura necessária, parte da população sofria com as enchentes do Paraibuna, que inundava casas e deixava um rastro de destruição sazonal. Epidemias assolavam a cidade, principalmente a hospedaria de imigrantes, furtando a vida de muitas pessoas. Os operários, embora adquirissem seu sustento da atividade fabril, tinham que se subter a condições de trabalho sem o menor acalento de conquistas trabalhistas, que apenas seriam obtidas décadas mais tarde, depois de muitas lutas e mobilizações. Muitos que viviam do comércio sentiam a pressão das crises econômicas a corroer os parcos ganhos adquiridos

com seus trabalhos. Enquanto a imprensa tentava repercutir os valores do que seria uma cidade moderna e progressista, influenciando aos poucos a legislação urbana local, a população ainda se via às voltas com costumes e práticas considerados arcaicos, que poluíam as ruas e praças da cidade.

Embora a conjunção *se* não seja adequada para confabularmos sobre o passado, sendo-nos também impossível uma viagem no tempo que nos possibilitasse caminhar por Juiz de Fora nessa época, as fontes e os vestígios deixados por aqueles que viveram tempos pretéritos na então Manchester Mineira permitem-nos percebê-la muito próxima ao relato que fizemos. Como na História as perguntas que fazemos sobre o passado renovam-se com as questões e provocações do tempo presente, nós pesquisadores podemos revisitar os vestígios desse passado munidos de outras inquietações, produzindo assim interpretações que abarquem novos sujeitos e lancem outro olhar sobre os fatos ocorridos. Nesta pesquisa, dedicamo-nos ao tema da imigração italiana, numa tentativa de responder a questões que ainda não haviam sido inquiridas sobre o grupo de indivíduos que partiu da Itália e escolheu viver na instigante cidade que acabamos de descrever.

Posto desta maneira inquietava-nos entender como os imigrantes italianos que residiram em Juiz de Fora entre 1878 e 1922 mantiveram e estreitaram os vínculos de identificação com o seu país de origem. A italianidade, definida nesta tese enquanto sentimento de pertencimento dos imigrantes à Itália, foi trabalhada dentro de uma perspectiva plural. Uma vez que as regiões brasileiras que receberam imigrantes no final do século XIX não apresentavam as mesmas conformações históricas, concebemos a ideia de que a italianidade manifestou-se de maneira diferenciada, adaptando-se às especificidades regionais. No caso de Juiz de Fora, o vínculo de identificação dos imigrantes com o seu país de origem estreitou-se em decorrência das relações interétnicas estabelecidas com outros grupos étnicos que viviam na cidade, bem como pelas influências do próprio Estado Nacional Italiano, cuja política nacionalista ecoava além dos limites da própria península.

As questões que nortearam esta pesquisa se depararam com realidades históricas interessantes e complementares. Enquanto a Itália não se opunha à emigração de milhares de indivíduos que não encontravam meios de serem aproveitados nas atividades econômicas locais, expulsos de suas terras pela miséria, doenças e transformações nas relações de produção no campo, no Brasil se dava um fenômeno diferente. O último país das Américas a abolir o trabalho escravo via na importação de trabalhadores europeus uma viável saída para o povoamento de seu território e para a formação de seu mercado de trabalho livre. Pensava-se

que a vinda em massa de estrangeiros europeus aumentaria em número e qualidade a oferta de mão de obra. Afinal, o imigrante privilegiado era o europeu, considerado portador do *progresso* e que ainda tinha a missão de contribuir para o *branqueamento* da sociedade local. A dinâmica econômica assentada nos moldes de produção capitalista fazia com que a Itália exportasse italianos e o Brasil facilitasse a entrada deles seu no território nacional por meio de uma série de políticas de subvenção à imigração.

Outra questão concerne à atuação de dois Estados Nacionais, o italiano e o brasileiro. Cada qual buscava forjar e estreitar a relação de pertencimento de seus cidadãos com a Nação. No Brasil, o fim da monarquia e o início da república mobilizaram esforços no sentido de construir entre os brasileiros um vínculo de pertença com o Estado Nacional que outrora se assentava nos valores republicanos e não mais monárquicos. Com a constituição de 1891 e a lei de naturalização dos estrangeiros residentes no país, quando da proclamação da república, aqueles que não buscassem na justiça a manutenção de suas respectivas nacionalidades de origem se encontravam na situação de cidadãos brasileiros, devendo cumprir assim tudo o que isso implicava. Ao mesmo tempo, a Itália também buscava estreitar entre os seus cidadãos os liames qua os identificasse com a nova nação. Cabe lembrar que esta preocupação estendeu-se aos emigrados em maior ou menor grau, a depender do nível de contato e responsabilidade das lideranças italianas locais e das agências de representação consular com as exigências do *Ministero Degli Affari Esteri* (MAE).

Esses dois projetos de nação demoraram algumas décadas para entrar em choque e colocar em colapso os quistos que existiam no Brasil. No período por nós pesquisado, o que se percebeu foi uma espécie de liberdade concedida por parte da sociedade juizforana à comunidade italiana no sentido de manter e celebrar a italianidade, por mais que o sentimento de pertença à Itália fosse algo em construção e negociação constante.

Enquanto a Itália passava pelo processo de formação de sua identidade nacional, o Estado lançou mão de inúmeras estratégias para este fim, escolhendo e disseminando uma língua oficial e forjando símbolos nacionais que se assentavam na história recente do país e na casa dinástica que então governava. O processo de construção das bases do nacionalismo italiano foi longo e adentrou o século XX. Coincidiu com o período da emigração e fez com que muitos políticos se preocupassem com a situação dos emigrados quando se estabelecessem em outros países.

O MAE enviou representantes para áreas estratégicas onde existiam colônias de imigrantes italianos. Cabia aos cônsules, vice-cônsules e agentes consulares a missão de

manter aceso entre os emigrados aquilo que o primeiro ministro italiano, Francesco Crispi, definiu como *fogo de italianidade*. A manutenção do sentimento de pertença à Itália estava submetida assim à atuação consular e contava com o envolvimento e o comprometimento dos seus representantes com as comunidades italianas já estabelecidas fora do país. Não restam dúvidas de que as regiões de presença imigrante, que contaram com um consulado ou vice-consulado italiano em suas localidades, tiveram mais chances de dinamizar a renovação da italianidade. Em Juiz de Fora os vice-cônsules incitavam a comemoração das festas cívicas italianas não somente na cidade, mas também no seu entorno. Enviavam ao MAE balanços periódicos sobre as festividades realizadas e como os imigrantes italianos da região que estavam sob a sua tutela envolviam-se nos festejos.

Nem sempre os correspondentes consulares das localidades vizinhas conseguiam mobilizar os imigrantes italianos em prol dessas comemorações. Via de regra, para que as datas cívicas da nação italiana fossem devidamente comemoradas era importante o envolvimento das sociedades étnicas de caráter mutual ou recreativo, pois elas eram instituições que possuíam maior cabedal e poder organizativo junto aos imigrantes. Quando as comemorações dependiam da organização espontânea dos indivíduos, quase sempre esbarravam nas dificuldades econômicas que eles passavam, bem como na ausência de tempo para eles inserirem na ordem do dia momentos que celebravam a pátria de origem. Como Juiz de Fora contou com uma série de associações italianas, as festividades cívicas propostas pelos vice-cônsules eram prontamente atendidas e algumas delas assumiam grandes proporções, sendo inclusive abertas ao público, como era o Vinte de Setembro.

Sobre esta data em específico, embora o Vinte de Setembro tenha se tornado festa nacional na Itália apenas em 1895, em Juiz de Fora ela era comemorada anualmente muito antes de sua oficialidade. As sociedades italianas buscavam conciliar seus aniversários de fundação e bênçãos de estandartes com as datas cívicas da Itália, o que acabava por conferir maior significado às festas. Nas mais diversas celebrações promovidas pelas sociedades étnicas, fossem elas exigidas ou não pelos vice-cônsules, percebe-se a apropriação e a reprodução de uma série de símbolos do nacionalismo italiano, como os membros de sua casa monárquica, as figuras consideradas heroicas que lutaram pela unificação do país, o uso das cores da bandeira tricolor em vários objetos e até mesmo o uniforme das bandas de música. A reprodução dos símbolos do nacionalismo entre os italianos também encontrou espaço nos palcos dos teatros locais que receberam nas décadas pesquisadas várias companhias e atores que encenavam muitas peças e óperas de artistas da Itália. Mais tarde, com a chegada do

cinematógrafo na cidade, novidade que muito agradou à comunidade italiana, os pequenos filmes exibidos traziam imagens da *patria lontana* e quando terminada a Primeira Guerra Mundial, mostravam cenas das batalhas, inserindo no repertório de memórias cívicas as conquistas imperialistas da Itália, as batalhas vencidas na guerra e o heroísmo dos soldados que foram para os *fronts*.

Apesar da manutenção das escolas *Regina Margherita* e *Umberto Primo* ter sido uma tarefa de difícil monta, os ambientes de aprendizado por elas oferecidos constituíram-se num importante espaço de reforço da italianidade através da construção de uma memória cívica entre os que passaram pelos bancos dessas duas instituições de ensino. Ambas surgiram como iniciativas locais, a primeira por uma professora que fez da sua casa uma escola para os filhos dos imigrantes e a segunda por iniciativa da Sociedade Umberto Primo, que buscava oferecer educação aos filhos dos associados. Os alunos pagavam mensalidades para custear o ensino oferecido, mas com as dificuldades financeiras pelas quais passavam muitos pais, a mensalidade era deixada de lado e os professores acabavam aceitando como pagamento alguns serviços ofertados pelos responsáveis dos alunos. No início do século XX, alguns vice-cônsules mobilizaram-se no sentido de angariar recursos para a escola e conseguiram subsídios do governo italiano para bancar ao menos o salário das professoras.

Embora esses auxílios e subsídios oscilassem bastante, dificultando o funcionamento das escolas, não podemos negar que eles garantiram a durabilidade dessas duas instituições de ensino, favorecendo esses ambientes como sendo significantes na formação daqueles que emigraram ainda crianças, bem como os filhos dos imigrantes, nascidos no Brasil. Todas as referências de ensino dessas duas escolas eram alinhadas ao que se ensinava na Itália. Do material utilizado pelos alunos aos recursos didáticos disponibilizados às professoras, como mapas, murais e livros, tudo era alusivo ao país de Dante. É bem provável que a formação recebida pelos alunos que passaram por essas escolas tenha contribuído não só para o reforço da italianidade, mas também para a manutenção da dinâmica associativa italiana que se estendeu pela década de 1930, perdendo força apenas quando se chocou com o projeto nacionalista de Vargas.

Todo esse ecoar do nacionalismo da Itália entre os imigrantes que residiram em Juiz de Fora era facilitado pela atuação das associações e escolas italianas, assim como pela imprensa e pelas comemorações e espaços dedicados às manifestações artísticas. Mais do que isso, o nacionalismo italiano que repercutia em Juiz de Fora oferecia aos demais habitantes da cidade um arsenal simbólico importante na delimitação e manutenção de fronteiras étnicas

entre os imigrantes italianos e demais grupos que dividiam o seu espaço físico, social e econômico. A análise dos processos criminais envolvendo italianos, bem como de matérias e anúncios da imprensa local nos levaram a perceber que, no cotidiano das relações estabelecidas entre os italianos e os demais moradores da cidade, as fronteiras que separavam uns dos outros eram negociadas e parte desta negociação contava com todo este simbolismo nacional. Na ordem das relações cotidianas, o olhar do outro, o rótulo afixado e o apelido lançado àqueles que eram de fora dinamizava a italianidade, analisada aqui sob a perspectiva da identidade étnica. Com o passar dos anos, os sentidos da italianidade se transformaram e com isso a negociação das fronteiras que definiam quem eram os italianos e quem eram os outros.

Atendo-se às quatro décadas de delimitação temporal desta pesquisa, podemos afirmar que a italianidade não se manifestou e nem foi negociada de forma equânime. Desde a unificação da Itália a construção de uma identidade italiana passou por vários referenciais. De 1870 até a Primeira Guerra o que se viu foi um esforço para forjar uma identidade nacional assentada na monarquia que governava o país e no seu recente passado de lutas em prol da unificação. Como demonstramos, esse esforço repercutiu entre os imigrantes que tentavam cumprir o calendário de celebrações italianas. Depois da guerra, a figura do soldado ganhou destaque como exemplo de patriotismo a ser seguido pelos italianos. Esta tendência não ficou circunscrita à Itália, tendo sido verificada em Juiz de Fora na reprodução dos filmes de guerra que buscavam mostrar a atuação de soldados e até mesmo do próprio rei italiano em campo de batalha.

No decorrer da década de 1920, a italianidade novamente foi redimensionada, desta vez sob a competência do fascismo. A partir daí, não seguimos com nossos esforços de investigação, ficando a deixa para futuras pesquisas. De antemão podemos assegurar que a comunidade italiana que residiu em Juiz de Fora foi fortemente influenciada pelas tentativas de aproximação do regime fascista com os imigrados e seus descendentes. A título de curiosidade, em dezembro de 1930, na Itália, houve uma reordenação do calendário cívico italiano que abdicava da comemoração de datas anticlericais, como o Vinte de Setembro, por exemplo. O escudo da monarquia de Savóia como emblema do Estado foi substituído pelo fascio de combatimento romano, o que revela o apreço que o regime fascista possuía por tudo aquilo que era alusivo aos antigos romanos. As forças armadas foram legitimadas no campo simbólico e ritual da vida pública italiana a fim de assegurar a política expansionista italiana e a vontade fascista de proclamação de um império (RIDOLFI, 2003, p. 79). Essa redefinição

dos símbolos em que estava assentada a italianidade com a ascensão do fascismo, provavelmente repercutiu entre as comunidades italianas espalhadas pelo mundo e acreditamos que em Juiz de Fora não tenha sido diferente.

No ano de 1939 foi inaugurada a *Casa d'Itália* da cidade, um espaço que tinha como propósito do governo italiano ampliar o controle sobre a vida associativa da comunidade. Esse ambiente oferecia aos imigrantes e seus descendentes espaço para a instrução, escola, biblioteca, hospital, beneficência, lazer e esporte (FARENZINE, 2009, p. 154). A edificação do prédio da Casa d'Itália foi a materialização do esforço coletivo da comunidade italiana local que se empenhou na sua construção, mas foi também um marco da influência do fascismo junto aos italianos e oriundis que viviam na cidade. A Casa d'Itália funcionou pouquíssimo tempo, sendo fechada em 1942 e ficando o prédio sob os cuidados do governo brasileiro.

Apesar do pouco tempo de funcionamento desse espaço, as influências simbólicas do fascismo sobre a comunidade italiana de Juiz de Fora são percebidas na atuação de outras instituições. A Sociedade Umberto Primo manteve suas atividades nas décadas seguintes, a Escola Umberto Primo foi reaberta na década de 1920 e outras associações italianas foram fundadas, como a *Opera Nazionale Dopolavoro,* um órgão de representação do Partido Nacional Fascista e a Sociedade *Dante Alighieri,* por exemplo. Isso significa que o sentimento de pertencimento ao país Itália continuou a ser negociado nas relações dos italianos e descendentes com a sociedade local, bem como por meio da influência do regime fascista. Como a italianidade foi delineada entre 1922 – ano de ascensão do fascismo na Itália – e a década de 1940 – quando o projeto nacionalista de Vargas enfraqueceu as manifestações étnicas no país – é uma pergunta que fica à mercê de futuras pesquisas.

# ARQUIVOS E FONTES DOCUMENTAIS

**Acervo Digital da Biblioteca Nacional - ADBN -** http://bndigital.bn.br/acervodigital/

Jornal *Pharol* / *O Pharol* (http://bndigital.bn.br/acervo-digital/pharol/258822).


- Pharol, 05 de dezembro de 1878, Ano XII, nº 95, página 02.
- Pharol, 05 de dezembro de 1878, número 95, Ano XII, página 02.
- Pharol, 24 de novembro de 1878, nº 92, Ano XII, página 03.
- Pharol, 29 de maio de 1879, edição número 42, ano XIII, Página 01.
- Pharol, 1º de junho de 1879, número 43, Ano XIII, página 03.
- Pharol, 29 de maio de 1879, edição número 42, ano XIII, Página 01.
- Pharol, 23 de novembro de 1879, edição número 92, ano XV, Página 01.
- Pharol, 1º de fevereiro de 1880, edição número 10, ano XIV, Página 01.
- Pharol, 11 de junho de 1882, edição número 62, ano XVI, Página 01.
- Pharol, 22 de julho de 1882, edição número 78, ano XVI, página 02.
- Pharol, 12 de setembro de 1882, edição de número 108, ano XVI, página 01.
- Pharol, 22 de fevereiro de 1883, Ano XVII, nº 21, página 02.
- Pharol, 22 de fevereiro 1883, Ano XVII, nº 21, página 02.
- O Pharol, 19 de fevereiro de 1884, Ano XVIII, número 21, página 04.
- Pharol, em 1º de maio de 1884, edição número 49, ano XVIII, Página 02.
- Pharol, Juiz de Fora, 26 de outubro de 1884.
- Pharol, 30 de dezembro de 1884, nº 148, Ano XVIII, página 01.
- Pharol, 18 de novembro de 1884, Ano XVIII, nº 132, página 02.
- Pharol, 25 de novembro de 1884, número 135, Ano XVIII, página 02.
- Pharol, 06 de fevereiro de 1885, Ano XIX, página 04.
- Pharol, 05 de fevereiro de 1886, número 03, Ano XX, página 03.
- Pharol, 11 de março de 1886, número 55, Ano XX, página 01.
- O Pharol, 14 de março de 1886, Ano XX, número 58, página 01.
- O Pharol, Juiz de Fora, 20 de maio de 1886.
- O Pharol, Juiz de Fora, 21 de agosto de 1886.
- O Pharol, 04 de novembro de 1887, nº 251, Ano XXI, página 02
- O Pharol, Juiz de Fora, 28 de janeiro de 1888.
- O Pharol, 25 de março de 1888, número 69, Ano XXII, página 01.

- O Pharol, 03 de junho de 1888, número 126, Ano XXII, página 02.
- O Pharol, 05de junho de 1888, número 127, Ano XXII, página 01.
- O Pharol, 19 de setembro de 1888, número 215, Ano XXII, página 02.
- O Pharol, 20 de setembro de 1888, número 216, ano XXII, página 01.
- O Pharol, 07 de dezembro de 1888, número 282, ano XXIII, página 02.
- O Pharol, 15 de outubro de 1889, número 240, ano XXIII, página 01.
- O Pharol, 15 de outubro de 1889, número 240, Ano XXIII, página 01.
- O Pharol, 14 de novembro de 1889, número 266, Ano XXIII, página 04.
- O Pharol, 15 de março de 1890, número 63, ano XXIV, página 01.
- O Pharol, 07 de agosto de 1890, número 185, Ano XXIV, página 01.
- O Pharol, 08 de agosto de 1890, número 185, Ano XXIV, página 01.
- O Pharol, 03 de junho de 1890, número 129, ano XXIV, página 01.
- O Pharol, 27 de junho de 1890, número 150, Ano XXIV, página 2.
- O Pharol, 10 de agosto de 1890, número 188, ano XXIV, página 01.
- O Pharol, 12 de agosto de 1890, número 189, ano XXIV, página 01.
- O Pharol, 10 de agosto de 1890, número 188, ano XXIV, página 01.
- O Pharol, 13 de agosto de 1890, número 190, ano XXIV, página 01.
- O Pharol, 25 de setembro de 1890, número 227, Ano 24, página 01.
- O Pharol, 30 de setembro de 1890, número 231, Ano XXIV, página. 03.
- O Pharol, 11 de dezembro de 1890, número 304, Ano XXIV.
- O Pharol, 16 de dezembro de 1890, número 307, ano XXIV, página 01.
- O Pharol, 1º de janeiro de 1891, número 01, Ano XXV, página 02.
- O Pharol, 03 de janeiro de 1891, número 03, Ano XXV, página 02 e 03.
- O Pharol, 10 de março de 1891, número 58, ano XXV, página 01.
- O Pharol, 15 de março de 1891, número 63, ano XXV, página 01.
- O Pharol, 31 de março de 1891, número 75, Ano XXV, página 02.
- O Pharol, 24 de abril de 1891, número 97, Ano XXV, página 01.
- O Pharol, 6 de junho de 1891, número 134, Ano XXV, página 01.
- O Pharol, 14 de agosto de 1891, número199, ano XXV, página 01.
- O Pharol, 18 de agosto de 1891, número 203, ano XXV, página 01.
- O Pharol, 20 de setembro de 1891, número 236, ano XXV.
- O Pharol, 21 de setembro de 1891, número 237, ano XXV, página 01.
- O Pharol, 15 de março de 1892, número 73, ano XXVI, página 02.

- O Pharol, 1º de abril de 1892, número 90, Ano XXVI, página 01, coluna 05.
- O Pharol, 18 de maio de 1892, Ano XXVI, Número 76, p. 02.
- O Pharol, 19 de junho de 1892, número 165, ano XXVI, página 01.
- O Pharol, 13 de junho de 1893, número 137, ano XXVII.
- O Pharol, 16 de junho de 1893, número 140, ano XXVII, página 01.
- O Pharol, 18 de julho de 1893, número 166, Ano XXVII.
- O Pharol, 26 de julho de 1893, número 173, Ano XXVII.
- O Pharol, 06 de setembro de 1893, número 209, Ano XXVII.
- O Pharol, 23 de Novembro de 1893, Ano XXVII, nº248, página 01.
- O Pharol, 19 de julho de 1894, número 155, Ano XXVIII.
- O Pharol, 08 de setembro de 1894, nº 198, Ano XXVIII, página02.
- O Pharol, 4 de setembro de 1895, número 196, Ano XXVIII, página 02.
- O Pharol, 25 de novembro de 1894, número 258, Ano XXVIII, página 02.
- O Pharol, 18 de setembro 1895, número 207, ano XXIX, página 02.
- O Pharol, 19 de setembro de 1895, número 208, Ano XXIX, página 01.
- O Pharol, 16 de Novembro de 1895, número 250, Ano XXIX, página 02.
- O Pharol, 18 de novembro de 1895, número 252, ano XXIX, página 02.
- O Pharol, 10 de abril de 1897, número 79, Ano XXI, página 02.
- O Pharol, 09 de março de 1900, nº 210, Ano XXXIV, página 04.
- O Pharol, 31 de julho de 1900, número 332, ano XXXIV, página 01.
- O Pharol, 08 de agosto de 1900, número 338, ano XXXIV, página 01.
- O Pharol, 30 de agosto de 1900, número 358, ano XXXIV, página 01.
- O Pharol, 05 de fevereiro de 1901, Ano XXXV, nº23, página 01.
- O Pharol, 30 de julho de 1901, número B00025(2), ano XXXV, página 02.
- O Pharol, 23 de agosto de 1901, número 45, ano XXXV, página 01.
- O Pharol, 07 de janeiro de 1902, número 160, Ano XXXVI, página 01.
- O Pharol, 19 de fevereiro de 1902, número 196, Ano XXXVI, página 01.
- O Pharol, 23 de fevereiro de 1902, número 200, Ano XXXVI, página 02.
- O Pharol, 27 de fevereiro de 1902, número 158, Ano XXXVI, página 01.
- O Pharol, 11 de março de 1902, número 212, Ano XXXVI, página 01.
- O Pharol, 18 de março de 1902, número 216, Ano XXXVI, página 02.
- O Pharol, 11 de julho de 1902, número 315, Ano XXXVII, página 01.
- O Pharol, 18 de abril de 1903, número 552, Ano XXXVII, página. 02.

- O Pharol, 12 de maio de 1903, número 572, Ano XXXVII, página. 02.
- O Pharol, 21 de julho de 1903, número 631, Ano XXXVII, página 02.
- O Pharol, 11 de setembro de 1903, número 676, Ano XXXVII, página 02.
- O Pharol, 19 de setembro de 1903, número 683 (2), Ano XXXVII, página 02.
- O Pharol, 09 de fevereiro de 1904, número 01002, Ano XXXIX, página 02.
- O Pharol, 15 de setembro de 1905, número 270, Ano XL, página 01.
- O Pharol, 14 de novembro de 1905, número 271, Ano XL, página 01.
- O Pharol, 12 de agosto de 1906, número 182, Ano XL, página. 02
- O Pharol, 01 e 02 de abril de 1907, número 77, Ano XLI, página 02.
- O Pharol, 25 de agosto de 1907, número 224, Ano XLI, página 01.
- O Pharol, 22 de outubro de 1907, Ano XLII, nº 250, página 01.
- O Pharol, 22 de outubro de 1907, Ano XLII, nº 250, página 01.
- O Pharol, 02 de janeiro de 1909, número 2, Ano XLIII, página 01.
- O Pharol, 28 de janeiro de 1909, nº 24, Ano XLIII, página 02.
- O Pharol, 06 de janeiro de 1910, número 04, Ano XLV, página 01.
- O Pharol, 22 de maio de 1910, número 230, Ano XLV, página 03.
- O Pharol, 10 de agosto de 1910, nº 187, Ano XLV, página 02.
- O Pharol, 29 de setembro de 1910, número 230, Ano XLV, página 01.
- O Pharol, 26 de novembro de 1910, número 282, Ano XLV, página 02.
- O Pharol, 27 de novembro de 1910, número 283, Ano XLV, página 01
- O Pharol, 24 de dezembro de 1910, Ano XLV, número 303, página 02.
- O Pharol, 25 de maio de 1911, número 122, Ano XLVI, página 02.
- O Pharol, 02 de Junho de 1911, número 129, Ano XLVI, página 01.
- O Pharol, 19 de setembro de 1911, número 222, Ano XLVI, página 01.
- O Pharol, 19 de março de 1912, número 66, Ano XLVII, página 01.
- O Pharol, 16 de outubro de 1913, número 244, Ano XLVIII, página 02.
- O Pharol, 14 de agosto de 1914, nº 191, Anno XLIX, página 02.
- O Pharol, 27 de setembro de 1914, número 229, Ano XLIX, página 01.
- O Pharol, 16 de fevereiro de 1915, número 39, Ano L, página 01.
- O Pharol, 03 de junho de setembro de 1915, número 129, Ano L, página 01.
- O Pharol, 13 de abril de 1916, número 88, Ano LI, página 02.
- O Pharol, 08 de março de 1917, número 56, Ano LII, página 01.

**Arquivo Histórico Casa de Itália – AHCI**

- Correspondência enviada pela Sociedade Italiana Recreativa e Musical Príncipe de Nápoles ao vice-consulado italiano em Juiz de Fora, 1891. Localização: pasta *Commemorazione del XX settembre 1890 – 1900.*

- Correspondênciaenviada pelo agente consular de Ouro Preto Nicola Balena ao vice-cônsul italiano de Juiz de Fora, 26 de setembro de 1891. Localização: pasta "*Commemorazione del XX Settembre 1890 – 1900"*.

- Correspondência enviada pela professora da Escola Regina Margherita, Amalia di Battisti, ao vice-cônsul italiano de Juiz de Fora, 17 de junho de 1894. Localização: pasta *Scuole Italiane: Sovvenzioni – 1898 – 1900 / 1905 – 1916.*

- Correspondência enviada pela professora da Escola Regina Margherita, Amalia di Battisti, ao vice-cônsul italiano de Juiz de Fora, 26 de agosto de 1894. Localização: pasta "*Scuole Italiane: Sovvenzioni – 1898 – 1900 / 1905 – 1916)"*.

- Correspondência enviada pela professora da Escola Umberto Primo, Giuditta Seganti, ao vice-cônsul italiano de Juiz de Fora, 28 de maio de 1898. Localização: pasta "*Scuole Italiane in Juiz de Fora, Umberto Primo e Regina Margherita: concessione di materiale scolastico 1905 – 1910"*.

- Correspondência enviada pelo professor Cesare Lamberti, ao vice-cônsul italiano de Juiz de Fora, 10 de outubro de 1898. Localização: pasta *Scuole Italiane: Sovvenzioni – 1898 – 1900 / 1905 – 1916.*

- Correspondência enviada pela professora da Escola Umberto Primo, Giuditta Seganti, ao vice-cônsul italiano de Juiz de Fora, 13 de dezembro de 1899. Localização: pasta *Scuole Italiane in Juiz de Fora, Umberto Primo e Regina Margherita: concessione di materiale scolastico 1905 – 1910.*

- Correspondência enviada pelo correspondente consular de São João del-Rei ao vice-cônsul italiano em Juiz de Fora, 25 de setembro de 1891. Localização: pasta *Commemorazione del XX setembre 1890 – 1900*.

- Correspondência enviada pelo correspondente consular de Ouro Preto ao vice-cônsul italiano em Juiz de Fora, 26 de setembro de 1891. Localização: pasta *Commemorazione del XX setembre 1890 – 1900*.

- Correspondência enviada pelo correspondente consular de Itajubá ao vice-cônsul italiano em Juiz de Fora. 11 de julho de 1900. Localização: pasta *Commemorazione del XX setembre 1890 – 1900.*

- Correspondência enviada pelo correspondente consular de Mar de Hespanha ao vice-cônsul italiano em Juiz de Fora, 30 de setembro de 1904. Localização: pasta *Commemorazione del XX setembre 1890 – 1900*.

- Correspondência enviada por Benedette Pinghelli, correspondente consular de São João Nepomuceno ao vice-consulado italiano em Juiz de Fora, 03 de outubro de 1904. Localização: pasta *Commemorazione del XX setembre 1901 – 1921*.

- Correspondência entre a Sociedade Italiana Príncipe do Piemonte, em Vila Nova Lima e o vice-consulado de JF – 1º de setembro de 1908. Localização: pasta *Scuole italiane - Ouro Fino.*

- Correspondência entre o cônsul italiano de BH e o vice-consulado de JF, 30 de setembro de 1910. Localização: pasta *Scuole italiane - Belo Horizonte.*

- Correspondência enviada pelo vice-cônsul italiano ao sindaco, em Roma, 26 de novembro de 1910. Localização: pasta *Scuole Italiane, Anno Scolastico 1910.*

- Correspondência de 04 de novembro de 1910. Localização: pasta *Scuole Italiane – sovvenzioni – 1895 – 1916, Sub-pasta: Anno scolastico 1910.*

- Correspondências trocadas entre a professora Amalia di Battisti e o vice-cônsul italiano, Localização: pasta *Scuole Diversi, 1904 – 1912*, subpasta, *Scuole Italiane in Juiz de Fora, Umberto Primo e Regina Margherita: concessione di materiale scolastico 1905 – 1910.*

- Correspondência entre o cônsul italiano de BH e o vice-consulado de JF, 06 de abril de 1912, Localização: pasta *Scuole italiane - Belo Horizonte.*

- Rascunho da Correspondência enviada pelo vice-cônsul italiano Massimo Golfredo ao Ministro do Exterior, 23 de fevereiro de 1912. Localização: pasta *"Scuole Italiane – Sovvenzioni 1898 – 1900/ 1905 – 1916"*.

- Correspondência enviada pelo Ministero Degli Affari Esteri, Roma, 16 de novembro de 1912, Pasta: *Sottoscrizione per danneggiati del terremoto nelle calabrie.*

- Rascunho da Correspondência enviada pelo vice-cônsul italiano Giuseppe Marini ao Ministro do Exterior, 28 de fevereiro de 1913. Localização: pasta *"Scuole Italiane – Sovvenzioni 1898 – 1900/ 1905 – 1916"*.

- Rascunho da Correspondência enviada pelo vice-cônsul italiano Belli de Sardes ao Ministro do Exterior, 15 de outubro de 1915. Localização: pasta *"Scuole Italiane – Sovvenzioni 1898 – 1900/ 1905 – 1916"*.

- Correspondência enviada pelo vice-cônsul Giuseppe Marini ao Ministro do Exterior, 28 de fevereiro de 1913. Localização: pasta *Scuole italiane di JF "Umberto I" e "Regina Margherita", Sussidio e Esercizio scolastico 1910 a 1911 e 1911 a 1913.*

- Correspondência enviada pelo vice-cônsul Giuseppe Marini ao Ministro do Exterior pedindo auxílio para a escola Umberto Primo e fazendo um parecer geral sobre a situação da colônia italiana em Juiz de fora, 28 de fevereiro de 1913. Pasta: *Correspondências consulares, Pasta Scuole Italiane, sovvenzioni – 1895 a 1916.*

- Correspondências entre o vice-cônsul de Juiz de Fora, o consulado do Rio de Janeiro e o senhor Giuseppe Breviglieri, 26 de fevereiro de 1915. Localização: pasta *Scuole Italiane.*

- Correspondência entre o cônsul italiano de Belo Horizonte e o vice-consulado de Juiz de Fora, 13 de setembro de 1918. Localização: pasta *Scuole Italiane.*

- Correspondência enviada pelo cônsul italiano de BH e o vice-cônsul de Juiz de Fora. 26 de julho de 1919. Localização: pasta *Scuole Italiane, sovvenzioni – 1895 a 1916.*

- Pasta: *Commemorazione del XX setembre 1890 – 1900*, setembro de 1891.

- Pasta: *Commemorazione del XX setembre 1890 – 1900*. Acervo pessoal imagens DSC05265 / DSC05266 / DSC05267 / DSC05268 / DSC05273.

- Correspondência enviada pelo italiano Geoachino Magrini ao consulado italiano de Ouro Preto, 03 de abril de 1895. Localização: pasta "Scuole Italiane Regina Margherita di Juiz de Fora".

- Edital - *Concorso per Maestra Elementare*, 12 de maio de1913. Localização: pasta *Scuole italiane - Ouro Fino.*

- Pasta: *Scuole Italiane di Juiz de Fora – Concessione di materiale scolastico 1905 – 1910.*

- Pasta: Scuole – Materiale Scolastico 1915 – 1916.

- Pasta Scuole Italiane, sovvenzioni – 1895 a 1916.

- Pasta: *Scuole italiane* - Ouro Fino.

- Pasta: *Scuole Italiane-sovvenzioni, 1895 – 1916*, correspondências trocadas entre 20 e 24 de julho de 1919.

- Pasta: *Commemorazione del XX settembre 1890 – 1900*, Ano de 1898.

- Pasta: *Commemorazione del XX settembre* 1901 – 1921, Ano de 1918.

Jornais Italianos:

- L'Araldo d'Italia, 12 Maggio 1892, Anno I, numero 09.

- Fieramosca, Juiz de Fora, 19 Guigno 1904, Nº 20, Anno I.

- La Patria Italiana, Juiz de Fora, 12 Giugno 1904, Nº 18, Anno I.

Estatuto da SIMSBUP:

- Estatuto da Sociedade Italiana de Beneficência Umberto I, em Juiz de Fora – 1891.

**Arquivo Histórico de Juiz de Fora – AHJF**

Jornal *Diário Mercantil*:

- Diário Mercantil, 30 de Novembro de 1917, página 1, coluna 6.
- Diário Mercantil, 17 de Dezembro, 1917, página 2, coluna 5.
- Diário Mercantil, 28 de Dezembro, 1926, página 1, coluna 5.
- Diário Mercantil, 02 de maio de 1912, Ano I, número 85, página 02.
- Diário Mercantil, 17 de setembro de 1912, Ano I, número 203, página 2.
- Diário Mercantil, 10 de Setembro de 1912, número 197, página 02/coluna 04.
- Diário Mercantil, 11 de Setembro de 1912, número 198, página 2/coluna 03.
- Diário Mercantil, 22 de setembro de 1912, Ano I, número 208, página 1.
- Diário Mercantil, 03 de janeiro de 1913, Ano II, número 294, página 02.
- Diário Mercantil, 23 de janeiro de 1913, Ano II, número 312, página 22.
- Diário Mercantil, 13 de julho de 1913, Ano II, número 164, página 02.
- Diário Mercantil, 05 de agosto de 1913, Ano II, número 464, página 2.
- Diário Mercantil, 24 de agosto de 1913, Ano II, número 481, página 2.
- Diário Mercantil, 21 de Novembro de 1913, Ano II, número 556, página 2.
- Diário Mercantil, 21 de setembro de 1913, Ano II, número 505, página 1.
- Diário Mercantil, 14 de outubro de 1913, Ano II, número 524, página 1.
- Diário Mercantil, 27 de junho de 1914, número 740, página 2.
- Diário Mercantil, 2 de Agosto de 1914, 771, página 3.
- Diário Mercantil, 19 de Fevereiro de 1915, Ano IV, número 939, página 1, coluna 3.
- Diário Mercantil, 24 de Maio, número1430, página 02.
- Diário Mercantil, 26 de Março de 1915, número 969, página 3.
- Diário Mercantil, 29 de Maio de 1915, 1023, Ano IV, página 2, coluna 6.
- Diário Mercantil, 13 de Junho de 1915, número 1036, página 01.
- Diário Mercantil, 04 de novembro de 1915, número 1160, página 01.
- Diário Mercantil, 08 de Junho de 1916, número 1443, página 2.
- Diário Mercantil, 09 de Setembro, de 1916, número 1523, página 3.
- Diário Mercantil, 16 de Setembro, de 1916, número1529.
- Diário Mercantil , 14 de Outubro de 1916, número1553, página 2.
- Diário Mercantil, 09 de Novembro de 1916, número 1575, página 3.
- Diário Mercantil, 08 de Maio de 1917, número 1727, página 3.

Livro de Impostos sobre Indústrias e Profissões, anos de 1903 e 1913.

Processos Criminais mencionados:

- Processo Crime, Código 11643, Caixa 001, Resistência, 11/04/1888.
- Processo Crime, Código 314, Caixa 101, Lesão Corporal, 18/02/1894.
- Processo Crime, Código 89, Caixa 168, Calúnia e Injúria, 17/09/1914.
- Processo Crime, Código 6147, Caixa 102, Lesão Corporal, 02/08/1894.
- Processo Crime, Código 909, Caixa 131, Lesão Corporal, 05/01/1914.
- Processo Crime, Código 5831, Caixa 131, Lesão Corporal, 12/02/1914.
- Processo Crime, Código 9760, Caixa 139, Lesão Corporal, 15/02/1920.
- Processo Crime, Código 5605, Caixa 121, Lesão Corporal, 17/12/1906.
- Processo Crime, Código 181, Caixa 96, Lesão Corporal, 14/06/1892.
- Processo Crime, Código 314, Caixa 101, Lesão Corporal, 18/02/1894.
- Processo Crime, Código 9739, Caixa 113, Lesão Corporal, 20/02/1901.
- Processo Crime, Código 6259, Caixa 119, Lesão Corporal, 13/03/1905.
- Processo Crime, Código 5615, Caixa 121, Lesão Corporal, 23/09/1907.
- Processo Crime, Código 6243, Caixa 137, Lesão Corporal, 09/01/1918.
- Processo Crime, Código 505, Caixa 109, Lesão Corporal, 16/03/1898.

**Arquivo Público Mineiro – APM**

- Acervo sobre Imigrantes disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/imigrantes/search.php?query=&andor=AND&dt1=&dt2=&notacao=&nantiga=&ordenar=30&asc_desc=10&submit=Executar+pesquisa&action=results&id_REQUEST=0a94dda04639b057c378d68c46f298c0

**Arquivo *Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes* – SMBMMM**

Almanaques de Juiz de Fora:

- Juiz de Fora: Editores Leite Ribeiro & Companhia, 1891. Ano I.
- Juiz de Fora: Editores Leite Ribeiro & Companhia, 1892.
- Juiz de Fora: Editores Mattoso & Medeiros, 1897. Ano II.
- Juiz de Fora: Typographia Mattoso,1898. Ano III.
- Juiz de Fora: Typographia Mattoso,1899. Ano IV.
- Juiz de Fora: Typographia Brasil, 1908.
- Juiz de Fora: Typographia Brasil,1914.
- Juiz de Fora: Typographia Commercial, 1916.

- Juiz de Fora: Editores J. Ribeiro & Companhia, 1917.
- Almanaque de Juiz de Fora, ano de 1922, p. 140.

*Jornal do Commercio*:

- Jornal do Commercio, 25 de maio de 1915, Número 5867, Ano XX, página 01.
- Jornal do Commercio, 06 de setembro de 1900, Ano V, número 1241, página 01.
- Jornal do Commercio, 15 de dezembro de 1900, Ano V, número 1327, página 02.
- Jornal do Commercio, 07 de janeiro de 1902, Ano VII, número 1657, página 02.
- Jornal do Commercio, 20 de setembro de 1903, Ano VIII, Número 2187, p, 01.
- Jornal do Commercio, 04 de julho de 1907, Ano XII, número 3346, página 02.
- Jornal do Commercio, 05 de julho de 1907, Ano XII, número 3347, página 01.
- Jornal do Commercio, 06 de julho de 1907, Ano XII, número 3348, página 02.
- Jornal do Commercio, 02 de junho de 1909, Ano XIV, número 3946, página 01.
- Jornal do Commercio, 12 de agosto de 1910, Ano XV, número 4301, página 02.
- Jornal do Commercio, 21 de dezembro de 1910, Ano XV, número 4414, página 02.
- Jornal do Commercio, 20 de setembro de 1911, Ano XVI, número 4646, página 01.
- Jornal do Commercio, 27 de junho de 1912, Ano XVII, número 4973, página 02.
- Jornal do Commercio, 27 de junho de 1912, Ano XVII, número 4973, página 01.
- Jornal do Commercio, 19 de fevereiro de 1915, Ano XX, número 5787, página 01.

Revista Benso di Cavour, edição especial. Primeiro Centenário, 1902 – 2002, Juiz de Fora, 2002.

Efemérides de Juiz de Fora:

SOARES, Paulino. **Efemérides Juizforanas (1698-1969)**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1975.

Dados do embarque de italianos procedentes do Vêneto:

Disponível em http://www.emigrazioneveneta.com/.

Imagens de Juiz de Fora:

Disponível em http://www.mariadoresguardo.com.br/2010_05_01_archive.html

Recenseamento do Império Ano de 1872:

Disponível em http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/index.html;jsessionid=7ce1bfc87a294721813bcc4c5dda).

Livros didáticos italianos –

Biblioteca da *Universidade de Toronto*, disponível em https://archive.org/:

- COLLODI, Carlo. Le Avventure di Pinocchio: storia di um burattino. R. Bemporad & Filgio – Editori, Firenze: 1902.

- MORANDI, Luigi. Come fu educato Vittorio Emanuele III. Ditta G. B. Paravia e Comp, Roma: 1901.

- STOPPANI, Antonio. Il bel paese: conversazioni sulle bellezze naturali – la geologia e la geografia fisica d'Italia. 94ª edizione econômica. Casa Editrice L. F. Cogliati, Milano: 1915.

- AMICIS, Edmundo de. Cuore. Empresa Literária Universal: Lisboa, 1967.

# BIBLIOGRAFIA


ABDALLA, Gustavo. Juiz de Fora: evolução urbana de uma cidade industrial desde o século XIX. *Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. V. 6, nº 1, 2000. (Disponível em: http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/735/710).

ALMEIDA, Fabiana Aparecida. Narrativas preservacionistas na cidade: a trajetória da defesa do patrimônio histórico de Juiz de Fora através das manifestações populares na década de 1980. *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-Graduação em História da UFJF: Juiz de Fora, 2012.

ALVIM, Zuleica Maria Forcione. O Brasil Italiano (1880 – 1920). In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América.* – 2 ed. - São Paulo: Editora da USP, 2000.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. A Imigração Italiana em Minas Gerais (1896 – 1915). In: BONI, Luis A. *A presença Italiana no Brasil II*. Instituto Giovani Agnelli, Porto Alegre.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Nélson de. Alguns aspectos do Teatro no Brasil nos séculos XVIII e XIX. *Fall, Latin American Theatre Review*: 1977.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra, Medo Branco*: O negro no imaginário das Elites no século XIX. 2ª Edição. São Paulo: Annablume, 2004.

BAPTISTA, Rosanita Ferreira. *Gênese e crise dos conceitos de progresso e desenvolvimento na teoria social.* XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 29 de maio de 01 de junho, UFPE, Recife, 2007.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.* Rio de Janeiro. Contra Capa Livraria, 2000.

BASTOS, Maria Helena Câmara. *Cuore, de Edmundo d'Amicis (1886):* um sucesso editorial. IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, Porto Alegre: 2004.

BASZCO, Bronislaw. *Imaginação Social*. Enciclopédia Einaudi. V. 5, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade:* Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2005.

BENJAMIN, Walter. *Paris, capital do século XIX*. In: Sociologia. São Paulo: Ática, 1991.

BERTONHA, João Fábio. O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922 – 1943. *Revista Brasileira* Polit. Int. 40 (2):106 – 130, 1997.

BERTONHA, João Fábio. *A imigração italiana no Brasil*. Série "Que história é esta?". São Paulo: Saraiva, 2004.

BERTONHA, João Fábio. Os Italianos. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

BIONDI, Luigi. *Classe e Nação*: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890 – 1920. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BÓ, Juventino Dal.; IOTTI, Luiza Horn.; MACHADO, Maria B. Pinheiro (orgs.). Imigração italiana e estudos ítalos-brasileiros. *Anais do Simpósio Internacional sobre a Imigração Italiana. & Anais do IX Fórum de Estudos Ítalo Brasileiros*, Caxias do Sul: Educs, 1999.

BORGES, Célia Maria (org). *Solidariedades e Conflitos*: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora. Juiz de Fora: EDUFJF, 2000.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues.; BRAGA, Mariângela Porto.; ANDRADE, Cristiana Viegas de. Imigração e Família em Minas Gerais no final do século XIX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 07, nº54, 2007.

BRUBAKER, Roger.; COOPER, Frederick. *Mas allá de "Identidad*. Universidade de Califórnia, Los Angeles; Universidade de Michigan. (Disponível em: http://comunicacionycultura.sociales.uba.ar/files/2013/02/Brubaker-Cooper-espanol.pdf - acesso em 28/11/2013).

BUSQUETS, Joan. Un proyecto inovador convertido em gran realidad. In: la razón em la ciudad: el Plan Cerdà. *Revista de información y pensamiento urbanos.* Nº 76, out de 2009.
CAMPOS, Rúben M. *El bar: La vida literaria de México en 1900*. Universidad Nacional Autónoma de México: México, 1996.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A Imprensa na História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 2ª edição: 1994.

CAPELLIN, Paola.; PACE, Vincenzo.; GIULIANI, Gian Mario.; ORO, Ari P.; BRANDALISE, Carla (orgs). *Entre memória e mercado: famílias e empresas de origem italiana no Brasil*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

CARNEIRO, Maria L. T.; CROCI, Federico.; FRANZINA, Emilio. (orgs). *História do trabalho e histórias da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil* (Séculos XIX e XX). São Paulo: Edusp, 2010.

CARNEIRO, Rosane A. B. de. Os italianos no noroeste fluminense: estratégias familiares e mobilidade social, 1897 – 1950. *Tese de Doutorado*. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, departamento de História, 2009.

CARTA, Gianni. *Garibaldi na América do Sul*: o mito do gaúcho. São Paulo: Boitempo, 2013.

CASPANI, Andrea. *Il problema dell'unitá d'Italia e l'identità* Del popolo italiano. Portofranco – Pomerigi maturandi, 7 febbraio 2010. (Disponível em: http://www.portofranco.org/SITE/MATERIALE/DIDATTICA/2011/POMERIGGI_MATURANDI_2011/caspani_problema_unita_italia_07_02_2011.pdf

CERVO, Amado Luiz. *As relações entre o Brasil e a Itália*: formação da italianidade brasileira. Brasília, Editora da UNB, 2011.

CAVALIERE, Daniel Golçalves. Os imigrantes italianos e os Ítalo-descendentes em Belo Horizonte: identidade e sociabilidade (1887 – 1942). *Dissertação de Mestrado*. Universidade Federal de Ouro Preto, 2011.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*, o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Segunda Edição. Editora da Unicamp. São Paulo, Campinas: 2001.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural*: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHIARINI, Ana Maria. *A expansão da língua italiana na península e a sala de aula de italiano como língua estrangeira.* Belo Horizonte: Revista Caligrama, nº 10, dezembro de 2005.

CHRISTO, Maraliz de Castro V. *Europa dos Pobres*: A Belle Époque Mineira. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1994.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Italianos: trabalho, enriquecimento e exclusão. In: BORGES, Célia Maria. *Solidariedades e Conflitos:* Histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Ed UFJF, 2000.

CIOMMO, Enrica Di. *I confini dell'identità:* teorie e modeli di nazione in Italia. Roma: Laterza Editori, 2005.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Imigrantes Italianos na Historiografia do Rio Grande do Sul: Inserção e Contexto. In: MARTINS, Ismênia de Lima.; MARTINS, Ismênia de Lima.; HECKER, Alexandre. (orgs). *Migrações: histórias, culturas, trajetórias.* São Paulo: Expressão & Arte, 2010.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Estudos de imigração italiana: tendências historiográficas no Brasil Meridional. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Imagens de Garibaldi e Imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. In: FAY, Claudia Musa.; CONSTANTINO, Núncia Santoro de. (orgs) *Garibaldi, História e Literatura*: perspectivas internacionais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Viajantes italianos, imigração e italianidade no Brasil. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 38, supl., p. S312-S325, nov. 2012. (Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/12476/8772 - acesso em 02/09/2015).

CONTIJO, Rebeca. Identidade Nacional e ensino de História, a diversidade como "patrimônio sociocultural"; IN: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. RJ: Casa da Palavra, 2003.

CORNA, Lia. *Il museo de Risorgimento a Bergamo*. Revista Museo & Storia, nº 06, 2008. (Disponível em: http://www.bergamoestoria.it/pubblicazioni/rivista/6/corna.pdf, acesso em: 23/07/2014).

CORRÊA, Marcelo Armellini. *Dos Alpes do Tirol à Serra Gaúcha:* a questão da identidade dos imigrantes trentinos no Rio Grande do Sul (1875 – 1918). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS: São Leopoldo, 2014.

CORRÊA, Rosa Lydua Teixeira. Imigrantes italianos em Campinas e região: escolas e educação. LUCHESE, Terciane Angela.; KREUTZ, Lúcio (orgs). *Imigração e Educação no Brasil*: histórias, práticas e processos escolares. Santa Maria, Editora da UFSM, 2011.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

CROCI, Federico. O mito de Garibaldi na Itália entre Epopeia Popular, Manipulação política e Imaginário coletivo. In: FAY, Claudia Musa.; CONSTANTINO, Núncia Santoro de. (orgs) *Garibaldi, História e Literatura:* perspectivas internacionais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

CUCHE, Denis. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

CUNHA, Manoela Carneiro da. *Etnicidade:* Da Cultura Residual, mas Irredutível. In: Antropologia do Brasi: mito, história e etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CUNHA, Manoela Carneiro da. *Negros Estrangeiros*. Os Escravos Libertos e sua Volta à África. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

DALLABRIDA, Norberto. Escolas Dante Alighieri: resistência e italianidade. In: RADIM, José Carlos (org.). *Cultura e identidade italiana no Brasil*: algumas abordagens. Joaçaba, Santa Catarina: Editora Maria do Cais, 2005.

DEVOTO, F. J.; MÍGUEZ, E. J. (orgs.). *Asociacionismo, trabajo e identidad étnica*. Los italianos en América Latina en una perspectiva comparata. Buenos Aires: CEMLA – CSER – IEHS, 1992.

DEVOTO, Fernando J. La experiencia mutualista italiana en la Argentina: un balance. In: DEVOTO, F.J.; MÍGUEZ, E.J. (orgs) *Asociacionismo, trabajo e identidad étnica*: Los italianos en America Latina en uma perspectiva comparada. Buenos Aires, CEMLA – CSER – IEHS, 1992.

DIÉGUES, JÚNIOR, Manuel. *Etnias e Culturas no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

DOLZAN, Janine Cinara. Italianidade (re)inventada: dilema entre gerações. In: RADIM, José Carlos (org.). *Cultura e identidade italiana no Brasil:* algumas abordagens. Joaçaba, Santa Catarina: Editora Maria do Cais, 2005.

DORNELES, Laura de Leão. *Resorgimento e Revolução:* o ideário Mazziniano no Movimento Farroupilha. In: FAY, Claudia Musa.; CONSTANTINO, Núncia Santoro de.

(orgs) Garibaldi, História e Literatura: perspectivas internacionais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos Operários nas Minas Gerais*: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

ELIAS, Norbert. *Os Estabelecidos e os outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESTRADA, Baldomero. La colectividad italiana de Santiago de Chile atraves de la sociedad de socorros mutuos "Italia" (1880 – 1920). In: DEVOTO, F.J.; MÍGUEZ, E.J. (orgs) *Asociacionismo, trabajo e identidad étnica:* Los italianos en America Latina en uma perspectiva comparada. Buenos Aires, CEMLA – CSER – IEHS, 1992.

FALCÃO, Luiz Felipe. Brasiliani e italianos: reflexões sobre a instituição de uma identidade italiana no Brasil contemporâneo. In: RADIM, José Carlos (org.). *Cultura e identidade italiana no Brasil:* algumas abordagens. Joaçaba, Santa Catarina: Editora Maria do Cais, 2005.

FARENZINE, Valéria Leão. Os italianos e a Casa d'Itália de Juiz de Fora. *LOCUS*: Revista de História, Juiz de Fora, v.14, nº02, 2008.

FARENZINE, Valéria Leão. *A "questão São Roque":* devoção e conflito. Imigrantes italianos e Igreja Católica em Juiz de Fora (1902 – 1920). São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Prefeitura da cidade de Juiz de Fora, 2010.

FAY, Claudia Musa.; CONSTANTINO, Núncia Santoro de. (orgs) *Garibaldi, História e Literatura:* perspectivas internacionais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

FAY. Claudia Musa. Garibaldi, viagens intercontinentais. In: FAY, Claudia Musa.; CONSTANTINO, Núncia Santoro de. (orgs) *Garibaldi, História e Literatura:* perspectivas internacionais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

FERREIRA, L. F. O lugar festivo – a festa como essência espaço-temporal do lugar. *Espaço e Cultura*, UERJ, RJ, nº15, 2003.

FRANZINA, Emílio. *A Grande Emigração:* O êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

FURLANETTO, Patrícia Gomes. *O associativismo como estratégia de inserção social*: As práticas sócio-culturais do mutualismo imigrante italiano em Ribeirão Preto (1895 – 1920). Tese de Doutorado, USP: São Paulo, 2007.

GALLI, Stefano B. Il peso della memoria storica e l'identità culturale italiana. In: *Identità Italiana tra Europa e Società Multiculturale*. Siena: Fondazione Intercultura, 2009. (Disponível em: http://www.identitaitaliana.org/_pics/Attiidentita.pdf, acesso em 23/05/2014).

GANDOLFO, Romolo. *Las sociedades italianas de socorros mutuos de Buenos Aires:* cuestiones de clase y etnia dentro de una comunidad de inmigrantes (1880 – 1920). In: DEVOTO, F.J.; MÍGUEZ, E.J. (orgs) *Asociacionismo, trabajo e identidad étnica:* Los italianos en America Latina en uma perspectiva comparada. Buenos Aires, CEMLA – CSER – IEHS, 1992.

GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. *Direitos Sociais em perspectiva: seguridade, sociabilidade e identidade nas mutuais de imigrantes em Juiz de Fora (1872 – 1930).* Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora, 2013.

GELLNER, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

GIRON, Loraine Slomp. Colônia Italiana e Educação. *História da Educação*. ASPHE/FAE/UFPel, Pelotas (4): 87 – 1906, setembro de 1998.

GOMES, Ana Carolina.; PICCOLO, Priscilla; e REY, Ricardo. Exposições Universais: sociedade no século XIX. Núcleo de Estudos Contemporâneos, UFF, 2011.

GOOCH, John. *A Unificação da Itália*. São Paulo: Editora Ática - Série Princípios – 1991.

GOODWIN JUNIOR, James William. "*A princesa de Minas*": A construção de uma identidade pelas elites juiz-foranas, 1850 – 1888. Dissertação de mestrado, UFMG: 1996.

HALL, Michael Mcdonald. *The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871 – 1914.* Tese de Doutorado, Columbia University, 1969.

HARVEY, David. *París, capital de la modernidade*. Madrid: Akal; 2008.

HECKER, Frederico Alexandre. O mito de Garibaldi entre os imigrantes italianos socialistas em São Paulo. In: FAY, Claudia Musa.; CONSTANTINO, Núncia Santoro de. (orgs) *Garibaldi, História e Literatura: perspectivas internacionais.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence (orgs). *A invenção das tradições.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. RJ: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HROCH, Miroslav. Do movimento nacional à nação plenamente formada: o processo de construção nacional na Europa. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

IOTTI, Luiza Horn. Política emigratória e diplomacia italiana. In: BÓ, Juventino Dal.; IOTTI, Luiza Horn.; MACHADO, Maria B. Pinheiro (orgs.). *Imigração italiana e estudos ítalos-*

*brasileiros.* Anais do Simpósio Internacional sobre a Imigração Italiana. & Anais do IX Fórum de Estudos Ítalo Brasileiros, Caxias do Sul: Educs, 1999.

IOTTI, Luiza Horn. *O olhar do poder*: a imigração italiana no Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914, vista através dos relatórios consulares. Caxias do Sul: Educs, 1996.

IOTTI, Luiza Horn. *Imigração e poder:* a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875 – 1914). Caxias do Sul: Educs, 2010.

JALLET, Annita Garibaldi. Ação, construção e difusão do pensamento libertário: Garibaldi entre Mazzini e Saint-Simon, a formação do Jovem Marinheiro antes de 1835. In: FAY, Claudia Musa.; CONSTANTINO, Núncia Santoro de. (orgs) *Garibaldi, História e Literatura:* perspectivas internacionais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

KLEIN, Herbert. Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América*: *A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Editora da USP, 1999.

KOSELLECK, R. História y hermenêutica. Barcelona: Paidós, 1997.

KREUTZ, Lúcio. A educação dos imigrantes no Brasil. In: LOPES, E.M.T; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

KREUTZ, Lúcio. Escolas de Imigrantes em contexto de formação do Estado/Nação no Brasil. *III Congresso Brasileiro de Educação*. Comunicação Apresentada: PUCPR, 2004. (Disponível em: http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo6/473.pdf, acesso em 29/08/2014).

LANNA, Ana Lúcia. *A Transformação do Trabalho*: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1970 – 1920. 2ed. Campinas, editora da UNICAMP: 1989.

LINO, Sônia Cristina. *Cinematographo*: doença da moda. Revista do Arquivo Público Mineiro, 2009.

LUCHESE, Terciane Angela. *O processo escolar entre imigrantes da região colonial italiana do RS – 1875 a 1930 – Leggere, Scrivere e Calcolare per essere alcuno nella vita.* Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2007.

LUCHESE, Terciane Angela. As sociedades de mútuo socorro e suas escolas étnicas italianas: a circulação de saberes e as conformações identitárias. In: Anais do XVII Congresso de Leitura do Brasil, UNICAMP – Campinas: 2009.

LUCHESE, Terciane Angela.; KREUTZ, Lúcio (orgs). *Imigração e Educação no Brasil:* histórias, práticas e processos escolares. Santa Maria, Editora da UFSM, 2011.

LUCHESE, Terciane Angela. As escolas étnico-comunitárias italianas no Rio Grande do Sul: o olhar dos cônsules e agentes consulares. LUCHESE, Terciane Angela.; KREUTZ, Lúcio (orgs). *Imigração e Educação no Brasil*: histórias, práticas e processos escolares. Santa Maria, Editora da UFSM, 2011.

MACHADO, I. J. R. Estado-nação, identidade-para-o-mercado e representações de nação. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 47, n. nº 1, p. 207-234, 2004, p. 215. (Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ra/v47n1/a06v47n1.pdf ).

MARTINS, Ismênia de Lima. MARTINS, Ismênia de Lima.; HECKER, Alexandre. (orgs). *Migrações: histórias, culturas, trajetórias.* São Paulo: Expressão & Arte, 2010.

MARTINS, Ismênia de Lima. A presença italiana no Rio de Janeiro. MARTINS, Ismênia de Lima.; HECKER, Alexandre. (orgs). *Migrações: histórias, culturas, trajetórias.* São Paulo: Expressão & Arte, 2010.

MARTINS, Ismênia de Lima.; HECKER, Alexandre. (orgs). *E/Imigrações: questões e inquietações.* São Paulo: Expressão & Arte, 2013.

MARCHETTI, Olavo Baldi. Associativismo e Italianità: visões sobre nacionalismo e identidade étnica nas associações italianas de São Paulo durante o Estado Novo. In. MARTINS, Ismênia de Lima.; HECKER, Alexandre. (orgs). *E/Imigrações: questões e inquietações.* São Paulo: Expressão & Arte, 2013.

MARUCCO, Dora. Lavoro e Solidarietà popolare: forme modelli, rapporti del mutuo soccorso italiano. In: DEVOTO, F.J.; MÍGUEZ, E.J. (orgs) *Asociacionismo, trabajo e identidad étnica:* Los italianos en America Latina en uma perspectiva comparada. Buenos Aires, CEMLA – CSER – IEHS, 1992.

MASCHIO, Elaine Cátia Falcade. Iniciativas escolares públicas entre imigrantes italianos no Paraná do século XIX. LUCHESE, Terciane Angela.; KREUTZ, Lúcio (orgs). *Imigração e Educação no Brasil:* histórias, práticas e processos escolares. Santa Maria, Editora da UFSM, 2011.

MEDEIROS, João Luiz. Configurações Identitárias da nação no Brasil. In: MEDEIROS, João Luiz (org). *Identidade em movimento*: nação, cyber espaço, ambientalismo e religião no Brasil Contemporâneo. Editora Sulina, Porto Alegre: 2008.

MEDEIROS, João Luiz. Configurações Identitárias da nação no Brasil. Elementos de análise para a construção de identidade. In: MEDEIROS, João Luiz (org). *Identidade em movimento:* nação, cyber espaço, ambientalismo e religião no Brasil Contemporâneo. Editora Sulina, Porto Alegre: 2008.

MENDES, José Saccheta R.; ALVIM, Zuleica Maria Forccione. Dimensões da italianidade no Estado de São Paulo em 1920. In: MARTINS, Ismênia de Lima.; HECKER, Alexandre. (orgs). *E/Imigrações: questões e inquietações.* São Paulo: Expressão & Arte, 2013.

MÍGUEZ, Eduardo J. Tensiones de Identidad: reflexiones sobre la experiencia italiana em la Argentina. In: DEVOTO, F. J.; MÍGUEZ, E. J. (orgs.). *Asociacionismo, trabajo e identidad étnica. Los italianos en América Latina en una perspectiva comparata*. Buenos Aires: CEMLA – CSER – IEHS, 1992.

MONFRÓI, Olívio. Imigração e Nacionalismo. In: BÓ, Juventino Dal.; IOTTI, Luiza Horn.; MACHADO, Maria B. Pinheiro (orgs.). *Imigração italiana e estudos ítalos-brasileiros.* Anais

do Simpósio Internacional sobre a Imigração Italiana. & Anais do IX Fórum de Estudos Ítalo Brasileiros, Caxias do Sul: Educs, 1999.

MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas,* 1889 – 1930. Belo Horizonte: Editora Hucitec, 1994.

MONTEIRO, Vanessa Cristina. *Retemperando o Drama: Convenção e Inovação segundo a Crítica Teatral dos anos 1890.* Tese de Doutorado. Programa de Teoria e História Literária da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp: 2010.

MONSMA, Karl. *Histórias de Violência: processos Criminais e conflitos interétnicos*. Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho "Migrações Internacionais", XXIV Encontro Anual da ANPOCS. Petrópolis, 2000.

MONSMA, Karl; TRUZZI, Oswaldo e Silvano da Conceição. *Solidariedade étnica, poder local e banditismo: uma quadrilha calabresa no Oeste Paulista, 1895 – 1898*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 18, n° 53. 2003.

MOURA, Caio. O advento dos conceitos de cultura e civilização: sua importância para a consolidação da imagem do sujeito moderno. *Filosofia Unisinos*, 10(2):157-173, maio/ago, 2009.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro* (1870/1920). São Paulo: Annablume, 1998.

NEDER, Carolina Barbosa. *Memórias que não se apagam:* o cotidiano de lutas das operárias na Manchester Mineira (1890 – 1954). Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

NIETHAMMER, LUTZ. Conjunturas de identidade Coletiva. Projeto História. São Paulo, *Educ-Puc,* nº15, abr.1997. (Disponível em: http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/11218/8226).

NOACK, Juliane. Reflexões sobre o acesso empírico da teoria de identidade de Erik Erikson. *Interação em Pisocologia*, 2007, 11(1), p. 135 – 146. Disponível em: http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs-2.2.4/index.php/psicologia/article/viewArticle/6543 (Acesso em 24/10/2013).

NOIRIEL, Gérard. Repensar o Estado Nação: elementos para uma análise sócio-histórica. *Revista Ler História*, nº 41, 2001, Lisboa, Portugal.

OLENDER, Marcos. "Pedra miliar da nossa arte e da nossa estirpe": A Casa d'Itália de Juiz de Fora. . *LOCUS*: Revista de História, Juiz de Fora, v.14, nº02, 2008.

OLIVEIRA, Alini Nunes de. CALVENTE, Maria del Carmen. As múltiplas funções das festas no espaço geográfico. *Interações* (Campo Grande) vol.13 nº.1 Campo Grande, Jan./June 2012.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Caminhos da Identidade: Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854 – 1920).* (Dissertação de Mestrado, UFF), Niterói: 1991.

ORO, Ari Pedro. "Mi son talian": Considerações sobre a identidade étnica dos descendentes de italianos no Rio Grande do Sul. In: BONI, Luis Alberto. *A presença italiana no Brasil, v.* III. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Tecnologia São Lourenço de Brindes: Fundacione Giovani Agnelli, 1996.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

OTTO, Clarícia. *Catolicidades e Italianidades*: tramas e poder em Santa Catarina (1875 – 1930). Florianópolis: Insular, 2006.

OTTO, Claricia. A educação de imigrantes italianos em Santa Catarina. LUCHESE, Terciane Angela.; KREUTZ, Lúcio (orgs). *Imigração e Educação no Brasil*: histórias, práticas e processos escolares. Santa Maria, Editora da UFSM, 2011.

PEREIRA, Syrléia Marques. "Ser Italiano" no Brasil ou como viver entre dois mundos. In: MARTINS, Ismênia de Lima.; In: MARTINS, Ismênia de Lima.; MARTINS, Ismênia de Lima.; HECKER, Alexandre. (orgs). *Migrações: histórias, culturas, trajetórias.* São Paulo: Expressão & Arte, 2010.

PESSOA, Jadir de Morais. Aprender e ensinar nas festas populares. In: *Aprender e ensinar nas festas populares*. Revista Boletim, nº 02, Abril de 2007.

PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Indústria*: Juiz de Fora, 1889-1930. Juiz de fora: FUNALFA edições, 2009.

POSSAMAI, Paulo. *"Dall' Itália siamo partiti":* a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005.

POUTIGNAT, Phillippe. & STREIFF – FERNART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade* - seguido de Grupos Étnicos e suas fronteiras, de Fredrik Barth. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

RADICATI, Giorgio. *Un diplomático senza portafoglio*: vita e opere del Conte Giovan Battista Belli de Sardes e della sua famiglia. Milano, Greco & Greco, 2014.

RADIM, José Carlos (org.). *Cultura e identidade italiana no Brasil:* algumas abordagens. Joaçaba, Santa Catarina: Editora Maria do Cais, 2005.

RIALL, Lucy. *Risorgimento:* Storia e interpretazione. Roma, Editore Donzelli: 2007.

RIDOLFI, Maurizio. *Le feste nazionali*. Bologna, Il Mulino: 2003.

RODRIGUES, Maysa Gomes. *Sob o céu de outra pátria*: imigrantes e educação em Juiz de Fora e Belo Horizonte, Minas Gerais (1888 – 1912). Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2009.

RODRIGUES, Maysa Gomes. *Escolas Italianas em Minas Gerais*: organização, currículo e relações sociais. Maringá, v. 36, nº 02, p. 255-265, July-Dec, 2014.

SARAIVA, Luiz Fernando. Estrutura de terras e transição do trabalho em um grande centro cafeeiro, Juiz de Fora, 1870 – 1900. *X Seminário sobre economia mineira*, 2002. (Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D12.PDF).

SEYFERTH, Giralda. *Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incômoda no campo político*. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Brasil.

SILBERSTEIN, Carina Frid de. Las opciones educativas de la comunidad italiana en Rosario: las escuelas mutualistas y el colégio salesiano (1880 – 1920). In: DEVOTO, F.J.; MÍGUEZ, E.J. (orgs) *Asociacionismo, trabajo e identidad étnica*: Los italianos en America Latina en uma perspectiva comparada. Buenos Aires, CEMLA – CSER – IEHS, 1992.

SASTRE, Isabel Pascual. *La Italia del Risorgimento y la España del Sexenio Democrático:* De los precedentes a La crisis del Sexenio (1860 – 1874). Tesis Doctoral. Universidad Complutense de Madrid, 2002.

SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA, Maíra Carvalho Carneiro. *A cidade bela*: intervenções do Poder Público Municipal em Juiz de Fora na passagem para o século XX. Revista Caminhos da História, v. 3, nº 01, 2007.

SILVA, Olga Sofia Freitas. *Il Garany de Antônio Carlos Gomes*: A História de uma Ópera Nacional. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Música da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org): HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SIMONI, Karine. Memória e festa: lazer e diversão entre os imigrantes italianos no Oeste Catarinense. In: RADIM, José Carlos (org.). *Cultura e identidade italiana no Brasil*: algumas abordagens. Joaçaba, Santa Catarina: Editora Maria do Cais, 2005.

SMITH, Anthony D. *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura*: Homens, mulheres e Capital (1850-1980). São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

TEIXEIRA, Rosane Siqueira. *Associações italianas no interior paulista num espaço partilhado*. Nacionalismo e italianidade sob a perspectiva da História Local. Tese de

Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Educação e Ciências Humanas da UFSCar, São Carlos, 2011.

TRENTO, Angelo. *Imprensa Italiana no Brasil*: séculos XIX e XX. São Carlos: Edufscar, 2013.

VENEZIANO, Neyde. *De pernas pro ar*: o Teatro de Revista em São Paulo. Imprensa Oficial: São Paulo, 2006.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Proteção e Socorro: um estudo das Associações Mutualistas e Beneficentes no Pós-Abolição. ANPUH – XXII, *Simpósio Nacional de História*, João Pessoa: 2003.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. As experiências mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: ALMEIDA, C. M. C.; OLIVEIRA, M. R. (orgs). *Nomes e Números*: alternativas metodológicas para a história econômica e social. Juiz de Fora, Ed. UFJF, 2006.

VILLAR, Diego. Uma abordagem crítica do conceito de "etnicidade" na obra de Fredrik Barth. *Revista Mana* 10 (1): 165 – 192, 2004.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Italianidade no Brasil Meridional*: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria – RS. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2006.

# ANEXOS

## ANEXOS DO CAPÍTULO 03

### Anexo 3.1 - Estatuto da Sociedade Italiana de Beneficência Umberto I, em Juiz de Fora - 1891

#### CAPÍTULO 01 - Natureza e propósito da sociedade

Artigo 1 - É constituída em Juiz de Fora uma associação com o título – Sociedade Italiana de Beneficência – Umberto Primo.

Artigo 2 - Esta sociedade poderá ser dissolvida nos casos contemplados pelos § 1º, 4º e 5º do Artigo 35 do decreto n. 27, 19 de setembro 1860.

Artigo 3 - O número de sócios é ilimitado.

Artigo 4 - Tem direito de pertencer à sociedade todos os italianos e filhos de italianos ainda que nascidos fora da Itália ou naturalizados estrangeiros.

Artigo 5 - Poderão ser admitidos sócios de qualquer nacionalidade, excluídos do direito de votação.

Artigo 6 - Todas as pessoas que estavam inscritas na sociedade durante a administração do primeiro conselho administrativo, terão o título de sócios fundadores.

Artigo 7 - Poderá ser admitido como sócio honorário, qualquer um que teve ação nobre e generosa em prol da humanidade e especialmente da Colônia Italiana de Juiz de Fora e do entorno. A sua nomeação será de competência da assembleia geral.

Artigo 8 - Serão sócios beneméritos:
1. Os médicos e farmacêuticos que se ofereceram para curar gratuitamente, ainda que somente parte dos sócios e de praticar gratuitamente a medicina. 2. Os advogados que patrocinarem gratuitamente alguns entre os sócios. 3. Todos aqueles sócios que fizerem um donativo à sociedade, não menor que 100$000 réis, além da contribuição normal. 4º Todos aqueles sócios aos quais serão concedidos aquele título em assembleia geral.

Artigo 9 - O propósito da sociedade é:
1º Unir os italianos residentes em Juiz de Fora e no entorno; 2º Promover o bem-estar dos sócios; 3º Socorrer os sócios que adoecerem arcando com as despesas médicas e com um auxílio diário como no artigo 33; 4º Pagar as despesas de passagem de repatriamento àqueles sócios que, em consequência de doença, depois de haver pertencido quatro anos consecutivos à sociedade, e o médico julgar incurável sua permanência no Brasil. O repatriamento será feito por meio do transporte mais econômico. 5º Auxiliar aos sócios que ficaram impotentes para o trabalho e que durante seis anos pertenceram à sociedade com uma pensão mensal em conformidade com o artigo 38; 6º Pagar as despesas funerárias dos sócios nas circunstâncias contempladas do artigo 39 e com limite de despesas citado no mesmo artigo; 7º Procurar emprego e trabalho para os sócios desempregados; 8º Promover a instrução e a moralidade dos associados de acordo com os meios que a sociedade dispõe.

#### CAPÍTULO 02 - Capital da sociedade e seu emprego

Artigo 10 - As receitas da sociedade são: ordinárias e extraordinárias.
As receitas ordinárias são: 1º As joias de entrada dos sócios; 2º As contribuições mensais.

As receitas extraordinárias são: 1º O produto das doações voluntárias; 2º o produto líquido de qualquer conserto e benefício organizado pelos sócios. 3º Os legados feitos à sociedade; 4º Os frutos do capital empregado em juros.

Artigo 11 - A administração social poderá empregar nos socorros e despesas apenas a importância das contribuições mensais dos sócios, mais a metade da quantia dos recibos extraordinários.

Artigo 12 - A quantidade de joias de entrada e a outra metade dos recibos extraordinários serão sempre acumulados para formarem um fundo de capital social. Será também passado anualmente a conta de capital e todas as despesas e ajudas pagas ao menos do limite determinado no artigo 11.

Artigo 13 - Os recibos anuais da sociedade permanecerão entregues à tesouraria que será pessoalmente responsável. Sempre que o capital de giro anual exceder a soma de 200$, deverá ser depositado ao interesse, segundo a deliberação através do conselho administrativo em sessão especial.

Artigo 14 - Em ocasião do relatório anual compete unicamente à assembleia geral deliberar sobre o uso a ser dado ao fundo social;

Artigo 15 - Apenas alcançado o capital suficiente para comprar uma casa para sede da sociedade, o conselho administrativo fará a proposta em assembleia geral especial para a aquisição de uma que seja idônea e conveniente e ao obter a autorização e o limite máximo de preço, passara à compra com fundo social.

Artigo 16 - Os fundos sociais poderão ser empregados também em melhorias e reformas do edifício comprado para reduzir os maiores lucros à sociedade, mas sempre sujeita à proposta e aprovação do projeto em assembleia geral.

## CAPÍTULO 03 - Admissão dos sócios

Artigo 17 - Aqueles que serão admitidos como sócios deverão ter os seguintes requisitos:
§ 1º - Haver completado os 16 anos e não ultrapassar os 60.
§ 2º - Não ter enfermidade incurável que o torne inábil ao trabalho.
§3º - Não possuir condenações judiciais por crimes infames.

Artigo 18 – Poderão ser admitidas como sócias as senhoras, excluídas, porém do direito de votação.

Artigo 19 – O candidato deverá sempre ser apresentado por um sócio e fará sua demanda de admissão ao conselho administrativo.

Artigo 20 – A admissão sempre será feita na reunião do conselho administrativo com base nas informações e a pluralidade de votos dos membros do conselho presentes na reunião.

Artigo 21 – No ato da admissão dos sócios está considerado que ele aceita como lei fundamental da sociedade os presentes estatutos.

Os sócios poderão ser excluídos somente por deliberação da assembleia geral, ou por serem condenados judicialmente por crimes infames como o artigo 70.

## CAPÍTULO IV - Deveres dos Sócios

Artigo 22 – Todos os sócios fundadores deverão pagar ao caixa social uma taxa de entrada não menor do que 10$ indistintamente.

Artigo 23 – Todos os sócios que serão admitidos na sociedade depois de encerrada a inscrição dos sócios fundadores, a saber depois de 1º de janeiro do ano 1887, pagarão a taxa de entrada que será deliberada pela assembleia geral.

Artigo 24 – Será facultativo à comissão conceder ao novo sócio porque, paga a taxa de entrada em prestações mensais, que em cada caso não poderão ultrapassar de cinco.

Artigo 25 – Sobre a taxa de entrada todos os sócios indistintamente deverão pagar uma mesada de 2$000 réis.

Artigo 26 – As contribuições mensais desta sociedade para os sócios inscritos no projeto de fundação começarão a partir de 1º de Novembro de 1887 em diante.

Artigo 27 – Para os sócios posteriormente inscritos começarão a decorrer do dia 1º do mês em que serão admitidos.

Artigo 28 – O pagamento das mensalidades será feito a cada primeiro domingo do mês.

Artigo 29 – As mensalidades deverão ser pagas pelo sócio também durante as doenças e a impossibilidade do trabalho.

Artigo 30 – Todos os sócios deverão aceitar os encargos às quais a assembleia geral lhes poderá nominar, exceto o caso que as suas obrigações particulares não lhes permitem.

Artigo 31 – Todos os sócios deverão interessar-se para o bem estar dos associados e para a prosperidade e incremento da associação.

## CAPÍTULO V - Direito dos sócios

Artigo 32 – Todos os sócios gozarão perfeita igualdade de direitos. Cada um poderá ser eleito para as diversas diretorias da sociedade, mas excluindo os contemplados no artigo 5º e 18.

Artigo 33 – Os sócios domiciliados em Juiz de Fora e no entorno, que caírem doentes receberão da sociedade:
1º - A assistência médica e medicamentos;
2º - Um auxílio diário de mil réis (1$000) durante a doença e a convalescência.
O auxílio diário cessará quando o médico declarar que acabou a inabilitação ao trabalho.
O auxílio diário será semanal, antecipado e portado ao domicílio do sócio.

Artigo 34 – Para obter o auxílio mencionado acima, bastará que o sócio adoecido avise imediatamente ao médico o qual comunicará no dia ao conselho administrativo.

Artigo 35 – O presidente fará por distintivo uma faixa de três cores com uma estrela dourada e no meio a letra P.
1º - O vice- presidente a mesma coisa, porém a estrela é de prata e no meio as letras V.P.
2º - O secretário e vice-secretário um distintivo em forma de rosa de três cores com duas penas em cruz, o primeiro sobre o braço direito, o segundo sobre o braço esquerdo.
3º - O tesoureiro um distintivo em forma de rosa de três cores com duas chaves em cruz de metal.
4º - Os conselheiros um distintivo em forma de rosa de três cores e duas mãos juntas em sinal de fraternidade, que será de metal.
5º - O porta-bandeira uma faixa com três cores da direita para a esquerda com duas franjas de ouro ao fundo.
6º - Os sócios todos terão distintivo em forma de rosa de três cores sobre o braço esquerdo.

Artigo 36 – No caso das doenças dos sócios ser declarada crônica ou incurável, a assembleia geral tomará a decisão que for oportuna.

Artigo 37 – Quando um sócio, depois de haver pertencido três anos à sociedade, cair-se adoentado e o médico da sociedade declarar ser necessário para cura-lo o repatriamento ou a imigração para outro país, o sócio terá direito, não tendo os recursos necessários, a que o caixa social pague as despesas de viagem, é de bom tom declarar que as despesas serão sempre feitas usando o meio de transporte mais econômico.

Artigo 38 – Quando um sócio, depois de haver pertencido por seis anos à sociedade for absolutamente inabilitado ao trabalho, terá direito ao auxílio mensal em conformidade das necessidades do sócio e do estado da casa social.

Artigo 39 – Se um dos sócios vier a morrer e a respectiva família não poder fazer as despesas do funeral, esse ficará a cargo da sociedade.
Em cada caso, morrendo um dos sócios, a sociedade dele acompanhará com bandeira os despojos ao cemitério.
A sociedade mandará celebrar uma missa de sétimo dia depois da morte do sócio.
Se o sócio defunto, depois de ter pertencido 10 anos à sociedade, ter deixado viúva ou órfãos na pobreza, a sociedade poderá conceder uma pensão mensal em conformidade às suas necessidades e ao estado da casa social.

Artigo 40 – Para ter direito ao socorro, o sócio deverá estar em dia com o pagamento de suas mensalidades.

Artigo 41 – Cada sócio, inclusive os fundadores, não terá direito ao auxílio mencionado acima se não seis meses depois da entrado na sociedade.

## CAPÍTULO VI - Representância e administração

Artigo 42 – A sociedade é representada por um conselho administrativo composto de:
Um presidente; Um vice-presidente; Um tesoureiro; Um 1º secretário; Um 2º secretário; Seis conselheiros; Um cobrador.

Artigo 43 – No conselho administrativo reside o poder executivo da sociedade. São os seguintes os deveres em geral para o conselho administrativo:
1º - Observar com rigorosa exatidão e fazer observar aos sócios os estatutos;
2º - Administrar os bens da sociedade, coletar as contribuições, receber donativos, legados etc. Organizar o serviço médico e farmacêutico e pagar os auxílio e as despesas.
3º - Representar e sustentar os direitos da sociedade diante das autoridades públicas e aos terceiros e procurar o incremento e a prosperidade.
4º - Conceder os auxílios em conformidade aos estatutos considerando previamente as informações dos dois conselheiros em exercício.

Artigo 44 – Os cargos do conselho administrativo são gratuitos.

Artigo 45 – Compete ao presidente:
1º - Representar a sociedade diante da autoridade pública;
2º - Convocar a assembleia geral dos sócios e aquela do conselho administrativo;
3º - Presidir e dirigir as sessões e conceder a palavra aos sócios, para seguir o regulamento, manter a ordem nas discussões e colocar em votação as propostas discutidas.
4º - Registrar todos os atos sobre a sociedade e todas as ordens de pagamento para auxílios e despesas.
5º - Propor ao conselho administrativo a nomeação e as condições do médico e farmacêutico da sociedade que deverão ser aprovados por maioria de votos do mesmo conselho.

Artigo 46 – Ao vice-presidente compete:
1º - Tomar parte nas deliberações do conselho;
2º - Ser parte da comissão permanente para as implicações, conforme o artigo 52.
3º - Exercitar as atribuições do presidente em caso de ausência ou impedimento do mesmo.

Artigo 47 – Os livros da sociedade serão tidos como segue:
1º- Um livro de assembleias gerais;
2º- Um livro de sessões do conselho administrativo;
3º- Um registro dos sócios;
4º- Um livro de caixa;
5º- Um livro matriz para cobranças;
6º- Um livro matriz para pagamentos;
7º- Um livro mestre.

Artigo 48 – O tesoureiro recebe todas as entradas da sociedade seja proveniente das contribuições dos sócios seja como para qualquer outro título, emitindo recibos destacados do livro matriz de cobrança e pagas todas as ordens que deverão estar assinadas pelo presidente. Registrar diariamente o livro caixa em cujas folhas serão assinadas e numeradas pelo presidente. Colocar os fundos sociais a norma da resolução do conselho administrativo e da assembleia gera. É responsável pessoalmente pelos valores que lhes são entregues.

Artigo 49 – Compete ao 1º secretário:
1º - Redigir toda a correspondência do conselho com sócios, com as autoridades e com os terceiros.
2º - Estender os protocolos das assembleias gerais das sessões do conselho e copiar seus respectivos livros.
3º - Redigir e assinar todas as publicações da sociedade.

Artigo 50 – Compete ao segundo secretário a propriedade do livro dos sócios e do livro mestre, menos a compilação do balanço anual que se deve apresentar à assembleia geral dos sócios.

Artigo 51 – Os dois secretários deverão substituir-se alternadamente no caso de impedimento e serão assistidos pelo tesoureiro, sendo necessário, segundo a distribuição do serviço ordenado pelo presidente.
Artigo 52 – Aos seis conselheiros corresponde uma parte importantíssima na administração social e especialmente o exercício da parte filantrópica.
Compete aos conselheiros sindicar escrupulosamente tudo quanto for de interesse dos sócios da sociedade. O presidente escolherá entre os seus conselheiros uma comissão composta de dois, os quais estarão em exercício permanente e cuja incumbência especial será procurar empregos, colocações e trabalho aos sócios.
Os outros quatro conselheiros estarão a serviço efetivo dois por mês sendo sua incumbência especial, como segue:
1º - Visitar os sócios que caírem em doença súbita e fazer a relação de sua visita ao presidente. Para este fim, as mensagens serão transmitidas do presidente às mãos do conselheiro em cartas de aviso apropriadas. O relatório dos conselheiros será escrito na parte de trás das cartas.
2º Levar semanalmente e antecipado o auxílio em dinheiro ao domicílio do sócio enfermo.
3º Verificar que o serviço médico e farmacêutico seja feito regularmente.
4º - Constatar quando terminará a inabilitação do sócio para o trabalho.

Artigo 53 – Autorizar ao cobrador, a cobrança, a entrega das circulares e correspondências sociais, devendo-se cotidianamente apresentar à sede social para receber as ordens.

Artigo 54 – O conselho administrativo se reunirá todos os Domingos. A assembleia geral se reunirá aos 1º e 3º domingos do mês de julho, além das reuniões extraordinárias.

Artigo 55 – Até que os fundos da sociedade não sejam suficientes para a aquisição de uma casa, o conselho administrativo empregará os meios para que a sede da sociedade seja em uma sala específica aberta cotidianamente aos sócios.

## CAPÍTULO VII - Assembleias Gerais

Artigo 56 – Aos sócios constituídos em assembleia geral reside o poder deliberativo.
Para que a assembleia geral seja constituída é necessário que estejam presentes pelo menos vinte sócios na plenitude de seus direitos, inclusive os membros do conselho.
Por sócios na plenitude de seus direitos entende-se aqueles que não atrasem suas mensalidades.

Artigo 57 – O atraso no pagamento das mensalidades por três meses coloca o sócio no elenco dos morosos e o atraso de cinco meses os colocam fora da sociedade.

Artigo 58 – O atrasado não pode tomar parte da discussão. Em casos de enfermidades não têm direito a socorro pecuniário que depois de um mês do ato do pagamento e quando se apresentar para pagar seu débito, deverá ao mesmo tempo apresentar um atestado de um dos sanitários da sociedade comprovando seu pleno estado de saúde.

Artigo 59 – A reunião da assembleia geral será sempre anunciada no jornal de maior circulação.

Artigo 60 – Todas as assembleias gerais começarão pela leitura, discussão, votação das discussões da sessão precedente.

Artigo 61 – A ordem do dia da Sessão Geral ordinária que será logo o primeiro Domingo de julho e será sempre a seguinte:
1º Leitura do relatório do conselho administrativo sobre a gestão semestral; apresentação da prestação de contas, do qual será publicado cópia no jornal de maior publicação.
2º Nomear uma comissão composta de três sócios para revisar as contas apresentadas pelo conselho e para propor o modo de uso dos fundos avançados no semestre.

Artigo 62 – A ordem do dia da sessão geral ordinária que será no último Domingo de Dezembro será:
1º Leitura, discussão e votação do relatório da comissão de revisão;
2º Votação sobre emprego dos fundos;
3º Nome do novo conselho e instalação do mesmo.

Artigo 63 – A ordem do dia da sessão extraordinária será sempre anunciada nos jornais públicos.

Artigo 64 – Terminada a ordem do dia, cada sócio terá direito de fazer e motivar propostas sobre o benefício da sociedade sem antes discutir, demandando que a assembleia decida se tais propostas devem ou não ser tratadas nessa mesma assembleia geral extraordinária

Artigo 65 – As votações para nomes pessoais serão sempre por escrutínio secreto, podendo as outras serem feitas levantado-se e assentado-se. Em cada caso, portanto, será adotado o escrutínio secreto quando cinco sócios demandarem ou o presidente acreditar oportuno.

Artigo 65 – Antes de proceder às votações por escrutínio secreto, o presidente nomeará cinco sócios presentes para receber, contar os votos e fazer o escrutínio, ocupando a tal propósito os bancos de assento do conselho. Terminado o escrutínio, o resultado será passado ao presidente que o proclamará imediatamente à assembleia.

Artigo 67 – A eleição do conselho administrativo se fará em três cédulas separadas:

Na primeira se elegerão presidente e vice-presidente; na segunda o 1º secretário, 2º secretário e tesoureiro. Na terceira os seis conselheiros e um cobrador.

Artigo 68 – No caso de renúncia de algum dos eleitos, seguirá o voto imediato.

Artigo 69 – Quando se verificar que dois eleitos tiveram igual número de votos, decidirá a sorte.

## CAPÍTULO VIII - Disposições Gerais

Artigo 70 – O sócio que cometesse atos imorais, incorresse em penas difamatórias, ou fosse dedito por devassidão, ou tivesse uma conduta indecorosa e desordenada, seja em público ou em privado, que conduzisse vida ociosa ou dissipada, ou merecesse ser expulso de um trabalho, será cancelado, depois de pública discussão em sessão ordinária, do registro social. É, contudo, em faculdade do ofício da administração apenas constatado de advertir o sócio antes de trazer a acusação na reunião.

Artigo 71 – Deverá ser expulso da sociedade quem simular enfermidade, quem a prolongar para receber socorro, quem alterar declarações médicas e quem usurpar também mínima soma devolvida ou já depositada no caixa social. Os expulsos e os caídos não têm, mais direito e perdão a toda a soma desembolsada.

Artigo 72 – A proposta de expulsão deve ser escrita e assinada por dois sócios efetivos e os motivos devem ser claramente expostos.

Artigo 73 – O conselho de administração, no seu bom senso e diante do interesse social pode aceitar ou rejeitar a questão, mas a decisão, depois de apresentado o recurso em reunião pública, corresponde somente à sociedade reunida legalmente e os acusadores deverão, sempre à frente do acusado, sustentar suas acusações e sofrer as consequências naturais caso descobrisse alguma calúnia.

Artigo 74 – Os membros do conselho administrativo poderão ser reeleitos.

Artigo 75 – Em caso de epidemia o conselho convocará os sócios em assembleia geral para tomarem a deliberação extraordinária, sobre o caso.

Artigo 76 – A dissolução dessa sociedade deverá sempre ser deliberada por assembleia geral dos sócios convocados para este fim.
Declarado a sociedade extinta se procederá a imediata liquidação do ativo social que será repartido entre os sócios inscritos e respeitado os direitos daquela época, bem como os herdeiros de qualquer sócio que se encontrasse morto.

Artigo 77 – É dever de cada sócio ter exatamente informado a administração precisa de seu domicílio.

Artigo 78 – Os presentes estatutos discutidos e aprovados serão impressos e cada sócio terá direito a ter uma cópia, pagando a quantidade. Sobre o livro dos estatutos que serão distribuídos aos sócios virá com uma folha, portanto o documento de inscrição assinado pelo presidente, secretário e tesoureiro.
Cada sócio receberá também um diploma, pagando-lhe a importância, que será estabelecida pelo conselho administrativo.

Artigo 79 – Os presentes estatutos não poderão ser modificados senão por deliberação da assembleia geral. Será, portanto, necessário para qualquer que seja a modificação dos estatutos uma votação de um número tal de sócios que corresponda à metade dos inscritos mais um.

Juiz de Fora, 21 de janeiro de 1891.

**Anexo 3.2 – Cargos e informações sobre os membros das diretorias da SIMSBUP – 1887 – 1922.**

| Nome | Função na Sociedade U.P | Informações pessoais |
|---|---|---|
| Afonso Colucci | Ocupou a presidência da Sociedade Umberto Primo em 1890, 1893, 1894, 1894, 1899, 1911, 1912, 1913. Foi tesoureiro desta mesma sociedade em 1887. Conselheiro em 1891 e fiscal em 1907. | Era natural de Nápoles e estabeleceu-se em Juiz de Fora no final da década de 1870, vindo do Rio de Janeiro. Era proprietário de uma casa de joias, oficina, ourivesaria e relojoaria. Consta no Pharol a participação de Colucci também como presidente da Associação União dos Varejistas de Juiz de Fora, em 1906 (edição 136, 1906, p. 01). |
| Andrea Apratti | Presidente da Sociedade Umberto Primo em 1902 e vice-presidente da em 1918 e 1919. | Industrial. |
| Antonio Passarela | Vice-presidente da Sociedade Umberto Primo em 1907. | Comerciante de secos e molhados e de tecidos. Possuía um estabelecimento na Rua São Mateus, localidade onde se concentrava o fluxo comercial rural da região. |
| Antonio Polisseni | Secretário da Sociedade Umberto Primo em 1910. | N.C. |
| Caetano Chiantia | Conselheiro da Sociedade Umberto Primo 1914 e 1916, secretário em 1918 e 1919 e vice-presidente em 1917. | Proprietário de loja de calçados. |
| Catulio Breviglieri | Secretário da Sociedade Umberto Primo em 1909 e 1916, presidente em 1910, tesoureiro em 1914 e 1915. | Guarda-livros. |
| Ciampi Tiberio | Presidente da Sociedade Umberto Primo em 1909. | N.C. |
| De Stefano | Secretário da Sociedade Umberto Primo em 1922. | N.C. |
| Enrico Ricci | Presidente da Sociedade Umberto Primo em 1900, 1901 e 1904. Vice-presidente da Sociedade Umberto Primo em 1903 e 1905. Redigiu o estatuto da Sociedade Recreativa Italiana. | Professor de Química, farmacêutico no Rio de Janeiro e em Juiz de Fora. Foi também delegado de polícia em Juiz de Fora. Em 1907 assumiu o cargo de químico do laboratório Municipal de Análises da Capital Federal. |
| Ettore Corrieri | Presidente da Sociedade Umberto Primo em 1907. | N.C. |
| Eugenio Cavagnero | Conselheiro da Sociedade Umberto Primo em 1905. | Proprietário de loja de calçados. |
| Felicio Brandi | Vice-presidente da Sociedade Umberto Primo em 1897. | N.C. |
| Fernande Binda | Tesoureiro da Sociedade Umberto Primo em 1898. | N.C. |
| Fortini Ricardo | Vice-presidente da Sociedade Umberto Primo em 1904. | Barbeiro. |
| Francesco Ragognetti<br><br>Francisco Brandi | Tesoureiro da Sociedade Umberto Primo em 1891. | Natural de Salermo, presidente e fundador da "Società Operaia Italiana" em 1878. Era fazendeiro, investidor imobiliário e acionário, sendo um dos |

| | | |
|---|---|---|
| | | fundadores da Companhia Estrada de Ferro Juiz de Fora-Piau e diretor da Companhia Ferrocarril Bondes de Juiz de Fora, em 1881. Era proprietário da Maison Brandi, importante comércio na cidade. Foi também cônsul italiano e presidente de associações carnavalescas locais. |
| Giacomo Bisaglia | Tesoureiro da Sociedade Umberto Primo em 1901. | Mercador de Gêneros |
| Giuseppe Bagini | Foi secretário da Società Operaia Italiana em 1878. | Proprietário de Sapataria. |
| Giuseppe Breviglieri | Secretário da Sociedade Umberto Primo em 1902, 1903, 1905 e 1907. | Era professor de escola italiana na região de Campinas. Veio para Juiz de Fora com sua esposa, a então professora da escola italiana Tereza Brevigliere. Em Juiz de Fora foi Guarda-Livros. |
| Giuseppe Grippi | Secretário da Sociedade Umberto Primo nos anos de 1888 e 1889. Tesoureiro em 1890, conselheiro em 1899 e 1887, fiscal em 1902, 1903. Foi conselheiro da Associação União dos Varegistas de Juiz de Fora em 1906. | Armeiro (Proprietário da primeira fábrica de armas de Minas Gerais). |
| Giuseppe Luigi di Fabio | Secretário da Sociedade Umberto Primo em 1887. | |
| Giuseppe Pagani | Vice Presidente da Società Operaia Italiana em 1887. | Podador de Café. |
| Giuseppe Picorelli | Presidente da Sociedade Umberto Primo em 1887, 1888, 1889. Vice-presidente em 1890. | Estabeleceu-se em Juiz de Fora em 1873 como caldeireiro e funileiro, sendo prestador de serviços na área de encanamento. Foi membro de comissões carnavalescas locais. No início da década de 1880, sua empresa foi contratada pela prefeitura para prestar os serviços de iluminação pública e saneamento básico na cidade. |
| Giuseppe Zanardi | Secretário da Sociedade Umberto Primo em 1897 e 1898. | N.C. |
| J. Cavazza | Secretário da Sociedade Umberto Primo em 1892. | N.C. |
| Leonardo Garella | Vice-presidente da Sociedade Umberto Primo em 1912 e 1913. | Escritor das colunas italianas para os jornais locais. Era colaborador do Jornal "Pharol". Grande entendedor sobre o plantio e poda de hortaliças na cidade. Professor particular de Geometria e Língua Italiana com estudos realizados no *Instituto Albertino*, em Turim. Era também desenhista de monogramas para bordados. Foi correspondente do Jornal "Pharol" na Exposição de Turim, em 1911. |
| Luiz Perri | Conselheiro da Sociedade Umberto Primo em 1887. Presidente da Sociedade Umberto Primo em 1914, 1915, 1916, | Proprietário de uma oficina de Marcenaria, onde se fabricavam mobílias, encarregava-se da construção de casas |

| | | |
|---|---|---|
| | 1917, 1918. | além da venda de colchões e quadros para decoração. Em 1891, era também proprietário da Fábrica de Massas Alimentícias. |
| Maurizio Fianchini | Vice-presidente da Sociedade Umberto Primo em 1901. | N.C. |
| Michelle Notaroberto | Conselheiro da Sociedade Umberto Primo em 1890. Presidente em 1891. | Carpinteiro e negociante. Um dos proprietários do Diário do Porto. |
| Paolo Modenesi | Conselheiro da Sociedade Umberto Primo 1900 e 1901, vice-presidente em 1902 e presidente em 1905. | Proprietário de Oficina de Marcenaria. |
| Paolo Simoni | Tesoureiro da Sociedade Umberto Primo em 1900, conselheiro em 1901 e presidente em 1903. | Proprietário de fábrica de tecidos e olaria. |
| Paquini Giorgio | Secretário da Sociedade Umberto Primo em 1904. | N.C. |
| Paschoal de Guglielmo | Secretário da Sociedade Umberto Primo em 1897. | Proprietário de Oficina de Marcenaria. |
| Paschoal Pentagna | Presidente da Sociedade Umberto Primo em 1897 e 1898. | Sócio de estabelecimento comercial que vendia por atacado e varejo artigos ingleses e gêneros italianos. |
| Paschoal Senatore | Vice-presidente da Sociedade Umberto Primo em 1914, 1915, 1916 e presidente da SUP em 1919. | Construtor de jazigos e mausoléus, comerciante e industrial. Dominou a indústria de mármore em Juiz de Fora com seu estabelecimento de serraria e beneficiamento de mármore. |
| Paulo Simoni | Tesoureiro da Sociedade Umberto Primo em 1900 e presidente em 1903. | Proprietário de armazém e de fábrica de massas. |
| Pedro Alessio | Secretário da Sociedade Umberto Primo em 1898 e vice-presidente em 1900. | Alfaiate. |
| Ricardo Fortini | Tesoureiro da Sociedade Umberto Primo em 1907, 1911, 1912, 1913 e conselheiro em 1914. | Barbeiro. |
| Sabino Brescia | Conselheiro da Sociedade Umberto Primo 1903, secretário em 1914 e 1915 e tesoureiro em 1916, 1917, 1918, 1919. | Proprietário de loja de calçados. |
| Sante Conforte | Secretário da Sociedade Umberto Primo em 1900, 1901, 1906, 1911, 1912 e 1913; conselheiro em 1905. | Proprietário de marmoraria. |
| Seta Giuseppe | Tesoureiro da Sociedade Umberto Primo em 1904. | N.C. |
| Vicenzo Cordiali | Conselheiro da Sociedade Umberto Primo 1903 e tesoureiro em 1905. | Sócio de Fábrica de Vimes. |
| Vicenzo Picorelli | Secretário da Sociedade Umberto Primo em 1890. Tesoureiro em 1897, 1899. Conselheiro em 1887, 1901, 1914. Comissão Sanitária em 1914. Foi também conselheiro da Associação União dos Varegistas de Juiz de Fora. | Bombeiro. |
| Virgilio Bissagio | Conselheiro da Sociedade Umberto Primo 1900 e 1901, tesoureiro em 1903. | Alfaiate. |
| Vital Laerte | Vice-presidente da Sociedade Umberto Primo em 1898. | N.C. |
| Vitale Lazzurotti | Vice-presidente da Sociedade Umberto | N.C. |

| | | |
|---|---|---|
| | Primo em 1899 e conselheiro em 1901. | |

Fonte: Dados retirados das Efemérides de Juiz de Fora, Jornal "Pharol", Livro de Impostos sobre Indústrias e Profissões e Processos Criminais de Juiz de Fora.

**Anexo 3.3 – Conselheiros da SIMSBUP, 1887 – 1922.**

| Conselheiro: | Ano de atuação: |
|---|---|
| A. Crovato | 1918 e 1919 |
| A. Toschi | 1903 |
| A. Zoboli | 1914 |
| Adolpho Tirapani | 1902 |
| Afonso Calandra | 1891 |
| Amadeo Crovato | 1916, 1917, 1918 e 1919. |
| Amleto Ciampi | 1916 |
| Angelo | 1911 |
| Angelo Turola | 1912, 1914, 1916, 1917, 1918 |
| Antonio Bellini | 1914 |
| Antonio Caiafa | 1891 |
| Antonio Gervason | 1907 |
| Antonio Lamarca | 1887 |
| Antonio Scapim | 1907 |
| Arthur Longhi | 190 |
| Arthur Massari | 1897 |
| Augusto Benvenuti | 1907 |
| Augusto Caouzzi | 1912 |
| Biagio Giacomo | 1887 |
| Caetano Cavagliere | 1904 e 1905. |
| Caetano Cavallini | 1902 |
| Carlo Abatemarco | 1887, 1902, 1905, 1907, 1914, 1916, 1917 e 1918 |
| Chinaglia Luigi | 1911 |
| Comarsio Oldini | 1902 |
| Dalsseco Giovanni | 1904 |
| Domenico Conforte | 1897 e 1900 |
| E. Cavagnero | 1903 |
| Eduardo Strobino | 1900 |
| F. Zanganelli | 1919. |
| Felizola Luigi | 1904. |
| Francesco Allevati | 1897 e 1898. |
| Francesco Bousante | 1900. |
| Francesco P. Castello | 1890 |
| Francesco Paviato | 1914. |
| Francesco Vicentin | 1919. |
| Francisco Bertoletti | 1916. |
| Francisco Paviatto | 1912 |
| Francisco Zanganelli | 1916 |
| Gaetano Cavagliere | 1897, 1898, 1901 e 1905 |
| Giacomo Marota | 1917 |
| Giovanni Bartoletti | 1897 |
| Giusepe Setta | 1901 e 1912 |
| Giuseppe Banducci | 1907 |
| Giuseppe Marchetti | 1918 |
| Giuseppe Persechino | 1900 |

| | |
|---|---|
| Giuseppe Portaro | 1917 e 1918 |
| Guglielmo Bergo | 1907 |
| J. Franceschi | 1903 |
| J. Marchetti | 1902 e 1905 |
| João Salvador | 1911 |
| José Setta | 1902 |
| L. Tirapani | 1900 e 1903 |
| Ladislau Marando | 1905 |
| Lettieri Joane | 1911 |
| Lourenço Del Papa | 1918 e 1919 |
| Luigi Cariello | 1891 |
| Luiz Chinaglia | 1912 |
| Luiz Lionello | 1912 |
| Oreste Pilotto | 1907 |
| Pantaleone Arcuri | 1897, 1900 e 1916 |
| Paolo Modenesi | 1901 |
| Paschoal Loviasi | 1919 |
| Rafael Arcuri | 1917 |
| Remo Chelini | 1901 |
| Rodolpho Turoli | 1917 |
| S. Trefiglio | 1918 |
| Salvador Trefilo | 1917 |
| Salvatore Gogliano | 1891 |
| Santo Colsera | 1916 |
| Santos Corforti | 1905 |
| Scapin Antonio | 1904 |
| Serio Tasca | 1917 e 1919 |
| Tiberio Ciampe | 1903 e 1905 |
| Tirapani Paulo | 1904 |
| Umberto Righetti | 1914 |
| Valentim Colsera | 1911 |
| Vasco Ronzani | 1919 |
| Vicente Picorelli | 1914 |
| Vicenzo Colis | 1902 |

Fonte: Dados retirados das Efemérides de Juiz de Fora, Jornal “Pharol”, Livro de Impostos sobre Indústrias e Profissões e Processos Criminais de Juiz de Fora.

## Anexo 3.4 – Subscrições para a construção da sede da Sociedade Italiana Umberto Primo

| Nome dos doadores | Valor da doação |
|---|---|
| Vittorio Banti | 500$000 |
| Alfonso Colucci | 200$000 |
| Dr. Marco Galluzzi (in materiali) | 200$000 |
| Un anonymo | 100$000 |
| Francesco Ragogmetti | 100$000 |
| Salvatore Gogliano | 50$000 |
| Michele Notaroberto | 50$000 |
| Gaetano Cavallieri | 50$000 |
| Vittorio Monfeorati | 20$000 |
| Pasquale di Guglielmo | 20$000 |
| Basilio Bottore | 20$000 |
| Eduardo Malevalgi | 20$000 |
| **Soma** | **1:330$000**[304] |

| Nome dos doadores | Valor da doação |
|---|---|
| Somma Giá publicata | 2:284.500 |
| Barão do Retirno | 20:000 |
| Francesco Castello | 20:000 |
| Pedro Schubert | 10:000 |
| Luiz Antonio Pimentel | 10:000 |
| Giuseppe Fennini | 5:000 |
| Marchesini Teobalio | 5:000 |
| Cipriano de Lage Silva | 5:000 |
| Felice Gallatti | 1:000 |
| Lista – Luigi Paletta (Simão Pereira) | 20:000 |
| Dr. Gabriele Savino | 10:000 |
| José Luiz | 10:000 |
| Luigi de Giacomo | 5:000 |
| Francesco Perotta | 5:000 |
| Felice de Giacomo | 5:000 |
| Domenico Corraco | 5:000 |
| Antonio Savino | 5:000 |
| Antonio Perrotta | 5:000 |
| Francesco de Giacomo | 5:000 |
| Giovanni Peluso | 5:000 |
| Miguel Coelho | 5:000 |
| Domenico Vassalho | 5:000 |
| Michele Romano | 2:000 |
| Antonio Giacomo | 2:000 |
| Dr. D'Almeida Lima | 2:000 |
| Mansoldo Giavari | 2:000 |
| Vincenzo Bello | 2:000 |
| José Vianna | 1:000 |

[304] O Pharol, 13 de junho de 1893, número 137, ano XXVII.

| | |
|---|---|
| Ghirablini Antonio | 1:000 |
| **Soma** | **2:472:500**[305] |

| **Nome dos doadores** | **Valor da doação** |
|---|---|
| Lista Raffaele Gigliotti (Vargem Grande) | 10:000 |
| Genaro Tizzano | 10:000 |
| Giovanni Ippolito | 10:000 |
| Francesco Batticucci | 3:000 |
| Francesco Mustaro | 3:000 |
| Pedro Botta | 1:000 |
| **Soma** | **2:509:500**[306] |
| **Nome dos doadores** | **Valor da doação** |
| Somma giá publicata | 2.509:500 |
| Giuseppe Brigha | 20:000 |
| Gaetani Gali | 10:000 |
| Somme oferti daí sottoscritti Signori negozianti i Rio de Janeiro | |
| Petrosini Spirito Truta | 20:000 |
| Auletta, Santis & Marcos | 30:000 |
| N. Viggiani & C. | 10:000 |
| Pedro Brando & irmão | 100:000 |
| Nicola Allotta | 10:000 |
| Pompei, Gerundo & C. | 10:000 |
| Villa, de Lorenzi & C. | 30:000 |
| Nicola Zagari | 10:000 |
| Ottavio Pucciarelli | 5:000 |
| Lambert & Levy | 20:000 |
| Alessandro Sicheri | 5:000 |
| Emmanuele Cresto | 25:000 |
| Amedeo Gonnella | 20:000 |
| Pereira Valentin | 50:000 |
| Guimarães, Mallet & Bicalho | 10:000 |
| Antonio Serra | 20:000 |
| Cav. Antonio Lannuzzi | 20:000 |
| Guimarães & C. | 10:000 |
| Machado & Palmer | 50:000 |
| Lorenzo Leonardi | 100:000 |
| Francesco Servidio | 100:000 |
| Bifano & Rocha | 10:000 |
| José Spolidoro | 20:000 |
| Banco Italia Brasile | 100:000 |
| Levy & Irmão | 10:000 |
| Brandão & C. | 30:000 |
| **Soma** | **3:484:500**[307] |

| **Nome dos doadores** | **Valor da doação** |
|---|---|

305 O Pharol, 18 de julho de 1893, número 166, Ano XXVII.
306 O Pharol, 26 de julho de 1893, número 173, Ano XXVII.
307 O Pharol, 06 de setembro de 1893, número 209, Ano XXVII.

| | |
|---|---|
| Lista Francesco Ragognetti | |
| Tenente Coronel Vicente Leon Annibal | 50$000 |
| Francesco Ragognetti | 50$000 |
| Francisco José de Menezes | 30$000 |
| José Vargas | 20$000 |
| José Antônio Rodrigues | 30$000 |
| M. Cunha Macedo | 27$000 |
| Pedro Polycarpo | 20$000 |
| J.F | 10$000 |
| Lista Alfonso Colucci | |
| Filippo Ferrari e Fratello | 10$000 |
| Nicola Carelli | 50$000 |
| Pedro Tangredi Lavia | 50$000 |
| **Soma** | **3:881$500**[308] |

[308] O Pharol, 19 de julho de 1894, número 155, Ano XXVIII.

## Anexo 3.5 - Membros fundadores da Sociedade Benso de Cavour.

| Fundador: | Informações Gerais: | Participação em outras associações: |
|---|---|---|
| Adolpho Tirapani | Nascido em Ravena. Participou da fundaçã da Marmoraria Soranço. Permanceu no Brasil por apenas dois anos. | Conselheiro da Sociedade Umberto Primo em 1902. |
| Andrea Appratti | Nascido em Ispone, província de Salermo. Trabalhava no ramo da funilaria e calderaria. | Presidente da Sociedade Umberto Primo em 1902 e vice-presidente em 1918 e 1919. |
| Antônio Urso | | |
| Caetano Chiantia | Sapateiro estabelecido na Rua Halfel, esquina com a Getúlio Vargas. | Conselheiro da Sociedade Umberto Primo em 1914 e 1916, secretário em 1918 e 1919 e vice-presidente em 1917. |
| Carlo Bertoletti | | N.C. |
| Carmelo Sirimarco | Possuia um mercado na Rua Silva Jardim. | N.C. |
| Catulo Breviglieri | Contabilista. | Secretário da Sociedade Umberto Primo em 1909 e 1916, presidente em 1910, tesoureiro em 1914 e 1915. |
| Giuseppe Facio | Era comerciante e possuia um loja de roupas na Praça Antônio Carlos. No início do século XX, perdeu tudo o que tinha e passou a exercer a profissão de barbeiro. | N.C. |
| Giuseppe Grippi | Nascido em Moliterno, Potenza. Foi o primeiro armeiro de Minas de Gerais. Sua loja de armas localizava-se na praça do Cine Teatro Central, em Juiz de Fora. | Secretário da Sociedade Umberto Primo nos anos de 1888 e 1889. Tesoureiro em 1890, conselheiro em 1899 e 1887, fiscal em 1902, 1903. Foi conselheiro da Associação União dos Varegistas de Juiz de Fora em 1906. |
| Giuseppe Persechino | | Conselheiro da Sociedade Umberto Primo em 1900. |
| Giuseppe Spinelli | Nascido em Santa Ágata Désaro, Cosenza,. Era industrial e sócio de Pantaleone Arcuri. Morreu na Itália. | N.C. |
| Luigi Perry | Proprietário de uma oficina de Marcenaria, onde se fabricavam mobílias, encarregava-se da construção de casas além da venda de colchões e quadros para decoração. Em 1891, era também proprietário da Fábrica de Massas Alimentícias. Construtor do Mercador Municipal, ssituado na | Conselheiro da Sociedade Umberto Primo em 1887. Presidente da Sociedade Umberto Primo em 1914, 1915, 1916, 1917, 1918. Foi também presidente do Circulo Recreativo Musical Italiano, em 1890. |

| | | |
|---|---|---|
| | Avenida dos Andradas em Juiz de Fora. | |
| Maurizio Franchini | | |
| Michelle Donnarumma | Nascido em Castellamare, Napoles, era engenheiro submarino. No Brasil, dedicou-se à confecção de grades de ferro, tendo confecionado as grandes do Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte. | N.C. |
| Pantaleone Arcuri | Nascido em Santa Ágata Desaro, Cosenza. Era comerciante em Juiz de Fora, no ramo de materiais de construção, com especialidade da fabricação de ladrilhos. | Conselheiro da Sociedade Umberto Primo em 1897, 1900 e 1916. |
| Paolo Simoni | Nascido em Comacchio, Ferrara. Era construtor. Mudou-se para Belo Horizonte depois de sua fundação. | Tesoureiro da Sociedade Umberto Primo em 1900 e presidente em 1903. |
| Paschoale Senatore | Trabalhava no ramo da marmoraria. | Vice-presidente da Sociedade Umberto Primo em 1914, 1915, 1916 e presidente da SUP em 1919. |
| Salvatore Notaroberto | Nascido em Tramutola, Potenza. Trabalhava no ramos da construção civil. | N.C. |
| Sebastiano Perugino | Trabalhava no ramo do curtume. Chegou ao Brasil pelo Porto de Santos, morou em seguida em Jacutinga e depois passou a residir em Juiz de Fora. | N.C. |
| Tiberio Ciampi | Trabalhava no ramo da construção civil e marcenaria. | Presidente da Sociedade Umberto Primo em 1909. Conselheiro em 1903 e 1905 |
| Umberto Gaburri | Nascido em São Sepolcolcro, Arezzo. Era comerciante estabelecido na Rua Halfeld. | N.C. |
| Virgilio Germano Bissagio | Comerciante e Proprietário da Alfaiataria Casa Oriente. | Conselheiro da Sociedade Umberto Primo 1900 e 1901, tesoureiro em 1903. |

Fonte: Revista Benso di Cavour, edição especial. Primeiro Centenário, 1902 – 2002, Juiz de Fora, 2002. / Efemérides de Juiz de Fora / Jornal "Pharol"/ Livro de Impostos sobre Indústrias e Profissões (anos de 1903 e 1913) / Processos Criminais de Juiz de Fora.

## Anexo 3.6 - Livros escolares conseguidos pelo vice-cônsul para as escolas italianas de Juiz de Fora – 1894.

| Nº | Título e autor | Procedência da venda ou doação | Nº | Título e autor | Procedência da venda ou doação |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | *La Fanciulla Massaia, per le classi superiori* (Baccini) | Nota Fiscal de Casa Bertea, (JF) | - | *Minuzzolo* | Vendidos por Pietro Biancoville |
| 2 | *Altre letture per la IV feminile* (Baccini) | Nota Fiscal de Casa Bertea, (JF) | - | *La Fanciulla Massaia* | Vendidos por Pietro Biancoville |
| 3 | *Altre letture per la III feminile* (Baccini) | Nota Fiscal de Casa Bertea, (JF) | - | *Quarte letture di Baccini* | Vendidos por Pietro Biancoville |
| 6 | *Altre letture per la III maschile* (Dazzi) | Nota Fiscal de Casa Bertea, (JF) | - | *Antologia Poetica* | Vendidos por Pietro Biancoville |
| 6 | *Altre letture per la II feminile* (Dazzi) | Nota Fiscal de Casa Bertea, (JF) | - | *1º libro* (P. Dazzi) | Vendidos por Pietro Biancoville |
| 11 | *Altre letture per la II Maschile* (Baccini) | Nota Fiscal de Casa Bertea, (JF) | - | *2º libro* (P. Dazzi) | Vendidos por Pietro Biancoville |
| 5 | *Altre letture per la II Maschile* (Dazzi) | Nota Fiscal de Casa Bertea, (JF) | - | *3º libro* (P. Dazzi) | Vendidos por Pietro Biancoville |
| 4 | *Altre letture per la I Femminile* (Dazzi) | Nota Fiscal de Casa Bertea, (JF) | - | *Terze letture* (Baccini) | Vendidos por Pietro Biancoville |
| 8 | *Altre letture per la I composto da uma mamma* (Baccini) | Nota Fiscal de Casa Bertea, (JF) | - | *Aritmetiche* | Vendidos por Pietro Biancoville |
| 10 | *Altre letture per la I Affetti* (Gabrieli) | Nota Fiscal de Casa Bertea, (JF) | - | *Storia del Risorgimento italiano* | Vendidos por Pietro Biancoville |
| 16 | *Altre letture per la I Carluccio e Maria* (Gazioni) | Nota Fiscal de Casa Bertea, (JF) | - | *Consigli alle fanille* | Vendidos por Pietro Biancoville |
| 36 | *Sillabari* (De Luca) | Nota Fiscal de Casa Bertea, (JF) | - | *Verbolari italiano* | Vendidos por Pietro Biancoville |
| 3 | *Aritimetiche Superiori* (A&C) | Nota Fiscal de Casa Bertea, (JF) | 20 | *Modelli de calligrafia* | Vendidos por Pietro Biancoville |
| 8 | *Aritimetiche Superiori per III e IV classe* (Orlandini) | Nota Fiscal de Casa Bertea, (JF) | - | *Frugolino* (Carlo Fegon) | Relojoaria e Ourivesaria Polini & Lovalho |
| 9 | *Grammatichette per IV classe* (Fornaciari) | Nota Fiscal de Casa Bertea, (JF) | - | *Leriomina di cosi usuali* (Ida Bacini) | Relojoaria e Ourivesaria Polini & Lovalho |
| 1 | *Consigli alle Fanciulle* (Campan) | Nota Fiscal de Casa Bertea, (JF) | - | *Patria (*S(L)iro Corti) | Relojoaria e Ourivesaria Polini & Lovalho |
| 2 | *Antologia Poetica* (Randazzo) | Nota Fiscal de Casa Bertea, (JF) | - | *Risorgimento Italiano* S(L)iro Corti) | Relojoaria e Ourivesaria Polini & Lovalho |
| | *Storia d'Italia in tre volumi* (E. Comba) | Nota Fiscal de Casa Bertea, (JF) | - | *Terze Letture* (Ida Baccini) | Relojoaria e Ourivesaria Polini & Lovalho |
| 1 | *Età Romana* (E. Comba) | Nota Fiscal de Casa Bertea, (JF) | - | *Quarte Letture* (Ida Baccini) | Relojoaria e Ourivesaria Polini & Lovalho |
| 2 | (E. Comba) | Nota Fiscal de Casa Bertea, (JF) | - | *La Fanciulla Massaia* (Ida Baccini) | Relojoaria e Ourivesaria Polini & Lovalho |
| 3 | *Tempi Moderni* (E. Comba) | Nota Fiscal de Casa Bertea, (JF) | - | *Il primo libro della bambina* (Pietro Dazzi) | Relojoaria e Ourivesaria Polini & Lovalho |
| 2 | *Corso di Geografia elem. Sup.* (E. Comba) | Nota Fiscal de Casa Bertea, (JF) | - | *Il secondo libro della bambina* | Relojoaria e Ourivesaria Polini & |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Lovalho |
| 1 | *Atlantino Geografico* (Randazzo) | Nota Fiscal de Casa Bertea, (JF) | - | *Terzo livre per le famiulle* (Pietro Dazzi) | Relojoaria e Ourivesaria Polini & Lovalho |
| 1 | *Lo Statuto del Regno d' Italia* (Randazzo) | Nota Fiscal de Casa Bertea, (JF) | - | *Minuzzolo sicondo libro di lettura* (Collodi) | Relojoaria e Ourivesaria Polini & Lovalho |
| 6 | *Racconti del Nonno Patria* (S. Corti) | Nota Fiscal de Casa Bertea, (JF) | - | *Storia d'Italia del Medio Evo* (Eugenio Camba) | Relojoaria e Ourivesaria Polini & Lovalho |
| 1 | *Risorgimento Italiano* (S. Corti) | Nota Fiscal de Casa Bertea, (JF) | - | *Storia d'Italia Moderna* (Eugenio Camba) | Relojoaria e Ourivesaria Polini & Lovalho |
| 4 | *Lezioncine di Cose Usuali* (Baccini) | Nota Fiscal de Casa Bertea, (JF) | - | *Geografia* (Eugenio Camba) | Relojoaria e Ourivesaria Polini & Lovalho |
| 146 | *Quaderni di Calligrafia* (Cobianchi) | Nota Fiscal de Casa Bertea, (JF) | - | *Attlante* | Relojoaria e Ourivesaria Polini & Lovalho |
| 440 | *Quaderni di scrittura assortiti* (Cobianchi) | Nota Fiscal de Casa Bertea, (JF) | - | *Leziomine d'cose usuali* (Ida Baccini) | Pantaleone Arcuri |
| 670 | *Quaderni di scrittura in fogli* (Cobianchi) | Nota Fiscal de Casa Bertea, (JF) | - | *Frugolino* (Carlo Legon) | Pantaleone Arcuri |
| - | *Patria* | Doado por Giuseppe Grippi | - | *Il secondo libro della bambina* (Pietro Dazzi) | Pantaleone Arcuri |
| - | *Statuto del Regno d' Italia* | Doado por Giuseppe Grippi | - | *Storia d'Italia (3 volumi)* | Pantaleone Arcuri |
| - | *Geografia* | Doado por Giuseppe Grippi | - | *Antologia Poetica* | Pantaleone Arcuri |
| - | *Minuzzolo* | Doado por Giuseppe Grippi | - | *Grammatichetta* | Pietro Mer. |
| - | *Storia Romana* | Doado por Giuseppe Grippi | - | *Frugolino* | Pietro Mer. |
| - | *Storia d'Italia del Medio Evo* | Doado por Giuseppe Grippi | - | *Il primo libro della bambina* (Pietro Dazzi) | Pietro Mer. |
| - | *Storia d'Italia Moderna* | Doado por Giuseppe Grippi | - | *Sillabario* | Pietro Mer. |
| - | *Storia del Risorgimento italiano* | Doado por Giuseppe Grippi | - | *Primi affetti (e volumi)* | Pietro Mer. |
| - | *Verbolari italiano* | Doado por Giuseppe Grippi | - | *Aritmetica* | Pietro Mer. |
| | | | - | *Prime Lettera* | Pietro Mer. |

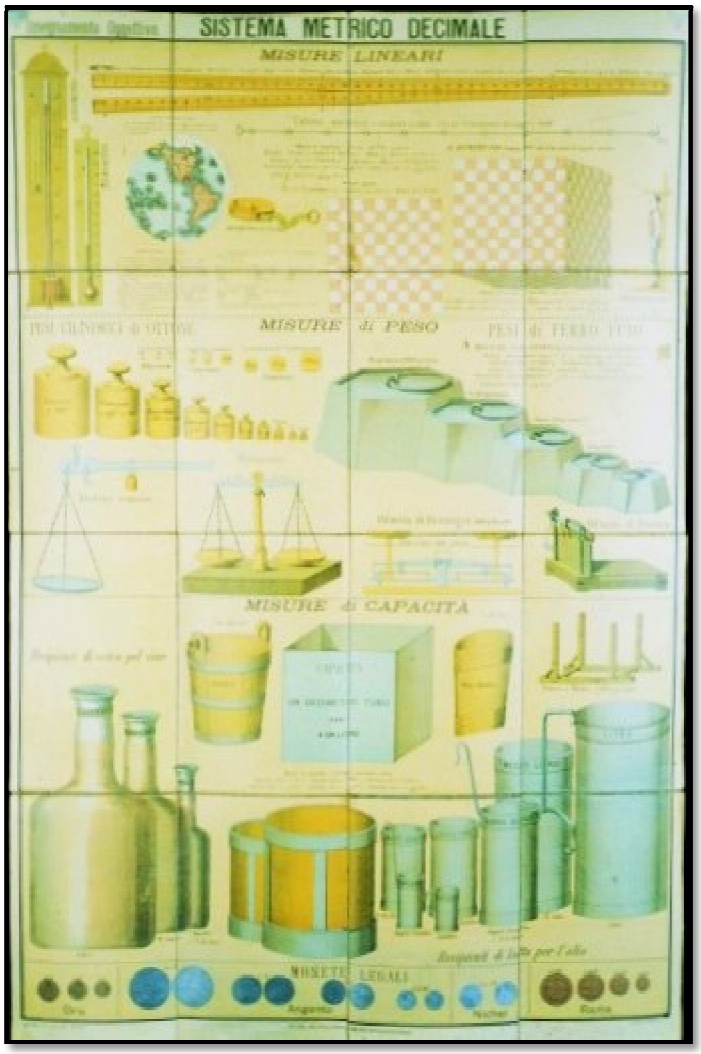
**Anexo 3.7 - Exposição de Milão - 1906, diploma de mérito à *Escola Regina Margherita.***

Na Exposição Internacional de Milão, realizada em 1906, a Escola Regina Margherita foi representada na mostra de *Italianos no Exterior* recebendo um diploma de mérito pelos trabalhos prestados.




**Fonte:** Arquivo de correspondências do Vice-consulado italiano de Juiz de Fora, Pasta: *Scuole Italiane – sovvenzioni 1898-1900/ 1905-1916.*

**Anexo 3.8 – Pôster *Sistema Metrico Decimale*, Milão – 1888.**




Fonte: *Sistema metrico decimale*, polychrome wall chart cm. 62 x 92, Milano, Vallardi, undated (1888). (Disponível em: https://strenae.revues.org/1392?lang=de, acesso em 30/11/2015).

## ANEXOS DO CAPÍTULO 4

**Anexo 4.1 –** Coluna Divagazione Italiane, *O Pharol*, 06 de janeiro de 1910, número 04, Ano XLV, página 01.[309]



# Divagazioni italiane

Non esistendo ch'io sappia, nello stato di Minas Geraes, un giornale pur anche quindicinale, che venisse a ricordare che pure in quest'ubertosa parte del Brasile, sono ospitati e vivono miliaia di mei connazionali, fui tentato di chiedere all'Illm. Sig. direttore di questo giornale acciocché mi volesse favorire uno spazio, onde poter collaborare in lingua Italiana.

— Data l'importanza e la serietá del periodico e sapendo che molti italiani, sono abbonati, o leggono il periodico, *O Pharol*, credo far cosa grata innaugurando una "sezione italiana".

Declino d'intrattenermi su detta sezione, se non con fatti, o cose, che abbiano intrinseco rapporto o valore fra noi italiani, e comune vantaggio coi nosti ospiti; tralascianno di anatomizzare fatti o sucessi che non ci riguardano che lontanamente, basandomi dal punto de vista che noi siamo gl'ospitati.

Riservandomi, di intervenire in questioni d'indole collettiva, sia tanto urbane come riguardante il nostro sentimento d'Italianitá.

—Oltre a alcun brano di letterature e di novelle, (sia storico come contemporaneo) che abbiano scopo di mantenere vivo il nostro sentimento patrio, come pure a sollevamento dello spirito; stimo opportuno unitamente alla parte Italiana, congiungere una sezione che chiameró "Posta per tutti" che seguirá due volte la settimana unita in calce, cioè Giovedi e Domenica.

Mi metto a disposizione di qualsiasi lettore, che abbia a richiedere schiarimenti, su coso italiane, sempre che la domanda corisponda alla serietà del giornale.

Tutta la corrispondenza che puó riguardare o interessare "la posta per tutti", dovra essere indirizzata, a detta sezione, alla redazione di "O Pharol".

Promettendo di rispondere indistintamente a tutti, a tutti auguro un felice anno nuovo.

***Asrael.***

Juiz de Fora 6—1—10.

309 Divagações Italianas: Não existindo, que eu saiba, no Estado de Minas Gerais um jornal, ao mesmo tempo quinzenal, que viesse a recordar que por essa fértil parte do Brasil, estamos hospedados e vivem milhares de meus conacionais, fui tentado a indagar ao Illm. Senhor diretor deste jornal a fim que me fizesse o favor de um espaço, onde pudesse colaborar em língua italiana. Dada a importância e a seriedade do periódico e sabendo que muitos italianos são assinantes, ou leem o periódico *O Pharol*, creio fazer coisa grata inaugurando uma "seção italiana". Declino de entreter-me sobre esta dita seção, se não com fatos, ou coisas que temos intrínseca relação ou valor entre nós italianos, e comum benefício com nossos leitores; deixamos de anatomizar fatos ou resultados que não nos preocupam que longinquamente, baseando-me no ponto de vista que nós somos os hospedados. Reservo-me, de intervir em questões de índole coletiva, tanto as urbanas quanto aquelas sobre nosso sentimento de italianidade. Além de algumas peças de literatura e de novelas, (seja histórico, como contemporâneo), temos o propósito de manter vivo o nosso sentimento pátrio, como elevação do espírito; estimo oportuno juntamente à parte italiana, aderir uma sessão que chamarei "Correio para todos" que seguirá duas vezes por semana, às quintas-feiras e aos domingos. Eu me coloco à disposição de qualquer leitor que tenha necessidade de explicações sobre coisas italianas, sempre que a demanda corresponda à seriedade do jornal. Toda a correspondência que pode poderá resguardar o interesse "Correio para todos", deverá ser endereçada a esta sessão, à redação de "O Pharol". Prometendo responder indistintamente a todos, a todos desejo um feliz ano novo. Asrael, Juiz de Fora, 06-01-10. (Tradução nossa).

**Anexo 4.2** Lista com o nome dos italianos que deveriam comparecer ao consulado italiano para alistamento militar. (Diário Mercantil, 04 de Dezembro de 1917, página 1, colunas 4 e 5).

| |
|---|
| *1. Rafael Arcuri;* |
| *2. Luigi Arduini;* |
| *3. Americo Barbieri;* |
| *4. Gaetano Barillari;* |
| *5. Luigi Baccara;* |
| *6. Luigi Bartolo;* |
| *7. Angelo Bartolo;* |
| *8. Gaetano Bartolo;* |
| *9. Umberto Bartolo;* |
| *10. Gaetano Beghelli;* |
| *11. Guivanni Beghelli;* |
| *12. Giuseppe Beghelli;* |
| *13. Fulippo Bellini;* |
| *14. Giuseppe Bertocchi;* |
| *15. Arturo Bisaggio;* |
| *16. Fortunato Bisaggio;* |
| *17. Giovanni Bertrandi;* |
| *18. Giuio Bertrandi;* |
| *19. Atilio Breda;* |
| *20. Guglielmo Brion;* |
| *21. Guarino Brigato;* |
| *22. Luigi Brigatto;* |
| *23. Federico Camandi;* |
| *24. Frederico Camandi;* |
| *25. Ernesto Cantiero;* |
| *26. Michele Cantiero;* |
| *27. Mario Russo CasaGrande;* |
| *28. Michele Cannizzaro;* |
| *29. Nicola Carrara;* |
| *30. Guido Carrara;* |
| *31. Giovanni Caravella;* |
| *32. Guido Cavalieri;* |
| *33. Giuseppe Cavalieri;* |
| *34. Leone Cavalieri;* |
| *35. Giuseppe Cerri;* |
| *36. Cosino Cerutti;* |
| *37. Amleto Ciampi;* |
| *38. Amadeu Ciampi;* |

| |
|---|
| *39. Cerutti 2º;* |
| *40. Sante Conforti;* |
| *41. Ertilio Coda;* |
| *42. Antonio Colsera;* |
| *43. Valentino Colsera;* |
| *44. Vittorio Colsera;* |
| *45. Valentino Colsera;* |
| *46. Vittorio Colsera;* |
| *47. Roberto Corrieri;* |
| *48. Roberto Corso;* |
| *49. Michele Cannizzaro;* |
| *50. Pasquale Damianzi;* |
| *51. Francesco Diacovo;* |
| *52. Luigi De Filippi;* |
| *53. Luigi De Loretto;* |
| *54. Giovanni Di Lettieri;* |
| *55. Francesc Diacovo;* |
| *56. Felice Nicola Falce;* |
| *57. Nicola Falce;* |
| *58. Rocco Falce;* |
| *59. Luigi Fattori;* |
| *60. Battista Giovanni Fellet;* |
| *61. Antonio Fellet;* |
| *62. Luigi Fellet;* |
| *63. Nicola Felice;* |
| *64. Ferruccio Ferretti;* |
| *65. Anacieto Freguglia;* |
| *66. Antonio Ferrari;* |
| *67. Filippo Ferrari;* |
| *68. Raffaele Ferrari;* |
| *69. Pietro Gaburri;* |
| *70. Pietro Gammarano;* |
| *71. Natale Gargiullo;* |
| *72. Antonio Gianini;* |
| *73. Antonio Gianonni;* |
| *74. Settimio Giovagnini;* |
| *75. Alberto Pietro Giovanetti;* |

| |
|---|
| *76. Adelino Gervason;* |
| *77. Luigi Gervason;* |
| *78. Fortunato Giorgi;* |
| *79. Antonio Guarino;* |
| *80. Daniele Vincenzo Granato;* |
| *81. Vicenzo Granato;* |
| *82. Nicola Felice Granato;* |
| *83. Giacopo Grippi;* |
| *84. Antonio Lamonica;* |
| *85. Saverio Lapadula;* |
| *86. Luigi Loreto;* |
| *87. Alessandro Lionello;* |
| *88. Ernesto Lionello;* |
| *89. Giuseppe Lionello;* |
| *90. Luigi Umberto Lovisi;* |
| *91. Pasquali Lovisi;* |
| *92. Francesco Luigi;* |
| *93. Santo Magon;* |
| *94. Vincenzo Marcaccini;* |
| *95. Francesco Maragon;* |
| *96. Antonio Marzoccoli;* |
| *97. Arturo Marchesini;* |
| *98. Francesco Antonio Marchiori;* |
| *99. Angelo Marchi;* |
| *100. Aldo Mari;* |
| *101. Angelo Marsicano;* |
| *102. Antonio Marzoccoli;* |
| *103. Giuseppe Marzoccoli;* |
| *104. Giacomo Mazzotti;* |
| *105. Giuseppe Mentz;* |
| *106. Nicola Felice Mentesano;* |
| *107. Egidio Meggiolaro;* |
| *108. Silvio Meggiolaro;* |
| *109. Belamino Meggiolaro;* |
| *110. Giuseppe Menta;* |

111. *Nicola Meschesi;*
112. *Santo Milani;*
113. *Giuseppe Milani;*
114. *Pio Monarchesi;*
115. *Biagio Montesano;*
116. *Nicola Felice Montesano;*
117. *Lorenço Monterisi;*
118. *Pietro Morucci;*
119. *Giuseppe Napoli;*
120. *Aristide Natalucci;*
121. *Verbino Nicolini;*
122. *Carnelo Pace;*
123. *Silvio Perini;*
124. *Francesco Panconi;*
125. *Antonio Paganotti;*
126. *Angelo Pasqualini;*
127. *Antonio Panzini;*
128. *Silvio Perini;*
129. *Luigi Perotta;*
130. *Giovanni Battista Policante;*
131. *Ferdinando Pongetti;*
132. *Scipione Pugliese;*
133. *Attilio Quaglia;*
134. *Ottello Rossi;*
135. *Giuseppe Rossi;*
136. *Sabino Rosso;*
137. *Gaetano Vito Russo;*
138. *Giuseppe Rizzo;*
139. *Ferdinando Rinelli;*
140. *Luigi Ruffolo;*
141. *Giuseppe Ruffolo;*
142. *Giuseppe Rubbioli;*
143. *Ettore Rivelli;*
144. *Pio Vittorio Ronconi;*
145. *Vasco Ronzani;*
146. *Vittorio Pio Ronconi;*
147. *Luigi Sansoni;*
148. *Alfonso Salsano;*
149. *Archimede Segantini;*
150. *Teseo Semeghini;*
151. *Antonio Siben;*
152. *Pasquale Senatore;*
153. *Michelangelo Sirimarco;*
154. *Giuseppe Sica;*
155. *Michele Simoni;*
156. *Felice Scafura;*
157. *Eliodoro Scalercio;*
158. *Antonio Scannapieco;*
159. *Pietro Scapin;*
160. *Giovanni Scarlatelli;*
161. *Antonio Spinelli;*
162. *Giovanni Tasca;*
163. *Serio Tasca;*
164. *Ernesto Francesco Timponi;*
165. *Domenico Tortorielo;*
166. *Giuseppe Tortura;*
167. *Sabino Tortura;*
168. *Guido Turbo;*
169. *Salvatore Trifilio;*
170. *Pietro Trifilio;*
171. *Giuseppe Trifilio;*
172. *Giacomo Trifilio;*
173. *Eduardo Viviani;*
174. *Domenico Vito;*
175. *Ugo Weingrill;*
176. *Giovanni Zago;*
177. *Francesco Zanganelli;*
178. *Giovanni Zanganelli;*
179. *Beniamino Zamperlin;*
180. *Giuseppe Zaghetto;*
181. *Giuseppe Tralli;*
182. *Domenico Cortariello;*
183. *Giuseppe Tortura;*
184. *Giodomir Zago;*
185. *Caetano Barillari;*
186. *Felippo Bellini;*
187. *Fortunato Giorgi;*
188. *Vittorio Ferrugini;*
189. *Giuseppe Ruffolo;*
190. *Sadino Corturro;*
191. *Rocco Falce;*
192. *GiovanniTasca;*
193. *Serio Tasca;*
194. *Luigi Baccara;*
195. *Alberto Pietro;*
196. *Giovannetti Fortunato Bisagio;*
197. *Arturo Bisaggio;*
198. *Alfonso Rossini;*
199. *Luigi Brigato;*
200. *Aldo Mari;*
201. *Michelle Scarlatelli;*
202. *Luigi Bartolo;*
203. *Angelo Bortolo;*
204. *Caetano Bortolo;*
205. *Antonio Gervason;*